



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

FLÁVIA DARRE BARBOSA

**Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação:
desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos
no Brasil**

São Carlos, 2019

Flávia Darre Barbosa

Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em Ciências Ambientais.

Linha de pesquisa: Ambiente e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai

Co-orientador: Dr. Paulo Augusto Romera e Silva

São Carlos, 2019

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Barbosa, Flávia Darre

Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil / Flávia Darre Barbosa. -- 2019.

417 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Orientador Frederico Yuri Hanai, Co-orientador Paulo Augusto Romera e Silva

Banca examinadora: Antonio Cezar Leal, Clóvis Henrique Leite de Souza, Salvador Carpi Junior, Wagner Costa Ribeiro

Bibliografia

1. Representação, Participação e Políticas Públicas. 2. Gestão da Água e dos Recursos Hídricos. 3. Comitê de Bacia Hidrográfica. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Flávia Darré Barbosa, realizada em 09/05/2019:

Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva
DAEE

Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro
USP

Prof. Dr. Salvador Carpi Junior
UNICAMP

Prof. Dr. Antonio Cezar Leal
UNESP

Prof. Dr. Clóvis Henrique Leite de Souza
IFG

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Antonio Cezar Leal, Clóvis Henrique Leite de Souza e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva

*Dedico este estudo ao MARCELO por tantas coisas,
Marido, querido, companheiro...
obrigada por estar ao meu lado na jornada
meu amor...*

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas que passam pela nossa vida. E cada uma, a seu modo, nos deixa um ensinamento. Sou grata à todas elas por isso. Sou a soma de todas elas! E, neste momento de nova conquista ressalto minha gratidão,

Aos meus antepassados, pela minha história de vida, por todo amor e por todos os ensinamentos deixados. Ao meu pai Rubens e minha tia Marta, que é a minha segunda mãe. Estão sempre ao meu lado, faça chuva ou sol, e eu espero poder retribuir.

À minha família, por todo o apoio e dedicação. Aos meus irmãos, a minha nova mãe Maria de Jesus, exemplos de força e coragem. À linda sobrinha Laura que chegou ao mundo recentemente. Todos têm imensa importância na minha vida.

Ao meu orientador, professor Frederico Yuri Hanai, pela atenção, paciência e disponibilidade não somente para este estudo, mais também pelos projetos de extensão que desenvolvemos e atividades de ensino ao longo destes quatro anos. Por ensinar a importância do significado do “coletivo”.

Ao meu co-orientador, professor Paulo Augusto Romera e Silva, pela dedicação, atenção, parceria e amizade. Por me ensinar a ver o mundo de forma crítica, por valorizar a educação. Por ser um grande mestre. Por ser um grande exemplo de vida como profissional e como pessoa.

Ao professor Salvador Carpi Junior, pela amizade e ensinamentos. Pelo seu espírito de coletividade. Por ensinar que todas as novas descobertas na ciência devem servir para o bem social. Por compartilhar comigo suas ideias e suas descobertas metodológicas.

Ao professor Francisco Moschini (Chico Moschini), pelo exemplo de vida. Pelo seu espírito de luta, ativismo, dedicação, força, coragem e perseverança. Ao meu querido professor e orientador do mestrado Antônio Carlos Tavares, por me ajudar a seguir este “curso da água” e por me ensinar a ter ética, respeito e dedicação.

Aos professores membros da banca por contribuírem com valiosas sugestões e ensinamentos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, e especialmente ao Vinícius José de Oliveira Freitas, assistente em administração do programa, pela sua prontidão e competência. À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Aos meus colegas da pós e aos amigos do grupo *Sustentinha*. Todos eles, cada um à sua maneira, foram parceiros ao longo destes quatro anos. À Camila Zagueto, pelo interesse no tema de estudo em sua I.C. À Monise e Anayra, pela parceria nas “idas e vindas” de São Carlos.

Às amigas queridas Maria Conceição e Claudia Dianni pelas ideias trocadas, apoio e amizade. Ao Jeovanes Lisboa, que contribuiu com a pesquisa. À amiga querida Danika Castilho, por ser uma grande profissional e por me ajudar a elaborar as imagens cartográficas.

Às pessoas que contribuíram com o estudo. Aos entrevistados, aos colegas da Agência Nacional de Águas, às pessoas que responderam ao questionário da pesquisa, ao CBH Grande e seus membros. Aos colegas do IPEA e do projeto *Diálogos*. E colegas do projeto do CBH Turvo Grande.

Aos meus pets, que estiveram atrás da minha cadeira nesses quatro anos, me fazendo companhia durante a redação da Tese, durante horas e horas, incansáveis.

Por fim, sou grata à vida!

(...)

agoas sam muitas ímfimdas. Em tal maneira he graciosa que querendoa aproueitar darsea neela tudo per bem das agoas que tem

(...)

*Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha
a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil, 1500*

RESUMO

O presente estudo teve como temas norteadores a representação e a participação na Gestão e Planejamento dos Recursos Hídricos no Brasil, mediante os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH's). A hipótese da pesquisa partiu do seguinte princípio: o Comitê de Bacia Hidrográfica, considerado na Política Nacional de Recursos Hídricos, é o ente colegiado fundamental do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) para assegurar a descentralização, a efetividade e a democratização da gestão pública dos recursos hídricos por meio da participação e representação dos segmentos sociais envolvidos nas decisões de gestão. O objetivo geral deste estudo foi compreender como se dá a representação e a gestão participativa na política pública de recursos hídricos, tendo como base os Comitês de Bacias Hidrográficas, a fim de aferir a qualificação, a representação e a participação para fortalecer a atuação destes entes colegiados na gestão integrada e sustentável da água e dos recursos hídricos no Brasil. Para subsidiar as reflexões feitas no estudo adotou-se a abordagem sistêmica-crítico. A fim de alcançar os objetivos propostos foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de campo com aplicação de entrevistas (com atores-chaves da gestão de recursos hídricos) e questionários (com membros de CBH's estaduais e interestaduais), estudo de campo com observação não participante (no CBH Grande Interestadual) e com observação participante (no CBH Turvo Grande/SP), que permitiram o levantamento dos principais desafios e possibilidades à gestão representativa e participativa dos recursos hídricos. A análise e interpretação dos dados foi realizada com a triangulação destas técnicas, associada à teorização progressiva. Como resultado, foi proposta uma abordagem de que a participação e a representação, na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil, ocorrem em diferentes etapas, com graus e formas que compõem um processo participativo composto pela participação social, pública e popular. As etapas deste processo na gestão de recursos hídricos, considerando-se os CBH's ocorrem com a própria institucionalização do colegiado, representação dos segmentos (poder público, sociedade civil, usuários de água), abertura à participação da sociedade civil organizada e práticas participativas. Os desafios identificados estão relacionados sobretudo à responsabilidade na representação, informação e necessidade de capacitação sobre o CBH, legitimidade nas decisões de gestão e reconhecimento do CBH como colegiado fundamental na gestão. A conclusão do estudo permeia a afirmação de que, o CBH ocupa posição central, sobretudo no que tange a integração dos diferentes segmentos envolvidos com a gestão destes recursos, deliberações e proposições sobre os instrumentos de gestão, proximidade com a sociedade, ampliação da cidadania e gestão democrática da água.

Palavras-chave: Política Pública; Representação; Participação; Recursos Hídricos; Comitê de Bacia Hidrográfica, Política Nacional de Recursos Hídricos.

ABSTRACT

This research discusses about the representation and participation in Management and Planning of Water Resources process in Brazil which is carried out by Hydrographic Basin Committees (CBH's). The hypothesis of this research was based on the principle: "The Hydrographic Basin Committee, considered in the National Water Resources Policy, is the fundamental collegiate organization of National Water Resources Management System (SINGREH) to ensure the decentralization, effectiveness and democratization of the public management of water resources through the participation and representation of the segments involved in management decisions. The general aim of this study was to understand how representation and participatory management in water resources public policy, based on the CBH, to assess the qualification, representation and participation to strengthen the performance of these entities integrated management of water and water resources in Brazil. To develop this study a systemic-critical approach was adopted. The methodology was based in a bibliographic and documentary research, field survey with interviews (with key actors in water resources management), questionnaires (with state and interstate CBH members), a field study with non-participant observation (CBH Grande Interstate) and participant observation (CBH Turvo Grande / SP). It allowed the identification of the main challenges and possibilities for the representative and participatory management of water resources. The analysis and interpretation of the data was performed with the triangulation of these techniques, associated with progressive theorization. As a result, it was established that participation and representation in water resources management in Brazil occur in different stages, with degrees and forms that generate a participatory process composed of social, public and popular participation. The steps of this process in the management of water resources, considering the CBH's occur with the institutionalization of the collegiate, representation of the segments (public power, civil society, water users), the openness to organized civil society participation and participatory practices. The challenges identified are mainly related to the responsibility in representation, information and the need for training on the CBH, as well as, the recognition of the CBH as a fundamental collegiate in water resources management. The conclusion of the study is that the CBH occupies a central position, especially as regards the integration of the different segments involved in the management of this resources. Also, at the deliberations and proposals for management instruments, the proximity to society, expansion of citizenship and management of water.

Keywords: Public Policy; Representation; Participation; Water Resources; Hydrographic Basin Committee; National Water Resources Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Diagrama representando a triangulação metodológica.....	32
Figura 2. Estrutura do SINGREH	57
Figura 3. Distribuição dos CBH's no Brasil	116
Figura 4. Representação clássica de Bacia Hidrográfica	131
Figura 5. CBH's interestaduais representados na pesquisa	151
Figura 6. Status da representação dos CBH's estaduais na pesquisa, por estado.....	152
Figura 7. Mapa dos CBH's representados da região Nordeste do Brasil	154
Figura 8. Mapa dos CBH's representados da região Centro-Oeste do Brasil	155
Figura 9. Mapa dos CBH's representados da região Sudeste do Brasil	156
Figura 10. Mapa dos CBH's representados da região Sul do Brasil	157
Figura 11. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Grande	223
Figura 12. CBH's de Bacias Afluentes da Bacia do Rio Grande	223
Figura 13. Frequência dos representantes das instituições nas reuniões do GT Plano- período de 2015 a 2017	234
Figura 14. Resultado da Oficina Participativa do CBH Mogi-Pardo- Matriz FOFA	243
Figura 15. Bacia Hidrográfica Turvo/Grande: localização e sub-bacias	250
Figura 16. Divisão dos módulos de formação	253
Figura 17. Resultado das oficinas de MAP- UGRHI 15 Turvo Grande	268
Figura 18. Resultado das oficinas de Análise FOFA- UGRHI 15 Turvo Grande	269
Figura 19. Resultado do Perfil Hidroambiental Participativo- Trechos percorridos- UGRHI 15. Turvo Grande	270

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Demanda por água, considerando diferentes usos.....	45
Gráfico 2. Porcentagem dos segmentos representados nos questionários.....	148
Gráfico 3. Escolaridade por segmento representado.....	150
Gráfico 4. Porcentagem de respondentes por faixa etária.....	150
Gráfico 5. Grau de satisfação da quantidade de representantes no CBH.....	170
Gráfico 6. Grau de Satisfação da Diversificação do local das reuniões.....	171
Gráfico 7. Grau de satisfação sobre as formas de comunicação sobre a reunião (aviso da reunião, divulgação do local, data, pauta).....	171
Gráfico 8. Apoio operacional e logístico para participar da reunião (deslocamento, dispensa, recursos).....	172
Gráfico 9. Linguagem utilizada durante a reunião (compreensão do que foi dito).....	173
Gráfico 10. Presença proporcional dos segmentos (sociedade civil, usuários e poder público).....	173
Gráfico 11. Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião durante a reunião.....	174
Gráfico 12. Contribuição dos membros do Comitê na formulação das Pautas.....	174
Gráfico 13. Tamanho das pautas.....	175
Gráfico 14. Desdobramentos, comunicação e desencadeamento dos assuntos tratados.....	176
Gráfico 15. Avaliação do engajamento e atuação do segmento da Sociedade Civil Organizada.....	182
Gráfico 16. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Municipal.....	183
Gráfico 17. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Estadual.....	183
Gráfico 18. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Federal.....	184
Gráfico 19. Avaliação do engajamento e atuação do segmento dos usuários de água.....	184
Gráfico 20. Conhecimento de metas e/ou programas (que estão ou não nos Planos de Bacia) do CBH, e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação.....	186
Gráfico 21. Respondentes que fazem ou não parte de outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social.....	188
Gráfico 22. A consideração das opiniões e decisões coletivas da entidade para tomada de decisão no CBH.....	195
Gráfico 23. A realização de consultas aos pares (outras pessoas de sua entidade) para a tomada de decisões no CBH.....	196
Gráfico 24. A comunicação das ações e decisões do CBH aos pares (outras pessoas de sua entidade).....	196
Gráfico 25. A devolução ou feedback das decisões e notícias do CBH para outros membros da entidade.....	197
Gráfico 26. As decisões coletivas na entidade para indicação (escolha) dos representantes no CBH.....	197
Gráfico 27. O interesse por parte de outros membros da entidade em saber das decisões do CBH.....	198
Gráfico 28. A frequência da troca dos representantes da entidade por mandato do CBH.....	198
Gráfico 29. A orientação e/ou explicação prévia, por parte da entidade, para exercer a representação no CBH.....	199
Gráfico 30. Conhecimento das atividades, ações e iniciativas das instituições e empresas dos respondentes junto ao CBH”.....	201
Gráfico 31. Presença dos membros de forma proporcional.....	211
Gráfico 32. Compreensão das atividades e a linguagem utilizadas durante o evento/oficina.....	211
Gráfico 33. Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião durante a oficina.....	212
Gráfico 34. A abertura para que todos pudessem se expressar livremente durante a atividade.....	212
Gráfico 35. Abertura e oportunidade para que todos fossem ouvidos.....	213
Gráfico 36. Atividade e ou oficina realizada proporcionou sentimento de tomada de decisão.....	213
Gráfico 37. Metodologia aplicada durante a atividade ou oficina permitiu a colaboração e participação de todos os presentes.....	214
Gráfico 38. Promoção da discussão entre todos os presentes por conta da metodologia.....	214
Gráfico 39. Promoção do consenso por conta da metodologia aplicada.....	215
Gráfico 40. Avaliação da dedicação durante a realização da atividade ou oficina.....	215
Gráfico 41. Participação de pessoas que não eram do CBH na atividade ou oficina.....	216
Gráfico 42. Formas de comunicação do CBH para que os membros participassem da atividade e ou oficina (local, divulgação, assunto..).....	216
Gráfico 43. Apoio operacional e logístico para participar da oficina (dispensa, recursos para deslocamento).....	217
Gráfico 44. Atividade ou oficina gerou um resultado concreto e contribuiu para a tomada de decisão.....	217
Gráfico 45. Acesso a divulgação dos resultados da atividade e ou oficina.....	218
Gráfico 46. Atividade e ou oficina atingiu o objetivo e resultados propostos.....	218

LISTA QUADROS E TABELAS

Quadro 1. Competências federativas na gestão de recursos hídricos no Brasil.....	46
Quadro 2. Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e Entes da Gestão.....	59
Quadro 3. A inclusão da participação nos Fundamentos, diretrizes e ou princípios das Políticas (nacional e estaduais) de Recursos Hídricos	98
Quadro 4. Funções legais dos CBH's e atribuições.....	106
Quadro 5. Composição do CBH conforme legislações: nacional e estaduais	109
Quadro 6. Exemplo da composição de CBH conforme a Política de Recursos Hídricos: paulista, mineira e Federal	227
Quadro 7. Informações dos eventos observados em estudo de campo- CBH Grande.....	228
Quadro 8. Oficinas realizadas para o diagnóstico participativo do Plano Integrado do CBH Grande	239
Quadro 9. Seminários de mobilização para o Plano Integrado CBH Grande	244
Quadro 10. Cronograma de atividades do projeto “Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para Uma Gestão Participativa do Território”	254
Quadro 11. Experiências com o MAP e análise FOFA	258
Quadro 12. Principais apontamentos realizados na atividade do MAP	265
Quadro 13. Comparação entre locais de coleta de água e resultados do perfil hidroambiental	266
Quadro 14. Principais prioridades apontadas para cada variável nas oficinas	267
Tabela 1. Total de participação dos membros em atividade ou oficina organizada por intermédio do CBH, por segmento	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional de Águas
BHRG	Bacia Hidrográfica do Rio Grande
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CF	Constituição Federal
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
COGERH	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CT	Câmara Técnica
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica (SP)
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FOFA	forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
GIRH	Gestão Integrada de Recursos Hídricos
ICE	Índice de Conformidade ao Enquadramento
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IQA	índice de Qualidade de Água
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PIRH	Plano integrado de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PPA	Plano Plurianual
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo

SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SRHQ	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
SigRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
UPGRH	Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
UGRHI	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UC	Universidade de Coimbra
WWDR	<i>World Water Development Report</i>

Sumário

APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE	18
QUESTÕES, JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE DA PESQUISA	23
OBJETIVOS	29
Objetivo Geral	29
Objetivos Específicos	29
O CURSO DA PESQUISA	30
Métodos e técnicas de coleta de dados	32
Análise e interpretação dos dados	36
CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DA ÁGUA E DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	39
1.1 A preocupação com a água no cenário mundial e as inter-relações no Brasil.....	39
1.2 Contextualização da gestão da água no Brasil.....	44
1.3 A Política Nacional de Recursos Hídricos	52
1.4 Políticas Públicas: para quê e para quem?.....	65
CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	70
2.1 Fundamentação teórica: sobre o conceito de representação	70
2.1.1 Uma reflexão sobre a Representação política no Brasil	75
2.2 Fundamentação teórica: sobre o conceito de participação	80
2.2.1 A Participação na política do Brasil: uma inflexão	89
2.3 A representação e a abertura ao processo participativo na gestão das águas e dos recursos hídricos no Brasil	96
2.3.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica	104
2.4 O que estudos revelam sobre participação, representação e Comitês de Bacia Hidrográfica	117
2.4.1 O Estudo sobre o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Chapecó e Irani/ SC.....	118
2.4.2 O Estudo sobre o Comitê Taquari-Antas/RS.....	120
2.4.3 O estudo sobre a não-participação da organização da sociedade civil nas eleições do CBH do Rio São Francisco.....	121
2.4.4 O Estudo “O Comitê de Bacia sob o olhar dos seus membros”	123
2.4.5 Considerações sobre os estudos.....	125
CAPÍTULO 3 - O TERRITÓRIO DA GESTÃO DA ÁGUA E DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	127
3.1 Fundamentação Teórica: sobre o conceito de Território	127
3.2 A Bacia Hidrográfica como unidade territorial da gestão da água e dos recursos hídricos	131
3.3 Quem são os atores na gestão da água e dos recursos hídricos?	139
CAPÍTULO 4 - A REPRESENTAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS NA PERSPECTIVA DOS MEMBROS DOS CBH's E ATORES-CHAVES DA GESTÃO	146
4.1 Questionários e entrevistas: análise integrada	146
4.1.1 Perfil dos participantes da pesquisa: questionários e entrevistas	148
4.1.2 Os Comitês de Bacia Hidrográfica representados na pesquisa e a relação com membros representantes	150
4.2 Comitês de bacia hidrográfica: principais desafios	161
4.2.1 A principal função de um Comitê de Bacia Hidrográfica	161

4.2.2 Os maiores desafios enfrentados pelo CBH segundo representantes do CBH e atores-chaves	165
4.2.3 A satisfação dos representantes em relação às reuniões do CBH.....	170
4.3 A participação na gestão de recursos hídricos	177
4.3.1 O que é participação na gestão da água e dos recursos hídricos	178
4.3.1 O engajamento (envolvimento e empenho) e a atuação (discussões e ações conjuntas) dos segmentos no CBH	181
4.3.2 Metas e/ou programas (que estão ou não nos Planos de Bacia) do CBH e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação	185
4.3.3 Outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social.....	187
4.3.4 Necessidades e/ou lacunas que precisam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a participação na gestão dos recursos hídricos	191
4.4 A Representação e representatividade na gestão dos recursos hídricos segundo membros do CBH e atores-chaves	194
4.4.1. Avaliação de situações de representação e de representatividade no CBH.....	194
4.4.2 Atividade(s), iniciativas e/ ou ações, desenvolvidas pelas entidades dos representantes junto ao CBH ..	200
4.4.3 Desafios para que a representatividade seja efetiva no CBH	202
4.4.4 Necessidades e/ou lacunas que devam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a representação dos segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) na gestão dos recursos hídricos.....	204
4.5 As práticas participativas para a gestão dos recursos hídricos nos Comitês de Bacia Hidrográfica	206
4.5.1 Atividades práticas participativas: características (onde foi realizada, quem realizou, metodologia aplicada, principais objetivos da atividade).....	208
4.5.2 Avaliação da atividade ou oficina com utilização de metodologia participativa	210
4.6 Considerações sobre os questionários e entrevistas	219
CAPÍTULO 5 - IDENTIFICANDO OS DESAFIOS À REPRESENTAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CBH DO RIO GRANDE.....	221
5.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (Interestadual)	221
5.2 Observações acerca do processo eleitoral da Plenária e da diretoria do CBH Grande.....	230
5.3 O processo participativo para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande (Interestadual)	233
5.3.1 O Grupo de Trabalho do Plano Integrado: GT-Plano.....	234
5.3.2 As práticas participativas no diagnóstico e na avaliação do Plano Integrado de Recursos Hídricos do CBH Grande	238
5.3.3 Considerações sobre os eventos participativos.....	247
CAPÍTULO 6 - PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO TURVO/GRANDE/SP	249
6.1 A bacia hidrográfica do Turvo/Grande.....	249
6.2 O Projeto “Conhecendo o Comitê e mapeando a bacia: formação para uma gestão participativa do território”	252
6.2.1 Referencial Teórico: sobre as práticas participativas aplicadas nos módulos de formação	255
6.3 Análise das Oficinas de Práticas Participativas	261
6.3.2 Resultados obtidos com a aplicação dos métodos sobre a UGRHI 15	264
6.4 Considerações sobre as oficinas e práticas participativas	271

CAPÍTULO 7 - DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CBH À REPRESENTAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO	272
7.1 Uma abordagem para compreender a representação e o processo participativo na gestão dos recursos hídricos do Brasil.....	272
7.2 CBH's: Desafios e possibilidades ao processo participativo.....	281
CONCLUSÃO.....	292
REFERÊNCIAS	297
Livros e Artigos	297
Referências institucionais e Sites governamentais e institucionais: links e documentos	304
Legislações	307
APÊNDICES	311
APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	312
APÊNDICE B. ESTRUTURA DA ENTREVISTA.....	318
APÊNDICE C. QUADRO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO QUESTIONÁRIO	319
APÊNDICE D. QUADRO DE ANÁLISE DAS FUNÇÕES DO CBH POR SEGMENTO	322
APÊNDICE E. QUADRO DE DESAFIOS DO CBH, POR SEGMENTO E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	333
APÊNDICE F. COMENTÁRIOS ADICIONAIS DA QUESTÃO SOBRE AVALIAÇÃO DAS REUNIÕES DO CBH, DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	345
APÊNDICE G. QUADRO O QUE É PARTICIPAÇÃO, POR SEGMENTOS E CATEGORIA DE ANÁLISE	351
APÊNDICE H. CONHECIMENTO DE METAS E OU PROGRAMAS DO CBH, E QUE SERVEM PARA AMPLIAR, APRIMORAR OU MELHORAR A PARTICIPAÇÃO E AVALIAÇÃO	362
APÊNDICE I. OUTROS ESPAÇOS, AÇÕES E INICIATIVAS QUE PROPORCIONAM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	366
APÊNDICE J. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES OU LACUNAS PARA MELHORAR OU APRIMORAR A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, POR CATEGORIAS DE ANÁLISE	372
APÊNDICE L. ATIVIDADES, AÇÕES E INICIATIVAS DAS INSTITUIÇÕES E EMPRESAS DOS RESPONDENTES JUNTO AO CBH.....	386
APÊNDICE M. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS PARA A REPRESENTATIVIDADE NO CBH	393
APÊNDICE N. LACUNAS E NECESSIDADES A SEREM RESOLVIDAS PARA MELHORAR OU APRIMORAR A REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	404
APÊNDICE O. ANÁLISE DA ATIVIDADE E OU OFICINA COM APLICAÇÃO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA.....	412

APRESENTAÇÃO E ESTRUTURA DA TESE

Prezado leitor, esta tese de doutorado pretende contribuir para o aperfeiçoamento e maior eficácia da gestão da água e dos recursos hídricos do Brasil, focando nas questões que envolvem a representação e a participação no processo de gestão destes recursos nos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's). Falar sobre a importância da água para a sobrevivência humana é um tanto quanto redundante. Assunto este já debatido de todas as formas possíveis, com diferentes aplicações metodológicas, e por grande parte das Ciências da Terra. Falar sobre participação e representação também não é um assunto muito recente, sobretudo para a ciência política e sociologia. O que talvez seja recente é a abordagem sobre participação e representação na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil.

E, porque o talvez? Porque não ter a certeza de que este é um estudo recente? Sem precisar aprofundar sobre a *Teoria da Relatividade*, simplesmente porque dependendo do ponto de vista, o tempo pode ser muito ou pouco. Partindo do princípio de que 20 anos é uma quantidade de tempo recente, então sim, este tema é um tema recente! Considerando 20 anos um tempo recente para o desenrolar de uma política específica para a água, que incorpora as mudanças da redemocratização do país, então sim, este é um tema recente! Considerando ainda que, projetos políticos devem abarcar o curto, o médio e o longo prazo em sua implementação, desenvolvimento e avaliação, então sim, este ainda é um tema muito recente!

A Política de recursos hídricos do Brasil é uma “política ainda adolescente”, está em processo de evolução e de transformação, exatamente por que a sua promulgação acompanha uma etapa de transformações que envolvem turbulências nos níveis de confiança nas instituições, bem como de difícil afirmação em âmbito internacional. A Lei nº 9.433, que instituiu uma Política específica nacional para a gestão dos recursos hídricos no país, completou seus 20 anos no ano de 2017. E não somente é recente esta política nacional, como também são as políticas Estaduais com o mesmo tema. Isto, tratando dos temas da água e dos recursos hídricos.

A participação social, popular e pública na gestão de políticas públicas é outro tema que também está em construção no país, pois até 1988 não havia esta abertura e articulação dos mecanismos e instâncias democráticas que levassem em conta a atuação conjunta do poder público e da sociedade. O poder público era visto em um compartimento isolado, a sociedade em outro, com intersecções entre as duas que, somente se processavam, em momentos de eventos críticos, por meio de processos reivindicatórios. A redemocratização e o avanço do

processo democrático possibilitam que sociedade e Estado fiquem cada vez mais envolvidos por uma membrana tridimensional, com fluidez de fronteiras, por conta, sobremaneira, da atuação de atores políticos e de padrões dinâmicos de interação que podem ocorrer entre eles.

Já a representação é uma *cousa* política, que vem sendo aplicada no Brasil junto ao modelo democrático neoliberal. O risco é válido em afirmar que, não há, na prática, democracia dentro de um projeto neoliberal sem representação, ao contrário da *Democracia Direta* de Rousseau. O contrário não se aplica.

A gestão da água no mundo também é recente se for considerado que a *Água* está presente desde a formação do planeta, ou antes dela, em outro Espaço. E isso ultrapassa os bilhões de anos. Despendendo um pouco do tempo para falar da água é importante lembrar também que ela é a substância mais abundante da superfície do planeta Terra, possui inúmeras funções físicas como a modelagem de relevo, a dissolução de materiais terrestres e transporte de partículas, é o melhor e mais comum solvente da natureza, o meio mais eficiente de erosão da superfície terrestre, contribui para equilíbrio e regulação da temperatura do planeta, alimenta poços que geram mananciais, e conforme disserta Karmann (2000) mantém a vida sobre a Terra (pela fotossíntese- reação CO_2 e H_2O), além de compor praticamente 80% do corpo humano.

Além das funções essencialmente físicas, a água é parte fundamental constituinte no desenvolvimento de todas as civilizações em diferentes épocas e âmbitos, desde os períodos históricos mais remotos conhecidos. No âmbito cultural, por conta de questões místicas por exemplo, a água é um instrumento de purificação ritual em praticamente todas as grandes religiões- do islamismo ao cristianismo- passando pelas religiões e filosofias asiáticas. Carrega, portanto, uma carga simbólica relacionada a origem da vida e do mundo, a fertilidade e aos ciclos de regeneração da natureza (AMORIM, 2015a).

No âmbito social e econômico a água está, ou permanece presente, em usos domésticos, industriais e agrícolas, no saneamento, para navegação, recreação e geração de energia (ROMERA E SILVA, 2003). Azevedo Netto (1984), que faz um estudo cronológico sobre o abastecimento de água no mundo e no Brasil, aponta alguns acontecimentos interessantes, que possuem como pano de fundo a água e podem exemplificar os usos mencionados, como os primeiros sistemas de irrigação da Mesopotâmia, de 4000 a.C., ou a primeira legislação sobre o uso de água de fontes públicas feita por Sólon, em Atenas, 594 a.C. A importância da navegação pode ser exemplificada pela primeira expedição pelo rio Tietê até o Rio Paraná feita por volta de 1600. A mudança de concepção na gestão quando em 1857 foi criado o Conselho de Proteção das águas do rio Tâmis, talvez o primeiro conselho institucional que se tem

registro, para conter a tamanha poluição e mau cheiro. Tantos outros poderiam ser citados demonstrando não apenas os tipos de usos da água, como também que, “a água sempre foi ponto de interseção comum entre todas as civilizações” (AMORIM, 2015a, p.1)

E, a partir do momento em que se pensa no planejamento e gerenciamento destes usos da água, e se atribui valor agregando a necessidade humana para com este elemento natural, fala-se em recursos hídricos. Mais adiante, neste estudo, será detalhado a forma como está sendo realizada a gestão destes recursos no Brasil. Por hora, é importante destacar que, dentre os fundamentos da política voltada a estes recursos, e a água, está a relevância de se compreender o processo de participação como princípio fundamental na gestão.

Quando se combina gestão de água e recursos hídricos com a participação e a representação, torna-se possível traçar um caminho de estudos a partir dos colegiados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). São dois os ambientes do sistema que são colegiados: os Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos (CNRH e CERH) e os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's). Nestes colegiados é que se constrói o ambiente participativo e representativo, propriamente dito, do desenvolvimento institucional dessa gestão. Para este estudo optou-se pela análise de formas de atuação de Comitês de Bacia Hidrográfica, como ambientes privilegiados em que se constrói o processo participativo e representativo, visando as especificidades locais e regionais.

Ser a política de recursos hídricos recente, torna mais necessário um processo compreensivo e analítico em razão de seus instrumentos, mecanismos e princípios. A compreensão e a análise são necessárias para identificar os desafios e as possibilidades que irão permitir o aprimoramento da própria política pública.

Para apresentar o estudo realizado a tese foi estruturada em **sete capítulos**, além desta apresentação, ela inclui justificativas e hipótese, objetivos, métodos e técnicas, considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndices.

O **primeiro capítulo** intitulado “A gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil” apresenta o contexto do debate internacional sobre as principais recomendações e preocupações com a gestão da água nos séculos XX e XXI que são consonantes com a gestão dos recursos hídricos adotada no Brasil, perpassando pelos conceitos de gestão da água e gestão de recursos hídricos. Contextualiza a gestão da água no Brasil com base na legislação, desde o período colonial, passando pelo Código de Águas que foi o primeiro marco legal para a gestão de recursos hídricos, até dezembro do ano de 2018 com a organização da política implementada.

Aborda também a Política Nacional de Recursos Hídricos, discutindo sobre seus principais fundamentos, instrumentos, princípios e objetivos. E por fim, trata do conceito de políticas públicas, o que são, como e porque são pensadas e para que servem em um panorama geral de gestão, dado que Política Nacional de Recursos Hídricos é uma política pública.

O **segundo capítulo** recebe o título: “Representação e Participação”. Traz a fundamentação teórica a respeito dos conceitos representação e participação nos ambientes institucionais públicos. Discute a representação e a abertura ao processo participativo na gestão da água no Brasil, trazendo algumas comparações com contextos internacionais, debatendo a gestão sob a forma de colegiados (algo inédito num país que fez construiu na colonização, no império e na república com os vícios do patrimonialismo) e explica como estes conceitos serão abordados na tese. Discute também a formação e atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Por fim, apresenta quatro estudos que tem como tema investigar sobre a governança, representação e participação em Comitês de Bacias Hidrográficas.

O **terceiro capítulo** “O Território da Gestão da Água e dos Recursos Hídricos do Brasil”, traz o referencial teórico a respeito do conceito de Território, e como este é abordado na tese, com o intuito de discutir a importância da bacia hidrográfica como território de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos. Apresenta também o referencial teórico sobre o conceito de bacia hidrográfica. Por fim discute a atuação dos atores no território de gestão de recursos hídricos, considerando os ambientes de negociação, segmentos representados e a questão das competências dos entes federativos.

O **quarto capítulo** “A Representação e a Participação na Gestão da água e recursos hídricos na perspectiva dos membros dos Comitês de Bacia Hidrográfica e dos atores-chaves da gestão” apresenta os dados levantados com os questionários aplicados a membros de CBH’s a respeito da participação e da representatividade nesses ambientes colegiados do sistema de gestão de recursos hídricos, frisando os desafios levantados. Junto aos dados do questionário são apresentados, em análise, os dados das entrevistas realizadas com cinco atores chaves da gestão de recursos hídricos no Brasil.

O **quinto capítulo** “Identificando os desafios à representação e à participação na gestão dos recursos hídricos no CBH do Rio Grande” apresenta a análise dos dados obtidos com o estudo de campo realizado com a observação, não participante, de eventos do CBH do Rio Grande (Interestadual), sobretudo durante a elaboração do seu Plano Integrado de Recursos Hídricos. Foram observadas reuniões do Grupo de Trabalho do Plano, reuniões da Plenária deste CBH, e oficinas e seminários regionais que tiveram como metodologia a aplicação de

práticas participativas. Então o capítulo apresenta os resultados desta etapa do estudo, trazendo ao longo do texto os desafios identificados à participação e efetividade da representação.

O **sexto capítulo** “Práticas participativas no CBH Turvo Grande” apresenta a análise das oficinas realizadas no CBH Turvo Grande, por meio da observação participante que ocorreu durante a realização do projeto *Conhecendo o Comitê e mapeando a bacia: formação para uma gestão participativo do Território*. A observação participante foi realizada nos quatro módulos de formação do projeto, nas regiões das seguintes cidades do estado de São Paulo, a saber São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis e Votuporanga. Nas oficinas de formação foram aplicadas as seguintes técnicas participativas com membros do respectivo CBH e da comunidade: Mapeamento Ambiental Participativo, Perfil Hidroambiental Participativo com qualidade de água e Matriz SWOT.

O **sétimo Capítulo** “Desafios e possibilidades do CBH à representação e à participação”, primeiro apresenta uma nova proposta de abordagem para se compreender a representação e a participação na gestão dos recursos hídricos considerando: os CBH’s; a participação social; a participação popular; a participação pública. Discute que a participação ocorre por meio de um processo participativo, para a gestão dos recursos hídricos no Brasil, que é formado por etapas constituídas de diferentes graus e formas de representação e participação. Destaca os principais desafios identificados ao longo da pesquisa. Finalmente, são apresentadas as possibilidades no intuito de aferir a qualificação, a representação e a participação nos CBH’s, a fim de fortalecer estes entes no processo de gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Frisa-se que a redação e organização da presente Tese teve como base os estudos realizados até dezembro do ano de 2018, portanto, os dados de organização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e sobre as políticas públicas de recursos hídricos remetem aos fatos ocorridos até esta data.

No momento de depósito da presente Tese, em junho de 2019, um novo projeto político estava em implantação no Brasil, com potencial para afetar o objeto de estudo. E, diante deste panorama político, o intuito do presente estudo e o posicionamento dos resultados obtidos caminham no sentido de colaborar com a gestão dos recursos hídricos, e com a continuidade das ações dos colegiados (CBH’s) do SINGREH.

QUESTÕES, JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE DA PESQUISA

Diante do exposto até o momento, e perante a emergência de contribuir para uma gestão de recursos hídricos com “melhor” qualidade de representação dos atores envolvidos e para um processo amplo de participação, considerando que os estudos nesta área ainda estão incipientes frente à tantas situações que ainda precisam de reflexão, foram delineados os seguintes questionamentos essenciais para se iniciar a pesquisa:

- O CBH, ente colegiado do sistema de gestão dos recursos hídricos, está promovendo a gestão democrática e participativa destes recursos conforme os fundamentos da PNRH?
- Que tipo de representação está ocorrendo nos ambientes colegiados (CBH's) da política de recursos hídricos? Quem são os representantes?
- Que tipo de participação está realmente acontecendo dentro dos CBH's? De que forma está sendo feita? Como está (ou se dá) a relação da participação entre os segmentos que constituem este ambiente?
- Quais resultados têm sido obtidos pelas práticas participativas de construção coletiva aplicadas nos espaços institucionalizados de participação?
- Existe o espaço destinado à participação popular, que não está diretamente ligada com o segmento da sociedade civil organizada, dentro do atual modelo de gestão dos recursos hídricos?

Tais indagações advêm da experiência profissional da pesquisadora, sobretudo quando atuou profissionalmente no projeto *Água: Conhecimento para Gestão* e no projeto *Diálogos para o aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil*. Convém evidenciar que as atividades profissionais da pesquisadora contribuíram para incitar questionamentos e reflexões, bem como agregar conhecimento sobre a participação e a representação praticada nos CBH's, e justificam a necessidade da presente pesquisa, no entanto, não compõem as etapas do processo metodológico da presente tese.

No primeiro projeto, *Água: Conhecimento para Gestão*¹ que ocorreu no período de 2013 a 2015, a pesquisadora ministrou o curso *Gestão de Recursos Hídricos: Metodologias de Participação Social* para membros do Sistema Integrados de Gerenciamento de Recursos

¹ O projeto foi desenvolvido com parceria da Agência Nacional de Águas (ANA), Fundação Parque Tecnológico Itaipu e Itaipu Binacional. Foi ministrado nos estados: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal (Brasília), Acre, Rondônia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Hídricos (SINGREH), com ênfase aos envolvidos de CBH's em 13 estados brasileiros. O objetivo foi capacitar membros do SINGREH para a mobilização e metodologias de participação social. Neste projeto a pesquisadora se envolveu profundamente nas questões de participação nos CBH's e se viu diante de demandas importantes que envolvem tal tema, como a importância das instituições criadas pela PNRH, a representação nos ambientes de gestão de recursos hídricos entre outras questões.

Em praticamente todos os estados em que o curso foi realizado, era comum a ausência de representantes do setor público municipal, ausência esta que acabava sendo motivo de questionamentos por parte dos presentes. Também, na maioria dos estados, muitos depoimentos indicavam que a sociedade civil organizada não se sentia como parte integrante da gestão por não ter representatividade considerada suficiente nos CBH's, e muito menos apoio financeiro, situação inversa para os poderes públicos estadual e federal, ou para o setor da iniciativa privada.

Na época em que foram ministrados esses cursos, os estados de Rondônia e Acre ainda não possuíam CBH's, e a discussão predominante nestes locais, durante quase todo o curso, girava em torno da necessidade de criação (ou não) desta instância colegiada, e se ela realmente iria favorecer a gestão dos recursos hídricos. Junto a esta discussão estavam os problemas relacionados a qualidade da água por conta da mineração, as graves enchentes recentes² ocorridas nos estados, problemas das águas transfronteiriças, a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) e fazendas de gado ocupando as matas ciliares dos rios.

Por outro lado, no curso ministrado na cidade de Ourinhos do estado de São Paulo, com participação também do estado do Paraná, o público presente discutia a importância da criação do CBH do Paranapanema (Interestadual), que havia sido instituído há pouco tempo, unindo ambos estados na gestão dos seus recursos hídricos. Por este motivo, foi bastante debatida a importância do amplo processo participativo que estava ocorrendo para a construção do Plano de Bacia deste Comitê, e as metodologias aplicadas, durante o curso, contribuíram neste sentido.

No Ceará e no Rio Grande do Sul era comum o depoimento positivo do grande processo de mobilização e participação, que envolveu os estados, no desenvolvimento da gestão dos

² Em Rondônia havia ocorrido 1 mês antes do curso a enchente histórica do Rio Madeira, em 2014. Durante o curso, parte da cidade ainda estava alagada. No Acre o curso ocorreu logo após a enchente histórica de 2015 do Rio Acre. Parte da cidade estava coberta de lama.

recursos hídricos desde o final da década de 80, porém com diferenças grandes nos depoimentos sobre a situação contemporânea.

No estado do Ceará, os presentes contavam que as decisões sobre a gestão dos recursos hídricos estavam centralizadas no órgão gestor do estado, apesar da existência de diversos CBH's, e isto foi motivo de críticas durante o curso. Além disso, foi mencionado o problema da gestão compartilhada em algumas bacias, os grandes períodos de estiagem e o avanço que o estado teve na gestão dos açudes, com ampla mobilização e participação das comunidades, e a importância de alternativas organizacionais de gestão.

Já no estado do Rio Grande do Sul, um questionamento relevante foi levantado sobre o afastamento do poder público nas decisões e negociações sobre a gestão dos recursos hídricos. Também foram mencionados, na época, os problemas de urbanização de bacias na região de Porto Alegre, e a poluição de mananciais por conta das indústrias dispersas instaladas no estado.

Durante o curso nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba foram mencionados aspectos da sustentabilidade, principalmente financeira, do sistema de gestão, que não sendo suficientes, impediam por exemplo, o funcionamento de um adequado sistema de informações e a melhora na infraestrutura dos colegiados. Além disso, falavam da ocupação desordenada do litoral que provocava graves impactos ambientais em regiões de mangues, e dos problemas com vazões e períodos de estiagem que atingiam principalmente os pequenos agricultores.

Em Santa Catarina foi possível identificar uma grande atuação dos CBH's em relação às ações de educação ambiental. Muitos projetos e metas dos CBH's deste estado diziam respeito às atividades de capacitação, mobilização e educação. Contudo, apesar das iniciativas, existia uma certa dificuldade de aproximação dos órgãos públicos nos projetos. No Mato Grosso do Sul assinalaram sobre a importância e a falta da mobilização para os dois únicos CBH's do estado, e sobre a necessidade de melhorias do Sistema de Informação.

Foram muitos os apontamentos e depoimentos durante os anos de atividades, que contribuíram para despertar o interesse [na pesquisadora] em aprofundar algumas questões e refletir sobre possibilidades para a gestão dos recursos hídricos que pudessem contribuir de alguma forma com a gama de situações e questões levantadas.

Após a experiência ministrando o curso mencionado, no ano de 2017 a pesquisadora atuou como moderadora no projeto *Diálogos para o aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil*, desenvolvido em parceria entre Banco Mundial, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O projeto

teve como objetivo geral contribuir para o fortalecimento da PNRH e do SINGREH, a fim de que estes possam fornecer respostas mais eficazes e efetivas para a sociedade brasileira, frente aos problemas enfrentados pelo setor de recursos hídricos.

Neste projeto a pesquisadora foi responsável por moderar e contribuir com três, de oito estudos de caso³ que fizeram parte do escopo do projeto: estudo de caso da Hidrovia Tietê-Paraná; da Região Metropolitana de São Paulo; e das Bacias Piracicaba-Capivari-Jundiá. A moderação foi realizada aplicando-se a técnica de grupos focais com pelo menos 40 atores envolvidos com a gestão de recursos hídricos, em cada estudo de caso, separadamente. Cada caso propiciou uma gama de discussões que contribuíram fundamentalmente para aumentar a compreensão da pesquisadora com os temas. Aqui serão elencadas algumas delas.

No caso da hidrovia Tietê-Paraná discutiram-se os problemas relativos a escassez de água no rio Tietê no ano de 2014, que conseqüentemente alteraram a vazão, sobretudo dos reservatórios, e interferiram na navegação e geração de energia hidrelétrica. Foram feitos apontamentos sobre a importância da articulação entre instituições no sentido de viabilizar soluções mitigadoras, para futuros problemas com as mesmas causas e conseqüências. E neste sentido, o foco desse estudo de caso foi a gestão dos recursos hídricos, considerando a operação dos reservatórios para a geração de energia elétrica e o transporte aquaviário. Ficou clara a falta de uma negociação adequada entre o setor hidrelétrico e o de navegação. Os colegiados do SINGREH sequer participaram das negociações.

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi discutida a gestão de recursos hídricos, em um contexto de estresse hídrico pela alta pressão urbana e poluição dos cursos de água. Dada a crise do Sistema Cantareira (São Paulo) em 2014, foi inevitável a discussão sobre a forma como foi acordada a resolução do problema. Foram feitos diversos apontamentos a respeito da importância do fortalecimento do CBH quando destas situações, uma vez que, durante a crise os CBH's não tiveram força de negociação frente ao governo do Estado. Também foi discutida a importância que a população da RMSP teve na ocasião ao reduzir o consumo de água, e por isso a necessidade em insistir em programas de Educação Ambiental, proteção dos mananciais, programas de uso e ocupação do solo e em tecnologias verdes.

Sobre a questão dos mananciais e sobre o uso e ocupação do solo foi mencionada a frágil articulação de planos diretores municipais com planos de bacia hidrográfica. Também foi apontado, entre os participantes do grupo focal, a necessidade de articulação entre os órgãos do

³Os outros estudos de caso foram: Bacia do Rio dos Sinos (RS), Bacia do Rio São Francisco, Bacia do Rio São Marcos (DF), Bacia do Rio Acre (AC) e Bacia do Rio Piranhas Açu.

SINGREH, tanto vertical como horizontalmente para que, em momentos como aquele, estes entes tenham força de negociação. A participação efetiva dos três segmentos no CBH, a fim de fortalecer este ente do sistema, foi uma das ressalvas que surgiu durante os grupos focais.

O estudo de caso das Bacias Hidrográficas Piracicaba-Capivari-Jundiaí (PCJ) buscou trazer para o projeto o alto nível de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos versus o persistente problema de qualidade e quantidade de água nas bacias. Durante os grupos focais foi mencionado que o sucesso da implementação da Política nas Bacias deve-se também ao fato do grande processo de mobilização ocorrido desde o início de formação do CBH PCJ, e ao reconhecimento deste por parte do governo e da sociedade como um ente importante para a gestão local, regional, e nacional, de recursos hídricos. Considerando a implementação dos instrumentos da PNRH, a bacia está à frente de todas as outras no país, englobando inclusive o enquadramento dos corpos de água.

As capacitações e projetos de educação, que ocorrem por meio do CBH PCJ são fatores preponderantes para o alto nível de implementação da política. Por outro lado, a negociação com municípios e com outros CBH deve ser contínua segundo os participantes dos grupos focais, principalmente em relação a qualidade de água (que acaba sendo atribuída aos municípios) e a quantidade de água que diminui nas bacias por conta de outras regiões exteriores ao Comitê. O CBH PCJ possui um número que ultrapassa a casa dos mil em relação aos membros e participantes de câmaras técnicas, e conforme depoimentos, a representação neste Comitê possui qualidade.

Logo, o sentido de realizar esta pesquisa justificou-se por todos os motivos acima apresentados, e por outros que foram sendo incorporados durante o processo de pesquisa.

Os questionamentos e justificativas nortearam a formulação da **hipótese desta pesquisa**, que parte do seguinte princípio: o Comitê de Bacia Hidrográfica, considerado na PNRH, é a instituição fundamental do SINGREH para assegurar a descentralização, a efetividade e a democratização da gestão pública dos recursos hídricos por meio da participação e representação dos segmentos sociais envolvidos nas decisões de gestão.

Ademais, a concepção desta pesquisa também foi discutida com outros pesquisadores e profissionais (especialmente o Dr. Paulo Augusto Romera e Silva, e o Dr. Salvador Carpi Junior) atuantes no processo de formação participativa em Comitês de Bacia Hidrográfica e na Política Estadual de Recursos Hídricos do estado de São Paulo.

O Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva (co-orientador da tese), atua no Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos (CTH/DAEE-USP). Está envolvido com a

gestão dos recursos hídricos desde a elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos e da Lei Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, tendo participado do Conselho Estadual e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos como representante da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

O Dr. Salvador Carpi Junior, atua na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Instituto de Geociências -Departamento de Geografia - Laboratório de Geomorfologia e Análise Ambiental. Desenvolve trabalhos que envolvem a participação social na gestão dos recursos hídricos desde a década de 90, principalmente desenvolvendo técnicas participativas como o Mapeamento Ambiental Participativo e Matriz FOFA, aplicadas à gestão de bacias hidrográficas. Participou da equipe técnica que promoveu Oficinas de Diagnóstico Participativo para elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Comitê do Paranapanema, realizadas em 2014, entre outros trabalhos relevantes.

A experiência acadêmica da pesquisadora também foi fundamental para a elaboração desta tese. A formação em Ciências Sociais e Geografia proporcionou a base para estudar sobre os conceitos de participação, representatividade e gestão dos recursos hídricos. A especialização e o mestrado em Geografia, com foco na análise e gerenciamento de bacias hidrográficas, promoveram ainda mais a aproximação com o tema da tese.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo foi compreender como se dá a representação e a gestão participativa na política pública de recursos hídricos, tendo como base os Comitês de Bacia Hidrográfica, a fim de aferir a qualificação, a representação e a participação para fortalecer a atuação destes entes colegiados na gestão integrada e sustentável da água e dos recursos hídricos no Brasil.

Objetivos Específicos

- a) Entender o processo histórico e sociopolítico da gestão da água, da representação e da abertura à participação na política de recursos hídricos no Brasil;
- b) Entender a formação e atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- c) Investigar com membros de Comitês de Bacia e atores-chaves os principais desafios relacionados à representação e à participação na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil;
- d) Identificar os desafios à representação e à participação na gestão dos recursos hídricos no CBH do Rio Grande (Interestadual);
- e) Analisar as oficinas realizadas no CBH Turvo Grande/SP em que foram empregadas as metodologias participativas integradas, para verificar em que medida estas atividades contribuem para uma gestão mais participativa da água e dos recursos hídricos;
- f) Identificar as possibilidades para uma permanente qualificação da representação e da participação nos Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil.
- g) Contribuir para o desenvolvimento institucional da gestão dos recursos hídricos.

O CURSO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, essencialmente qualitativa, buscou-se, na medida do possível, seguir uma abordagem sistêmica-crítica para subsidiar as discussões e reflexões. Para Rodrigues e Silva (2013), esta abordagem permite a descoberta e a construção de um mundo multidimensional muito produtivo para se estudar fenômenos, como as paisagens, relações sociedade e natureza, da humanidade com seu meio ambiente. Segundo os autores, o enfoque sistêmico "é uma abordagem interdisciplinar, que é uma concepção metodológica e um meio para o estudo de objetos integrados e das dependências e interações integrais" (RODRIGUES; SILVA, 2013, p 22).

O enfoque sistêmico trata de um novo olhar para a realidade, admitindo a complexidade dos fenômenos observados, que na presente pesquisa é compreendido de maneira diferente do enfoque sistêmico analítico-objetivista, em que o procedimento metodológico trata apenas de compreender as leis que regem um sistema a fim de reconhecer o comportamento deste, tratando-se, portanto, de um novo enfoque sistêmico que está além de uma visão mecanicista, modelística e reducionista. Nesta nova abordagem sistêmica apresentada por Rodrigues e Silva (2013), considera-se a diversidade da realidade como um todo dinâmico e processual.

Tal abordagem, também foi uma tentativa de estar na direção oposta ao desencantamento da ciência. Flick (2009), escrevendo sobre a pesquisa qualitativa, discorre sobre a importância de se adotar, na contemporaneidade, abordagens que estão em interação, já que há um tempo, principalmente nas ciências sociais, existe um desencantamento da pesquisa que repousa, a grosso modo, no distanciamento da teoria e da prática, e na grande preocupação com questões metodológicas afastando-a das questões cotidianas. Uma tentativa de contornar este desencantamento seria produzir um tipo de conhecimento que leve em consideração os sujeitos, as situações e suas interações. O autor ressalta que é difícil evitar a influência dos interesses e da formação social e cultural na pesquisa qualitativa, sendo assim, é preciso incorporá-las.

Quando se integra o enfoque sistêmico à visão crítica, há a compreensão das inter-relações entre o todo e as partes no ambiente, para formação de diferentes níveis de totalidades, com diferentes unidades estruturais que estão em constante interação (RODRIGUES; SILVA, 2013) e transformação. Na visão crítica, a realidade é apreendida e constituída por estruturas situadas historicamente e formada por aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, que existem por si, a partir das interações de contraposições e identificação das similaridades. Vale

frisar que tanto o conceito de representação como o de participação, que podem ser compreendidos neste projeto como legitimadores de um processo do sistema social e político democrático, estão na base da concepção crítica.

Em suma, pretendeu-se, com a utilização desta abordagem sistêmica-crítica, compreender as complexas inter-relações existentes entre a representação, a participação e a gestão integrada dos recursos hídricos, considerando os diferentes contextos existentes no território da bacia hidrográfica e no sistema de gestão dos recursos hídricos adotado no Brasil, tendo como foco central do estudo o CBH. Esta conexão foi muito importante, já que a pesquisa foi realizada em um programa interdisciplinar de Ciências Ambientais na linha de pesquisa Ambiente e Sociedade. Dentro desta linha está a importância de estudar as políticas públicas ambientais e a governança na gestão ambiental.

A partir desta abordagem, foi necessário buscar uma metodologia de pesquisa que permitisse a utilização de múltiplas técnicas e ferramentas de levantamento de dados, e que englobasse tanto a dimensão qualitativa da pesquisa, como em alguns momentos, a análise quantitativa, e que ao mesmo tempo fosse capaz de analisar a concepção central do estudo: a "representação e participação na gestão de recursos hídricos". Conforme Tuzzo e Braga (2016), a ideia de trabalhar com múltiplas técnicas reafirma a certeza de que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo" (TUZZO; BRAGA, 2016, p.143).

Por isso, optou-se por trabalhar com a triangulação metodológica. "A triangulação supera as limitações de um método único por combinar diversos métodos [e diversas técnicas de obtenção de dados] e dar-lhes igual relevância" (FLICK, 2009. p.32), e permite em uma ótica sistêmica-crítica, processos diferenciados de interpretação, considerando as diferentes perspectivas dos fenômenos estudados.

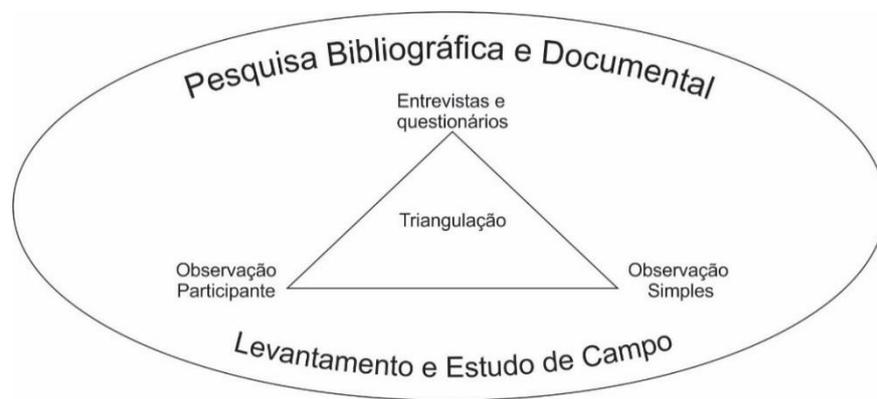
Partindo dos métodos escolhidos para a coleta de dados, a trajetória da pesquisa transitou em escalas com abrangências distintas. Ao longo do estudo foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas norteadores do trabalho. A escala com maior abrangência foi utilizada para o levantamento de campo, com aplicação de questionários aos membros de CBH's distribuídos pelo território brasileiro, e para a realização de entrevistas com atores-chaves da gestão de recursos hídricos.

Em seguida foi realizado estudo de campo no CBH Grande (Interestadual), por meio da observação não participante de reuniões, Grupo de Trabalho, oficinas e atividades, sendo esta

outra escala de análise, e em uma escala com menor abrangência, estudo de campo com observação participante e aplicação de práticas participativas no CBH Turvo Grande (Estadual).

Com base no diagrama elaborado por Flick (2009, p.45) foi possível construir outro, a fim de apresentar os métodos e processos escolhidos para a triangulação realizada na presente pesquisa, representado pela figura 1.

Figura 1. Diagrama representando a triangulação metodológica



Fonte: Elaborado pela autora, 2018. Adaptado de FLICK (2009).

É válido frisar que, em pesquisas qualitativas, autores que trabalham nesta perspectiva metodológica apontam que o pesquisador tem papel fundamental, e que a subjetividade, portanto faz parte do processo de investigação. “As reflexões do investigador sobre as suas ações e observações no terreno, as suas impressões, irritações, sentimentos, etc. Constituem dados de pleno direito, fazendo parte da interpretação e ficando documentados[...]” (FLICK, 2005, p.6). Então, o processo metodológico se adaptou conforme o andamento do estudo, considerando as reflexões progressivas da pesquisadora sobre os dados levantados.

Métodos e técnicas de coleta de dados

A coleta de dados deu-se com o levantamento bibliográfico e documental, levantamento de campo com aplicação de questionários e entrevistas, e estudo de campo com observação não participante e participante, conforme foi apresentado na figura 1, e estiveram relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa.

A **pesquisa bibliográfica e documental** foi direcionada, sobretudo, à compreensão do processo histórico e sociopolítico da gestão da água, da representação e da abertura à gestão

participativa na política de recursos hídricos no Brasil. Além disso, com a pesquisa bibliográfica e documental foi possível compreender a formação e atuação dos CBH's e as características da PNRH, principalmente no que se refere à participação e representação.

A pesquisa bibliográfica foi ampliada para abarcar os conceitos de participação e representação, território, políticas públicas e bacia hidrográfica em um contexto amplo. Também foram pesquisados documentos e legislações a respeito da gestão de recursos hídricos, CBH's e legislações em sites governamentais.

Este levantamento permitiu a compreensão e análise das estruturas e arranjos institucionais que promovem a participação nos processos de tomada de decisão e contribuiu na identificação das possibilidades para qualificação da representação e da participação nos CBH's. Também deu a base para a proposta de uma nova abordagem sobre participação e representação na gestão da água e dos recursos hídricos, contemplando principalmente os objetivos específicos: a; b; f; e g.

O **levantamento de campo**, que conforme Gil (2008) pode ser denominado de *survey*, foi empregado para a investigação com membros de Comitês de Bacia e atores-chaves da gestão sobre os principais desafios para a representação e participação na gestão da água e dos recursos hídricos (objetivo específico c). Para este levantamento, foram adotadas duas técnicas de pesquisa: questionário e entrevista.

O questionário (Apêndice A) foi aplicado conforme as diretrizes e orientações propostas por Gil (2008) e Malheiros (2011), tomando o devido cuidado com o tipo das questões, linguagem, clareza, público e indução das respostas, e serviu de base para identificar e analisar o contexto da participação e a qualidade de representação, em alguns dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Brasil. Foi estruturado em 19 perguntas -abertas e fechadas, qualitativas- e foi enviado por e-mail para 190 membros de CBH's nominalmente e para secretaria de 40 CBH's, utilizando-se para tanto a plataforma *SurveyMonkey*⁴ e um *link* para respostas *on line* criado por esta plataforma que foi enviado no corpo do e-mail, junto ao convite e o questionário em formato PDF.

Os critérios de escolha, adotado pela pesquisadora, para o envio do questionário, foram: envio aos membros da Plenária do CBH Grande Interestadual e para alguns membros dos 16 CBH's das Bacias afluentes desse CBH, por conta da correlação nesta pesquisa com o estudo de campo; envio para CBH's estaduais, distribuídos no território nacional, sendo a escolha

⁴ Plataforma mundial, paga, para criação e aplicação de questionários *on line*. (<https://pt.surveymonkey.com/>, 2018)

destes CBH's determinada pelo cruzamento dos critérios, por estado: data de criação, localização do CBH no estado ou equidistância entre CBH's, quantidade de membros e disponibilidade de contato; membros de lista de nomes formada a partir de *network*, dentre eles: estudiosos, pesquisadores, técnicos e profissionais da área.

Para a obtenção da informação referente à quantidade total de CBH's por estado da Federação e posterior escolha dos 40 CBH's, foi realizada uma pesquisa no *site oficial* que o governo federal e a ANA mantêm sobre CBH's, com atualização datada do ano de 2016.

Partindo do princípio de que todos os 40 CBH's tomaram conhecimento da mensagem de convite à colaboração da pesquisa enviada por *e-mail*, e compartilharam com seus membros, é possível estimar que o questionário tenha alcançado perto de 1200 pessoas⁵, sendo a relação de estimativa-respostas de aproximadamente 14%, correspondendo assim a um retorno que pode ser considerado adequado, e até acima da média estatística, para pesquisas espontâneas que é da ordem de 10 a 12%. Para confecção dos mapas dos CBH's representados no questionário da pesquisa foram utilizados os programas ArcGIS e CorelDRAW X6.

Por questões de ética e confidencialidade não é disponibilizada a lista de *e-mails* ou nomes dos membros participantes. Os temas das questões abordaram entre outros aspectos importantes, a assiduidade dos membros dos CBH's, comprometimento, comparecimento em reunião, poder de decisão, qualidade de representação, como ocorre a participação social e popular na gestão, função do CBH.

A fim de aprofundar algumas questões específicas, e, considerando que existem pontos de vistas diferentes sobre os temas estudados por conta do envolvimento político, formação e situação social dos sujeitos envolvidos, foram realizadas cinco entrevistas em profundidade (semiestruturadas) por pautas (Apêndice B) seguindo as orientações e diretrizes propostas por Gil (2008). A escolha dos entrevistados se deu pelo delineamento e mapeamento de atores-chaves na gestão dos recursos hídricos, considerando sua atuação, experiência de vida, longa trajetória e experiência profissional na gestão dos recursos hídricos e atuação destes nos entes do SINGREH. O que se buscou verificar e complementar, com as entrevistas, foram as informações sobre os temas investigados e levantados com o questionário. Frisa-se que o roteiro

⁵ O valor é uma estimativa considerando o princípio descrito no texto de que todos os 40 CBH's compartilharam entre seus membros o questionário. Não há como garantir que todos os CBH's e membros contatados leram o e-mail enviado solicitando a colaboração na pesquisa.

das entrevistas⁶ foi composto por questões abertas, e por este motivo, nem todos os temas e questões, do questionário, foram discutidas com os entrevistados.

Sob esta perspectiva, as entrevistas foram realizadas com profissional da superintendência da ANA, com representante ativista da sociedade civil organizada (INEVAT-Institutos de Estudos do Vale Alto Tietê e Consórcio), com representante do poder público estadual (Secretaria do Verde e Meio Ambiente de São Paulo), com representante do poder público municipal e representante de CBH Interestadual (Consórcio PCJ) e com representante de CBH Interestadual pela sociedade civil organizada e poder público estadual (CBH São Francisco). Quatro das cinco entrevistas foram realizadas presencialmente, e uma delas realizada por meio da internet, com o programa *Skype*. Por motivos de ética e confidencialidade na pesquisa os atores não serão identificados.

O **estudo de campo** ocorreu por meio da observação não participante e participante. A observação não participante foi realizada no CBH do Rio Grande (Interestadual), durante algumas etapas de elaboração e discussão sobre o Plano Integrado de Bacia, com a finalidade de identificar os desafios à representação e à participação na gestão dos recursos hídricos deste CBH (conforme o objetivo específico e). Neste momento, foi realizada a observação das reuniões do Grupo de Trabalho responsável pela discussão sobre o Plano de Bacia, a observação de oficinas participativas na etapa do diagnóstico da elaboração do Plano, e de seminários de divulgação sobre o Plano de Bacia. Foi feito, para todos os eventos, um diário de campo. Além disso, durante intervalos dos eventos, ocorreram momentos de diálogo e aproximação com alguns presentes.

A escolha deste CBH deu-se pelo fato de que no início do presente estudo, em 2015, a pesquisadora obteve a informação sobre a realização de oficinas para o diagnóstico participativo do seu Plano Integrado de Recursos Hídricos que estava no início da sua fase de elaboração. Foi uma oportunidade para observar algumas fases da elaboração de um plano de bacia hidrográfica, e as etapas participativas do processo de elaboração deste plano.

A observação participante teve a finalidade de analisar oficinas em que foram aplicadas práticas participativas para membros do CBH Turvo Grande e comunidade em geral (objetivo específico e). Foram aplicadas, de forma integrada, as práticas participativas de Mapeamento Ambiental Participativo (MAP), Perfil Hidroambiental Participativo (PHP) e Análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (Análise FOFA) durante o projeto “*Conhecendo*

⁶ Em entrevistas em profundidade, é possível elaborar um roteiro com questões abertas, e temas a serem discutidos.

o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para uma gestão participativa do território”, que ocorreu ao longo do ano de 2018 no CBH Turvo Grande/ SP (Estadual). O projeto foi composto por 4 módulos de formação, delimitados por regiões da Bacia do Turvo Grande, abrangendo toda a bacia.

A pesquisadora participou de todos os módulos como parte da equipe técnica que realizou a capacitação, aplicando as práticas, elaborando os materiais didáticos e mapas-base, e ministrando aulas expositivas. Além disso, fez parte da equipe idealizadora do projeto no ano de 2014. No ano de 2018 o projeto foi realizado, abrindo a possibilidade de incorporá-lo ao presente estudo.

Análise e interpretação dos dados

Todos os métodos aplicados foram analisados e interpretados de forma integrada. Conforme explica Gil (2008) em pesquisas qualitativas os dois processos, análise e interpretação dos dados, caminham juntos. Com base na concepção do método de pesquisa apresentado no presente projeto, ao longo da pesquisa foi realizada a análise crítica analítica interpretativa como método principal, simultaneamente a coleta dos dados, por meio de teorizações progressivas.

Isto significa dizer que, os dados levantados com os métodos foram sendo analisados e interpretados de forma reflexiva, ao longo do processo de pesquisa. A partir das práxis dos métodos, cada um com sua especificidade, novas informações, questionamentos e situações foram identificadas e repensadas, dando base a novas consultas e novas investigações. Então a pesquisa foi um constante processo de construção, reflexão, desconstrução e reconstrução- de forma cíclica.

Em determinados momentos, ocorreram análises e interpretações mais específicas para que fosse possível elaborar e organizar a *apresentação*, que conforme Gil (2008), consiste na organização dos dados a fim de possibilitar a identificação de semelhanças, diferenças e das intersecções entre os dados da pesquisa. Gil (2008) também apresenta um conjunto de práticas e princípios interessante, que contribui para nortear a análise e interpretação dos dados em pesquisas qualitativas. Segundo o autor, este conjunto foi proposto por Renata TESCH em 1990. São dez princípios que serviram de base para a presente pesquisa:

1. A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é cíclica ou concomitante à coleta de dados. A rigor, o processo de análise inicia-se no momento da própria coleta; essas duas etapas se comunicam.
2. O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido. A análise só termina quando os novos dados nada mais acrescentam quando entram num estado de saturação.
3. O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo. Estas notas possibilitam registrar o processo e constituem importante ajuda para o desenvolvimento conceituais.
4. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo. A finalidade da análise não é simplesmente descrevê-los, mas promover algum tipo de explicação.
5. Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados. Algumas categorias são estabelecidas antes da análise dos dados. Mas, ao longo do processo são identificados novos temas e definidas novas categorias a partir dos próprios dados, de forma indutiva.
6. A principal ferramenta intelectual é a comparação. Os procedimentos comparativos são usados nos mais diversos momentos do processo de análise. Os dados obtidos, por sua vez, podem ser comparados com modelos já definidos, com dados de outras pesquisas e também com os próprios dados. Esta comparação é que possibilita estabelecer as categorias, definir sua amplitude, resumir o conteúdo de cada categoria e testar as hipóteses.
7. As categorias para escolha dos segmentos são tentativas e preliminares desde o início e permanecem flexíveis. Como as categorias derivam dos próprios dados é necessário que sejam definidas como provisórias até que possam abarcar os dados a serem obtidos posteriormente.
8. A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. Embora se reconheça a importância de um arcabouço metodológico sólido, não se pode dispensar a criatividade do pesquisador. Cabe-lhe muitas vezes desenvolver a sua própria metodologia.
9. Os procedimentos não são científicos nem mecanicistas. Para análise requer-se um plano. Mas isso não significa que se deva aderir mecanicamente ao processo. Embora requeiram conhecimentos metodológicos, não existem regras rígidas de análise. Na pesquisa qualitativa importante papel é conferido à interpretação.
10. O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível. Embora ao longo do processo de análise ocorra a segmentação dos dados, o que se espera ao final é a constituição de um quadro mais amplo e coerente (...) (In: GIL, 2008, p.177).

Diante do que foi colocado, segue uma breve apresentação de como os dados de cada método e técnica foram analisados e interpretados, considerando as especificidades metodológicas, tendo como apoio constante ao longo de todo o projeto a pesquisa bibliográfica e documental.

Aos dados gerados pelos questionários foram aplicadas: a tabulação e as análises estatísticas, que se baseiam na descrição dos dados e avaliação das generalizações e a geração de tabelas, para as questões fechadas e quantitativas. Para as questões de cunho qualitativo do questionário, foram feitas análises individuais de respostas, inseridas em matrizes comparativas com categorias que foram estabelecidas e elencadas conforme a análise das respostas, mas que em alguns momentos também passaram pela análise estatística. Portanto, em relação aos dados levantados pelo questionário, cada questão teve sua própria forma de análise.

As entrevistas em profundidade não foram transcritas em sua totalidade. Por serem entrevistas em profundidade e com viés informal, buscou-se identificar nas falas dos entrevistados elementos que foram selecionados e divididos pelas categorias de análise (conforme as respostas dos entrevistados frente à pauta da entrevista). Durante o processo, outras novas categorias surgiram. Então, os trechos selecionados foram sendo incorporados aos resultados do questionário de forma complementar, reflexiva e integrada a cada assunto abordado.

Os dados provenientes do estudo de campo do CBH Grande, com a técnica de observação não participante, serviram de reflexão para todas as etapas da pesquisa e para a composição do questionário e escolha dos entrevistados. Além disso, os relatos da pesquisadora nos diários de campo foram descritos e analisados com base na concepção do método de pesquisa proposto, considerando a subjetividade reflexiva da pesquisadora e dos sujeitos.

Para os resultados da observação participante no CBH Turvo Grande fez-se análise crítica se as práticas participativas adotadas durante os módulos realmente promovem a participação efetiva à gestão dos recursos hídricos e contribuem para incorporar a participação na gestão. Para cada módulo foi feito um relatório preliminar com os resultados das atividades, que deu base para o resultado apresentado no presente estudo.

Os principais desafios identificados em cada etapa metodológica foram inseridos em uma matriz para consolidar a triangulação. A partir da análise da matriz e da teorização progressiva feita ao longo da pesquisa, foi possível sugerir uma nova abordagem para a compreensão do processo participativo e representativo na gestão dos recursos hídricos, e identificar as possibilidades para qualificar a representação e a participação a fim de fortalecer os CBH's como entes fundamentais na gestão.

CAPÍTULO 1 - A GESTÃO DA ÁGUA E DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

1.1 A preocupação com a água no cenário mundial e as inter-relações no Brasil

As ações que impactam negativamente o meio ambiente como o crescimento desordenado das cidades e do modelo agrícola insustentável, a ocupação de áreas de mananciais, o desmatamento e as diversas formas de poluição, que ainda persistem, mesmo após o advento e a ampla universalização do conceito de sustentabilidade, somadas a insuficiência de práticas de governança relativas à gestão dos recursos hídricos, estão provocando o crescente desequilíbrio entre a demanda hídrica e sua oferta, gerando um déficit de água cada vez mais grave e comprometendo a qualidade da água, em escala global, regional e local.

Quando se olha para a preocupação, posta no cenário mundial, sobre a gestão da água e gerenciamento dos recursos hídricos, é possível estabelecer relações, em diversas medidas, entre os assuntos e metas discutidos neste cenário, com a política adotada no Brasil a partir da década de 90, sobretudo em relação aos principais fundamentos adotados, tornando a compreensão da escala global das discussões imprescindível.

Antes de iniciar as discussões do cenário global, convém uma nota sobre a diferenciação que existe entre gestão da água e a gestão dos recursos hídricos. Embora estes conceitos estejam intrinsecamente relacionados, é possível admitir que a gestão da água se refere a questões pertinentes sobretudo ao manejo, qualidade e a quantidade, e também a questões que envolvem a política de saneamento (como: serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, abastecimento de água potável), a saúde, o ciclo hidrológico e manutenção de ecossistemas.

A gestão de recursos hídricos diz respeito necessariamente aos usos e a atribuição de valor à água, e por isso abrange um sistema de gerenciamento com uma série de medidas e instrumentos, como princípio poluidor-pagador, instituições, outorga, planos de recursos hídricos, entre outros da política pública de recursos hídricos. Ou seja, a gestão e o gerenciamento de recursos hídricos compõem um sistema complexo que incorpora a gestão da água e que irá atuar sob a valoração e os diversos usos que se faz da água, considerando também os conflitos e impactos econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos decorrentes.

No cenário mundial [frisa-se global], a preocupação mais explícita com a situação da água e dos recursos hídricos aparece em diversas conferências sobre o meio ambiente, desde o final da década de 1970, quando estas colocam como temas norteadores das discussões a questão da projeção da escassez relativa a estes recursos e o acesso a água potável (MARTINS, 2015; VARGAS, 2000).

Mudanças climáticas adversas em décadas anteriores a década de 70, incluindo secas e enchentes, entre outras questões socioeconômicas, políticas e ambientais⁷ fizeram reunir líderes mundiais na Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, com início em 05 de junho de 1972, que foi instituído como o dia mundial do meio ambiente. Dentre os princípios da Conferência estava a preservação do recurso natural água mediante a planos e ordenamentos em que prevalecesse o benefício deste bem para as gerações (ONU, 1972)

Nos anos seguintes outros esforços e conferências debateram questões específicas relativas a estes recursos na esfera da discussão internacional. A Conferência das Nações Unidas para a Água, no ano de 1977, foi o primeiro encontro especializado para tratar problemas exclusivos da água. O encontro resultou no *Plano de Ação de Mar del Plata* que apresentou metas e recomendações objetivas aos países, relativas sobretudo a qualidade, quantidade de água e saneamento (ONU, 1977).

A partir destes temas norteadores, o Plano discorre, especialmente nas recomendações a nível nacional, sobre a necessidade do desenvolvimento de estudos e projetos prioritários, diagnósticos, importância de treinamentos de equipe técnica, educação, participação da comunidade e estabelecimento de instituições apropriadas com responsabilidade de planejamento relativas à gestão da água (ONU, 1977).

Entre os anos de 1981 e 1990 foi instituída a Década Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento. As resoluções e decisões para a década levaram em consideração o pouco avanço, das décadas anteriores, decorrente da prevalência de critérios econômicos para a melhoria do acesso a água potável e a serviços de saneamento.

Partindo das necessidades de monitorar a qualidade da água, eliminar doenças de veiculação hídrica, fomentar a participação das comunidades, mobilizar recursos necessários

⁷ Convém lembrar: o início da Guerra Fria e a disputa armamentista e nuclear após a II Guerra Mundial; a Revolução Cubana; a Construção do Muro de Berlim em 1961; a Guerra do Vietnã e consequências para economia sobretudo norte Americana; Regimes totalitários Ascendentes (inclusive no Brasil) e predomínio de grandes potências econômicas mundiais em detrimento de economias periféricas; a Publicação do Livro primavera Silenciosa de Rachel Louise Carson em 1962 sobre o DDT; Maré Negra provocada por Torrey Canion em 1967;

para o avanço de serviços, foi deliberado, entre outros, sobre a importância de concentrar os esforços nas populações rurais e urbanas subatendidas, na utilização de sistemas socialmente relevantes para utilização da água, e na associação das comunidades com todas as etapas dos programas e projetos. Dentre as recomendações estavam o fortalecimento de agências nacionais, a criação de comitês de ação nacionais para facilitar a formulação e implementação de políticas de gestão dos recursos hídricos, o fortalecimento de outros mecanismos e a incorporação de atividades de educação e treinamento (ONU, 2018).

Em seguida, o ano de 1992 foi um ano importante para a gestão sustentável da água no cenário mundial. Em janeiro desse ano, durante a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente foi elaborada a Declaração de Dublin sobre a Água e Desenvolvimento Sustentável, e, o dia 22 de março foi declarado “O Dia Mundial da Água”. Segundo a Declaração de Dublin era preciso um compromisso dos governos com as comunidades, até as menores, para se avançar na gestão adequada dos recursos de água doce. Foram estabelecidos na ocasião quatro princípios ordenadores. Para o presente estudo se destaca o segundo princípio, que indica, que a abordagem participativa deve nortear o desenvolvimento e a gestão da água que deve ser realizada envolvendo utilizadores (usuários), planejadores (órgãos e organizações) e decisores políticos a todos os níveis (ONU, 1992a).

O documento explica objetivamente como dever ser realizada a abordagem participativa, desde a importância da conscientização sobre a importância da água entre os formuladores de políticas e o público em geral, até recomendar que as decisões devem ser tomadas no nível de gestão apropriado, com consulta pública completa e envolvimento dos usuários no planejamento e implementação de projetos hídricos (ONU, 1992a).

Um ponto importante na agenda de ações do documento é a capacitação de pessoas e instituições para planejar e implementar projetos. Além disso, no documento já se apontava que a bacia hidrográfica como entidade geográfica mais adequada para a gestão dos recursos hídricos. Segundo o documento, a conscientização deveria ser parte fundamental da gestão participativa dos recursos hídricos, sendo imprescindível programas de apoio à informação, educação e comunicação como parte integrante do processo de desenvolvimento dos países (ONU, 1992a).

Passada essa Conferência, ocorreu em junho do mesmo ano a Cúpula da Terra (ECO-92 Rio de Janeiro), resultando em vários documentos, entre eles a Agenda 21, documento assinado por 179 países e composto por 40 capítulos, que propôs mudanças e intenções de desenvolvimento sustentável para o século XXI. O capítulo 18 do documento é dedicado a

proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos, e é composto por sete áreas de programas com objetivos, bases para ações, propostas de atividades, meios de implementação. Em pelo menos cinco, das sete áreas de programas, são mencionadas questões sobre a importância da difusão e capacitação técnica e da comunidade, sobre a necessidade da ampla participação na gestão e nos processos de utilização da água, inclusive com o desenvolvimento de técnicas participativas específicas para a tomada de decisão (ONU, 1992b).

Após a Rio 92, outro esforço destacado pela ONU, que inclui a preocupação com a água, ocorreu no ano 2000 durante a Cúpula do Milênio dando origem aos ODM's (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) e dentre eles a promessa de reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para obtê-la (ONU, 2000).

Em 2003 foi declarado o Ano Internacional da Água Doce e lançado o primeiro Relatório Mundial de Desenvolvimento da Água (WWDR- *World Water Development Report*), diante de uma situação crítica em que 1,1bilhão de pessoas ainda não tinham acesso a água potável, 40% da população mundial não tinham acesso ao saneamento, e com uma previsão de que, se os padrões de consumo continuassem iguais, duas em cada três pessoas até 2015 viveriam em condições de estresse hídrico (DPI/ONU, 2002). Como meta destacou-se a importância das propostas discutidas na Conferência de Johannesburgo de 2002, como: reduzir pela metade até 2015 a proporção de pessoas sem acesso à água potável, e desenvolver planos nacionais de gestão e eficiência da água até 2005. Entre as ações necessárias estavam a participação das comunidades nas decisões de gestão, colocar em prática políticas e marcos regulatórios para a gestão da água, e formar parcerias entre empresas privadas, doadores bilaterais, agências de desenvolvimento, bancos, sociedade civil e comunidades locais (DPI/ONU, 2002).

O WWDR era originalmente um relatório trienal e as primeiras quatro edições foram lançadas em conjunto com o Fórum Mundial da Água⁸ em 2003, 2006, 2009 e 2012. Após 2012 começou a ser lançado anualmente. Cada edição apresenta um tema de importância para se discutir a gestão da água e recursos hídricos. Recorta-se para este estudo, além do primeiro, o relatório de 2015 que trata sobretudo do gerenciamento efetivo aumentando a governança destes recursos. Segundo o relatório, para a América Latina (e para o Brasil) o maior desafio, para os

⁸ O Fórum Mundial da Água, organizado pelo Conselho Mundial da Água, é o importante evento do setor. A cada três anos, um país e uma cidade são anfitriões dessa importante iniciativa. Oito edições já foram realizadas: Marrakesh, Marrocos, 1997; Haia, Holanda, 2000; Quioto, Japão, 2003; Cidade do México, México, 2006; Istambul, Turquia, 2009; Marselha, França, 2012; e Gyeongju e Daegu, Coreia do Sul, 2015; Brasil, 2018. (<http://www.worldwaterforum8.org/pt-br/edi%C3%A7%C3%B5es-antiores>)

próximos anos, é construir a capacidade institucional formal para gerenciar os recursos hídricos (WWAP, 2015).

De 2005 a 2015, e para atender as metas dos ODM's, foi declarada a década Internacional de Ação Água para Vida com a UN-Water⁹ como responsável, com a intenção de congrega de forma aberta, projetos, iniciativas e ideias ao redor do mundo. Dentre as áreas de foco está a Cooperação em água, que ressalta a importância de se pensar em abordagens inovadoras para estimular a cooperação local, regional e internacional na gestão da água. Além disso, estabelece a participação dos cidadãos na tomada de decisões de fundamental importância para a boa governança e transparência na gestão, e, por isso promover uma cultura de consulta e aumentar as capacidades participativas ajudará a fornecer benefícios em todas as áreas, incluindo a gestão colaborativa da água (ONU, 2011).

Após 2015, e com base nas Cúpulas anteriores, as metas dos ODM's foram revisadas e reavaliadas e passou-se a adotar uma nova agenda para 2030, definindo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS, propondo uma ação coordenada entre governos, empresas, academias, sociedade civil. Água potável e saneamento ficou locada no ODS 6, e dentre as metas para este ODS está a de apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento. Inserida no ODS 16 está a meta de garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis, a fim de promover o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça e construir instituições eficazes (ONU/BRASIL, 2018).

Então, quase que exaustivamente, é discutido no cenário global [há décadas] a importância da eficiência na governança na gestão água e dos recursos hídricos, bem como a ampliação da governança em políticas públicas de uma forma geral. É possível verificar que o processo participativo na gestão dos recursos hídricos é mencionado em todos os documentos analisados entre os princípios fundamentais, e que a política de recursos hídricos no Brasil, de certa forma, está sendo construída na perspectiva das discussões apresentadas, guardadas as especificidades sociais, culturais, ambientais, e principalmente políticas existentes. Este é o assunto que será apresentado nos próximos capítulos da deste estudo.

⁹ A UN-Water coordena os esforços de entidades da ONU e organizações internacionais que trabalham com questões de água e saneamento (UNWATER, 2018)

1.2 Contextualização da gestão da água no Brasil¹⁰

Primeiro, é importante destacar que, aproximadamente 12% de toda a água doce disponível no planeta está localizada em território brasileiro. O país possui um potencial hídrico abundante, que pode prover um volume de água por pessoa 19 vezes superior ao mínimo estabelecido pela ONU – de 1.700 m³/s por habitante por ano (AMORIM, 2015; MMA, 2018).

No ano de 2003, o CNRH instituiu a divisão hidrográfica nacional, que divide o território brasileiro em 12 regiões hidrográficas, a fim de estabelecer uma base organizacional, com finalidade de orientar, fundamentar e implementar o plano nacional de recursos hídricos (CNRH, 2003).

Que o Brasil é um país com imenso potencial hídrico isso não há dúvidas. Mas não há um padrão igual e equilibrado da distribuição desta riqueza pelo território. A maior disponibilidade hídrica¹¹, considerando área, precipitação e vazão médias, está na região da Bacia Hidrográfica Amazônica, seguida da Bacia Hidrográfica do Paraná (ANA, 2017a). E para compreender a situação da gestão, é importante somar a esta situação a demanda por água, considerando-se os diferentes usos consuntivos¹² das águas superficiais que somam o total de 7000km³/ano. Portugal por exemplo, dispõe apenas de 22km³/ano. A irrigação está no topo do ranking na relação retirada-consumo-retorno, conforme demonstra o gráfico 1¹³, seguido do abastecimento urbano (no gráfico: Abs. Urbano).

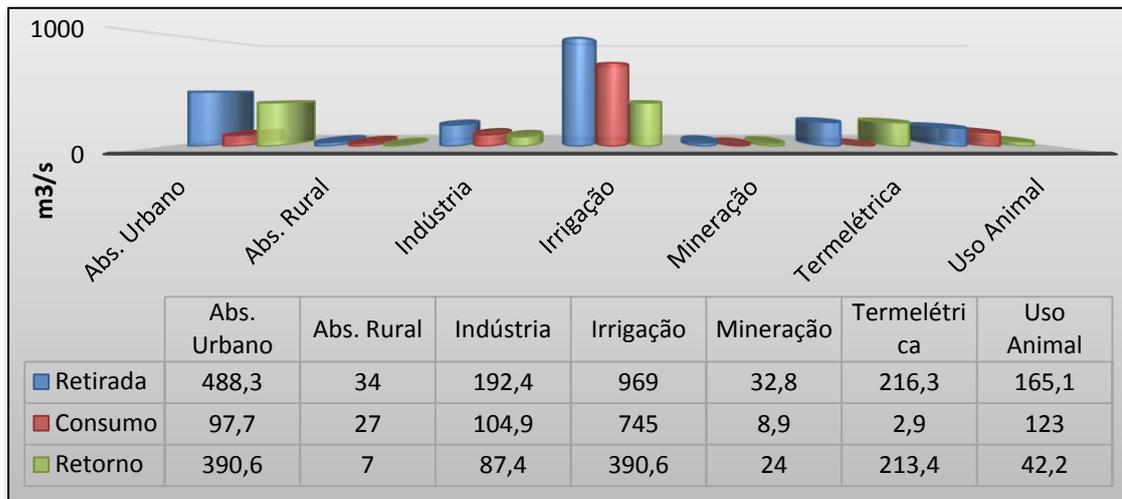
Então, além da distribuição desigual deste bem natural pelo território nacional por conta de questões climáticas e geográficas, é preciso considerar outro problema que está relacionado com a gestão deste recurso, que é relativo às questões que envolvem interesses políticos e econômicos, considerando os diferentes usos e os instrumentos de gestão que os permeiam. Para Amorim (2015) por exemplo, o Brasil vive uma espécie de *apartheid* econômico e político da água. E este contexto foi construído, de tal forma, durante o processo de formação do Estado brasileiro.

¹⁰ Os parágrafos 4 a 16 foram extraídos (e ampliados) do capítulo: *Os rumos da gestão das águas após 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos*, publicado pela autora e orientador, no livro *Novos Direitos: a interdisciplinaridade do Direito na Sociedade Contemporânea*. 2017. A referência completa encontra-se nas Referências Bibliográficas desta Tese.

¹¹ A Disponibilidade Hídrica é uma estimativa da quantidade de água ofertável aos mais diversos usos, que para fins de gestão, considera um determinado nível de garantia.

¹² Os outros usos como geração de hidrelétrica, lazer, pesca e navegação são considerados não consuntivos já que não envolvem o consumo direto da água. Aproveitam o curso da água sem consumi-la.

¹³ Os dados são de 2016- atualizados no relatório de situação anual da ANA. O relatório data de 2017. Até o momento da pesquisa, o relatório de 2018 ainda não havia sido publicado, e é provável que os dados não tenham alteração significativa.

Gráfico 1. Demanda por água, considerando diferentes usos

Fonte: Adaptado de ANA (2017a).

No Brasil existe uma linha tênue entre a gestão da água e a gestão dos recursos hídricos. Não é à toa que a Política Nacional de Recursos Hídricos que completou seus 20 anos em 2017, também é chamada de Lei das Águas. Nesta linha tênue está a relação do domínio público-privado, a água vista culturalmente como bem infinito e os usos múltiplos concorrentes dos recursos hídricos. Também estão nesta linha os interesses setoriais organizados, que hora têm intenções na água com quantidade e qualidade, e hora discutem exclusivamente o seu valor por meio da cobrança e das penalidades. Esta linha recebe insumos, advindos de mudanças, conforme contextos temporais e espaciais diversificados.

Na segunda década do século XXI, por exemplo, o contexto da gestão da água e dos recursos hídricos no país acontece em um cenário complexo, formado por grandes diferenças regionais, tanto no que se refere à quantidade e qualidade de água, quanto no que se refere ao próprio avanço e implementação dos instrumentos de gestão. Existe no país uma Política Nacional de Recursos Hídricos nova, que precisa abarcar as demandas do federalismo brasileiro, atenuado pela descentralização na regulação dos usos da água e exploração dos recursos hídricos (AITH, ROTHBARTH; 2015) -situação apontada no quadro 1- e os diferentes contextos socioculturais, ambientais e interesses políticos regionais.

Se por um lado, no norte do país, a crise da escassez dos recursos hídricos dá lugar à preocupação com a qualidade da água por conta das grandes mineradoras e por alterações em vazões devido à construção de usina hidroelétrica¹⁴, a região sudeste vive uma disputa por

¹⁴ Neste caso específico a referência é a construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu. Que altera a vazão na Volta Grande do Xingu (MME, 2018)

vazões por conta de crises de escassez, que cala as vozes da comunidade, e expõe o Estado, por ser o lado mais forte das negociações que envolvem poderosos interesses econômicos e políticos.

Instrumentos de gestão, como o enquadramento dos corpos d'água avançam na região sudeste, enquanto, em estados do Nordeste, é preciso discutir outros novos instrumentos que deem conta da intermitência destes e que abracem o mercado de águas.

Quadro 1. Competências federativas na gestão de recursos hídricos no Brasil

Ente Federativo	Competência
União Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Gerencia a Política Nacional e o Plano Nacional de Recursos Hídricos - Fiscaliza e regula a gestão hídrica no país, junto ao Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas - Conselho Nacional de Recursos Hídricos regulamenta a política - Gerencia Comitês de Bacia federais ou interestaduais
Estados	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela gestão das águas sob seu domínio - Elabora legislação específica para sua área - Organiza o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e garante o funcionamento dos CBH em sua competência
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> - Integram as políticas de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e do meio ambiente com as Políticas de Recursos Hídrico - Possuem assentos nos CBH no intuito de promover a articulação intersetorial e federativa das políticas territoriais
Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> - Possui as mesmas competências do Estados e Municípios na gestão dos seus recursos hídricos

Fonte: Adaptado de AITH; ROTHBARTH (2015).

Em 1997, quando foi instituída a PNRH no Brasil, o palco estava, há um tempo, montado com um cenário diversificado, e que trazia elementos de cenas históricas distintas. De um lado, atuavam ainda os atores que reforçavam o modelo centralizado e tecnocrático de gestão dos recursos hídricos no país, quando estes recursos eram considerados propriedades de domínio privado.

De outro lado, estavam os atores que discutiam a necessidade de fortalecer a gestão horizontal, descentralizada, participativa e integrada, com forte arcabouço institucional que deveria implementar tais concepções, e que já vinha se desenvolvendo em diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Santa Catarina e estavam sendo propostas pelas discussões do cenário mundial. Mas é preciso resgatar temporalmente a história de mudança política para compreender os fatos.

Um dos principais acontecimentos políticos, que abriu espaço à discussão dos novos

princípios democráticos para a PNRH, foi o processo de re(democratização) do país que culminou na Constituição de 1988, sobretudo quando esta determina que as águas do território nacional passariam a ser de domínio público, e estabelece o Sistema Nacional de Recursos Hídricos com critérios de outorga e direitos de uso da água (BARBOSA; HANAI; ROMERA E SILVA, 2016; ALVES; PEREIRA, 2005; CAMPOS; FRACALANZA, 2010) conforme,

Artigo 21, Inciso XIX. instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso, E

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados, Inciso I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União (BRASIL, 1988).

Mas, tais mudanças na gestão dos recursos hídricos, e da água, não ocorreram em um ato "de improviso" durante a formulação da Constituição de 1988. Ao contrário, foi gradual e teve seu início com o primeiro Código das Águas em 1934. Considerado burocrático, o Código das Águas se apoiava em instrumentos de gestão que eram pautados no comando e no controle, tais como o princípio poluidor-pagador. Mas, o Código das Águas é um “divisor de águas” em relação a legislação brasileira de recursos hídricos.

O Código das Águas representa um momento importante para a gestão da água e dos recursos hídricos no país, uma vez que foi o primeiro a estabelecer um marco jurídico, sendo a primeira norma constitucional brasileira a disciplinar especificamente a matéria do domínio sobre as águas (ALVES; PEREIRA, 2005; PORTO *et al.*, 2012; CAMPOS; FRACALANZA, 2010; AMORIM, 2015a; GRANZIERA, 2014). O Capítulo I (Artigos 1º, 2º, 5º e 6º), do Código, determina o que são águas públicas de uso comum ou dominicais,

Art. 1º As águas publicas podem ser de uso comum ou dominicais.

Art. 2º São águas publicas de uso comum:

a) os mares territoriais, nos mesmos incluídos os golfos, bahias, enseadas e portos;

b) as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis;

c) as correntes de que se façam estas águas;

d) as fontes e reservatórios públicos;

e) as nascentes quando forem de tal modo consideráveis que, por si só, constituam o "caput fluminis";

f) os braços de quaisquer correntes públicas, desde que os mesmos influam na navegabilidade ou flutuabilidade. Art. 4º Uma corrente considerada publica, nos termos da letra b) do art. 2º, não perde este caracter porque em algum ou alguns de seus trechos deixe de ser navegavel ou fluctuavel.(...)[...]

Art. 5º Ainda se consideram publicas, de uso commum todas as aguas situadas nas zonas periodicamente assoladas pelas seccas, nos termos e de accôrdo com a legislação especial sobre a matéria.

Art. 6º São publicas dominicaes todas as aguas situadas em terrenos que tambem o sejam, quando as mesmas não forem do domínio publico de uso commum, ou não forem comuns (BRASIL,1934).

O Capítulo III determina o que são as águas particulares, no Art. 8º - “São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns” (BRASIL, 1934).

Assim, o Código estabeleceu um marco importante sobre a propriedade da água para cada ente da federação, mesmo que a competência para legislar ainda fosse, em sua maioria, da União. Aos Estados couberam as águas que serviam de limites a dois ou mais Municípios, e quando percorriam parte dos territórios de dois ou mais Municípios. Aos Municípios ficaram as águas que, exclusivamente, estavam situadas em seus territórios, respeitadas as restrições impostas pela legislação dos Estados (BRASIL, 1934). Todas as outras eram de domínio da União.

Ademais, o Código assegurava o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, desde que houvesse um caminho público que a tornasse acessível, e dispunha a preferência à derivação do abastecimento das populações, estabelecendo também as concessões administrativas para outros usos, como uma espécie de outorga, com prioridade implícita ao setor hidroelétrico e de navegação, e não mencionava a gestão por bacias hidrográficas.

Importante recordar que o ano de 1934 marca o início do Governo Institucional de Getúlio Vargas, com poder centralizado no Estado brasileiro e grandes investimentos no setor industrial com a construção de indústrias de base, instituição do voto secreto e direto. Para Amorim (2015), a lógica que se seguiu por Vargas foi a de manter a alta influência das elites locais particulares para o controle dos recursos públicos com grau alto de autonomia para a burocracia estatal, situação que reforça a centralização na gestão da água e dos recursos hídricos e privilegia alguns setores em detrimento de toda a sociedade.

Nos períodos históricos que antecederam o Código das Águas é possível verificar alguma norma relativa específica para água nas colônias com as Ordenações Filipinas por volta de 1600, que proibiam qualquer pessoa a lançar em rios e lagos, em qualquer tempo do ano, algum material [visco, barsbasco, cocca, cal ou outro material] que pudesse matar os peixes e sua criação, ou sujar as águas dos rios e lagos, já que estas ordenações eram direcionadas para a pesca (AMORIM, 2015; UC, 2018a). Nas Ordenações os rios navegáveis foram colocados como propriedade da Coroa Portuguesa, sendo o rei o responsável por outorgar a utilização destas águas (AMORIM, 2015; UC, 2018a).

Durante o período da mineração, no século XVIII, foram decretadas algumas regras nacionais em relação à exploração das águas de lavra, como uma espécie de outorga para se controlar o acesso aos veios e córregos, dando prioridade a mineração. Neste período também foi construída uma das maiores obras hidráulicas do país, o Aqueduto da Carioca. Ainda, em São Paulo era comum a construção de cercas nos terrenos com algum tipo de manancial, dando os indícios da privatização das águas (AMORIM, 2015).

No século XIX, o Alvará de 1804 traz algumas disposições importantes relativas ao ordenamento dos usos das águas em escala nacional, como, o pagamento pela utilização das águas dos aquedutos para irrigação. Alguns anos depois, o Alvará de 1819 regula o uso das águas em diversas medidas, favorecendo, em linhas gerais, os agricultores e outros usos produtivos (AMORIM, 2015; UC, 2018b). Em 1891 a legislação relativa a água aparece indiretamente na Constituição nacional brasileira, que atribui ao congresso a competência para legislar sobre a navegação em rios que banhassem mais de um estado ou que se estendessem a território estrangeiro. Depois disso, esse tema só recebe alteração significativa com o Código das Águas em 1934.

É possível inferir que, até 1934 o conceito de gestão de recursos hídricos ainda não era popularizado, sendo a que pouca legislação existente mencionava o conceito de gestão da água. O conceito da gestão dos recursos hídricos e seus atributos começaram a ser efetivamente incorporados na legislação após esta data, provavelmente por conta do avanço e diversificação dos usos da água, acompanhando as mudanças econômicas ocorridas no país, que atribuíram à água novos valores.

Nos 20 anos que sucedem o Código das Águas a gestão dos recursos hídricos seguiu compartimentada, priorizando os usos setoriais, sobretudo para o avanço do sistema hidrelétrico brasileiro. A gestão no período era centralizada no governo federal e não permitia a participação e o controle social¹⁵. Também demandava um avanço em bases científicas e capacitação técnica, a fim de estabelecer um inventário dos recursos hídricos no país (ALVES; PEREIRA, 2005).

O Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE/SP), por meio do Centro

¹⁵ Nota da autora: muitas referências utilizam o conceito de controle social para definir a forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e Sociedade ou para abordar sobre a capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Neste estudo entende-se controle social da seguinte forma: quando há participação, com capacidade de intervir nas políticas públicas, considerando desde a primeira etapa de intervenção (momento de definição), mais a fiscalização, acompanhamento. Então, se tudo isso resultar em uma efetiva mudança da política pública, nesta situação ocorreu o controle social.

Tecnológico de Hidráulica, cumpriu um importante papel pioneiro nesse cenário, desenvolvendo e realizando a tecnologia de modelos reduzidos de estudos hidráulicos, em apoio ao controle da construção da grande maioria das usinas hidroelétricas do Brasil até o final do século XX.

Granziera (2014) discorre sobre uma situação relevante em relação a Constituição de 1946, que exclui os municípios da categoria de detentores de algum tipo de domínio das águas, mantendo somente à União e aos Estados esta competência. Esta situação só viria a alterar com a Política Nacional de Recursos Hídricos, em 1997.

Durante os anos 50 a 70, em uma tentativa de valorização do aparato institucional brasileiro, fortalecimento interno da economia e conseqüentemente dos recursos naturais considerados como fundamentais fontes de matéria prima, aconteceram avanços [centralizadores] na gestão. Tal fato é comprovado pela criação do DNAE- Departamento Nacional de Águas e Energia, ligado ao Ministério de Minas e Energia na década de 50.

A centralização na gestão de recursos hídricos é acentuada por conta da criação do DNAE (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). A ambigüidade da função do DNAE passa a ser outra curiosidade na gestão. Este órgão era o responsável ao mesmo tempo por gerir as águas e dar a concessão ao setor que mais interfere no regime hidrológico natural dos rios, comprometendo muito a perspectiva dos usos múltiplos dos recursos hídricos (ANA; MMA, 2007). Convém destacar que essa ambigüidade compõe grande parte das crises contemporâneas ainda existentes, especialmente pelo poder corporativo conferido ao setor hidroelétrico, assimilado e reproduzido na década de 70 pelo setor de saneamento com a criação do PLANASA- Plano Nacional de Saneamento.

Foi também nas décadas de 60 e 70 que foram criados os primeiros Comitês Especiais de Estudos Integrados de Bacias, como CEEIVAP- Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, CEEIGRANDE- Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Grande, o Comitê do Alto Tietê para a melhoria das condições sanitárias das bacias do Alto Tietê e Cubatão e contratação do Plano Hibrace¹⁶/DAEE (ANA; MMA, 2007; TUCCI; HESPANHOL; CORDEIRO, 2001). Nessas décadas também foi realizada a discussão de um Plano Nacional de Desenvolvimento, que apresentava a

¹⁶ Plano Hibrace (Consórcio Hidroservice-Brasconsult-Cesa) visava o controle das cheias da capital paulista e municípios vizinhos – por meio de construção de barragens e do desassoreamento dos rios Tietê, Tamanduateí, Pinheiros e seus principais afluentes –, além do abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo e do destino final do esgoto gerado por sua população (ORTIZ; SILVA, 1998)

preocupação com normas técnicas de qualidade de água, mostrando os primeiros sinais de uma gestão integrada, mesmo que ainda centralizada no âmbito político burocrático do governo federal e dos Estados.

Vale destacar a importância do Comitê Alto Tietê como o pioneiro nos aspectos da gestão dos recursos hídricos, tendo a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Este comitê tinha como objetivo principal alcançar melhorias sanitárias na Bacia do Tietê e Cubatão a partir da operação das estruturas hidráulicas de geração de energia (ANA; MMA, 2007). Os Comitês criados nesse período eram compostos exclusivamente pelo poder público e técnicos estatais. Tais comitês paralisaram suas atividades precocemente, voltando a existir somente no final da década de 80, porém com outra configuração e função, conforme será apresentado posteriormente neste estudo.

Segundo Tucci, Hespanhol e Cordeiro (2001), entre os anos de 1940 a 1980 a turbina na gestão dos recursos hídricos girava em torno das hidrelétricas, à medida que aumentava os problemas de poluição dos cursos de água e os problemas urbanos das enchentes e abastecimento.

Finalmente, a Constituição de 1988, em um período de renovação do Estado brasileiro, traz uma grande mudança para a gestão da água, uma vez que divide o domínio hídrico entre União e Estados, não dispondo sobre águas particulares, municipais e comuns (GRANZIEIRA, 2104) conforme,

Domínio da União:

Capítulo II, Art. 20. Inciso III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

Domínio do Estado:

Capítulo III. Art. 26. Inciso I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; (BRASIL, 1988)

Em 1997, a PNRH propôs a descentralização da gestão por meio do SINGREH, instituindo no seu artigo primeiro a água como sendo de domínio público e em acordo com a CF sobre o domínio hídrico. Neste período o país vivia um período de intensa privatização de instituições públicas. Destaca-se que na década de 90 é criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a responsabilidade de formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais, como por exemplo a PNRH, de forma pactuada entre sociedade e Estado, com a missão de proteção do meio ambiente e utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

1.3 A Política Nacional de Recursos Hídricos¹⁷

A PNRH, para alcançar os objetivos de: assegurar a água com qualidade e quantidade para futuras gerações; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte hidroviário, de forma sustentável; de realizar a prevenção e defesa em razão de eventos hidrológicos críticos e incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais; parte de seis fundamentos que norteiam a gestão:

Art.1

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997)

O primeiro fundamento menciona a nova tutela da água, contudo, primeiro vale destacar que, a PNRH refere-se aos recursos hídricos, mas, o Inciso I desta mesma política refere-se à água. A utilização destes dois conceitos, água e recursos hídricos, pode interferir no entendimento e na aplicação dos instrumentos de gestão¹⁸, uma vez que recursos hídricos são bens que possuem valor econômico atribuído, e a água constitui-se como um elemento natural. Mencionado tal fato, uma vez que está estabelecido que a água é de domínio público, significa dizer que ela tem sua regulamentação exercida pelo Estado.

Esta água, considerada limitada, passa a ser dotada de valor econômico, conforme dispõe o inciso II. Para Amorim (2014), isto acaba abrindo espaço para uma lacuna jurídica, pois, a água de domínio público não pode ser utilizada livremente, como um “elemento natural” comum [ou por toda a sociedade], primeiro porque assume-se o seu valor econômico, o que pode significar uma abertura a ideologia liberal, de mercado. Depois, porque ocasionalmente esta utilização, se for livre e comum, pode acarretar danos à sociedade. Então, já que todo o povo tem o mesmo direito sobre esta água, e no sentido de poder usufruir dela de maneira

¹⁷ Os parágrafos 15 a 29 foram extraídos (e ampliados para o desenvolvimento desta Tese) do capítulo: *Os rumos da gestão das águas após 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos*, publicado pela autora e orientador, no livro *Novos Direitos: a interdisciplinaridade do Direito na Sociedade Contemporânea*. 2017. A referência completa encontra-se nas Referências Bibliográficas desta Tese.

¹⁸ São instrumentos de gestão na PNRH: os Planos de Recursos Hídricos; enquadramento dos corpos d'água; outorga de direito de uso de recursos hídricos; compensação a municípios (vetado) e o sistema de informações de recursos hídricos (BRASIL, 1997, Cap. IV, Art.5º).

harmoniosa, é necessário que o poder público coloque condições para a sua utilização, como conceder o uso, vetar o uso, enfim, outorgar o uso (AMORIM, 2014). A partir da contribuição reflexiva do autor, viu-se duas situações:

(1) A outorga, instrumento da PNRH, “nada mais é do que ato administrativo que, além de conceder a utilização da água, reconhece, implicitamente, que tal utilização será desigual [entre a sociedade]”. (AMORIM, 2014, p.314). Este instrumento foi criado com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água (BRASIL, 1997). Conforme o regulamento, pequenos núcleos populacionais rurais, captações ou lançamentos considerados insignificantes e acumulações de usos de água consideradas insignificantes, não precisam de outorga.

(2) A água é um elemento natural, que é obrigatoriamente gerido, a partir do valor econômico que é ou será atribuído a ele. Nesta situação, para a gestão, é imprescindível levar em consideração diversos contextos: o contexto regional, local, econômico, político, cultural e ambiental (...). O valor atribuído deverá variar conforme tais contextos. Neste sentido, existe na situação uma relação dialética, pois, é preciso primeiro se chegar ao valor do econômico do determinado local ou região, considerando os contextos variados, para se chegar ao valor que a água terá nesse mesmo determinado local ou região. E isto remete ao instrumento de cobrança do uso dos recursos hídricos.

Este instrumento objetiva reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para dar sustentabilidade ao sistema de gestão (BRASIL, 1997). A expressão “real valor” torna-se estritamente abstrata, já que agrega o valor do contexto em que esta água está inserida, como acima descrito, e este valor do contexto terá que compor a fórmula para se atribuir o real valor da água, naquele contexto (sociocultural, ambiental e econômico). Ademais, os valores de cobrança deverão ser discutidos e estabelecidos nos entes colegiados do sistema, reforçando a importância do processo de participação da PNRH. Nota-se a gestão da água cada vez mais condicionada à gestão dos recursos hídricos.

Em situações de escassez entra em cena o Inciso III, que prioriza a água para o consumo humano e dessedentação de animais. Nesta situação é preciso refletir novamente sobre o instrumento de outorga. Se a outorga é definida pelos entes colegiados da gestão, e concedida por um órgão gestor, é preciso que estes levem em consideração, para se conceder este instrumento, desde eventos hidrológicos críticos, passando por todos os usos, vazões existentes entre outros, pois é preciso prever esta situação de escassez.

Fora da situação de escassez, a regra é priorizar, harmonizando na equação, os usos múltiplos da água, para o abastecimento urbano e rural, uso industrial e agrícola, geração de energia, transporte hidroviário, pesca, aquicultura, turismo e recreação. E novamente, considerando os usos outorgáveis e não outorgáveis, é preciso uma atuação rigorosa dos entes de gestão e do Estado-Gestor, para que interesses privados não sobressaíam nas decisões, “em detrimento do resto da sociedade” (AMORIM, 2014, p. 314), lembrando que o maior consumo de água no Brasil é feito pela irrigação.

Outro instrumento que também é fundamental para a priorização criteriosa dos usos múltiplos das águas, mas que também está relacionado com a questão da qualidade da água, com a outorga e com a cobrança é o enquadramento dos corpos de água. Este instrumento visa assegurar às águas qualidade compatível com os usos mais exigentes a que forem destinadas, como por exemplo a recreação, e diminuir os custos de combate à poluição das águas, mediante ações preventivas permanentes. O enquadramento é realizado a partir das classes de uso conforme estabelecidas pelo CONAMA, resolução nº 357/2005., sendo essa resolução originada no âmbito da política ambiental, portanto alheia e de certa forma, até a promulgação da Lei Federal 9433/97, em confronto com a política pública de recursos hídricos.

O enquadramento pode ser relacionado com a gestão do uso e ocupação do solo, sobretudo a nível municipal, já que esta será definida nesta escala, fazendo uma intersecção com a gestão ambiental por exemplo ou com a lei de zoneamento urbano e usos múltiplos. Propõe-se de exemplo, para compreensão dos fatos, a seguinte situação: em um determinado curso de água realiza-se a atividade de recreação com contato primário, para tanto, é preciso classe 1 deste corpo d’água (BARBOSA, 2012). Na lei de zoneamento do plano diretor do município esta área deve estar em local preservado de possíveis fontes de poluição. Ainda é possível pensar que nessa área não seria permitido conceder a outorga a alguma atividade potencialmente poluidora, ou que iria afetar sobremaneira a vazão da área de recreação.

A partir deste momento, pode-se pensar que os instrumentos de gestão vão ficando cada vez mais integrados, e para promover esta gestão criteriosa e harmoniosa é necessário o funcionamento do sistema de informações de recursos hídricos, que irá fornecer dados para compor um Plano de Recurso Hídricos. O sistema de informações de recursos hídricos e os planos de recursos hídricos são outros dois instrumentos de gestão introduzidos pela Lei Federal 9433/97.

O sistema de informações é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão

(BRASIL, 1997) que irá contribuir, fornecendo subsídios, com todas as etapas e outros instrumentos de gestão.

O Plano de Recurso Hídricos, por sua vez, são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da PNRH e o gerenciamento dos recursos hídricos, e podem ser elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País (BRASIL, 1997). O plano irá conter estudos de diagnósticos das águas superficiais e por vezes subterrâneas, metas, programas, medidas, prioridades, ações, prioridades de outorga, e a proposta de cobrança. O plano integra todos os outros instrumentos de gestão e é discutido nas instâncias colegiadas do sistema.

Então, a PNRH indica, no penúltimo inciso dos seus fundamentos, como unidade de gestão territorial a bacia hidrográfica. Apesar da adoção da bacia contribuir com a descentralização e participação no processo de gestão, a própria adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão para a água e para os recursos hídricos não foi uma novidade da PNRH, pois este modelo foi importado da França ao Brasil (BRASIL, 2015).

O modelo francês foi adotado primeiramente no estado de São Paulo, nas bacias PCJ-Piracicaba/Jundiaí/Capivari- no final da década de 80, após um processo de estudos para se implementar um sistema de gestão descentralizado e que tivesse sustentabilidade (CONSÓRCIO PCJ, 2016), iniciativa essa que tinha em vista também o distanciamento do governo estadual do tema da gestão dos recursos hídricos. Além da bacia hidrográfica, também foi interesse a adoção das Agências de Bacia como ente da gestão. Convém lembrar que nas conferências internacionais sobre água ocorridas nas décadas de 70, 80 e 90 se falava na adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão.

Na França, o modelo descentralizado de gerenciamento foi embasado na repartição das águas e na luta contra a poluição, tal modelo criado em 1964, pela Lei 64-1245, dividiu o território francês em 06 grandes bacias hidrográficas para resolver os problemas relativos à gestão (CAMPOS; FRACALANZA, 2010; MACHADO, 2003).

Interessante contrapor a visão que traz Martins (2008) sobre a adoção da bacia hidrográfica na França como a solução para a gestão. Martins mostra que na realidade se esconde, por de trás de um discurso supostamente técnico e neutro ao adotar a bacia hidrográfica como unidade de gestão, disputas políticas e interesses distintos, com estratégias de dominação e persuasão social, com a presença hegemônica de politécnicos nas disputas no que concerne às decisões de gestão.

Para além da adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão, e pelo fato desta ser

considerada um sistema que integra todos os elementos bióticos, abióticos, culturais e sociais do meio, o modelo Francês previa a execução de planos plurianuais no âmbito da bacia e a cobrança direta dos usuários de água. Para que tudo isso funcionasse, foram estabelecidos organismos [entes] locais e nacionais de gestão, que são os Comitês de Bacia e Comitê Nacional de Bacia, Agências de Bacia e Conselho de Administração da Agência (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

É imprescindível ressaltar que, para cada uma das bacias delimitadas, na França foi criado um Comitê de Bacia e uma Agência de Bacia, que a partir de 1991, com a reformulação da Lei francesa, passaram a chamar Agências de Água (MACHADO, 2003) e a gestão passou a ser mais descentralizada, instituindo dois níveis de planejamento: um realizado no nível das seis agências de bacia com os conselhos e Estado; e outro realizado no nível local, em pequenas bacias, em que participam conselhos, comissões locais, usuários e serviços estatais (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

As Agências de Água possuem papel fundamental no processo descentralizado e participativo de gestão do modelo francês, segundo diversos autores. Retomando Martins (2008), para compreender a efetividade das Agências de Bacia é necessário compreender todo o aparato que está na formação dos gestores da água na França. De forma resumida, pode-se dizer que o princípio da gestão ambiental francesa, e por consequência da água, pautava-se no equilíbrio entre receitas e despesas, entrando as *redevances*¹⁹ no planejamento orçamentário, e afastando-a do seu caráter modulador que deveria ter o Princípio Poluidor-Pagador [e Usuário-Pagador]. (MARTINS, 2008).

Então pode ser inferido que as Agências de Bacia neste modelo atuam como reguladoras da gestão, que tem sua base a valoração dos recursos financeiros e ambientais, e “não tem caráter executivo, nem poder de polícia; portanto, não pode substituir as coletividades locais, as empresas ou as entidades responsáveis pela execução de obras e de investimentos” (CAMPOS; FRACALANZA, 2010, p. 372.).

Para Campos e Fracalanza (2010), o sucesso do modelo francês é ocasionado pela somatória da descentralização, da negociação entre diversos atores e da criação de um sistema de financiamento que considera essencial a cobrança pelo uso e pela descarga de efluentes. Acrescenta-se ao êxito do modelo francês, a experiência histórica e evolutiva do processo cidadania e participação social na França, além do fortalecimento do sistema institucional e da

¹⁹ Conforme discorre Martins (2008) as *redevances* são taxas e tarifas fruto da orientação do Princípio do Poluidor Pagador no instrumento francês de cobrança pelo uso da água.

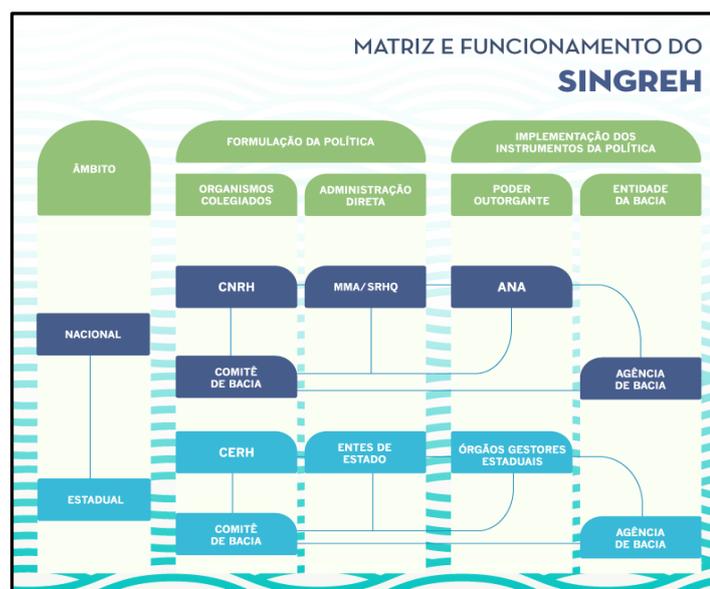
capacidade representativa dos envolvidos na gestão de águas neste país.

De qualquer forma, a França adotou um modelo endógeno²⁰ de gestão dos recursos hídricos com agências de bacias que repassam recursos, e no Brasil este modelo endógeno precisa ser questionado, principalmente no que tange a questão da distribuição dos recursos financeiros oriundos [ou não] dos instrumentos de cobrança dos recursos hídricos e a aplicação e execução destes recursos pelas agências de bacia.

No Brasil, a tentativa de criar este sistema endógeno de gestão de recursos hídricos que considera a concepção de descentralização, a participação e ações integradas, foi iniciada nas Bacias PCJ e posteriormente contemplados na PNRH, conforme indica o Inciso VI sobre os fundamentos da política.

A práxis deste modelo foi possibilitada pelo SINGREH (figura 2), que integra as instituições que são fundamentais à gestão, como: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA); os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados (CERH) e do Distrito Federal; os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH); os órgãos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água (BRASIL, 1997).

Figura 2. Estrutura do SINGREH



Fonte: MMA (2018).

²⁰ Nota da autora: O modelo endógeno de gestão caracteriza-se basicamente pelo desenvolvimento local e regional. Por políticas de gestão que privilegiam a escala local e regional, considerando a participação das comunidades, descentralização nas decisões de gestão e integração.

O SINGREH tem como objetivos principais coordenar a gestão integrada da água, arbitrar administrativamente os conflitos, planejar, regular o uso, bem como a recuperação dos corpos d'água, promover a cobrança pelo uso da água (ANA, 2017a), e cada ente [ou organismo], considerando os âmbitos Estadual e Nacional (Federal), possui determinada competência na gestão.

No âmbito nacional está o CNRH, ente colegiado que ocupa a instância mais alta na hierarquia do sistema, e até dezembro de 2018 fazia parte da estrutura organizacional do MMA. O CNRH é composto por representantes de ministérios, secretarias com atuação na gestão de recursos hídricos, representantes indicados pelos conselhos estaduais, usuários e organizações civis.

Compete ao CNRH, entre outros: analisar propostas de alteração da legislação de recursos hídricos, promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com planejamentos de outros segmentos; deliberar sobre as questões encaminhadas pelos CERH e CBH; aprovar propostas de criação dos CBH's; acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997).

No mesmo âmbito ainda estão: os CBH's Interestaduais, formados por mais de um Estado e com rios de domínio da União; a Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SRHQ) e MMA, com a função principal de subsidiar a formulação do orçamento da União para a pasta; a ANA e Agências de Bacia. Assim como o CNRH, a SRHQ e a ANA também faziam parte da estrutura organizacional do MMA até dezembro de 2018.

No âmbito estadual estão os CERH, entes colegiados que são compostos por representantes do poder público, usuários de água e organizações da sociedade civil. Têm como funções, entre outras, deliberar e acompanhar a execução do plano estadual de recursos hídricos; promover a articulação das políticas setoriais relacionadas à água; arbitrar conflitos pelo uso da água de domínio estadual (ANA, 2018). No mesmo âmbito estão também os CBH's estaduais.

Ainda no âmbito estadual estão os entes do estado (órgãos gestores) com atribuições para planejar e promover ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas, emissão de outorgas, fiscalização, entre outras. Estes entes são comumente administrações diretas do Estado, como: as secretarias de recursos hídricos; agências reguladoras; órgãos fiscalizadores; agências e autarquias (ANA, 2018). Segundo ANA (2011, p.19) “aos órgãos gestores de recursos hídricos cabe fazer que as regras [definidas pelos CBH's]

sejam postas em prática por meio do seu poder de regulação”.

O âmbito municipal entra na gestão por conta da descentralização promovida pela divisão do território em bacias hidrográficas e a implementação dos respectivos CBH's para gerir estas unidades territoriais, e pela articulação dos instrumentos de gestão com os planos diretores municipais. A participação e a representação são possibilitadas principalmente pelos entes colegiados do sistema, sobretudo pelos CBH's.

Cada estado formulou sua legislação para a gestão dos recursos hídricos, conforme sua competência federativa, e apontou os entes que compõem o seu Sistema de Gestão, com algumas diferenças, conforme demonstra o quadro 2,

Quadro 2. Políticas Estaduais de Recursos Hídricos e Entes da Gestão

Estado	Lei	Sistema de Gestão
Alagoas	LEI Nº 5.965, DE 10/11/1997	I- órgão deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II- órgão coordenador do Sistema: a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas; III - órgão gestor. vinculado à estrutura da Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas, a Unidade Executora do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, estabelecida por Decreto do Poder Executivo; IV - órgãos setoriais deliberativos e normativos da bacia hidrográfica: os Comitês de Bacia Hidrográfica; V- órgãos executivos e de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica: as Agências de Água
Acre	LEI Nº 1.500, DE 15/07/2003.	I – o Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – CEMACT e sua Câmara Técnica de Recursos Hídricos; II – os comitês de bacia hidrográfica; III – o Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC; IV – os órgãos e entidades dos poderes públicos federal, estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; V – as agências de água;
Amazonas	LEI Nº 3.167, DE 28/11/2007	I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II – os Comitês de Bacia Hidrográfica; III – a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, na qualidade de órgão gestor e coordenador; IV – o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM, na condição de órgão executor; V – as Agências de Água, ou, enquanto estas não forem constituídos, as organizações civis de recursos hídricos legalmente constituídas.
Amapá	LEI Nº 686, DE 07/07/2002	I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/AP, órgão superior, deliberativo e consultivo do sistema; II – a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, órgão de planejamento e gestão do sistema; III – os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH, órgãos setoriais deliberativos e normativos da bacia hidrográfica; IV – as Agências de Água; órgãos executivos e de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica; V – as Organizações Civis que atuam na área de recursos hídricos.

Estado	Lei	Sistema de Gestão
Bahia	LEI Nº 11.612, DE 08/10/2009	I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH; II - a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA; III - o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA; (Alterado pela lei 12377/2011) IV - os Comitês de Bacia Hidrográfica; V - as Agências de Bacia Hidrográfica; VI - os órgãos setoriais e/ou sistêmicos, cujas atividades ou competências guardem relação com a gestão ou uso dos recursos hídricos do Estado da Bahia; VII - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos - CERB.
Ceará	LEI Nº 11.996 DE 24/07/1992	I - Conselho de Recursos Hídricos do Ceará - CONERH; II - Comitê Estadual de Recursos Hídricos - COMIRH; III - Secretaria dos Recursos Hídricos - Órgão Gestor; IV - Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNORH; V - Comitê de Bacias hidrográficas - CBH's; VI - Comitê das Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza- CBRMF; VII - Instituições Estaduais, Federais e Municipais responsáveis por funções hídricas § 1º. A sociedade civil, as instituições Estaduais e Federais envolvidas com recursos hídricos, assim como as entidades congregadoras de interesses municipais participarão do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará. § 2º. As Prefeituras Municipais, as Instituições Federais e Estaduais envolvidas com Recursos Hídricos e a Sociedade Civil, inclusive Associações de usuários, participarão do SIGERH nos Comitês de Bacias Hidrográficas e no Comitê das Bacias da Região Metropolitana de Fortaleza.
Distrito Federal	LEI Nº 2.725, DE 13/06/2001	I – o Conselho de Recursos Hídricos; II – os Comitês de Bacia Hidrográfica; III – os órgãos públicos cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; IV – as Agências de Bacia.
Espirito Santo	LEI Nº 5.818, DE 30/12/1998	I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, órgão deliberativo e normativo central do Sistema; II – a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, órgão gestor central do sistema, por intermédio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, órgão executor e apoio técnico do sistema. III – os Comitês de Bacia Hidrográfica, órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos da bacia hidrográfica; IV – as Agências de Bacia Hidrográfica (ABH), organismos executivos, administrativos, técnicos, financeiros e de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica.
Goiás	LEI Nº 13.123, 16/07/1997	I – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI, de nível central; II – Comitês de Bacias Hidrográficas, com atuação em unidades hidrográficas estabelecidas pelo plano estadual de recursos hídricos.
Maranhão	LEI Nº 8.149 15/05/2004	I – órgão superior, colegiado deliberativo e normativo do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II – órgão gestor, coordenador e de planejamento do Sistema: a Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais; III – órgãos setoriais deliberativos e normativos da bacia hidrográfica: os Comitês de Bacia Hidrográfica; IV – órgãos executivos e de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica: as Agências de Bacias; V – entidades intervenientes: as associações municipais, os consórcios intermunicipais, as associações de usuários, e as organizações civis legalmente constituídas com atuação comprovada na área de recursos hídricos há pelo menos três anos.
Mato Grosso	LEI Nº 6.945 DE 05/11/1997	I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO; II - Comitês Estaduais de Bacias Hidrográficas; III - Órgão Coordenador/Gestor
Mato Grosso do Sul	LEI Nº 2.406, DE 29/01/2002	I – o Conselho Estadual dos recursos hídricos; II – os Comitês das Bacias Hidrográficas; III – a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e a Secretaria de Estado da Produção; IV – as Agências de Águas.

Estado	Lei	Sistema de Gestão
Minas Gerais	LEI Nº 13.199, DE29/01/1999	I - a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; II - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG; III - O Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; IV - os comitês de bacia hidrográfica; V - os órgãos e as entidades dos poderes estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; VI - as agências de bacias hidrográficas.
Pará	LEI Nº 6.381 DE 25/07/2001	I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II – o órgão gestor dos recursos hídricos, instituído na forma da lei; III – os Comitês de Bacias Hidrográficas; IV – as Agências de Bacias; V – os órgãos dos Poderes Públicos estaduais e municipais, cujas competências se relacionam com a gestão dos recursos hídricos.
Paraíba	LEI N.º 6.308, DE 02/07/1996	I – Secretário de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SERHMACT; II – Órgão Deliberativo e Normativo: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; III – Órgão Gestor: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA; IV – Órgãos de Gestão Participativa e Descentralizada: Comitês de Bacia Hidrográfica;
Paraná	LEI Nº 12.726, DE 26/11/1999	I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/PR, como órgão colegiado deliberativo e normativo central; II - a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, como órgão coordenador central; III - o Instituto das Águas do Paraná, como órgão executivo gestor; IV - os Comitês de Bacia Hidrográfica, como órgãos regionais e setoriais deliberativos e normativos de bacia hidrográfica do Estado; e V - as Gerências de Bacia Hidrográfica, como unidades de apoio técnico e administrativo aos Comitês de Bacia Hidrográfica.
Pernambuco	LEI Nº 12.984, DE 30/12/2005 (Vigente)	I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH; II - Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH's; III - Órgão gestor de recursos hídricos do Estado; IV - Órgãos executores do SIGRH/PE; V - Organizações civis de recursos hídricos; e VI - Agências de Bacia.
Pernambuco	LEI Nº 11.426, DE 17/01/1997 (Revogada)	I – Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, órgão superior deliberativo e consultivo do Sistema; II – Comitê Estadual de Recursos Hídricos – CERH; III – Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH, colegiado de apoio técnico local, com atuação nas unidades hidrográficas nominadas pelo plano estadual de recursos hídricos; IV – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, órgão de planejamento e gestão do Sistema; V – os órgãos executores do Estado, que atuam na área de recursos hídricos.
Piauí	LEI Nº 5.165 DE 17/08/2000	I - órgão consultivo, deliberativo e normativo central do Sistema: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II - órgão executivo central, gestor e coordenador do Sistema: Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; III - órgãos setoriais deliberativos e normativos da bacia hidrográfica: os Comitês de Bacia Hidrográfica; IV - órgãos dos poderes públicos estadual e municipais cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos; V - órgãos executivos e de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica: as Agências de Água.
Rio de Janeiro	LEI Nº 3.239, DE 02/08/1999	I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI); II - o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI); III - os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's); IV - as Agências de Água; e V - os organismos dos poderes públicos federal, estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos.

Estado	Lei	Sistema de Gestão
Rio Grande do Norte	LEI Nº 6.908, DE 01/07/1996	I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH; II - Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Projetos Especiais - SERHID; III - Comitês de Bacias Hidrográficas.
Rio Grande do Sul	LEI Nº 10.350, DE 30/12/1994	o Conselho de Recursos Hídricos, o Departamento de Recursos Hídricos, os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica e as Agências de Região Hidrográfica. Parágrafo único - Para os efeitos desta Lei, integrará ainda o Sistema o órgão ambiental do Estado.
Rondônia	LEI COMPLEMEN TAR Nº 255, 25/01/2002	I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH/RO; II – VETADO. III – os Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH; e IV – as Agências de Bacia Hidrográfica – ABH.
Roraima	LEI Nº 547, DE 23/06/2003	I - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II - o órgão gestor dos Recursos Hídricos, instituído na forma da lei; III - os Comitês de Bacias Hidrográficas; IV - as Agências de Bacias; e V - os órgãos dos Poderes Públicos Estaduais e Municipais, cujas competências se relacionam com a gestão dos Recursos Hídricos.
Santa Catarina	LEI Nº 9.748, DE 30/11/1994	I - Órgão de Orientação Superior: Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II - Órgão Central: Secretaria de Estado da Tecnologia, Energia e Meio Ambiente, ou órgão que venha a sucedê-lo na defesa do meio ambiente e no gerenciamento de recursos hídricos; III - Núcleos Técnicos: Comissão Consultiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Áreas responsáveis pelo meio ambiente e recursos hídricos do órgão Central do Sistema; IV - Órgãos Setoriais de Apoio e Execução: Órgãos e entidades públicas sediadas no Estado, que executem ou tenham interesses em atividades relacionadas com o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos. OBS: Sistema Instituído antes da Lei de 94 (Foi instituído em 1993)
São Paulo	LEI Nº 7.663, DE 30/12/1991	I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, de nível central; II - Comitês de Bacias Hidrográficas, com atuação em unidades hidrográficas estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos. Com apoio do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI e criação de Agência de Bacia após início da cobrança
Sergipe	LEI Nº 3.870 25/09/1997	I. O Conselho Estadual de recursos Hídricos – CONERH; II. Os Comitês de bacia Hidrográfica – CBHs; III. A Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, Órgão Gestor; IV. Os Órgãos dos poderes públicos, federal, estadual e municipal, cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos; V. As Agências de Água.
Tocantins	LEI Nº 1.307, DE 22/03/2002	I- Conselho Estadual de Recursos Hídricos; II- Comitês de Bacia Hidrográfica; III- Agências de Bacia Hidrográfica; IV- órgãos dos poderes públicos estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão dos recursos hídricos.

Organizado pela autora (2018)

As diferenças principais entre as legislações estaduais e os entes que as compõem estão relacionadas ao período de institucionalização destas políticas. Alguns estados formularam sua política em momento anterior a PNRH, outros formularam no mesmo ano e por isso tenderam seguir o mesmo modelo da PNRH. Outros ainda formularam anos depois. De qualquer forma, os entes que mais possuem variação de existência na composição do sistema de gestão, entre

um estado ou outro, são as Agências de Bacia e alguns órgãos públicos. Os Conselhos e Comitês de Bacia Hidrográfica estão previstos como parte integrante do sistema em todos os estados.

Vale ressaltar que, apesar da institucionalização destes entes e da estrutura de gerenciamento nos diversos âmbitos e esferas da gestão de recursos hídricos no Brasil, sempre houve a insuficiência de recursos, tanto financeiros como pessoais para a sua efetivação e conseqüentemente do sistema estrutural de gestão, como por exemplo, o ponto chave, as Agências de Água que exercerão a função de secretaria executiva do respectivo - ou respectivos - CBH's, e terão a mesma área de atuação de um ou mais CBH's (ABERS; KECK, 2017, BRASIL, 1997), não foram totalmente implementadas. No Brasil existem as entidades delegatárias, que aplicam os recursos e executam ações, diferente da gestão francesa.

No ano de 2000, cria-se, no Brasil, a ANA que subordinada a PNRH possui a missão de executar e coordenar a gestão integrada e compartilhada dos recursos hídricos, fazer a regulação e disciplinar a utilização dos rios e lagos de domínio da União, e implementar o SINGREH em parceria com os governos estaduais e municipais, os usuários de água e a sociedade civil organizada (ANA, 2017a; ALVES; PEREIRA, 2005) e dar suporte técnico aos entes da gestão.

Mas, passados 20 anos da instituição da PNRH, nem todos os Estados da Federação possuem CBH e nem tampouco Agências de Bacia, e ao mesmo tempo estão sendo propostos outros arranjos institucionais para a gestão. O "atraso" na implementação do SINGREH vai à contramão da descentralização, atribuindo à ANA uma abordagem *top-down*, dificultando o avanço na implementação dos instrumentos de gestão.

Em 2007, na comemoração dos 10 anos da PNRH foi elaborado o relatório *GEOBrasil* dos Recursos Hídricos. Este documento identifica e apresenta os problemas principais que ainda persistiam na gestão e para a efetiva implementação da Lei. No documento, a cobrança era apontada como um grande problema, uma vez que não estava vigorando em todos os Comitês e, os recursos provenientes, onde estava implantada, não eram direcionados para a bacia.

Em 2015 a OCDE fez um estudo sobre a Governança dos Recursos Hídricos no Brasil. O relatório apontou diversas lacunas da gestão, tais como: a falta de praticidade dos planos de bacia que são instrumentos importantes de gestão; o problema da dominialidade das bacias e dos trechos dos rios; a falta de diálogo institucional; a cobrança pelo uso da água que raramente se baseia em estudos de acessibilidade ou em avaliação de impacto; a disponibilidade insuficiente de dados e informações; e a limitada capacidade dos comitês de bacia que acabam desempenhando papel apenas de defensores e não construtores de consenso para orientar a

tomada de decisões distanciando o processo participativo da gestão (OCDE, 2015).

Muitos destes desafios também foram citados no documento denominado “Legado²¹”, elaborado pela ANA em 2017, como a falta de articulação entre as instâncias do sistema, a falta de sustentabilidade financeira do sistema, a falta de efetividade e articulação dos planos de bacia, a necessidade de aperfeiçoamento da cobrança, a questão da qualidade da água relacionada a lançamento de efluentes domésticos (ANA, 2017b).

Além disso, no documento um importante desafio refere-se ao modelo de governança dos recursos hídricos que está sendo adotado. Sobre este tema, discorre o documento que “a representação dos atores sociais é distorcida e a participação social fica restrita a pequenos grupos mais bem organizados” (ANA, 2017b, p. 27).

As dificuldades mencionadas afetam o alcance também das diretrizes de gestão, propostas na PNRH, que são: a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade; a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental; a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo; a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras (BRASIL, 1997) e a qualidade da governança com o fortalecimento dos colegiados.

Ademais é preciso ressaltar que, nos entes colegiados²² do sistema é que são definidos e acordados, por meio de discussões e consensos, os instrumentos da política, que darão base à política pública de gestão de recursos hídricos, e por este motivo é tão fundamental a consolidação de um processo participativo efetivo e com qualidade de representação nestes entes da gestão, que compõem o SINGREH.

²¹ O Projeto Legado é um esforço institucional de consolidação de propostas para o aperfeiçoamento da PNRH e do quadro institucional a partir da sistematização dos diversos estudos e diagnósticos existentes, de reflexões produzidas pela ANA e de consultas dirigidas aos atores SINGREH e outros atores. ANA (2018)

²² Colegiados considerados: Conselhos de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográfica

1.4 Políticas Públicas: para quê e para quem?

A discussão sobre o que são e para que servem as políticas públicas é imprescindível para se compreender as relações do Estado com a sociedade, e conseqüentemente, essas relações na gestão dos recursos hídricos.

Conforme discorre Souza (2006) não é possível compreender políticas públicas sobre apenas um viés, pois a definição de políticas públicas depende do contexto histórico do Estado e da formação do governo, e por isso existem algumas definições para o conceito, como: um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz das questões públicas; conjunto de ações do governo que irão promover efeitos específicos; soma das atividades do governo; o que o governo escolhe fazer e não fazer; política pública como forma de minimizar problemas. A autora recorta, dentre tantas, a definição mais utilizada de Laswell do ano de 1936, que para se definir o que é política pública é preciso responder as seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24).

Para Abers e Keck (2017) esta definição alerta que as escolhas políticas têm conseqüências distributivas reais, com ganhadores e perdedores, e as relações de poder estabelecidas são centrais.

Souza (2006) discorre que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26) e que após formuladas desdobram-se em metas, programas, ações, pesquisas, projetos (...).

A autora destaca, a partir da análise de definições e modelos, os seguintes elementos principais das políticas públicas:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p.36).

Teixeira (2002) define políticas públicas como sendo diretrizes e princípios norteadores do poder público e regras e procedimentos para as relações e mediações entre sociedade e

Estado, e que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos por meio de programas, leis e linhas de financiamento.

Para este autor, existe uma distinção entre o que são políticas públicas e políticas governamentais. Discorre que nem sempre as políticas governamentais são públicas, pois para serem consideradas como tal é imprescindível considerar a quem se destinam e que a sua elaboração seja submetida ao debate público em espaços públicos, com participação da sociedade civil. Políticas públicas visam, entre outras coisas, ampliar e efetivar a cidadania (TEIXEIRA, 2002).

De qualquer forma, as políticas públicas são um reflexo das relações, e inter-relações, que acontecem entre Estado-governo-sociedade. Sejam estas relações de autoridade, de cooperação, de controle social amplificado, de representação, de política de participação, de liberdade (...). No caso brasileiro contemporâneo o reflexo é formado pela soma, na maioria das vezes, de disputas partidárias, conflitos de interesse, alienação, manipulação social e má distribuição orçamentária.

Teixeira (2002) define modalidades de políticas públicas, com base na atuação e destinação, que irão definir o tipo de aplicação, elaboração, implementação. Nas palavras do autor, as modalidades são,

Quanto à natureza ou grau da intervenção:

a) estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc. b) conjuntural ou emergencial – objetivam amainar uma situação temporária, imediata.

Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:

a) universais – para todos os cidadãos; b) segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator determinado (idade, condição física, gênero etc.); c) fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.

Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:

a) distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo; b) redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais: buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos; c) regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo (TEIXEIRA, 2002,s/p).

Fazendo uma comparação das modalidades propostas pelo autor com a PNRH é possível aferir que esta é estrutural, universal e regulatória. Muito embora a prática mostra que às vezes esta política é fragmentada e distributiva, sobretudo quando há privilégio de grupos de interesse nas negociações de outorga ou cobrança dos recursos hídricos, por exemplo.

Teixeira (2002) propõe que a identidade, plataforma política, mediações institucionais e a dimensão estratégica são aspectos a serem considerados quando a sociedade civil é chamada para participar do processo de formulação das políticas públicas. Ressalta que o grau de mobilização da sociedade civil e os mecanismos que viabilizem a sua participação serão fundamentais para definir a agenda que atenderá ou não os seus interesses.

Por isso [frisa-se], um governo que está inclinado a promover políticas públicas que realmente atendam as demandas da sociedade também precisa estruturar o arranjo político-institucional no sentido de implementar mecanismos que viabilizem a participação.

Assim, é indispensável considerar para a formulação das políticas públicas a elaboração e formulação de um diagnóstico participativo e estratégico entre os principais atores envolvidos, a identificação de experiências bem sucedidas, análise de resultados, debate público e mobilização da sociedade civil, competências das esferas públicas e capacidades estatais, identificação de fontes de recursos, mapeamento de parcerias, definição clara dos papéis dos atores, instrumentos e meios de articulação, avaliação e acompanhamento dos processos para a proposição de melhorias e redefinição das ações e projetos (TEIXEIRA, 2002).

Um fato é que as políticas públicas também se fazem através da política partidária, questão que pode ser contraditória aos princípios fundamentais dos colegiados (Conselhos e CBH's) onde se discute e se delibera a respeito da política de recursos hídricos, em que a política partidária não assume o papel de “palanque” ou “plataforma política”. Nestes, espera-se que a política governamental partidária, que dura em média quatro anos, não seja um entrave às decisões minimamente consensuadas.

Segundo Souza (2006) e Farah (2016) existem duas formas para entrar no campo das políticas públicas. A primeira é o estudo das políticas públicas e a segunda é a análise das políticas públicas. A primeira diz respeito natureza das atividades do Estado e procuram entender e explicar o processo envolvido na formulação e implementação de determinada política pública, ou nas políticas públicas deste Estado. A segunda envolve a geração de conhecimento para subsidiar políticas públicas, possuindo um caráter prático do conhecimento para a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Farah (2016) retoma o contexto histórico do campo de políticas públicas no Brasil para inferir que, as duas formas apresentadas ocorrem no país. O processo, segundo esta autora, inicia na década de 30, quando por um lado se propagava a consagração da base técnica e o treinamento, e por outro se destacava a participação do burocrata na formulação e

implementação das políticas públicas. Este início foi pautado em formações e atuações dispersas em políticas públicas nas mais diversas áreas.

Depois, entre as décadas de 40 e 60 a sociedade civil entra como novo ator na influência de políticas públicas, junto a uma base técnica de especialistas que estudavam e analisavam concomitantemente. No período da ditadura sobressaem as análises políticas orientadas exclusivamente para apoiar o governo em propostas e programas. Mas, as parcerias com instituições de pesquisa, universidades, acabaram por promover além das análises, estudos críticos sobre as políticas públicas no período (FARAH, 2016). Gomide e Pires (2014) ressaltam que as políticas públicas adotadas no Brasil entre 1930 e 1980 deram-se em um contexto autoritário, no sentido de transformar rapidamente um quadro econômico defasado. Por isso essas políticas foram marcadas pela urgência de se produzir resultados.

Ao longo dos anos 80 e 90 o regime das políticas públicas passa por importantes mudanças com a inclusão da participação da sociedade civil em sua formulação e a implementação de mecanismos de controle, e a produção voltada ao estudo da política e a ampliação de consultorias, atuações de organizações não governamentais (FARAH, 2016; GOMIDE; PIRES, 2014) e por isso há uma necessidade de um novo relacionamento entre a burocracia estatal e as novas bases representativas e participativas, e com proteção da burocracia a influência de grupos de interesse (GOMIDE; PIRES, 2014).

No caso das políticas públicas no Brasil, voltadas ao meio ambiente, começaram a ser criados, sobretudo, a partir de 1980 e por conta da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) todo um aparato institucional, com órgãos, leis, decretos, que incorporam o processo participativo na formulação, implementação e controle, com diferenciação conceitual entre as políticas para este processo, como por exemplo, a LEI Nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) que menciona o controle social, e a Lei Nº 10.257/ 2001 (Política Urbana. Estatuto da Cidade) que trata da necessidade de gestão democrática por meio da participação da população, sendo este um grande avanço para a formulação de políticas públicas mais efetivas, conforme mencionam Evans (2013) e Avritzer (2007).

De qualquer forma, para Gomide e Pires (2014) é preciso compreender os arranjos institucionais que dão base para as políticas, pois para cada política “se arranjam organizações (com mandatos, recursos, competências e instrumentos legais), mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisão entre atores (do governo, do sistema político e da sociedade), além das obrigações de transparência, prestação de contas e controle” (GOMIDE; PIRES, 2014, p.19).

O presente estudo assume, em certa medida, um estudo em relação à compreensão do processo da PNRH, quanto para uma orientação para a prática representativa e participativa desta política pública, que no fim, estabelecem a gestão social, considerando os arranjos institucionais que a envolvem, do qual faz parte, como um ambiente institucional o CBH. Destaca-se que a preocupação para a prática adotada é de se considerar também os elementos subjetivos de todo o processo, formados pelas análises das percepções dos membros dos CBH's a respeito dos temas tratados.

CAPÍTULO 2 - REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO²³

2.1 Fundamentação teórica: sobre o conceito de representação

O conceito de representação²⁴ está presente em diversas ciências, artes, filosofia (...), e em cada uma delas, possui significados e funções diferentes, portanto é um conceito complexo de análise. Nas ciências, a representação é utilizada como recurso didático pedagógico, e como forma de simular vários tipos de fenômenos do mundo físico real. Nas artes, pode-se estudar a representação pela semiótica²⁵, por meio do estudo de signos, símbolos e imagens. A ciência cartográfica, por exemplo, congrega ciência e arte por meio da representação por símbolos. Na psicologia social são estudadas as representações sociais, ou as funções sociais formadas a partir de contextos, categorias e teorias para que se compreenda o contexto social em uma relação de construção, interpretação, expressão e simbolização entre o sujeito e o objeto. Na filosofia, a discussão pode ficar em torno do subjetivo e do objetivo, da ausência e da presença. Estes são alguns exemplos.

O tipo de representação que interessa delimitar para o presente estudo é a representação que envolve as ações políticas, que de alguma forma irá se manifestar na possibilidade de controle do poder político para quem não pode, por algum motivo, exercê-lo pessoalmente (BOBBIO, 1998) e destes representantes, aqueles que expressam os interesses de uma organização ou segmento da sociedade.

A partir desta definição elaborada por Bobbio a representação pode ser vista como um mecanismo de aceitação da diversidade e diferenças, no controle e regulação entre representantes e representados, em geral contribuindo para a construção e o alcance de uma visão amplificada do universo de decisão, e assim pode adquirir significados distintos. Embora, também haja o interesse, no presente estudo, em menor escala, de compreender o exercício contrário, quando a representação tem a função de tornar presente à consciência a realidade externa, o que reforça a importância da consciência e a ética do representante. Para chegar no

²³ O Conteúdo abordado neste capítulo advém de um Artigo publicado pela autora na revista Sustentabilidade em Debate. Brasília. v. 7, n. 3. dezembro de 2016. P 34 a 46. Ampliado e modificado para o desenvolvimento da Tese de Doutorado.

²⁴ Importante resgatar a etimologia da palavra representação. Etimologicamente, ‘representação’ provém da forma latina ‘*repraesentare*’ – fazer presente ou apresentar de novo, aplicando-se primeiro a objetos materiais (PITKIN, 1969)

²⁵ A semiótica tem seu início com a Teoria dos Signos de Charles Peirce, que propõe distinções entre signos que guardam uma semelhança com o objeto representado; índices que indicam o objeto representado e símbolos que são convencionais e supõem uma regra para sua aplicação.

objetivo de compreender este tipo de representação, serão apresentadas considerações deste conceito.

De acordo com Norberto BOBBIO (1998) duas explicações podem ser aplicadas para se compreender o significado da representação. Uma está atrelada a representação política, fruto de uma longa trajetória de mudanças nos processos sociais e políticos, que tornaram a representação o elemento chave da história moderna, e que atribuíram a este conceito o fim da representação por camada sociais, o advento do sufrágio universal e da presença dos partidos de massa.

Outra explicação, segundo o autor, é de ordem semântica, pois o verbo representar e o substantivo representação se aplicam a um universo variado de experiências, que abrange desde ações políticas, representações sociais e culturais até experiências artísticas figurativas da dramaturgia. Discorre Bobbio (1998) que na prática os significados de representação podem ser divididos em: “a) significados que se referem a uma dimensão da ação, — o representar é uma ação segundo determinados cânones de comportamento” e “b) significados que levam a uma dimensão de reprodução de prioridades ou peculiaridades existenciais; representar é possuir certas características que espelham ou evocam as dos sujeitos ou objetos representados” (BOBBIO, 1998, p.1102).

Retomando a representação política, Bobbio sugere 3 modelos: a representação como relação de delegação; a representação como relação de confiança; e a representação como espelho, ou representatividade sociológica. Como relação de delegação, o representante é um executor das instituições que ele representa, privado de autonomia e iniciativa. Na representação como confiança, o representante possui sua ação autônoma com base no interesse dos representados a partir de sua percepção. O último modelo está centrado no efeito do conjunto da representação, e não no papel do representante, ou como o corpo social deve ser espelhado nos organismos representativos.

No entanto, conforme discute Bobbio (1998), são verificados alguns problemas em cada modelo. O primeiro modelo pode ter uma atuação parcial gerando uma expectativa que não será atingida, uma vez que depende, da limitada e irregular participação dos representantes nos processos de decisão. O segundo modelo esbarra no problema da relação de [não] correspondência da percepção do representante em relação ao interesse do representado. No terceiro modelo, a preocupação é com a questão de qual característica do corpo social se quer espelhar. E para qualquer tipo ou modelo de representação é preciso uma base institucional, com algumas garantias na escolha do representante que tornem todo o processo legítimo.

Hanna F. PITKIN (1969) contribui com outra visão, em certa medida etimológica, para a discussão sobre o conceito de representação. A autora, que fez um dos estudos mais mencionados sobre o tema, explica que o conceito das instituições representativas modernas começou a parecer na Idade Média, quando o porta voz de uma comunidade passou a se materializar em uma pessoa que seria o representante, e foi neste mesmo período que as primeiras instituições de representação política, os Conselhos, surgiram primeiramente para serem administrativamente e politicamente convenientes ao Rei. Posteriormente, na Inglaterra, a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns começam a agir como uma corporação, normalmente em oposição ao Rei. E assim o Parlamento ganhou força nas decisões políticas. Mas até este período da história, os membros do Parlamento ainda não eram chamados de representantes, pois a palavra não tinha este significado (PITKIN, 1969; 2006).

Somente com a Guerra Civil Inglesa, após o rei ser deposto e executado, é que o termo representar, e suas variações, passa a ser um conceito político. E no curso das Revoluções Americana e Francesa é que a representação se torna um dos direitos universais do homem²⁶ (PITKIN, 1969). Então, foi se avançando a representação pelo caminho do sufrágio universal, da democracia, dos partidos políticos, dos sistemas eleitorais e de novas instituições representativas. Até que o governo representativo é apresentado [na América pelos Federalistas] como um mecanismo para substituir a democracia direta (PITKIN, 2006).

Pitkin (1969) traz para a discussão a contribuição da filosofia de Thomas Hobbes para a aplicação do conceito de representação em relação à autoridade do representante, que pode ser limitada tanto no tempo como em alcance, como também pode ser ilimitada, e que ao representante foi dado o consentimento de agir em nome de outro, sendo a representação a autoridade. Mas Pitkin ressalta que parece ter algo equivocado na definição de Hobbes sobre representação, muito embora para ele todo governo é um governo representativo. O equívoco²⁷ estaria relacionado principalmente porque o representante proposto por Hobbes estaria livre para agir como quisesse, atribuindo aos representados obrigações.

Então a autora discute outras concepções de representação, com o sentido de responder por alguma coisa que está ausente, ou pela semelhança descritiva. Nesta última a legislatura representativa seria um espelho, assemelhando-se ao modelo citado por Bobbio (1998). Outra

²⁶Logo no princípio, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 utiliza o termo representantes, para se referir aos representantes do povo francês reunidos na Assembleia. Depois, nos artigos, ressalta a importância dos representantes como representando de alguma forma os cidadãos (AMBAFRANCE, 2018).

²⁷ O equívoco ao qual se refere Pitkin (1969) é a partir da visão que ela constrói sobre representação, pois Hobbes, em seu *Leviatã*, absolutista, expõe com exatidão a autoridade do representante.

forma de pensar na semelhança descritiva estaria no governo representativo, em que a legislatura representativa seria semelhante a nação como um todo, agindo da mesma forma como a nação [como um todo] o faria na determinada situação (PITKIN, 1969).

Além da semelhança ou reflexo, a representação também pode ser associada aos símbolos, que carregam significados que vão além do que está neles representado, sobretudo quando este símbolo é um grupo ou um ser humano estabelecido com *status* simbólico. Esta ideia aplicada a política cria, por exemplo, os líderes carismáticos, estimulando reações irracionais e afetivas nos representados, correndo o risco de ocasionar uma ação extremista em que os representantes moldam a mente dos representados a fim de obter aceitação e consenso, como em regimes fascistas, e a representação se torna, neste momento, uma relação de poder (PITKIN, 1969), anulando a possibilidade das relações dialéticas.

Somada a ampla discussão e complexidade histórica e etimológica que envolve o conceito de representação, Pitkin (1969; 2006) sugere que a representação é um fenômeno cultural e político, ou seja, um fenômeno humano que significa em linhas gerais tornar presente o que está ausente por meio do agir do representante. E nesta linha a autora observa duas posições para o agir do representante: o mandato e a independência. No mandato o representante agiria conforme os representados agiriam. No agir independente, o representante estaria agindo de acordo com suas habilidades, sendo livre para decidir com base no seu julgamento.

Seguindo outra linha de raciocínio, porém chegando a considerações não tão distintas das feitas por Pitkin (1969; 2006), Dowbor, Houtzager e Serafim (2008) argumentam que representar é “fazer as vezes do outro” ou “estar no lugar do outro” em um determinado momento ou espaço. A rápida leitura da colocação causa a impressão de que os significados sugeridos possuem a mesma função. É importante atentar para o fato de que é possível que o “fazer as vezes do outro” em determinado espaço ou momento provoque uma ação social diferente do “estar no lugar do outro”, conforme apontou Bobbio nos modelos de representação, e Pitkin discorrendo sobre o agir do representante.

Os autores fazem análises diferentes, mas consideram que a representação é uma atividade essencialmente humana e, por isso, não é linear e muito menos previsível. Assim, é preciso refletir de antemão que estar no lugar de alguém nem sempre é o agir por este alguém, e que nem sempre quem não está presente estará representado, em determinado lugar ou situação.

Avritzer (2007) discorre que a teoria da representação pode ser dividida em dois momentos principais: quando a representação assume uma lógica-hipotética sem uma instituição para instituir o ato de representar e a centralização pautada na teoria dos governantes no poder. O autor destaca também a importância de se considerar, a partir do segundo momento, como a representação adquire o *status* de monopólio no interior do território no decorrer da construção do Estado moderno.

Na época contemporânea, sobretudo após o século XX, e após o advento do governo representativo, o caso mais comum de representação referente às estruturas da política formal está associado ao sistema político eleitoral. Na democracia representativa é por meio do voto que o representante é eleito pelo povo para representá-lo, sendo então um espaço de representação com responsabilidades e atribuições delimitadas e, em que há uma delegação temporária para executar interesses de um grupo majoritário.

No sistema político eleitoral da democracia representativa reside a ideia de uma somatória de representações pessoais, já que cada eleitor escolhe individualmente seu representante, sendo o voto ou eleição o mecanismo de autorização da representação, o que leva ao risco do distanciamento entre eleitores e eleito, dependendo de como for a prática ou o modelo de representação adotado após a eleição. No caso da democracia representativa, conforme discorre Lüchmann (2007, p. 144), "a responsabilidade do processo decisório fica restrita aos representantes escolhidos pelo sufrágio eleitoral", compondo um quadro de relacionamento de diversos tipos de soberania (AVRITZER, 2007).

Avritzer (2007) apresenta três formas de representação na política contemporânea. A primeira é a representação eleitoral, em que a relação com o representado se dá por meio do voto e o sentido contido nesta forma é a representação de pessoas. A segunda forma é denominada de advocacia, em que a relação com o representado é dada pela identificação com a sua condição no sentido da representação de discursos e ideias. A terceira forma seria pela representação da sociedade civil, por meio da autorização dos atores com afinidade no sentido da representação de temas e experiências.

Portanto, outras formas de representação surgem em uma dimensão diferente do estabelecido pelo sistema eleitoral, como por exemplo os representantes de associações comunitárias, ou organizações civis. Mas, é preciso refletir sobre, mesmo estando fora das vias eleitorais, quais mensagens estas outras dimensões de representação carregam, e que irão interferir no fazer as vezes do outro ou estar no lugar do outro para a tomada de decisões, e se estarão em detrimento ou não do ato coletivo.

2.1.1 Uma reflexão sobre a Representação política no Brasil

Neste momento se faz necessário retomar o contexto da construção do governo representativo no Brasil do século XIX, que possivelmente influenciou as formas de representação que viriam a seguir no século XX, para compreender como a representação foi absorvida pela política no país.

No Brasil, o início da construção de um governo representativo está mais próximo com os modelos representativos Europeus do século XVIII. Este governo representativo começou com a monarquia constitucional no século XIX, em um modelo importado da Europa, sobretudo da Inglaterra e França, com a adoção do parlamento, e em especial a Câmara do Deputados (Dolhnikof, 2008). Conforme Dolhnikof,

Da França vieram a divisão entre cidadãos ativos e passivos, sendo que só os primeiros tinham direito de voto, e a eleição em duas fases, onde os votantes votavam nos eleitores que, por sua vez, votavam nos deputados. Da França e da Inglaterra veio o voto censitário. Da França e da Inglaterra veio a monarquia constitucional bicameral, com uma câmara eletiva temporária e outra vitalícia. Também da França veio o modelo de monarquia constitucional no qual a nomeação do ministério pelo rei não precisava corresponder à maioria parlamentar (Dolhnikof, 2008, p14).

A Câmara tinha papel fundamental no século XIX, e em contrapartida foi-se reduzindo o eleitorado, prevalecendo os interesses das grandes províncias e elites correspondentes, em uma representação de caráter nacional. O primeiro órgão de representação por excelência no Brasil foi a Câmara dos Deputados (DOLHNIKOF, 2008), que impulsionava as unidades federativas, sobretudo na relação dos estados e oligarquias locais. Essa forte relação adentrou pelo período da Primeira República, formando o ideal republicano de sujeitos [que se consideravam] ilustrados em detrimento do povo, cuja a vida girava em torno de um grande déficit educacional (HOLLANDA, 2008).

Para Holanda (2008), no Brasil, a representação política foi se construindo, a partir da república, sob diferentes visões. A autora apresenta os ideais liberais que definiam a ação estatal em patamares mínimos e acreditavam que deveria haver um processo de transição da massa para o povo. Ou seja, de um aglomerado desordenado para um conjunto ordenado. A autora também discorre sobre a visão positivista em que prevalece a técnica, a ciências, o saber e a competência na ideia de representação, sem conceber o povo como ator e autor da política.

Apesar da Constituição de 1934 [liberal] instituir o voto secreto e feminino, ampliar as competências dos entes federativos, instituir a legislação trabalhista e autonomia dos

sindicatos²⁸ moldando a relação entre governo e sociedade; e da Constituição de 1946 retomar a democracia e o pacto federativo, foi somente com a Constituição de 1988 que a representação política ganha outra conotação no Brasil, diferente daquela que vinha desde a Primeira República. Há que se considerar também neste processo os períodos de rupturas institucionais que afetaram profundamente a representação política no país.

Esta outra conotação, ou outro tipo de representação é construída em novos ambientes, não os políticos formais, mas aqueles proporcionados pela Constituição Federal de 1988 no Brasil, e que se organizam de forma diferente dos tradicionais, ao menos teoricamente. Conforme sugerem Dowbor, Houtzager e Serafim (2008) e Lüchmann (2008), esses podem ser os ambientes²⁹ institucionalizados, como os Conselhos de Políticas Públicas, ou os menos formais, que são as mesas de negociação entre poder público e sociedade. A criação destes novos ambientes representativos acontece ao mesmo tempo em que se fala na crise da representação³⁰ no contexto internacional.

Avritzer (2007) menciona que esses ambientes são as instituições participativas que emergiram no Brasil democrático, e implicam em um aumento e diversificação da representação, principalmente pela representação da sociedade civil nesses ambientes. Portanto, guardam características que congregam a representação e a participação (LÜCHMANN, 2008; AVRITZER, 2007).

Então, é preciso verificar que estes ambientes serão formados por outra categoria de representantes, que não são os representantes tradicionais no formato de políticos eleitos. Serão representantes que,

falam em nome de um segmento ou organização, tais como conselheiros [e participantes de comitês] de políticas públicas que representam usuários ou movimentos populares, e também representantes necessários em momentos de negociação menos formais (DOWBOR, HOUTZAGER E SERAFIM, 2008, p. 12).

²⁸ Nota da autora: a autonomia dos sindicatos mudou a forma de representação da classe trabalhadora, pois de certa forma centralizou no sindicato as decisões e negociações com o Estado. Assim, deixa de existir a representação universal do processo democrático, e são ampliadas as relações patrimonialistas. Com a criação das empresas estatais durante o governo militar, este modelo é fortalecido. A autonomia dos sindicatos é positiva se realmente estiverem representados os interesses dos trabalhadores.

²⁹ As autoras utilizam o termo espaço, que no presente estudo foi substituído por ambiente, uma vez que espaço possui outras conceituações que poderiam confundir o leitor.

³⁰ A crise da representação estaria pautada em: “o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às instituições políticas e o esvaziamento dos partidos políticos, através, entre outros, da burocratização de suas estruturas internas e da crescente interferência da mídia junto ao processo eleitoral” (Miguel, 2003 *apud* Lüchmann, 2008, p. 87.)

Todavia, o fato principal apresentado é de que esta nova categoria de representantes deverá representar aquele determinado grupo pelo qual se dispôs fazer a representação e que dele faz parte, no âmbito das relações coletivas e individuais, muitas vezes em escalas menores que a do contexto nacional, como até então era praticado. Nesses novos ambientes representativos será exercida a representação dos interesses de um grupo específico em negociação com outro grupo específico, e assim por diante. Ou seja, o grupo atuará, enquanto grupo inserido nas relações sociais, estabelecendo contratos sociais e, ao mesmo tempo, com interesses específicos do próprio grupo.

A representação, tanto nos ambientes institucionalizados como nos menos formais, portanto, passa a ser uma relação de confiança, autonomia, controle, prestação de contas entre quem está representando e quem está sendo representado, embasadas por forças e vontades políticas como mencionam Dowbor, Houtzager e Serafim (2008). As autoras e autor apontam também para um importante movimento entre os representantes e representados em tais situações.

Consideram que tanto representantes quanto representados possuem responsabilidades, como fornecer informações e cobrar atuação [responsabilidade do representado], e buscar informações e prestar contas [responsabilidade do representante]. Esta responsabilidade, ou corresponsabilidade, prevê também a transparência no repasse das informações neste movimento de comunicação que deve ocorrer em uma “via de mão dupla”.

Estes ambientes não são formados apenas por um segmento ou um único grupo social defendendo seus interesses específicos. Por isso, é imprescindível que os representantes saibam reconhecer a necessidade de cada grupo para articular os diversos interesses envolvidos, e estejam aptos a negociar tanto dentro destes ambientes, como em outras arenas políticas. Também devem ser levados em conta outros desdobramentos. Cada grupo que será representado possui demandas e obrigações que devem ser (re)conhecidas, consideradas e discutidas por todos os representantes para que estes exerçam uma representação qualificada positivamente e legítima. Desta forma poderá ocorrer a representatividade.

A prestação de contas e os mecanismos de autorização entre representantes e representados darão a legitimidade aos representantes (ABERS; KECK, 2008). Ainda assim, é preciso levar em conta os contextos indiretos de todos os representados para que as discussões sejam verdadeiras. Todavia, ainda haverá o risco de que os grupos não tenham a devida representatividade, uma vez que dependem de uma única pessoa para falar em nome de todos, principalmente nos momentos de deliberação.

Interpretando um texto de Lüchmann (2007), é possível constatar que a representatividade está diretamente relacionada à legitimidade de representação dos segmentos que compõem estes ambientes, considerando as diferenças nas formas e mecanismos de escolha desses representantes em cada um deles, quantidade de assentos, grau de competência e qualificação. Além disso, a autora também atenta para o fato de que a representatividade esbarra em mecanismos de autorização, prestação de contas, responsividade e sanção. Quanto mais instaurados tais mecanismos, em teoria, maior a representatividade.

De certa forma, pode-se aferir que um viés liberalista vem contribuindo para formar estes novos ambientes representativos de negociação ramificados pela Constituição de 1988. Viés que está presente na questão da discussão sobre a necessidade da competência e qualificação dos representantes que irão compor as instituições sociais. De qualquer forma, a ramificação destes ambientes, e por consequência sua ampliação, pode ser compreendida como uma forma de descentralização da representação política.

Abers e Keck (2008) apontam para outras questões relevantes que devem ser consideradas para análise deste novo ambiente de representação que está em construção desde a década de 80, das quais duas foram destacadas e consideradas mais pertinentes à discussão. A primeira refere-se especificamente à real representação dos entes do Estado que compõem os ambientes, especialmente nos Conselhos [e CBH's], pois para as autoras não está claro quem realmente está sendo representado pelo Estado. O que torna complexa a discussão de representação e cada vez mais atrelada ao federalismo, afinal, pela tradição política, o Estado deve representar o povo, por meio da instituição de políticas públicas consideradas prioritárias pela sociedade em que estejam estabelecidos os objetivos, princípios e instrumentos por meio dos quais a progressão do tema de interesse da sociedade venha a ser realizado.

Em outras palavras, a descentralização da representação em novos ambientes, que não são necessariamente institucionalizados e políticos tradicionais, torna o entendimento das competências federativas substancialmente necessário, para compreender quem e como irá compor estes espaços de representação, e como ficam os representados.

A segunda questão apresentada por Abers e Keck (2008) está relacionada aos indivíduos, representantes da sociedade civil organizada, que compõem os assentos nos ambientes, que em sua maioria possuem nível de escolaridade médio e ou superior e renda igual ou superior a 5 salários mínimos. Tal perfil demonstra que esses indivíduos não fazem parte das classes populares, mesmo que representem a sociedade civil. Isto retoma a questão do

modelo representativo elitista brasileiro historicamente adotado, em contrapartida ao modelo que deveria ser adotado em substituição a participação direta.

Mesmo assim, a participação política, que ocorre por meio de representantes da sociedade civil organizada, deve ser considerada uma inovação e um ganho significativo para a gestão pública, pois atribuem legitimidade às decisões dos gestores. Entre os ambientes em que estão representantes desse segmento estão os CBH's, até então reconhecidos no presente estudo, como entes do SINGRH.

Pensar na representação nas arenas de decisão sociopolítica, tais como na saúde, educação, cultura e planejamento, considerando as três instâncias governamentais, seria motivo para uma discussão ampla, pois em cada uma delas ocorrem desdobramentos diferenciados nos arranjos e formas de representação, que se tornam específicos por relações de pressão, mais ou menos diretas, entre o “cidadão cliente” e o “servidor na posição de prestador do serviço”. Esta reflexão detalhada de cada arena de decisão, referidas acima, não é o foco deste estudo.

Retomando Bobbio (1998), é possível que o arranjo que está sendo construído no Brasil da representação política descentralizada, nos ambientes colegiados da gestão dos recursos hídricos, como os Conselhos e CBH's, seja uma mescla dos três modelos apresentados por este autor, e que está entrelaçado ao conceito de participação, mas que mantém características de uma história política de elite e coronelista.

No presente estudo, o conceito de representação é abordado no novo ambiente colegiado da gestão dos recursos hídricos, criado por meio da Constituição de 1988, instituído pelo SINGREH e implementado sobretudo pela PNRH. Este ambiente representativo se desenvolve a partir das negociações que são feitas entre os grupos de interesse, formados por representantes que teoricamente devem defender e debater sobre os interesses e demandas provindas da sociedade civil, do poder público e dos usuários de água. Apesar de certa autonomia legítima destes representantes nos momentos de decisão, já que foram eleitos entre seus pares, entende-se que estes possuem obrigações de corresponsabilidade com os grupos representados.

2.2 Fundamentação teórica: sobre o conceito de participação

Antes de discorrer sobre o conceito, é importante entender que a participação na tomada de decisões pode ter diferentes acepções, e assim surgem termos diferentes: participação social, participação popular, participação pública, participação política. Evans (2013) explica que os europeus, por exemplo, utilizam o termo participação pública, enquanto no Brasil se usa a participação social, mas que os termos podem ser utilizados alternadamente, muito embora os arranjos políticos, sociais, institucionais sejam diferentes pois o que conta é responder à questão: o que o povo decide? (EVANS, 2013).

Gadotti (2014) traz uma definição do que é a participação popular diferenciando-a de participação social. Para este autor a Participação Social é aquela que ocorre "nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas, etc." (GADOTTI, 2014, p.2), onde atua a sociedade civil organizada, aprimorando a democracia e qualificando a política pública (GADOTTI, 2014). Já a Participação Popular "corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras, e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc." (GADOTTI, 2014, p. 3). Para o autor, esta é uma forma de participação mais direta, atuando fora dos programas do governo, abarcando a sociedade em seu conjunto. Mas o autor deixa claro, em seu texto, que as duas estão intrinsecamente relacionadas.

O que fica é que conceito de participação é dinâmico. A participação adquire conotações que irão depender do contexto político, social e histórico e das práticas sociais as quais está associada. Por isso, são muitas e complexas as discussões sobre participação, entre autores clássicos e contemporâneos.

Ao refletir sobre a participação, Bordenave (1994, p. 22) discorre que "[...] a palavra participação vem da palavra "parte". Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte", mas ressalta que as expressões "ter", "fazer" e "tomar" adquirem sentidos diferentes dependendo da intenção do participante gerando níveis distintos de participação, que estão balizados no como se toma parte e não no quanto se faz parte (BORDENAVE, 1994).

Ainda segundo Bordenave (1994), a participação é também uma necessidade humana que vem aumentando gradativamente no Brasil e no mundo, principalmente após o advento dos meios eletrônicos de comunicação massiva que estão cada vez mais na ordem do dia, diante do descontentamento da sociedade com as decisões de poucos. Em outro sentido, Santos e Avritzer

(2005) e Pateman (1992) discutem, por exemplo, que o ideal participativo e inclusivo da sociedade nas decisões políticas pode ser visto como uma ameaça, por muitos autores, à própria estrutura democrática representativa, sobretudo nos projetos políticos neoliberal e autoritário, pois, quanto maior o ideal político participativo, menor a centralidade nas decisões políticas e maior a pressão que a sociedade exercerá sobre os representantes do governo.

Pateman (1992) retoma diversos autores que discutem a democracia e como a participação pode interferir neste sistema político. Para a autora, o conceito participação, que ganha força no cenário mundial após a década de 60, merece dedicação por conta de sua popularização, e para se compreender qual o seu lugar na democracia contemporânea. A autora apresenta duas posições para argumentar as questões que envolvem a participação: a de um grupo contra a inserção da participação no sistema político; e a de um grupo a favor da ampliação da participação. Vale mencionar que a maior parte dos estudos sobre participação estão relacionados a estudos sobre a democracia.

O grupo de autores que discutem a democracia no século XX, e são contra a ampliação da participação na vida política e nas instituições, justificam que a participação já estaria garantida com as eleições, e esta seria uma possibilidade de se manter de alguma forma o *status quo*. A esta forma de pensar a democracia, Pateman chama de teoria contemporânea da democracia³¹. Nesta forma, a força estaria na representação, e não na participação.

Os críticos desta teoria contemporânea³² - o grupo a favor- apontam que a participação no sistema político deve ser ampliada para o máximo, porém, a autora argumenta que esta teoria é inconclusiva, e um dos motivos é a falta da explicação do como isto irá acontecer. E de certa forma estes pensadores também discorrem sobre a participação como função protetora (PATEMAN, 1992).

Neste sentido, debate Evans (2013) que existem basicamente duas correntes que discutem o grau de relevância da participação na política. Uma que defende a teoria realista elitista com a participação limitada ao ato de votar, pois a participação mais ampla poderia tornar todo o processo de decisão lento, moroso, oneroso e com privilégio de grupos. Outra que defende a participação ampliada, pautada em processos de controle social e igualdade política, sendo um instrumento que pode ser utilizado para melhorar a confiança nas instituições

³¹ Como pensadores da teoria contemporânea democrática segundo Pateman (1992) apontam-se: Sartori (1962), Dahl (1962), Berelson (1954), Eckstein (1966).

³² Pateman (1992) cita como críticos da teoria democrática contemporânea: Bachrach (1967), Bay (1965), Davis (1964), Duncan e Lukes (1963), Goldschmidt (1966), Rousseas e Farganis (1963) e Walker (1966).

públicas, como ferramenta para resolver problemas complexos [como a governança da água], criar oportunidades para soluções políticas e para o exercício efetivo da cidadania e da democracia.

Pateman (1992) traz Rousseau para a discussão, pois, para a autora, ele é o teórico por excelência da participação, destacando [recortando] o sentido educativo que este autor dá à participação em sua obra *Do Contrato Social (1762)*, em meio a uma discussão sobre o fundamento legítimo da sociedade política, liberdade, poder, condicionamento social [...] Discorre que para Rousseau a participação provoca um efeito psicológico em quem participa e por isso "é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais" (PATEMAN, 1992, p. 35).

Embora o próprio Rousseau não utilize em sua obra a palavra participação especificamente, disserta sobre um conceito de vontade geral, de interesse comum para as deliberações de organizações sociais específicas, que seria a forma de participação direta na política. Em linhas gerais, o que propõe Rousseau é que o poder político deve repousar em associações. Cada indivíduo da sociedade deveria comprometer-se com todos, em que o direito da liberdade só apareceria com as convenções, que seriam definidas pelo contrato social.

Para Rousseau, a construção coletiva dá origem à soberania. Ou seja, o Estado ou mandatário não pode exercer seu desejo isolado, mas sim o desejo coletivo do povo, e as leis devem ser formuladas a partir do desejo coletivo (RIBEIRO, 2012), e assim estaria ocorrendo a participação da população.

Pateman (1992) destaca a importância do sistema participativo, que se tornaria autossustentável para Rousseau, na medida em que quanto mais o cidadão participa, mais aprende a participar. Outro aspecto é de que os homens estariam livres desde que exista a obediência às leis estabelecidas de forma participativa por estes mesmos homens. A teoria de Rousseau ainda sugere que a participação tem a função de integração entre os cidadãos, atrelando à discussão o conceito de pertencimento do coletivo (PATEMAN, 1992).

Pateman (1992) também traz para discussão John Stuart Mill, principalmente para destacar a ênfase que este pensador dá a educação no processo participativo a nível local. Parte de sua teoria remete ao interesse na organização industrial, inclusive como uma forma de educar o indivíduo para a prática social e ao pensamento liberal.

Outro pensador de destaque no texto da autora é George Douglas Howard Cole, pois a ideia de participação é central em sua teoria. Segundo a autora, a teoria de Cole, de uma

participação completa para alcançar a verdadeira democracia, deveria acontecer por meio das associações, e não por meio das representações. E a função educacional da participação teria papel crucial, como em Rousseau. E assim como para J.S. Mill, para Cole a participação deveria acontecer no nível local, e com uma grande igualdade econômica (PATEMAN, 1992). A diferença marcante em relação a Mill e Cole, é de que Cole é adepto do socialismo libertário, enquanto J.S. Mill defende a teoria do liberalismo. Ambos acreditam que a participação é fundamental, porém, por vias diferentes para alcançá-la.

Então, *a priori*, a participação já é dotada de valor em si mesma e deve ser compreendida como um processo de construção política-cultural-social, que passa pela esfera educacional, não sendo um fim, mas um meio em todo o processo. É também por este motivo que a presente Tese ressalta a importância de se trabalhar com o conceito de processo participativo na gestão da água e dos recursos hídricos, tomando como base os CBH's.

De acordo, com Romera e Silva (1978), para que o processo participativo seja contínuo, a participação deve ser a construção consciente de futuro que se realiza em função do presente que vive e do futuro que espera, e exige como seu princípio a formação de uma consciência crítica. Caso contrário, atende somente à necessidade imediata das pessoas em expectativas de curto prazo (a exemplo de quem espera o asfalto na rua que mora, e vai para frente da televisão assim que a sua rua é asfaltada) ou de longo prazo (de quem espera um Brasil melhor e tem trabalhado com a participação ao longo da vida, e ainda torce para o neto continuar).

Evans (2013) pondera que a participação social ou pública permite à população expressar nos espaços públicos suas necessidades e aspirações e que, dessa forma, em um processo realmente democrático, existe a prática da cidadania e que se constitui em um processo educativo. O autor atenta para a importância de uma reestruturação dos órgãos públicos, a fim de buscar a coparticipação. Discorre o autor que “a participação pública é, portanto, não apenas o ingrediente essencial da tomada de decisão e entrega de políticas públicas, mas uma medida chave da qualidade de vida democrática” (EVANS, 2013, p.02).

"Essa ênfase no papel dos cidadãos na formulação e execução de políticas [ou seja, a participação] é vista como um método importante para gerar legitimidade e senso de apropriação das intervenções governamentais" (EVANS et al., 2013, p. 24). Então, como sugere Evans (2013), as políticas governamentais tornam-se mais eficazes com a participação da sociedade.

Na dimensão política, Moroni (2009) traz uma reflexão importante quando discorre que "a participação, antes de tudo, é a partilha do poder e o reconhecimento do direito a interferir de maneira permanente nas decisões políticas [...] quando aspirações e necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público" (MORONI, 2009, p.112). Para este autor, a participação também é um processo educativo pedagógico. Arnstei (1969;2002) também segue esta linha de pensamento.

Bordenave (1994, p. 12) discorre que "do ponto de vista dos setores progressistas³³, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade". O setor progressista, contudo, não é o único a compor o espaço social, além dele estão aqueles interessados em manter o *status quo*. Situação essa que faz da participação um conceito heterogêneo e, por isso, autores falam em níveis, dimensões, categorias, graus e escalas de participação.

Explica Avelar (2007) que a forma e os canais de participação irão variar conforme contextos sociais, econômicos, políticos, históricos, incluindo até a consideração da questão dos motivos que levam as pessoas a quererem participar. Mas, a autora explicita que quando ligada à ideia de soberania popular, "a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania" (AVELAR, 2007, p.223). Esta autora fala que a participação política propriamente dita surgiu com os movimentos revolucionários na Europa dos séculos XVIII e XIX, com o crescente da formação dos partidos políticos, movimentos sociais e as subculturas políticas.

Avelar (2007) propõe três canais de participação política, definida pela autora como a ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político (AVELAR, 2007, p.225). Os canais são: o canal eleitoral, o canal corporativo e o canal organizacional. O canal eleitoral compreende as atividades atreladas essencialmente aos partidos políticos, campanhas, eleições [...]. O canal corporativo compreende a participação que ocorre em organizações profissionais, federações, e que para a autora está atrelada a representação de interesses privados no sistema estatal. Neste canal poderiam estar também os espaços institucionalizados de participação. Por fim, o canal organizacional compreende as atividades que acontecem no espaço não institucionalizado da política, que seriam basicamente os movimentos sociais.

³³O autor Bordenave não define o setor progressista, mas sabendo que escreve no contexto da década de 1990, provavelmente se referia aos partidos de esquerda, contra regimes totalitários e ditadores. Na presente Tese assume-se a conceituação de que: o setor progressista é aquele que acredita que as mudanças são mais importantes do que manter a tradição do que existe. Então está disposto a colocar a tradição em risco.

Para Arnstei (1969) a participação é a redistribuição de poder, que permite que o cidadão excluído, economicamente e politicamente, venha a ser novamente um sujeito político. Quando não há a compreensão e a distribuição deste poder para influenciar os resultados de um processo, a participação é vazia e frustrante (ARNSTEI, 1969).

Na emergência de auxiliar na análise da distribuição do poder de quem participa das decisões sociais e políticas, e de demonstrar que existem diferentes graus de participação, que Arnstei (1969) denomina de cidadã, a autora propõe uma tipologia de oito níveis de participação, a que denominou de escada da participação. Esta emergência em que a autora trata a questão se resume na primeira frase do seu texto, que de maneira descontraída coloca a participação cidadã como o ato de comer espinafre, que em princípio ninguém é contra pois todos sabem que faz bem à saúde.

Os oito degraus dessa escada, conforme a autora, são: manipulação; terapia; informação; consulta; pacificação; parceria; delegações de poder e controle do cidadão. A “escada” é pensada pela autora com base em programas federais de renovação urbana, combate à pobreza e cidades-modelos. No entanto, a autora ressalta que a tipologia pode ser aplicada para diversos outros programas.

Os dois primeiros degraus (manipulação e terapia) são níveis de não participação em que tomadores de decisão somente educam ou condicionam os participantes. O terceiro e quarto (informação e consulta) degraus abarcam uma concessão limitada da participação, em que a sociedade participa de parte do processo público quando informada ou consultada das decisões. O quinto degrau, a pacificação, é um nível superior da concessão limitada por permitir que participantes aconselhem sobre a gestão pública. Os três últimos degraus (parceria, delegações de poder e controle do cidadão) podem ser considerados como o nível alto de participação, pois a sociedade já possui grande poder de decisão nas questões públicas, abarcando o nível máximo do controle do cidadão, que pode chegar ao completo poder gerencial (ARNSTEI, 1969).

Vale definir cada um dos níveis da escada, proposta por Arnstei (1969). Sobre a manipulação, a autora exemplifica que, comumente pessoas são convidadas a participar de conselhos ou comitês participativos somente para fim de coro, e que na realidade estas pessoas não estão participando efetivamente no processo de decisão, e no poder delegado a elas está embutido um discurso pronto, com uma linguagem superficial e ilusória de participação.

O degrau da terapia, ainda do nível da não participação, ocorre segundo a autora quando, pessoas ou grupos são convidados a participar de ambientes participativos com a intenção de

ajustar seus valores e atitudes aos da sociedade, por um outro grupo. A autora considera que esta é uma forma cruel de participação, pois o que se almeja é um ajuste de conduta, inclusive moral.

A informação, apesar de ser um primeiro passo importante rumo a participação mais efetiva, segundo a autora, normalmente ocorre em uma via de mão única. Ocorre quando os participantes apenas são informados dos resultados nos estágios finais da elaboração de um plano, por exemplo. Nesta situação, as pessoas têm pouca possibilidade de modificar o que foi apresentado. E quando as pessoas participantes questionam as decisões, normalmente ocorrer explicações altamente técnicas, com linguagens jurídicas ou de difícil compreensão, a fim de justificar as decisões que já estão tomadas.

A consulta também pode ser considerada um passo legítimo rumo à participação efetiva, contudo, por si só não garante que, as opiniões levantadas durante o processo serão levadas à negociação, ou menos ainda, serão consideradas. No fim, o que se consegue normalmente neste degrau é que, nas palavras da autora, as pessoas “participaram da participação” (ARSNTEI, 1969, p, 8), ou em outras palavras, os tomadores de decisão garantiram as estatísticas ou cumpriram as normas de envolver pessoas em processos ou planejamento.

A pacificação é a estratégia de colocar nos conselhos e comitês, determinadas pessoas ou tipos de representantes, contudo, é preciso que estes ambientes sejam legitimados tanto pela sociedade como pelo Estado. Então, trata de uma estratégia que inclui, ao menos teoricamente, os interessados no ambiente de decisão, para que estes possam participar dos momentos de negociação. E para que a pacificação seja realmente uma ação participativa, é preciso nesse caso, que ocorra a verdadeira distribuição do poder deliberativo entre os participantes, segundo a autora, de tal forma que todos se vejam como parceiros, e parte do processo.

Na parceria há verdadeira distribuição de poder. O planejamento e a tomada de decisão ocorrem por meio de decisões compartilhadas, através de estruturas paritárias, com meios para solução de conflitos, em espaços deliberativos. O foco da parceria é a redistribuição de poder entre tomadores de decisão e grupos.

Delegação de poder ocorre quando cidadãos assumem efetivamente o poder deliberativo sobre determinado programa ou plano. Quando se delega o poder decisório para instâncias em que cidadãos, ou sociedade civil, têm a maioria dos votos e atribuições. No controle do cidadão se alcança o nível máximo de participação, em que a sociedade não tem intermediários para

conseguir recursos e financiamentos. O que se aproxima deste nível são as corporações comunitárias.

Arnstei (1969) ressalta uma questão importante de que, entre estas escadas podem haver combinações de níveis de participação, e outros identificados conforme a situação. Ainda, segundo a autora, em todos os níveis é possível que exista a cooptação, como é o caso de contratações específicas de lideranças, para atuarem nos ambientes participativos.

Um pouco diferente de Arnstei (1969), Bordenave (1994) propõe outra escala de participação, que chama de graus de participação considerando a relação de controle entre os participantes, que ocorre entre os membros e dirigentes presentes no espaço participativo, seja da relação entre sociedade e Estado, ou dentro dos próprios espaços [espaço público, sociedade-sociedade, espaços privados]. Bordenave refere-se a dirigentes, membros de organização, subordinados, administração, quando explica cada grau.

Para o autor, o menor grau de participação é a informação, quando dirigentes informam os membros da organização sobre as decisões já tomadas. Em seguida está a consulta facultativa, em que a maior hierarquia dentro da instituição pode, ou não, consultar os outros membros. Em seguida está a de consulta obrigatória, que ocorre em determinadas ocasiões, embora a decisão final pertença a hierarquia superior.

O próximo grau seria a elaboração e recomendação de medidas, no qual subordinados [membros] de determinada organização elaboram propostas e recomendações que podem ou não ser acatadas. Em grau superior está a cogestão, no qual a administração das decisões é compartilhada com mecanismos de codecisão e colegialidade. São as formas colegiadas para se tomar decisões, como os comitês, que se supõe que seja necessário o poder deliberativo.

Em seguida, está a delegação, quando o poder de decisão para determinadas questões é delegado aos membros da organização, que terão autonomia. O último grau é a autogestão, que necessariamente predispõe a autonomia e consciência crítica social, sem referência a uma autoridade externa. Neste momento desaparece a diferença entre administradores e administrados.

Quando são priorizadas a consciência crítica e a autonomia das pessoas participantes, a discussão que pode ser tratada diz respeito à qualidade e à efetividade dessa participação. Conforme Avritzer (2011), esses temas têm despertado crescentemente a atenção dos estudiosos da área de participação por dois motivos: a crescente associação entre participação e as políticas públicas, bastante específicas do caso brasileiro pós 1988; e a existência da

preocupação de caráter mais teórico em relação ao tema da deliberação (AVRITZER, 2011) nas instituições de participação.

De qualquer forma, a participação, ao menos nos Estados democráticos representativos, parece estar relacionada com as ações que vem do próprio Estado para a sociedade, e com as interações que existem entre Estado e sociedade. A impressão é de que nestes Estados, para haver a participação pública, política qual seja, depende necessariamente de certas capacidades e da organização do próprio Estado, com exceção talvez à entrada da participação pelo canal organizacional proposto por Avelar (2007).

Souza e Pires (2012) e Souza (2017) fazem um estudo relevante sobre as capacidades estatais para a promoção de processos participativos, a partir da ótica de programas federais, como as Conferências Nacionais. Para estes autores a falta de vontade política, comumente utilizada para argumentar a não implantação de um processo participativo, não é suficiente para explicar toda a complexidade da dinâmica organizativa do estado. As capacidades estatais são as condições para ação do Estado, e não apenas seus atributos, que estão distribuídas conforme quatro dimensões: recursos institucionais; políticos; administrativos e técnicos. Cada dimensão influência de uma forma na implantação de processos participativos (SOUZA, 2017).

Nas palavras de Souza (2017),

A capacidade institucional é a condição de estabelecer os parâmetros para o desenvolvimento do processo participativo de maneira adequada à realidade organizacional da agência estatal promotora do processo e do campo político dos sujeitos participantes.

A dimensão política aponta para a incorporação dos processos participativos à forma de tomada de decisões no Estado. As capacidades políticas apontam para as condições de mobilizar os recursos necessários ao funcionamento e desencadear os encaminhamentos necessários à gestão do processo participativo.

A dimensão administrativa fala das capacidades para realizar procedimentos necessários ao funcionamento dos processos participativos. O olhar é para as condições de operação do Estado na promoção da participação social na gestão de políticas públicas.

A dimensão técnica trata da mobilização de recursos cognitivos para gerar soluções adequadas aos processos participativos, em particular, promover condições para interações qualificadas em conversas direcionadas a um propósito. (SOUZA, 2017, p.114).

Então, diante do que foi colocado, é possível aferir que a participação pode ser um processo endógeno do Estado ou exógeno a ele. O que deveria ocorrer é a via de mão dupla destes processos, e uma construção de um processo participativo fruto da relação sociedade-Estado e Estado-sociedade, considerando as capacidades estatais, os canais de participação, o

médio, curto, longo prazo e inclusive, e frisa-se aqui a importância, o tempo para que esse processo ocorra, com a avaliação constante do próprio processo.

É preciso atentar para um cuidado que deve ser tomado nessas relações sociais e socioestatais, para que, na construção de um processo participativo as relações de poder, não se transformem em situações de dominação individuais ou coletivas. Ou ainda que não ultrapassem a motivação dos interesses compartilhados afetando e restringindo os ambientes ou as instituições de participação, como os CBH's.

Também é possível aferir que o conceito de participação, associado à formação e ao aumento de consciência crítica sobre o processo social e histórico, caminha relacionado ao conceito de representação e representatividade em países, sobretudo, de democracia representativa. Além disso, também é possível verificar o discurso subliminar político das várias compreensões e explanações do que é a participação, que no fim das contas é intrínseco ao conceito.

2.2.1 A Participação na política do Brasil: uma inflexão

Observando o projeto político brasileiro, e os fatos políticos ocorridos desde o processo de (re)democratização do país, é difícil definir qual o processo participativo implementado para a gestão de políticas públicas. O país parece vagar³⁴ entre a democracia representativa de um projeto Neoliberal, e a tentativa de implantação de um Estado de Bem-Estar social. Esta problemática indefinição afeta diretamente a absorção de um processo realmente participativo, seja porque o Estado não se estrutura para tal, ou porque a sociedade parece estar sempre esperando por alguma mudança.

Importante acrescentar que, tal caminho da (in)definição política brasileira, que está entre um projeto neoliberal e o projeto do bem-estar social, começou uma nova fase a partir de janeiro de 2019 uma vez que o novo projeto político brasileiro, a partir desta data, é referenciado como um governo de direita, Liberal democrata³⁵. Uma primeira mudança importante do novo governo, e que interfere no tema debatido na presente tese, foi a publicação do Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece novas diretrizes, regras e limitações

³⁴ Nota da autora: refere-se especificamente à situação política do país até dezembro, do ano de 2018.

³⁵ Projeto Político do Governo de Jair Messias Bolsonaro, 2019. (O CAMINHO DA PROSPERIDADE: Proposta de Plano de Governo. In:

https://docs.wixstatic.com/ugd/b628dd_f16f8088c3f24471a43c52a93e25e743.pdf. Acesso 03 de janeiro de 2019

para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2019).

Na realidade esta situação política, assumida a partir de 2019, afeta não só o processo participativo, como também a gestão e a formulação de políticas públicas de forma geral, nos âmbitos social, ambiental, cultural (...). Mas, o foco da discussão neste momento é compreender como o conceito de participação começa a fazer parte da política brasileira a partir da (re)democratização.

Consideram Dagnino (2004a) e Avritzer (2007) que a Constituição de 1988, os movimentos sociais da década de 80 e a expansão da cidadania neste período são como grandes marcos históricos que consagraram o princípio da participação da sociedade civil no Brasil.

Dagnino (2004a), em nota, discorre que a Constituição de 1988 incluiu mecanismos de democracia direta e participativa. Entre eles, o estabelecimento de “Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com a saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres, etc.” (DAGNINO, 2004a, p. 96).

Para Avritzer (2007) são dois os fenômenos que marcam a participação política no Brasil. Um é o crescimento das instituições participativas e o outro é a presença da sociedade civil nas políticas públicas. O aumento da participação nas decisões sobre políticas públicas traz consigo um problema, que é o das novas formas de representação a ele associadas.

Na esfera da Constituição brasileira de 1988, e por conta do processo de reorganização que o país se encontrava, começam a ser estruturados espaços públicos institucionais das mais diversas áreas de gestão pública, em que os membros componentes destes espaços irão atuar de forma consultiva e/ou deliberativa, como os conselhos de saúde, educação, assistência social e conselhos das cidades, conselhos de recursos hídricos (DAGNINO, 2004a; MENDES, 2007; ABERS; KECK, 2008; MORONI, 2009). Antes os conselhos, quando existiam, eram diretamente subordinados a Presidência da República e tinham função consultiva e de comando, como o CNAEE criado em 1939.

Conforme aponta Mendes (2007a), a democracia participativa, que nessa época incorporava diretamente formas consultivas e/ou deliberativas, passou a ocorrer em diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, criança e adolescente cultura e meio ambiente. Acrescenta-se a gestão da água e dos recursos hídricos.

Para Dagnino (2004a), a interlocução entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante participativo está na atuação dos setores engajados da sociedade civil nestas novas instâncias, ou mecanismos participativos, atuando desta forma junto ao Estado. E o Estado por sua vez, precisa começar a considerar estes novos ambientes de negociação, ou seja, criar capacidades estatais, conforme a proposição de Souza (2017), para dar conta das novas demandas.

Dagnino (2004a) levanta uma discussão interessante sobre qual o significado ou ressignificado da participação elaborada no país a partir de 1988. A autora defende que a participação está, sobremaneira, sendo pautada no trabalho voluntário, e por isso caminhando desprovida do seu significado político e coletivo. Sugere que os novos ambientes participativos promoveram a ideia de despolitização, fato que acaba reduzindo a participação somente à gestão, como por exemplo, admitir a participação apenas na fase de consulta diagnóstica para um plano de bacia hidrográfica.

Rocha (2008) traz uma outra contribuição à discussão da ampliação da participação social no Brasil, discorrendo que, a ideia de uma sociedade apática [sobretudo antes da redemocratização] não é real, pois sempre existiram movimentos sociais importantes no país, como por exemplo os quilombolas, indígenas, camponeses, estudantis, que lutaram [e lutam] para mostrar suas insatisfações, e por consequência demonstram por meio destas lutas, a capacidade de organização social perante ao Estado.

Para o Estado, e parte da sociedade brasileira, sempre foi mais interessante incutir o sentimento do discurso criminalizante destes movimentos. E isto ocorre porque estes movimentos utilizam um canal de participação que está fora das interfaces socioestatais estabelecidas pelo próprio Estado, que por sua vez não possui o controle político e organizacional direto destes movimentos. O controle muitas vezes acontece quando o Estado o exerce utilizando-se do poder autoritário ou a coerção. No entanto, estes movimentos geram impasses importantes para ampliar a reflexão sobre a distribuição do poder entre Estado e sociedade.

Discorre Rocha (2008) que o período da ditadura no Brasil foi transformador no quesito participação e exclusão social, uma vez que a União passou a centralizar todos os programas sociais, os canais de participação foram fechados e ampliou-se o alcance da gestão governamental. Para a autora, durante a ditadura militar, o Brasil viveu predominantemente um cotidiano de tamanha violência que impediu a sociedade de mobilizar-se deixando os

movimentos populares sem alternativas consideradas lícitas para a canalização de suas insatisfações e demandas ao Estado, diminuindo inclusive a atuação do Congresso Nacional.

O período da ditadura também revelou a dicotomia, ou falsa dicotomia: por um lado se fecharam os canais de participação popular, mas por outro o país vivenciou um momento de ascensão de novos movimentos populares e associações, o qual impulsionou as mudanças de 1988, como as Comunidades Eclesiais de Base, o movimento operário do ABC, o Movimento dos Sem Terra, entre outras iniciativas que começariam a envolver a participação popular, como o Orçamento Participativo iniciado em Porto Alegre em 1989 (ROCHA, 2008; AVRITZER, 2007).

O fim da ditadura foi marcado por essas lutas que fortaleceram a então “Constituição Cidadã”, que leva esse nome, pois incluiu em seu domínio mecanismos de participação no processo decisório federal e local (ROCHA, 2008). "Além de dedicar todo um capítulo ao alargamento dos direitos sociais e da cidadania, a Carta Magna [de 1988] preparou o país para o convívio democrático após duas décadas de ditadura" (GENTIL; MARANGONI, 2008, p. 45).

Além de demandar novos valores, a elaboração da nova Constituição teve a participação direta da população, conforme afirma Ulysses Guimarães em seu discurso de 05 de outubro de 1988 em Brasília-DF:

"A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam, livremente, as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, comissões, galeria e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar" (ULYSSES GUIMARÃES, 1988;REVISTA DE DIREITO, 2008, p, 596).

Então, é possível delimitar que existem dois grupos para a promoção de processos participativos. Um primeiro grupo que está nas interfaces socioestatais, e um segundo grupo que participa por um outro canal, dos movimentos sociais. Muitas vezes, estes grupos fazem interconexões e pressionam o Estado seguindo um mesmo movimento de *input*. Outras vezes estes grupos atuam separados. As atuações independentes e interdependentes permeiam por todas os degraus de participação propostos por Arnstei (1969) e pelos níveis de participação de Bordenave (1996), em algum momento e de alguma forma.

Elencar todos os movimentos que estão no canal organizacional seria uma tarefa para um outro estudo, ainda mais se considerado que grande parte hoje destes movimentos está no

terceiro setor, que inclusive é outro ponto importante de reflexão trazido por Dagnino (2007) e por Avritzer (2007). Em linhas gerais, os autores indicam que a sociedade civil hoje está representada pelo terceiro setor predominantemente, e isto pode ser um problema à participação social ampliada, agindo por afinidade a um grupo de indivíduos em um tipo de advocacia de causas coletivas. Muitas vezes os representantes não possuem autorização legítima dos representados para exercer sua representação, ou não estão vinculados às causas.

Por outro lado, relacionar os dispositivos legais, as instâncias e os ambientes que promovem a participação da sociedade e o controle social em diversas pautas políticas, e estão na interface entre sociedade-Estado é mais simples.

Na administração federal, os dispositivos legais que dão base para que ocorra a participação social e o controle social, são três: o direito à informação por meio da Lei 12.527/2011; o poder de denuncia em vários órgãos de competências distintas; e recursos jurídicos que podem ser ação civil pública; mandatos de segurança; ação popular, dentre outros (BRASIL, 2013).

Ainda no âmbito da administração pública federal existem ambientes de participação, ou, por alguns autores denominados de espaços de participação, que promovem as interfaces participativas socioestatais, que são: os conselhos de políticas públicas; as conferências de políticas públicas; a ouvidoria pública; as audiências públicas; as consultas públicas; os grupos de trabalhos; as reuniões, as mesas de diálogo e plano plurianual participativo (BRASIL, 2013).

Os Conselhos de Políticas Públicas são, conforme Moroni (2009), espaços políticos, autônomos, que funcionam como um colegiado composto por membros do governo e da sociedade civil, que têm a finalidade de deliberar a regulamentação necessária para a implementação dos instrumentos da respectiva política pública instituída por lei, bem como controlar a execução desses instrumentos e princípios estabelecidos pelas políticas públicas, que levem ao alcance dos objetivos previstos. A principal finalidade dos Conselhos é garantir a participação popular, podem ter caráter principalmente deliberativo ou consultivo, e estão presentes nas três esferas federativas (BRASIL, 2013). Como exemplo estão: o CNRH e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Os CBH's, embora não sejam denominados de conselhos, possuem a mesma função.

As Conferências Nacionais são ambientes, normativos ou não, que são convocadas com uma finalidade específica, estabelecidas ou não por lei. As conferências promovem a discussão de uma ampla gama de atores que dela derivam pautas políticas, agenda de prioridades e metas

que podem ou não integrar o planejamento federal (BRASIL, 2013; SOUZA, 2012).

A ouvidoria pública é o canal direto do cidadão com o ente público. Tem como principal função registrar a reclamação e posteriormente avaliar esta reclamação. Desta forma, também pode ser considerada um instrumento de avaliação do próprio órgão público. Não existe um modelo único de ouvidoria, que são instituídas por lei quando da administração pública (BRASIL, 2013).

As audiências públicas e consultas públicas são encontros promovidos pelo órgão público para discutir um tema pré-determinado. São muito utilizadas para consultas de grupos interessados em temas da área ambiental. A principal diferença entre uma e outra é que a audiência pública é necessariamente presencial, e a consulta pública é realizada por canais de colaboração à distância, como telefone ou *internet* (BRASIL, 2013).

Grupos de trabalho são ambientes de debate e proposições para um tema específicos, e possuem diversas formatações, mas em geral são criados por algum instrumento normativo, como decretos ou deliberações (BRASIL, 2013), podendo ocorrer inclusive dentro de outros ambientes como os Conselhos. Nos CBH's e Conselhos de Recursos Hídricos é comum a formação destes grupos para tratar de pautas específicas.

As reuniões e as mesas de negociações normalmente ocorrem com grupos de interesse, em que estes grupos negociam diretamente com o governo. Via de regra, as mesas de negociações são instituídas pelo próprio governo e as reuniões são iniciativas organizadas pela sociedade civil (BRASIL, 2013; PIRES; VAZ, 2012).

Por fim o PPA (Plano Plurianual) - é um instrumento de planejamento público, que é parte do processo orçamentário previsto na Constituição Federal de 1988, conjuntamente a outros dois elementos: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (PIRES; VAZ, 2012).

Portanto, é possível aferir que a abertura ao processo participativo é uma realidade que contribui para compor a interface entre a sociedade e o Estado, sobretudo após a Constituição de 1988 e que fortalece a democracia no país, bem como os papéis da sociedade civil e poder público. Neste sentido é imprescindível fortalecer as instituições, ou ambientes de participação.

Um estudo realizado pelo IPEA (2012) observou a importância da interlocução entre sociedade e Estado por meio das interfaces estatais. O estudo, que considerou o período entre 2002 a 2010, apresentou um significativo crescimento de canais em que ocorrem as interfaces em relação a programas adotados, diversificação de órgãos que passaram a adotar mecanismos

com estas interfaces e incrementos nos programas e órgãos que já adotavam as interfaces. As interfaces que mais se destacaram, pelo aumento ou incremento, foram a ouvidoria pública, reunião com grupos de interesse, audiência pública, discussão em conselhos setoriais, discussão em conferências temáticas, consultas públicas, e outras interfaces, como sítios de internet e comitês gestores (PIRES; VAZ, 2012).

Todos os canais, mecanismos, ambientes, espaços produzem uma nova governança ampliada, mesmo que parcialmente, ao cidadão, que começa a exigir uma educação e atuação política que demandam valores em direção a uma democracia com maior envolvimento tanto da parte da sociedade como do Estado.

E o fato é que esta forma governança é diferenciada daquela que era praticada no país até a década de 1980, sob a égide da “segurança nacional” imposta pela Constituição de 1967. Nesse sentido, é necessário destacar, como parte de uma análise comportamental, e que mesmo após os mais de 30 anos do fim da Ditadura Militar, boa parte da geração com posição de decisão e em atividade no país, ainda carrega a “herança” de atitudes e valores que dificultam a vivência coletiva em ambientes com diferenças de opinião. Disso originou-se, nessa mesma época o “apelido pejorativo” adquirido pelos ministérios de Brasília de “Ilha da Fantasia”, em referência a um seriado americano de mesmo nome, dos anos 80.

A verdade é que permanece, e acentua-se, essa diferença de atitudes e valores, que dificultam desde meados do século 20, negociações entre os “tecnocratas” de ministérios federais, em geral de elevado grau de capacitação profissional, com profissionais de menor preparo, especialmente da grande maioria das prefeituras, tendo sido as propostas originadas do governo federal, nesses casos, entendidas como imposição, por prefeituras e governos estaduais onde houvesse equipe técnica com a competência necessárias para confrontá-los para o ajuste da proposta do governo federal aos interesses locais.

Por outro lado, é necessário ressaltar como mudança positiva, como mostrará a pesquisa de coleta de dados deste estudo, que em particular os colegiados de recursos hídricos, instituídos pela Lei Federal 9433/97 e por leis estaduais, que a convivência conjunta que passou a incluir a sociedade civil, passou a configurar um confronto saudável inédito na história, para a formação de valores de cidadania, e para uma evolução positiva, no futuro, da governança e da democracia no Brasil. A cidadania legitima as relações entre Estado e sociedade.

Diante do exposto, o conceito de participação empregado no presente estudo remete à participação política formada pelo princípio da interseção, da complementariedade e das

diferenças, de três conjuntos de participação: a participação social; a participação popular e a participação pública, nos ambientes colegiados da gestão de recursos hídricos. A partir desta abordagem, o estudo buscou compreender como foram incorporadas outras dimensões de participação, como por exemplo, a prática participativa utilizada como apoio a gestão e para como forma de contribuir com o processo educacional.

Tratando-se de políticas públicas, a participação social é compreendida no estudo como a participação da sociedade civil organizada e que ocorre em meios mais formais ou institucionalizados; a participação popular é a participação que se dá por movimentos sociais, meios informais ou não institucionalizados; e a participação pública que é literalmente a participação do setor público, desde técnicos, burocratas, até a participação do poder executivo, legislativo e judiciário.

Além disso, a abordagem da participação adotada parte do princípio de que o Estado deve fornecer capacidades para que a participação da sociedade nas formulações e implementação de políticas públicas ocorra. Por outro lado, não se corrobora com a ideia de que o Estado deva conduzir a participação da sociedade, especialmente porque é preciso considerar o ideário da sociedade no processo participativo.

2.3 A representação e a abertura ao processo participativo na gestão das águas e dos recursos hídricos no Brasil

Para compreender como funciona a representação e a abertura ao processo participativo na gestão da água no Brasil é imprescindível também lembrar do contexto geopolítico internacional sobretudo a partir da década de 70, em que crescia, nos países ocidentais, os movimentos neoliberalistas e socialdemocratas, teoricamente contrários aos regimes autoritários. E conforme já mencionado anteriormente no primeiro capítulo deste estudo, em consonância ao contexto geopolítico caminhava o contexto das grandes conferências socioambientais internacionais que anunciavam a importância da participação na gestão da água como uma nova forma de governança.

As discussões trazidas por este cenário, que se montava com mais ímpeto sobretudo na década de 70, também reverberavam para a necessidade de considerar os usos múltiplos da água em uma governança ampliada, integrando a discussão institucional com a discussão técnica.

No Brasil, o fim do período militar e a reestruturação do Estado conforme visto na seção

anterior, somaram à esta discussão a abertura, na gestão da água, para os atores chaves e grupos de interesse, colocando a participação e o controle social como parte da gestão. Estados começam a articular suas legislações sobre recursos hídricos a partir da década de 80.

A pressão do cenário internacional, advinda principalmente da preocupação com a crescente escassez hídrica, qualidade da água e a falta de acesso ao saneamento, impulsionam as mudanças na gestão dos recursos hídricos, que viriam a seguir no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988.

Após a promulgação da CF, o Estado de São Paulo é o primeiro a estabelecer, em sua Constituição Estadual de 1989, as diretrizes para a gestão dos recursos hídricos nos termos da seção II, do Capítulo IV. Na Constituição Estadual de 1989 do Estado de São Paulo destaca-se na seção, o Art. 205 que promove a ampliação da participação nas decisões de gestão, quando congrega município, órgãos estaduais e sociedade civil no gerenciamento dos recursos hídricos (SÃO PAULO, 1989).

Esta nova política, associada às crescentes pressões sobre os recursos hídricos, propiciou o palco adequado para que, em 1991, fosse criada a primeira Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 7.633/91, que também foi a primeira do país, que como mencionado anteriormente neste estudo, se baseou no modelo francês de gestão e que posteriormente foi também a inspiração para se construir uma política nacional de recursos hídricos, e que preconizou que o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser participativo.

É a partir da iniciativa do Estado de São Paulo e, com características semelhantes à lei paulista, que muitos estados criam suas legislações para a gestão dos recursos hídricos, conforme verificado no quadro 2, na seção 3, sobre a PNRH do presente estudo. Mas é preciso ressaltar que este processo já vinha ocorrendo também em outros estados, como Rio Grande do Sul, Ceará, Santa Catarina, e de certa forma, nas discussões do âmbito nacional da gestão.

No ano de 1987, no VII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos no estado da Bahia foi redigida a Carta de Salvador com o intuito de propor fundamentos básicos para a gestão dos recursos hídricos no país. Na carta estava a recomendação da descentralização e da participação na gestão dos recursos hídricos, ressaltando a importância da participação das comunidades na gestão (ANA, 2002; ABRH, 1987). Posteriormente, nos simpósios que sucedem o de Salvador, está a recomendação para que a PNRH adote a participação, sobretudo das comunidades, de forma direta ou por meio da educação e capacitação.

No entanto, Victorino (2003), em um estudo sobre implicações socioambientais da hegemonia do setor de energia, ressalta que o conceito de participação que vinha sendo sugerido desde a Carta de Salvador estava pautado em uma ambiguidade, pois para os técnicos dessa área, a participação deveria ocorrer somente sob a forma de consultas ou informação, e não para incluir a sociedade nas discussões e decisões de gestão. Conclui o autor, em 2003, que este novo paradigma de gestão democrática ainda estava em seu estágio inicial de implantação.

Por outro lado, segundo a ANA (2002), ocorreu um debate ampliado entre os segmentos organizados da sociedade, da academia e das instituições setoriais, que foi fundamental para garantir a manutenção do princípio da gestão de recursos hídricos na criação da PNRH, tal como proposto, descentralizado e participativo. Esta movimentada discussão ocorre no sentido de pressionar o governo federal que estava retardando a aprovação da PNRH.

E assim, diante de posicionamentos divergentes, antes, durante ou a partir da PNRH, cada estado instituiu o seu sistema de gestão e sua política estadual, determinando princípios, diretrizes e fundamentos³⁶, conforme apresentado pelo quadro 3, todos incluindo o conceito *participação* na gestão.

Quadro 3. A inclusão da participação nos Fundamentos, diretrizes e ou princípios das Políticas (nacional e estaduais) de Recursos Hídricos

ESTADO	LEI	FUNDAMENTOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DAS LEIS SOBRE PARTICIPAÇÃO
PNRH	Lei nº 9.433, De 08/01/97	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
Alagoas	Lei nº 5.965, de 10/11/1997	A gestão dos recursos hídricos é descentralizada, participativa e integrada, com o concurso do poder público, dos usuários e das comunidades.
Acre	Lei nº 1.500, de 15/07/2003.	O gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, com vistas aos usos múltiplos das águas;
Amazonas	Lei nº 3.167, de 28/08/2007	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil.
Amapá	Lei nº 686, de 07/07/2002	A gestão dos recursos hídricos é descentralizada, participativa e integrada, com o concurso do poder público, dos usuários e das comunidades, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico

³⁶ Ressalta-se que alguns estados colocam a abertura do processo participativo com fundamentos, outros como objetivos e outros ainda como diretrizes, e por este motivo agregou-se os conceitos no título e cabeçalho do quadro 3.

ESTADO	LEI	FUNDAMENTOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DAS LEIS SOBRE PARTICIPAÇÃO
Bahia	Lei nº 11.612, de 08/10/2009	O gerenciamento do uso das águas deve ser descentralizado, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
Ceará	Lei nº 11.996 de 24/07/1992	Planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos. O gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo sem a dissociação dos aspectos qualitativos e quantitativos, considerando as fases aérea, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
Distrito Federal	Lei nº 2.725, de 13/06/2001	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
Espirito Santo	Lei nº 5.818, de 30/12/1998	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
Goiás	Lei nº 13.123, de 16/07/1997.	Gerenciamento participativo integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo-hidrológico;
Maranhão	Lei nº 8.149 de 15/06/2004	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
Mato Grosso	Lei nº 6.945 de 05/11/1997	O gerenciamento dos recursos hídricos em estrita observância aos princípios proclamados por esta lei e de forma integrada, descentralizada e participativa, perseguindo a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo desses recursos;
Mato Grosso do Sul	Lei nº 2.406, de 29/01/2002	A gestão dos recursos hídricos do estado será descentralizada e deverá contar com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade.
Minas Gerais	Lei nº 13.199, de 29/01/1999	Na execução da lei serão observados: a participação do poder público, dos usuários e das comunidades na gestão dos recursos hídricos
Pará	Lei nº 6.381, de 25/07/2001	O planejamento e a gestão dos recursos hídricos realizados de forma a:c) descentralizar, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
Paraíba	Lei N.º 6.308, de 02/07/1996	O gerenciamento dos recursos hídricos far-se-á de forma participativa e integrada, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos desses recursos e as diferentes fases do ciclo hidrológico
Paraná	Lei nº 12.726, de 26/11/1999	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
Pernambuco	Lei nº 12.984, de 30/12/2005	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das organizações da sociedade civil, considerando os aspectos quantitativo e qualitativo das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
Pernambuco	Lei nº 11.426, de 17/01/1997 (revogada)	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. O gerenciamento integrado, descentralizado e participativo dos recursos hídricos, levando em conta os aspectos quantitativo e qualitativo das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
Piauí	Lei nº 5.165, de 17/08/2000	A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
Rio de Janeiro	Lei nº 3.239, de 02/08/1999	Da descentralização, com a participação do poder público, dos usuários, da comunidade e da sociedade civil;

ESTADO	LEI	FUNDAMENTOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS DAS LEIS SOBRE PARTICIPAÇÃO
Rio Grande do Norte	Lei nº 6.908, de 01/07/1996	Planejar, desenvolver e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, o uso múltiplo, controle, conservação, proteção e preservação dos recursos hídricos;
Rio Grande do Sul	Lei nº 10.350, de 30/12/1994.	Os benefícios e os custos da utilização da água devem ser equitativamente repartidas através de uma gestão estatal que reflita a complexidade de interesses e as possibilidades regionais, mediante o estabelecimento de instâncias de participação dos indivíduos e das comunidades afetadas; a participação comunitária através da criação de comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas congregando usuários de água, representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia;
Rondônia	Lei complementar nº 255, 25/01/ 2002	Descentralizar a gestão das águas, mediante o gerenciamento por bacia hidrográfica, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico, assegurada a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
Roraima	Lei nº 547, de 23/06/ 2006	O planejamento e a gestão dos recursos hídricos, realizados de forma a: descentralizar a gestão dos recursos hídricos, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
Santa Catarina	Lei nº 9.748, de 30/11/1994	Princípios fundamentais: o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser integrado, descentralizado e participativo, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico; Princípios de gestão: a) a gestão dos recursos hídricos tomará como base a bacia hidrográfica e incentivará a participação dos municípios e dos usuários de água de cada bacia; Diretrizes: participação comunitária através da criação de comitês de bacias hidrográficas, congregando usuários de água, representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia;
São Paulo	Lei nº 7.663, de 30/12/1991	Gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
Sergipe	Lei nº 3.870 de 25/09/1997	A gestão dos recursos hídricos deve descentralizado e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.
Tocantins	Lei nº 1.307, de 22/03/2002	Princípios fundamentais: a gestão descentralizada, com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, estimulando o uso múltiplo das águas; Diretrizes: O fomento de projetos de melhoria das condições de quantidade e qualidade dos recursos hídricos, com a participação do poder público e dos segmentos organizados da sociedade;

Organizado pela autora (2018).

Da mesma forma como foi estabelecido o Sistema Integrado de Gestão em cada estado, com características diferenciadas, também foram redigidos os fundamentos, objetivos e diretrizes para o processo participativo. Nos estados que elaboraram sua legislação anterior a PNRH, nota-se uma redação diferenciada.

O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por exemplo, tem uma redação bem própria sobre o processo participativo, uma vez que nestes estados já havia um sistema de gestão anterior a legislação estadual. No Rio Grande do Sul, já existiam dois Comitês de Bacia (Sinos e Gravataí) desde 1988 (RIO GRANDE DO SUL, 1994). Em Santa Catarina, já funcionava o Comitê de Bacia do Rio Cubatão desde 1993 (SANTA CATARINA, 1994).

Em 1987, no Espírito Santo, “é constituído o primeiro Consórcio Intermunicipal Santa Maria/Jucu, com o objetivo de facilitar a negociação entre usuários de recursos hídricos interessados em gerir seus conflitos” (ANA, 2002. p.19). O Ceará, nesse mesmo ano, criou a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e iniciou a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que se desenvolveu no período de 1988 a 1991 (ANA, 2002. p.19).

O estado de São Paulo, apesar de ser o inovador com relação ao processo participativo e a política de gestão, não detalha entre seus fundamentos a forma como a participação será distribuída. Na lei 7663/91, a menção à participação está disposta no Capítulo I, na seção II que trata da criação e composição dos órgãos colegiados do sistema. Depois, o capítulo II irá tratar especificamente dos diversos tipos de participação. Este capítulo também é comum nas outras legislações estaduais. Isto ocorre porque a Constituição estadual de 1989 já demarcava este processo participativo.

A lei estadual paulista pode ser considerada inovadora, já que, historicamente, a gestão de águas no Brasil se desenvolveu de forma fragmentada em função dos setores econômicos realizarem o seu próprio planejamento, e centralizada nos governos estaduais e federal, uma vez que estes definiam as políticas sem a participação dos governos municipais, dos usuários da água e da sociedade civil (ABERS; KECK, 2004).

A inovação trazida pelo estado de São Paulo à gestão dos recursos hídricos, teve como base um marco importante que foi a criação, pioneira, do Consórcio de municípios das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, congregando neste consórcio as administrações locais e a sociedade civil no processo de tomada de decisão para a gestão dos recursos hídricos, sem qualquer envolvimento do governo estadual (CONSÓRCIO PCJ, 2016). Cabe ressaltar aqui, segundo Romera e Silva (2004), que Consórcio PCJ foi criado inicialmente como Consórcio do Rio Piracicaba, à revelia do governo estadual envolvendo empresas de municípios que já lutavam pela recuperação do rio Piracicaba desde a década de 70.

Tal situação de degradação chegou ao seu limite com o início de operação do Sistema Cantareira em 1980, e que passou e retirou instantaneamente 33 m³/s para abastecer a região

metropolitana de São Paulo, sem qualquer licença ou entendimento prévios, inicialmente apenas com a participação de empresas, e só posteriormente municípios dessa bacia, passaram a se juntar para gerar recursos para a recuperação da qualidade das águas que restaram no rio. Além disso, muitos municípios tiveram que construir em regime de emergência novos e completos sistemas de captação, adução e tratamento para esse abastecimento. A situação chegou a gerar um ambiente de confronto político desses municípios com o governo estadual, passando a maioria desses municípios a eleger prefeitos de oposição, diante da inercia do governo estadual em atuar nessa questão que estrangulava o interesse municipal da região em vários sentidos.

É possível afirmar que essa situação envolvendo uma região de alta concentração econômica do interior, em conjunto com a instalação do CERH, e do retrato da situação dos recursos hídricos elaborado na época pelo DAEE/SP, esse conjunto de fatores fez precipitar o encaminhamento, no início de 1991, pelo governo estadual, do PL- projeto de lei- que propôs a implementação da política estadual de recursos hídricos no estado de São Paulo. Essa lei propôs, em suas disposições transitórias a instalação no prazo de 180 dias, os Comitês de Bacias PCJ e do Alto Tietê.

Os demais CBH's do estado de São Paulo foram instalados em 1996, em decorrência do início dos repasses dos royalties do consumo de energia elétrica originados da Lei Federal nº 7.990 de 1989. Esses recursos, no caso do Estado de São Paulo, deram origem à formação do Fundo Estadual de Recursos Hídrico (FEHIDRO) provocando a imediata instalação e operação dos CBH's e a propiciar financiamentos nas prioridades decididas pelos respectivos CBH's, desde que assim estabelecidas, inicialmente pelos respectivos "Relatório Zero" e, posteriormente, pelo seu Plano de Bacia.

Em suma, todos os estados colocam em sua legislação a participação como um novo modelo para a gestão, mas algumas legislações detalham logo no início como se dará esta participação, entre os fundamentos, diretrizes e objetivos, principalmente as legislações feitas no mesmo ano da PNRH. Outras legislações apontam como se dará a participação nos capítulos referentes ao sistema de gestão.

De qualquer forma, na Constituição Federal, na Constituição do Estado São Paulo, bem como nas Políticas Estadual (estado de São Paulo) e Nacional de Recursos Hídricos um aspecto sociopolítico inovador foi a ampliação da participação nas decisões de gestão.

Sobre a adoção do conceito de participação pela PNRH, Santos e Saito (2006) trazem

uma análise em que discorrem que esta participação pode ser considerada um mito. Os autores mencionam que esta mitificação guarda sua expressão no fato de a lei mencionar a palavra participação, e que isto não quer dizer que ela realmente irá ocorrer.

Outro ponto elencado por Santos e Saito (2006) seria que, por mencionar que todos os segmentos sociais estariam representados pelo processo participativo, conforme foi demonstrado pelo quadro 3, na leitura da PNRH se pressupõe que a participação será realmente paritária e efetiva, o que parece desconsiderar segundo os autores, em certa medida, as diversidades. E neste ponto já é possível verificar os indícios de que a participação na gestão dos recursos hídricos ocorre por meio da representação dos segmentos sociais em determinados ambientes de gestão.

Os autores citam também que existe por trás desta participação a cultura do consumo e a acumulação de capital, fruto do produto da própria participação. Ao discorrerem que o processo participativo não é outro a não ser qualificar a água como um bem privado, alertam para a desqualificação das lutas históricas que determinaram a água como um bem público.

Mas, o importante é ressaltar que este processo participativo vem ocorrendo, ao menos até o final de 2018, de duas formas na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Uma por ambientes institucionais, e outra, por outros modelos organizacionais. Os ambientes institucionais foram definidos na PNRH, e nas políticas estaduais, que preveem, para a criação do processo participativo para seu sistema de gestão, os colegiados do CNRH, dos CERH e dos CBH's, conforme observado nos quadros 2 e 3 do presente estudo. Estes são ambientes onde ocorre a participação por meio da representação. Nota-se pelo quadro 2 que o estado do Acre é uma exceção, que não prevê o CERH, no lugar dele está previsto uma Câmara Técnica de Recursos Hídricos dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Os modelos organizacionais, como comumente denominados de “alternativas organizacionais”, podem ocorrer previstos como parte do sistema de gestão por legislações estaduais, porém sem poder de deliberação ou obrigatoriedade. E podem ocorrer fora da estrutura participativa institucionalizada, mas que claro, mantém negociações com o Estado. Uns são ambientes consultivos, outros possuem caráter executivo para a medição de alocação de água. São exemplos as comissões gestoras no estado do Ceará, associações comunitárias, Comissões gestoras na Bacia do Rio Verde Grande, Comissões na Paraíba, Conselhos Gestores de Açudes em Pernambuco, Comissão de acompanhamento para marco regulatório, Consórcios Intermunicipais, Distritos de Irrigação. Cada um possui suas características e objetivos, mas em comum está a promoção da negociação participativa (ANA, 2013).

Sendo objetivo deste estudo analisar o processo participativo proporcionado sobretudo pela criação dos ambientes [entes] colegiados institucionalizados pela PNRH, faz-se necessário uma seção que trate somente da descrição e discussão sobre estes ambientes: o Comitê de Bacia Hidrográfica.

2.3.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica

Segundo a ANA (2011) o Comitê de Bacia Hidrográfica pode ser definido como um fórum, onde um grupo de pessoas se reúne para discutir um bem comum que é o uso da água no território da sua respectiva bacia hidrográfica. Muitos autores redefinem o conceito de Comitê de Bacia, atribuindo a esta instância participativa a função de *Parlamento das Águas*, embora não seja esse o sentido proposto pelo caso brasileiro. Na presente pesquisa os CBH's são compreendidos como, entes colegiados do SINGREH que promovem o ambiente de discussão entre sociedade e Estado.

A principal atribuição potencial de um CBH é estabelecer em um processo participativo, um conjunto de regras e mecanismos que leve em conta os diferentes interesses e usos da água de uma bacia hidrográfica, buscando prevenir e dirimir conflitos. Por isso, a criação do CBH normalmente está atrelada a locais de potenciais, ou já instalados, conflitos pelos usos dos recursos hídricos e da água na bacia hidrográfica, como, por exemplo: os problemas de escassez; de qualidade; e problemas decorrentes de uso intensivo e/ou conflitantes³⁷ (ANA, 2011).

A principal especificidade do CBH é "a de ser uma organização institucional moldada por uma territorialidade natural – a bacia hidrográfica – ao invés de corresponder às tradicionais fronteiras político-administrativas dos municípios, Estados e União" (ABERS e KECK, 2004, p. 57.). Então, o CBH terá como área de atuação:

- I - a totalidade de uma bacia hidrográfica;
- II -sub-Bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou
- III - grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas. (BRASIL,1997. CAPÍTULO III. Art. 37)

³⁷ Nota da autora: Como exemplo dos usos conflitantes da água na bacia hidrográfica pode ser citado o caso ocorrido no período de escassez hídrica no estado de São Paulo em 2014, em que entraram em disputa o setor hidrelétrico e de navegação na hidrovia do rio Tietê-Paraná. Ainda, neste mesmo ano e também por conta da escassez hídrica, o setor de saneamento e abastecimento entrou em conflito com o setor industrial na RMSP. As vazões para os usos, em ambos os casos, tiveram que ser negociadas pelo governo do Estado, órgãos gestores, CBH's e ANA.

Sendo assim, o CBH pode ser interestadual, quando estiver gerindo o território de uma bacia hidrográfica com rios de domínio da União, compartilhada também entre os estados, podendo ser um comitê único ou um comitê de integração. Os comitês únicos interestaduais devem ter o apoio de comissões locais, que são denominadas de comissões gestoras. Para o comitê de integração, a existência, articulação e envolvimento dos comitês das sub-bacias é fundamental (ANA, 2017a; ANA, 2011). O CBH também pode ser estadual, quando estiver em uma bacia hidrográfica (ou unidade de gerenciamento) com águas de domínio somente do respectivo estado (ANA, 2017a; ANA, 2011).

Os CBH's são ambientes inovadores no que tange o processo de participação social em políticas públicas, pois além de serem consultivos, deliberam coletivamente sobre a gestão da água, de forma compartilhada com o poder público. Define a ANA (2011) que para esta atribuição do CBH dá-se o nome de poder de Estado,

“a isso se chama poder de Estado, tomar decisões sobre um bem público e que devem ser cumpridas. O comitê passa, então, a definir as regras a serem seguidas com relação ao uso das águas. Aos órgãos gestores de recursos hídricos cabe fazer que essas regras sejam postas em prática por meio do seu poder de regulação” (ANA, 2011, p. 20).

Abers e Keck (2004) e ANA (2011) apontam que, dentre os novos espaços de participação para a gestão dos recursos hídricos, os CBH's possuem o papel central (como organismos colegiados), pois é de sua competência definir as regras e prioridades a serem seguidas com relação aos instrumentos de gestão da água, levando em conta os interesses dos segmentos sociais de forma amplamente participativa, por meio das funções deliberativas, propositivas e consultivas, além de atuarem em primeira instância administrativa caso os conflitos pelo uso da água não possam ser evitados.

Leal (2012a, p. 73) discorre que os CBH's têm “potencial para influenciar na própria gestão do Estado, notadamente no que se refere à democratização de informações, hierarquização de prioridades e de tomada de decisões subsidiadas pelo planejamento ambiental”, por conta de sua composição, funções e atribuições.

Observando as políticas estaduais é possível verificar alguma diferença em relação as funções dos CBH's. Por exemplo, a política Alagoana coloca o CBH como uma instância normativa e deliberativa, não apontando seu caráter consultivo, e o mesmo ocorre nos estados do Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins. Na Bahia, o CBH tem caráter consultivo, deliberativo e normativo. Nos outros estados, a legislação

aponta apenas para os caracteres consultivo e deliberativo do CBH nada falando do caráter normativo ou propositivo.

Esta diferenciação pode gerar uma discussão entre o que se refere a função normativa e o que se refere a função propositiva, uma vez que a PNRH atribui ao CBH o caráter propositivo e não normativo, já que propor não é a mesma coisa que fazer normas.

O quadro 4 demonstra as funções e atribuições do CBH, conforme a legislação.

Quadro 4. Funções legais dos CBH's e atribuições

Funções legais	Atribuições
Deliberativas	Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água. Aprovar o plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica e, conseqüentemente: - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos; - diretrizes e critérios gerais para a cobrança; - condições de operação de reservatórios, visando garantir os usos múltiplos. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos. Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo
Propositivas	Acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas. Indicar a Agência de Água para aprovação do conselho de recursos hídricos competente Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente Escolher a alternativa para o enquadramento dos corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água. Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos. Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.
Consultivas	Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes

Fonte. ANA (2011); BRASIL (1997).

O instrumento de gestão, destaque das decisões do CBH, é o plano de bacias hidrográficas. Efetivamente, o CBH tem como uma das principais funções deliberativas a atribuição de aprovar o seu plano diretor de bacia hidrográfica, e posteriormente acompanhar a sua implementação. Comumente o plano é elaborado por empresa licitada, por intermédio da agência de bacia, entidades delegatárias ou órgão gestor. É de responsabilidade do CBH acompanhar e debater a sua elaboração, observando e opinando sobre cada etapa, de forma participativa. A discussão normalmente ocorre nos grupos de trabalho, que são organizados para tal finalidade.

Conforme Leal (2012a), o plano é composto de diagnóstico, prognóstico, medidas a

serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos. No plano estão definidas as metas de racionalização, melhoria da qualidade da água e proposta de enquadramento dos corpos hídricos, aumento da quantidade dos recursos hídricos, prioridades para outorga, orientações e regras para o órgão gestor, diretrizes e critérios para a cobrança, condições para operações de reservatórios, proposição de áreas sujeitas a restrições de uso, análise e alternativas para o crescimento demográfico, evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo entre outras situações e estratégias para a bacia hidrográfica (LEAL, 2012a).

Enfim, o plano irá orientar, por meio de decisões coletivas e pactuações, todos os instrumentos de gestão dos recursos hídricos, articulando as ações e metas. A base para todas as decisões são os dados levantados com o diagnóstico e inventário da bacia hidrográfica. Como apoio aos CBH's, o CNRH publicou a Resolução nº 17, de maio 2001, que estabelece as diretrizes e os conteúdos mínimos para a elaboração dos planos de bacia a nível nacional, mas que dá bases às diretrizes os planos estaduais.

Portanto, para que um bom plano de bacias hidrográficas seja elaborado e implementado é determinante que o CBH estabeleça articulações com outras políticas públicas, como por exemplo, a política de saneamento e política municipal do meio ambiente. Outro fator preponderante é incluir à discussão do diagnóstico e das metas as pastas do licenciamento ambiental, os estudos de impactos sociais-econômicos-ambientais, planos de zoneamento e planejamento ambiental, estudos sobre drenagem e situação dos corpos hídricos, tendências para mudanças climáticas entre outros planos e estudos que estejam nas interfaces da gestão ambiental.

Acrescenta-se ainda, e conforme Leal (2012a) que,

Comitês de Bacias Hidrográficas podem vir a funcionar como fóruns regionais para o desenvolvimento sustentável, integrando o gerenciamento de recursos hídricos com a gestão ambiental, como vem progressivamente ocorrendo no estado de São Paulo, com a descentralização de ações do sistema de gestão ambiental, nas quais os Comitês de Bacias exercem papel de colegiados regionais consultivos, analisando estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) em processos de licenciamento ambiental de “empreendimentos que tenham como impacto significativo a intervenção no regime hídrico da bacia hidrográfica onde planejam se implantar”, como previsto na Resolução 54/2008 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (LEAL, 2012a, p 225).

Os dados para a elaboração do plano podem ser levantados e organizados com a utilização de ferramentas como *SIG* - *Sistema de informação Geográfica*, a partir da base de dados dos órgãos gestores, agências de bacias, institutos, sistema nacional de informações sobre

recursos hídricos, entre outras. Contudo, também devem ser utilizados meios que envolvam ambientes participativos de consulta pública, oficinas de trabalho e encontros técnicos (CNRH, 2001).

O CBH não possui personalidade jurídica, pois não tem a competência de ser um ente executivo. Sua secretaria executiva, que exerce as funções de cunho técnico e administrativo, é a Agência de Água ou Agência de Bacia, criada quando há viabilidade financeira assegurada pelo instrumento da cobrança (ANA, 2011). Quando não há a Agência de Bacia, o órgão gestor ou entidade delegatária executa parte de suas atribuições. E acrescenta-se que, por não ter o caráter executivo, as propostas do CBH devem ser encaminhadas ao CERH, e serão ou não, incluídas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

As Agências ou as entidades delegatárias irão administrar os recursos financeiros provindos da cobrança dos recursos hídricos, e que serão aplicados em projetos, plano e ações do CBH, como por exemplo administrar a cobrança originária do setor do saneamento. Outra fonte de recursos financeiros para aplicação no CBH, e também para a manutenção de todo o sistema de gestão, provém da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para aproveitamentos de potenciais hidrelétricos.

As decisões relativas à aplicação orçamentária no CBH são pautadas principalmente no plano de bacias, e decididas em plenária. Cabe aos CBH's o compromisso de divulgar anualmente os critérios para análise e hierarquização dos empreendimentos a serem investidos.

Com a institucionalização destes ambientes de participação [Lei das Águas], foi instituída uma forma inovadora de gestão para o país ao considerar, para a realização de tal, representantes de três segmentos sociais. Além da sociedade civil organizada e do poder público, os usuários de água são incorporados na gestão por conta da preocupação com o valor da água [cobrança, ou princípio poluidor-pagador associado ao controle da poluição] e outorga destes recursos (ABERS e KECK, 2004.).

Jacobi e Fracalanza (2005) discutem que um dos grandes desafios para essa nova forma de gestão é fazer com que estes “espaços” sejam efetivamente públicos, referindo-se aos Comitês de Bacia. Acrescentam ainda que a composição dos Comitês é objeto de muitos questionamentos, uma vez que o conceito de participação é amplo.

Nesse novo formato de gestão, da PNRH e das políticas estaduais, teoricamente é estabelecida a integração dos usos da água, que por princípio são conflitantes, corroborando

com os princípios da sustentabilidade, tão discutidos no cenário mundial. Abers e Keck (2004), Abers (2010) destacam que a sociedade civil e os representantes do poder público também são peças centrais da reforma sobre a política da água no país.

Para Martins (2015, p. 221), "no Brasil, o movimento que se tem nomeado por governança da água passa justamente pelos processos de descentralização administrativa e pela participação de distintos setores sociais nas práticas gestoras".

Sobre a composição básica dos CBH's indicada pela PNRH, conforme Artigo 39, que os comitês deverão ser formados por representantes:

- I - da União;
 - II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;
 - III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
 - IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;
 - V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.
- Incluindo ainda um representante do Ministério das Relações Exteriores para rios fronteirizos e transfronteirizos de gestão compartilhada, e representantes de Comunidades Indígenas e da Funai em bacias que abrangem terras indígenas (BRASIL, 1997. CAPÍTULO III, Art. 39).

Sobre a composição dos CBH's estaduais, apesar da legislação nacional estabelecer um determinado tipo de composição, é possível averiguar diferenças entre os estados, conforme demonstra o quadro 5.

Quadro 5. Composição do CBH conforme legislações: nacional e estaduais

Estado	Composição do CBH
PNRH	I - da União; II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação; III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. ainda devem ser incluídos representantes: I - a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União; II - das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.
Alagoas	I da união; II- do Estado de Alagoas; III - dos Municípios; IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia; VI - das comunidades

Estado	Composição do CBH
Acre	I – dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; II – dos usuários das águas de sua área de atuação, por meio de suas associações de representação, na forma do regimento interno de cada comitê; III – das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia; IV – das instituições de ensino superior e de pesquisa localizadas no Estado.
Amazonas	I – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS; II – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM; III – Municípios situados no âmbito de influência da bacia hidrográfica correspondente, beneficiados ou interessados diretos na gestão dos recursos hídricos locais; IV – usuários das águas, representados por entidades associativas comunitárias, cooperativas ou empresariais; V – organizações civis de recursos hídricos, entidades ambientalistas e organizações não governamentais legalmente constituídas, sediadas ou com atuação na bacia hidrográfica.
Amapá	I – do poder público federal e estadual; II – dos municípios localizados na bacia hidrográfica, no todo ou em parte de sua área de atuação; III – dos usuários de sua área de atuação; IV – de entidades da sociedade civil organizada, com sede e atuação comprovada na bacia hidrográfica Na composição dos Comitês de Bacia Hidrográfica, será assegurada a participação paritária do poder público, da sociedade civil organizada e dos usuários de recursos hídricos.
Bahia	I - do órgão executor da política estadual de recursos hídricos; (Alterado pela lei 12377/2011) II - dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado, com atuação na unidade de gestão hidrográfica; III - dos usuários de recursos hídricos, com atuação na unidade de gestão hidrográfica; IV - dos municípios situados na área de abrangência da unidade de gestão hidrográfica; V – das organizações civis de recursos hídricos
Ceará	distribuição e percentual de participação: Usuários (30%); Sociedade Civil (30%); Poder Público Municipal (20%); Poder Público Estadual/Federal (20%). A metodologia para a formação dos Comitês, desenvolvida pela COGERH, definiu três níveis de atuação (Açude, Vale Perenizado, Bacia Hidrográfica) com o objetivo de integrar as ações para o Apoio à Organização dos Usuários.
Distrito Federal	I – das Secretarias do Governo do Distrito Federal e de outros órgãos do Poder Público com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos; II – dos usuários das águas de sua área de atuação; III – das organizações civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia; IV – da União e de outras Unidades da Federação em casos definidos na regulamentação desta Lei.
Espírito Santo	I – representantes do poder público federal, estadual e dos municípios localizados na bacia hidrográfica correspondente; II – representantes dos usuários de recursos hídricos; III – representantes de entidades da sociedade civil organizada, sediadas na bacia hidrográfica, Representantes indígenas e FUNAI
Goiás	I – representantes da Secretaria de Estado ou órgãos e entidades da administração direta ou indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos, proteção ao meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação na bacia hidrográfica correspondente; II – representantes dos municípios contidos na bacia hidrográfica correspondente; III – representantes das seguintes entidades da sociedade civil, sediadas nas bacias hidrográficas, respeitado o limite máximo de um terço do número total de votos

Estado	Composição do CBH
Maranhão	I - do Estado do Maranhão que possuam interesses comuns no gerenciamento de recursos hídricos compartilhados; II - dos Municípios que se situem nas suas respectivas áreas de atuação no todo ou em parte; III - dos usuários das águas, na área de atuação da bacia; IV - das comunidades locais; V - das entidades civis de recursos hídricos legalmente constituídas com atuação comprovada na bacia; VI - das comunidades indígenas com interesses na Bacia Hidrográfica.
Mato Grosso	Art. 22 A composição dos Comitês Estaduais das Bacias Hidrográficas será fixada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, observada a paridade entre o Poder Público e a sociedade civil, assegurada a participação de representantes dos usuários e das comunidades indígenas com interesses na bacia.
Mato Grosso do Sul	Art. 36 – Os Comitês das Bacias Hidrográficas terão suas composições e atribuições definida sem regimento aprovado pelo Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, garantida a participação paritária de representantes da sociedade civil e dos usuários, além de representantes da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e das comunidades indígenas residentes naqueles comitês cujo território abranja terras indígenas
Minas Gerais	I - representantes do poder público, de forma paritária entre o Estado e os municípios que integram a bacia hidrográfica II - representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede ou representação na bacia hidrográfica, de forma paritária com o poder público.
Pará	I – do Poder Público federal e estadual; II – dos Municípios localizados nas bacias hidrográficas, no todo ou em parte, de sua área de atuação; III – dos usuários de sua área de atuação; IV – de entidades da sociedade civil organizada com sede e atuação comprovada na bacia hidrográfica; V – de representantes das comunidades indígenas residentes na bacia hidrográfica, quando for o caso. § 1º Um dos representantes da União deverá representar a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, quando a área da bacia hidrográfica estiver contida ou conter áreas indígenas.
Paraíba	Não consta na legislação deste estado
Paraná	I - representantes das instâncias regionais das instituições públicas estaduais, com atuação relevante nas questões de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento sustentável; II - representantes dos Municípios; III - representantes de entidades da sociedade civil com atuação regional relacionada com recursos hídricos; IV - representantes de usuários de recursos hídricos. V - representantes de comunidades tradicionais e indígenas existentes nas bacias hidrográficas.
Pernambuco	I - representantes dos Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios, inseridos na área da bacia hidrográfica respectiva, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do total de membros; II - representantes de entidades civis, correspondendo a 20% (vinte por cento) do total de membros, cabendo a sua escolha e indicação por: a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e b) organizações sociais e não-governamentais com atuação em recursos hídricos, previstas nesta Lei. III – usuários de recursos hídricos, correspondendo a 40% (quarenta por cento) dos membros.

Estado	Composição do CBH
Pernambuco (revogada)	<p>I – representantes das Secretarias de Estado e de órgãos e entidades da administração direta e indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos, proteção do meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação na bacia hidrográfica correspondente;</p> <p>II – representantes dos Municípios situados no âmbito de influência da bacia hidrográfica correspondente, beneficiados ou interessados diretos na gestão dos recursos hídricos locais;</p> <p>III – representantes de entidades da sociedade civil, sediadas ou com atuação na bacia hidrográfica, respeitado o limite máximo de 1/3 do número total de votos no colegiado,</p>
Piauí	<p>I - dos Poderes Públicos Executivos do Estado e dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação, assegurada a paridade entre os representantes do Estado e dos Municípios;</p> <p>II - representantes dos usuários e das comunidades, estas caracterizadas por organizações civis de recursos hídricos, com atuação comprovada na bacia hidrográfica, de forma paritária com o Poder Público.</p>
Rio de Janeiro	<p>I - os usuários da água e da população interessada, através de entidades legalmente constituídas e com representatividade comprovada;</p> <p>II - as entidades da sociedade civil organizada, com atuação relacionada com recursos hídricos e meio ambiente;</p> <p>III - os poderes públicos dos Municípios situados, no todo ou em parte, na bacia, e dos organismos federais e estaduais atuantes na região e que estejam relacionados com os recursos hídricos.</p>
Rio Grande do Norte	<p>I - representantes das associações de usuários de água;</p> <p>II - representantes dos Municípios que estejam inseridos dentro da Bacia Hidrográfica;</p> <p>III - representantes de entidades governamentais federais e estaduais;</p> <p>IV - representantes de entidades representativas da sociedade civil.</p>
Rio Grande do Sul	<p>I - representantes dos usuários da água, cujo peso de representação deve refletir, tanto quanto possível, sua importância econômica na região e o seu impacto sobre os corpos de água;</p> <p>II - representantes da população da bacia, seja diretamente provenientes dos poderes legislativos municipais ou estaduais, seja por indicação de organizações e entidades da sociedade civil;</p> <p>III - representantes dos diversos órgãos da administração direta federal e estadual, atuantes na região e que estejam relacionados com os recursos hídricos, excetuados aqueles que detém competências relacionadas à outorga do uso da água ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.</p>
Rondônia	<p>I – dos consumidores residentes na área da bacia, por intermédio de associações, cooperativas e organizações não governamentais, legalmente constituídas;</p> <p>II – de entidades de classe e científicas, com atuação comprovada no setor de recursos hídricos e atuantes na área da bacia;</p> <p>III – dos usuários, privados ou públicos, dos recursos hídricos da bacia; e</p> <p>IV – da administração federal, estadual e municipal, com atuação ligada a recursos hídricos na bacia;</p>
Roraima	<p>I - do Poder Público federal e estadual;</p> <p>II - dos Municípios localizados nas bacias hidrográficas, no todo ou em parte, de sua área de atuação;</p> <p>III - dos usuários de sua área de atuação;</p> <p>IV - de entidades da sociedade civil organizada com sede e atuação comprovada na bacia hidrográfica; e</p> <p>V - de representantes das comunidades indígenas residentes na bacia hidrográfica, quando for o caso.</p>

Estado	Composição do CBH
Santa Catarina	I - representantes dos usuários da água, cujo peso de representação deve refletir, tanto quanto possível, sua importância econômica na região e o seu impacto sobre os corpos d'água; II - representantes da população da bacia, através dos poderes executivos e legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil; III - representantes dos diversos órgãos da administração federal e estadual atuantes na bacia e que estejam relacionados com os recursos hídricos;
São Paulo	I - representantes da Secretaria de Estado ou de órgãos e entidades da administração direta e indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos, proteção ao meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação na bacia hidrográfica correspondente; II - representantes dos municípios contidos na bacia hidrográfica correspondente; III - representantes de entidades da sociedade civil, sediadas na bacia hidrográfica, respeitado o limite máximo de um terço do número total de votos, por: a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; b) usuários das águas, representados por entidades associativas; c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe e associações comunitárias, e outras associações não governamentais.
Sergipe	Os Comitês de bacia Hidrográfica serão compostos por representantes de órgãos e entidades públicos com interesses na gestão, oferta, controle, proteção e uso dos recursos hídricos, bem como representantes dos Municípios contidos na Bacia Hidrográfica correspondente e dos usuários das águas através das entidades associativas.
Tocantins	Não consta na legislação deste estado

Organizado pela autora (2018).

Com base na análise do quadro 5, é possível verificar que a composição dos CBH's de cada estado considera a complexidade da gestão, uma vez que os estados possuem características específicas com relação a quantidade de água, uso da água. O estado de São Paulo, por exemplo, entende que os usuários de água fazem parte do grupo de representantes da sociedade civil organizada, diferentemente de grande parte dos outros estados.

Os estados do Tocantins e da Paraíba não mencionam em suas legislações a composição do CBH, o que se subentende que seguem a PNRH. O estado do Ceará adotou uma metodologia específica para a composição dos CBH's por conta da alocação de água, e da necessidade de se considerar outras alternativas organizacionais deste estado. A distribuição da porcentagem de cada segmento também não é igual nos CBH's, e são definidas por regimento interno. Na grande maioria, o poder público não pode ultrapassar 50% do total de membros.

No Rio Grande do Sul, a legislação estadual já estabelece que o poder público terá uma porcentagem de 20% na composição dos CBH's, e os outros segmentos terão 40% cada, no máximo.

O parágrafo 1 do Art. 39 da Lei n. 9.433/1997 orienta que tanto o número quanto os critérios de indicação de representantes de cada setor mencionado devem ser estabelecidos nos regimentos internos dos Comitês, e a representação dos poderes executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios deve ser limitada à metade do total de membros. Normalmente a escolha é feita entre os pares em cada segmento, convocados mediante publicação de edital para escolha dos representantes (BRASIL, 2011).

A PNRH adota que segmentos de usuários e sociedade civil devem ser colocados separadamente. Ao adotar essa configuração para a participação, e conseqüentemente para a representação, nos CBH's, que coloca os usuários de água em um segmento separado da sociedade civil organizada, a PNRH "propõe uma política participativa e um processo decisório aberto aos diferentes atores sociais vinculados ao uso da água, dentro de um contexto mais abrangente de revisão das atribuições do Estado, do papel dos usuários e do próprio uso da água" (JACOBI; FRACALANZA, 2005, p. 43).

Em nota, Abers e Keck mencionam que essa configuração faz dos Comitês ambientes complexos de representação e que suas competências variam consideravelmente entre os estados, mas que "[...] normalmente incluem aprovar e acompanhar a execução de planos de recursos hídricos, arbitrar conflitos e estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água bruta" (ABERS; KECK, 2008, p. 103).

Em 2010, Abers (2010) observou um aspecto, que deve ser motivo de reflexão, dessa configuração, o qual diz que o sistema, resultado dessa construção institucional, por ser complexo e diversificado, leva a relações intensas resultantes da diversidade das organizações que o compõe, impedindo muitas vezes a gestão eficaz da água. Ter o conhecimento e a consciência desta situação é uma forma de dirimir possíveis conflitos [inevitáveis] de representação.

Mesmo com a diferença de regulação estrutural entre a PNRH e a Política de recursos hídricos nos estados, em que há variação do percentual de participação e divisão dos segmentos, como por exemplo o estado de São Paulo, os CBH's devem integrar representantes do governo, dos grandes usuários de recursos hídricos e da sociedade civil organizada (MARTINS, 2015). Assim, a composição e articulação dos segmentos no Comitê deveriam fazer desses espaços arenas políticas responsáveis pela governança da água. Regionalmente deveriam constituir-se, por conta de sua estrutura e atuação, em um efetivo parlamento das águas (MARTINS, 2015), já que cada segmento representado tem, ou deveria ter, um papel político específico nos colegiados.

Para Carpi Junior, Leal e Dibieso (2012), a composição do CBH favorece atividades de integração entre representantes de órgãos gestores, técnicos e a população, uma vez que os diversos setores que atuam no CBH podem se organizar em torno de interesses comuns, desenvolvendo ações em prol da água (CARPI JUNIOR; LEAL; DIBIESO, 2012).

A Agência Nacional de Águas (ANA) explica que, "muitas vezes, é comum um representante eleito entre seus pares defender interesses próprios ou particulares, seus ou da entidade que representa diretamente, e não compartilhar com o grupo as questões debatidas" (ANA, 2011, p. 37). Assim, quando praticada dessa forma, a representação não possui legitimidade e qualidade, portanto, não há a representatividade e o "Parlamento das Águas" não acontece. A especificidade, função e competência de cada ator na gestão será vista e discutida no capítulo seguinte do presente estudo.

Por hora, vale ressaltar que, as legislações estaduais de recursos hídricos dos estados de Alagoas, Acre, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima definiram o que são as organizações civis, ou sociedade civil organizada. Na maioria das legislações consultadas observa-se a seguinte redação:

São consideradas organizações civis:

- I - Consórcios e associações intermunicipais de bacia hidrográfica;
- II - Associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;
- III - Organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos;
- IV - Organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade;
- V - Outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos
(compilação das legislações estaduais de recursos hídricos/sem referência)

Os CBH's atuam por meio da plenárias, onde a maioria dos membros, conforme prevista em regimento se reúnem, por grupos de trabalho, dependendo das metas dos planos de bacia, e também por câmaras Técnicas, que variam em quantidade, formato e objetivos. O Comitê PCJ (Interestadual), por exemplo, possui 12 Câmaras Técnicas.

As CT's são equipes importantes, que antecipam a resolução de conflitos e demandas dos CBH's, contribuindo substancialmente para otimizar as deliberações nas plenárias. Além disso: realizam estudos; promovem a integração com outras políticas públicas, com instituições e universidades; promovem ações diversas na bacia hidrográfica; e contribuem na implementação de projetos.

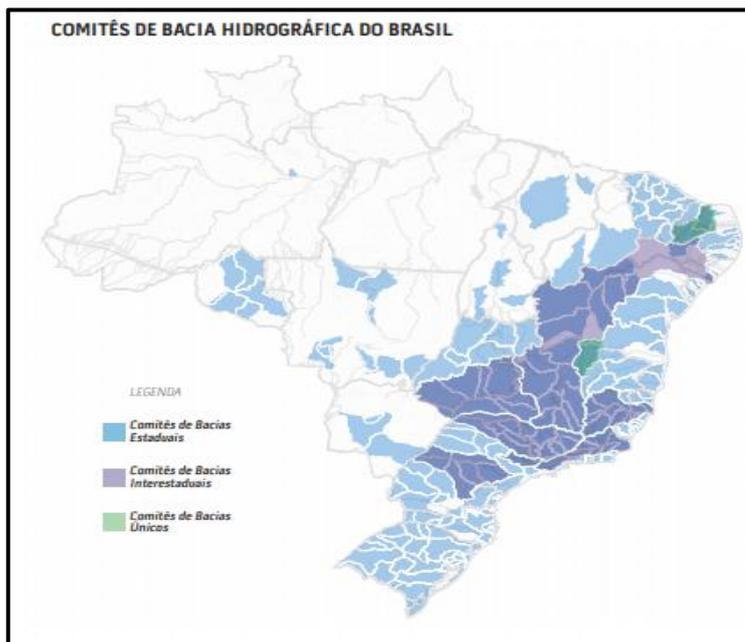
As CT's são por definição legal:

“equipes colegiadas, de caráter consultivo, compostas preferencialmente com representação paritária dos segmentos, por membros titulares ou suplentes do Comitê, ou seus representantes formalmente indicados para essa finalidade, encarregadas de examinar, estudar e relatar matérias afetas às respectivas competências” (Deliberação CBH-AT nº 02, Título II, Capítulo II, Seção IV, Artg.21, 2013).

Alguns CBH's, como CBH Turvo e Grande e CBH PCJ permitem o convite de pessoas e entidades para subsidiar as discussões das CT's sobre os temas das suas respectivas competências, e podem criar grupos de trabalho com prazos determinados. Como exemplos de CT's estão: CT de Educação Ambiental; CT de Gestão de Investimento; CT de Monitoramento Hidrológico; CT de Planejamento e Articulação; CT de Saneamento; CT de Águas Subterrâneas; CT de Planos de Bacia; CT de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; entre outras. Mas, a criação da CT não é uma obrigatoriedade legal ao CBH, e por este motivo, a existência e quantidade de CT's é variável entre os colegiados.

Sobre a quantidade de CBH's no país, entre os estaduais e interestaduais, até o ano de 2016, se segundo a ANA (2017a) existiam 223 Comitês de Bacia estaduais, considerados instalados e em funcionamento, e nove Comitês de Bacia de domínio interestadual, sendo dois deles Comitês Únicos- Verde Grande entre os estados de MG e SP, e Piancó-Piranhas-Açu, entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, conforme figura 3 (ANA, 2017a).

Figura 3. Distribuição dos CBH's no Brasil



Fonte: ANA. Agência Nacional de Águas (2017a).

Os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo possuem a maior quantidade de CBH's estaduais instalados e em funcionamento. Na região norte do país, apenas o estado do Amazonas possui CBH. Nas outras regiões, todos os estados possuem ao menos um CBH implantado e em funcionamento.

Reforça-se que o CBH é constituído por representantes dos três segmentos da sociedade. Desta forma admite um novo processo representativo. Ao mesmo tempo é um ambiente que teoricamente proporciona a ampliação da participação na gestão de políticas públicas, uma vez que incorpora os três segmentos com o mesmo peso nas deliberações sobre a gestão dos recursos hídricos, sobretudo o segmento da sociedade civil organizada, que até o início da década de 90 não era institucionalmente considerado.

Retomando Arnstei (1969) e Bordenave (1994) sobre níveis e graus de participação em ambientes de negociação entre sociedade e Estado, é possível fazer uma classificação preliminar de que os CBH's são colegiados sobretudo de parceria e cogestão. Estão em um grau e escada de participação com real distribuição de poder entre Estado e sociedade, ao menos em teoria.

2.4 O que estudos revelam sobre participação, representação e Comitês de Bacia Hidrográfica

São apresentados, nesta seção, os resultados de quatro estudos³⁸ que tiveram sua base de investigação em temas semelhantes ao presente trabalho, e que também identificaram desafios e possibilidades para a gestão dos recursos hídricos em CBH's, com o intuito de verificar quais os desafios que aparecerem em outros períodos de análises, de que forma eles aparecerem, e se é possível estabelecer relações com o presente estudo.

O critério de seleção baseou-se na escala, tema e objeto de estudo de cada trabalho, data da sua realização, citações e menções de atores-chaves sobre os estudos ao longo da pesquisa. Neste sentido foram selecionados: duas teses de doutorado que apresentam estudos de caso em CBH's estaduais, datadas do ano de 2016; um estudo de caso sobre um CBH Interestadual e o conceito de não-participação, datado do ano de 2011; e um estudo com uma escala abrangente

³⁸ Nota da autora: Esta iniciativa foi adotada no presente estudo, pois acredita-se que é preciso que pesquisas “conversem” entre si e que tenham continuidade, inclusive como forma de fortalecimento da própria pesquisa. Então, não se adota uma postura de comparação entre os estudos, mas sim, de continuidade de pesquisa e de criação de uma base sólida que deve servir à sociedade, e no caso específico, à gestão participativa dos recursos hídricos. São apresentados resultados parciais dos estudos selecionados, com recortes aos dados pertinentes à presente pesquisa.

sobre CBH's, datado do ano de 2008, e que faz parte de um importante projeto que estudou, ao longo de 10 anos, os CBH's no Brasil.

Outros estudos foram realizados desde a criação dos CBH's no Brasil, e sobretudo após o ano de 2008. No entanto, foi necessário adotar um critério de seleção, pois não é objetivo da presente pesquisa realizar o Estado da Arte dos estudos sobre CBH's do Brasil.

2.4.1 O Estudo sobre o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Chapecó e Irani/ SC

De Lima Trindade (2016) realizou seu estudo de doutorado intitulado “Gestão integrada de recursos hídricos: papel, potencialidades e limitações dos Comitês de Bacias Hidrográficas” com o objetivo principal de analisar as contribuições dos CBH's para gestão integrada de recursos hídricos e para a governança regional da água (DE LIMA TRINDADE, 2016).

Para tanto, sua metodologia de estudo buscou dados na literatura científica e no estudo de caso com entrevistas e observação de reuniões e documentos do CBH dos Rios Chapecó e Irani, da região hidrográfica do Meio-Oeste estado de Santa Catarina. Para auxiliar na análise De Lima Trindade utilizou o *software* Atlas Ti 7.0, e análise quantitativa do roteiro das questões das entrevistas, em complemento. A base para construção das entrevistas e questionamentos foi dois modelos: o Modelo da OCDE (2005) que avalia o gerenciamento hídrico a partir de sete lacunas (administrativa, política, financiamento, capacidade, objetivo, de responsabilização e informação) e o Modelo de Camargos (2008) que avalia a governança local da água a partir de quatro dimensões: estruturas jurídicas; ações do Estado; interações entre as partes relacionadas; e papel dos atores sociais.

Para a autora, no que tange a gestão integrada dos recursos hídricos, cabe aos gestores públicos promoverem o debate participativo e implantarem políticas que minimizem os conflitos entre os usuários. A gestão integrada, participativa e descentralizada, segundo a autora, se materializa na criação dos CBH's.

O estudo observou a partir das revisões integrativas da literatura pesquisada que os CBH's que apresentam melhor estruturação de sua gestão, instrumentos implantados, cobrança, e maior articulação institucional possuem a participação potencializada. Constatou que os principais problemas dos CBH's são: ausência de suporte técnico, físico e financeiro; inexistência ou “pouca existência” dos instrumentos de gestão previstos na PNRH; pouco poder decisório dos CBH, que, de modo geral, não atuam como órgãos deliberativos no Brasil; e baixa participação dos governos (estaduais e municipais) nestes grupos, o que dificulta ainda mais a

articulação institucional dos CBH e seu poder de decisão (DE LIMA TRINDADE, 2016). Segundo a autora, na opinião de diversos autores “apesar de existirem muitas possibilidades de participação, a falta de credibilidade e a falta de continuidade administrativa fazem com que a população perca a noção de consistência das políticas e do seu alcance” (DE LIMA TRINDADE, 2016, p. 141).

Como resultado do estudo de caso no CBH Chapecó-Irani o estudo constatou as seguintes situações, que conceituou como fragilidades: apenas 50% dos membros atuavam ou participavam ativamente do CBH; o CBH passou por diversas mudanças na composição dos seus membros; os membros entrevistados possuem grau de formação escolar elevado; e a maioria dos entrevistados participam do CBH desde a sua formação. A ausência da participação efetiva dos membros foi a fragilidade que mais teve destaque entre as falas dos entrevistados (DE LIMA TRINDADE, 2016).

Em seguida, as fragilidades mais apontadas foram: a dificuldade e a burocracia no repasse dos recursos financeiros; pouca participação da sociedade civil; não utilização dos instrumentos previstos na PNRH na Região Hidrográfica; falta de apoio do governo do estado; pouco conhecimento técnico de alguns representantes do CBH, relacionado sobretudo a dúvidas do real papel do CBH, compreensão da legislação e emissão de opiniões sobre pareceres técnicos. Também foi observado pelo estudo como fragilidade a ausência de difusão e de empoderamento do Comitê. Para parte dos entrevistados, o CBH não possui difusão junto à sociedade, o que ocasiona o não reconhecimento por parte dos órgãos públicos como ente decisório de gestão (DE LIMA TRINDADE, 2016).

Por outro lado, o estudo identificou avanços importantes em relação ao CBH: melhoramento do regimento e criação das câmaras técnicas e de apoio multidisciplinar; melhoramento das discussões sobre o Plano de Bacia do Rio Chapecó; melhorias na gestão do Comitê; divulgação e articulação institucional do Comitê, sendo este o mais mencionado. Os representantes relataram na pesquisa que o CBH está trabalhando mais em sua própria divulgação, promovendo palestras e eventos abertos à comunidade, o que está favorecendo o reconhecimento do CBH. Outros aspectos positivos citados foram: aumento da motivação dos membros; melhoria na participação social; criação de Câmaras Técnicas dentro do CBH; e a promoção da educação ambiental na Bacia (DE LIMA TRINDADE, 2016).

Os entrevistados destacaram a dificuldade de operacionalização do CBH, por conta de inflexibilidade da legislação vigente, que incide em falta de autonomia administrativa e financeira e ausência de estrutura e capacidade operacional. Para os entrevistados o Estado não

apresenta um quadro claro, coerente e transparente de sua política das águas, e está atrasado na implementação dos instrumentos de gestão. Foi apontado, também, que os CBH estão sendo excluídos de processos decisórios, pois o estado de Santa Catarina não possibilita autonomia decisória aos CBH's (DE LIMA TRINDADE, 2016).

Para a maior parte dos entrevistados, o Estado está assegurando direitos iguais no CBH, uma vez que todas as partes interessadas estão sendo representadas conforme o percentual estabelecido pela Política Estadual de Recursos Hídricos. E, por outro lado, a independência do CBH não está garantida, pois além de depender financeiramente e tecnicamente do Estado, seu papel deliberativo não é legitimado. Sugerem os entrevistados que é necessário criar mecanismos para estimular a participação (DE LIMA TRINDADE, 2016).

2.4.2 O Estudo sobre o Comitê Taquari-Antas/RS.

Meier (2016) realizou seu estudo de doutorado intitulado “A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS”, com o objetivo de analisar a representação e a representatividade social do Comitê Taquari-Antas (CBH TA), para verificar se a população participa realmente do processo de tomada de decisão (MEIER, 2016), analisando todo o processo de formação, reuniões e pautas desse CBH.

Dentre os resultados da pesquisa, a autora identificou que a ocupação das vagas pelos setores usuários, população e poder público variou muito conforme a gestão do CBH. Ressalta-se que a autora utiliza o termo setor, para tratar dos segmentos. Verificou que o período de elaboração do plano de bacia ampliou a participação³⁹ dos representantes no CBH (MEIER, 2016). Verificou também a falta de articulação dos representantes do CBH com outros órgãos dos quais participam.

A pesquisa identificou que, ao longo da história deste CBH, o segmento com maior presença nas plenárias foi o dos usuários de água, e sem seguida a população. E que o poder público sempre teve uma presença pouco expressiva e, por este motivo a representação não é equitativa entre os diversos atores sociais, devido ao desequilíbrio quantitativo (MEIER, 2016). Tal fato acaba, segundo a autora, contribuindo para a defesa de interesses de pequenos grupos.

O estudo de Meier (2016) também identificou que, conforme aumentam as deliberações do CBH e diminuem as plenárias para discussões de assuntos diversos, também aumenta o

³⁹ Meier (2016) refere-se neste trecho do texto que a participação é compreendida no sentido de estar presente nas plenárias.

interesse dos representantes em participarem, e vice e versa, e que grande parte das deliberações tratavam de temas da organização interna do CBH. A autora infere que a não instituição da Agência de Bacia no estado (RS) diminui o interesse na participação do CBH e que a representação é influenciada pelo local de origem dos representantes da bacia hidrográfica.

Segundo o estudo, a participação dos representantes no CBH necessita principalmente que as entidades de origem tenham interesse e que, em alguns casos, há a profissionalização dos representantes, dizendo que os “segmentos dos usuários da água e do poder público, vão às reuniões do CBH a trabalho” (MEIER, 2016, p.172), e que a população [sociedade civil] não depende de uma atuação profissional, como estes outros dois segmentos. Identificou-se que são poucos os representantes que realizam uma interação “que ultrapasse os seus interesses e da sua entidade de origem, e assim alcance outras entidades que não possuem representação no CBH ou mesmo a sociedade de maneira mais ampla” (MEIER, 2016, p.200).

Como aspectos positivos, foi observado que os processos eleitorais neste CBH sempre ocorreram de forma transparente, com grande mobilização e a ampla experiência de alguns representantes em relação à bacia hidrográfica, e em relação a construção do CBH, entre outros aspectos (MEIER, 2016). Ademais, na pesquisa realizada por Meier (2016), o perfil dos representantes é semelhante ao perfil identificado na pesquisa de De Lima Trindade, já que em sua maioria possui formação de nível superior completa.

2.4.3 O estudo sobre a não-participação da organização da sociedade civil nas eleições do CBH do Rio São Francisco

O trabalho de Empinotti (2011) intitulado “Se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco”, estudou a questão da não participação da organização da sociedade civil nas eleições do CBH do São Francisco, para tratar do tema de participação em CBH. A autora corrobora com a ideia de que as discussões nos CBH’s são controladas por grupos mais organizados, com conhecimento técnico e um discurso sofisticado, e assim são privilegiados os representantes do Estado e do setor privado. A linguagem técnica é privilegiada por parecer ser mais objetiva e racional (EMPINOTTI, 2011).

Segundo Empinotti (2011) muitos estudos verificam que as pessoas participam quando há questões fáceis e rápidas a serem resolvidas, e que os “benefícios de participar nos organismos de bacia muitas vezes não compensam os custos materiais desse envolvimento (EMPINOTTI, 2011, p.199)”. O estudo de Empinotti teve como foco a retirada da ASA

(Articulação do Semiárido) do CBH São Francisco. A ASA é formada por organizações civis, ONG's, movimentos sociais, associações de pequenos produtores entre outras, como a *Cooperativa de Pequenos Produtores Agrícolas dos Bancos Comunitários de Sementes* (COPPABACS) com a Cáritas e o Grupo de Estudos Ambientais (GEAU) (EMPINOTTI, 2011).

A ASA coordenou o Programa *Um milhão de Cisternas* (PUMC) junto ao CBH São Francisco até o ano de 2005, quando se retirou deste CBH. As justificativas para que a ASA deixasse o CBH foram, conforme os entrevistados do estudo: a falta de repasse de informações entre representantes e suplentes; e a perpetuação de decisões centralizadas; as organizações da sociedade civil pertencentes a ASA revelaram ao estudo que não recebiam nenhum retorno de seus representantes no CBH (EMPINOTTI, 2011). Segundo o estudo, a falta de interação entre os representantes do CBH, seus suplentes e com outras organizações centralizaram as decisões deste CBH.

Também verificou que, quando os membros do CBH eram eleitos, não interagem mais com as organizações que os elegeram, e as organizações da sociedade civil não conseguiam mais levar suas demandas ao CBH para negociação. Para a ASA as discussões ficaram centralizadas no CBH, enquanto deveriam ser estendidas as outras organizações externas, ou que estavam fora de sua estrutura institucional (EMPINOTTI, 2011).

Conforme discorre Empinotti, no caso do CBH São Francisco, a informação é poder, e ela ocorre por meio de afiliação das instituições participativas. Para a autora o CBH se “tornou mais um espaço de concentração de poder, onde os representantes de usuários e organização da sociedade civil são lideranças antigas que já orbitavam em torno do Estado e faziam parte de instituições partidárias e setoriais já existentes (EMPINOTTI, 2011, p, 203)”.

Outro motivo para o desligamento da ASA do CBH foi a aprovação da transposição do São Francisco. Para esta organização o CBH não teve legitimidade e se mostrou frágil dentro do sistema de gestão, uma vez que a recomendação do CBHSF para a transposição era diferente da que foi autorizada. Desta forma, para a ASA continuar participando desta instituição é estar legitimando as ações do Governo, já que para eles o processo de negociação não ocorre como deveria, desmerecendo a característica deliberativa desta instituição (EMPINOTTI, 2011).

O estudo ressalta que o manejo dos recursos hídricos não ocorre somente nas instituições participativas formais, mas também por meio de parcerias entre Estado, órgãos e agências de fomento, como foi o caso da parceria entre a ASA e o PUMC, revelando que o Estado possui

estratégias multifacetadas. Para a autora, quando não leva em conta as decisões do CBH, o Estado transforma este ambiente em espaços de negociação não atraentes. Então, no caso da ASA, a falta de participação não é excludente, ao contrário, reflete estratégias de influenciar o Estado (EMPINOTTI, 2011).

A autora discute que parcerias diretas entre governo e sociedade civil muitas vezes são mais eficientes do que se estas participarem dos CBH's, ambiente em que terão que discutir com um número maior de atores, inclusive porque o processo no CBH dispense de tempo e recursos. Segundo a autora, “o trabalho e o envolvimento das populações difusas nas ações de melhoria do acesso à água são muito mais importantes do que convencer os membros do comitê a transformar essas práticas como parte do plano de bacia que orientará as ações do Estado no local” (EMPINOTTI, 2011, p, 206).

2.4.4 O Estudo “O Comitê de Bacia sob o olhar dos seus membros”

O estudo *O Comitê de Bacia sob o olhar dos seus membros*, realizado pelo projeto Marca d'Água, e que teve como redator Fidelman (2008) analisou 14 CBH's no ano de 2004. Os CBH's que participaram da pesquisa pertencem aos estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Entre outras coisas, a pesquisa identificou que a representação dos segmentos varia bastante entre os CBH's, pois apesar da recomendação da política federal, o que determina a quantidade de representantes são as constituições estaduais. Segundo o estudo, “há casos (...) em que os atores com poder político se recusam a se engajar em processos deliberativos participativos, pois não necessitam deles para ter seus interesses contemplados no processo de tomada de decisão (FILDEMAN, 2008). A falta de condição (recursos financeiros, organizacionais) para a participação dos atores no CBH também foi apontada como possível entrave. O estudo observou que, apesar da sociedade civil ser atuante nos CBH's, predomina as elites nas negociações do CBH.

O perfil dos participantes dos CBH's estudados são semelhantes em todas as regiões, e são semelhantes às pesquisas anteriormente apresentadas na presente seção, destacando-se o alto nível de escolaridade dos membros do CBH. Um dado interessante da pesquisa é de que grande parte dos representantes dos CBH's pesquisados apontaram atuar no setor público, mesmo sendo dos segmentos usuários e sociedade civil, sendo predominante o setor público

nos CBH's, mas que não representam necessariamente o segmento do setor público (FILDEMAN, 2008).

A pesquisa identificou também que: a maioria dos membros dos CBH's não consideram a articulação política como característica individual importante no CBH, embora os CBH's tenham exercido sua articulação política no sentido de estabelecer apoio interno e externo; grande parte dos membros valorizam o conhecimento técnico; o uso do conhecimento técnico científico, para a maioria dos entrevistados, facilita o processo de tomada de decisão e para os membros dos CBH's que participaram da pesquisa a informação está disponível e acessível, porém com limitações de acessibilidade e disponibilidade (FILDEMAN, 2008).

Sobre o processo de participação, a pesquisa identificou que: o nível de participação pode ser considerado alto em razão da frequência dos membros nas plenárias, com poucas ausências; a maioria declarou que fala e se manifesta nas plenárias; a maior dificuldade para participar das plenárias é a falta de tempo, seguida de distância e tempo com viagem, e custo de transporte, sendo este último mais indicado pela sociedade civil e usuários de pequeno porte; custos do segmento de usuários e de público são cobertos pelas instituições e empresas, enquanto custos da sociedade civil são pessoais; a maior parte dos entrevistados afirmou ter dedicação entre dois a cinco dias por mês; e a atividade que mais aparece é a facilitação de negociação entre os membros (FILDEMAN, 2008).

No estudo, a maior parte dos membros avaliaram o processo decisório como sendo democrático, e que os membros se sentem à vontade para expressar livremente suas opiniões. Para a formulação das pautas, existem instâncias com maior ou menor influência dentro do próprio CBH. O maior entrave para a desigualdade no processo decisório é o conhecimento técnico. Um entrave a ser superado, segundo o estudo é a falta de confiança nos membros que representam o poder público (FILDEMAN, 2008).

Com relação à representação das instituições, a pesquisa observou que: a maior parte dos membros tomam decisões com base em conhecimento ou opinião pessoal; o contato dos membros com suas instituições na maioria das vezes se dá informalmente; a maior parte entende que o modelo de gestão da água é muito bom; e que os problemas mais importantes estão sendo tratados pelo CBH. A principal dificuldade do CBH para os entrevistados é a falta de recursos financeiros (FILDEMAN, 2008).

Destaca-se, na conclusão do estudo, que alguns desafios para os CBH's estão relacionados ao “estabelecimento de participação inclusiva e representação responsável,

transferência de autoridade de decisão significativa aos comitês, apoio financeiro, técnico e administrativo para assegurar o funcionamento dos comitês e implementação de suas decisões, entre outros” (FILDEMAN, 2008, p 52), estando relacionados a contextos institucionais mais amplos e falta de apoio institucional, como apoio e reconhecimento por parte dos órgãos gestores.

2.4.5 Considerações sobre os estudos

Embora realizados em contextos diferenciados, no tempo e espaço, os estudos apresentados possuem desafios, que são persistentes, e que interferem no processo participativo e representativo na gestão dos recursos hídricos. Em grande medida estes desafios estão relacionados a não implementação da PNRH e sobretudo dos seus instrumentos de gestão e às relações [truncadas] que são estabelecidas, entre os segmentos, no CBH, e deste com o Estado.

Estão entre os desafios mais comuns: a falta de repasse de informações entre membros do CBH; o tamanho e formulação das pautas; a representação e representatividade efetiva dos membros; a centralização das decisões em alguns segmentos dentro do CBH; a falta de recursos, entre outros, e que também vão de acordo com os resultados do presente estudo. Uma questão de destaque, que foi apontada por todos os estudos observados, trata da não legitimação do poder deliberativo do CBH, frente a outras organizações do Estado, para que este tenha autonomia na resolução de conflitos.

Por outro lado, algumas possibilidades, quando consideradas e aplicadas pelo CBH decorrem em avanços importantes para o processo participativo e representativo, como: as alternativas de negociação, pactuações e transparência no processo deliberativo; a conformidade com a legislação nacional de recursos hídricos em relação à composição do CBH; os projetos e ações que promovem capacitação e educação ambiental e sobre o próprio CBH; outras possibilidades de parcerias entre CBH, Estado e alternativas organizacionais; e adequação das pautas às prioridades da bacia hidrográfica.

Ademais, tanto os desafios, quanto as possibilidades, relativas à representação e participação não são pontuais ou exclusivas de um único CBH ou de uma única bacia hidrográfica, mas são comuns e ocupam, há tempos, um importante espaço da gestão. Por isso, se faz necessária uma nova abordagem para compreender estes processos no CBH, que abarque

os entraves, as lacunas e os caminhos possíveis para a gestão descentralizada, integrada e participativa da água e dos recursos hídricos.

CAPÍTULO 3 - O TERRITÓRIO DA GESTÃO DA ÁGUA E DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

3.1 Fundamentação Teórica: sobre o conceito de Território

Um conceito que deve ser considerado para se compreender a gestão dos recursos hídricos no Brasil é o conceito de Território. Compreender este conceito é fundamental para entender que a gestão dos recursos hídricos está associada à bacia hidrográfica. Mas, o conceito de território abrange diversos significados, que estão relacionados com transformações históricas e sociais.

A palavra território provém do latín *territorium*, que significa pedaço de terra apropriado. Contudo, é possível identificar também a presença do sentido do conceito bem antes do calendário cristão, nas dinastias chinesas. Como exemplo, a palavra território é utilizada diversas vezes nas traduções dos manuscritos da *Arte da Guerra*, de Sun-Tzu. Nesse período o território era visto como uma área que poderia ser controlada.

Algumas citações sugerem que o conceito de território, embora não utilizado literalmente, está em formação desde o século V por conta dos limites dos feudos europeus, ou nos patriarcados, e como forma de dominação de determinada área. Posteriormente, no século XVI a principal relação que se faz do conceito é com a conquista de novos territórios ao longo do período das Grandes Navegações, e as riquezas geradas e dominadas que inclusive transformavam a identidade cultural dos povos colonizados.

Nos séculos do século XVIII e XIX, e segundo Capel (2016), as primeiras definições que são encontradas em dicionários, davam ênfase ao aspecto jurisdicional do conceito, discorrendo que o território era um espaço de terra que dependia de uma jurisdição, e uma porção da superfície terrestre que pertencia a uma nação, região ou província. O autor também discorre sobre a importância do território à ecologia, desde o século XIX, como o lugar da territorialidade dos grupos de animais.

Ainda no século XIX, com Ratzel, o conceito de território foi disseminado e incorporado pela ciência geográfica, em meio ao processo de unificação da Alemanha e por conta da necessidade de anexar novos territórios. Neste período, o território representava as condições de trabalho e a existência da própria sociedade. O território também estava vinculado a apropriação do espaço por determinado grupo (CORRÊA, 2000) e o espaço por sua vez era a

base para vida do homem. A perda de território seria a prova da decadência da organização de uma sociedade, e o progresso da sociedade estaria vinculado automaticamente com o aumento do território, logo era fundamental a conquista de novas áreas para dar solidez ao Estado (MORAES, 1997).

Então, o conceito de território foi se modificando à medida que ocorriam as transformações do XX, e com a reconfiguração da economia e política entre guerras e depois em um mundo polarizado de disputa tecnológica. O século XX foi marcado pelo planejamento econômico estatal que pressupunha o planejamento e ordenamento territorial advindo de uma necessidade elitista, com um grau elevado de sofisticação estatística, computacional e pragmática e/ou modelística⁴⁰. O conceito de território, considerando esse período, remete-se ao espaço apropriado e planejado (MORAES, 1997).

Por outro lado, o ordenamento territorial também pode contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. O planejamento e ordenamento territorial avançou pelo século XXI, principalmente para contribuir com a soberania econômica dos Estados. Para Capel (2016), é preciso considerar o planejamento e ordenamento para além das questões meramente econômicas. Faz-se necessário integrar os dinamismos territoriais, os recursos disponíveis, as necessidades das pessoas, os objetivos para uma maior equidade, as comunidades locais a favor de um desenvolvimento sustentável.

Os planos de bacia hidrográfica parecem seguir, em sua elaboração, os processos de planejamento territorial pragmáticos do século XX, pois tratam de um conjunto de diagnósticos específicos de determinada área sobrepostos, ou muitas vezes não sobrepostos, com alto grau de sofisticação dada pelo geoprocessamento. A sua funcionalidade positiva se dará na forma como é discutido, elaborado e utilizado.

Capel (2016) traz uma análise dos ODM's de 2015 com relação ao ordenamento do território refletindo que, o objetivo 6 [que está relacionado ao presente estudo] que tem como meta garantir a disponibilidade de água e a gestão sustentável da água e saneamento para todos, depende de uma política territorial, pois supõem a criação de infraestruturas adequadas.

⁴⁰ O termo vem da geografia sistêmica pragmática de Berri, de um nível genérico de análise em que modelos seriam representações das “estruturas fundamentais da organização do espaço” em que basicamente “o investigador deve preencher itens do modelo assumido com os dados da realidade, assim como introduzir variáveis próprias do local estudado. A articulação, feita por um programa, fornecerá resultados de padrões e tendências”, que expressam um grande nível de generalidades. O pesquisador insere novas variáveis e assim por diante, orientando as ações e estratégias a serem adotadas (MORAES, 1997).

Também no século XX, após a década de 80, novas concepções são somadas ao conceito de território que passa a ser mais amplamente utilizado, conforme o caráter disciplinar da definição. Para as Ciências Políticas, o território é definido como o espaço dominado por uma estrutura de poder ou grupo social. A sociologia frequentemente usa o termo como um espaço administrativo e político. Outros autores e disciplinas consideram território como sendo o espaço transformado pela ação humana, ou como sendo a interface entre natureza e cultura (CAPEL, 2016). Capel (2016) discorre que o território implica limites e fronteiras, dentro e fora, o que gera processos de inclusão e exclusão, e que a partir dos anos 80 se converteu em um conceito da geografia política, por conta das relações de poder que envolvem o conceito.

Uma outra concepção da geografia social para se compreender o conceito de território, e que tem sua base na percepção e na teoria comportamental, atribui ao território a valorização subjetiva e a consciência do espaço vivenciado (MORAES, 1997) e que remete ao espaço percebido, ou espaço vivido. O território passa a ser considerado como um produto social, que se converte em espaço vivido, modelado pelo homem em função de suas necessidades. Nesta concepção, o território é compreendido como uma construção social com elementos simbólicos criados pelo homem, mas que possuem identidades (CAPEL, 2016).

Para a antropologia, o conceito de território está atrelado ao signo que é compreensível a partir dos códigos culturais a que está inscrito, e por isso a disciplina tem o interesse em estudar os territórios de sociedade primitivas, nômades, minorias e outros grupos sociais (CAPEL, 2016). Segundo Capel (2016), a antropologia comumente utiliza os conceitos de territorialização e territorialidade. Capel remete a autora Nate Cruz (2010) para definir territorialização como a estratégia usada para delimitar um território, e territorialidade como a produção prática discursiva do território através da econômica, religião, processos políticos, entre outros.

Avançando para a proposta de uma nova geografia, Bertrand (2009) propõe a ferramenta GTP para tentar aproximar e inter-relacionar o que ele denomina de categorias de análises do ambiente na gestão ambiental. A GTP- Geossistema, Território e Paisagem- contribui para elucidar estes conceitos, e pensar nas relações entre território e bacia hidrográfica, sob este ponto de vista. O autor, para falar da importância do território para a geografia e para outras ciências, chama a atenção que, é preciso considerar as relações antrópicas que interferem no ambiente. Assim, o conceito de território começaria a se formar a partir do trinômio de subsistemas: o antrópico, o biótico e o abiótico. Partindo desta ressalva, define território, em

linhas gerais, como sendo “espaço geográfico produzido e vivido pelas sociedades sucessivas” (BERTRAND, 2009, p.146).

O geossistema é o tempo da natureza antropizada. Por exemplo, o tempo de uma fonte de água, das características bio-físico-químicas dessa água e dos seus ritmos hidrológicos. O território é o tempo do social, do econômico, do mercado, que se traduz no tempo da gestão, da redistribuição, ou, por exemplo, da poluição e despoluição de um curso de água. A paisagem é o aspecto cultural, do patrimônio, da identidade e das representações. Por exemplo é o retorno às simbologias da água, do mito e da percepção de rios e lugares (BERTRAND, 2009).

Capel (2016) discorre que, com a globalização após a década de 90, o conceito de território ganhou novas conotações. Para alguns autores, o conceito vem perdendo o sentido, pois não consegue abarcar as novas relações do capital, relações em rede, os espaços locais e identidades múltiplas.

Por outro lado, muitos autores tem a visão justamente oposta, de que o território é um conceito que permite o estudo das novas realidades do mundo social. Para alguns autores, o Território pode ser formado por espaços contíguos e por lugares em rede, e tornou-se uma das referências que explicam as transformações no espaço correspondentes à era da globalização e pós-modernidade. Neste sentido, discorre Capel, “el territorio se propone así como un eje a partir del cual podrían plantearse adecuadamente ciertos problemas y estimular la colaboración interdisciplinaria” (CAPEL, 2016, p.15).

Este autor discorre que no território está inscrita “la historia: en el medio físico la historia de la Tierra, en el medio humanizado la historia de la Humanidad. El territorio está construido por el tiempo, pero a escalas temporales diferentes: tiempos de la naturaleza, y tiempos de los hombres” (CAPEL, 2016, p. 16).

Para o geógrafo Souza (2000) o território é construído e desconstruído em diferentes escalas temporais, e não está necessariamente e exclusivamente associado a figura do Estado, e a partir das escalas temporais o autor fala em territorialidades, inclusive com atributos cíclicos, de alta sazonalidade, estáveis e instáveis. Conclui o autor que todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações [variadas] de poder é um território (SOUZA, 2000).

Diante da breve apresentação sobre o conceito de território, no presente estudo assume-se a seguinte linha de raciocínio: o território pode ser compreendido como uma área, constituído de diferentes escalas, inclusive temporais, configurado pelas relações de poder que se dão nos

processos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais e a inter-relação entre estes processos.

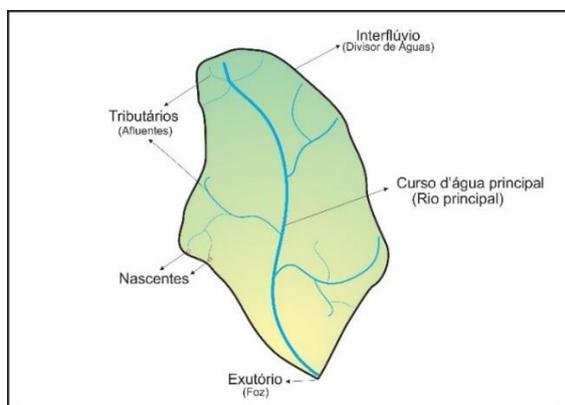
Considerando a gestão da água e dos recursos hídricos, o território da bacia hidrográfica ocupa um papel central integrador, como espaço de uso e ação política, e base para o planejamento e discussões. Partindo da abordagem adotada, no presente estudo, para o conceito de território, e este como sendo a bacia hidrográfica, é possível inferir que a sua concepção pode facilitar as discussões e pactuações que ocorrem no CBH, considerando a representação dos segmentos e o processo participativo.

3.2 A Bacia Hidrográfica como unidade territorial da gestão da água e dos recursos hídricos

A definição clássica de bacia hidrográfica é de que esta é “uma área de captação de água de precipitação, demarcada por divisores topográficos⁴¹, onde toda a água captada converge para um único ponto de saída, o exutório [parte que está na área de menor altitude]”, (Karmann, 2000. p.102) por meio do escoamento superficial (que inclui os cursos d’água) e escoamento subterrâneo. Então, a água segue das partes mais altas do relevo para as partes mais baixas.

Os cursos d’água (rios, córregos, ribeirões), que são responsáveis pelo escoamento superficial, constituem a rede de drenagem. A bacia é delimitada a partir do curso de água principal, seguido por seus afluentes ou tributários. Para exemplificar visualmente o conceito clássico de bacia hidrográfica, propõe-se a figura 4.

Figura 4. Representação clássica de Bacia Hidrográfica



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

⁴¹ Divisores topográficos: áreas com maior elevação no terreno. Áreas mais altas do terreno.

Esta é uma definição essencialmente física, que leva em consideração o ambiente natural, e por enquanto, sem a influência da ação antrópica. Nesta definição considera-se um sistema físico, onde é possível quantificar o ciclo hidrológico. O ciclo hidrológico é composto de precipitação meteórica, evapotranspiração, intercepção, infiltração e escoamento superficial (KARMANN, 2000).

Sob determinado ponto de vista, toda atividade humana, de produção econômica e social, ocorre dentro de uma bacia hidrográfica (ROMERA E SILVA, 2003), uma vez que todas as áreas do globo terrestre podem ser delimitadas por divisores de água, com uma rede de drenagem, mesmo no caso de rios intermitentes. Romera e Silva (2003) discorre que a bacia hidrográfica é o sistema produtor da água dos rios, é a área que contribui para um rio.

Nas palavras de Porto e Porto (2008) “pode-se dizer que, no seu exutório [referindo-se a parte componente da bacia hidrográfica], estarão representados todos os processos que fazem parte do seu sistema. O que ali ocorre é consequência das formas de ocupação do território e da utilização das águas que para ali convergem” (PORTO; PORTO, 2008, p.45). Com base em uma reflexão feita por Ribeiro (2012), acrescenta-se que nas bacias hidrográficas também estão expressas as formas políticas de gerir e exercer a soberania do território.

Sugere a comunidade internacional, sobretudo após a década de 70, que a gestão da água e dos recursos hídricos deve ser feita na escala da bacia hidrográfica, porém os argumentos para justificar a adoção da bacia hidrográfica na gestão são diversos. Frank (2010) infere que a gestão integrada por bacias hidrográficas pode ser aplicada à gestão de diferentes elementos do sistema hídrico, considerando a terra e a água, o sistema ambiental, o social e o econômico. Esta abordagem vem ganhando força principalmente depois dos princípios de Dublin e da Agenda 21 (FRANK, 2010; PORTO; PORTO, 2008). Os autores também partem do princípio que a bacia hidrográfica é um sistema complexo de análise.

Para Granziera (2014) adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão trata-se de admitir que uma série de normas ambientais, de proteção e gestão, devem ser compreendidas e aplicadas de modo integrado. Carpi Junior, Leal e Diebeso (2012) discorrem que o recorte da bacia hidrográfica para a gestão dos recursos hídricos promove a possibilidade de mobilização social em defesa da água, considerando o planejamento e gerenciamento tanto da água como da bacia hidrográfica como um todo.

Abers e Keck (2017) mencionam que, no caso brasileiro, existiram dois pontos importantes que geraram discórdias nas discussões que definiram a bacia hidrográfica como

unidade de gestão da água no país. Um ponto foi referente aos objetivos e o outro estava relacionado a definição dos limites de autoridade, na escala da bacia hidrográfica.

Com relação a problemática que envolveu a definição dos objetivos podem ser delimitados, segundo as autoras, dois pontos de vista. O primeiro que vem da engenharia sanitária tradicional, e que tem o seu foco principal as grandes obras hidráulicas. Sob este ponto de vista, utilizar a escala da bacia hidrográfica, como uma delimitação de território para gestão, teria o objetivo de integrar principalmente os setores de saneamento, irrigação e de energia elétrica. Desta forma atores importantes estariam envolvidos na gestão da água (ABERS; KECK, 2017).

O segundo ponto de vista defende que a bacia hidrográfica como unidade de gestão traria a concepção holística da gestão. Nesta visão estaria integrada a gestão ambiental, o ciclo hidrológico, como também o solo, as relações sociais e econômicas contidas na bacia, por fim todos os atores inseridos nesta bacia e as relações com o meio natural que ali estariam estabelecidas (ABERS; KECK, 2017).

Sobre a questão da autoridade política na bacia hidrográfica, as autoras discorrem que a adoção da bacia hidrográfica no início tinha um caráter quase que exclusivamente técnico, já que era preciso equilibrar a quantidade da água entre os usuários e as ações que impactavam na qualidade da água. E neste sentido a discussão trazia um embate de quem ou quais atores, dentro da bacia, teriam autoridade política para realizar a gestão.

Então, a adoção da bacia hidrográfica como unidade [territorial] de gestão dos recursos hídricos foi adotada legalmente para todo território nacional na década de 90 pela PNRH, em um palco de discussões bastante controverso, composto de opiniões divergentes, entre técnicos especialistas, engenheiros, ambientalistas, acadêmicos e políticos, sobre quais deveriam ser principais objetivos e de como deveria ser realizada a gestão nesta unidade territorial. De qualquer maneira, delimitar a escala da bacia hidrográfica para gestão da água, e entender que, nesta área ocorrerão conflitos, processos sociais e econômicos, relações e disputas de poder, é entender que esta área pode ser compreendida como um território de gestão, onde não há mera sobreposição de elementos ou atributos (sociais, econômicos, ambientais e outros), mas sim, que existem processos complexos entre estes.

Ao adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão são lançados alguns desafios importantes para serem resolvidos CBH's, que deverão considerar diversos aspectos

na elaboração do plano, resolução de conflitos e discussão dos instrumentos de gestão conforme mencionado anteriormente. Na sequência serão elencados alguns destes desafios.

Um primeiro desafio que pode ser mencionado refere-se à questão da integração das águas subterrâneas na gestão, uma vez que os aquíferos não correspondem necessariamente a área delimitada de uma bacia hidrográfica. Como exemplo está o Sistema Aquífero Guarani (SAG) que se destaca dentre os principais reservatórios de água subterrânea do mundo.

O SAG trata-se de um extenso conjunto de estratos rochosos com características aquíferas, presente no subsolo de quatro países da América Latina: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, totalizando uma área de 1.087.879 Km² (OEA, 2009), sendo que a maior porção está situada em território brasileiro, englobando os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e diversas bacias hidrográficas. Então, permanece uma dificuldade de fazer uma gestão verdadeiramente integrada, e que compreenda todo o ciclo hidrológico, inclusive o das águas subterrâneas.

Outro desafio é referente à escala das bacias hidrográficas e as possíveis compartimentações desta bacia e área de atuação dos CBH's conforme determina a PNRH. A título de exemplo pode ser citado o rio Tietê, no estado de São Paulo. Neste caso, a bacia do rio Tietê foi compartimentada em seis Unidades de Gestão de Recursos Hídricos, de montante para a jusante e para cada unidade foi implementado um CBH. Então, não é feita a gestão da bacia hidrográfica do rio Tietê como um todo, mas sim, de forma compartimentada entre o alto, médio e baixo curso desse rio e suas subbacias principais. Até aqui, parece não existir um grande desafio.

Para perceber o desafio é necessário retomar o conceito de bacia hidrográfica com a proposição da seguinte situação: a água captada na região à montante segue principalmente para o curso principal da bacia que é o rio Tietê, que por sua vez passa pelas áreas das unidades compartimentadas e recebe mais água. E assim é até esse rio chegar a sua jusante. Agrega-se a situação o fato de que a gestão é feita sobretudo nos CBH's, conforme já explicado anteriormente neste estudo. Partindo do exemplo, é possível aferir que se não ocorrer a gestão integrada, horizontalmente entre os seis CBH's que gerem as unidades compartimentadas do rio Tietê, haverá um "efeito dominó" na questão da quantidade e qualidade da água nesse rio.

A fim de detalhar a situação apontada, toma-se de exemplo a cidade de Salto. Esta cidade foi estabelecida às margens do rio Tietê, o que trouxe para o município avanço

econômico e reconhecimento, inclusive por conta do turismo que se fazia nessa cidade voltado a visitação do salto que o rio Tietê da nas rochas graníticas, em frente a área central da cidade.

Salto recebe as  guas que passaram pela área de drenagem da RMSP e outros municípios, compartimento gerenciado pelo CBH do Alto Tietê. Chegam à cidade com grau de poluição muito elevado em determinadas épocas do ano, corroendo a pavimenta o das calçadas e espalhando espumas tóxicas no ar. Em Salto a gestão é feita pelo CBH Sorocaba Médio Tietê. Dali, as águas seguem para o território gerido pelo CBH Tietê Jacaré, ainda com alto grau de poluição, passa pelo território gerido pelo CBH Tietê Batalha até chegar ao território do CBH Baixo Tietê. Em suma, todos estes CBH's necessitam coordenar as a es de gestão a fim de que a qualidade da água deste rio apresente melhora frente a critérios e metas estabelecidos conjuntamente.

Em bacias hidrográficas formadas por rios de domínio da União, a situa o é semelhante. A exemplo está a bacia hidrográfica do Rio Grande, que tem sua gestão feita pelo CBH Grande, e que deve ser integrada e compartilhada entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e União.

Outro desafio que pode ser elencado é a gestão de bacias hidrográficas com trechos de rios transfronteiriços, como por exemplo a Bacia Hidrográfica Amazônica. Ribeiro (2012) remete ao exemplo dos cursos de água transfronteiriços para discorrer que as a es que ocorrem sobre a água em países que estão à montante de determinada bacia irão interferir nas  guas que estão nos países   jusante desta bacia. E que neste caso, para evitar abusos da soberania de cada país envolvido,   necessário um trabalho em grupo, envolvendo representantes dos respectivos países nas negocia es.

Além disso, e segundo Ribeiro (2015), existem tensões nestas bacias que se dão em função dos usos múltiplos dos recursos hídricos, características físicas dos países e das bacias, rela es de poder entre as partes envolvidas, e para o autor cabe aos Estados minimizar as tensões.

Na realidade, este exemplo também pode ser espelhado para os outros domínios da água, em bacias estaduais considerando as disputas municipais que ali irão ocorrer, ou bacias interestaduais, considerando disputas estaduais mediadas pela União.

No entanto, por envolverem Estados distintos, as rela es de poder talvez sejam mais complexas do que as que ocorrem em bacias estaduais ou interestaduais. As rela es internacionais são pautadas por rela es e políticas de poder, implicando nas estratégias de cada

Estado para a gestão dos recursos hídricos, estratégias de interação de cada parte, táticas, capacidades materiais, bélicas, científicas e tecnológicas, forma de governo, entre outras (RIBEIRO, 2015).

Mas, assim como em bacias estaduais e interestaduais, a cooperação [representação e processo participativo] entre diversos atores e governos para criar uma interação para-diplomática é fundamental para a gestão (RIBEIRO, 2015). Ribeiro (2015) sugere que este quadro de cooperação permite o “ir e vir” sobre a água e que pode gerar resultados interessantes inclusive para os atores.

Algumas alternativas organizacionais, ou modelos institucionais de gestão da água que estão sendo utilizados no Brasil e mencionados anteriormente neste estudo não adotam necessariamente a bacia hidrográfica como unidade de gestão. Inclusive, não adotar a bacia hidrográfica é uma opção sugerida pela ANA para esses outros modelos de gestão. Nesses modelos, como consórcios municipais ou associações, o território de gestão varia conforme a finalidade, podendo ou não ter como base a bacia hidrográfica ou sub bacia (ANA, 2013). Esses modelos têm função consultiva ou executiva da gestão, e não possuem caráter deliberativo, diferentemente dos ambientes institucionalizados dos CBH's que possuem o caráter deliberativo.

Frisa-se que embora seja possível aferir que a criação de novos arranjos organizacionais é um fator positivo para a representação dos segmentos e para a abertura da participação, sobretudo popular, na gestão dos recursos hídricos, a possibilidade de não adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão acarreta outros desafios, como efetivar os instrumentos de gestão para esses modelos e deliberar sobre a gestão, uma vez que os instrumentos e o sistema de gestão dos recursos hídricos, instituídos pela PNRH, foram pensados tendo como base a bacia hidrográfica.

A justificativa, dada pela ANA (2013), para que se adote outros modelos de gestão, é de que a lógica da bacia hidrográfica não é a mesma lógica que existe no planejamento de unidades políticas administrativas como por exemplo o planejamento urbano, e por isso a população tem dificuldades em reconhecer e identificar a bacia hidrográfica como território de gestão. Além disso, a ANA (2013) também justifica a adoção de outros modelos para a gestão argumentando que territórios [bacias hidrográficas] de grandes extensões dificultam a criação da identidade para a participação social, ficando comprometidos estes aspectos.

Esta justificativa esbarra na gestão das águas de bacias transfronteiriças que possuem grandes territórios para gestão, e pode ser um argumento facilmente invalidado sob o ponto de vista de que a criação de identidade e participação não está atrelada a um determinado tamanho de território ou a uma escala específica, mas está à maneira pela qual o Estado conduz suas políticas públicas e processo educacional.

Discorre também a ANA (2013) que “há situações específicas, como a escassez de água no semiárido, que demandam negociações diferenciadas, dificilmente atendidas na lógica das bacias, ou mesmo, formas de organização e desafios que requerem diálogo com outras políticas públicas como regiões metropolitanas, unidades de conservação, regiões transfronteiriças, etc” (ANA, 2013. p 16).

No Projeto Legado, realizado pela ANA em 2017, foi sugerido como desafio a ser superado para a gestão de recursos hídricos a adoção da bacia hidrográfica como unidade básica de gestão, e a sugestão dada no documento, em um esforço para sanar o desafio, é de que a implantação dos CBH's possa ser feita em diferentes recortes geográficos, que não necessariamente a bacia hidrográfica, por conta das especificidades regionais, sobretudo da região norte e centro-oeste do país, incluindo, por exemplo, o recorte por áreas em situação de conflitos.

Frank (2010) recorre a autores como Turton (2007), Watson (2004) e Tucci (2006) para discorrer sobre os desafios que existem para se fazer a gestão integrada por bacias hidrográficas. Em todos os exemplos trazidos pela autora, nota-se a preocupação em superar a predominância do conceito de bacia como um sistema complexo de elementos apenas sobrepostos. Os autores partem desta ideia para propor alguns marcos conceituais para a resolução de problemas, como por exemplo, a colaboração entre instituições de gestão (proposta por Watson, 2004)⁴², ou a proposta de uma modelo de triálogo da governança (proposto por Tourton, 2007)⁴³.

Em resumo, muitos autores e projetos entendem a bacia hidrográfica como um sistema complexo, ou como um sistema de sobreposições de categorias analíticas. Ainda é possível arriscar que, a própria visão holística da bacia hidrográfica conforme discorreram Abers e Keck (2017), que se propagou sobretudo após a década de 70, enxerga os elementos da bacia hidrográfica primeiro fragmentados, para posteriormente integrá-los.

⁴² A colaboração inclui as etapas de definição do problema, definição da direção a ser seguida, estruturação, produtos e resultados (Frank, 2010).

⁴³ Sobre o triálogo da governança, Frank (2010) discorre as discussões remetem a dois aspectos: a bacia hidrográfica em si e aos atores sociais nela envolvidos, seus papéis e seu gradativo envolvimento com a tarefa da gestão (processo colaborativo).

Esta noção fragmentada da bacia hidrográfica, que como visto anteriormente neste estudo surge no período da guerra fria em uma geografia pragmática modelística, deve ser ultrapassada por uma visão de construção processual do território, que considera as inter-relações entre Estado e sociedade, inclusive pelo simples fato de entender que as atividades humanas (sociais, econômicas, políticas) sempre podem ser vistas pelo olhar de que estão acontecendo em uma bacia hidrográfica.

A maneira de compreender a bacia hidrográfica como sendo um recorte territorial em que ocorrem processos de negociação entre poder público e sociedade, contribui para enfrentar os desafios apresentados para a gestão da água e dos recursos hídricos. Frisa-se que a bacia hidrográfica deve ser compreendida como um território dinâmico, que está em constante construção a partir dos processos físicos naturais, sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos.

Uma outra dificuldade para se adotar a bacia hidrográfica como unidade territorial diz respeito à organização política e administrativa da federação brasileira, especialmente em relação as competências dos estados, municípios e União, todos autônomos em relação a administração pública (ANA, 2017a). Quando se adota a bacia hidrográfica como unidade para implementação da PNRH, os entes federativos devem integrar e ou adequar suas ações, legislações e planos à gestão integrada dos recursos hídricos neste território, e vice e versa.

Mas o fato principal é de que é preciso se considerar que a bacia hidrográfica facilita a gestão dos recursos hídricos pois é por excelência a unidade geográfica para estudo de rede de drenagem por onde escoar a água, e integra a gestão da água e o gerenciamento dos recursos hídricos. Porém, não é o simples fato de se adotar a bacia hidrográfica como território de gestão, que a gestão será integrada. Ressalta-se que a integração na gestão dos recursos hídricos está nas inter-relações que devem ocorrer entre os entes federativos e representantes dos segmentos nos ambientes representativos e participativos de gestão, assunto da discussão da próxima seção do presente estudo.

Ainda é preciso somar à discussão que a delimitação do território da Bacia Hidrográfica deverá ser realizada ponderando caso a caso, conforme contextos locais, regionais, estaduais e nacionais – levando em consideração características físicas, econômicas e culturais –, existindo, assim, delimitações de bacias de domínios e escalas diferenciadas (BRASIL, 1997).

Vale ressaltar que, apesar da discussão em torno da bacia hidrográfica como unidade territorial da gestão dos recursos hídricos, a Lei das Águas prevê que a abrangência territorial

de um comitê é a totalidade de uma bacia hidrográfica, sub-bacia de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributários desse tributário, ou, ainda, um grupo de bacias ou sub-bacias contíguas. Além disso, a Lei prevê que sejam criados comitês somente em bacias de rios até a 3ª ordem (ANA, 2013). Ademais, frisa-se que os CBH's são instâncias institucionais essenciais da gestão que é realizada no âmbito da bacia hidrográfica.

3.3 Quem são os atores na gestão da água e dos recursos hídricos?

Ao adotar a bacia hidrográfica como a unidade territorial para a gestão da água e dos recursos hídricos, é necessário compreender que existem diversos atores que participam desta gestão, em relações políticas que ocorrem em negociações horizontais e verticais, e que muitas vezes estão em situações conflitantes, com objetivos conflitantes, como por exemplo, os usos múltiplos que disputam os recursos hídricos.

Quando a gestão dos recursos hídricos é estabelecida pelo limite territorial da bacia hidrográfica pela PNRH a todos os estados da federação, a instância principal de gestão que deve ser observada é o CBH, ambiente das discussões [e disputas] políticas que ocorrem por meio da representação da sociedade e do Estado a partir das relações verticais e horizontais, que têm como principal objetivo dirimir conflitos.

Nas relações verticais estão os entes federativos, representados pelo poder público federal, estadual e municipal. Nas relações horizontais estão os segmentos da sociedade civil organizada, dos usuários de água e o poder público. A intersecção principal que ocorre entre a horizontalidade e a verticalidade da gestão é dada pelo poder público, que também são os representantes dos entes federativos.

Nestas instâncias colegiadas (CBH's), o ente federal é representado pelo poder público executivo, normalmente por representantes de ministérios como o do meio ambiente, o ministério da justiça, da integração nacional e no caso de CBH's que estão nas áreas de terras indígenas, por representantes da FUNAI. O ente estadual é representado, normalmente, por representantes do poder público estadual de secretarias relacionadas à gestão de recursos hídricos, institutos ambientais estaduais, órgãos gestores dos recursos hídricos dos estados, órgãos de licenciamento ambiental, policia ambiental estadual entre outros órgãos e instituições estaduais. O ente municipal é representado pelo poder público executivo neste âmbito, como prefeitos (ou seus assessores), consórcios intermunicipais e por secretarias municipais.

Portanto, é possível se fazer uma primeira consideração de que a política de gestão dos recursos hídricos implantada no Brasil, na década de 90, é uma política descentralizada, uma vez que considera os três entes federativos na gestão na escala das bacias hidrográficas, por meio dos CBH's. Muito embora, considerar os três entes federativos já tornaria a política descentralizada do poder público federal.

Conforme discorrem Pereira e Johnsson (2005) o movimento realizado no Brasil após a Constituição de 1988, e que se constitui no sentido de modificar os níveis centrais de decisão dos entes federativos na formulação e responsabilidades na implementação das políticas públicas, é o que se pode chamar de fenômeno da descentralização. A partir deste movimento novas relações de poder são articuladas entre os entes federativos, e entre estes com a sociedade.

Souza (2005) infere que o federalismo, descentralizado, implantado no Brasil, com a Constituição de 1988, é um triplo federalismo, pois considera os municípios como entes federados juntamente com o Estado, fruto de uma longa trajetória de autonomia municipal.

Para Abers (2017) são diversos os momentos do Brasil em relação aos ciclos de poder mais centralizados ou descentralizados que envolvem os entes federativos. Discorre a autora que, após 1988, os governos locais, estaduais e o governo federal dividem o poder em muitas áreas de políticas públicas, especialmente nas áreas ambientais, de forma praticamente obrigatória, como é o caso da política de recursos hídricos.

E adotar a escala da bacia hidrográfica reforça a descentralização pois além de considerar as relações entre os entes federativos, agregasse à gestão a descentralização territorial que trará outros atores à cena da política de recursos hídricos, e novas relações serão estabelecidas.

Quando se delimita um território para a gestão da água e dos recursos hídricos estão também sendo delimitados os atores que farão parte desta gestão naquele território e os atores que estão fora da unidade territorial, mas estão de alguma forma envolvidos na gestão. No caso de delimitar a bacia hidrográfica, ou sub-bacias, ou até bacias contíguas, qualquer escala que seja, deverão ser consideradas também as relações horizontais entre os segmentos que produzem, vivem, modificam e transformam esta bacia hidrográfica. Ou seja, os segmentos da sociedade civil (considerando os usuários de água) e do Estado que estão estabelecendo as relações de poder neste território e criando ambientes de negociação, por isso, é imprescindível identificar seus papéis básicos na gestão.

Neste sentido, espera-se que o segmento do poder público (Estado), nos âmbitos municipal, estadual e federal, atue como defensor ou articulador dos objetivos da política, como executor dos instrumentos de gestão, como articulador de políticas públicas em âmbitos e escalas diferentes de gestão, horizontalmente e verticalmente, pois assumem o papel tanto de entes federados, como de segmentos representados nos ambientes colegiados. Além disso, sendo segmento Estado, deve garantir a defesa das demandas da sociedade nas negociações.

Destaca-se a importância do poder público municipal na gestão participativa dos recursos hídricos, pois este representante do ente federativo municipal é o que está mais próximo da sociedade, considerando o nível do poder local na gestão. Além disso, ele deveria ser o principal articulador da política de recursos hídricos com política de uso e ocupação do solo, de escala municipal, por questões de competência legal. Outra articulação que pode ser promovida pelo município é com a gestão da água no que tange ao saneamento e abastecimento, já que é no nível municipal que estes serão discutidos e definidos.

Estas articulações são determinantes para se discutir os instrumentos de gestão, como a outorga, cobrança e o enquadramento dos corpos de água, uma vez que as atividades de uso e ocupação do solo, saneamento e abastecimento recaem diretamente no valor, quantidade e a qualidade da água.

Ainda considerando o município, é possível verificar também que há uma sobreposição de competência deste com o CBH, já que ao município está a competência de legislar sobre o uso e ocupação do solo e saneamento, e ao CBH está a de deliberar sobre a gestão de recursos hídricos. Tal situação justifica a posição de articulador deste ente na gestão.

O segmento da Sociedade Civil por sua vez, deve atuar para representar as demandas vindas da sociedade perante o Estado, por vezes pressionar o poder público para que ações efetivas na gestão de recursos hídricos sejam realizadas. Devem também articular a política de recursos hídricos com outras políticas, em especial a do meio ambiente, de educação e da saúde.

A sociedade civil também tem o importante papel de manter o processo de gestão participativo o que irá promover o incremento no processo de exercício da cidadania, atribuindo o valor às decisões coletivas nas etapas de gestão, até então de exclusivo envolvimento técnico. Além disso, está mais próxima, em teoria, da comunidade, e contribui substancialmente para a promoção da participação popular ampliada na gestão, e para a educação e campanhas de conservação e preservação da água. A sociedade civil normalmente será representada nos CBH's por associações, sindicatos, Universidades, Fundações Educacionais e organizações não

governamentais (ONG's).

O segmento dos usuários deve contribuir com o desenvolvimento de tecnologias para conservação e preservação dos recursos hídricos, colaborando para gerir de forma equilibrada os usos múltiplos com a qualidade quantidade de água. É um importante segmento que dá sustentabilidade financeira ao sistema de gestão, pois é cobrado pelo uso da água. Abers (2010), discorre que no campo de gestão da água o usuário “refere-se normalmente a empresas públicas [de capital privado] ou privadas, que captam, poluem ou de outra forma usam água bruta, aquela que ainda se encontra nos corpos naturais de água” (ABERS, 2010, p.13). Portanto, indivíduos que recebem água canalizada não são considerados usuários.

Os usuários, por utilizarem água bruta, estão sujeitos também ao instrumento de outorga dos recursos hídricos, que é concedida pelo poder público estadual. Conforme a Resolução CNRH nº 24, de 24 de maio de 2002, artigo 1º a outorga será dada para “a) abastecimento urbano, inclusive diluição de efluentes urbanos; b) indústria, captação e diluição de efluentes industriais; c) irrigação e uso agropecuário; d) hidroeletricidade; e) hidroviação; f) pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos” (BRASIL, 2002).

Então, este sistema descentralizado de gestão para os recursos hídricos abarca tanto as relações já estabelecidas pelo Estado em relação aos entes federados, quanto as negociações entre os segmentos que participam da gestão. Quando efetivo, é possível inferir que a sociedade acaba sendo representada de forma ampla, tanto pelas organizações civis por meio dos segmentos, quanto pelo próprio Estado. E todo este processo tendo como palco a bacia hidrográfica, que promove a unidade e integração na gestão da água e dos recursos hídricos.

Para Abers (2010), esse sistema que resulta desse tipo de construção institucional é complexo e diversificado. A sua característica principal são as intensas relações entre esta diversidade de atores e competências na gestão. Toda esta complexidade ocorre dentro do ambiente do CBH. A autora discorre que, este sistema muitas vezes não está promovendo uma gestão eficaz da água, pois não consegue lidar com os problemas institucionais, econômicos e políticos mais complexos (ABERS, 2010).

Estes problemas institucionais muitas vezes não estão relacionados diretamente com a gestão dos recursos hídricos, como por exemplo as capacidades estatais técnicas, administrativas para lidar com políticas públicas de uma forma geral. Ou, muitas vezes as soluções não são eficazes, pois a questão envolvida ultrapassa as competências das instituições do sistema de gestão dos recursos hídricos, como é o caso do investimento do Estado no setor

educacional e de saúde. Esta obrigação do Estado não diz respeito a política pública de recursos hídricos, embora possa ocorrer a contribuição transversal desta política no setor educacional e de saúde.

Outros desafios dizem respeito ao próprio avanço nos instrumentos de gestão da PNRH. O fato de que os instrumentos de gestão ainda não foram completamente implementados dificultam as negociações, a viabilização de recursos e o próprio processo de decisão e deliberação neste ambiente institucional do CBH.

Segundo Abers (2010), não adianta atores terem boas ideias [e projetos] para práticas de gestão sem mecanismos para a disseminação destas ideias. A autora debate que a construção de redes interpessoais entre atores locais de bacias hidrográficas viabiliza novas abordagens. E que a implementação de políticas de água mais eficazes depende em grande medida de lideranças comprometidas e com capacidade de viabilizar recursos locais (ABERS, 2010). Abers, em 2010, percebeu que, mesmo passados 13 anos da implantação da PNRH, os CBH's ainda discutiam como iriam mobilizar os atores para a gestão e, passavam muito tempo debatendo como seria o seu regimento interno para tratar da questão das representações.

Fato interessante demonstrado pela autora como resultado da pesquisa do Projeto Marca d'Água⁴⁴, é de que os atores envolvidos na gestão de recursos hídricos, que são representantes nos CBH's, conseguem mobilizar diversos recursos no processo decisório, e que esses atores são comprometidos e preparados para realizar os debates e as deliberações sobre recursos hídricos, e que o problema principal, e que é empecilho para o avanço da gestão, está locado no contexto institucional que limita as capacidades dos colegiados de utilizarem os recursos que os atores mobilizaram (ABERS, 2010).

A questão apresentada pela autora remete à um empecilho que se traduz na questão de competência e autonomia dos estados, ou em outras palavras, no princípio do federalismo brasileiro. Os estados possuem suas Constituições e legislações específicas para a gestão de recursos hídricos, que são muitas vezes conflitantes entre si, e conflitantes com a legislação federal. Tais conflitos legais impedem o avanço na gestão ou a implementação do próprio SINGREH, como por exemplo, estabelecer regras para a implantação de uma Agência de Bacia em um CBH Interestadual a partir de duas legislações estaduais conflitantes.

Ainda é preciso considerar que entre os entes federados existe uma assimetria na questão

⁴⁴ O Projeto Marca d'Água foi realizado em 2004, com 626 membros de 18 organismos de Bacia (14 Comitês de Bacia e quatro consórcios intermunicipais), de várias partes do Brasil. (ABERS, 2010).

dos domínios das águas, divididas entre União, estados e Distrito federal, excluídos os municípios, que detém por outro lado, competências e responsabilidades relacionadas ao gerenciamento dos recursos hídricos nos CBH's (BRASIL, 2017). Por este motivo existe um grau de liberdade para a União e estados organizarem a gestão das águas sob seus domínios, mas que como apontado no parágrafo anterior, esta liberdade cerceada torna-se um empecilho para o avanço da gestão.

Porto e Porto (2008) fazem a ressalva de que “a dominialidade [da água] está definida sobre os corpos hídricos e não sobre a bacia hidrográfica, por essa se constituir em território e, portanto, estar sujeita a outros diplomas legais” (PORTO; PORTO, 2008, p.47). Por este motivo, para a gestão da bacia hidrográfica, é imprescindível o exercício do princípio federativo, considerando atribuições e competências dos três entes federativos para uma gestão compartilhada da água (PORTO; PORTO, 2008). A Lei das Águas também não inclui expressamente o princípio de subsidiariedade, segundo o qual não se deve transferir a um ente maior o que pode ser feito ou resolvido por um ente menor (BRASIL, 2017). Por outro lado, inserir todos os segmentos (poder, público, usuários de água e sociedade civil) considerando a relação federativa, foi um grande avanço na gestão da água e dos recursos hídricos no país.

E vale frisar que o ambiente institucional que promove este avanço é o CBH. Por meio dele, as partes interessadas podem encontrar-se e manifestar-se sobre os desafios e outras questões, a fim de buscar soluções conjuntas para a melhoria da qualidade e quantidade da água na bacia hidrográfica (BRASIL, 2017). O CBH também faz a promoção da participação e da representação da sociedade por meio dos segmentos colegiados que ali estão representando os interesses coletivos e de suas instituições.

Granziera (2014) salienta que, “embora a participação de vários segmentos da sociedade seja condição *sine qua non* para que um Comitê se instale, cabe ao Estado a instituição formal dos mesmos, a partir da aprovação das respectivas propostas pelo CNRH” (GRANZIERA, 2014, p.161). E embora os CBH's não tenham competência para o exercício do poder de polícia das águas⁴⁵, participam dele órgãos e entidades que possuem tal competência (GRANZIEIRA, 2014), o que torna as negociações, debates e consensos entre os atores de gestão fundamentais dentro de um CBH.

Por isso, se fez necessário identificar em que medida os desafios e avanços vividos pelos atores envolvidos com a gestão dos recursos hídricos no Brasil nos CBH's, interferem no

⁴⁵ Conforme explica Granziera (2014) o poder de polícia das águas consiste no efetivo controle da utilização de um bem cuja a preservação é condição básica de existência de vida no planeta.

próprio processo participativo e representativo da gestão. Também foi preciso investigar como é a relação destes atores nestes ambientes colegiados, considerando os segmentos e suas competências na gestão, como representantes de instituições e da própria sociedade.

CAPÍTULO 4 - A REPRESENTAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA ÁGUA E RECURSOS HÍDRICOS NA PERSPECTIVA DOS MEMBROS DOS CBH's E ATORES-CHAVES DA GESTÃO

4.1 Questionários e entrevistas: análise integrada

Neste capítulo é apresentada a análise dos dados da etapa metodológica da pesquisa realizada por meio da aplicação do questionário "**Participação e Representação na gestão dos recursos hídricos**" (**Apêndice A**), de forma integrada às entrevistas em profundidade (**Roteiro das entrevistas: Apêndice B**). O principal objetivo deste capítulo foi investigar com membros de Comitês de Bacia e atores-chaves os desafios à representação e à participação na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil.

As questões que embasaram os questionários foram elaboradas a partir do referencial teórico sobre participação, representação, funções e atribuições do CBH, e sobre a atuação dos membros no CBH. Além disso, também foram levadas em consideração as experiências profissionais, vividas pela pesquisadora. A elaboração do roteiro para entrevistas, além de considerar também o referencial teórico, buscou cobrir possíveis lacunas sobre os temas investigados após aplicação e análise dos questionários.

A estrutura do capítulo foi elaborada primeiro conforme a sequência das questões do questionário. Posteriormente, foram relacionadas as informações das entrevistas, segundo os temas investigados. Em todas as questões foram feitos diversos apontamentos, organizados nos apêndices. Frisa-se que, para análise das questões foram destacados os apontamentos considerados mais pertinentes.

Para análise dos dados correspondente ao questionário os respondentes foram separados por segmentos- Sociedade Civil Organizada, Poder Público (Estadual, Federal e Municipal) e Usuários de Água. A principal justificativa para adotar essa metodologia, é a de que se pressupõe que, cada segmento entenda os temas investigados numa perspectiva específica, por possuírem demandas, visões e expectativas diferenciadas em relação à gestão dos recursos hídricos, em grande parte como resultado da diversificada atuação das instituições representadas nos segmentos.

Com esta metodologia foi possível identificar os desafios comuns aos CBH's. Além disso, foi uma forma viável de organizar as respostas, já que a pesquisa alcançou um total de

60 CBH's, e, muitos respondentes apontaram ser membros de mais de um CBH, o que tornaria inviável o agrupamento de respostas por CBH.

Frisa-se que não foi a intenção desta pesquisa compreender as características, demandas, deficiências e avanços específicos de cada CBH do país ou que tenha respondido ao questionário, embora haja a compreensão que cada CBH e Bacia Hidrográfica possui suas especificidades e demandas.

Com relação aos atores-chaves das entrevistas, se faz importante descrever a área/ e ou instituição principal de atuação, segmentos principais que representam, a fim de compreender, de forma reflexiva, suas posições nos depoimentos, considerando que possuem suas visões particulares e atuações enquanto membros da sociedade e representantes de suas instituições, além das experiências únicas na gestão dos recursos hídricos. E por isso também que não foi priorizado o segmento de cada entrevistado, e ao longo do texto, são identificados pela abreviação (E1, E2, e assim por diante):

- Entrevistado 1 (E1) – Atuou como membro no CBH São Francisco de 2008 a 2016. Atuou no processo de instalação do CBH, em projeto específico da bacia hidrográfica de 2002 a 2007. Faz parte do segmento do Poder Público Federal- Ministério da Integração. Entrevista realizada em 23/03/2018.
- Entrevistado 2 (E2) – Atuou na implantação do CBH Rio Grande e CBH Paranapanema. Atuou na Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e fez parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Faz parte do segmento do Poder Público Estadual- Secretaria do Meio Ambiente, estado de São Paulo. Entrevista realizada em 20/04/2018.
- Entrevistado 3 (E3) – Atua desde a década de 80 com a gestão de recursos hídricos, principalmente na Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba/ SP e atuou no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Atua no Consórcio PCJ- Sociedade Civil Organizada. Entrevista realizada em 25/06/2018.
- Entrevistado 4 (E4) – Atua no departamento do Sistema Integrado de Recursos Hídricos da ANA. Está na ANA há 14 anos. Antes de atuar na ANA, trabalhava com projetos de saneamento. Entrevista realizada em 20/07/2018.
- Entrevistado 5 (E5) – Foi professor no ensino médio e fundamental, em escolas estaduais e particulares, quando promoveu diversos cursos e atividades relacionadas a recursos hídricos e bacias hidrográficas. Atua em questões que envolvem recursos hídricos desde a década de 70. Atuou na SODEMAP- Sociedade de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba. Faz parte do segmento Sociedade Civil. Atua no INEVAT-

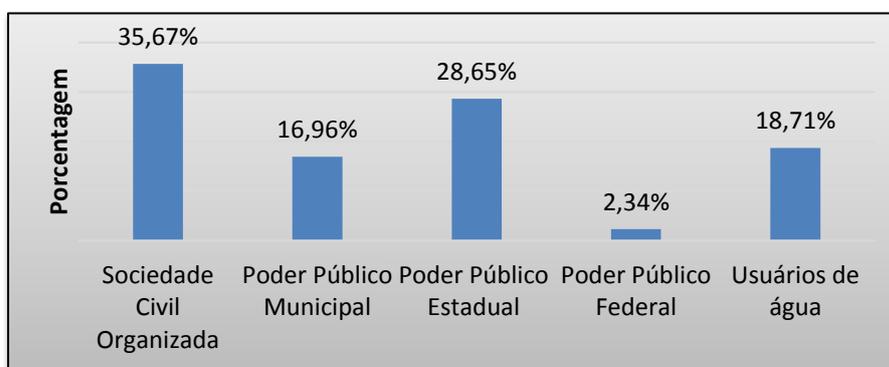
Instituto de Estudos Vale do Tietê. Participa do CBJ PCJ e CBH Sorocaba Médio Tietê. Atua no Consórcio Intermunicipal do Ribeirão do Piraí. Sociedade Civil Organizada. Entrevista realizada em 27/08/2018.

A análise integrada, das entrevistas com as questões investigadas no questionário, contribuiu substancialmente para o pensamento reflexivo-crítico acerca dos desafios apontados no questionário, e para identificar as possibilidades para qualificar a representação e a participação nos CBH's do Brasil.

4.1.1 Perfil dos participantes da pesquisa: questionários e entrevistas⁴⁶

Com base nos dados do questionário todos os segmentos foram representados, conforme demonstra o gráfico 2, e o segmento com maior número de respondentes foi o da sociedade civil organizada. O número total [máximo] de respostas obtidas com os questionários foi de 174 (pessoas), sendo variável por questão realizada.

Gráfico 2. Porcentagem dos segmentos representados nos questionários



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa-Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Entre os entrevistados, o poder público municipal e os usuários de água não foram diretamente representados, porém, os representantes que atuam nos Consórcios Intermunicipais falaram das experiências com estes segmentos. Os outros segmentos foram representados pelos entrevistados.

⁴⁶ Questões analisadas na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Um total de 131 instituições foram representadas com os questionários, conforme demonstra o **Apêndice C: Quadro de Instituições Representadas no questionário**. A sociedade civil organizada foi representada por 51 instituições, sendo as ONG's e Associações as instituições predominantes. O poder público municipal foi representado por 21 instituições⁴⁷, em sua maioria Prefeituras Municipais. O público estadual foi representado por 29 instituições, sendo o DAEE/SP e a Secretaria da Educação de São Paulo as instituições que mais se repetiram. O poder público federal foi representado por 4 instituições. E o segmento dos usuários de água foi representado por 26 instituições, sendo a FIESP e a FIEMIG as predominantes.

Uma interpretação que pode ser realizada desta situação é de que a repetição de algumas instituições, por segmento, remonta a discussão de centralização na gestão. Além disso, é possível inferir que, as ONG's estão ocupando grande parte dos espaços representativos da sociedade civil organizada. Os órgãos gestores, por sua vez, possuem papel central na representação do poder público, e a indústria, sobretudo no estado de São Paulo, tem grande destaque e poder de decisão nos CBH's.

Não houve representação de quilombolas, terras indígenas ou FUNAI⁴⁸. Vale fazer a ressalva de que, este fato não demonstra necessariamente que o CBH do respondente não abrange uma área indígena ou quilombola, uma vez que não é possível afirmar que o questionário de pesquisa tenha alcançado todos os membros de todos os CBH's que receberam a pesquisa.

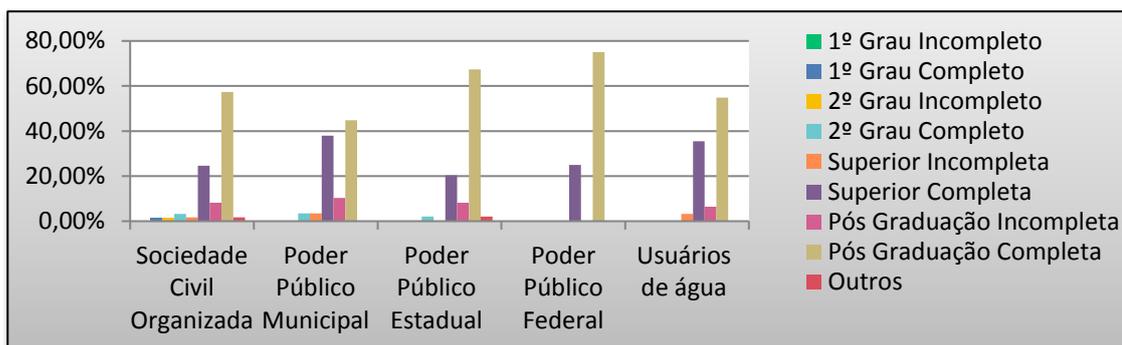
Considerando todos os respondentes, incluindo os entrevistados, a maior parte possui formação em Pós-Graduação completa (gráfico 3), e estão na faixa de 40 a 49 anos⁴⁹, conforme demonstra o gráfico 4.

⁴⁷ Do total de 29 pessoas, 05 assinalaram fazer parte de Prefeituras, porém sem identificação específica do município ou secretaria.

⁴⁸ Nota da autora: sobre composição do CBH conforme a PNRH e políticas estaduais ver capítulo 5, seção 3.1 do presente estudo.

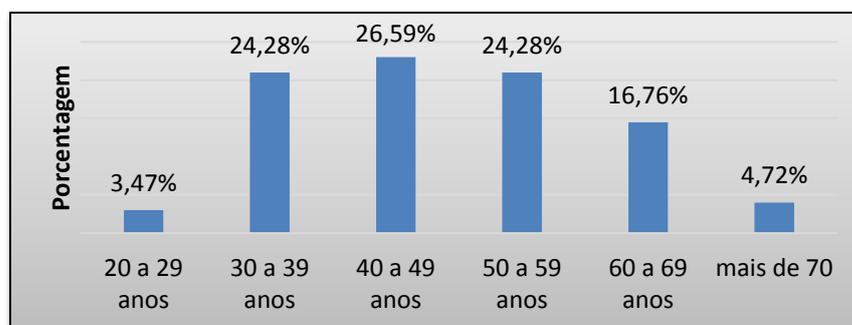
⁴⁹ Não foi perguntado sobre a faixa etária dos entrevistados

Gráfico 3 Escolaridade por segmento representado



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

Gráfico 4. Porcentagem de respondentes por faixa etária



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa-Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

4.1.2 Os Comitês de Bacia Hidrográfica representados na pesquisa e a relação com membros representantes⁵⁰

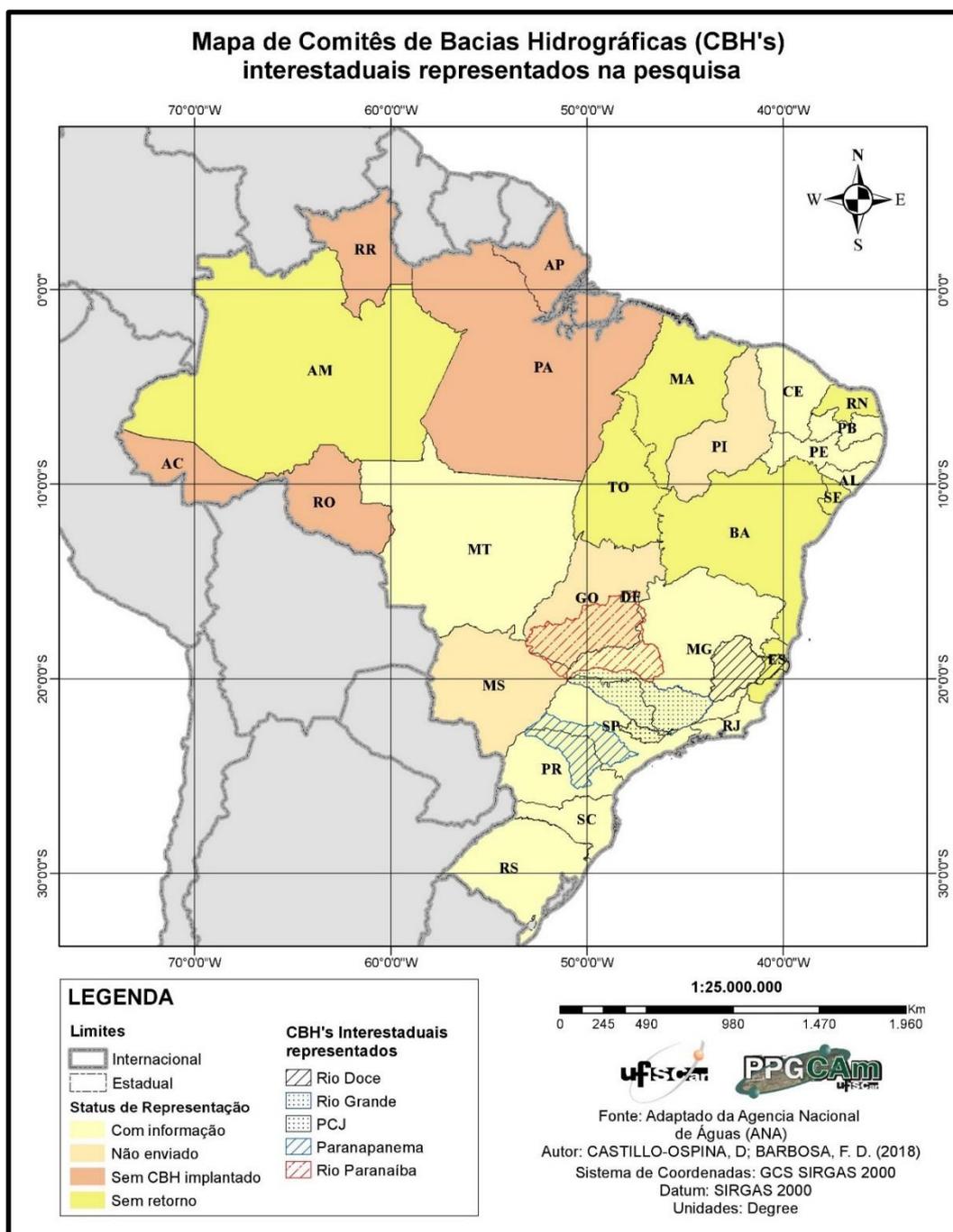
Foi de suma importância identificar quais foram os CBH's representados pelos respondentes do questionário e das entrevistas, para compreender o universo alcançado no estudo, inclusive para suscitar novas questões e formar um banco de dados para futuros projetos e pesquisas.

⁵⁰ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Um total de 60 CBH's (entre estaduais e interestaduais) fizeram parte do universo da pesquisa, representando 29 % do total de CBH's existentes no Brasil. A figura 05 apresenta o mapa de CBH's Interestaduais representados na pesquisa:

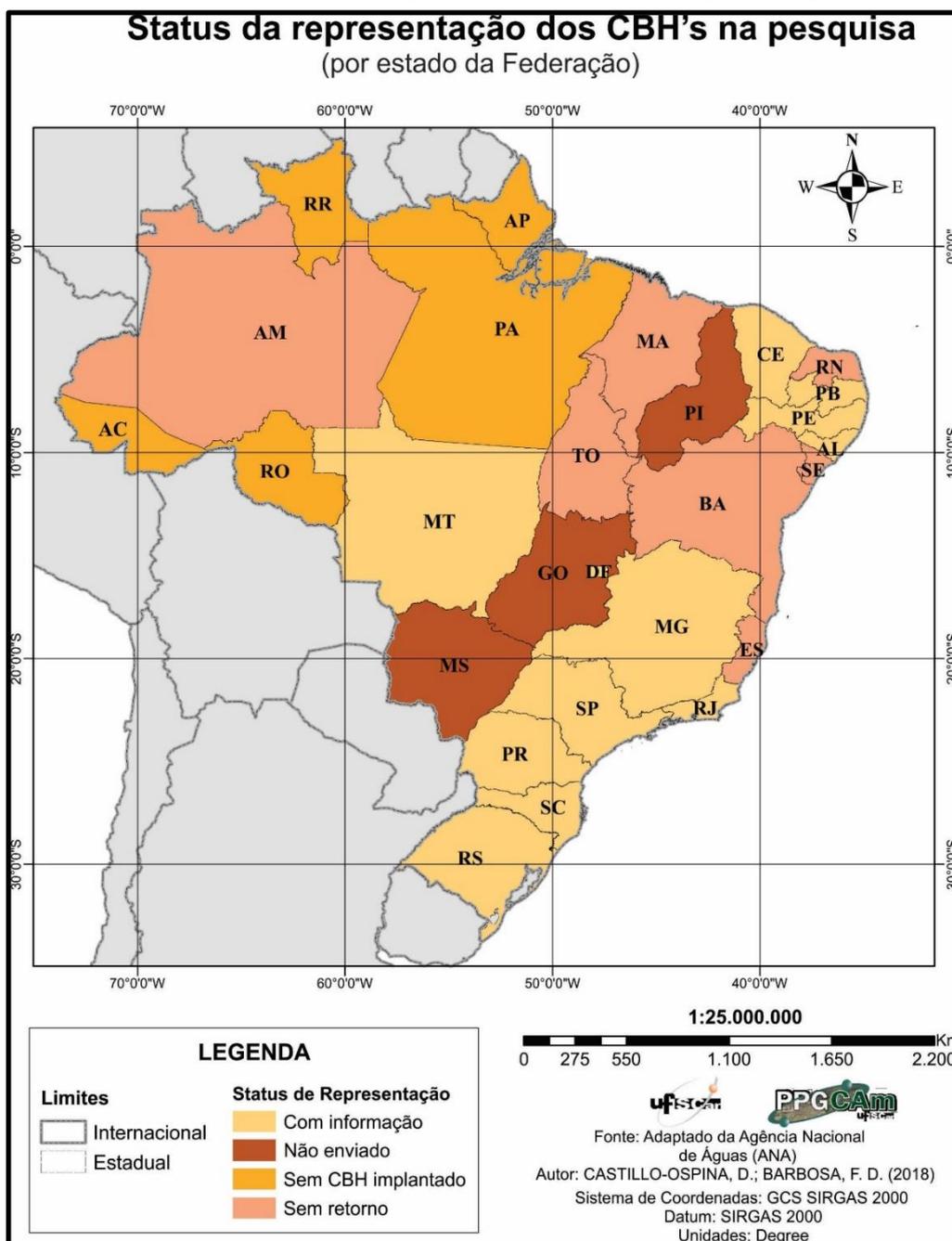
Figura 5. CBH's interestaduais representados na pesquisa



Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

A figura 06 apresenta o mapa de informação geral do status de representação dos CBH's Estaduais na pesquisa, demonstrando as informações sobre estados que não possuem CBH, estados em que a pesquisa não foi enviada ou não teve retorno de contato e os estados com representação (informação) na pesquisa:

Figura 6. Status da representação dos CBH's estaduais na pesquisa, por estado.



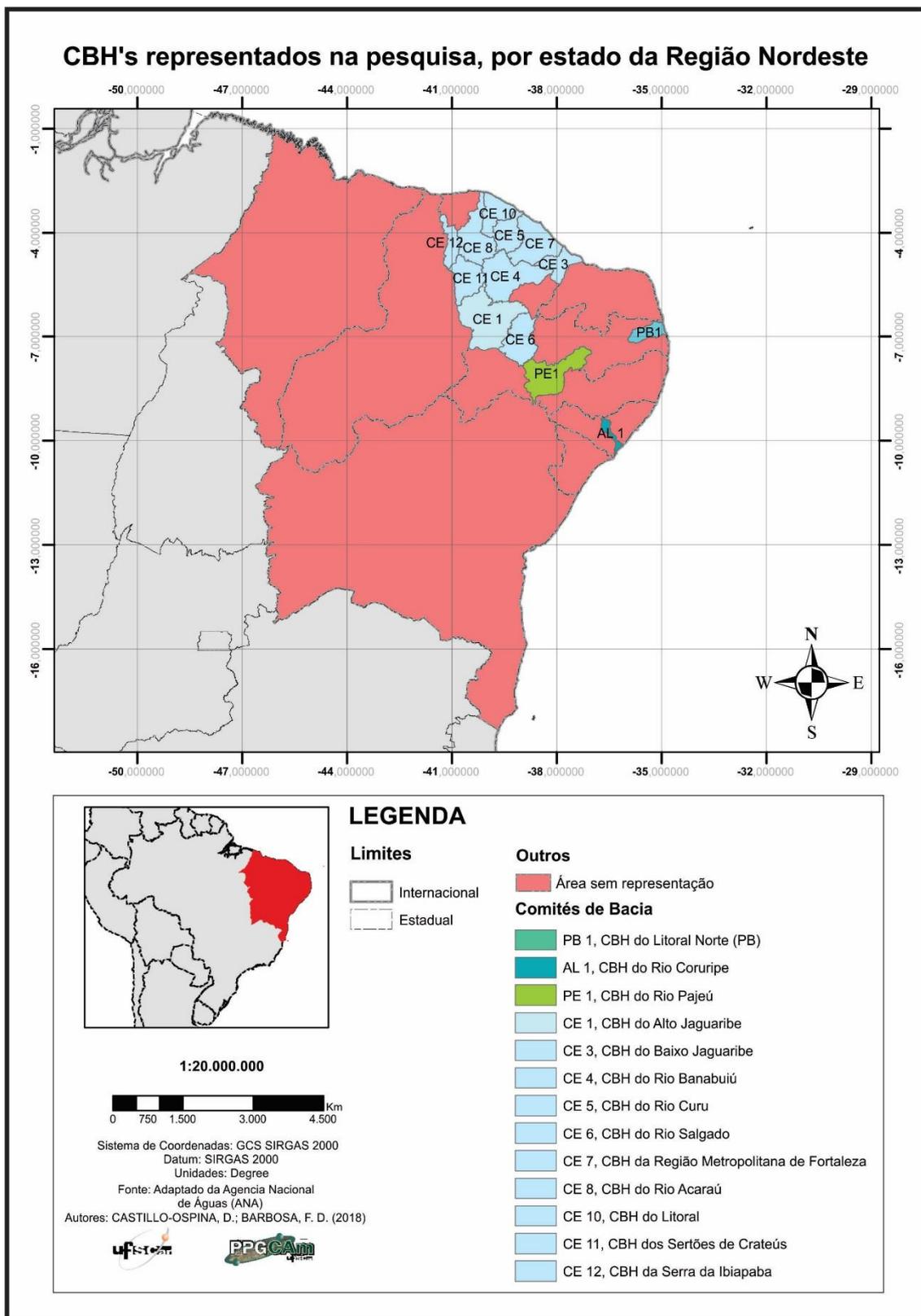
Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

Destacam-se os estados de São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Mato Grosso, sendo que mais de 50% do total de CBH's desses estados, foram representados. É válido ressaltar que para o estado do Ceará e Mato Grosso os convites foram enviados respectivamente: ao órgão gestor- COGERH- Companhia de Gestão de Recursos Hídricos; à SEMA- Secretaria do Meio Ambiente. As figuras 07, 08, 09 e 10 apresentam os mapas dos CBH's representados na pesquisa, por região do Brasil.

O envio dos convites aos órgãos gestores e secretarias diz respeito a dificuldades de acesso e informação sobre os CBH's. Destaca-se como desafio neste sentido: a inexistência de site específico do CBH, ou o contato de e-mail indisponível, como ocorrido com CBH's do estado do Piauí; e-mails enviados que retornaram com mensagem de erro ou inexistência da caixa de correio, como ocorrido com os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. Esse tipo de ocorrência também envolveu os estados do Amazonas, da Bahia, do Maranhão e do Tocantins.

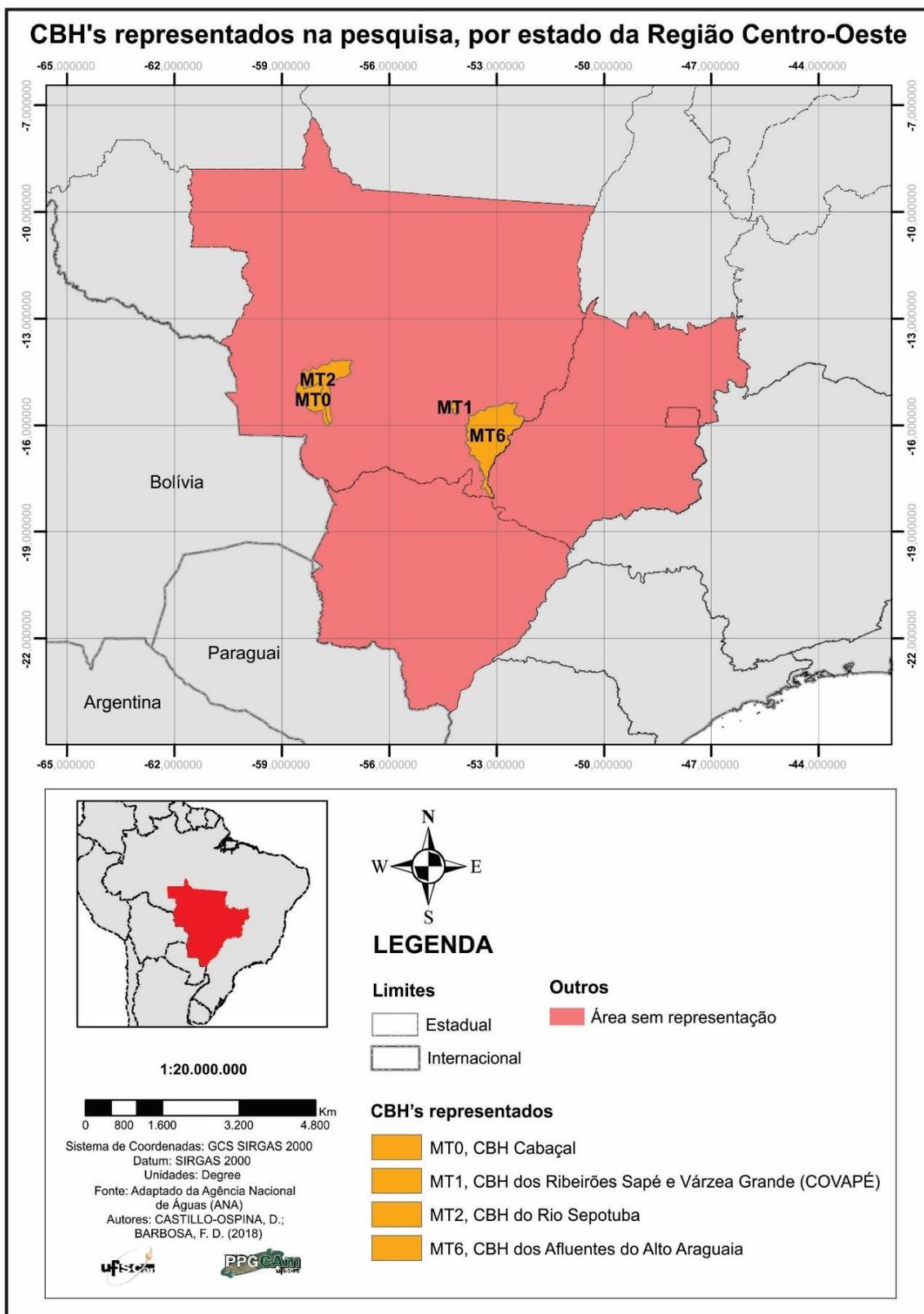
O desafio sobre a dificuldade de acesso à informação do CBH, remete às questões que envolvem o incremento e a atualização do sistema de informações de recursos hídricos. Com os dados, é possível aferir que este instrumento possui falhas de implementação. Além disso, os estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, todos na região norte do país ainda não possuíam CBH instalado até o momento de envio do questionário (figura 6). Ressalta-se que o único CBH localizado no estado do Amazonas, na região norte do Brasil não possui acesso direto, e a Secretaria responsável pela comunicação não retornou aos e-mails enviados.

Figura 7. Mapa dos CBH's representados da região Nordeste do Brasil



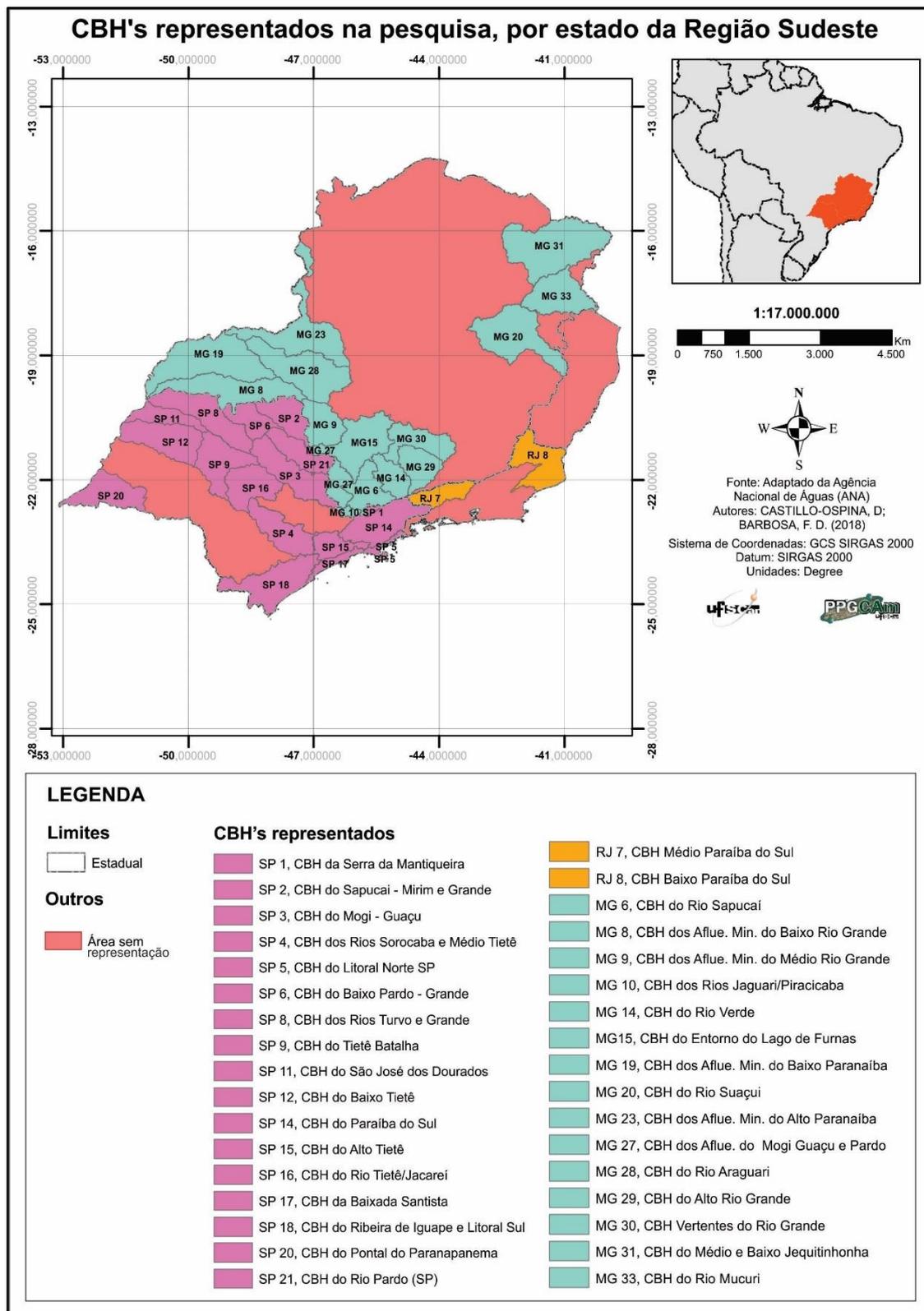
Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

Figura 8. Mapa dos CBH's representados da região Centro-Oeste do Brasil



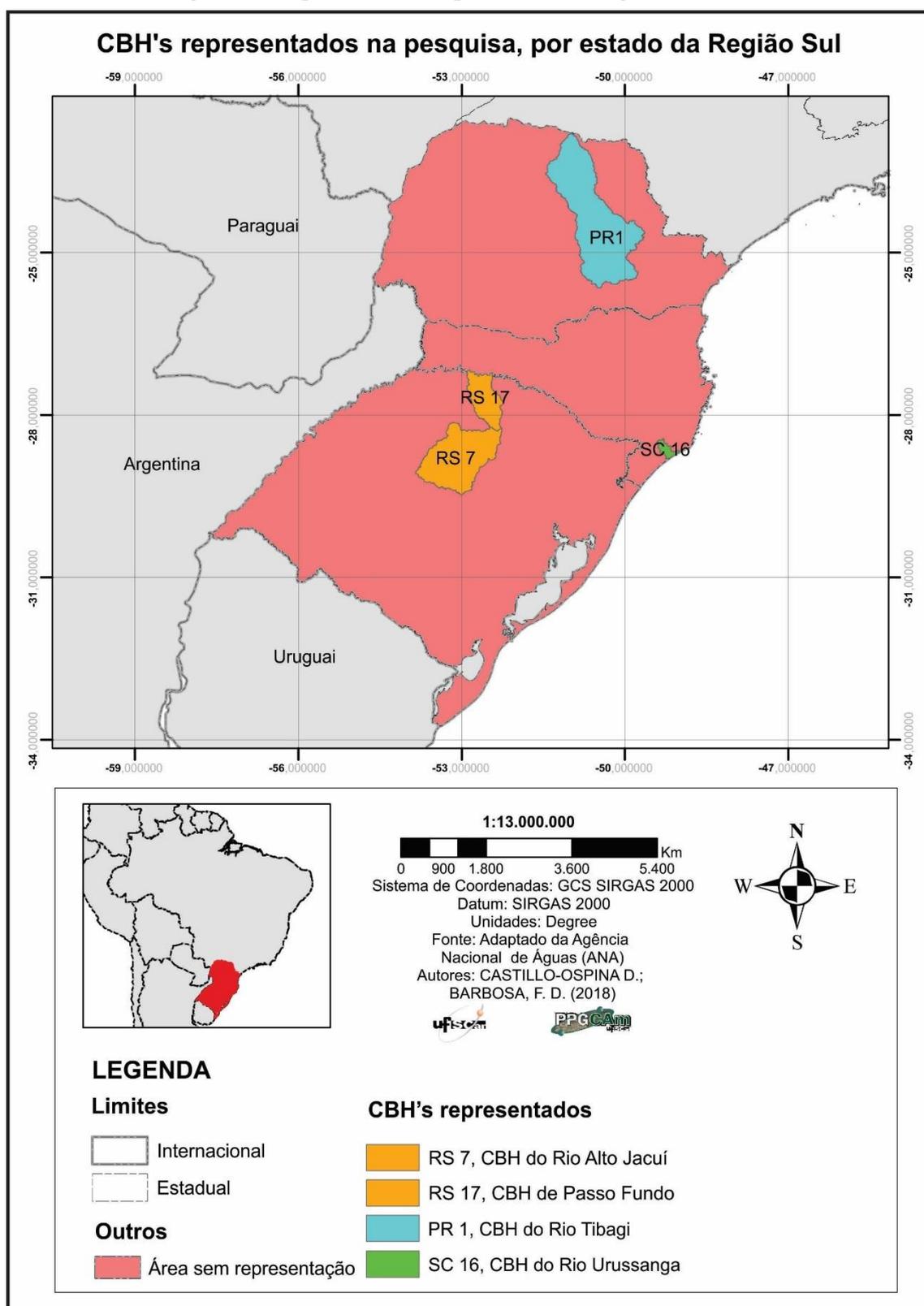
Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

Figura 9. Mapa dos CBH's representados da região Sudeste do Brasil



Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

Figura 10. Mapa dos CBH's representados da região Sul do Brasil



Autores: CASTILLO-OSPINA, D; BARBOSA, F.D.2018

Um dado que chamou a atenção foi de que, dos membros dos CBH's mineiros que responderam ao questionário, aproximadamente 37% estão representando suas instituições em mais de um CBH. No estado de São Paulo, o número cai para aproximadamente 27%, e, mesmo assim, pode ser considerado um número significativo de pessoas que estão em mais de um CBH. Nos dois casos, a maior parte das pessoas faz parte do segmento da sociedade civil e dos usuários de água. Nos outros estados estas porcentagens não são tão expressivas.

Limitando esta mesma análise aos CBH's Interestaduais, 55% dos respondentes apontaram ser membros de mais de um CBH, destacando-se neste caso os membros do CBH Grande, seguido dos membros do CBH PCJ. Dentre os segmentos, se destacam a sociedade civil e os usuários de água.

Nos dois casos (CBH's estaduais e interestaduais) ao correlacionar as instituições representadas com as pessoas que estão em mais de um CBH, foi possível observar que, a maioria pertence às Associações, ONG's, FIEMIG e FIESP.

Este dado de pesquisa reforça uma discussão importante a respeito da representatividade e da participação. É possível discutir se, quando ocorre tal situação, o CBH, realmente está sendo efetivo na criação de um ambiente participativo e representativo, pois quando uma mesma pessoa representa a sua instituição em diversos CBH's, pode limitar tanto a ampliação da participação quanto a representatividade efetiva dentro do colegiado e da própria instituição, o que pode gerar um diálogo linear, centralizador e tendencioso nos CBH's por parte desta instituição. Por outro lado, se uma mesma pessoa participa de mais de um CBH pode significar a garantia de maior homogeneidade no posicionamento da instituição que está sendo representada por esta pessoa.

Sobre este desafio, o entrevistado E1 fez o seguinte depoimento,

Tem o profissional de comitê [referindo-se ao representante que está em vários CBH's]. Isso não deveria ser permitido. Quer dizer, só ele que é o bom e que sabe das coisas. Tem mais gente com capacidade. Cadê a participação? Isso não é participação. Para mim uma pessoa dessa não é participante. Essas organizações e comitês são escravos dele. Eu vejo isso como negativo” (E1, 2018).

O entrevistado E1 apontou que a situação de um indivíduo ocupar vários ambientes participativos também pode ser o reflexo da acomodação das outras pessoas. Para o entrevistado, a acomodação de não participar de uma determinada instituição, em relação a *fazer parte* desta instituição, ocasiona a situação de um único indivíduo ocupar diferentes

ambientes. Para este entrevistado, é fundamental formar massa crítica, também com quantidade [e diversidade] de participantes.

Também é preciso levar em consideração as especificidades de cada CBH, ou seja, as especificidades da bacia hidrográfica respectiva e demandas diversificadas. Uma mesma pessoa representando sua instituição em diversos CBH's pode afetar a qualidade de análise destas demandas, uma vez que o representante reside e atua em uma bacia hidrográfica específica, o que se supõe que tenha uma identidade formada e o maior conhecimento sobre esta bacia. Outro aspecto que deve ser observado nesta situação, é de que o representante teria que estar amplamente capacitado nas questões que envolvem todas as bacias hidrográficas, para poder compreender as diferentes características e demandas dos CBH's dos quais ele faz parte.

Além disso é preciso ter uma consciência ética no cuidado com a reprodução das soluções, em uma abordagem centralizadora e não democrática de um CBH para outro. Nesta situação há o risco de tornar a discussão homogênea e as novas oportunidades e ideias ficarem estagnadas. Se por um lado este mesmo representante poderia conquistar um espaço político dentro dos CBH's trazendo uma solução para determinada situação, por outro ele poderia estar apenas replicando um conhecimento. O aspecto positivo da situação pode ser a multiplicação de conhecimentos, experiências e vivências entre CBH's, contribuindo para uma articulação horizontal institucional, desde que este representante esteja consciente das especificidades de cada situação e comprometido com a ética.

Para o entrevistado E2, considerando o repasse de informação técnica sobre a bacia hidrográfica ou outras informações de um CBH a outro, não há problemas que uma mesma pessoa o faça, desde que o repasse seja realizado pelo técnico de um órgão público. Acrescenta que, a diversidade dos representantes deve ser priorizada com relação ao segmento dos usuários e dos moradores da bacia hidrográfica. Conforme depoimento,

O importante, eu acho são os usuários e os moradores daquela bacia, os que estão ali. Tinha que estar evidenciado. E quem não participar, suas organizações e sociedade civil tem que cobrar dele. Ele tem que participar do comitê (E2, 2018).

O entrevistado E4 avalia esta situação de forma negativa, citando um exemplo que demonstra uma importante distorção do sistema de gestão, e que envolve diretamente a questão e a qualidade de representação. Conforme seu depoimento,

Eu como ANA tudo bem, você vai me encontrar [nos comitês- referindo-se que a ANA é poder público federal, e desta forma a representatividade é nacional], é o meu papel. Para muitos é um negócio, é o emprego do cara. E você não abre espaço para quem é da região. (E4, 2018).

Acrescenta o entrevistado E1 que é preciso qualificar a participação, para que os membros se sintam parte real da gestão e para efetivar a pluralidade dos representantes. Neste aspecto, ressalta o entrevistado E1,

O cara poderia levantar como lado positivo, não porque ele tem experiência de um para outro, não. Isso para mim não leva a nada. O comitê tem que ser plural, né. Se eu tenho um representante que interesse bom, ele vai buscar experiência no outro e traz, e não vai ficar ele mesmo pregando e disseminando a mesma coisa (E1, 2018).

É possível notar também que algumas instituições, sobretudo do segmento dos usuários de água, preparam profissionalmente os representantes para estarem aptos a debater em espaços colegiados, conforme depoimento do E2,

[falando sobre a Fiesp] tem quadro de profissionais para participar [de vários CBH's]. Defende os interesses, ela tem a representação dos usuários. Manda geralmente um cara bem preparado, tem um quadro local e nacional nos conselhos (E2, 2018).

E neste sentido, é de suma importância o contraponto dos outros segmentos. Para o entrevistado E2, é necessário contrapor também tecnicamente as diferentes visões. Para isso é preciso conhecimento [em sentido literal] de todas as partes, e sobretudo lembrar que, apesar do contraponto necessário, o setor público deve lutar pelo bem comum.

Ademais, a repetição do representante não está ocorrendo com os segmentos do poder público federal e tampouco com o poder público estadual, o que de certa forma justificaria uma mesma pessoa fazer parte de vários CBH's, sobretudo se este fosse interestadual. Ao contrário, os dados da pesquisa mostram que nos CBH's interestaduais são os segmentos dos usuários e da sociedade civil que mais se repetem.

Vale ressaltar que já existem dois ambientes de representação, instituídos pela Lei 9.433/1997, que poderiam agregar, sem danos a representatividade e qualidade de representação, pessoas que estão ligadas a mais de um CBH, são eles o CERH e o CNRH. Mas neste caso, sugere-se que deva ocorrer a verticalidade política hierarquizada entre as instituições articulada às relações horizontais institucionais.

4.2 Comitês de bacia hidrográfica: principais desafios

O CBH foi indicado na legislação Nacional e nas legislações estaduais que tratam dos recursos hídricos, como um ambiente criado para garantir a participação na gestão destes recursos no âmbito da Bacia Hidrográfica. Legalmente, são consultivos, deliberativos, propositivos e podem atuar em primeira instância administrativa. Além disso, os Comitês possuem outras atribuições e funções, que estão demonstradas no quadro 4, Segundo Capítulo, seção 3.1, do presente estudo.

Além das funções legais mencionadas, estão as interpretações e o entendimento dos representantes que o compõem sobre as necessidades, anseios e desafios e, por esse motivo, foram feitas três questões específicas sobre o CBH sobre: a principal função do CBH, principais desafios do CBH e avaliação de determinadas situações. As entrevistas também contribuíram para compreender estas questões.

4.2.1 A principal função de um Comitê de Bacia Hidrográfica⁵¹

Investigou-se o que os membros acreditam ser a principal função do CBH, com o intuito de compreender quais são as principais linhas de atuação do CBH na gestão dos recursos hídricos. Para a análise das respostas do questionário, foi elaborada uma matriz, demonstrada no **Apêndice D: “Quadro de Análise das funções do CBH por segmento”**. Posteriormente, ao texto, foram inseridos os depoimentos dos entrevistados.

Com essa metodologia foi possível averiguar se os respondentes relacionam a principal função do CBH com as suas atribuições e funções legais. A metodologia também possibilitou o estabelecimento de 08 novas categorias de análise com funções para o CBH, que não correspondem diretamente às funções e atribuições legalmente estabelecidas, a saber:

- Educação (Capacitação, Percepção e difusão de conhecimento);
- Gestão para preservação (Defesa, gestão sustentável, proteção e saneamento);
- Acesso a Água; Gestão de Recursos Hídricos e Território;
- Processo participativo ampliado (Representação, gestão democrática);
- Fundamentos da Lei 9433/1997;
- Formulação de Políticas Pública (função normativa);
- Fiscalização.

⁵¹ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

De forma geral, pode-se aferir que a maioria dos respondentes compreendem as funções legais do CBH, e relacionam a função deste colegiado a alguma atribuição legalmente estabelecida pois as respostas partem de desdobramentos das atribuições e funções legais, até mesmo para elencar algumas das novas categorias de análise.

Em relação a função legal deliberativa, representantes da sociedade civil organizada, poder público estadual e usuários de água concordaram que a principal atribuição do CBH é realizar a gestão dos recursos hídricos, discutindo as demandas e aprovando o Plano de Bacia e seus desdobramentos, tais como disciplinar o uso de fundos, identificar e priorizar projetos que visem a melhoria da qualidade e quantidade da água.

Na função propositiva a maior parte das respostas da sociedade civil, do poder público municipal, poder público estadual e dos usuários de água indicou como função principal do CBH acompanhar a execução do plano de bacia e realizar atribuições correlatas tais como sugerir e elaborar instrumentos de gestão, e realizar o monitoramento e acompanhamento do plano por meio da avaliação do cumprimento de suas metas.

Com relação à função consultiva, os segmentos da sociedade civil, usuários, poder público municipal e estadual, apontaram que o CBH é um espaço institucional que tem como meta articular os diversos atores para discutir e propor soluções sobre os principais problemas da bacia.

Dentre as novas categorias que foram levantadas, destaca-se a que se refere ao processo participativo ampliado, representação e gestão democrática, pois foi a única categoria de análise que reuniu respostas de todos os segmentos. Os respondentes mencionaram a importância do CBH para a promoção da gestão democrática e participativa, e que o CBH deve ser um ambiente participativo para toda a sociedade por estar mais próximo dos atores da bacia e se concretizar como um ambiente em que diferentes atores/segmentos e sociedade dialoguem.

Neste sentido está a emergência de compreender o processo participativo na política de recursos hídricos. Com base no entrevistado E1, este processo participativo demanda o entendimento por parte dos segmentos e atores da gestão, sobre ações e respostas de curto, médio e longo prazo, sobre o planejamento para a gestão da água e dos recursos hídricos. Conforme seu depoimento,

O pessoal de comitê não consegue ver o benefício da construção a longo prazo [referindo-se ao processo participativo e as ações do CBH] (E1. 2018).

Para o entrevistado E2 o CBH tem uma criação e arranjo dinâmico, que favorece o processo participativo, e a qualidade do resultado das ações, independente da função do CBH, deve ser atribuída ao elevado grau de participação das pessoas conforme o depoimento,

O comitê, essa instância, não sei se esse modelo tal [referindo-se ao arranjo atual do CBH], mas ele é uma ferramenta importantíssima de participação, é uma grande conquista (E2, 2018). (...)

Criar uma lei [referindo-se a questões deliberativas ou normativas] não significa ter melhores resultados se a qualidade de participação das pessoas [no CBH] não muda. As pessoas que vão dar a qualidade e a consciência que ela tem da importância daquilo (E2, 2018).

Assim se não houver a participação e o envolvimento da sociedade, as funções deliberativa, propositiva e consultiva, estabelecidas legalmente, não irão atingir os objetivos de discussão sobre os instrumentos de gestão ou mediação de conflitos.

Outra categoria de destaque diz respeito à Educação, Capacitação, Percepção e Difusão de conhecimento. Sociedade civil, usuários de água e poderes público estadual e municipal concordaram que a principal função do CBH é promover a difusão de informação sobre a gestão dos recursos hídricos para a toda a sociedade. Além disso, indicaram que o CBH também deve sensibilizar a população para a preservação dos recursos hídricos, planejar ações de educação ambiental, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de estudos sobre a bacia hidrográfica e a gestão destes recursos.

Para o entrevistado E2, o “comitê como tal, é um campo restrito”, mas que tem possibilidades de abrir processos diversificados, e pode estar em diversas ações que envolvem educação, capacitação, difusão de conhecimento, mobilização, projetos ambientais, entre outros. Conforme este entrevistado, projetos como os resgates de rios urbanos e temas de mobilizações, aumentam a credibilidade do comitê, melhoram a representatividade, e dão uma função mais ampla para ele no território como instituição permanente e democrática.

Um ponto importante, mas que foi mencionado em menor escala, refere-se à função do CBH para realizar a gestão integrada, considerando conjuntamente o município, a região e a bacia hidrográfica (categoria Gestão dos Recursos Hídricos e Território). Apesar de ser pouco mencionada, esta questão deve ser levada em conta quando se trata de representatividade e participação em ambientes de decisão colegiada. Uma vez que o CBH reúne representantes de diversas instâncias, é fundamental a articulação entre as diferentes escalas de planejamento.

Outras duas categorias mencionada em menor escala que merecem destaque é “fiscalização” e “formulação das políticas públicas”, que seriam atribuir ao CBH, o poder de

polícia e ter a função normativa, respectivamente. Tais questões levantam um debate necessário acerca das funções legais do CBH e se estas são realmente compreendidas pelos representantes, ou se as funções legais abrem brechas para outras interpretações e sobreposições de ações.

A função normativa, por exemplo, é adotada nas legislações estaduais dos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Tocantins, sobretudo para estabelecer critérios e normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos, mas não para formular especificamente a política.

O entrevistado E2, destaca a importância do protagonismo do CBH em relação aos recursos financeiros oriundos dos fundos de recursos hídricos como uma importante função. Para o entrevistado qualquer que seja o fundo de recursos é preciso uma organização mobilizada, para que esta não seja vulnerável a decretos que estabeleçam arbitrariamente usos dos recursos.

Para o entrevistado E3, o CBH tem como principal função ser

“o parlamento da água e o espaço de negociações e pactuações, e não uma instituição que existe para que instituições apenas captem recursos financeiros” (E3, 2018).

Ainda para este entrevistado, o CBH pode contribuir para a organização [ordenamento e planejamento] do território da bacia hidrográfica⁵². Mas ressalta que, não é imprescindível que exista o CBH para se fazer a gestão de recursos hídricos. Outros arranjos podem realizar a gestão, como é o caso dos consórcios e o fundamental é a sustentabilidade do sistema, seja ele qual for. A participação popular é fundamental para este entrevistado, pois dará a sustentabilidade aos instrumentos de gestão.

Para o entrevistado E4 a principal função do CBH está relacionada ao debate e a legitimidade das decisões. Ressalta que o CBH não deve ter mais legitimidade que um representante eleito por sufrágio. Segundo o entrevistado, o CBH tem sua importância, mas não tem uma função que substitua um representante político como um governador, com um plano de governo, democraticamente eleito. Conforme seu depoimento,

Eu vejo o comitê como local para o debate e para legitimidade das coisas que você faz na região, para você dar um pouco mais de legitimidade às ações da gestão dos recursos hídricos, entendeu, um local onde você debateu (...) você não está aqui em

⁵² O entrevistado E3 cita como exemplo a seguinte situação: na década de 90, o CBH PCJ conseguiu impedir a instalação de indústrias “molhadas” na bacia, e a partir deste momento foram sendo instaladas as indústrias secas, que não utilizam água no processo de produção. Assim, o território daquela bacia teve o seu desenvolvimento econômico calcado na tecnologia de ponta, e que pode ser atribuído às decisões que foram pactuadas pelos segmentos representados no CBH, sobretudo dos municípios (e do consórcio intermunicipal).

Brasília em um escritório em um escritório o tempo todo, sem estar lá com a turma que conhece (...) mas quando você tem um problema real da gestão de recursos hídricos, isso é uma coisa fundamental.

Ou seja, em você levar para lá [para o CBH] seu lócus, [para] que você vá para algum debate em cima de um problema real na bacia. Você pode ir no São Francisco e de repente discutir a questão de escassez, discutir com os membros do comitê que estão lá vivendo isso, mas não discutir assuntos de natureza administrativa, que algumas vezes o comitê quer tomar essa função de alguma forma. Quando você tem um problema real é o lócus para você poder ouvir e quem está lá, e para você ter legitimidade nas ações da gestão dos recursos hídricos da bacia (E4, 2018).

É possível fazer a análise de que o CBH é o ambiente que proporciona a aproximação das instituições e pessoas envolvidas na gestão da água e dos recursos hídricos com o território da bacia hidrográfica e com as necessidades e demandas deste território, em relação a gestão e a partir de uma demanda concreta. Também pode-se aferir que a competência do CBH está em ser uma arena de negociação que gera um debate importante, mas que não pode estar isolado no centro de negociação.

O CBH não deve ser um fim em si mesmo, inclusive porque existem problemas em relação a representatividade da sociedade no CBH, e outros problemas que envolvem outras dimensões que não só a da gestão da água e dos recursos hídricos, como por exemplo, a articulação com outras políticas públicas. Mas conclui-se a partir dos dados que, o CBH é uma instância fundamental do SINGREH, que tem como função principal promover o processo participativo ampliado.

4.2.2 Os maiores desafios enfrentados pelo CBH segundo representantes do CBH e atores-chaves⁵³

Buscou-se investigar os principais desafios enfrentados pelo CBH. Para análise dos dados, foi elaborado um quadro por segmentos e os desafios apontados foram agrupados em 14 categorias de análise conforme o **Apêndice E “Quadro de desafios do CBH por segmento e categorias de análise”**. Considerou-se também os depoimentos realizados nas entrevistas. As categorias de análise foram:

- Participação Interna ao CBH;
- Ampliação da participação externa ao CBH;
- Problemas de Infraestrutura/Recursos;

⁵³ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

- Representação e Representatividade;
- Legislação: aplicação e alinhamento;
- Instrumentos de Gestão: aplicação e implementação;
- Garantia de acesso a água;
- Gestão interna do CBH e gerenciamento;
- Articulação institucional;
- Conhecimento sobre o CBH: internamente e externamente;
- Educação ambiental, conscientização e percepção;
- Difusão tecnológica e desenvolvimento de técnicas e estudos;
- Capacitação técnica dos membros do CBH;
- Problemas externos ao CBH, mas que afetam as ações e metas.

Dentre os desafios apontados, destaca-se os que estão relacionados à participação interna dos membros do colegiado. O desafio dentro desta categoria, unânime entre todos os segmentos, diz respeito à dificuldade em se manter a participação efetiva de todos membros. Esta participação envolve a tomada de decisões coletivas, ter voz ativa dentro e fora do CBH, participação em reuniões, plenárias e nos projetos elaborados.

Nesta linha, durante a entrevista com o “E1”, foi possível identificar a opinião de que em todos os segmentos existem pessoas comprometidas e pessoas que não estão comprometidas com as ações no CBH. Assim, é preciso que todos os membros compreendam importância da sua atuação no CBH e da própria função do CBH em relação à gestão dos recursos hídricos, sendo este um grande desafio (E1, 2018).

No mesmo sentido, o entrevistado E5, com base no comprometimento e participação efetiva fala da importância que tem cada segmento, sobretudo do poder público para “pressionar outros órgãos públicos”. Utiliza como exemplo, o problema da poluição do rio Tietê/SP, para ressaltar que a sociedade civil é importante, mas que a força maior no momento da negociação está no poder público. Conforme depoimento,

O que precisava neste caso do [falando da questão da poluição do rio Tietê] de um modo mais caro [que deve ser mais incisivo] é mais briga do poder público. Porque nós da sociedade civil (...) tem aquela coisa [no sentido de não ser ouvido ou ter poder legítimo]. Mas, se é uma reunião de prefeitos que vão brigar, balança o governo. Eles [poder público] tem força, e não tem [só] força, tem obrigação (E5, 2018).

Com relação a categoria da participação externa ao CBH destaca-se entre os apontamentos a mobilização da sociedade para que se interessem em participar e a importância da aproximação dos municípios da bacia hidrográfica do CBH.

Então, a participação é um desafio para o CBH, internamente (entre seus membros), ou externamente (deste ente com a sociedade). É importante fazer a ressalva de que o CBH não

possui como função ou atribuição, legalmente estabelecida pela legislação, garantir a participação dos seus membros, ampliar a participação para toda a sociedade ou de alguma forma torná-la efetiva, pois por enquanto, o que determina a garantia da participação é uma questão institucional observada em primeiro lugar, no Art. 1º, inciso VI⁵⁴ da Lei 9.433/1997, em segundo lugar no Art. 39, incisos I, II, III, IV, V, § 1, 2,3 e 4⁵⁵ da mesma legislação. Sob esta perspectiva, o entendimento legal sobre a participação no CBH está atrelado, principalmente, aos aspectos institucionais das políticas de recursos hídricos.

Outra categoria de destaque é a que trata da representatividade e representação dos membros, com menções de todos os segmentos. Nesta foram apontados os desafios: do conflito de interesses; o fato de representar efetivamente a entidade que indicou o participante; quantidade de representantes por segmento, qualidade de representação; e grupos que atuam em benefício próprio.

Inserida nesta questão da representação e da representatividade, está uma outra questão que foi apontada pelo entrevistado E4 como um dos principais desafios do CBH. Trata-se da questão da “captura” do espaço representativo e participativo por um segmento específico, principalmente pelo “segmento dos usuários”, no sentido de que este acaba determinando as ações do CBH, o que interfere na aplicação dos instrumentos de gestão, principalmente a cobrança. Conforme seu depoimento,

Eu diria que um grande desafio dos colegiados é não ser capturado por um setor. Eu vejo que em vários comitês existe uma captura grande do setor usuário, principalmente quando começa o debate de cobrança essas coisas assim, você vê que é total, o setor usuário algumas vezes se alia a sociedade civil e não deixa avançar (...) todo instrumento que vai na parte econômica sempre tem essa união entre eles. Você tem dificuldade de avançar nas pautas de implementação dos instrumentos porque existe essa (...) chapas formadas por membros de usuários (E4, 2018).

Contudo, o entrevistado ressalta que talvez o conceito “captura” seja muito forte, mas que existe esta questão, e que ela é legítima do processo de negociação política. Esta questão depende da organização de todos os segmentos (E4, 2018). A captura acontece por uma falha do processo como um todo, pois a não organização interna (que gera a representatividade dos segmentos) abre lacunas para a gestão, permitindo que os segmentos mais organizados predominem no espaço de representação e conseqüentemente tenham maior participação nas negociações. Exemplifica que, no estado de Minas Gerais alguns comitês de bacia aprovam, ou

⁵⁴ Lê-se no Art. 1º, inciso VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

⁵⁵ Art. 39, incisos I, II, III, IV, V, § 1, 2,3 e 4 referentes à composição do CBH.

não, determinados tipos de outorga, praticando quase as mesmas funções de um órgão gestor. Para este entrevistado, esta situação não está correta, possibilita situações de captura, e refletem uma distorção de funções no sistema de gerenciamento.

Para o entrevistado E2, um desafio para os CBH's é colocar o plano de bacias em prática, já que este é o instrumento de gestão que faz aderir a participação, portanto, é um instrumento fundamental, tanto para convocar a participação, como para discutir como usar os recursos hídricos quando é escasso, bem como para estruturar o conjunto das políticas de determinado território. Para o entrevistado E3, os planos estão sendo feitos por burocratas e técnicos. E apesar das bases do plano serem boas, é preciso legitimá-los. É preciso que ele comece a ser construído da base, da sociedade.

A partir da entrevista realizada com o entrevistado E3, foi possível aferir que para ele o grande desafio para o CBH é a sua sustentabilidade financeira. Esta sustentabilidade financeira depende da distribuição adequada de recursos a serem aplicados em prioridades da bacia hidrográfica e para isso é preciso que se implante o instrumento da cobrança, porém, de forma democrática. É preciso que a sociedade crie o ambiente para construir a sustentabilidade. Então, compreende-se que o sistema não irá dar sustentabilidade para o comitê de bacia e para a sociedade, o processo deve ocorrer em caminho inverso.

Merecem destaque também as categorias: conhecimento do que é e como funciona um CBH; educação e conscientização; e capacitação dos membros e difusão tecnológica. Para que a atuação do CBH seja efetiva, e para que o processo participativo da gestão seja feito com qualidade, a capacitação dos membros é fundamental, como demonstra o depoimento do entrevistado E1,

Precisa aprimorar e melhorar a qualificação dos membros para sair do imediatismo [...] precisa melhorar a capacitação dos membros, para que não veja a coisa no imediatismo e para ver o arranjo o comitê de bacia a longo prazo (E1, 2018).

Para o entrevistado E3 outro grande desafio é aproximar a sociedade civil do comitê de bacia, e para isso é fundamental que se faça a reflexão sobre qual linguagem será utilizada para promover esta aproximação e para mostrar à sociedade a função e funcionamento do CBH. Como exemplo para sanar este desafio, o entrevistado fez o seguinte depoimento,

Para chegar na sociedade civil, claro que na linguagem, contratamos, em 91, especialistas [os nomes não são divulgados] que junto com a secretaria de meio ambiente do estado de São Paulo e consórcio PCJ, montaram cursos no PCJ de educação ambiental para gerenciamento de recursos hídricos, tentando capacitar essas as pessoas (lideranças), e realmente trazer essas as pessoas para dentro dos comitês de bacia.

Uma preocupação que nós tínhamos, e que infelizmente ela se confirmou, era de que a sociedade civil, tirando as lideranças que participaram da criação do comitê, a sociedade civil iria ficar distante do processo, e ficou. Tanto é que está acontecendo hoje, não só no comitê PCJ como em vários comitês, que você chega a ter vagas da sociedade civil que não são desocupadas, uma única ONG tem que ocupar mais de uma vaga. Nós tínhamos que isso iria acontecer (...) e criamos esses cursos que foram fantásticos (E3, 2018).

E apontamento demonstra que para ampliar o processo participativo e aproximar a sociedade civil é necessário que tenha capacitação, difusão tecnológica, educação sobre o CBH e sobre o território de gestão.

Conforme os entrevistados E4 e E5, um desafio importante é realizar a articulação institucional, pois nem todas as decisões sobre a gestão de recursos hídricos podem ser decididas considerando somente o CBH, uma vez que algumas decisões envolvem questões que irão afetar nacionalmente a gestão e a sociedade. Então, em determinadas situações é preciso identificar todas as organizações e instituições que estão nas interfaces de negociação para promover a articulação.

Para o entrevistado E5, outro grande desafio é contornar a descontinuidade de projetos, principalmente quando se consideram o período de vigências dos cargos públicos envolvidos no CBH, “já que estas pessoas estão ali por um período estipulado fora do CBH”. Conforme o entrevistado, muitas vezes, por conta de posições ideológicas, não dão continuidade aos projetos iniciados por mandatos anteriores, e esta questão reflete no CBH.

O entrevistado E2 levantou uma questão importante sobre o principal desafio do CBH, e que está relacionada com diversas categorias, como: infraestrutura; gestão interna; e conhecimento do CBH. A questão refere-se ao protagonismo que o CBH deve ter na sociedade. Conforme depoimento do entrevistado E2,

Os comitês ainda estão mantendo um pouco o seu ritual, não estão sofrendo tanto desafio de credibilidade do que sistema político e do sistema partidário e das estruturas públicas. Ele tem uma boa oportunidade para demonstrar que ele é um lugar onde se pode resolver problemas importantes, não só da água porque se houver uma boa organização ele incide na água, nos parques, nas unidades de conservação, na energia, na produção de alimentação e tudo. Então por isso ele é um elemento importante de desafio de ser mais protagonista. (E2, 2018).

Em suma, a maior parte dos desafios do CBH envolvem questões relacionadas ao processo participativo e a representatividade, que refletem nas decisões sobre a gestão integrada da água de recursos hídricos e na articulação com os ambientes externos a este colegiado.

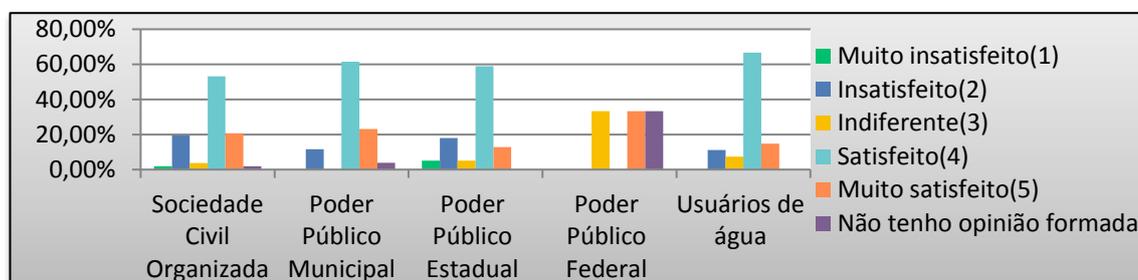
4.2.3 A satisfação dos representantes em relação às reuniões do CBH⁵⁶

Foi solicitado aos respondentes do questionário que considerassem as reuniões do CBH para avaliar a satisfação destes com relação aos aspectos que envolvem 10 situações propostas, com o objetivo principal de investigar desafios na organização e funcionamento do CBH. Para análise dos resultados da questão fechada (com escala de suficiência), foi elaborado um gráfico para cada situação. As 10 situações apresentadas para avaliação foram:

1. satisfação dos membros do CBH em relação a quantidade de representantes
2. diversificação do local das reuniões, ou, diversificação dos municípios onde ocorrem as reuniões;
3. formas de comunicação sobre a reunião (aviso da reunião, divulgação do local, data, pauta);
4. apoio operacional e logístico para participar da reunião (deslocamento, dispensa, recursos);
5. linguagem utilizada durante a reunião;
6. presença proporcional dos segmentos (sociedade civil, usuários e poder público);
7. abertura para emitir opinião durante as reuniões;
8. contribuição dos membros do CBH na formulação das pautas da reunião;
9. tamanho das pautas
10. satisfação dos respondentes em relação aos desdobramentos, comunicação e desencadeamento dos assuntos tratados.

Para a primeira situação, satisfação dos membros do CBH com relação a quantidade de representantes, foi possível observar que, com exceção do poder público federal, mais de 50% do total de respondentes da questão estão satisfeitos com a quantidade de representantes durante as reuniões do CBH, conforme demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5. Grau de satisfação da quantidade de representantes no CBH



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

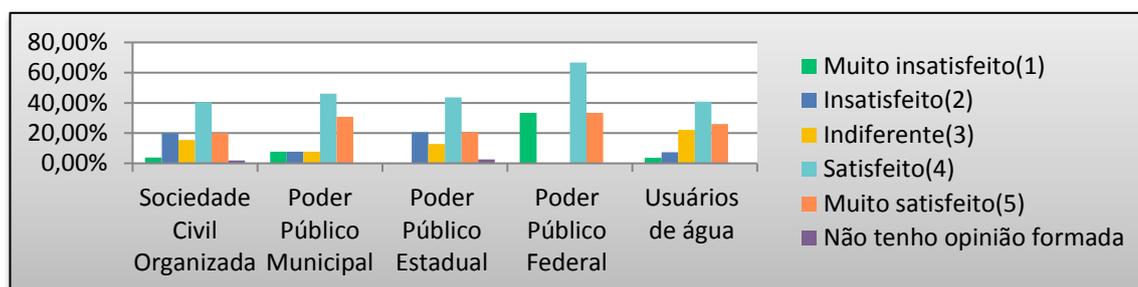
⁵⁶ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Portanto é possível inferir que, nos CBH's que participaram da pesquisa as reuniões estão ocorrendo com representatividade efetiva dos membros em relação a quantidade de representantes.

Em relação a diversificação do local das reuniões, ou diversificação dos municípios onde ocorrem as reuniões, mais de 40% dos respondentes, em todos os segmentos, estão satisfeitos. Os maiores índices de insatisfação são poder público federal, sociedade civil e do poder público estadual, conforme apresentado pelo gráfico 6.

Gráfico 6. Grau de Satisfação da Diversificação do local das reuniões

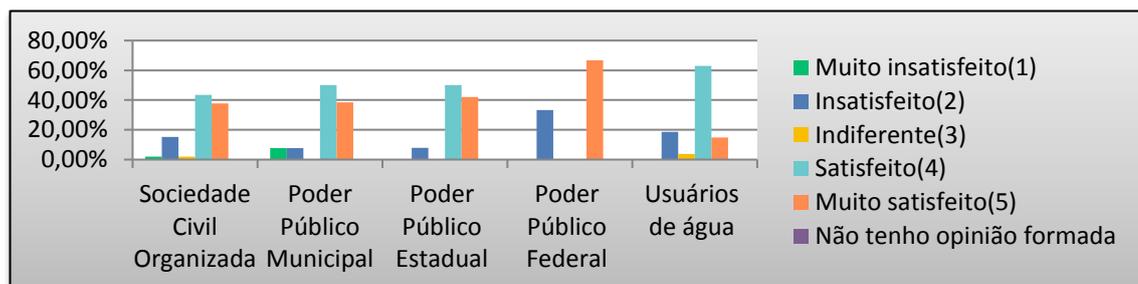


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

É possível que a insatisfação da sociedade civil esteja relacionada com a falta de recursos e infraestrutura para o deslocamento até o local da reunião, fato citado em outros momentos do questionário. O poder público federal pode estar muito insatisfeito, pois é provável que precise se locomover do Distrito Federal à reunião em determinado município da bacia hidrográfica correspondente ao CBH.

Com relação ao grau de satisfação sobre as formas de comunicação sobre a reunião (aviso da reunião, divulgação do local, data, pauta), a maior parte dos respondentes, em todos os segmentos, estão satisfeitos ou muito satisfeitos, conforme apresentado pelo gráfico 7.

Gráfico 7. Grau de satisfação sobre as formas de comunicação sobre a reunião (aviso da reunião, divulgação do local, data, pauta)

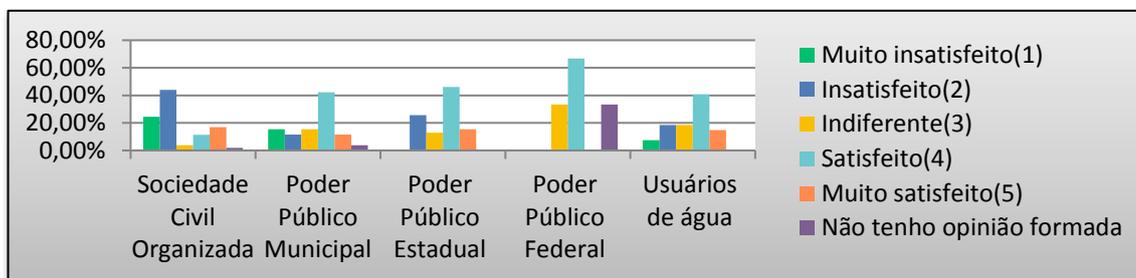


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Os dados demonstram que os meios utilizados para a comunicação aos membros do CBH a respeito das atividades estão sendo suficientes, porém, o certo grau de insatisfação de alguns representantes demonstra que estes meios podem ser melhorados.

Para o apoio operacional e logístico para participar da reunião -deslocamento, dispensa, recursos, aproximadamente 44% dos respondentes da sociedade civil organizada estão insatisfeitos, e 25% estão muito insatisfeitos, e a maioria dos respondentes dos outros segmentos estão satisfeitos, conforme demonstra o gráfico 8:

Gráfico 8. Apoio operacional e logístico para participar da reunião (deslocamento, dispensa, recursos)

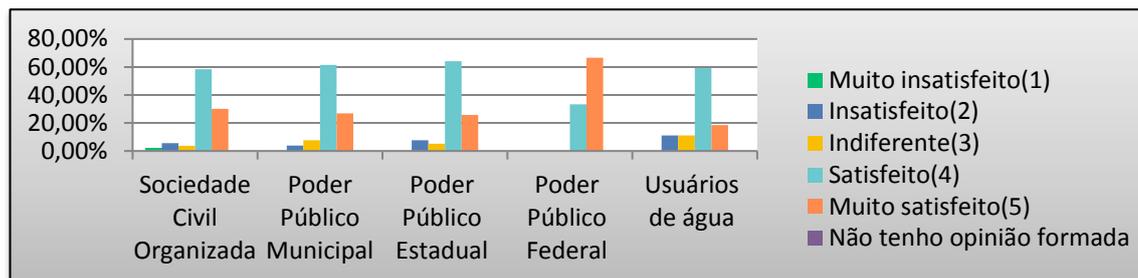


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Alguns CBH possuem formas de dar apoio financeiro a este segmento, sobretudo quando a cobrança já está instalada na bacia hidrográfica, como é o caso do CBH PCJ. Para o entrevistado E3, é preciso uma parceria para dar sustentabilidade ao sistema, para que a questão dos recursos financeiros, operacionais não impeçam a troca de experiências e a participação dos membros nos colegiados.

O entrevistado E4 sugere que esta discussão deve ser atrelada a escala de abrangência do CBH, a obrigatoriedade de o representante ser [no sentido de atuar, residir] realmente da bacia hidrográfica do qual ele exerce a representação e de delimitar os recursos, considerando estas questões.

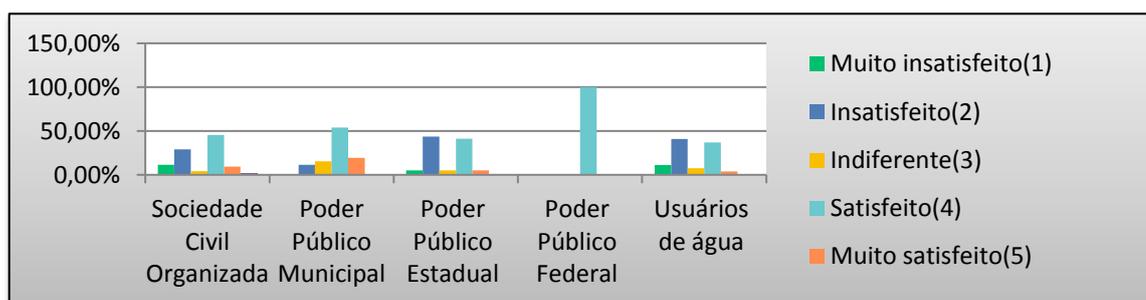
Sobre a linguagem utilizada durante a reunião, todos os segmentos apontam estar satisfeitos ou muito satisfeitos, conforme apresenta o gráfico 9.

Gráfico 9. Linguagem utilizada durante a reunião (compreensão do que foi dito)

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

E, embora os dados demonstrem a satisfação dos membros em relação a linguagem durante as reuniões, é necessário fazer a ressalva que, ao longo da pesquisa, foi observado que o uso da linguagem excessivamente técnica é preponderante nas reuniões e momentos de deliberação, o que implica negativamente na inconsistência por parte dos membros do CBH nos momentos de votação.

Com relação a presença proporcional dos segmentos - sociedade civil, usuários e poder público nas reuniões, aproximadamente 40% do poder público estadual e dos usuários de água estão insatisfeitos. Por outro lado, aproximadamente 40% da sociedade civil, poder público municipal, estadual e usuários de água estão satisfeitos, conforme demonstra o gráfico 10:

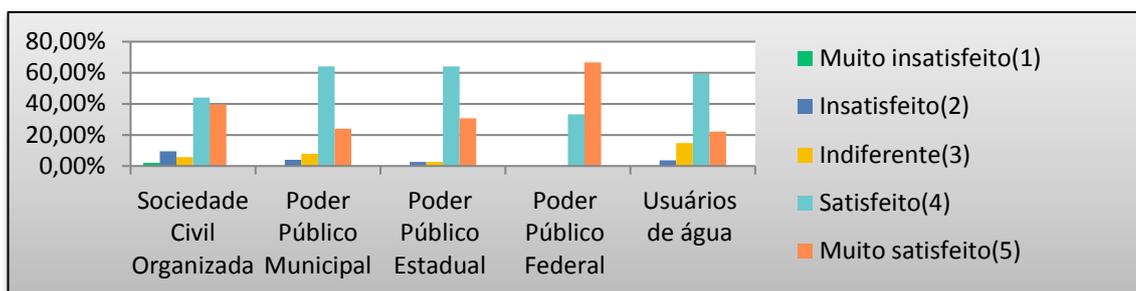
Gráfico 10. Presença proporcional dos segmentos (sociedade civil, usuários e poder público)

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A insatisfação dos segmentos da sociedade civil e usuários de água aparecem em outros momentos da pesquisa, sobretudo em relação à presença proporcional em relação à sociedade civil.

Sobre a abertura para emitir a opinião, considerando o incentivo, apoio e respeito dos outros membros durante as reuniões, mais de 50% do poder público estadual, municipal e usuários de água estão satisfeitos com a situação. Grande parte da sociedade civil está satisfeita ou muito satisfeita, conforme dados apresentados no gráfico 11,

Gráfico 11. Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião durante a reunião

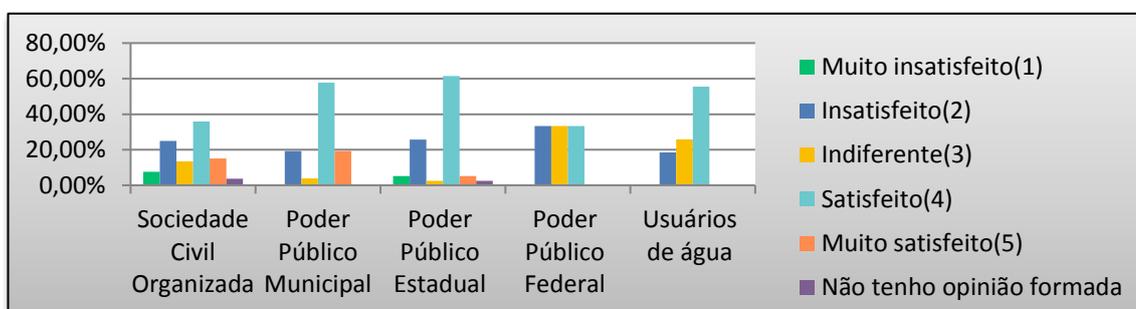


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Então, é possível inferir que nos CBH's, que estão representados no questionário, está ocorrendo um processo de negociação com espaços de participação e interlocução democráticos, e que os membros estão se sentindo respeitados.

A análise da contribuição dos membros do CBH na formulação das pautas da reunião, demonstrou que em todos os segmentos, mais de 30% dos respondentes estão satisfeitos com a situação. Os segmentos mais insatisfeitos são a sociedade civil e o poder público federal e estadual (gráfico 12):

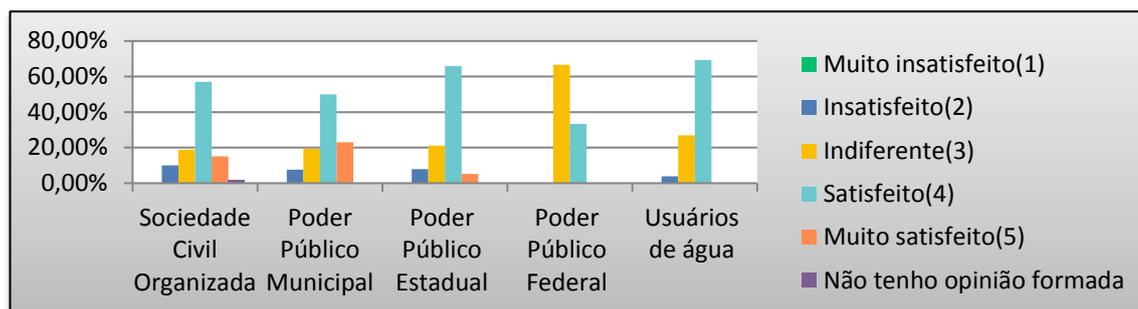
Gráfico 12. Contribuição dos membros do Comitê na formulação das Pautas



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Em relação ao tamanho das pautas, Aproximadamente 50% (para mais) dos respondentes, dos segmentos da sociedade civil organizada, poder público municipal e estadual e usuários de água, estão satisfeitos. A quantidade de insatisfeitos foi maior na sociedade civil organizada, conforme apresenta o gráfico 13:

Gráfico 13. Tamanho das pautas



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Realizando a comparação das análises sobre formulação das pautas, tamanho das pautas, com outras questões levantadas como, o espaço de interlocução e divulgação das pautas, é possível verificar uma questão controversa. Alguns respondentes se mostraram insatisfeitos com a formulação das pautas, por outro lado, apontaram estar satisfeitos com o tamanho destas.

Neste sentido, é possível que esteja ocorrendo algumas situações, como: não está ocorrendo a participação de todos os membros na formulação das pautas, o que implica em um espaço de negociação não tão democrático; estão ocorrendo falhas de comunicação entre CBH e membros, que não estão sendo informados para participar na formulação de pautas; as pautas estão sendo formuladas por um grupo pequeno dentro do CBH; as pautas não estão adequadas às demandas prioritárias da bacia hidrográfica, dentre outras situações.

Vale ainda mencionar a opinião dos entrevistados sobre as pautas, dada a importância deste assunto para os CBH's. Conforme o entrevistado E1 as pautas são fundamentais para instrumentalizar os membros do CBH, e é preciso refletir sobre uma forma coerente de fazer e encaminhá-las aos membros (E1, 2018).

Com base na opinião do entrevistado E3, para que as pautas sejam efetivas e “atrativas” é preciso que as leve das regiões hidrográficas para os colegiados. Faz seu depoimento, referindo-se também à importância do sistema de gerenciamento específico de cada bacia hidrográfica, e à menor importância que deve ser dada aos discursos que visam definir uma base comum do sistema, no qual o Brasil atualmente mantém sua gestão de recursos hídricos,

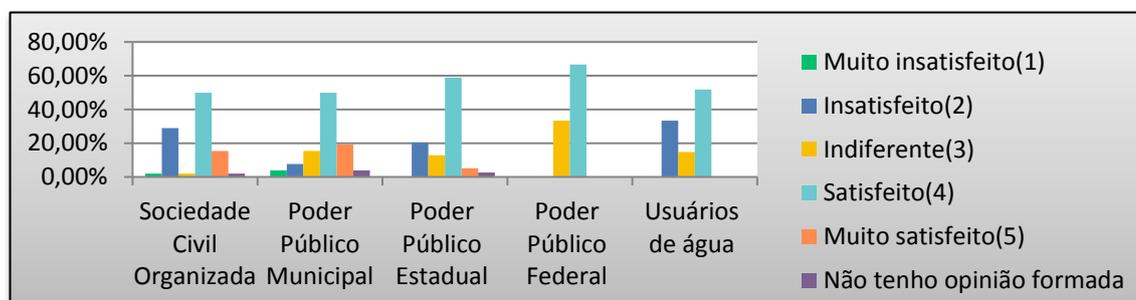
O Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem tido reuniões com pautas muito pouco atrativas, porque as pautas atrativas são pautas que as regiões hidrográficas levam para o conselho, se as regiões hidrográficas deixam de levar pautas para os conselhos, as pautas passam a ser burocráticas [como notas técnicas, por exemplo]. (E3, 2018).

Para o entrevistado E4, é preciso focar as discussões em pautas legais, que devem estar vinculadas ao que o CBH tem como função principal na gestão. Os CBH's devem evitar questões correlatas antes de elencar e discutir as prioridades, como discutir outras agendas que muitas vezes não estão em suas atribuições, como por exemplo a agenda ambiental (E4, 2018). Conforme o entrevistado, pautas “fracas não atraem” a participação dos membros. Exemplifica a questão discorrendo que em sua avaliação “há um esvaziamento do CNRH por conta de pautas fracas”, e o mesmo se repete no CBH” (E4,2018).

Então, é possível aferir que as pautas são imprescindíveis para um debate equilibrado e para que as ações de gestão do CBH tenham efetividade, e por isso devem ser debatidas e priorizadas pelos membros nos ambientes colegiados.

A última situação, apresentada pelo gráfico 14, avaliou o grau de satisfação dos respondentes em relação aos desdobramentos, comunicação e desencadeamento dos assuntos tratados. Mais de 50% dos respondentes, em todos os segmentos, estão satisfeitos com a situação, e uma expressiva quantidade de membros da sociedade civil e usuários de água insatisfeitos.

Gráfico 14. Desdobramentos, comunicação e desencadeamento dos assuntos tratados



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

De forma geral, mais de 30% dos respondentes afirmaram estarem satisfeitos em cada situação apontadas. O grau de insatisfação variou conforme a situação, e foi mais expressivo para a situação de apoio operacional e logístico. Ademais, o poder público federal foi o que mais se mostrou indiferente a essas situações.

Ao final da questão, 57 pessoas deixaram comentários adicionais, conforme demonstrado no **Apêndice F “Comentários adicionais sobre satisfação dos membros em relação às reuniões, do questionário de pesquisa”**. Foi possível identificar novas situações que não estavam delimitadas no questionário.

Dentre estas novas situações destacam-se: falta de comunicação entre Câmaras Técnicas e outros setores do CBH nas reuniões; falta de interesse pessoal e o não comparecimento às reuniões; predomínio de questões políticas e de poucos grupos que influenciam nas pautas e decisões de gestão; participação das prefeituras somente quando na pauta tem aprovação de recursos e projetos; e pautas formuladas pela diretoria do CBH.

Como aspecto positivo foi indicada a ação da Agência de Bacia como facilitadora no processo de comunicação, e pessoas novas nos CBH' que estão comprometidas com a gestão dos recursos hídricos e comparecem às reuniões. Foi mencionado também que quando o CBH é pequeno, facilita a comunicação entre os membros.

4.3 A participação na gestão de recursos hídricos

Para investigar o entendimento dos membros dos CBH's sobre a participação na gestão dos recursos hídricos e seus respectivos desafios, foram propostas 5 questões: o que é participação na gestão dos recursos hídricos; avaliação do engajamento e atuação dos segmentos; metas ou programas para ampliar ou melhorar a participação; conhecimento sobre espaços ou iniciativas que proporcionam a participação social; e necessidades ou lacunas para melhorar ou aprimorar a participação.

A análise destas questões demonstra que os respondentes possuem múltiplas maneiras de interpretar o que é a participação na gestão dos recursos hídricos, corroborando que o entendimento sobre conceito de participação é plural e varia conforme as vivências pessoais, experiências, conhecimentos, intenção política, e demonstrando as dificuldades que permeiam a *práxis* que envolve este conceito em relação às políticas públicas, cabendo até citar que a não participação pode ser entendida como uma forma de participação.

4.3.1 O que é participação na gestão da água e dos recursos hídricos⁵⁷

Na questão aberta e qualitativa, buscou-se levantar o entendimento dos respondentes sobre o conceito de participação. Para análise, as respostas foram separadas por segmentos e por categorias, conforme o quadro do **Apêndice G “Quadro: o que é participação, por segmentos e categorias de análise”**. Os depoimentos dos entrevistados foram incorporados ao longo do texto. As principais categorias identificadas foram:

- PNRH-criação do CBH como ambiente institucional para participação;
- Atuação nos colegiados: representação e representatividade nas instâncias;
- Abertura para participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos - democratização da gestão;
- Aplicação de metodologias, ações e projetos participativos nos instrumentos;
- Educação e informação;
- Outras categorias e Comentários.

As primeiras questões de destaque, levantadas pelos entrevistados E1 e E2, referem-se ao entendimento, significado e a *práxis* que permeia o conceito de participação.

Para o entrevistado E1, entender o conceito é basal para qualquer ação política e social. Conforme seu depoimento,

É preciso [primeiro] se apropriar do significado, do conceito, do processo participação. Qual é o objetivo da participação? É só fazer número? Não é né. É preciso levar esta conscientização a todos os membros de levar o significado da participação social que a lei apregoa (E1, 2018).

Para o entrevistado E2 a participação está na base da estrutura política. Conforme o entrevistado E2,

A participação é uma coisa muito importante, porque sem a participação a democracia não existe. Participação são problemas [no sentido que ocorre permeada de conflitos: individuais e coletivos]. Se não tiver problemas que o sujeito sinta [que são] dele, e necessidades, vai ser difícil. Essa é uma lacuna que tem. É de direcionar. É de política. Não é [questão de] vontade, [que] é uma coisa subjetiva. Mas é uma política contínua de motivação para participação de todos os segmentos, envolvidos, de ouvir, não só para seguir procedimentos burocráticos de ter que fazer a reunião de tal e tal (E2, 2018).

Inclusive, uma parte dos respondentes do questionaram vincularam a participação com a PNRH e a criação institucional dos CBH's, dizendo que a participação é o meio em que se inserem pautas e opiniões, ou é justamente o papel desempenhado pelos CBH's, sendo a própria

⁵⁷ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

criação do CBH. Ainda nesta linha, apontaram que a participação é a garantia da gestão integrada e de qualidade dos recursos hídricos.

Com base no raciocínio do papel dos CBH's e por consequência dos segmentos, o entrevistado E5 afirma que existe diferença entre a participação pública e a participação social, frisando a importância da participação ampla e que a negociação entre todos os poderes e segmentos é fundamental. Constata que não há possibilidade da sociedade civil trabalhar individualmente, sem apoio dos outros segmentos, mas que a sociedade civil tem um valor e uma força necessária no sentido de pressionar o poder público para manter uma gestão democrática e descentralizada.

Conforme seu depoimento,

Tem muita diferença. A sociedade civil não tem compromisso com ninguém [no sentido de atuar com um partido político]. A sociedade civil tem uma vantagem de não ter “rabo preso” [com determinado político]. Com a sociedade civil você consegue trabalhar e pressionar o poder político. A participação do poder público está associada ao poder público [instituições públicas, órgãos públicos, funcionários de cargos públicos] (E5, 2018).

A participação como atuação da sociedade civil organizada, e ampliada para a sociedade, sobretudo pela sociedade civil organizada, também foi destacada no questionário. Os respondentes apontaram que, para eles, a participação é o engajamento de toda a sociedade na gestão dos recursos hídricos, é a busca do “*empowerment*” da população, é a busca de soluções para atender o coletivo e não apenas o interesse local. Para o entrevistado E1 o empoderamento dos membros do CBH para efetivar o processo participativo com qualidade é fundamental.

O entrevistado E2 coloca que a qualificação da participação está atrelada à informação, ao conhecimento e à capacidade de mobilizar, e que existem diversas maneiras de movimentar a participação. Com relação a participação e os CBH's, coloca que esta instância deve ter “criatividade”, e que por isso é fundamental entender que o CBH deve mobilizar a sociedade e comunicar sobre sua existência.

Destaca-se que os respondentes, de todos os segmentos, vincularam a participação com educação e informação. Entre as respostas, está a importância da informação que preceda a participação, conhecimento técnico e científico para propor ações na gestão, a ampla divulgação e publicidade das ações de gestão e do próprio CBH, estudar e entender os problemas da bacia.

Apontaram que a participação é fonte de informação e controle, assim como ser consciente dos próprios direitos e deveres.

O entrevistado E3, ao referir sobre o processo que o CBH PCJ fez para aproximar a sociedade civil do comitê de bacia, apontou que é de suma importância o processo de informação, educação e capacitação para efetivar a participação. Porém, quando aplicado na prática este processo no Comitê PCJ, percebeu-se que as ações de educação realizadas não atingiram o objetivo, e a sociedade civil continuou distante da gestão, com pequena participação. Para este entrevistado, um dos motivos foi:

O motivo é um só, primeiro, as sensibilizações não conseguiram demonstrar para a sociedade [civil] que ter um comitê de bacias não era ter o fim do caminho, ou a solução implantada. Criar um comitê de bacias era apenas criar um parlamento das águas, e esse parlamento das águas é que iria tomar decisões sobre políticas públicas, e as pessoas não conseguiram compreender isso, até agora não conseguiram compreender. Eles pensam que comitê de bacias é o local onde ele vai procurar recursos financeiros para resolver o problema de sua prefeitura, de sua ONG, e não o local onde ele vai fazer o exercício de gestão descentralizada e participativa (E3, 2018).

Outro ponto de destaque com relação ao questionário, foi de que a maior parte dos respondentes, considerando todos os segmentos, correlacionou a participação com a representação e a representatividade, e com a atuação dos membros dos CBH's. Nesta correlação, os respondentes apontaram que a participação é a representação efetiva da sua instituição e do seu segmento nos colegiados. É ter a oportunidade de representar. Ainda neste sentido, é ter a voz ativa e poder participar das discussões e decisões, colocando o seu ponto de vista e ter a sua opinião levada em consideração.

E para tanto, ressalta-se a importância da capacitação dos membros. Na fala do entrevistado E1:

o comitê será do tamanho dos membros que o compõem [falando da importância da capacitação, da qualificação dos membros para atuar no comitê de bacia], o valor do comitê é igual ao valor dos seus membros (E1, 2018).

Neste sentido, a participação envolve antes de tudo comprometimento e envolvimento de quem está no processo. Acrescenta-se a importância de um representante que mobilize para que o processo participativo amplo ocorra. Para o entrevistado E4,

“uma liderança tem o poder de influenciar e mobilizar para que haja a participação ampliada, e decisões amplamente discutidas na gestão” (E4, 2018).

Ainda sobre representatividade, os respondentes do questionário citaram que a participação é cumprir o papel dentro dos CBH's, atuar de forma a multiplicar as informações e decisões, é promover a discussão, dialogar com os setores envolvidos e ter o comprometimento e a responsabilidade na gestão. Apontaram que a participação é a união de todos os segmentos com representatividade, envolvimento real na escolha e acompanhamento dos projetos, é ser agente ativo e proativo na gestão dos recursos hídricos, é estar presente nas reuniões, entre outros atributos.

Uma parcela menor dos respondentes apontou que participação é colaborar para colocar em prática os instrumentos de gestão, é ter um plano bem estruturado e compatibilizado com outros planos e ações, é participar por meio de processos interativos de construção coletiva, que permitam em suas práxis a troca de saberes e a busca de programas e ações factíveis para a gestão dos recursos hídricos.

Em linhas gerais, os depoimentos demonstram que, a participação é um processo que está relacionado à política em seu sentido amplo e à democracia, e que depende de um processo contínuo que envolva a conscientização do significado de participar. Uma questão importante é conseguir diferenciar as formas de participação para compreender quais são os compromissos que devem ser assumidos por parte dos segmentos. Ou em outras palavras, diferenciar a participação pública, da participação social, da participação popular, partindo do princípio de que existe um conjunto destas formas e instâncias de participação que resultam nas negociações e deliberações da gestão dos recursos hídricos.

4.3.1 O engajamento (envolvimento e empenho) e a atuação (discussões e ações conjuntas) dos segmentos no CBH⁵⁸

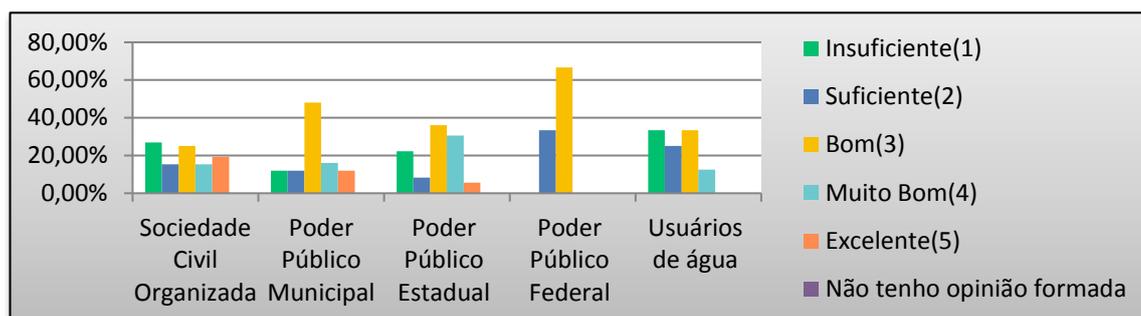
Foi solicitado aos respondentes que avaliassem os segmentos conforme o engajamento e atuação destes no CBH. Para análise dos resultados da questão fechada (com escala de suficiência), foram elaborados gráficos por segmento avaliado. Somaram-se a esta avaliação os depoimentos dos entrevistados.

⁵⁸ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Uma parcela de 27% da sociedade civil avaliou o seu próprio segmento com uma atuação e engajamento insuficiente. Um total de 48% dos respondentes do poder público municipal, 36% do poder público estadual e 66% do poder público federal avaliou como sendo boa a atuação e o engajamento da sociedade civil no CBH, conforme mostra gráfico 15:

Gráfico 15. Avaliação do engajamento e atuação do segmento da Sociedade Civil Organizada



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Destaca-se que para o entrevistado E3, apesar da sociedade civil ser importante nos CBH's, o movimento que existe, por parte da sociedade civil, independente do CBH é ainda mais importante. Mas quando a atuação da sociedade civil está inserida no CBH é preciso o apoio técnico e do poder público.

Conforme depoimento do entrevistado E3,

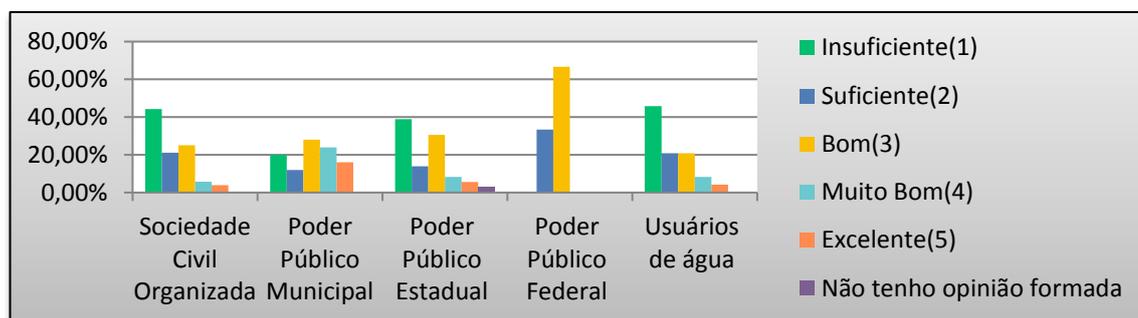
Eu até enalteço muito mais a organização da sociedade antes, ou pré-comitê, do que comitê, porque com a estrutura do comitê que a gente tem, seja de domínio das legislações dos estados ou da união, você não consegue enquadrar o Brasil dentro dos comitês, só que através das associações de engenheiros de arquitetos, de igrejas sejam evangélicas ou católicas, qualquer tipo de organização, você consegue ter a política pública de gerenciamento de recursos hídricos ser implementada, independente ou não dos comitês de bacia (E3, 2018).

A colocação do entrevistado em relação a importância da atuação da sociedade civil está inclusive relacionada com outras formas de participação e alternativas organizacionais para a gestão dos recursos hídricos.

O entrevistado E5 frisa o fato da divisão dos segmentos dentro do CBH, para falar que a sociedade civil “faz o que pode, briga”, e que possuiu uma boa atuação. Mas que é necessário o apoio do poder público, pois este segmento é quem possui a maior força nas negociações.

Com relação ao poder público municipal, este foi avaliado com engajamento e atuação insuficientes no CBH por aproximadamente 40% dos respondentes da sociedade civil, poder público estadual e usuários de água. As melhores avaliações foram atribuídas pelo próprio segmento e poder público federal, conforme o gráfico 16. Estes dados exprimem a ausência dos representantes do poder público municipal (prefeitos e assessores) nas reuniões do CBH, e a fragilidade organizacional deste ente federativo.

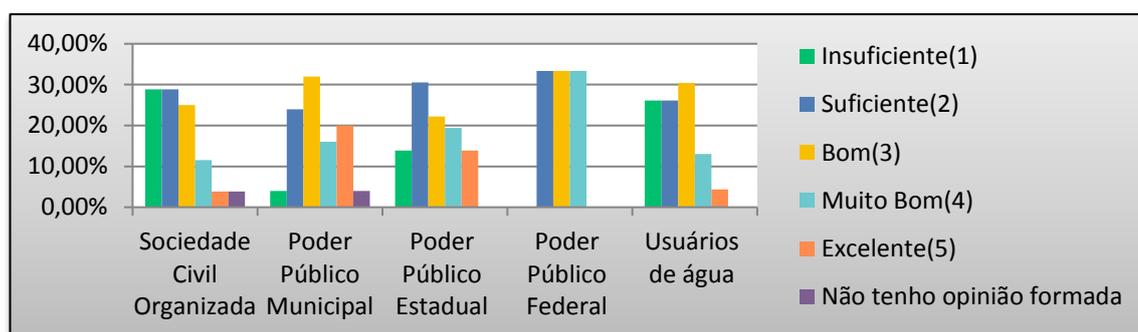
Gráfico 16. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Municipal



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A atuação e engajamento do poder público estadual foi avaliada como boa por 32% do poder público municipal, e mais de 30% do poder público estadual, avaliou o seu próprio segmento com atuação e engajamento suficientes, conforme o gráfico 17:

Gráfico 17. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Estadual

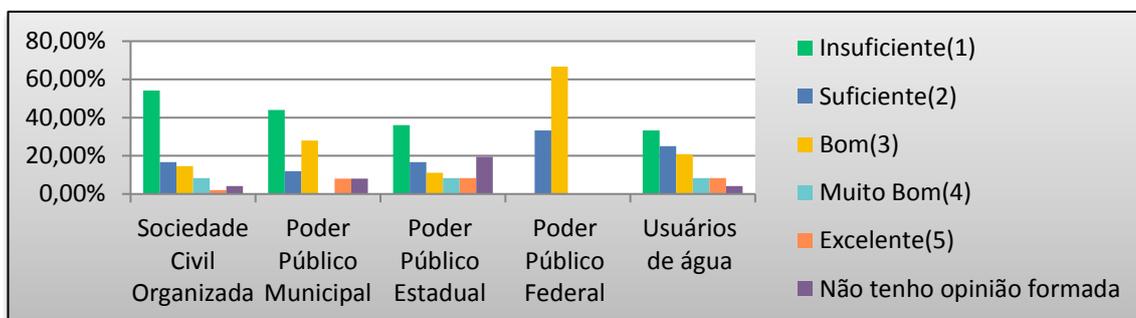


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A atuação e engajamento do poder público federal no CBH foi apontada como insuficiente por mais de 50% da sociedade civil e por 40% do poder público municipal. A avaliação de melhor engajamento e atuação foi atribuída pelo próprio segmento, conforme

apresenta o gráfico 18. É válido frisar que nem sempre é necessária a atuação ou engajamento do representante do poder público federal nos CBH estaduais. Estas atribuições limitam-se principalmente aos CBH's interestaduais ou ao CNRH.

Gráfico 18. Avaliação do engajamento e atuação do segmento do Poder Público Federal

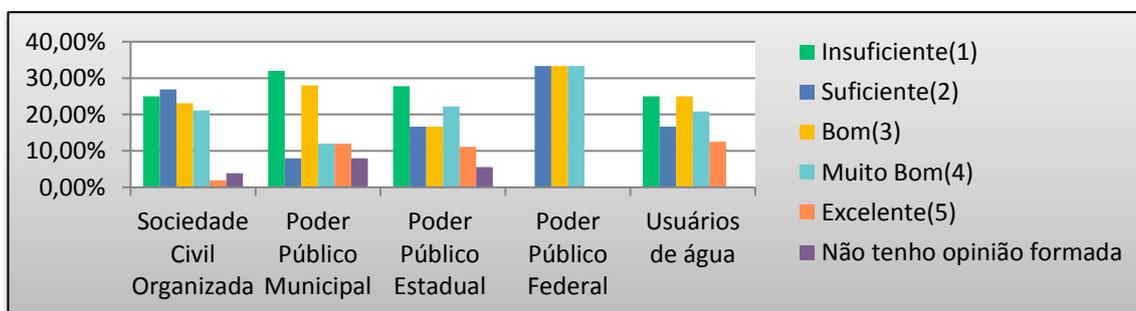


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Para o entrevistado E2, o segmento que possui maior liberdade e tempo disponível para atuar e se envolver com o CBH é o poder público (municipal, estadual e federal) por meio dos seus servidores, e em segundo lugar estão os usuários, uma vez que pagam pelos recursos hídricos, considerando os usuários urbanos e rurais. Para este entrevistado, estes segmentos também são os grandes responsáveis pela gestão, e por isso, possuem obrigação de participar ativamente e com engajamento nos CBH's.

Os usuários de água foram avaliados com atuação e engajamento insuficiente por 25% da sociedade civil organizada, pelo próprio segmento e por 32% do poder público municipal (gráfico 19).

Gráfico 19. Avaliação do engajamento e atuação do segmento dos usuários de água



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Ressalta-se, com base nos apontamentos de todos os entrevistados, que o segmento dos usuários de água é composto por representantes de diversas instituições que são conflitantes

entre si com relação ao uso dos recursos hídricos. É provável que os usos conflitantes desarticulem este segmento, enfraquecendo a atuação dos membros destas instituições nos CBH's. A exemplo destes conflitos estão os usos agrícolas e industriais, ou usos para fins de geração de hidroeletricidade e navegação.

Os respondentes deixaram comentários adicionais, que são importantes desafios para a gestão integrada dos recursos hídricos. Destacam-se: a falta de articulação e transparência entre os segmentos, e entre os projetos municipais e estaduais; a falta de inclusão da população mais jovem no CBH; a atuação de membros e instituições nos CBH's, por interesses pessoais e ou financeiros, e a confusão que se faz para distinguir o que é e qual a função do segmento da sociedade civil organizada e dos usuários de água em algumas legislações estaduais.

Como resultado geral, é possível constatar que o poder público municipal e o poder público federal foram os que receberam a maior quantidade de avaliação insuficiente para a atuação e engajamento nos CBH's. A avaliação de excelente não ultrapassou o total de 12% dos respondentes para nenhum dos segmentos. As melhores avaliações (muito bom e excelente) foram apontadas para os usuários de água e para a sociedade civil.

Ademais, o engajamento e atuação dos membros no CBH são atribuições fundamentais para articular e promover o processo participativo no CBH. As relações verticais e horizontais da gestão são aprimoradas a partir destas atribuições qualitativas. Sem o engajamento e a atuação dos membros no CBH, considerando as demandas de seus segmentos, é possível, entre outras coisas, que as deliberações fiquem centralizadas ou prejudicadas.

4.3.2 Metas e/ou programas (que estão ou não nos Planos de Bacia) do CBH e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação⁵⁹

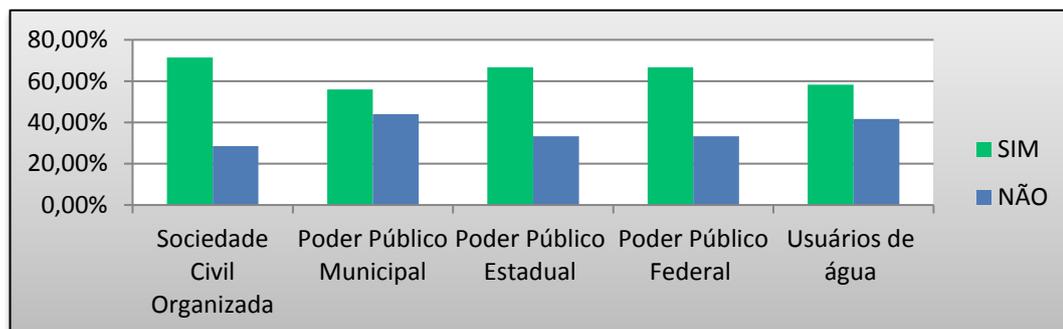
Procurou-se investigar se os respondentes do questionário conheciam metas ou programas dos CBH's que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação para compreender se a gestão dos recursos hídricos, feita nestes ambientes, está efetivamente preocupada com o processo participativo e de que forma isto está ocorrendo.

⁵⁹ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Considerando todos os segmentos, mais de 55% de respondentes, de cada segmento, afirmaram conhecer as metas ou programas, e a sociedade civil destaca-se entre os segmentos que mais afirmou ter esse conhecimento, conforme gráfico 20:

Gráfico 20. Conhecimento de metas e/ou programas (que estão ou não nos Planos de Bacia) do CBH, e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Para as pessoas que afirmaram conhecer, foi solicitado que identificassem e avaliassem essas metas e programas. Além da avaliação, as pessoas deixaram comentários adicionais. Contudo, nem todos respondentes identificaram quais são estas metas ou programas, ou fizeram a avaliação. Esta situação criou uma lacuna para a análise da questão.

Como solução possível para sanar este problema de pesquisa foi elaborado um quadro por segmento, com o programa, meta e a avaliação mencionada, conforme **Apêndice H “Conhecimento e avaliação de metas e ou programas do CBH, e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação”**.

De forma geral, foi possível observar que, ao menos metade dos respondentes associam qualquer meta e programa do CBH, em princípio, ao Plano de Bacia e aos instrumentos de gestão e a obras, como: revisão da tarifa de cobrança; construção de açudes; controle de erosão; programa de enquadramento; metas de perdas físicas; cadastro de usuários entre outras. Isso indica que, mesmo que estes programas e metas apontados não estejam diretamente relacionados com a participação, é possível que, por meio dos instrumentos e obras de gestão, os membros do CBH percebam caminhos para ampliar, melhorar ou aprimorar a participação.

Os exemplos de metas e programas apontados, que envolvem diretamente a participação, e em sua maioria avaliados como efetivos ou em fase de implantação, sobretudo quando possuem alguma regularidade, em grande parte, foram: programas de educação

ambiental; divulgação do CBH em sites e outros canais de comunicação; treinamento dos membros; capacitação técnica e comunicação social. A falta de efetividade ou concretização de ações e projetos foi associada à falta de recursos financeiros ou ausência de Agência de Bacia.

Foram citadas algumas ações, que também podem contribuir para ampliar, aprimorar ou melhorar a participação. Destacam-se: criação de comissões gestoras; necessidade de implantação dos instrumentos de gestão, sobretudo a cobrança, para incentivar os programas e ações; e tornar as ações do plano mais efetivas e menos burocráticas.

4.3.3 Outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social⁶⁰

Com intuito de identificar a existência de outras formas de participação (que não envolvem necessariamente o SINGREH e os CBH's), como são estruturadas e qual o grau de envolvimento que proporcionam, foi investigado se os respondentes do questionário e entrevistados são membros de outros espaços, ações e iniciativas que proporcionam a participação social.

No questionário, em primeiro momento as pessoas afirmavam ou não fazer parte de outros espaços. Depois apontavam exemplos e realizavam uma breve avaliação. Porém, a pergunta, por conta de sua formulação, abriu uma lacuna para identificar com rigor se os participantes participam ou apenas conhecem os espaços e ambientes, já que a grande maioria dos respondentes não especificou a resposta e não a avaliação. Além disso, a pergunta também provocou um duplo sentido, pois muitas pessoas citaram ações, espaços e iniciativas ainda voltadas para a participação na gestão de recursos hídricos.

Então, foi preciso considerar a situação apontada na análise dos dados. E para tanto, foi elaborado um quadro para as respostas abertas, apresentado no **Apêndice I “Outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social”**. As respostas repetidas foram agrupadas, na medida do possível, quando não eram acompanhadas de comentário adicional. Os depoimentos dos entrevistados foram considerados, ao longo do texto, e todos afirmaram participar ou conhecer sobre o assunto investigado.

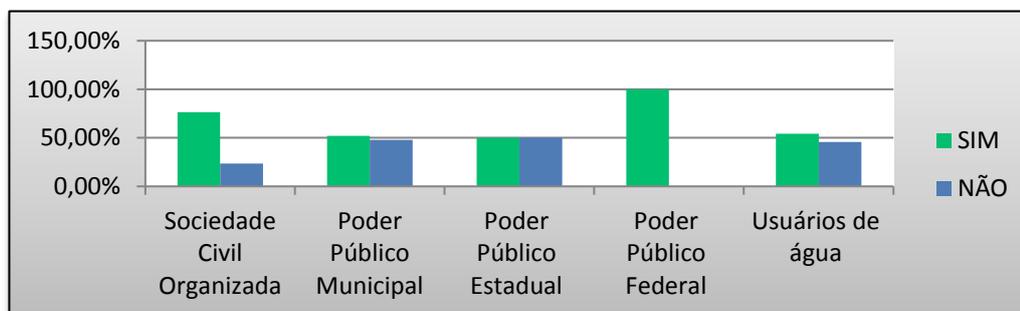
Como resultado, ao menos 50% de respondentes de cada segmento afirmou conhecer ou fazer parte de outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social,

⁶⁰ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

predominando o poder público federal e a sociedade civil organizada, conforme observado no gráfico 21,

Gráfico 21. Respondentes que fazem ou não parte de outros espaços, ações ou iniciativas que proporcionam a participação social



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Interessante observar uma tendência sobre as pessoas que afirmaram participar de espaços ou iniciativas que promovem a participação, sendo que estas indicaram que participam de pelo menos 2 espaços ou mais de uma iniciativa. Esta tendência pode ser vista como um perfil de proatividade em relação a atuação dos indivíduos na vida pública.

Foi possível observar que, as pessoas que fazem parte do grupo sociedade civil, e afirmaram conhecer, ou participar de outros espaços e ações, deram como exemplos principalmente os conselhos municipais de meio ambiente e outros conselhos como o de saúde, consultivos, de bairro, gestor de APA's. As ONG's foram as segundas mais citadas. Em relação aos espaços e ações diretamente relacionados à gestão dos recursos hídricos, foram citados sobretudo os CERH, as CT's e ações de educação ambiental. Também foi citado o projeto *Cultivando Água Boa* e os Fóruns e Encontros dos CBH's.

Os respondentes do poder público municipal citaram como exemplos principalmente os Conselhos Municipais de Meio Ambiente entre outros conselhos, como saúde, Unidade de Conservação, educação, turismo, e projetos que envolvem a educação ambiental no âmbito do município. Como exemplos para espaços e iniciativas diretamente relacionados à gestão dos recursos hídricos foram citadas algumas instituições filantrópicas e religiosas.

Os conselhos também foram os mais apontados pelo poder público estadual e federal, além de ONG's e a coordenadoria de educação ambiental. Como exemplos de ações e iniciativas, diretamente relacionadas à gestão de recursos hídricos, foi citado programa de

capacitação e educação na gestão de recursos hídricos, associações de usuários de água e Fóruns do CBH. No âmbito federal também foram citadas as CT's.

Os usuários de água citaram em primeiro lugar os conselhos, sobretudo de meio ambiente, seguido de ONG's e sindicatos. Como parte direta da gestão de recursos hídricos, foram citados CERH e CNRH, Fóruns de discussão, e programas e atividades de educação ambiental.

Foi apontado pelo entrevistado E1 a importância de grupos de trabalhos como outros arranjos importantes na gestão, como exemplo citou o grupo de trabalho que a ANA montou para tratar das questões do CBH São Francisco por conta do período de escassez hídrica. Neste grupo, identifica o entrevistado, existe uma forte liderança que faz com que os membros do grupo atuem coletivamente e com seriedade em relação às decisões da gestão. Porém, é importante em novos arranjos uma sustentabilidade financeira mínima para se fazer a gestão.

O entrevistado E2 mencionou que, no estado do Maranhão, escolas mobilizavam para que os recursos hídricos fossem reconhecidos. Neste estado há a criação de comitês jovens de bacia em escolas e alunos como membros dos conselhos. Estes arranjos pressionam o Estado para que o sistema de gestão de recursos hídricos funcione.

Para o entrevistado E3, o Consórcio [falando sobre o Consórcio PCJ] é uma outra forma de organização importante para a gestão dos recursos hídricos, inclusive, no caso específico do Consórcio PCJ este impulsionou a forma que a gestão dos recursos hídricos seria delineada no estado de São Paulo, a partir da década de 90. No estado de São Paulo, o Consórcio PCJ está como fomentador da política estadual e nacional dos recursos hídricos. Para este entrevistado, esta forma de organização necessita de sustentabilidade financeira, sistema de informações, apoio do poder público e órgãos de comando, controle e gestores dos recursos hídricos. No caso do Consórcio PCJ, esta forma de organização aproximou os municípios, não para concorrer com o Estado, mas para somar à gestão.

Para este entrevistado não é imprescindível que exista o CBH para se fazer a gestão de recursos hídricos. Outros arranjos podem realizar a gestão, como frisa, é o caso dos consórcios. Ressalta que o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, seja ele qual for, necessita de sustentabilidade. A vontade popular é que dá sustentabilidade aos instrumentos de gestão. E por isso, para o entrevistado, a sociedade não precisa do sistema para implementar instrumentos, sejam eles da política ambiental, municipal. Argumenta que a sociedade consegue se organizar paralelamente ao sistema.

O entrevistado E4 segue a mesma linha de raciocínio, indicando que não é necessária a existência do CBH para resolver problemas de gestão de recursos hídricos. Ele cita como exemplo as associações do Nordeste, dos açudes e vales perenizados, que tem grande participação da sociedade, um amplo espaço de negociação e tomada de decisões. Mas que, estas outras instâncias para a gestão de recursos hídricos deveriam estar institucionalizadas pela PNRH. Neste sentido, infere-se que é preciso verificar quais as necessidades da região para definir o melhor arranjo, já que o CBH demanda uma grande estrutura organizacional, sobretudo financeira.

O entrevistado E5 comentou sobre os consórcios como entidades que podem beneficiar diretamente o rio, e que podem trabalhar de um modo integrado, inclusive articulando os segmentos da sociedade, civil, poder público e usuários de água. Conforme o depoimento do entrevistado E5,

Temos aqui o Ribeirão Piraí, que nasce em Cabreúva na serra do Japi, passa Indaiatuba, Itu e Salto e despeja no rio Jundiá (...), e 80% da água de Salto é deste rio, 75% por aí (...) então, esse rio abastece grande parte de Salto, Indaiatuba uns 30%, mas existia uma briga, cada um queria puxar sardinha para o seu lado. Lá no final dos anos 90 e começo de 2000 ficamos sabendo que uma loteadora iria implantar um loteamento de mais de 4.000 lotes populares na região das cabeceiras. Então foi um movimento, começamos um movimento, os promotores entraram, e interrompeu isso aí também. Já algum tempo tínhamos ideia, eu e outras pessoas junto com poder público, de criar alguma entidade em benefício do rio, para que ele seja mais aproveitado por todos os municípios de um modo mais harmonioso, e que resolvesse o problema e acabasse com os conflitos, até que foi constituído o consórcio (E5,2018).

Segundo o entrevistado, o Consórcio Intermunicipal gerou bons resultados no trabalho integrado, para os municípios que estão se abastecendo da água do rio. As ações do consórcio estão caminhando, inclusive no sentido de estudos e orientações técnicas. Vale ressaltar que, a sociedade civil foi a grande incentivadora e articuladora para a criação do consórcio.

Foi possível observar com esta análise, que os Conselhos sobretudo de meio ambiente, associações, Consórcios, e iniciativas e ações voltadas a educação e capacitação, sejam ligadas ou não à gestão de recursos hídricos, são as alternativas para promover a participação que mais foram lembradas pelos respondentes.

Muitos avaliaram os conselhos como efetivos e como espaços construtivos de participação, outros avaliaram como espaços truncados politicamente, limitados e com ausência de informação. Já as ações e iniciativas de educação ambiental ou capacitação foram bem avaliadas, com potencial de melhorar a participação. O Consórcio Intermunicipal, foi apontado

pelos entrevistados, quase de forma unânime, como uma alternativa viável para se efetivar a integração da gestão dos recursos hídricos.

4.3.4 Necessidades e/ou lacunas que precisam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a participação na gestão dos recursos hídricos ⁶¹

Procurou-se investigar, juntos aos respondentes e entrevistados, a opinião sobre as principais lacunas e/ou necessidades que precisam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar o processo de participação na gestão dos recursos hídricos.

Para análise dos dados foi elaborada uma matriz com categorias de análise, com base na questão 8, que compõe o **Apêndice J “Matriz de Identificação de necessidades ou lacunas para melhorar ou aprimorar a participação na gestão dos recursos hídricos, por categorias de análise”**. Foram integrados aos resultados, os depoimentos realizados nas entrevistas.

As categorias de análise, para grupamento das respostas foram:

- PNRH-criação do CBH como espaço institucional para participação;
- Atuação nos colegiados: representação e representatividade nas instâncias;
- Abertura para participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos-democratização da gestão;
- Aplicação de metodologias, ações e projetos participativos (incluindo a elaboração dos instrumentos de gestão);
- Educação, capacitação, conhecimento técnico e comunicação;
- Outros comentários gerais.

Destaca-se que todos os segmentos apontaram lacunas associadas às questões de representação e representatividade nos CBH’s, sobretudo inferindo que é necessária uma participação e representação mais ativa e efetiva dos municípios ou do poder público municipal no CBH, e, em segundo lugar, dos representantes do poder público estadual.

Sobre a representação, outro ponto que pode ser destacado foi quanto à necessidade de integração maior entre todos os atores e segmentos com interesse no uso da água na respectiva bacia hidrográfica, junto à compreensão do significado e responsabilidade da representação. Alguns comentários apontaram para a necessidade de representantes com real poder

⁶¹ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

deliberativo dentro de suas instituições, e com posicionamentos mais setorial do que pessoal, no sentido de representar os setores dentro de cada instituição.

Para o entrevistado E1, o principal desafio para melhorar a participação está no perfil do representante. Conforme depoimento do entrevistado E1,

Pra mim a qualidade da participação ela vem refletida no perfil do representante. O perfil do representante é importante para qualificar a participação. A gente só tem participação se tivermos perfis fidedignos, né. O que é importante para qualificar realmente a participação com efetividade, com eficácia reside no perfil do representante. E perfil eu quero dizer, é o interesse que ele tem, o comprometimento que ele tem e a característica técnica dele com a temática. (E1, 2018)

Então, infere-se que a participação depende também da ética individual que vai gerar o comprometimento do representante que assumiu determinada posição.

Com exceção do poder público federal, todos os segmentos apontaram como lacunas alguma situação que envolve a criação institucional do CBH. O maior apoio financeiro ou autonomia financeira, e articulação do CBH com outras políticas públicas e instituições foram apontadas como lacunas ou melhorias importantes a serem resolvidas.

Neste sentido, para o entrevistado E3, é imprescindível que haja pactuação e respeito institucional entre os entes do sistema, além da sustentabilidade para fazer o sistema sobreviver. Para este entrevistado, a participação não depende necessariamente do representante, e sim da sustentabilidade dos CBH. Cita o entrevistado, que não está correto quando um membro do sistema de gerenciamento de recursos hídricos exige subsídios financeiros para poder participar. E que é preciso modernizar o sistema de gestão como um todo para que ocorra a participação, sem onerá-lo.

A não implantação de todos os instrumentos previstos na Lei 9.433/1997 pode ser uma das justificativas plausíveis para que estas lacunas e necessidades, que tratam da sustentabilidade do sistema, articulação e autonomia, apareçam nos comentários dos respondentes. Neste sentido, colocou o entrevistado E1 que,

[referindo-se a importância dos instrumentos no planejamento e ações do CBH] não é possível falar em planejamento sem implementar todos os instrumentos. Se não estou utilizando as ferramentas que tenho, vou planejar o quê? (E1, 2018).

Para este entrevistado a lei possui um “vácuo conceitual e jurídico” em sua aplicação que ainda precisa ser sanado, como exemplo está a não instalação das agências de bacia ou a centralização da gestão dos recursos hídricos no órgão gestor no estado do Ceará.

Outra lacuna ou necessidade de destaque é referente a necessidade de maior envolvimento da sociedade civil e da comunidade de uma forma geral, e nos processos decisórios do CBH, relacionada a categoria de abertura para participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos- democratização da gestão. A prerrogativa de aumentar a participação da sociedade civil é de que, desta forma, iria reduzir a centralização das decisões em outros segmentos, como o estatal e usuários de água. Para isso, o CBH teria que ter espaços mais abertos à participação que não estivessem necessariamente condicionados à plenária.

Os respondentes da sociedade civil organizada, poder público municipal e estadual apontaram como lacunas e necessidades projetos e decisões tomadas de forma verdadeiramente coletiva. Para isso, sinalizaram que seria necessário desenvolver e aplicar metodologias e ações com o intuito de promover participação coletiva e que também seria importante trabalhar a ação do indivíduo neste contexto.

Ressalta-se também a categoria educação, informação e capacitação, apontada por grande parte dos respondentes dos segmentos, com exceção do Poder Público Federal. Os respondentes sinalizaram que as lacunas e necessidades a respeito da participação na gestão dos recursos hídricos estão relacionadas de alguma forma com questões que envolvem a educação, o acesso a informação e a capacitação de membros do CBH ou demais envolvidos com a gestão.

Como apontamentos relacionados à capacitação e educação foram citados: a importância e a necessidade da capacitação técnica dos membros do CBH; importância de se investir em educação ambiental formal e informal; a divulgação do CBH para a sociedade, seu funcionamento, atuação, decisões ou seja; a importância da visibilidade do CBH.

Uma lacuna importante, e que foi ressaltada pelo entrevistado E1 diz respeito a importância da continuidade das ações do CBH, e que este pode ser visto como um desafio, e que não foi citado pelos respondentes do questionário. Acrescenta-se à continuidade das ações a importância de avaliação e monitoramento destas. Frisa-se que a continuidade das ações depende dos representantes.

A partir da análise da questão é possível estabelecer a relação direta da participação com a representação dos segmentos no CBH, e com a necessidade de se investir em projetos de educação, capacitação e difusão tecnológica, inclusive para aprimorar políticas públicas.

4.4 A Representação e representatividade na gestão dos recursos hídricos segundos membros do CBH e atores-chaves

Os membros, que fazem parte da plenária de um CBH e são eleitos entre seus pares em suas instituições, são chamados representantes. Distante do óbvio, esta afirmação carrega uma grande complexidade em sua interpretação, pois pensar em representação e representatividade significa pensar que membros do CBH estão realmente tornando presente as ideias de sua instituição ou grupo de origem nas discussões e decisões a serem tomadas no CBH, e com qualidade de representação.

Além disso, a representação também está relacionada aos arranjos da gestão e as pactuações entre os representantes, que muitas vezes envolvem e espelham as disputas de poder que ocorrem entre instituições e extrapolam o ambiente do CBH.

Estas questões impactam diretamente na gestão dos recursos hídricos, pois entre outras coisas, podem ocasionar um descrédito do espaço de representação e participação no CBH. Por este e outros apontamentos, foi importante investigar o que os respondentes do questionário e os entrevistados pensam e como avaliam a representação e representatividade em seu CBH. Para tanto, foram feitas quatro questões sobre os temas: avaliação da representação e representatividade; atividades e iniciativas das instituições junto ao CBH; principais desafios; necessidades ou lacunas a serem resolvidas.

4.4.1. Avaliação de situações de representação e de representatividade no CBH⁶²

A questão tratou de investigar a avaliação que os membros do CBH fazem para 8 situações relacionadas à representação e representatividade, considerando a sua experiência pessoal e a entidade (instituição). Para análise da questão, foi elaborado um gráfico para cada situação. As situações colocadas para serem avaliadas foram:

1. a consideração das opiniões e decisões coletivas da entidade para tomada de decisão no CBH;
2. a realização de consultas aos pares (outras pessoas da sua entidade) para a tomada de decisões no CBH;
3. a comunicação das ações e decisões do CBH aos pares (outras pessoas da sua entidade);

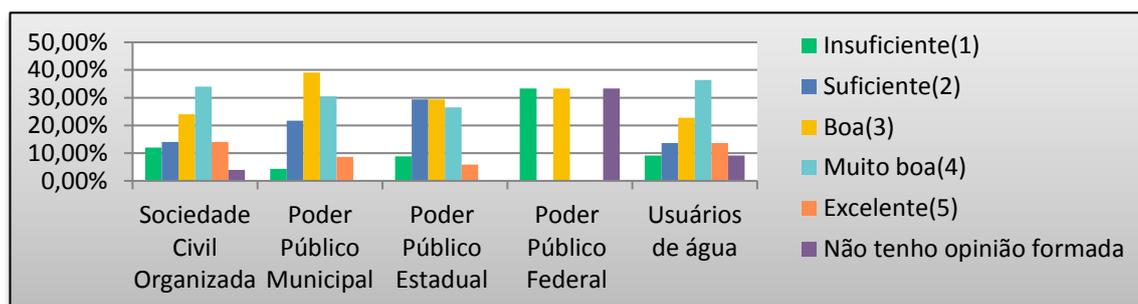
⁶² Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

4. a devolução ou feedback das decisões e notícias do CBH para outros membros da entidade;
5. as decisões coletivas na entidade para indicação (escolha) dos representantes no CBH;
6. o interesse por parte de outros membros da entidade em saber das decisões do CBH;
7. a frequência da troca dos representantes da entidade por mandato do CBH;
8. a orientação e/ou explicação prévia, por parte da entidade, para exercer a representação no CBH.

A consideração das opiniões e decisões coletivas da entidade para tomada de decisão no CBH, foi avaliada como muito boa por mais de 30% dos respondentes, e por aproximadamente 35% da sociedade civil e usuários de água. Foi avaliada como boa por aproximadamente 40% do poder público municipal, conforme demonstra o gráfico 22:

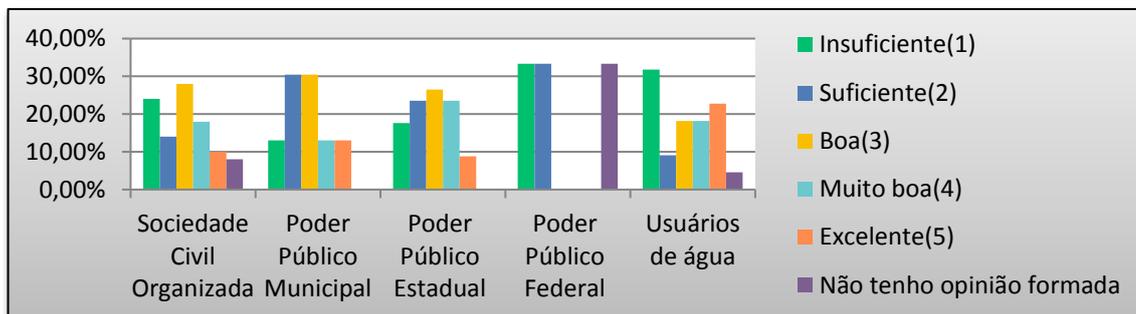
Gráfico 22. A consideração das opiniões e decisões coletivas da entidade para tomada de decisão no CBH



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A realização de consultas aos pares (outras pessoas da sua entidade) para a tomada de decisões no CBH (gráfico 23) foi avaliada como boa por aproximadamente 25% dos respondentes da questão e como insuficiente por 21%. Segundo os dados, pode-se configurar como uma tendência o poder público federal e usuários de água não promoverem a realização de consulta aos pares em tomada de decisão.

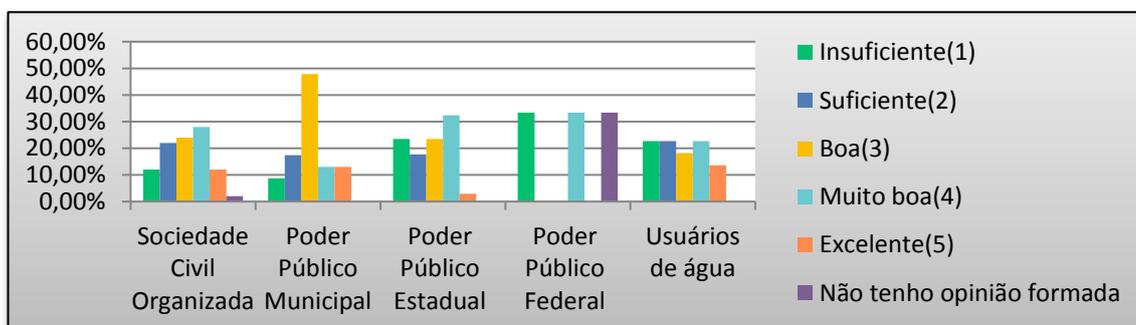
Gráfico 23. A realização de consultas aos pares (outras pessoas de sua entidade) para a tomada de decisões no CBH



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A comunicação das ações e decisões do CBH aos pares (outras integrantes da sua entidade) foi avaliada como boa por 26%, ou como muito boa por 25% do total de respondentes. Segundo os dados, usuários de água e poder público federal são os segmentos menos satisfeitos com a comunicação das ações do CBH aos pares, conforme o gráfico 24:

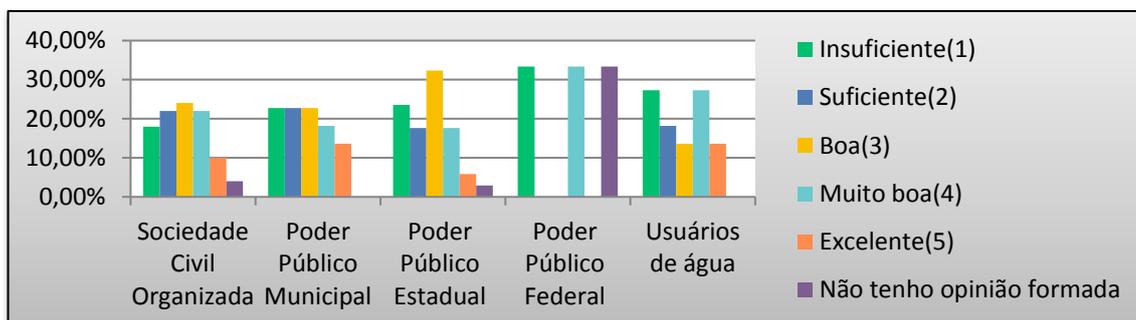
Gráfico 24. A comunicação das ações e decisões do CBH aos pares (outras pessoas de sua entidade)



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A devolução ou feedback das decisões e notícias do CBH para outros membros da entidade (gráfico 25) foi avaliada como boa por 24% respondentes, considerando todos os segmentos, e como insuficiente ou muito boa por 22%.

Gráfico 25. A devolução ou feedback das decisões e notícias do CBH para outros membros da entidade

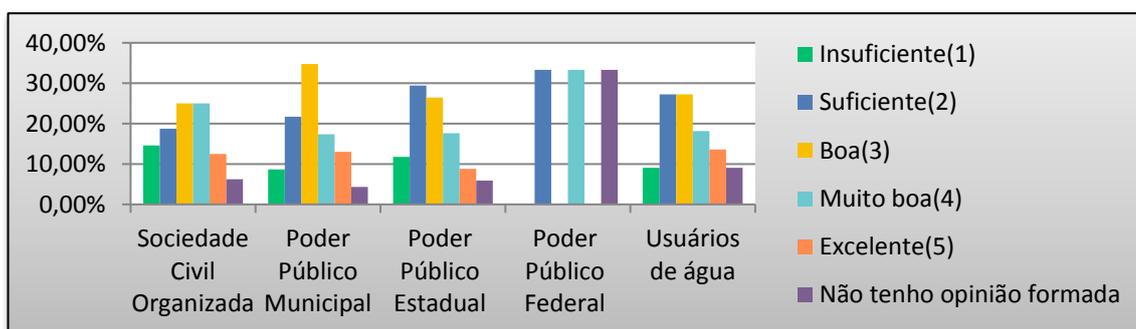


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Comparando a questão anterior, que também tratava de comunicação de ações do CBH aos pares, é possível notar coerência na avaliação sobretudo do poder público federal e usuários de água. O poder público municipal fez uma avaliação bem diferenciada das duas situações apresentadas.

As decisões coletivas na entidade para a indicação (escolha) dos representantes no CBH foram avaliadas como boa ou suficiente por respectivamente 26% e 23% dos respondentes, conforme demonstra o gráfico 26. Os dados podem indicar que as decisões coletivas, para a indicação de representantes acontecem, porém, poderiam ser mais efetivas, já que as avaliações de excelente e muito boa, não tiveram destaque entre as respostas.

Gráfico 26. As decisões coletivas na entidade para indicação (escolha) dos representantes no CBH

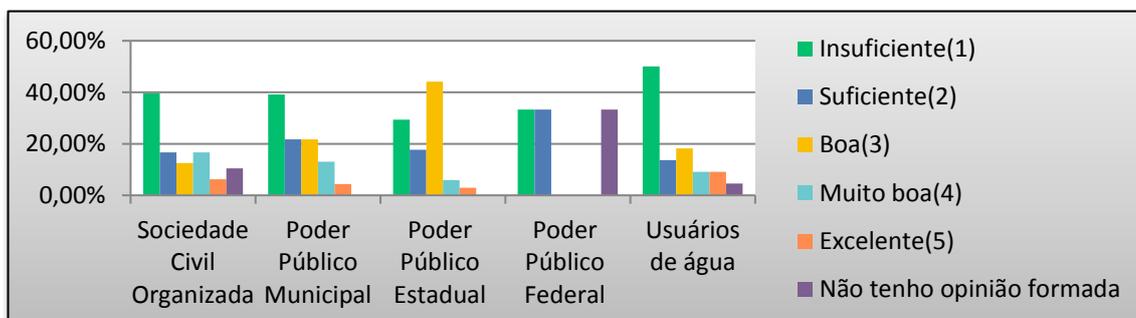


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

O interesse por parte de outros membros da entidade em saber das decisões do CBH foi avaliado como insuficiente por aproximadamente 40% da sociedade civil organizada e poder

público municipal, e 50% dos usuários de água avaliaram como insuficiente. Os dados do gráfico 27 indicam que, de forma geral, não há interesse de outros membros das entidades e instituições em saber das decisões do CBH.

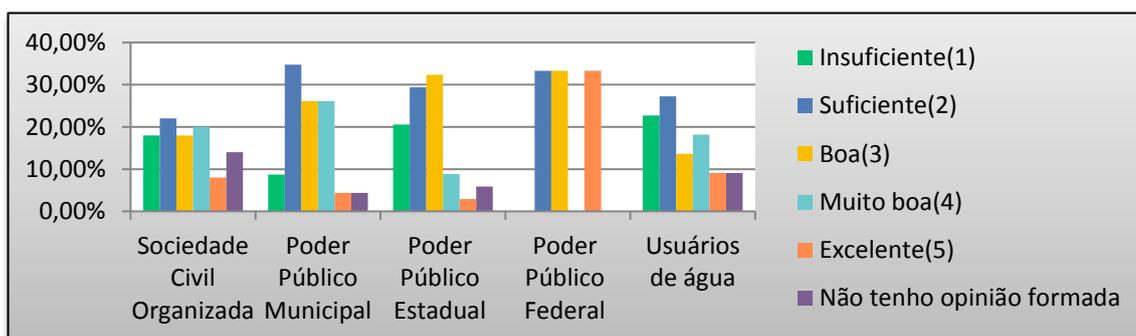
Gráfico 27. O interesse por parte de outros membros da entidade em saber das decisões do CBH



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A frequência na troca dos representantes da entidade por mandato do CBH foi avaliada como suficiente por 28% e como boa por 22% dos respondentes. A avaliação, considerada como suficiente, foi a maioria nos segmentos da sociedade e civil organizada, poder público municipal e usuários de água. O gráfico 28 apresenta os dados relativos a esta questão:

Gráfico 28. A frequência da troca dos representantes da entidade por mandato do CBH

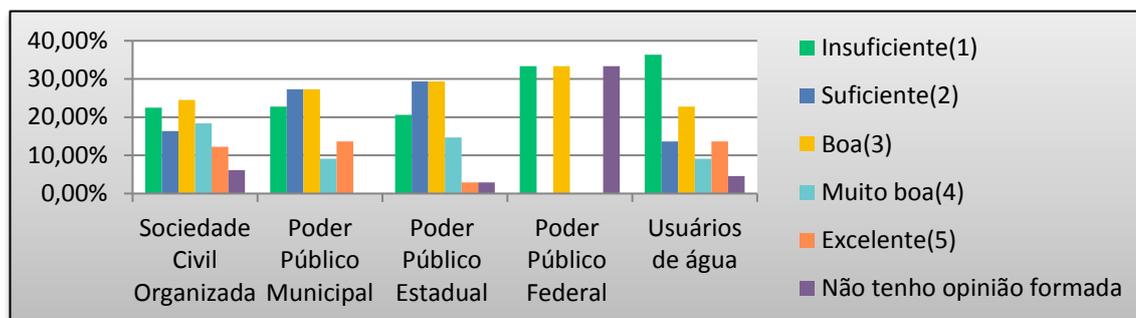


Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, 2018

A orientação e/ou explicação prévia, por parte da entidade, para exercer a representação no CBH foi avaliada como boa ou insuficiente por aproximadamente 25% dos respondentes. Usuários de água avaliam como insuficiente a orientação e informação, por aproximadamente 37% dos respondentes. conforme o gráfico 29. Os dados também indicam que, de forma geral, há falta orientação ou explicação prévia por parte da entidade para que o representante exerça

a representação no CBH, ou que a orientação dada não é suficiente, o que pode comprometer a atuação desses representantes.

Gráfico 29. A orientação e/ou explicação prévia, por parte da entidade, para exercer a representação no CBH



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, 2018

Como comentários adicionais dos respondentes foi citada a falta de interesse e de transparência por parte das entidades e instituições para informar os outros membros sobre as decisões do CBH. Apontaram também a falta de interesse por parte dos associados, ou membros das instituições em participar do CBH.

Foi citado, sobretudo pelos poderes públicos, a falta de profissionais na área ou pessoal disponível para aumentar a frequência de representação no CBH. Por fim, foi comentada a questão de interesses pessoais sendo representados dentro do CBH, no lugar do eventual interesse coletivo da entidade.

Então, a representação depende de ações que partem dos membros em relação às suas instituições, de ações por parte das instituições em relação aos membros, estando em uma via de mão dupla e, sendo a representação em sua essência uma ação política é preciso fortalecer os grupos representados, em igual escala, para que interesses individuais e pessoais não predominem. Também dependem da transparência das informações para garantir a confiança dos membros nas ações do CBH, e conseqüentemente atribuir qualidade a representação.

4.4.2 Atividade(s), iniciativas e/ ou ações, desenvolvidas pelas entidades dos representantes junto ao CBH⁶³

O alcance da representatividade das instituições e entidades dentro do CBH, foi investigado, levantando-se iniciativas, atividades ou ações que possivelmente são desenvolvidas pelas entidades dos membros representantes junto ao CBH, que devem ter o objetivo de facilitar a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica.

Para análise da questão foi elaborado um quadro com o apontamento das atividades que compõe o **Apêndice L “Atividades, ações e iniciativas das instituições e empresas dos representantes junto ao CBH”**. O quadro apresenta as ações e iniciativas separadas por segmentos e tipos de atividades, que foram definidas concomitantemente à sua elaboração.

Como exemplos de atividades, ações e iniciativas identificadas no quadro, considerando-se todos os segmentos, estão:

- às relacionadas a promoção de campanhas, fóruns, seminários;
- elaboração e divulgação de reuniões, atividades e documentos das instituições e do CBH;
- e elaboração de materiais sobre recursos hídricos.

Também foram citadas, sobretudo pela sociedade civil:

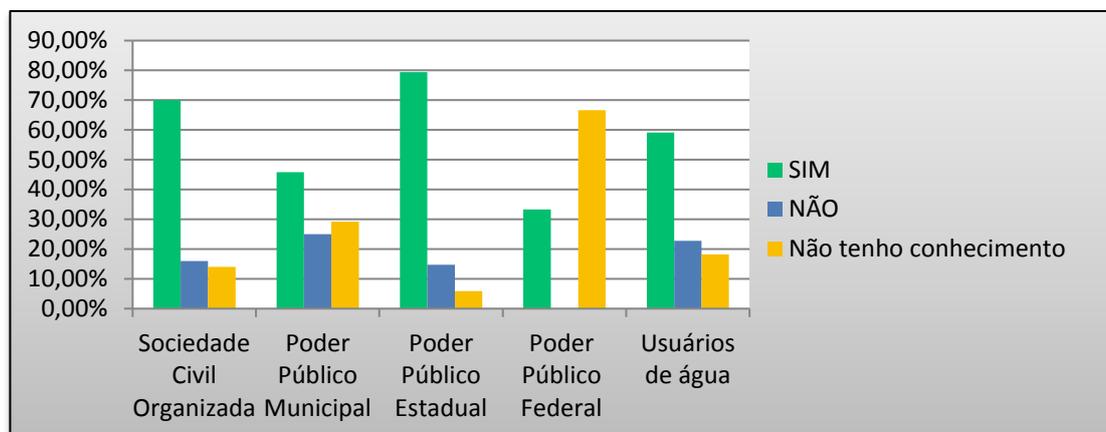
- a promoção de ações e programas educacionais e capacitação em escolas, cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão;
- ações de educação ambiental e mobilização.

Conforme o gráfico 30, com exceção do poder público federal, a maioria dos respondentes em todos os segmentos afirmaram ter conhecimento de atividades, ações e iniciativas das instituições e empresas, das quais os membros representantes fazem parte, que são investidas no CBH. O poder público municipal se destaca entre os respondentes que afirmaram que a entidade ou instituição não fazem ações e iniciativas junto ao CBH.

⁶³ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Gráfico 30. Conhecimento das atividades, ações e iniciativas das instituições e empresas dos respondentes junto ao CBH”



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa. Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

Apesar dos respondentes terem afirmado que conhecem ações, iniciativa e atividades das instituições e empresas junto ao CBH que facilitam a gestão dos recursos hídricos e promovem ações à educação formal, informal ou à educação ambiental, não foram denominados projetos específicos para cada menção.

O apoio de infraestrutura e financeiro para realização de eventos e para o CBH foram apontados pela sociedade civil, usuários de água e poder público estadual como ações e iniciativas que as instituições desses segmentos realizam junto ao CBH.

Com exceção do poder público federal, todos os outros segmentos disseram que suas instituições promovem ações voltadas à contribuição técnica, elaboração de dados, formação de comissões gestoras, implantação e implementação dos instrumentos de gestão. Outro exemplo dado por estes segmentos foi a participação em reuniões, grupos de trabalho, CT's dos CBH's, ocupação de cadeira na plenária.

A fiscalização e o controle foram indicados como ações que promovem melhorias na gestão dos recursos hídricos. A indicação foi dada pelos segmentos dos poderes públicos nas três esferas e pela sociedade civil organizada.

Como projetos e obras de investimento realizadas pela sociedade civil organizada, foram citados: o reuso d água, recuperação de florestas e construção de reservatórios e cisternas; pelo poder público municipal foram citados projetos aprovados na área de saneamento e tratamento de esgoto; pelo poder público estadual, os projetos voltados a recuperação de nascentes e mananciais e projetos de controle de erosão, deslizamentos, transporte de

sedimento, inundação e água subterrânea; pelos usuários de água, os projetos voltados à reuso da água, melhoria da qualidade da água, combate as perdas e revitalização de rios e mananciais.

A tendência que pode ser observada com a análise dos dados, em relação aos segmentos, foi de que as entidades (instituições) ligadas à sociedade civil organizada e ao poder público estadual parecem conhecer ou desenvolver ações e iniciativas no CBH, sobretudo voltadas a capacitação, educação, informação e divulgação do CBH para a sociedade de forma geral e entre instituições, contribuindo para a promoção da articulação institucional.

4.4.3 Desafios para que a representatividade seja efetiva no CBH⁶⁴

Buscou-se identificar a opinião sobre os maiores desafios para se ter qualidade de representação no CBH. Os desafios foram categorizados conforme a análise das respostas e a frequência de situações colocadas pelos respondentes. O quadro compõe o **Apêndice M “Quadro de identificação dos desafios para a representatividade no CBH”**.

Os desafios identificados foram agrupados em 13 categorias de análise:

- infraestrutura, logística e recursos financeiros e humanos;
- elaboração, aplicação e efetivação das ações e projetos;
- quantidade e diversidade de representantes por segmentos (paridade na representação), interesse das instituições;
- articulação das atividades e ações, e articulação institucional;
- alternância e renovação dos membros;
- escolha e atuação dos representantes;
- melhoraria da qualidade dos dados e informações técnicos sobre bacia;
- informação, capacitação e conhecimento sobre as atribuições dos representantes no CBH e conhecimento sobre funcionamento do CBH;
- compreensão, implementação e continuidade das políticas das águas e instrumentos de gestão;
- incentivo à participação;
- formação das pautas do CBH;
- repensar se a unidade de gestão dos recursos hídricos- território da bacia hidrográfica e sua extensão é a mais adequada;
- valorização dos recursos hídricos, água e mananciais;
- criação de vínculo para valorização do CBH;
- desafios externos aos CBH, relacionados à conjuntura do país.

⁶⁴ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Na categoria de infraestrutura, logística e recursos financeiros foram apontados, pelos segmentos da sociedade civil, poder público municipal e estadual os seguintes desafios para melhorar a representatividade no CBH: a falta de recursos financeiros como apoio a viagens para comparecer em reuniões, falta de pessoal para ser representante no CBH e a falta de apoio logístico e institucional.

Os segmentos sociedade civil, poder público municipal e estadual sugeriram também que existem desafios relacionados à elaboração, aplicação e efetivação de projetos e ações do CBH, como: amenizar o componente político na escolha dos projetos; efetivar as ações e a elaboração de projetos que alcancem toda a bacia hidrográfica. Apontaram também alternância e renovação dos membros como desafio, dividindo opiniões entre apontar esta situação como um aspecto negativo e positivo.

Uma pequena parcela dos respondentes apontou que os desafios estão relacionados à falta de articulação das ações e projetos, e a falta de articulação institucional, dos entes do SINGREH com outros entes públicos ou outras políticas públicas.

Destaca-se que, todos os segmentos, e em maior proporção a sociedade civil, apontaram os seguintes desafios, na categoria quantidade e diversidade de representantes por segmentos (paridade na representação) e interesse das instituições: a pouca participação e interesse do poder público municipal nos CBH; a necessidade de ampliação e diversificação das vagas para a sociedade civil; e grupos sociais fragilizados ou minoritários.

Com exceção do poder público federal, todos os segmentos e sobressaindo os usuários de água, colocam como desafios importantes questões relacionadas à escolha e atuação dos representantes no CBH. Apontaram ainda que a representação é muito reativa e que falta conscientização e visão sistêmica por parte dos representantes sobre seu papel de estar representando uma instituição, e não os seus próprios interesses. Também mencionaram que muitas vezes o desafio é encontrar uma pessoa que tenha o perfil adequado e interesse em ser representante de alguma instituição.

Outro ponto que pode ser destacado refere-se à necessidade de melhoria e difusão das informações técnicas sobre a bacia e sobre o CBH. Neste sentido, foram apontados os desafios de: dificuldade de acesso e qualidade dos dados; à falta de informação, capacitação e conhecimento que devem estar voltadas para que os representantes saibam das suas atribuições no CBH, bem como a importância do conhecimento sobre o funcionamento do CBH. Frisa-se

novamente a importância da transparência das informações, como por exemplo a aplicação dos recursos financeiros empenhados por meio do CBH.

As demais categorias (compreensão, implementação e continuidade das políticas das águas e instrumentos de gestão) foram relacionadas sobretudo ao entendimento da função do Plano de Bacia e a continuidade da política estadual.

Em relação à continuidade, e considerando-se por exemplo os representantes do poder público municipal, é possível inferir que o processo eleitoral de representação enquanto ente federativo interfere na representação deste no CBH no seguinte sentido: o cargo para prefeito tem a duração de quatro anos pela legislação, então muitas vezes este deixa de ser representante do CBH por conta deste processo, e então, a continuidade das ações do CBH torna-se um desafio no sentido de que um novo representante do poder público municipal irá assumir a vaga na plenária do CBH.

4.4.4 Necessidades e/ou lacunas que devam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a representação dos segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) na gestão dos recursos hídricos⁶⁵

Partindo-se do princípio de que no CBH deve ser feita a representação de todos os segmentos sociais, buscou-se investigar com esta questão quais são as principais lacunas ou necessidades que os membros identificam e que são empecilhos ao aprimoramento da representação de seus segmentos na gestão dos recursos hídricos.

O objetivo inicial da questão no questionário era de que cada membro avaliasse seu próprio segmento e identificasse as lacunas e necessidades, contudo, a formulação da questão pode ter prejudicado o objetivo inicial, pois muitos respondentes realizaram avaliações genéricas. Além disso, alguns respondentes sinalizaram ter respondido a esta indagação em questões anteriores. Mesmo assim as respostas apresentam um importante diagnóstico do tema de análise.

Para análise da questão foi elaborado um quadro que compõe o **Apêndice N “Lacunas e necessidades a serem resolvidas para melhorar ou aprimorar a representação dos**

⁶⁵ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

segmentos na gestão dos recursos hídricos”. As discussões, realizadas pelos entrevistados, foram inseridas ao longo do texto descrito a seguir.

A partir das respostas dos questionários, foi possível agrupar as lacunas e necessidades apontadas em 9 categorias:

- a falta de infraestrutura, apoio institucional, logística;
- necessidade da atuação dos representantes e segmentos serem representados de forma paritária;
- alternância e renovação dos membros;
- aplicação dos fundamentos, princípios e instrumentos da legislação de recursos hídricos;
- a falta de articulação institucional;
- melhoria ou aprimoramento da informação, comunicação e transparência e a diversificação dos meios de comunicação;
- educação, capacitação e treinamento dos representantes sobre o CBH, legislação e sistema de recursos hídricos;
- necessidade de se promover alterações nas legislações, decretos, estatutos do CBH;
- pautas e reuniões do CBH.

As lacunas e as necessidades mais indicadas pelos respondentes, considerando-se todos os segmentos, referem-se às questões sobre a atuação dos representantes eleitos no CBH e à necessidade de todos os segmentos serem representados de forma paritária. A indicação da necessidade de maior representatividade do poder público municipal e sociedade civil foi levantada pelos segmentos com exceção do poder público federal, que apontou a necessidade da representação na gestão dos grupos minoritários.

Por outro lado, ressalta o entrevistado E1, que a quantidade na representação não significa qualidade, e que é imprescindível prestar atenção à esta questão. Para este entrevistado, a paridade não garante que haverá comprometimento e envolvimento dos representantes nos momentos de discussão e deliberação.

A segunda categoria mais apontada nos questionários, trata da capacitação, educação, treinamento dos representantes em relação ao seu papel, e sobre o funcionamento do CBH e a legislação de recursos hídricos. Foi sugerido pelos segmentos a necessidade de programas e ações de capacitação continuada, elaboração de material didático, e atividades que incentivem, sobretudo, a população jovem a participar do CBH.

Na sequência, foram colocadas as necessidades ou lacunas relacionadas com a falta de infraestrutura, apoio operacional, logístico e institucional para participar do CBH, como: falta de recursos financeiros para a locomoção até o local das reuniões, principalmente pela

sociedade civil; e a falta de funcionários disponíveis para participar do CBH nos poderes públicos.

Para o entrevistado E2, a carência de pessoal afeta a representatividade, já que principalmente os setores públicos não possuem número de funcionários suficientes para participar de todos os CBH's. Há uma importante carência de pessoal (E2, 2018).

A sociedade civil e poder público estadual apontaram como lacuna a não alternância dos membros do CBH, assim como a não aplicação dos fundamentos, princípios e instrumentos da legislação de recursos. O instrumento de gestão destacado por sua não aplicação foi a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Outra lacuna, refere-se a falta de articulação institucional, desde a desarticulação no próprio segmento como a desarticulação com outros entes do sistema de gestão. Relacionada a esta lacuna está a necessidade de maior transparência e comunicação das ações do CBH. Ressalta-se que estes desafios foram citados também por todos os entrevistados.

Por fim, os poderes públicos municipal, estadual e federal apontaram a necessidade de melhorias nas reuniões e pautas do CBH, com maior diversificação dos locais, e pautas mais objetivas e práticas. Foi recorrente a questão da adequação da formulação das pautas no depoimento do entrevistado E4, que comentou sobre a necessidade de formulação de “pautas mais atrativas” para as reuniões do CBH e do CNRH, conforme mencionado anteriormente.

4.5 As práticas participativas para a gestão dos recursos hídricos nos Comitês de Bacia Hidrográfica⁶⁶

Práticas participativas ou atividades que utilizem metodologias que promovam a discussão, colaboração e criação de consenso, são normalmente utilizadas nos CBH's para a elaboração dos Planos de Bacia, sobretudo na sua fase de diagnóstico.

Conforme a Resolução Federal do CNRH No 145/2012- Artigo 6, parágrafos 1 e 2 o processo participativo, para elaboração dos Planos de Bacia, deve ocorrer da seguinte forma:

⁶⁶ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

A participação da sociedade em cada etapa de elaboração dar-se-á por meio de consultas públicas, encontros técnicos, oficinas de trabalho ou por quaisquer outros meios de comunicação, inclusive virtuais, que possibilitem a discussão das alternativas de solução dos problemas, fortalecendo a interação entre a equipe técnica, usuários de água, órgãos de governo e sociedade civil, de forma a contribuir com o Plano de Recursos Hídricos’.

‘Estratégias de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social serão também empregadas nas etapas respectivas, de forma a contribuir com o Plano de Recursos Hídricos’ (BRASIL, 2012. RESOLUÇÃO nº 145/2012, Art. 6.).

A partir desta determinação estabelecida pela resolução supracitada, cada política estadual de recursos hídricos e cada CBH organizam a forma como se darão as práticas para a elaboração do respectivo Plano de Bacias. Porém, não é somente para o Plano de Bacia que as práticas participativas são e podem ser utilizadas em um CBH.

Existem muitas práticas e atividades que se encaixam nas mais diversas áreas da gestão de uma bacia hidrográfica, como na área da capacitação ou até mesmo em atividades relativas ao enquadramento de corpos hídricos.

Por esse motivo, foi imprescindível investigar com os membros do CBH sobre esse tema, a fim de identificar e qualificar as atividades e práticas que estão sendo utilizadas, e se os membros já participaram dessas atividades ou oficinas organizadas por intermédio do CBH. Analisando a questão, por segmento, foi possível obter o resultado demonstrado pela tabela 1:

Tabela 1. Total de participação dos membros em atividade ou oficina organizada por intermédio do CBH, por segmento

	SIM (já participei)	NÃO (não participei)	Desconheço técnicas ou metodologias participativas
Sociedade Civil Organizada	75,51%	20,41%	4,08%
Poder Público Municipal	75,00%	25,00%	0,00%
Poder Público Estadual	79,41%	14,71%	5,88%
Poder Público Federal	66,67%	33,33%	0,00%
Usuários de água	72,73%	18,18%	9,09%
Total	75,38%	20,00%	4,62%

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey* (2018).

A maioria dos respondentes, em todos os segmentos, afirmou ter participado de atividade ou oficina realizada por intermédio do CBH em que foi utilizada alguma metodologia participativa. Dentre os que desconhecem técnicas ou metodologias participativas destacaram-

se os usuários de água. E dentre os que não participaram, destacaram-se o poder público federal e municipal.

Em uma análise geral, os dados demonstram algumas possibilidades para esta situação apresentada, como:

- o maior envolvimento em ações participativas no CBH é o segmento de sociedade civil organizada e do poder público estadual, pois parte deste segmento está em relação com secretarias de educação, instituições de ensino e pesquisa, sendo que estas as que normalmente aplicam as práticas participativas;
- usuários de água possuem uma objetividade específica em relação aos usos múltiplos da água nos CBH, e por isso não despendem de tempo para participar de atividades;
- o poder público federal está distante, em relação ao território e a própria gestão do CBH estadual;
- nos CBH federais não é costume a realização de tais práticas participativas, a não ser no momento de elaboração do plano de bacias, na fase do diagnóstico.

4.5.1 Atividades práticas participativas: características (onde foi realizada, quem realizou, metodologia aplicada, principais objetivos da atividade)⁶⁷

Buscou-se detalhar nesta seção os aspectos relativos às práticas participativas, como o local onde foi aplicada, metodologia utilizada, o responsável pela aplicação da atividade e os objetivos principais. Contudo, se faz necessário ressaltar que a partir da análise dos dados, foram detectadas algumas falhas na elaboração da questão que dificultaram a sua compreensão e a elaboração da resposta pelos respondentes.

É possível que muitos respondentes não tenham compreendido o significado da questão, pois muitos não explicaram ou comentaram sobre os detalhes investigados, sobretudo na questão específica feita sobre a metodologia que foi utilizada para aplicação da prática participativa.

Na tentativa de contornar as falhas detectadas, para a análise dos dados foi elaborado um quadro, dividido por segmento e por especificidade de local, metodologia, responsável pela

⁶⁷ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

realização, objetivos das práticas participativas, que compõe o **Apêndice O “Análise da atividade e ou oficina com aplicação de metodologia participativa”**.

As respostas foram agrupadas em 7 categorias de análise, conforme o objetivo da atividade ou oficina, sendo:

- atividades voltadas aos Planos de Bacias;
- planejamento das metas do CBH;
- atividades internas voltadas à Capacitação dos membros do CBH, estímulo à participação, organização, planejamento e gestão do CBH;
- atividade voltadas à elaboração de projetos do CBH;
- atividades voltadas à divulgação das ações do CBH, informação sobre a bacia, recursos hídricos e sobre CBH: para a sociedade;
- outras atividades relacionadas à recuperação/ restauração, ambiental e dos recursos hídricos;
- atividades externas, que tratam do tema de recursos hídricos, porém não realizadas pelo CBH: atividades formativas, seminários, encontros, e de Educação Ambiental.

As atividades voltadas aos Planos de Bacia foram as mais citadas. Estas atividades também foram as mais lembradas pelo segmento da sociedade civil organizada e usuários de água. As principais metodologias aplicadas nestas atividades foram a “análise G.U.T- Gravidade, Urgência e Tendência” e a “matriz SWOT- Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA)”, em sua grande maioria aplicadas por empresas de consultoria licitadas por meio de edital do CBH, conforme visto na observação do estudo de campo realizada no presente estudo.

Em seguida, foram citadas atividades internas voltadas à capacitação dos membros do CBH, estímulo à participação, organização, planejamento e gestão do CBH sendo a maioria das respostas do poder público estadual e federal. Palestras, explanações/seminários e análises com matriz SWOT foram as metodologias mais empregadas para estas atividades, que foram aplicadas principalmente por técnicos do sistema de gestão e pessoal das Câmaras Técnicas dos CBH's.

As atividades voltadas à divulgação das ações do CBH, informações sobre a bacia, sobre recursos hídricos e sobre CBH para a sociedade foram mencionadas pelo segmento da sociedade civil organizada. Para estas atividades, foram utilizadas diversas metodologias, tais como rodas de conversa, discussões em grupos, palestras, elaboração de vídeos, trabalhos *in loco*, entre outras.

Por fim, foram citadas aplicações de atividades práticas participativas para a elaboração de projetos do CBH, sobretudo de projetos FEHIDRO por meio de oficinas promovidas pelos entes do sistema.

Então, considerado os dados, é possível notar uma tendência de práticas participativas que são promovidas ou organizadas pelo CBH para a elaboração do instrumento de gestão “Plano de Bacia Hidrográfica”, e para capacitação, o que é um aspecto positivo para a promoção de espaços de discussão e para o processo educacional sobre recursos hídricos, embora ainda sejam realizadas em sua maioria por meio de palestras técnicas.

4.5.2 Avaliação da atividade ou oficina com utilização de metodologia participativa⁶⁸

Esta seção apresenta a avaliação dos respondentes do questionário sobre as atividades e ou oficinas de que participaram, e em relação às metodologias aplicadas durante essas oficinas e atividades. Para realizar a avaliação, foram propostas 16 situações:

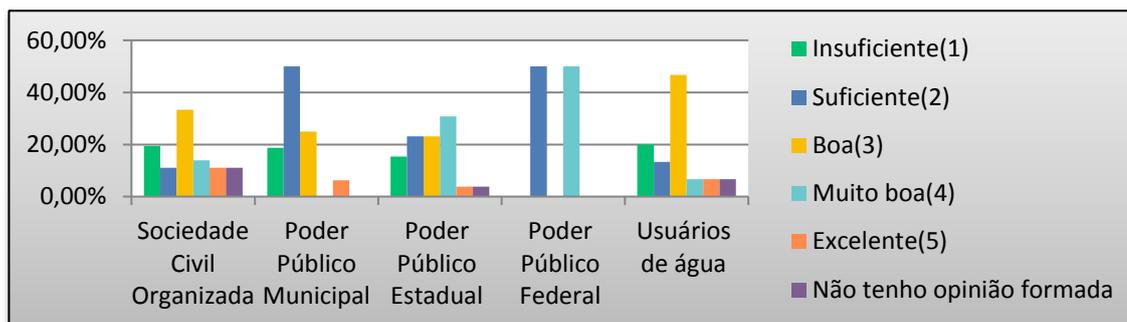
1. a presença dos segmentos de forma proporcional;
2. a compreensão das atividades e linguagem utilizadas durante o evento/oficina;
3. abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião;
4. a abertura para que todos pudessem falar e se expressar livremente;
5. a abertura e oportunidade para que todos fossem ouvidos;
6. a atividade e/ou oficina realizada proporcionou o sentimento de tomada de decisão;
7. a metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina permitiu a colaboração e participação de todos os presentes;
8. a metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu a discussão entre todos os presentes;
9. a metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu o consenso entre todos os presentes;
10. avaliação de sua dedicação durante a realização da atividade e/ou oficina;
11. a participação de pessoas que não eram do CBH na atividade e/ou oficina;
12. as formas de comunicação do CBH para que os membros participassem da atividade e/ou oficina (divulgação do assunto, data, local.);
13. o apoio operacional e logístico para participar da atividade e/ou oficina (dispensa, recursos para deslocamento.);
14. a atividade e/ou oficina gerou um resultado concreto e contribuiu para a tomada de decisão;
15. o acesso e divulgação dos resultados da atividade e/ou oficina;
16. a atividade e/ou oficina atingiu o objetivo e resultados propostos.

⁶⁸ Questão analisada na seção:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

A presença dos segmentos, de forma proporcional, foi avaliada como suficiente por 50% dos respondentes do poder público municipal e federal, como boa por 47% dos usuários de água e como insuficiente por 20% dos respondentes da sociedade civil e usuários de água, conforme o gráfico 31,

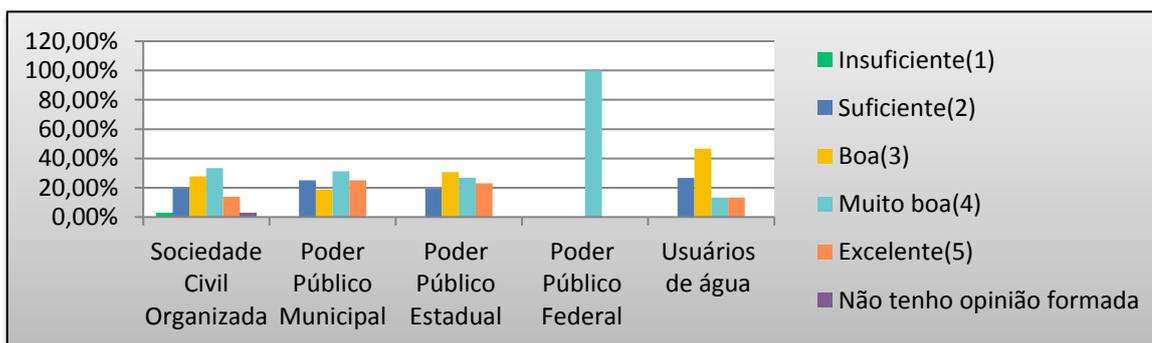
Gráfico 31. Presença dos membros de forma proporcional



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A compreensão das atividades e a linguagem utilizadas durante o evento/oficina foi avaliada como boa ou muito boa por mais de 20% dos segmentos da sociedade civil organizada e poderes públicos. Aproximadamente 47% dos usuários de água avaliou como boa, conforme demonstra o gráfico 32:

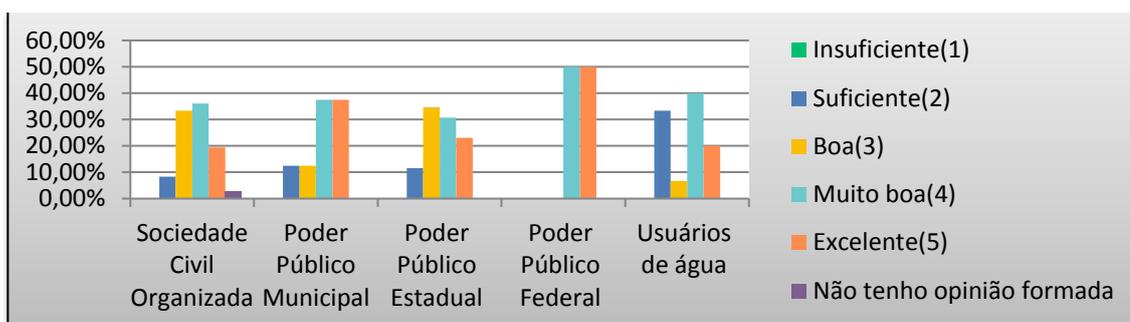
Gráfico 32. Compreensão das atividades e a linguagem utilizadas durante o evento/oficina



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião foi avaliada como muito boa por mais que 30% dos respondentes de todos os segmentos. Como boa por 50% do poder público federal e 40% dos usuários de água, e como excelente por 100% do poder público federal. Os dados estão apresentados no gráfico 33:

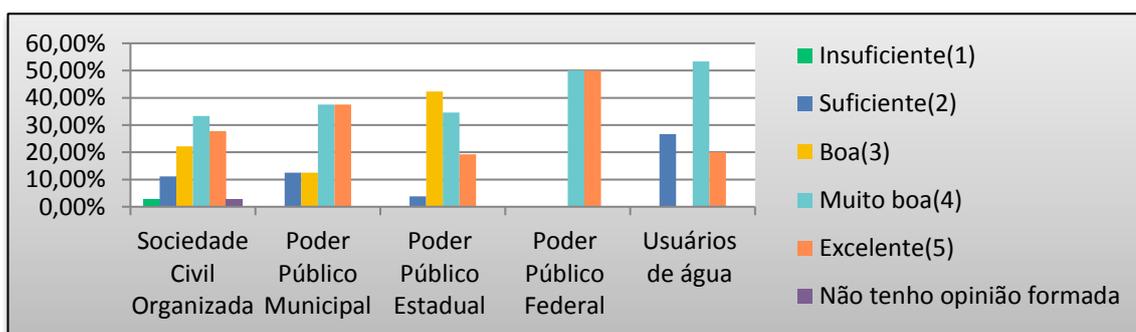
Gráfico 33. Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião durante a oficina



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A abertura para que todos pudessem falar e se expressar livremente recebeu avaliação muito boa por 50% ou mais dos usuários de água e poder público federal. Foi avaliada como excelente por 50% do poder público federal, conforme gráfico 34:

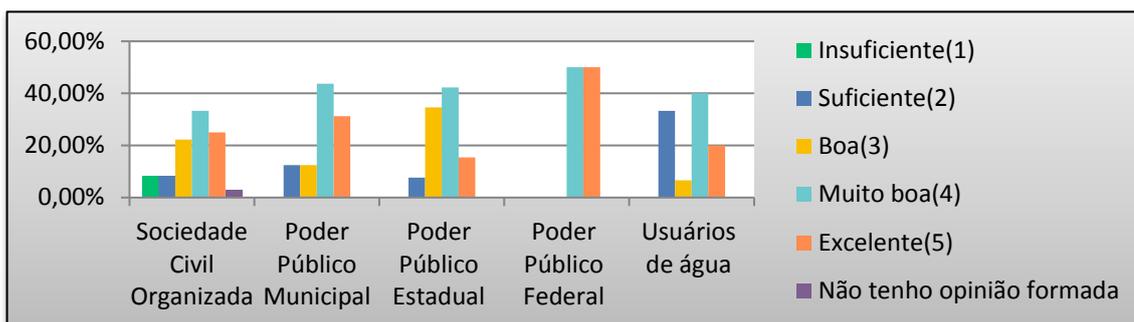
Gráfico 34. A abertura para que todos pudessem se expressar livremente durante a atividade



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A abertura e oportunidade para que todos fossem ouvidos, gráfico 38, foi avaliada pela sociedade civil, poder público municipal e poder público estadual como muito boa e excelente por mais de 30% dos respondentes de cada segmento. Uma pequena parcela da sociedade civil organizada avaliou como insuficiente, conforme o gráfico 35:

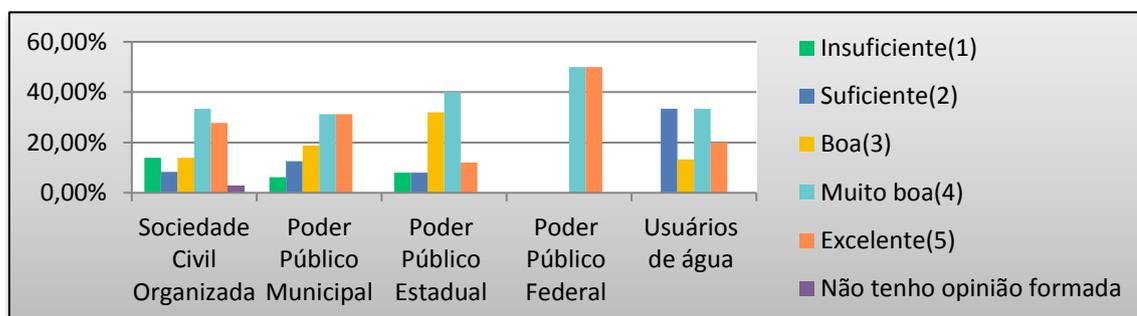
Gráfico 35. Abertura e oportunidade para que todos fossem ouvidos



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

Sobre se a atividade e/ou oficina realizada proporcionou o sentimento de tomada de decisão nos participantes, gráfico 36, aproximadamente 13% da sociedade civil avaliou como insuficiente. No geral, a situação foi avaliada como muito boa ou excelente por pelo menos 30% de todos os segmentos.

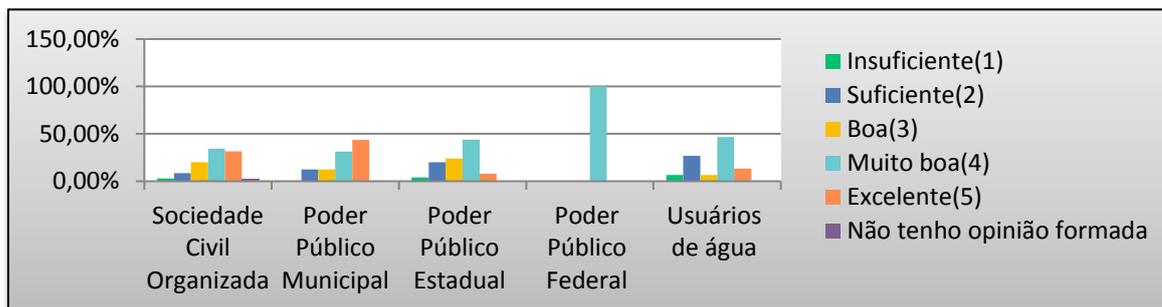
Gráfico 36. Atividade e ou oficina realizada proporcionou sentimento de tomada de decisão



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

Sobre se a metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina, se permitiu a colaboração e participação de todos os presentes, conforme o gráfico 37, ao menos 30% de cada segmento avaliou a situação como muito boa. Com exceção do poder público municipal, em todos os segmentos aparece a avaliação insuficiente.

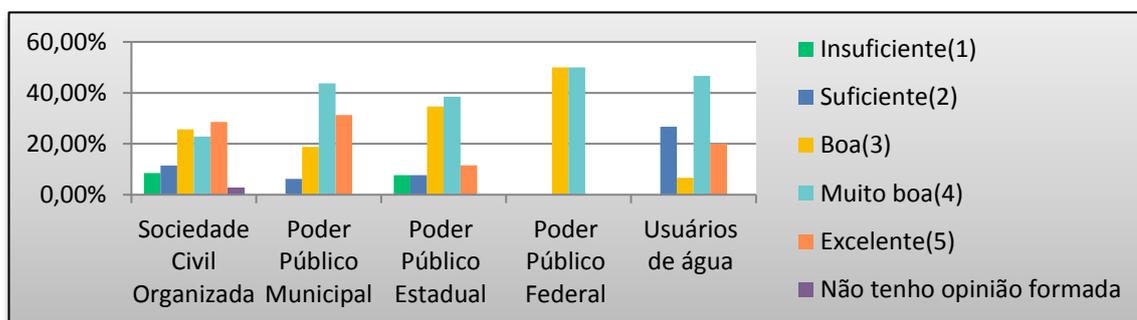
Gráfico 37. Metodologia aplicada durante a atividade ou oficina permitiu a colaboração e participação de todos os presentes



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A promoção de discussão entre todos os presentes pela metodologia aplicada, foi avaliada como insuficiente por uma pequena parcela da sociedade civil organizada e poder público estadual. Mas por outro lado, foi avaliada como muito boa por pelo menos 20% dos respondentes de cada segmento (gráfico 38).

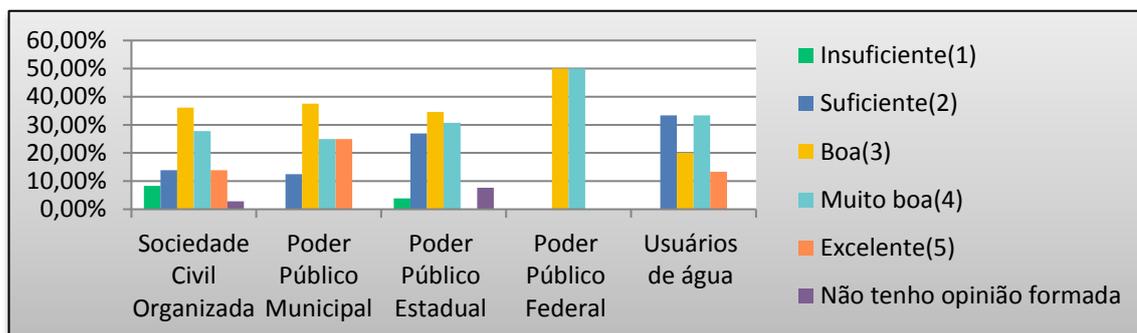
Gráfico 38. Promoção da discussão entre todos os presentes por conta da metodologia



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

A situação sobre se metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu o consenso entre todos os presentes foi avaliada, conforme o gráfico 39, como boa por pelo menos 30% dos segmentos da sociedade civil organizada, e poderes públicos. Menos de 10% da sociedade civil e poder público estadual avaliaram como insuficiente.

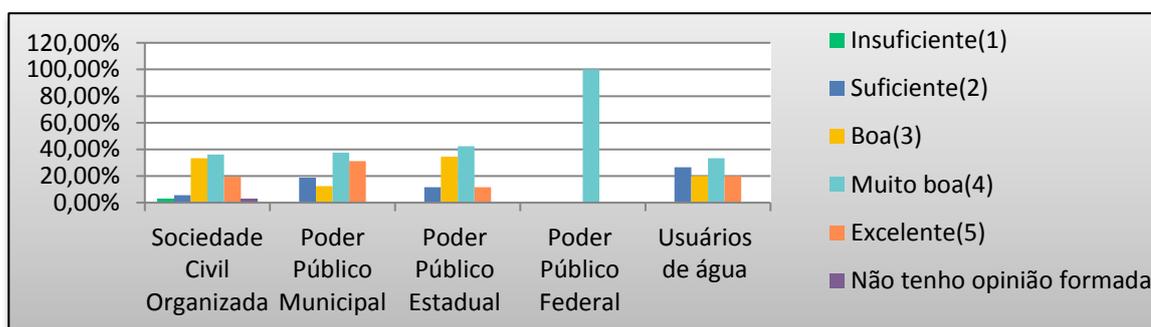
Gráfico 39. Promoção do consenso por conta da metodologia aplicada



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma SurveyMonkey, (2018).

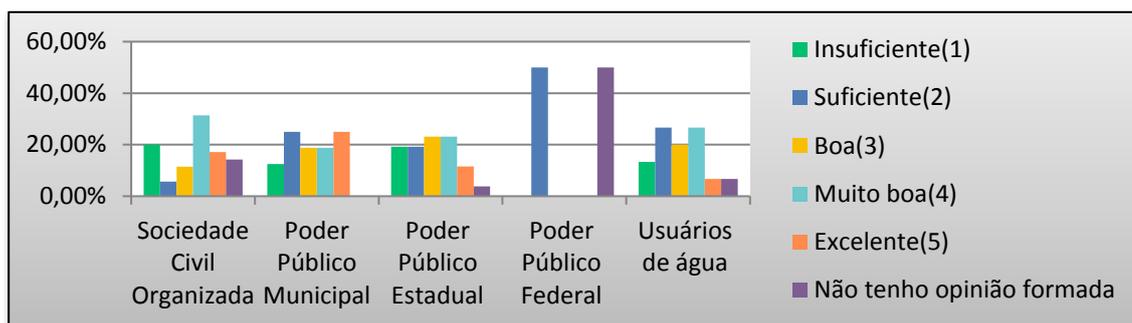
A dedicação dos participantes durante a realização da atividade (gráfico 40) foi avaliada como muito boa por 100% do poder público federal, 36% da sociedade civil organizada, 37% do poder público municipal, 42% do poder público estadual e 34% dos usuários de água.

Gráfico 40. Avaliação da dedicação durante a realização da atividade ou oficina



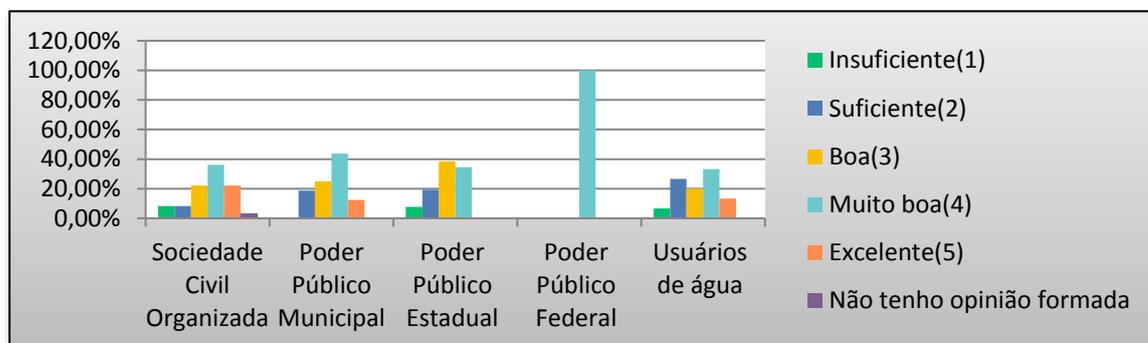
Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma SurveyMonkey, (2018).

A participação de pessoas que não eram do CBH na atividade e/ou oficina recebeu uma avaliação que variou sobretudo entre muito boa, insuficiente e excelente, como demonstrado no gráfico 41. A participação pode ter sido compreendida com um duplo sentido: presença das pessoas; e participação efetiva durante as atividades.

Gráfico 41. Participação de pessoas que não eram do CBH na atividade ou oficina

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

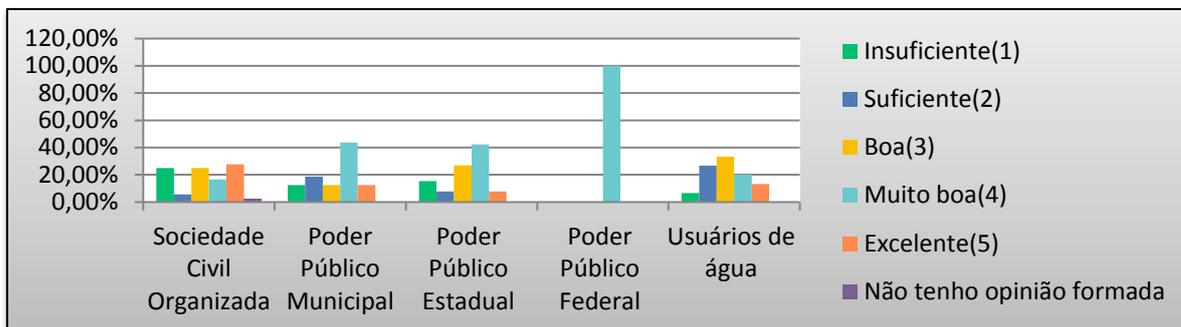
As formas de comunicação do CBH para que os membros participassem da atividade e/ou oficina (divulgação do assunto, data, local.), gráfico 42, recebeu avaliação de muito boa por pelo menos 33% dos respondentes do poder público federal, poder público municipal, sociedade civil organizada e usuários de água. E como boa por pelo menos 20% dos segmentos, com exceção do poder público federal.

Gráfico 42. Formas de comunicação do CBH para que os membros participassem da atividade e ou oficina (local, divulgação, assunto..)

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

O apoio operacional e logístico para participar da atividade e/ou oficina (dispensa, recursos para deslocamento) foi avaliado como muito bom por pelo menos 40% do poder público federal, poder público municipal e poder público estadual. Aproximadamente 34% dos usuários de água avaliou como boa. A sociedade civil dividiu a avaliação entre insuficiente, boa e excelente, conforme gráfico 43:

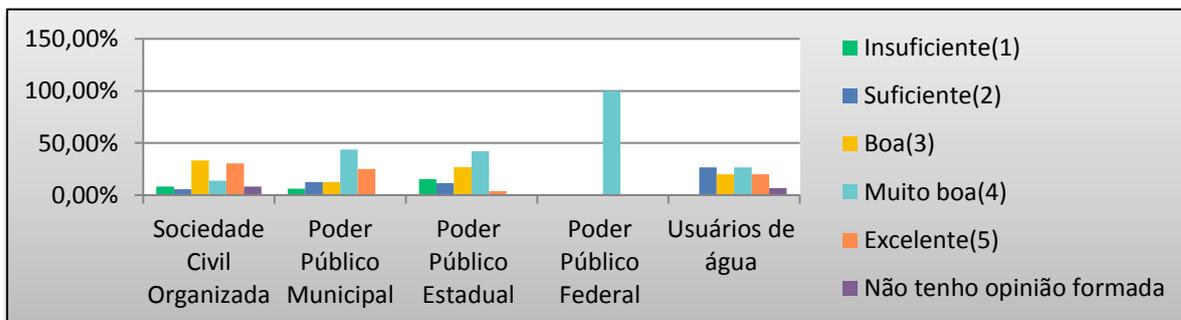
Gráfico 43. Apoio operacional e logístico para participar da oficina (dispensa, recursos para deslocamento)



Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

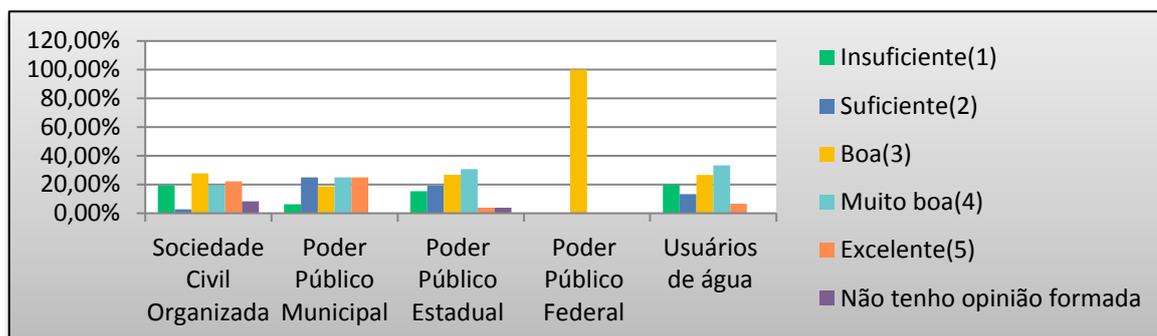
Sobre se a atividade e/ou oficina gerou um resultado concreto e contribuiu para a tomada de decisão os poderes público federal, estadual e municipal (gráfico 44) avaliaram como muito boa a situação com pelo menos 40% do total de respostas. A sociedade civil organizada avaliou como boa ou excelente. Usuários de água avaliaram como suficiente ou muito boa pela maior parte dos respondentes.

Gráfico 44. Atividade ou oficina gerou um resultado concreto e contribuiu para a tomada de decisão



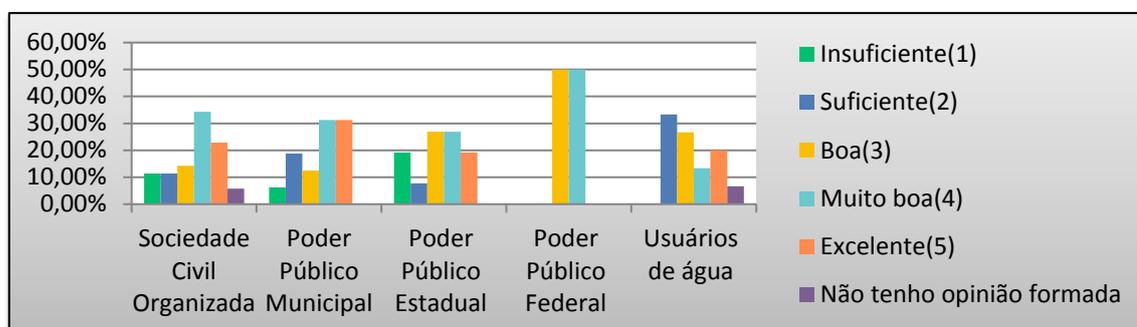
Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

O acesso e a divulgação dos resultados da atividade e/ou oficina, gráfico 45, foram avaliados como bom ou muito bom por pelo menos 20% dos respondentes de todos os segmentos. Um total de 20% da sociedade civil e dos usuários de água, avaliaram como insuficiente.

Gráfico 45. Acesso a divulgação dos resultados da atividade e ou oficina

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

Sobre se a atividade e/ou oficina atingiu o objetivo e resultados propostos 50% do poder público federal e 35% da sociedade civil organizada avaliou a situação como muito boa. A situação foi avaliada como insuficiente por 20% do poder público estadual e 12% da sociedade civil, conforme gráfico 46:

Gráfico 46. Atividade e ou oficina atingiu o objetivo e resultados propostos

Elaborado por Barbosa, F.D. Fonte: Questionário de Pesquisa Plataforma *SurveyMonkey*, (2018).

As situações que receberam pior avaliação foram: a presença dos segmentos de forma proporcional nas atividades e oficinas; a participação de pessoas que não eram do CBH na atividade e/ou oficina; o apoio operacional e logístico para participar da atividade e/ou oficina (dispensa, recursos para deslocamento) e o acesso e divulgação dos resultados da atividade e/ou oficina.

E, as situações que receberam as melhores avaliações durante as oficinas, considerando todos os segmentos, foram: a metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu

a discussão entre os presentes; ocorreu abertura para que todos pudessem falar e se expressar livremente; e o apoio, incentivo e respeito para emitir a opinião.

Os respondentes deixaram comentários adicionais, frisando alguns aspectos negativos a respeito das atividades e oficinas em que houve a aplicação de metodologias participativas, tais como: falta de interesse pelos representantes da região ou do próprio CBH, a falta de paridade que compromete o processo, a falta de continuidade no processo e o não cumprimento dos acordos; o uso metodologias muito subjetivas que acabam pulverizando resultados.

Por outro lado, também foram ressaltados aspectos positivos como os desdobramentos positivos das atividades em outros eventos, contribuição para a construção do plano de bacia e discussões sobre outros instrumentos durante a atividade, momento importante para trocas de saberes. Então, de forma geral, é possível concluir que a grande maioria das situações foram avaliadas como boas ou muito boas, ou seja, as atividades e metodologias conseguiram promover ações positivas considerando-se cada situação proposta.

4.6 Considerações sobre os questionários e entrevistas

A análise integrada dos questionários e entrevistas possibilitou a interpretação de que os desafios pertinentes à participação e à representação são abrangentes, e não estão necessariamente em uma relação direta com o CBH, como é o caso por exemplo, da não implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos ou instrumentos de gestão.

Em outras palavras, a qualificação da participação e da representação nos CBH's englobam muitos aspectos que muitas vezes extrapolam as atribuições, funções e ações do próprio colegiado. Por outro lado, muitas vezes estão diretamente relacionados à representatividade dos membros do CBH, como por exemplo, a falta do repasse de informações entre representantes e representados, ou a necessidade de representantes com real poder deliberativo dentro de suas instituições.

Um aspecto importante observado com os questionários e entrevistas é a necessidade de maior participação da sociedade civil e dos municípios nas discussões e reuniões dos CBH's, e ampliação da participação da comunidade, para que haja equidade nas decisões, sem que prevaleça interesses setoriais.

Em uma análise geral é possível aferir, que mesmo com os desafios é imprescindível que a gestão dos recursos hídricos, e da água, seja realizada por meio de instâncias e práticas participativas.

É possível avaliar que grande parte dos depoimentos dos entrevistados e das pessoas que responderam ao questionaram fazem uma avaliação positiva do CBH, e têm a perspectiva de que a institucionalização deste colegiado foi um avanço não só para a política de recursos hídricos, como para a forma de elaboração e implantação de políticas públicas no país.

CAPÍTULO 5 - IDENTIFICANDO OS DESAFIOS À REPRESENTAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CBH DO RIO GRANDE

5.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (Interestadual)

Este capítulo apresenta os resultados da observação não participante, realizada no estudo de campo junto ao CBH Grande, a fim de identificar os desafios referentes à participação e à representação política na gestão do território da bacia hidrográfica deste CBH. E para tanto, é necessário entender, de forma integrada ao próprio processo participativo, o contexto em que este CBH foi instaurado. Frisa-se que, neste capítulo as falas e depoimento não serão identificados por conta da ética na pesquisa.

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), considerado um comitê de integração, foi instituído no ano de 2010, por meio do decreto Nº 7.254, após dez anos de discussão e articulação entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e a União.

Já em 2008, a criação deste CBH era apontada como necessária pelo relatório técnico produzido pelo IPT sobre esta bacia (IPT, 2008). Dentre os principais motivos para a criação do CBH na época destacam-se: o grande número de municípios e o aumento da densidade populacional crescente na bacia; o potencial estratégico na geração de energia hidrelétrica; a poluição de corpos d'água; a elevada captação para irrigação; os processos erosivos pelo manejo inadequado do solo; os usos múltiplos concorrentes dos recursos hídricos; as cabeceiras de cursos d'água em uma unidade ou Estado e atravessando outra unidade ou Estado; e o próprio rio Grande constituindo longo trecho da divisa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo (IPT, 2008).

Então, no ano de 2012 o CBH foi instalado e aprovado o seu regimento interno. A diretoria provisória atuou até o ano de 2015 e um dos primeiros grandes desafios desta diretoria foi o de garantir a construção de uma governança participativa dos recursos hídricos (CBH Grande, 2015) no território abrangido pela bacia hidrográfica do Rio Grande (BHRG).

O desafio para a gestão integrada e participativa nessa bacia hidrográfica remonta a questões culturais, políticas e sociais dos estados de São Paulo e Minas Gerais que foram delineadas sobretudo desde o final do século XIX na política do *Café com Leite*. Tamanha é a interferência das divergências culturais e políticas entre estes dois estados à integração da gestão dos recursos hídricos e para garantir ações de consenso no CBH Grande (Interestadual)

que, durante a observação de campo, em todos os eventos que foram acompanhados, a ANA lançou mão do conceito de que o Rio Grande não deveria ser visto como o rio que divide os estados de São Paulo e Minas Gerais [referindo-se a fronteira política administrativa], mas deveria ser visto como o rio que une estes estados em uma gestão de água integrada. Então, o rio que antes dividia agora une e integra.

Sobre as divergências cultural e política, membros dos CBH's paulistas comumente davam o seguinte depoimento, observados no estudo de campo:

O pessoal de Minas [referindo-se aos membros dos CBH's da vertente mineira] não é participativo e está muito atrasado [referindo-se ao processo de implementação da gestão de recursos hídricos].

Enquanto membros dos CBH's mineiros davam depoimentos, como,

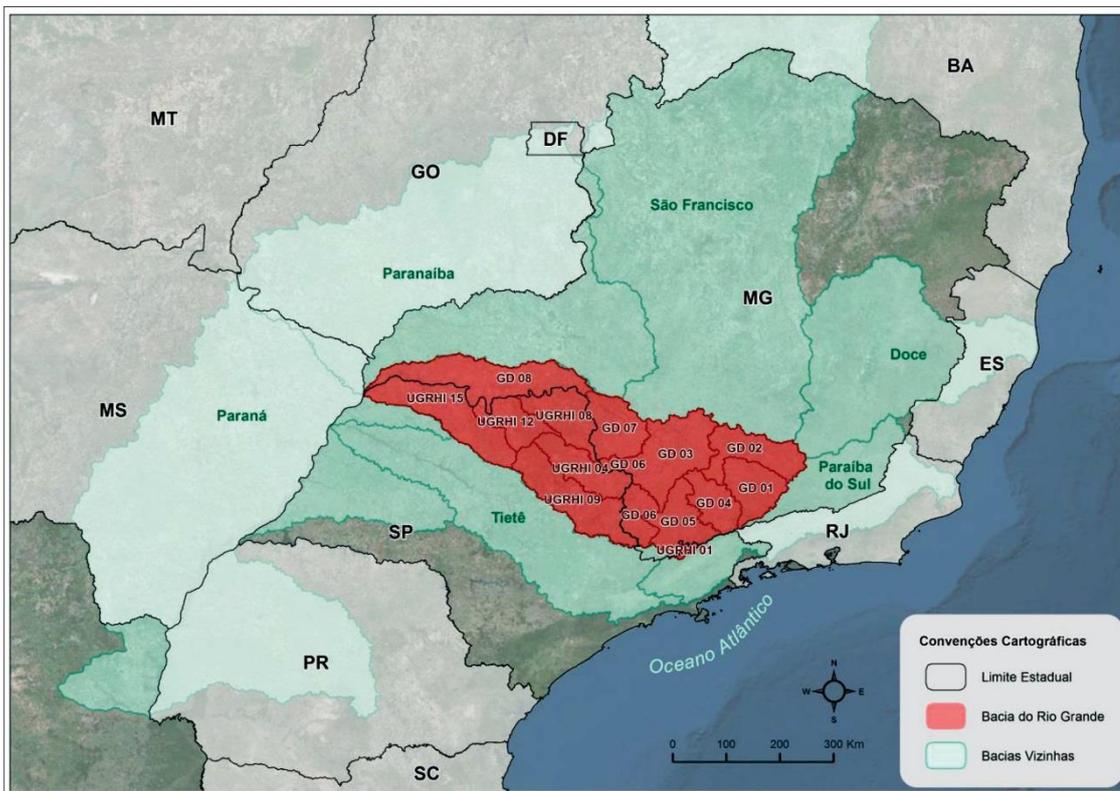
O pessoal de São Paulo [estado] não está interessado em fazer uma gestão integrada, o estado de São Paulo está preocupado somente com os recursos financeiros.

E como possibilidade de superar estas divergências no que se refere a gestão dos recursos hídricos, a representação dos atores da gestão no CBH Grande buscou a maior paridade possível, seguindo a base legal da PNRH. O CBH Grande é composto por 65 membros titulares e respectivos suplentes. As vagas são distribuídas considerando os espaços territoriais e vocações socioeconômicas das 14 unidades de gestão de recursos hídricos existentes nos estados de Minas Gerais e São Paulo (CBH GRANDE, 2015).

A BHRG possui uma área de drenagem de 143.437,79 km² em áreas remanescentes de mata atlântica e cerrado, dos quais 39,80% encontram-se dentro do estado de São Paulo e 60,20% no estado de Minas Gerais. (IPT, 2008; ANA, 2017c), conforme demonstra a figura 11. A BHRG faz parte da Região Hidrográfica do Paraná.

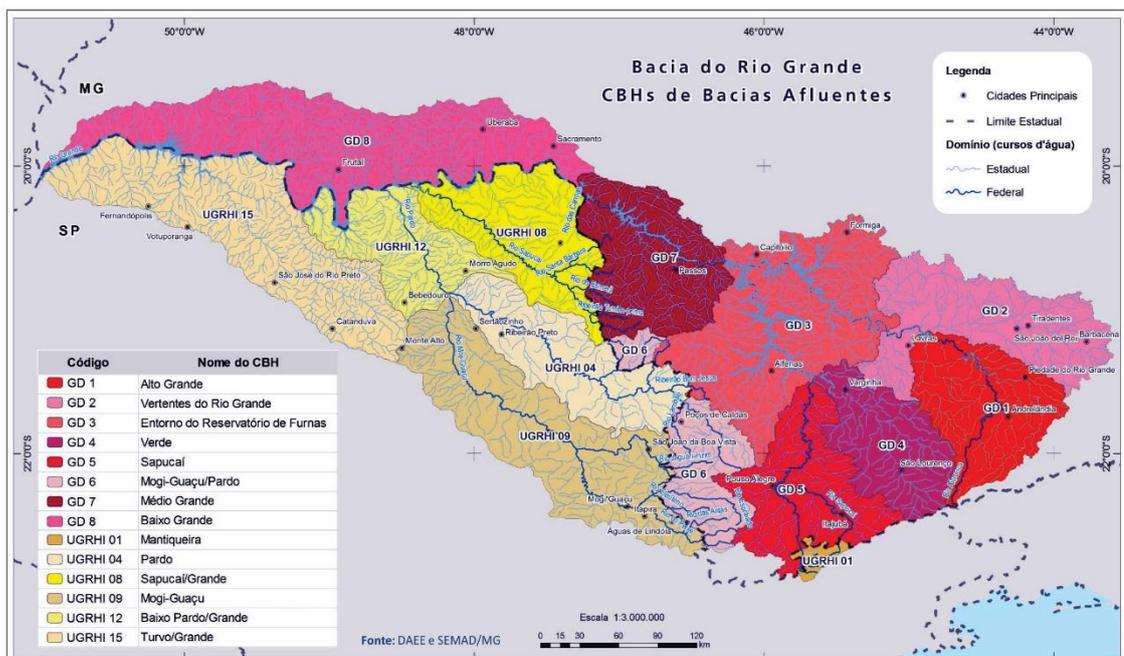
O território da BHRG está dividido em 14 Unidades de Gestão, sendo 06 no estado de São Paulo e que são denominadas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs), e 08 no estado de Minas Gerais, denominadas de Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs) e possuem a sigla GD, por pertencerem ao Rio Grande (SÃO PAULO, 2008; ANA, 2017c). As Unidades de Gestão correspondem aos CBH's das bacias afluentes, conforme demonstra a figura 12.

Figura 11. Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Grande



Fonte: ANA (2017c).

Figura 12. CBH's de Bacias Afluentes da Bacia do Rio Grande



Fonte: ANA (2017c).

O Rio Grande, curso de água principal, nasce na Serra da Mantiqueira a uma altitude de aproximadamente 2.000m, entre os municípios de Bocaina de Minas/MG e Itamonte/MG. Percorre 216 km até a confluência com o rio Aiuruoca, entre os municípios de Carrancas/MG e Madre de Deus de Minas/MG, quando passa a ser de domínio federal (ANA, 2017c). Segue por mais 311 km quando recebe, pela margem esquerda, o rio Sapucaí (MG). Cerca de 155 km a jusante recebe o rio das Canoas e torna-se o limite natural entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo até encontrar o rio Paranaíba. A confluência dos dois rios origina o Rio Paraná (ANA, 2017c; MINAS GERAIS, 2016; BRASIL, 2016; SÃO PAULO, 2008)

Após tornar-se o limite entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, recebe como principais afluentes, pela margem esquerda os rios: Sapucaí, Pardo e Turvo (de domínio estadual/São Paulo); Verde (de domínio estadual/Minas Gerais); Capivari, Sapucaí-Mirim e Mogi-Guaçu (que são de domínio federal). Dentre outros importantes afluentes, destacam-se na margem direita os rios estaduais das Mortes, Jacaré, Santana, Pouso Alegre, Uberaba e Verde ou Feio (ANA, 2017c).

Considerando a dominialidade dos corpos hídricos superficiais da bacia do rio Grande, o estado de São Paulo detém 36,2% dos cursos de água, enquanto o estado de Minas Gerais 51,4%. À União cabe 12,4% do domínio dos corpos hídricos superficiais, e por isso a BHRG trata-se de um território estratégico de gestão para este ente federativo. Ressalta-se que importantes barragens de aproveitamento hidrelétrico estão localizadas no rio Grande, como Furnas, Marimondo e Água Vermelha, atribuindo à bacia um dos mais importantes potenciais energéticos aproveitados do país (ANA, 2015).

O território da BHRG está dividido entre 393 municípios. Destes, 214 estão na vertente mineira, e 179 na vertente paulista. Mas nem todos os municípios têm sua área totalmente inserida na bacia. Dos 393, 68 possuem área parcial na BHRG. (ANA, 2017c). Um grande desafio para a bacia diz respeito ao tratamento de esgotos. Conforme dados da ANA (2015) apenas 47,8% dos efluentes eram tratados até 2014.

A população aproximada da bacia é de 8,6 milhões de habitantes, com redução significativa da população rural nos 40 anos anteriores, já que esta caiu de 39,8% para 10,3%. Destes 10,3%, dois terços está concentrada na vertente mineira. O maior número de habitantes, ultrapassando a casa de 1 milhão correspondem respectivamente às UGRHI's 04, 09 e 15, identificadas na Figura 12 e todas da vertente paulista (ANA, 2015⁶⁹).

⁶⁹ Todos os valores apontados pela ANA correspondem ao censo demográfico do IBGE, ano de 2010.

As atividades econômicas de destaque são a industrial e agropecuária com regiões que são representativas no produto interno bruto (PIB) nacional. As indústrias extrativas e de mineração (areia, argila, bauxita e água mineral, seguidas por quartzito, granito e calcário) e sucroalcooleiras são expressivas na bacia. Dentre as atividades agrícolas destaca-se a monocultura da cana-de-açúcar, no entanto, considerando a área da bacia predominam as pastagens. A pesca profissional e a aquicultura são importantes atividades econômicas, sobretudo pela relação direta com os recursos hídricos da bacia do rio Grande (ANA, 2015).

A irrigação é a atividade com maior número de outorgas superficiais cadastradas. As maiores demandas de retirada superficial são atribuídas ao setor industrial e agrícola (40%), seguida do abastecimento urbano que ocorre de forma mais concentrada no território (ANA, 2015). Considerando-se a demanda e a disponibilidade, as áreas mais críticas estão localizadas na vertente paulista da bacia e na região do triângulo mineiro (ANA, 2015).

O IQA⁷⁰- Índice de qualidade de água- na BHRG é considerado bom em grande parte da bacia, sobretudo nas regiões que estão à montante. E em relação ao ICE⁷¹- Índice de Conformidade ao Enquadramento os valores foram relativamente baixos para toda a bacia. Dos 162 pontos analisados, 88 ficaram na categoria péssima e apenas 2 na categoria ótimo (ANA, 2015).

Para garantir o processo participativo na formação do CBH Rio Grande e gestão da BHRG, era necessário que houvesse a integração dos territórios geridos pelos 14 Comitês Estaduais das Bacias afluentes do Rio Grande com a União. Garantir esta integração era, e ainda é, um grande desafio, pois, além da questão de dominialidade dos corpos hídricos e das outras características apontadas da BHRG, existem diferenças e divergências importantes (políticas culturais, sociais, estruturais, institucionais, entre outras) entre os estados que integram a bacia, que suscitam grandes desafios, a começar pelos instrumentos de gestão.

A Política de Recursos Hídricos de Minas Gerais, Lei nº13.199/99 adota todos os instrumentos de gestão da PNRH, incluindo as penalidades e rateios de custos de obras de usos múltiplos (MINAS GERAIS, 1999; ANA 2017c). A Política Estadual de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, Lei nº7.663/91 adota como instrumentos de gestão a outorga, infrações e

⁷⁰ O Índice de Qualidade da Água (IQA) é calculado a partir de nove parâmetros físico-químicos e biológicos importantes para a avaliação da água em função de sua utilização para o abastecimento público. Os parâmetros utilizados no cálculo do IQA são a temperatura, pH, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, coliformes termotolerantes, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e a turbidez (ANA, 2015)

⁷¹ O ICE descreve a conformidade de um conjunto de parâmetros de qualidade de água em relação às metas de enquadramento dos corpos hídricos estabelecidas pela Resolução CONAMA 357/2005 e os normativos estaduais de enquadramento apontados anteriormente neste diagnóstico (ANA, 2015)

penalidades, cobrança, rateio dos custos de obras e o plano estadual de recursos hídricos (SÃO PAULO, 1991; ANA, 2017c), e esta situação reflete-se na gestão que é realizada pelos CBH's de cada estado. Portanto o plano integrado desta bacia, ou deve considerar a concepção divergente para as propostas relativas aos instrumentos de gestão.

Além disso, também é preciso considerar que os instrumentos de gestão estão em estágios diferentes de implementação nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com avanço na implementação maior para o estado de São Paulo, sobretudo quanto aos instrumentos da outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Outro desafio refere-se aos marcos legislativos e às legislações relativas aos Recursos Hídricos que é diferente em cada estado, como por exemplo a legislação referente a criação de uma Agência de Bacia única para o CBH GRANDE. Sobre o modelo para criação da agência,

“tanto a Política Nacional como a Política de Minas Gerais de Recursos Hídricos permitem dois modelos para as Agências: 1. a Agência propriamente dita, instituída especificamente para tanto; e 2. a adoção de outras entidades de direito privado, existentes ou a serem criadas especificamente, que recebem delegação do detentor do domínio dos recursos hídricos, para assumir as funções das Agências. Nesse último caso, a entidade de direito privado não pode efetuar a cobrança (no sentido de arrecadar) pelo uso de recursos hídricos, tendo em vista tratar-se de recursos públicos. Já no estado de São Paulo, o modelo institucional adotado é mais rígido, pois restringe a figura da Agência de Bacia a uma fundação de direito privado, em que o Poder Executivo Estadual participa da respectiva constituição” (ANA, 2017c, p, 216.).

O impasse na criação da agência também envolve o repasse de recursos dos fundos de recursos hídricos dos respectivos estados. E, como demonstrado pela citação anterior, esta diferença também provoca empecilhos para a cobrança, instrumento que contribui para dar sustentabilidade financeira para todo o sistema de gestão, e conseqüentemente, para atuação dos CBH's.

É possível inferir que outro desafio está na diferença de entendimento sobre a concepção de como deve ser formado o ambiente participativo considerando os membros representantes dos CBH's entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e União. A PNRH estabelece três representações distintas na composição do CBH - o setor público, usuários de água e sociedade civil organizada - limitando a participação do setor público à metade do total de membros.

A política mineira para gestão dos recursos hídricos entende que a participação dos segmentos no CBH também deve ser feita a partir de três representações: o poder público com paridade entre Estado e município; os usuários de água; e a sociedade civil com paridade em relação ao poder público.

A política paulista assegura a representação paritária dos municípios em relação ao Estado, e coloca como representantes da sociedade civil os usuários de água, as universidades, os institutos de pesquisa e ensino superior, as entidades de pesquisa e as associações comunitárias, as entidades de classe, as associações especializadas de recursos hídricos e ONG's, respeitado o limite máximo de um terço do número total de votos do CBH. O quadro 7 traz um exemplo da composição de CBH's para cada caso:

Quadro 6. Exemplo da composição de CBH conforme a Política de Recursos Hídricos: paulista, mineira e Federal

FEDERAL (CBH Interestadual)	ESTADO DE SÃO PAULO (CBH Turvo Grande)	ESTADO DE MINAS GERAIS (CBH Mogi Guaçu Pardo)
03 representantes da União 08 representantes do poder público estadual 12 representantes poder público municipal 26 representantes usuários de água 16 representantes organização civil	18 representantes poder público estadual 18 representantes poder público municipal 18 representantes sociedade civil (sendo 09 usuários e 09 da organização civil)	10 representantes poder público estadual 10 representantes poder público municipal 10 representantes de usuários 10 representantes de organização civil

Organizado pela autora (2018).

Ressalta-se que, para os representantes dos usuários de água considera-se: o abastecimento público e diluição de efluentes; indústria e mineração; irrigação e uso agropecuário; hidroeletricidade; pesca; turismo e lazer e outros usos não consuntivos. Para as organizações civis considera-se: as organizações técnicas de ensino e pesquisa; as organizações com objetivo de defesa, preservação e conservação de recursos hídricos; as ONG's e outras organizações reconhecidas pelo CNRH ou pelos conselhos estaduais de recursos hídricos (CBH GRANDE, 2015, CAPÍTULO IV, Artigo 5º.)

Em suma, a política federal busca formar a participação política paritária, privilegiando em certa medida a representação dos usuários de água e organizações civis, já que limita a representação do poder público à metade do total de representantes. A legislação do estado de Minas Gerais privilegia a paridade da participação política de cada segmento no CBH, já que a quantidade de representantes de cada segmento pode ser a mesma. Por sua vez, a política paulista de recursos hídricos entende que o a estrutura participativa deve ser formada por dois segmentos, a sociedade civil e o poder público, e que no segmento da sociedade civil estão

representados os usuários de água e as organizações civis. A política paulista privilegia a representação do setor público, já que este pode estar em maioria no CBH.

Desafios advindos da implementação dos instrumentos de gestão, do funcionamento dos entes do sistema e do entendimento sobre a representação nos CBH's interferem no processo participativo mais amplo da gestão da bacia do Rio Grande, e referem-se também às ações integradas que devem ocorrer entre os CBH's afluentes do Rio Grande. Para garantir que o processo de gestão dos recursos hídricos desse território seja realmente participativo, é preciso que se considere nas etapas da gestão as divergências legais, sociais, físicas, histórico - políticas, culturais, e as diferenças na implementação dos instrumentos e do sistema de gestão.

E para levantar os desafios do CBH Grande, foi realizado o estudo de campo, por meio da técnica de observação não participante, de reuniões do Grupo de Trabalho do Plano de Bacia deste CBH, de reuniões da plenária do CBH, de oficinas de diagnóstico participativo e de seminários regionais públicos para apresentação e debate sobre o plano de bacia hidrográfica, entre os anos de 2016 e 2017. O quadro 6 apresenta as informações gerais a respeito de cada evento, pela sequência da data de sua realização.

Quadro 7. Informações dos eventos observados em estudo de campo- CBH Grande

Nº	Evento	Data	Local	Quantidade de pessoas presentes	Tema do evento e/ou Pauta
01	Oficina de diagnóstico participativo	17/06/2016	São José do Rio Preto/SP	13 representantes (CBH Turvo Grande)	-Levantamento de diagnóstico participativo com aplicação de metodologias participativas
02	Oficina de diagnóstico participativo	23/06/2016	Poços de Caldas/MG	18 representantes 12 convidados	-Levantamento de diagnóstico participativo com aplicação de metodologias participativas
03	4ª, 5ª e 6ª Reunião extraordinária do CBH Grande	10/08/2016	Ribeirão Preto/SP	49 membros (titulares e suplentes) 59 convidados	-Ampliação do Grupo de Trabalho para acompanhamento da -Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) - Grande e - Eleição e Posse de representantes dos órgãos governamentais (União, Estado e Municípios), Usuários e Organizações Civis no Plenário do CBH Grande, para o mandato de 2016 a de 2020, e para câmaras técnicas: de integração e institucional
04	3ª Reunião do GT- Plano GRANDE	10/08/2016	Ribeirão Preto/SP	12 representantes 3 convidados	Diagnóstico do Plano integrado: Apresentação e discussão
05	4ª Reunião GT- Plano Grande	01/09/2016	Ribeirão Preto	12 representantes 3 convidados	Discussão sobre diagnóstico do plano
06	5ª Reunião do GT Plano GRANDE	27/10/2016	Ribeirão Preto/SP	18 representantes 15 convidados	-Análise do relatório do prognóstico do plano de recursos hídricos -Apresentação do conteúdo do prognóstico pela Empresa Engecorps (Responsável pela elaboração do Plano)

07	11ª Reunião Ordinária do CBH GRANDE	17/11/2016	Andradas/MG	79 membros (titulares e suplentes) 37 membros votantes	-Apresentação do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Grande pelo GT-Plano e pela ANA -Processo de preenchimento das vagas remanescentes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Gestão 2016/2020 -Aprovação Diagnóstico Integrado de Recursos Hídricos do CBH Grande – PIRH Grande -Apresentação do Programa Nacional de Fortalecimento dos CBH's – PROCOMITÊS/ANA
08	7ª Reunião GT-Plano Grande	27/03/2017	Ribeirão Preto/SP	12 representantes 3 convidados	-Apresentação Profill (Empresa responsável pelas mobilizações e oficinas) - Prognóstico e apresentação preliminar dos objetivos e metas do PIRH Grande e estudos e diretrizes para os instrumentos de gestão.
09	9ª Reunião GT-Plano e 10ª Reunião CBH Grande	01/06/2017	Ribeirão Preto/SP	12 representantes 7 convidados	-Análise do Produto Parcial PP-04 (Definição das metas do PIRH-Grande e diretrizes e estudos para os instrumentos de gestão).
10	Seminário Regional de apresentação das Ações e Programas	01/08/2017	(CBH Pardo e CBH Mogi). Ribeirão Preto/SP	32 presentes	- Avaliação do prognóstico e do plano de ações com aplicação de metodologias de avaliação coletivas
11	Seminário Regional de apresentação das Ações e Programas	02/08/2017	(CBH Sapucaí - Mirim). Franca/SP	25 presentes	- Avaliação do prognóstico e do plano de ações com aplicação de metodologias de avaliação coletivas
12	Seminário Regional de apresentação das Ações e Programas	04/08/2017	(CBH Mogi Pardo). Uberaba/MG	28 presentes	- Avaliação do prognóstico e do plano de ações com aplicação de metodologias de avaliação coletivas
13	13ª Reunião GT- Plano Grande	28/09/2017	Ribeirão preto/SP	12 representantes	- Análise do PP07- Produto Parcial 07. Programa de consolidação do plano
14	Reunião de divulgação dos resultados	23/02/2018	Ribeirão Preto/SP	75 presentes	- Apresentação geral do Plano Integrado. produtos

Fonte: Reuniões CBH-GRANDE. Organizado pela autora (2018).

Todos os eventos estiveram relacionados principalmente com etapas da elaboração, discussão e deliberação sobre o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) do CBH do Rio Grande. Com o acompanhamento desses eventos foi possível identificar que o processo participativo para a elaboração do plano ocorreu em diferentes escalas, dimensões e práticas, e que a representatividade dos atores desta bacia teve igual importância em cada uma das formas de participação identificadas, acontecendo com maior ou menor grau de efetividade, conforme será apresentado.

5.2 Observações acerca do processo eleitoral da Plenária e da diretoria do CBH Grande

O processo eleitoral para compor a plenária do CBH e para a nova diretoria, com gestão para os anos de 2016 a 2020, começou com a etapa de mobilização em 2015, finalizando em 2016, com duração total aproximada de três meses. Portanto foi um processo que pode ser considerado rápido para uma mobilização. Somada ao curto tempo de mobilização estava a falta de interesse por parte das entidades em fazer parte da plenária do CBH, por motivos diversos e conflitantes.

Durante a 4ª reunião extraordinária (Quadro 6), técnicos da ANA ressaltaram que a intenção na criação do CBH Grande e eleger a plenária estava voltada ao objetivo de aproximar as vertentes mineiras e paulistas, diante do conhecimento de que as entidades e os interesses à respeito dos recursos hídricos na bacia do rio Grande são difusos, e que existe uma dificuldade real de representação da sociedade civil organizada. E estes interesses difusos interferem nessa representação.

A falta de interesse comprovou-se na relação quantidade de vagas a serem preenchidas na plenária e entidades que se candidataram durante o processo de eleição dos membros representantes. A quantidade total de vagas abertas para a plenária era a princípio para indicação de 130 entidades representantes, e se candidataram 95 entidades, sobrando, portanto, 35 vagas, sendo grande parte da vertente mineira e do poder público municipal (23 das 35 vagas). Algumas pessoas do poder público manifestaram, durante a 4ª reunião, que não tiveram tempo hábil para indicar um representante para a vaga, e por isso foi aberto um novo edital. Para a eleição foram realizadas duas plenárias e cinco reuniões.

Durante a cerimônia de posse dos representantes da plenária, que ocorreu na 4ª reunião (10/08/2016), notou-se a ausência de muitos representantes, sendo, a maior parte do poder público seguido da sociedade civil, com quantidades equivalentes para os estados de MG e SP. Também, durante a cerimônia, pode ser observada uma indiferença por parte dos membros, uma vez que a maior saiu da sala de reunião logo após assumir a função, fato que comprometeu o prosseguimento das atividades uma vez que seriam realizadas mais duas reuniões na sequência.

Um fato que chamou a atenção foi de que, o material entregue aos presentes no dia da reunião não continha a pauta impressa. E, nos dias anteriores à reunião, esta não estava

divulgada amplamente na página virtual (*site*) deste CBH, demonstrando alguns desafios relacionados à comunicação e informação antecipada das pautas aos representantes do CBH e demais interessados.

A votação da plenária para a composição do quadro da Diretoria do CBH Grande ocorreu no mesmo dia da posse dos representantes, em momento posterior, durante a 5ª reunião (10/08/2016). Durou cerca de cinco minutos, sem manifestação contrária da Plenária, agora empossada.

Antes de iniciar a cerimônia de posse da nova diretoria, (6ª reunião em 10/08-Quadro 6), um técnico da ANA, que estava compondo a mesa, afirmou que CBH era um instrumento de pacto e acordo político e que por isso era preciso a superação dos desafios, principalmente em relação ao equilíbrio da representação nos comitês. Ressaltou que o CBH deveria ser reconhecido pela sociedade, por conta do seu capital social e político, e que este equilíbrio de representação deveria inclusive ser estendido aos CBH's das bacias afluentes por meio de revisão dos seus regimentos internos.

Apesar de estar institucionalizado, há um desconhecimento sobre o que é e para que serve um CBH por parte da sociedade e dos próprios membros. Sob o ponto de vista do técnico da ANA, existe um gargalo da compreensão do significado do que é um CBH. Em suas palavras,

Há muita desarticulação, falta de informação [sobre o CBH] e comunicação, sobretudo na hora da eleição dos representantes. Por isso nossa preocupação é em como fortalecer os comitês.

Durante a 11ª reunião plenária (17/11/2016), para apresentação e aprovação do diagnóstico integrado do plano de bacias, preenchimento de vagas remanescentes entre outras demandas, foram identificados novos desafios, como por exemplo o pouco tempo para a fala dos representantes presentes. As respostas da mesa diretora e de técnicos presentes às dúvidas levantadas por membros representantes, sobre os assuntos tratados, demonstraram que deveria haver um direcionamento e uma integração das falas por parte da secretaria executiva.

As falas durante a reunião foram em sua maioria procedidas por técnicos da ANA, o que promoveu outro desafio, que foi a forma como foram transmitidas as informações e as respostas aos problemas levantados pelos representantes presentes. As respostas para as dúvidas levantadas tiveram uma linguagem excessivamente técnica e com uma abordagem em certa medida centralizadora e *top down*. Muitas propostas foram “mal explicadas” pelos técnicos

presentes e pela mesa diretora provocando um desentendimento sobre as deliberações, e, por isso, conforme observado, muitos presentes não se manifestaram na hora de votar a aprovação do diagnóstico do PIRH ou sobre outros assuntos.

Então, foi possível constatar que, reuniões plenárias, com muitos membros e pautas longas, necessitam de um tempo grande para as discussões que finalizam em deliberações. Outro ponto fundamental é sobre a necessidade de que todos os documentos da reunião sejam disponibilizados previamente e com tempo hábil para a leitura por parte dos representantes. Esta foi uma questão levantada constantemente pelos presentes.

Ser membro representante na plenária e nos grupos de trabalho requer um processo participativo de grau elevado, que exige entendimento sobre os princípios de cogestão e colegialidade e, portanto, conhecimento sobre funções e atribuições desta representação, das funções do CBH. Além disso, demanda decisões consensuadas, discussões amplas e representatividade de todos as instituições que estão relacionadas ao uso dos recursos hídricos, que irão efetivar a gestão integrada entre estados e União no território de gestão. Tomando como base no pensamento de Bobbio (1998) e Pitkin (1968), a representação envolvida neste processo deve ocorrer em uma relação de confiança, mesclando o mandato e a independência.

O processo de posse e votação para a nova diretoria e o processo eleitoral para a composição da plenária deste CBH podem ser classificados com grau alto de participação, que partindo de Bordenave (1994) refere-se ao grau de cogestão, e com base em Arnstei (1969) esta seria uma participação em que se envolve o poder de delegação, explícita, e instituída legalmente neste caso da gestão dos recursos hídricos no Brasil. Contudo, não é possível aferir a qualidade da participação ou a qualidade da representação que será empenhada pelos novos membros, haja visto o comportamento destes representantes no próprio dia da sua posse com relação ao esvaziamento da plenária.

Todos estes desafios apontados, podem desestimular o processo participativo se não forem superados, pois desmotivam os membros representantes, e conseqüentemente a representação das instituições e a ação dos representantes na gestão dos recursos hídricos fica comprometida.

5.3 O processo participativo para a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande (Interestadual)

Desde a criação do CBH Rio Grande em 2012 até o ano de 2017, ocorreu um grande avanço na implantação deste comitê, e apesar dos desafios, o Plano Integrado de Recursos Hídricos do Rio Grande (PIRH) contribuiu fundamentalmente para este avanço. Em 2012 a elaboração do plano foi apontada como uma das tarefas fundamentais do Comitê (CBH Grande, 2015).

O processo de mobilização para o plano de metas que viria organizar a elaboração do PIRH desta instituição teve início em 2012, e no ano de 2015, em meio ao início do processo eleitoral para a nova diretoria do CBH, deu-se a contratação de serviços de consultoria para apoiar as atividades a serem realizadas, sendo que a responsabilidade técnica e financeira do PIRH ficou a cargo da ANA. A aprovação do plano pelo CBH ocorreu em novembro de 2017 (ANA, 2017; CBH GRANDE, 2018).

O PIRH foi elaborado pela empresa de consultoria ENGECORPS, vencedora da licitação promovida pela Agência Nacional de Águas (ANA), com acompanhamento do GT-Plano, grupo de trabalho destinado a conduzir todas as etapas, debater e contribuir para a elaboração durante todo o processo. Para as atividades de mobilização e avaliação participativa foi contratado o serviço do Consórcio Profill Engenharia e Ambiental e Fato Pesquisa Social e Mercadológica. Foi composto por três etapas principais: Diagnóstico; Prognóstico; e Plano de Ações. Os estudos tiveram início em 2016 e desenvolveram-se por um período de 14 meses (ANA, 2017d).

De forma geral, para a elaboração do PIRH foram priorizadas as “propostas para a solução de problemas para os quais existe governança do sistema de gestão de recursos hídricos atuante na bacia, considerando seu nível e escala de competências, notadamente aqueles de responsabilidade do CBH-Grande e órgãos gestores de recursos hídricos – ANA, DAEE e IGAM” (ANA, 2017d, p, 2).

O propósito fundamental do PIRH é o de “reunir dados atualizados sobre a bacia do rio Grande, interpretá-los e mapeá-los, definir cenários futuros, identificar áreas críticas e propor diretrizes para a implementação dos instrumentos de gestão, estabelecer objetivos e metas e definir ações de curto, médio e longo prazos” (ANA, 2017c, p. 2; CBH GRANDE, 2018).

Na elaboração do PIRH foram observados dois momentos referentes ao processo participativo. O primeiro foi referente ao acompanhamento do GT-Plano, e o segundo tratou

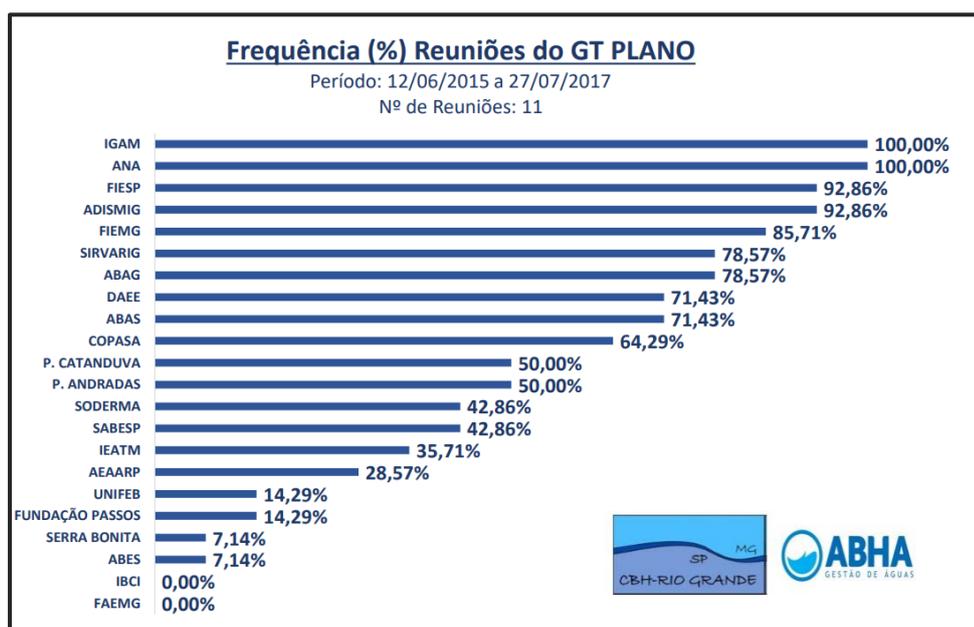
das oficinas com aplicação de práticas participativas para levantamento do diagnóstico da bacia hidrográfica e avaliação dos resultados. Estes dois momentos serão descritos a seguir.

5.3.1 O Grupo de Trabalho do Plano Integrado: GT-Plano

O GT-Plano acompanhou todas as etapas de elaboração do plano de bacias, por meio de reuniões para discutir e deliberar sobre o andamento dos produtos que eram entregues pela empresa contratada. Conforme documento oficial do CBH Grande (2018), este grupo de trabalho foi composto por representantes de 22 instituições. A frequência destes nas reuniões ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017 está demonstrada na figura 13, e foi demonstrada no quadro 6 (em relação aos eventos observados).

A frequência dos representantes nas reuniões é um fator relevante para a qualidade dos resultados, se for adotada a premissa de que a representatividade é fundamental para a boa prática de gestão e para deliberações que efetivem processos mais democráticos. O fato é que a representatividade depende também da presença real dos representantes nos momentos de deliberação, além de depender de outros fatores, como a preparação argumentativa dos membros em momento anterior as reuniões.

Figura 13. Frequência dos representantes das instituições nas reuniões do GT Plano- período de 2015 a 2017



Fonte: CBH Grande. (2018).

Observa-se que as maiores frequências correspondem ao IGAM- Instituto Mineiro de Gestão das Águas - órgão gestor do estado de Minas Gerais, à ANA que foi responsável técnica e financeira pelo plano de bacia, e à FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da qual a representante era a coordenadora do grupo de trabalho.

Ainda sobre a questão da frequência dos membros na reunião destaca-se que, em pelo menos duas das reuniões observadas, foi comum a fala de técnicos da ANA sobre como a ausência dos representantes prejudicava o andamento das reuniões. As falas diziam respeito ao quanto a ausência dos representantes era um assunto complicado, pois não era possível propor mudanças no PIRH sem estar presente [fisicamente] na reunião. Além disso, o plano integrado naquele momento era fundamental para o CBH Grande. Para os técnicos da ANA as ações do PIRH deveriam pautar a plenária do CBH Grande, e para isso era preciso assiduidade nas reuniões por parte de todos os indicados envolvidos no GT-Plano. Além disso, muitas pessoas não participavam das reuniões, que aconteciam em período comercial, por conta do acúmulo de atribuições. Este inclusive, é um desafio verificado em outros momentos da presente pesquisa.

Neste sentido, é preciso frisar sobre a importância da representatividade dos membros do GT-Plano, uma vez que estes estavam representando e deliberando em nome de suas instituições e da sociedade. Também é preciso esclarecer que, antes dos produtos do plano de bacia seguirem para aprovação da plenária do CBH Grande, passavam obrigatoriamente pelo crivo do GT, mobilizado exclusivamente para tal fim.

Somente depois de finalizado é que o plano foi divulgado amplamente para todos os CBH's afluentes e para a comunidade. A prioridade para participação nas discussões ficou a cargo do GT-Plano, e para a Plenária do CBH Grande ficou a responsabilidade de aprovação do Plano Integrado.

Um fato marcante durante as reuniões do GT- Plano foi o comentário de muitos representantes sobre a não disponibilização dos documentos, atas de reuniões passadas e pautas, com prazo suficiente para que pudessem ser analisados, sobretudo porque eram documentos extensos. Foi possível observar que muitos membros do grupo não liam os documentos e participavam das reuniões sem a preparação necessária para a discussão, inclusive até por não conseguirem abrir os arquivos enviados para o grupo de *e-mails* cadastrado.

A dificuldade apontada sobre a leitura dos documentos do plano integrado, e do próprio relatório técnico final do PIRH, foi fator comum em todas as reuniões deste grupo de trabalho.

Além dos motivos citados da não disponibilização e problemas no acesso aos documentos, outros foram apontados, como a linguagem excessivamente técnica dos documentos; a falta de algumas informações; e o tamanho do documento. E, nesse sentido, uma fala que chamou a atenção durante uma das reuniões foi:

“ninguém vai ler o plano mesmo depois de pronto. O Plano tem mais de 500 páginas e quase ninguém entende nada ou consegue ler tudo” (membro do GT Plano).

Por outro lado, alguns técnicos da ANA, afirmaram que é natural não ler o documento inteiro, e que é por isso que é importante a presença dos diversos representantes nas reuniões, cada um preocupado com sua área. E por este motivo, ressalta-se a importância de se fazer um grupo multidisciplinar para deliberar sobre um plano de bacia, fato que não ocorreu no GT-Plano, como demonstra a fala de um membro do grupo, feita durante uma reunião, sobre uma questão que tratava da delimitação dos Biomas na bacia hidrográfica do Rio Grande,

Não tem ninguém no GT que entende de Bioma, então não tem como conferir se está correto [referindo-se a fase do diagnóstico] (membro do GT Plano)

A maior parte das pessoas que compunham o GT-Plano eram técnicos das respectivas instituições, e por isso nem todas as áreas fundamentais para o entendimento do plano estavam representadas. Sobre esta questão, um técnico da ANA ressaltou durante a 5ª Reunião (27/10/2016), que a representação dos membros deveria ocorrer de forma que cada segmento, de cada especificidade que está no plano de bacia, deveria estar representado, para que fosse possível um consenso multidisciplinar no momento da discussão, a fim de apresentar as conclusões e considerações gerais e específicas sobre os temas. Feita desta forma, a representação realmente facilitaria as decisões que o comitê ou grupo de trabalho deve tomar.

Durante a mesma reunião foi mencionado o problema de se conseguir uma base de dados adequada para que o diagnóstico seja realmente atualizado. E sobre este desafio, foi citado o fato de que muitos representantes das instituições têm receio de fornecer dados, como por exemplo, os representantes da área de saneamento. Então, é possível aferir que o sistema de informações de recursos hídricos possui falhas, conforme demonstrado anteriormente na presente pesquisa.

Acrescenta-se que, para alguns membros do GT Plano, conforme debatido durante a 4ª reunião (01/09/2016), apresentar o prognóstico e o diagnóstico em reunião pública seria um “desastre”, pois ninguém entenderia nada, por isso, “cortaram as reuniões públicas em etapas”,

justificando que “quem vai não entende”. Nem todos os membros do GT estavam a favor desta decisão, porém, manteve-se a decisão por consenso.

Uma questão comum em todas as reuniões observadas deste grupo foi a importância de se fortalecer os planos de bacia dos CBH's afluentes do CBH Grande, inclusive porque até o ano de 2016 dois CBH's mineiros (GD 07 Médio Grande e GD 08 Baixo Grande) ainda não tinham elaborado o seu plano de bacia. Ressalta-se que estes CBH's foram instalados no ano de 2002. E para isso, seria importante que ao menos um representante de cada CBH estivesse compondo o GT Plano, fato que não ocorreu. Assim seria efetivada também a gestão participativa, considerando-se a horizontalidade no processo de decisão.

Em nenhuma das reuniões observadas frisou-se a importância do diagnóstico preliminar participativo, e nem tampouco utilizaram os dados produzidos com as oficinas que foram realizadas para tal finalidade. Por outro lado, ressaltou-se nas reuniões a importância de realizar a avaliação do plano de ações de forma ampla, por meio de seminários regionais que abarcassem todos os CBH's afluentes.

As reuniões do GT-Plano podem ser classificadas, com base em Arnstei (1969), em uma escada de participação que está entre a parceria e a delegação de poder, ou seja, com alto grau de interferência dos participantes nas decisões públicas. Com base em Bordenave (1994) essas reuniões podem ser classificadas como grau de participação elevado, pois tratam de cogestão e colegialidade, uma vez que os representantes membros do GT-Plano decidiam desde os encaminhamentos e metas futuras do plano, até sobre a sua redação. Porém esta classificação não é uma prerrogativa de que a delegação de poder, cogestão e a colegialidade realmente ocorreram em alto grau. Ao contrário, estes atributos variaram conforme a pauta das reuniões, discussões e decisões.

O tipo de representação adotada pelos membros do GT-Plano não ficou clara durante a observação, pois em determinados momentos os representantes assumiam uma representação que envolvia a delegação de poder que a eles era concedida pela instituição, e nesses momentos pareciam atuar sem necessária autonomia. Em outros momentos a representação parecia estar pautada em relações de confiança, com autoridade e autonomia nas ações dos representantes.

Então, a partir da observação das reuniões é possível avaliar que existem desafios no processo participativo para a elaboração do plano de bacia deste CBH. Estes desafios envolvem questões de efetividade de representação, comprometimento dos representantes do CBH e do grupo de trabalho com o processo de discussão, desafios pertinentes a divulgação e acesso à

informação, e falta de interação entre todas as etapas da elaboração do plano que no caso remete sobretudo aos dados do diagnóstico participativo.

5.3.2 As práticas participativas no diagnóstico e na avaliação do Plano Integrado de Recursos Hídricos do CBH Grande

Conforme mencionado no capítulo 4 anterior do presente estudo, existem algumas metodologias que promovem as práticas participativas, ou em outras palavras, que contribuem para que uma quantidade maior de pessoas participe do processo de formulação de instrumentos de gestão e de políticas públicas.

Para a elaboração do PIRH - CBH Grande, as práticas participativas foram aplicadas em duas etapas: no diagnóstico preliminar do plano por meio de oficinas; e na avaliação do prognóstico para elaboração do plano de ações, por meio de oficinas e seminários regionais. Vale destacar que, segundo a ANA (2017d), “a participação dos Comitês de Bacias Afluentes [na elaboração do Plano Integrado do Rio Grande] se deu por meio da realização de 25 eventos [considerando as oficinas e os seminários] durante as etapas de Diagnóstico e de Plano de Ações” (ANA, 2017d, p.284).

Serão apresentadas em sequência as práticas e observações referentes a 2 oficinas e, em seguida, as observações referentes a 3 seminários.

5.3.2.1 Oficinas de diagnóstico preliminar participativo

As **oficinas** realizadas para o diagnóstico preliminar participativo foram solicitadas e aplicadas por técnicos da ANA nos CBH's afluentes do CBH Grande. No total foram 12 oficinas, todas realizadas no mês de junho de 2016, sendo que no documento final do Plano de Bacias (ANA, 2017d) não consta a quantidade de participantes destes eventos. As oficinas acontecerem nos seguintes CBH's afluentes e cidades, da vertente paulista e mineira, e a observação (não-participante) foi realizada em duas das 12 oficinas (Quadro 08).

Somente duas oficinas foram observadas, pois, a divulgação e a mobilização destas ocorreram por meio de *e-mail* aos membros representantes dos CBH's. Pelo fato de a pesquisadora não ser representante do CBH, ter o acesso ao e-mail de divulgação e levantar os dados de informação a respeito de datas, horário e local das oficinas foi um desafio. Soma-se a

isso os custos com deslocamento e a ocorrência de muitas oficinas numa mesma data, em CBH's diferentes.

Quadro 8. Oficinas realizadas para o diagnóstico participativo do Plano Integrado do CBH Grande

CBH Bacias Afluentes	Vertente	Local	Data
CBH-Pardo e CBH Mogi	Paulista	Ribeirão Preto	14/06/2016
CBH Afluentes do Baixo Rio Grande	Mineira	Uberaba	14/06/2016
CBH Afluentes do Médio Rio Grande	Mineira	São Sebastião do Paraíso	15/06/2016
CBH-Sapucaí Mirim e Grande	Paulista	Franca	16/06/2016
CBH-Baixo Pardo Grande	Paulista	Barretos	16/06/2016
CBH Turvo Grande	Paulista	São José do Rio Preto	17/06/2016
CBH Serra da Mantiqueira	Paulista	Campos do Jordão	20/06/2016
CBH Alto Rio Grande e CBH Vertentes do Rio Grande	Mineira	São João Del Rei	21/06/2016
CBH Rio Sapucaí	Mineira	Pouso Alegre	21/06/2016
CBH Entorno de Furnas	Mineira	Alfenas	22/06/2016
CBH Rio Verde	Mineira	Três Corações	23/06/2016
CBH Mogi Guaçu e Pardo	Mineira	Poços de Caldas	23/06/2016
Legenda:	oficinas que foram observadas		

Organizado pela autora, 2018.

Conforme a ANA (2017d), o objetivo geral das oficinas foi o de levantar contribuições dos membros representantes dos CBH's afluentes e da comunidade ao PIRH, para que estes fornecessem uma visão do que existe de peculiar em suas respectivas bacias hidrográficas. Além disso, as oficinas também tiveram como objetivo a validação do que foi levantado no pré-diagnóstico do plano, a fim de reunir informações que ainda não haviam sido apontadas. No Relatório Técnico Final do PIRH (ANA, 2017d), do total de 288 páginas, 07 foram dedicadas a apresentar os resultados das oficinas participativas, sendo que seis delas são as figuras correspondentes às matrizes de resultado.

As metodologias aplicadas nas oficinas, segundo relatório final do PIRH (ANA, 2017d), foram:

Desenvolvimento e aplicação da Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças); Mapeamento ambiental participativo para levantamento dos principais conflitos locais pelo uso da água; e Apresentação e debate do Diagnóstico Preliminar da bacia do rio Grande (ANA, 2017a, p. 264).

Apesar do documento “Relatório Final do PIRH (ANA, 2017d)” apontar que foram aplicadas duas metodologias participativas, Análise FOFA (levantamento de Forças, ameaças,

fraquezas e oportunidades) e MAP (Mapeamento ambiental participativo para levantamento dos principais conflitos locais pelo uso da água)⁷², a segunda metodologia não foi aplicada. Ainda, no documento do relatório final do plano de bacias (ANA, 2017d), não constam resultados integrados destas técnicas participativas. Somente foram apresentados resultados da matriz SWOT.

Ressalta-se que, e preciso seguir um certo rigor metodológico para aplicação da prática participativa do MAP, a começar pela divisão dos grupos dos presentes, adoção de técnicas de educação cartográfica, distribuição de materiais como lápis, entre outros. Para aplicar a matriz FOFA é preciso também um certo rigor metodológico. Os participantes são divididos em grupos e são distribuídas tarjetas coloridas para cada um dos quadrantes para a coleta de informações dos participantes por meio de “brainstorming”, sem interrupções ou comentários do moderador a fim de evitar a indução no levantamento das opiniões, porém com momentos de discussão entre o grupo.

Na **primeira oficina**, na cidade de em São José do Rio Preto/SP para o CBH Turvo Grande, participaram 16 pessoas, divididas nos segmentos de usuários de água, sociedade civil organizada e Poder Público, sendo que mais de 50% dos participantes eram do Poder Público.

Esta oficina começou com uma apresentação sobre o diagnóstico preliminar do Plano de Bacia, realizada por dois técnicos da ANA. Em seguida os participantes foram divididos em 2 grupos, com 8 pessoas cada, para realizaram o diagnóstico com o uso da análise FOFA.

A matriz para análise FOFA foi dividida em ambiente interno e externo da bacia hidrográfica, sendo o ambiente externo analisado pelas Forças e Fraquezas, enquanto o ambiente interno foi analisado pelas Oportunidades e Ameaças. Os participantes, divididos em grupos, se posicionaram em frente a cartazes de: Forças e Oportunidades; e Fraquezas e Ameaças. A metodologia foi realizada em duas etapas: primeiro ocorreu o levantamento das informações nos grupos; e depois os participantes, individualmente, priorizaram o que achavam mais importante, votando em cada item levantado na Matriz, não tendo ocorrido a integração desses resultados com a atividade do MAP.

Conforme observado, de forma geral ocorreu pouca mobilização para a realização da oficina e os participantes tiveram pouco tempo para ter contato com a documentação do plano que já havia sido elaborada pela ANA. Segundo depoimentos, as oficinas não foram divulgadas

⁷² Nota da autora: as metodologias Análise FOFA e MAP são apresentadas com maiores detalhes no capítulo 6 do presente estudo, considerando-se outras aplicações, referências bibliográficas entre outras informações.

antecipadamente por falta de planejamento. Os membros do CBH que estavam presentes declararam durante a oficina que “tudo foi feito de última hora”.

É importante ressaltar que, ao longo do desenvolvimento da atividade prática ocorreu uma grande dispersão por parte dos participantes, e nem todos que estavam presentes deram suas opiniões. No mesmo dia da oficina foi realizada uma reunião Extraordinária do CBH Turvo Grande, e por isso, mais da metade das pessoas que estavam na oficina, declararam estar ali por causa da reunião. Além disso, a linguagem técnica prevaleceu durante a oficina.

Durante a discussão para a realização da análise FOFA foram feitos diversos apontamentos pelos participantes, dentre eles destacaram-se os seguintes:

- Deve haver maior participação dos membros nos Comitês de Bacia;
- Falta financiamento/subsídio para a sociedade civil participar;
- Não há participação da sociedade civil;
- A linguagem que prevalece é a linguagem técnica;
- Problemas para mobilização social. Não há mobilização;
- Falta a mobilização para educação ambiental;
- Os instrumentos de gestão não são aplicados de forma correta;
- Falta interação entre os segmentos e os atores não programam os instrumentos de gestão;
- Muitos participantes do CBH não entendem a legislação;
- As ações dos comitês deveriam ser mais externas com participação da sociedade como um todo;
- Falha na comunicação do CBH em relação aos seus membros;
- Gestores gerando desmobilização;
- Não há conversa do CBH Turvo Grande com a comunidade;
- Lado Mineiro da Bacia: a discussão de gestão é mais frágil e existe menor implementação dos instrumentos de gestão;
- Falta planejamento participativo: divulgação e convocação para atividades do CBH;
- Pessoas são convidadas para as reuniões e atividades, mas não comparecem;
- Água é um bem público e a sociedade e não participa do processo de gestão deste bem;
- Os projetos não enxergam os comitês e vice e versa.

Frisa-se que, no relatório final do PIRH não foi demonstrado o resultado específico desta oficina, e que durante a atividade de campo não foi possível anotar o que todos os grupos relataram, uma vez que os presentes foram divididos em grupos que trabalharam simultaneamente.

Na **segunda oficina** realizada em Poços de Caldas/MG, participaram 30 pessoas, divididas nos segmentos de usuários de água, sociedade civil organizada e Poder Público, sendo

que grande parte dos participantes, aproximadamente 40%, eram convidados/ ouvintes e não faziam parte como membros do CBH Mogi-Pardo.

A oficina foi conduzida por outra equipe técnica da ANA, e teve início com uma apresentação do objetivo geral para conhecer as prioridades do CBH. Conforme a fala de abertura de um dos técnicos, a participação na oficina era fundamental para a construção do PIRH, uma vez que essa participação representa os setores envolvidos.

Nesta oficina, foi realizada a apresentação individual de todos os participantes, que se mostraram interessados nas atividades, pois demonstraram ter grandes perspectivas para o Plano Integrado. Após a apresentação, foi falado sobre a importância do diagnóstico prévio da bacia, elaborado pela ANA e que está, segundo técnico que conduzia a oficina, longe da realidade da bacia. Por esta razão a oficina teria o objetivo de *verificar se o diagnóstico participativo rebate o da ANA* (Fala do técnico da ANA).

Na oficina, os participantes foram divididos em 2 grupos, um com 17 pessoas e grupo outro com 13, para aplicação da Análise FOFA. Os mediadores ressaltaram que os aspectos negativos da bacia estavam divididos em dois grupos: o grupo dos aspectos negativos (as fraquezas e ameaças) e o grupo dos aspectos positivos (as forças e oportunidades). Cada grupo de participante ficou com um grupo de aspectos, fazendo o revezamento após aproximadamente 20 minutos de discussão.

Após o levantamento das informações, ocorreu a priorização das fraquezas por conta dos objetivos dos planos, por meio de votação. Após a priorização, foi colocado um mapa da bacia em uma das mesas, e os participantes foram convidados a inserir no mapa as principais fraquezas que foram apontadas e por volta de 16 pessoas participaram desta etapa.

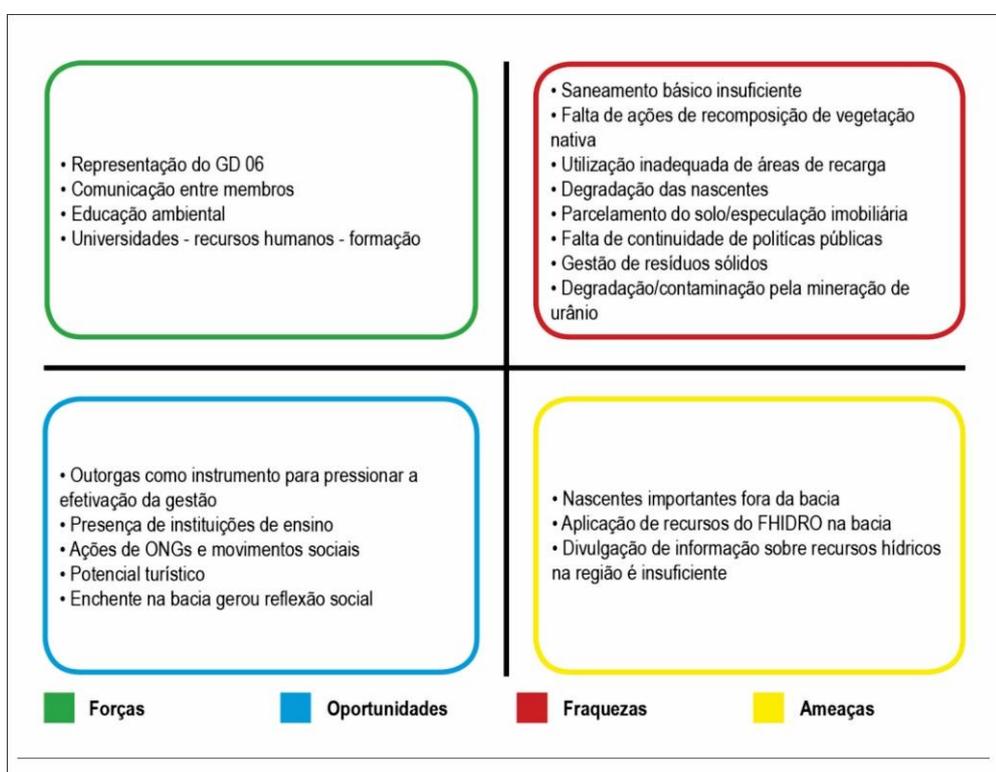
Durante a análise FOFA foram feitos diversos apontamentos pelos participantes, entre eles destacaram-se os seguintes:

- estado de Minas Gerais parou de encaminhar a outorga e os problemas aumentaram;
- falta de prestígio do CBH Mogi Pardo e por consequência a desmobilização e pouca participação;
- problemas em saber o papel de cada segmento dentro do Comitê;
- os CBH's mineiros estão desestruturados;
- os usuários não querem mudanças;
- falta de comunicação e mobilização das instâncias do sistema;
- pessoas não sabem sobre as informações de gestão de recursos hídricos e não sabem como acessar as informações que existem;

- existe um problema em saber o papel dos segmentos dentro do CBH e dos Conselho;
- é preciso investir mais na educação ambiental, apesar das Universidades mineiras serem ativas neste sentido.

Os dados desta oficina foram compilados, e estão no documento Relatório Final do PIRH (ANA, 2017d), conforme a figura 14:

Figura 14 Resultado da Oficina Participativa do CBH Mogi-Pardo- Matriz FOFA



Fonte: ANA (2017d). Adaptado por BARBOSA, F.D. 2019

Não foram encontrados resultados da compilação das atividades do MAP- Mapeamento Ambiental Participativo- nos documentos do CBH Grande, realizadas nas oficinas de diagnóstico participativo. É importante ressaltar que a integração da FOFA com o MAP permite que o trabalho seja desenvolvido em diferentes escalas de gestão, do conhecimento do território local à escala da gestão propriamente dita, englobando um processo amplo também de educação e capacitação. Como produto, devem ser elaboradas matrizes com os resultados e prioridades da aplicação da análise FOFA, e os elementos identificados devem ser inseridos em mapas da bacia hidrográfica.

5.3.2.2 Seminários regionais para avaliação do Plano de Ações

Os **seminários regionais** fizeram parte da etapa de avaliação do Plano de Ações. Nestes eventos foi aplicada a ferramenta Matriz GUT-Gravidade, Urgência e Tendência, como técnica participativa por técnicos da empresa contratada Proffil/FATO. A mobilização para o seminário foi realizada com convite a atores estratégicos, pela ANA e empresa. Ao todo ocorreram 13 eventos nos CBH's das bacias afluentes, durante o mês de agosto de 2017, e observação (não-participante) foi realizada em três dos 13 seminários (Quadro, 09).

Quadro 9. Seminários de mobilização para o Plano Integrado CBH Grande

CBH Bacias Afluentes	Vertentes	Local	Data
CBH-Pardo e CBH Mogi	Paulista	Ribeirão Preto	01/08/2017
CBH-Baixo Pardo Grande	Paulista	Barretos	02/08/2017
CBH-Sapucaí Mirim e Grande	Paulista	Franca	03/08/2017
CBH Turvo Grande	Paulista	São José do Rio Preto	03/08/2017
CBH Afluentes do Médio Rio Grande	Mineira	Passos	04/08/2017
CBH Afluentes do Baixo Rio Grande	Mineira	Uberaba	04/08/2017
CBH Vertentes do Rio Grande	Mineira	São João Del Rei	07/08/2017
CBH Alto Rio Grande	Mineira	Lavras	08/08/2017
CBH Rio Sapucaí	Mineira	Cambuí	09/08/2017
CBH Entorno de Furnas	Mineira	Alfenas	09/08/2017
CBH Serra da Mantiqueira	Paulista	Campos do Jordão	10/08/2017
CBH Rio Verde	Mineira	Três Corações	10/08/2017
CBH Mogi Guaçu e Pardo	Mineira	Andradas	14/08/2017
Legenda:	oficinas que foram observadas		

Organizado pela autora, 2018.

Como objetivo principal dos seminários, os membros dos CBH's afluentes do CBH Grande foram convidados a indicar os programas prioritários para a bacia do Rio Grande entre os que estavam sendo propostos pelo Plano Integrado e que foram divididos em três grandes componentes estratégicos, utilizando a técnica da Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência). Os temas principais de análise foram:

Os instrumentos de gestão de recursos hídricos, que representam os mecanismos de que se dispõe para alcançar a desejada sustentabilidade hídrica da bacia do rio Grande; A conservação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, em quantidade e qualidade, envolvendo temas relacionados com o saneamento básico e a conservação hidroambiental; e A governança, dependente de uma articulação adequada dos atores envolvidos, com foco nos órgãos gestores de recursos hídricos da bacia, em suas instâncias federal e estaduais, nos Comitês – CBH-Grande e Comitês das Bacias Afluentes –, além da sociedade em geral (ANA, 2017c, p.10).

No **seminário regional do CBH Pardo e CBH Mogi**, realizado em Ribeirão Preto/SP, estavam presentes 32 participantes, considerando integrantes da ANA e da empresa contratada para o desenvolvimento das atividades. A atividade teve início com a apresentação por técnicos da ANA do trabalho que estão [a ANA] desenvolvendo na Bacia do Grande, destacando as 2 rodadas para promoção da participação: a primeira foi do diagnóstico e a segunda a dos seminários regionais. Destaca-se que, durante a apresentação da ANA foi utilizada linguagem técnica sobre o plano de Bacia. Após a apresentação foi aplicada a prática participativa com a metodologia da Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

Foi possível observar que, durante a realização das atividades os presentes não haviam recebido o material de discussão para realizar a avaliação de forma antecipada. Os presentes mencionaram durante a oficina que receber o material com antecedência facilitaria a discussão. Os técnicos da empresa afirmaram naquele momento que a documentação do Plano estava no *site*, porém ninguém do grupo tinha este conhecimento.

Após a breve explicação sobre a metodologia, os presentes foram divididos em grupos, sendo distribuído um material de rascunho dos programas de ações do Plano para serem avaliados. Do total de participantes, para a realização da atividade ficaram 16 pessoas, mais da metade havia ido embora. Vale ainda ressaltar que ocorreram problemas relacionados à logística, como a falta de mesas para apoiar as atividades.

Com relação ao material do PIRH entregue, era de extrema importância que os presentes tivessem um tempo maior para verificar as informações e evitar possíveis induções nas respostas. Além disso, o entendimento das situações propostas para avaliação foi diferente em cada grupo, e houve pouco consenso. Muitas não possuíam um conhecimento maior sobre as situações dos programas que estavam sendo avaliados, como por exemplo, não tinham conhecimento sobre as características físicas e sociais do território da bacia hidrográfica dos CBH's Pardo ou Mogi.

No **seminário realizado no CBH Sapucaí-Mirim**, na cidade de Franca/SP, havia um total de 25 pessoas presentes, contando os técnicos da ANA e da empresa Proffil. A mobilização para este seminário foi realizada pela empresa, por meio de contato com os CBH's. Como estratégia de mobilização utilizada, foi solicitado aos CBH's que indicassem os atores que deveriam ou poderiam ser chamados. Foi ressaltado que os CBH's teriam que multiplicar as ações para aumentar a participação. No geral, a oficina seguiu a mesma programação da oficina anterior, com apresentação sintética da ANA sobre a estrutura do PIRH e da estrutura do plano de ações.

Neste seminário, foi também ressaltado pelos presentes que estes não haviam recebido o material para avaliação. Muitos dos presentes não tinham conhecimento sobre a bacia hidrográfica do Sapucaí Mirim, e tiveram dificuldade com a linguagem técnica do documento disponibilizado no momento da oficina, que foi um obstáculo no momento de pontuar ou avaliar as informações.

No **seminário realizado no CBH Mogi Pardo**, na cidade de Uberaba, Minas Gerais, estiveram presentes 28 pessoas. A oficina seguiu a mesma programação, contudo o técnico da ANA que fez a abertura do seminário procurou utilizar uma linguagem menos técnica, diversificando a apresentação sintética do PIRH.

Em sua fala, ressaltou a importância da valorização da água, comentou sobre as diferenças entre as legislações do estado de São Paulo e Minas Gerais, e que estas não podem ser vistas como enfrentamento. Ressaltou que o CBH Grande e demais CBH's devem saber coordenar e aprovar as ações, e por isso têm fundamental importância à gestão dos recursos hídricos. Ressaltou também a importância da criação de uma Agência Única de Bacia para o CBH Grande. Frisou que o conceito de bacia hidrográfica é fundamental para a gestão dos recursos hídricos, e por isso é imprescindível compreender este conceito.

Sobre a dinâmica realizada os participantes foram divididos em grupos. Contudo, a dinâmica foi aplicada de forma diferente em comparação aos outros seminários observados. Neste, não foi necessário que os presentes lessem todo o material disponibilizado naquele momento. A indicação foi de só ler o material em caso de dúvidas na hora de fazer a priorização do plano de ações.

Destaca-se que, não foram encontrados, até o momento de finalização do presente estudo, entre os documentos disponibilizados pelo CBH Grande um resumo, compilação ou relato das atividades realizadas nos seminários regionais com aplicação da matriz GUT e priorização dos temas. Acrescenta-se que durante as oficinas, o objetivo não foi elencar o que os representantes viam como prioridades, pois não era viável acompanhar todos os grupos ao mesmo tempo.

Contudo, no breve momento de apresentação dos grupos, foi possível perceber que, a maior parte considerando todas as oficinas, não deu prioridade às ações de educação, capacitação e mobilização, e governança para promoção da participação na gestão. As prioridades em sua maioria foram relativas à cobrança e aos instrumentos de sustentabilidade hídrica das bacias respectivas.

De forma geral, durante a leitura dos documentos referentes ao PIRH disponibilizados no *site oficial* do CBH Grande, no que tange aos temas norteadores do presente estudo, pouco foi citado além do que já foi mencionado sobre as oficinas participativas para o diagnóstico preliminar. É possível estabelecer alguma relação com a participação e a representação no Produto 06- documento do plano (ANA, 2017b), que trata da Avaliação e Proposta de Aperfeiçoamento do Arranjo Institucional, e das Recomendações para os Setores Usuários, Estratégias e Roteiro para Implementação do Plano.

Sobre a participação, conforme o documento, esta ficou muito dispersa. Discorre o documento que,

“Inúmeras reuniões de câmaras técnicas e de plenárias, sem pautas concretas, sem demandas organizadas por planos de bacia ancorados em fontes viáveis de financiamento, sem avanços na implementação dos instrumentos de gestão, resultam em frequentes faltas de quórum e no descrédito de agentes estratégicos, afastados em função da prevalência de interesses locais e marginais para a bacia (ANA, 2017c, p. 89).

Além disso, foi apontado que um objetivo importante sobre a governança deve ser o fortalecimento do CBH Grande de âmbito Federal e dos CBH's afluentes. As metas relativas a este objetivo referem-se aos estudos para fortalecer as Câmaras Técnicas e à atualização dos regimentos internos, e oficinas de integração com periodicidade semestral para qualificar integrantes dos CBH's. Também foi proposta a meta de ao menos um curso de capacitação para membros dos órgãos gestores da bacia hidrográfica.

5.3.3 Considerações sobre os eventos participativos

Após as observações dos eventos, foi possível elencar os desafios ao processo participativo, que demonstram que, os níveis e graus de participação não estão necessariamente separados, e que mesmo considerando o processo como um grau intermediário e até elevado de participação, nota-se a cooptação, e de certa forma, a manipulação permeando todo o processo.

Nesses eventos foi possível identificar, com base em Arnstei (1969), três escadas de participação: a informação, a consulta e a pacificação. Com base em Bordenave (1994), foi possível identificar os seguintes graus de participação: informação, consulta facultativa e obrigatória, e a fase de elaboração e recomendações de medidas. Portanto, as oficinas podem ser classificadas, preliminarmente, com nível intermediário de participação. A participação elevada, com delegação de poder, ocorreu em poucos momentos dentro de um grupo do CBH,

o que pode caracterizar cooptação. A falta de informação e comunicação entre os membros do CBH podem demonstrar a possibilidade de estar ocorrendo a manipulação do discurso.

Por outro lado, a existência do CBH como um ambiente colegiado que possibilita a cogestão entre Estado e sociedade contribui para efetivação do processo participativo, pois mesmo sendo verificadas distorções, desafios e lacunas, se estabelece, com o CBH, um ambiente novo de negociação.

Também foi possível observar a predominância de alguns segmentos durante as reuniões e atividades do CBH. Destacam-se os segmentos dos usuários de água, sobretudo nas discussões par ao Plano Integrado de Bacia Hidrográfica, e a sociedade civil nas oficinas de diagnóstico participativo.

Ademais, em determinados momentos o processo participativo esteve implícito⁷³ no sentido de estar subentendido, ou seja, ocorreu por meio de negociações e foi dependente de questões abrangentes, como por exemplo nas questões debatidas sobre a forma de implementação dos instrumentos e dos entes do sistema de gestão de recursos hídricos, e na questão de dominialidade dos recursos hídricos e suas implicações, entre outras.

Em outros momentos o processo participativo esteve explícito, pois ocorreu em meios institucionalizados ou pré-estabelecidos formalmente, e que no presente estudo refere-se às reuniões do GT-Plano, à Plenária do CBH Grande, às Oficinas Participativas e Seminários Regionais. Quanto à representação, esta esteve associada tanto ao grau de limite dos representantes nos momentos de deliberação, quanto aos princípios de delegação e da autonomia dos representantes nos ambientes colegiados.

⁷³ Nota da autora: recorre-se ao termo implícito para exemplificar que nas negociações entre os membros do CBH está subentendido um processo participativo. O termo explícito significa que o processo participativo está evidente, pois refere-se às próprias reuniões, oficinas (...)

CAPÍTULO 6 - PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO TURVO/GRANDE/SP

6.1 A bacia hidrográfica do Turvo/Grande

Este capítulo apresenta a análise das oficinas, realizadas na bacia hidrográfica do Turvo Grande/SP (UGRHI 15) gerida pelo CBH Turvo-Grande (CBH TG), como parte do projeto *Conhecendo o Comitê e mapeando a bacia: formação para uma gestão participativa do território*, a partir da observação participante e dados preliminares do projeto. Contudo, primeiro vale destacar alguns aspectos importantes sobre a respectiva bacia.

A Bacia hidrográfica do Turvo/Grande compõe a Bacia do Rio Grande, e segundo o IPT (2008), a foi definida como Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI-15) pela Lei no 9.034/94 de 27/12/1994, que dispôs sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos para o biênio 1994/95 (CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2018a; IPT, 2008).

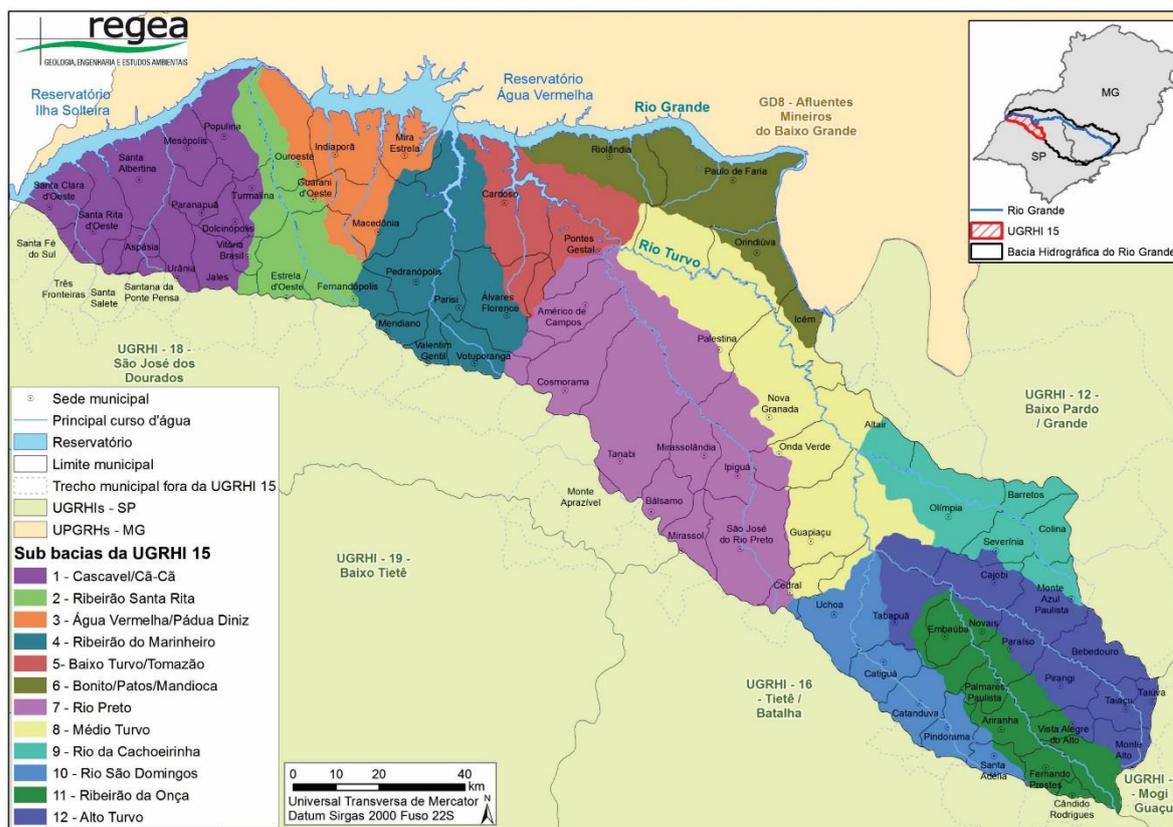
Possui uma área territorial de 17.054 km², uma área de drenagem de 15.925 km² e uma disponibilidade hídrica superficial de 23,3 m³/s. Limita-se ao norte, com o Estado de Minas Gerais, por meio do rio Grande, a leste faz limite com a UGRHI 12 (Baixo Pardo/Grande), a sudeste com a UGRHI 9 (Mogi-Guaçu) e, pelo flanco sul com as UGRHI 16 (Tietê/Batalha) e 18 (São José dos Dourados). É composta de 12 sub bacias, conforme figura 15 (CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2018a; 2018b; 2018c; REGEA, 2017).

O território da bacia é formado por 75 municípios dos quais 43 estão totalmente contidos nesse recorte geográfico; 21 estão parcialmente inseridos, com suas sedes municipais situadas na bacia; e 11 municípios possuem sede em outra bacia. A população total aproximada é de 1.280.832 hab., sendo 93,5% pertencentes a área urbana (REGEA, 2017).

A vegetação natural remanescente ocupa, aproximadamente, 7% de sua superfície da bacia. As categorias de maior ocorrência são Floresta Estacional Semidecidual e Formação Arbórea/Arbustiva em Região de Várzea e Savana.

Na bacia estão importantes os reservatórios da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha, e da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, que atribuem a qualidade estratégica em relação ao potencial para a geração da energia hidrelétrica.

Figura 15. Bacia Hidrográfica Turvo/Grande: localização e sub-bacias



Fonte: REGEA, 2017. Adaptado pela autora, 2019.

A maior demanda de água da bacia corresponde ao uso rural, seguido do uso urbano. Como cultura predominante está a cana-de-açúcar. Além dela, há pastagem para criação de bovinos e culturas perenes (como laranja, café, banana, uva e seringueira) (REGEA, 2017).

Um total de 11 municípios foram considerados como áreas críticas na relação demanda disponibilidade de água. E em 2014 a Portaria DAEE nº 2.257 determinou a suspensão das análises de requerimentos e as emissões de outorgas de Autorização de Implantação de Empreendimento e de Direito de Uso, para novas captações de água de domínio do Estado, (REGEA, 2017).

Até o ano de 2015, 98,5% do esgoto era coletado e 92,4% tratado. Dos 18 pontos de monitoramento da CETESB de qualidade de água distribuídos nas sub-bacias, 14 possuíam um IQA considerado bom, 1 ponto com ótimo, 2 pontos ruins e 1 ponto regular (REGEA, 2017). Segundo o relatório de situação de 2017, este universo de pontos de monitoramento pode ser considerado inexpressivo em comparação ao tamanho da UGRHI 15 (REGEA, 2017).

O CBH-TG, colegiado gestor desta UGRHI, foi fundado em 15 de dezembro de 1995. Sua composição atende ao princípio da gestão tripartite (Estado, Município e Sociedade Civil) disposta pela Lei nº 9.633/SP, sendo 18 representantes de cada segmento.

O CBH-TG, possui 5 CT's: Assuntos Institucionais, Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos; Águas Subterrâneas; Usos Múltiplos; Assuntos de Saneamento; e Educação Ambiental. Também possui um Grupo Técnico de Trabalho (GTECA) que tem a finalidade subsidiar as discussões referentes a cobrança pelo uso da água.

Vale destacar alguns aspectos relacionados ao instrumento Plano de Bacias deste CBH. O primeiro diz respeito às ações previstas no plano (2008-2011). Dentre as 230 ações previstas, apenas 21 foram atendidas, total ou parcialmente, por meio de uma ou mais iniciativas. Quanto aos recursos financeiros, dentre valores pagos e provisionados para execução de empreendimentos, foram aplicados até 2016, a porcentagem de 0,38% do valor estimado nas ações previstas (REGEA, 2017).

O plano de bacias com horizonte de 2016 a 2019 ⁷⁴ foi elaborado pela empresa REGEA-Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais, por meio do contrato FEHIDRO. A Proposta Técnica, elaborada pela empresa, foi apresentada em janeiro de 2016. Entretanto, o projeto, como empreendimento FEHIDRO, teve aprovação concluída em junho de 2016. Assim, em decorrência da necessidade de apresentação do Plano de Bacia ao CORHI em dezembro de 2016, em cumprimento à Deliberação CRH nº 177/2015, restaram 6 meses para sua elaboração, comprometendo sua consecução (REGEA, 2017). Esta é uma situação comum na elaboração de planos de bacia, o que sugere falta de planejamento antecipado, uma vez que os prazos são minimamente conhecidos.

A mobilização social e articulação institucional para elaboração do plano ocorreu por meio de: cinco reuniões de acompanhamento do GT Plano com a empresa; uma reunião plenária; uma reunião setorial de saneamento; e quatro oficinas abertas ao público que tiveram como objetivo apresentar os dados e submeter o plano para avaliação dos participantes, e obter sugestões por meio de preenchimento de formulário organizado a partir da priorização de 28 ações pelo GT-Plano.

O GT-Plano foi formado por representante da FIESP; representante da ABAS; representante da SABESP; representante da CATI; a representante do DAEE; representante do Instituto Florestal e representante do Instituto Ambiente em Foco. Conforme a REGEA (2017), o processo eleitoral municipal simultâneo à elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica, principalmente na fase de elaboração do Plano de Ação, comprometeu significativamente a articulação institucional, especialmente com membros das prefeituras em que houve mudança na gestão.

⁷⁴ Nota da autora: Este plano de bacias foi elaborado no período em que o presente estudo estava sendo realizado. Trata-se do último plano de bacias, considerando-se a finalização do presente estudo no início de 2019.

As oficinas abertas contaram com a participação de 57 pessoas no total (REGEA, 2017). Foram elencados os seguintes grupos de ações para priorização nas oficinas: bases técnicas para recursos hídricos; gerenciamento de recursos hídricos; melhoria e recuperação da qualidade da água; proteção dos corpos d'água; gestão da demanda de água; eventos hidrológicos extremos; capacitação e comunicação social. As maiores prioridades foram para os grupos de proteção dos corpos d'água e bases técnicas.

A partir do diagnóstico e prognóstico do plano, o GT- Plano e membros do CBH identificaram os seguintes temas prioritários para a UGRHI 15: Tema 1 – Estudos e controle da poluição ambiental; Tema 2 – Melhoria nas redes de monitoramento; Tema 3 – Preenchimento de lacunas de conhecimento e/ou detalhamento tópicos de interesse para gestão dos recursos hídricos; Tema 4 – Melhoria no processo de gestão das bacias da UGRHI 15; Tema 5 – Melhoria na base de dados de outorga; Tema 6 – Melhoria do saneamento básico; Tema 7 – Estudos e controle de processos erosivos e/ou áreas de inundações; Tema 8 – Proteção e ampliação da cobertura vegetal; Tema 9 – Difusão de informação e educação ambiental com foco em recursos hídricos; Tema 10 – Prevenção e a mitigação dos efeitos de estiagem ou de inundações (REGEA, 2017).

Conforme a pesquisa realizada no documento do plano de bacias, algumas das situações apontadas estão relacionadas ao tema da presente pesquisa, principalmente as prioridades elencadas no tema 9, que tratam especificamente de mobilização social, e a priorização da capacitação e comunicação social nas oficinas abertas. Contudo, nota-se nos outros temas algumas intervenções necessárias, como: a articulação institucional; acordos entre segmentos e instituições para promoção de estudos; levantamento de dados; promoção de eventos; entre outras que também estão relacionadas com a representação e com o processo participativo.

6.2 O Projeto “Conhecendo o Comitê e mapeando a bacia: formação para uma gestão participativa do território”

O projeto analisado no presente capítulo foi financiado pelo FEHIDRO- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e pelo CBH TG, foi executado pela empresa VB Ambiental, e teve como tomador a Prefeitura Municipal de Catanduva/SP. A equipe técnica para a realização das atividades foi formada por membros da VB Ambiental e por especialistas⁷⁵. O projeto teve a duração de um ano, com início em fevereiro de 2018 e término em fevereiro de 2019, e

⁷⁵ Nota da autora: os especialistas que fizeram parte da equipe técnica foram Salvador Carpi Junior, Flávia Darre Barbosa e Maria Conceição Lopes.

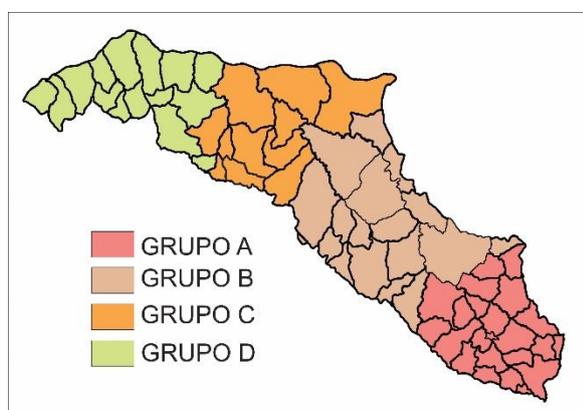
enquadrou-se nas áreas de Educação Ambiental para a gestão sustentável de recursos hídricos e Habilitação técnica para a gestão de recursos hídricos, que fazem parte das metas e ações prioritárias do plano de ação do CBH-TG.

O objetivo geral do projeto foi fortalecer e instrumentalizar a participação dos diversos atores sociais na gestão ambiental e dos recursos hídricos na UGRHI 15. Como público alvo estavam gestores públicos, usuários de recursos hídricos, ambientalistas, lideranças locais, estudantes, entre outros que eram ou não membros do CBH TG.

Os objetivos específicos foram: sensibilizar entidades e instituições sediadas na UGRHI Turvo/Grande sobre a importância das atribuições legais e das atividades realizadas pelo CBH-TG, bem como sobre seu papel enquanto arena de debate e deliberação acerca de relevantes temas socioambientais; formação de agentes socioambientais capazes de diagnosticar espacialmente, de modo participativo, as potencialidades e fragilidades ambientais em suas respectivas áreas de atuação, como forma de subsidiar políticas de planejamento ambiental participativo; realizar diagnóstico especializado, com base na percepção ambiental de diversos atores sociais, de potencialidades e fragilidades ambientais regionais, de modo a contribuir para o planejamento de ações do CBH-TG (CARPI JUNIORBARBOSA; LOPES, 2019).

Para alcançar os objetivos, o escopo do projeto foi composto por 04 módulos de formação, conforme demonstra o quadro 10, respeitando a divisão por grupos de municípios (figura 16), que permitiu a distribuição das atividades por todo o território da bacia, a fim de facilitar a integração dos municípios e o deslocamento dos participantes. A observação participante ocorreu em todos os módulos.

Figura 16. Divisão dos módulos de formação



Fonte: CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2018, adaptado pela autora, 2019

Quadro 10. Cronograma de atividades do projeto “Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para Uma Gestão Participativa do Território”

Eventos	Locais e Datas				Atividades
	São José do Rio Preto	Catanduva	Fernandópolis	Votuporanga	
Seminário	20/02	24/05	14/08	18/10	Realização de palestra técnica referente à importância e objetivos do CBH-TG, ministrada por representante da VB Ambiental; apresentação da palestra Divulgação sobre os Módulos de Formação; debate entre os participantes do seminário e os palestrantes; encenação da peça teatral com o grupo Cia Ir e Vir - Performance “Gotas”.
Módulo de Formação Oficina 1	27/03	19/06	11/09	22/11	Aula expositiva sobre fundamentos teóricos e metodológico da estrutura do curso e do módulo; conceitos e noções básicas; experiências de mapeamento ambiental participativo (MAP) no Estado de São Paulo; MAP e Educação Ambiental na UGRH Turvo e Grande, introdução ao Perfil Hidroambiental e análise de qualidade de água; realização da atividade de MAP; apresentação e discussão.
Módulo de Formação Oficina 2	03/04	26/06	19/09	29/11	Trabalho de campo com realização do perfil hidroambiental participativo e análise de qualidade de água; aula prática para elaboração do perfil e finalização da análise de alguns parâmetros de qualidade de água ⁷⁶ ; apresentação e discussão.
Módulo de Formação Oficina 3	10/04	03/07	25/09	06/12	Aula expositiva sobre Matriz SWOT/FOFA e apresentação de uma síntese com os principais pontos da gestão dos recursos hídricos e da Política Nacional de Recursos Hídricos, com destaque para os arranjos colegiados (CBH's); aplicação da análise FOFA; apresentação e discussão; avaliação do curso.

Fonte: CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2019

⁷⁶ Nota da autora: a análise de qualidade de água foi realizada com o *ECOKIT* (reagentes químicos e colorimetria). Foram analisados: pH, oxigênio dissolvido, parâmetros termotolerantes, amônia, ortofosfato e nitrato). Também foi realizada *in loco* a análise de água com a Sonda Multiparâmetro da marca Horiba para os parâmetros: Oxigênio Dissolvido, temperatura, pH, Condutividade, sólidos totais e salinidade.

Para cada módulo foram elaborados, pela equipe técnica, os seguintes materiais: apostila didática contendo 21 páginas; mapas- base regionais e para o perfil hidroambiental, com a utilização dos softwares QGIS e Corel Draw; e material de apoio. A partir dos resultados foram elaborados novos materiais, mapas e relatórios com a sistematização dos dados. E, ao longo de todos os módulos, os participantes tiveram acesso ao material didático produzido e resultados sistematizados, disponível por meio de um *link* do *Google Drive*.

6.2.1 Referencial Teórico: sobre as práticas participativas aplicadas nos módulos de formação

Nos módulos de formação foram empregadas as metodologias participativas de: Mapeamento Ambiental Participativo (MAP); Perfil Hidroambiental Participativo (PHP); e Análise SWOT (Análise FOFA).

Sobre o **Mapeamento Ambiental Participativo**, conforme discorrem Dagnino e Carpi Junior (2016) existem diversos métodos de mapeamento participativo e de elaboração de cartografias sociais e populares com diferentes enfoques temáticos e recortes espaciais (CARPI JR; LEAL; DIBIESO, 2012; DAGNINO; CARPI JUNIOR, 2016). No estado de São Paulo, e mais recentemente no estado de Minas Gerais, vem sendo aplicado um mapeamento direcionado para diagnósticos que estão relacionados a aspectos ambientais, qualidade da água e gestão de recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.

Segundo os autores Dagnino e Carpi Junior (2016), estes trabalhos guardam semelhança a outros trabalhos de mapeamento e cartografia social que contribuem para fortalecer processos de politização e instrumentalização de sujeitos sociais, portanto são incluídos do ponto de vista social. Além disso, trabalhos com esta metodologia também fornecem importantes subsídios à educação ambiental, gestão ambiental, formulação de políticas públicas e são científicos e válidos do ponto de vista acadêmico.

Portanto, o MAP tem se constituído como uma ferramenta importante e efetiva em duas principais frentes de aplicação: em trabalhos e projetos de educação ambiental formal e informal; em processos que envolvem a priorização de demandas e identificação de prioridades, de determinado grupo ou comunidade, em relação à gestão de um determinado território, local ou região.

As frentes caminham em interação, uma vez que, quando aplicado o método do MAP, é possível identificar as prioridades de gestão ao mesmo tempo em que se está realizando a

educação ambiental, por meio do reconhecimento do território, região ou local sob o qual a atividade é realizada. Então, é possível com esta ferramenta realizar um diagnóstico com a participação de um grupo ou comunidade promovendo uma ação de educação ambiental.

O método de mapeamento participativo é decorrente de inúmeras adaptações e avanços metodológicos realizados desde os anos 1990 em várias áreas do Estado de São Paulo, considerando principalmente riscos ambientais (DAGNINO; CARPI JR, 2016). No caso dos mapeamentos realizados em São Paulo, uma das adaptações que se mostrou necessária à medida que os trabalhos foram se desenvolvendo foi a de acrescentar uma maior ênfase às ações positivas em relação ao ambiente local, em função do interesse das comunidades locais em relatar e apontar aspectos relacionados à recuperação e preservação ambiental, quando identificadas (DAGNINO e CARPI Jr, 2016), e por isso o mapeamento de riscos ambientais foi substituído pelo mapeamento ambiental participativo.

Para Carpi Junior (2016), uma das formas de mapeamento ambiental participativo com amplas possibilidades de aplicação é aquela que leva em conta a percepção ou o conhecimento da população afetada pelos riscos ambientais. Dagnino e Carpi Junior (2016) destacam que:

realizar mapeamentos participativos é mais do que ouvir a população e coletar dados. É semelhante a um ato político onde as pessoas são chamadas a se reunir e são ouvidas, num processo que valoriza a cultura, a memória coletiva, a percepção, a linguagem popular e a experiência histórica dos participantes. Reúne a indignação da comunidade, dá voz e espaço para a organização política. É justamente isso que diferencia as sessões de mapeamento das tentativas de administrar conflitos, já que, ao contrário, a sessão pretende evidenciar os conflitos e não administrá-los (DAGNINO; CARPI JUNIOR, 2106, p.23).

A metodologia de diagnóstico ambiental participativo, por meio do mapeamento participativo é realizada em determinadas etapas que podem ser adaptadas em função da realidade local em que ela será realizada e de acordo com os objetivos de sua aplicação.

A principal etapa do método proposto é a realização de reuniões públicas (ou oficinas) de mapeamento, que fornecem a maior parte das informações e que são consideradas também fundamentais como instrumento de gestão, planejamento e educação ambiental. Juntamente com o levantamento dos problemas que afetam o ambiente local e das ações positivas, durante as atividades são elaboradas propostas e recomendações ao poder público e às próprias comunidades envolvidas (CARPI JUNIOR; LEAL; DIEBESO, 2012).

Nas atividades de mapeamento, os conceitos são construídos e aplicados empiricamente a partir de atividades práticas ou de pesquisa adaptadas a cada contexto, sem a preocupação de

se adotar definições rígidas ou padronizadas. A adoção desta estratégia permite criar um ambiente mais favorável para a participação de pessoas de perfil muito variado, seja na área de atuação, seja no grau de escolaridade (CARPI JUNIOR; LEAL; DIBIESO, 2012; DAGNINO; CARPI JUNIOR, 2016).

Nas reuniões, os participantes passam pela alfabetização cartográfica como um exercício de integração entre as informações contidas nos mapas base elaborado para a oficina e os mapas mentais, fruto da experiência cotidiana. Portanto, a alfabetização cartográfica não deve ser compreendida como simples transmissão de conhecimento técnico acadêmico para pessoas com outras formações escolares (CARPI JUNIOR; LEAL; DIBIESO, 2012).

Em seguida, os participantes indicam no mapa, utilizando-se de material apropriado, áreas em que existem riscos ambientais ou potenciais riscos, e situações ou ações positivas. Posteriormente todas as informações elencadas são sistematizadas e disponibilizadas para os participantes, órgãos públicos, prefeituras e demais envolvidos e interessados (CARPI JUNIOR; LEAL; DIBIESO, 2012).

A **Análise SWOT** (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), também conhecida como Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) ou DAFO (Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades) foi desenvolvida há cerca de 40 anos em Harvard, e está sendo aplicada para a compreensão do contexto de determinada empresa, área, local entre outras escalas, a fim de subsidiar seu planejamento estratégico e gestão, constituindo-se em um importante procedimento coletivo. Retrata tanto o ambiente interno, quanto o externo (LEAL, et al., 2015).

Segundo Leal et al. (2015), há aplicações também em estudos voltados para outras temáticas, como na identificação de potencial turístico de localidade, no gerenciamento de recursos hídricos, como nos trabalhos de Lanna (2004) e Calhman (2008) na bacia transfronteiriças do Rio da Prata e bacia do Rio Quaraí (Brasil-Urugai); de Ottoni et al. (2011), na outorga de direito de uso de recursos hídricos no Rio Grande do Norte com técnicos da SEMARH, e na elaboração de plano de gestão de bacias hidrográficas. Em Portugal, por exemplo, a análise SWOT foi utilizada para avaliação de alternativas e cenários no Plano de Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste (ARH Tejo, 2011).

As atividades de análise FOFA ocorrem conforme o público e a instituição, podendo ser também em oficinas abertas ao público. Os participantes, utilizando-se de material apropriado específico para a atividade, indicam componentes com base nas situações internas ao ambiente

-local, área, território, entre outros- analisado (forças e fraquezas) e a situações externas (oportunidades e ameaças). Como produto, é elaborada uma matriz, com a sistematização dos resultados.

A integração das metodologias de mapeamento ambiental participativo e análise FOFA foi empregada para dar subsídios e contribuir com o processo participativo na elaboração de planos de bacia hidrográfica primeiro do CBH Paranapanema (Interestadual) ao longo do ano de 2014 (LEAL et al., 2015) e posteriormente no CBH Grande (Interestadual) ao longo do ano de 2016, este último apresentado no capítulo 5 do presente estudo. Ressalta-se que em relação ao CBH Paranapanema, Leal et al. (2015) divulgaram os resultados das oficinas sistematizados em uma nota técnica exclusiva para tal finalidade, e que compõe o plano de bacias integrado deste CBH.

O quadro 11 apresenta as experiências com o MAP e com Análise FOFA conforme as referências bibliográficas consultadas. Além destas, está a experiência a experiência no projeto do CBH Turvo/Grande, na UGRHI 15, que também integra a metodologia do perfil hidroambiental longitudinal participativo.

Quadro 11. Experiências com o MAP e análise FOFA

Experiências	Áreas de Estudo	Data	Pessoas envolvidas (aprox.)	Perfil predominante dos participantes	Instituições envolvidas
Mapeamento Participativo de Riscos Ambientais	Região de Campinas	1994-1997	100	Alunos de curso de extensão	NEPAM e FEM / Unicamp
	Bacia do Rio Mogi-Guaçu	1998-2001	330	Funcionários públicos	CBH Mogi, NEPAM/ Unicamp e CCA/ UFSCar
	Município de Apiaí	2000-2002	230	Estudantes	IG/Unicamp, Diretoria Estadual de Ensino
	Bacia do Ribeirão das Anhumas	2004-2006	300	Comunidade em geral e Agentes de saúde	Diversas, destaque para IAC, PMC, IG/Unicamp
	Bacia do Ribeirão das Pedras	2005-2007	100	Comunidade em geral e Agentes de saúde	IG/Unicamp, IAC, PMC
Mapeamento Ambiental Participativo	UGRHI Sorocaba/ Médio Tietê	2010	140	Membros de ONG	OSCIP 5 Elementos, IG/Unicamp
	Manancial Alto Rio Santo Anastácio	2010-2011	210	Pequenos agricultores e pecuaristas	UNESP Presidente Prudente, IG/Unicamp

Experiências	Áreas de Estudo	Data	Pessoas envolvidas (aprox.)	Perfil predominante dos participantes	Instituições envolvidas
	Ilha Comprida/Pedrinhas	2011-2012	40	População tradicional e caçaras	IG-Unicamp
	UGRHI Turvo/Grande	2011-2013	40	Professores	IG/Unicamp e APTA Centro Norte
	UGRHI Alto Paranapanema	2011-2012	80	Alunos de curso de especialização	UNESP Presidente Prudente e Ourinhos, IG/Unicamp
	Município de São José do Rio Pardo	2013-2015	50	Pequenos agricultores	Prefeitura Municipal, Unicamp
	Ilha Comprida/Ponta Leste	2017-2019	40	População tradicional	IG-Unicamp/associação de moradores, prefeitura
	Entorno de escolas de Campinas	2016	20	Professores de escolas estaduais	Diretoria de Ensino/IG-Unicamp
	Bairro parque Imperador-Campinas	2017	30	Professores e estudantes	AGB/Escola Eunice Navero/IG-Unicamp
	Inconfidentes/MG	2017	70	Professores Alunos do IFSul de Minas (ensino médio, técnico e graduação)	IfSul de Minas UNICAMP UFScar (pesquisadora Barbosa, F. D)
Matriz FOFA/ Mapeamento Ambiental Participativo	Bacia do Rio Paranapanema (fase 1)	2012	-	Membros do Comitê de Bacia	UNESP- Presidente Prudente/ ANA; CBH
	Bacia do Rio Paranapanema (fase 2)	2014-2015	-	Membros do Comitê de Bacia	ANA e Comitês de Bacia

Fonte: DAGNINO; CARPI JUNIOR, 2016. Adaptado pela autora, 2019

O **Perfil Hidroambiental Longitudinal Participativo** é uma técnica que permite relacionar os elementos analisados da bacia hidrográfica em questão, fornecendo assim uma visão sistêmica do objeto a ser estudado (BARBOSA, 2012; BARBOSA, 2013). Esta técnica foi adaptada de outros estudos e disciplinas que utilizam o perfil (de solo, geológico, pedológico, entre outros) como unidade de análise. Barbosa (2012; 2013) cita os autores Viadanna e Troppmair (1989) que utilizam a técnica de construção de perfil hidroecológico para relacionar os elementos de uma bacia hidrográfica aos objetivos biogeográficos.

Embora a utilização do perfil como técnica para correlacionar elementos seja utilizada há tempos por diversas disciplinas, o perfil hidroambiental longitudinal, que correlaciona a

vazão, o perfil transversal, uso e ocupação do solo e qualidade da água com base em parâmetros CONAMA em bacias hidrográficas, ainda não é uma técnica muito divulgada, e foi utilizada por Barbosa (2012) em estudo para dissertação de mestrado na bacia hidrográfica do Córrego Nova Rincão, no município de Rincão/SP.

Esta técnica foi novamente adaptada para inserir a construção coletiva do perfil no projeto CBH Turvo/Grande. Então, selecionado o objeto do estudo (rio, córrego na bacia hidrográfica), as pessoas, com material apropriado e envolvidas no levantamento, fazem o percurso do trecho, anotando todos os elementos que visualizarem, para no fim representar esses elementos em forma de desenho. Ainda no trecho é realizado o levantamento da qualidade da água e inserido na análise do percurso. Desta forma o perfil hidroambiental torna-se uma ferramenta importante para empoderar as pessoas envolvidas frente a situação da água e aprofundar ainda mais o processo de educação ambiental de bacias hidrográficas (CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2019).

Além disso, o perfil permite exercitar a percepção sobre o conhecimento local, pois para ser realizado é feito um trabalho de campo em um trecho de curso de água, selecionado pelos participantes da oficina. Para a Educação Ambiental e estudo de Bacias Hidrográficas, o trabalho de campo tem papel fundamental, pois é o momento de aproximação do estudante/pesquisador com o objeto de estudo. Quando aplicado à comunidade de forma geral, o trabalho de campo torna-se ainda mais importante, pois permite que a comunidade reconheça e vivencie de forma prática o meio onde vive (CARPI JUNIOR; LOPES; BARBOSA, 2019).

A integração do MAP, Análise FOFA e Perfil Hidroambiental Participativo ocorreu pela primeira vez no projeto CBH Turvo/Grande. Esta integração se mostrou eficiente pois, permite trabalhar ao mesmo tempo com a gestão de bacias hidrográficas e com a educação ambiental, em diferentes escalas e de forma complementar. O MAP trabalha com a escala da bacia hidrográfica selecionada; o Perfil Hidroambiental trabalha com a escala local, e a Matriz SWOT trabalha com uma escala ampla que somam território e gestão, integrando as duas outras técnicas.

6.3 Análise das Oficinas de Práticas Participativas

Nesta seção é apresentada a análise dos quatro módulos de formação do projeto CBH Turvo/Grande, e para exemplificar as atividades, foram selecionados os materiais finais⁷⁷ que foram sistematizados pela equipe técnica, a partir dos resultados das atividades aplicadas nas oficinas dos módulos de formação (MAP, Perfil Hidroambiental Participativo e Análise FOFA).

O primeiro módulo de formação realizado no município de São José do Rio Preto-Grupo B, contou com a presença de 83 participantes no seminário de apresentação formado por profissionais técnicos, educadores, e representantes de entidades civis e públicas. Nas oficinas estiveram presentes 26 participantes, sobretudo dos municípios de São José do Rio Preto, Orindiúva, Nova Granada, Onda Verde, Bálsamo e Mirassol. Destes, aproximadamente 90% não conheciam o CBH, e 10% eram membros ou já haviam sido membros de CBH. Os segmentos predominantes dos participantes foram a sociedade civil organizada e o poder público municipal.

Os participantes relataram de forma geral que, o trabalho de metodologia e gestão participativa que foi aplicado é importantíssimo para a pesquisa sobre a bacia hidrográfica e que sua aplicação deveria ser um hábito nas instituições. Evidenciaram que, deve haver maior participação do poder público nestas atividades e que são atividades que poderiam ser aplicadas nas prefeituras.

Os participantes, que não conheciam o CBH e as metodologias participativas, deram o depoimento que passaram a conhecer durante as atividades realizadas, e por isso essas atividades são muito importantes. Além disso, para os participantes as atividades se mostraram fáceis de serem replicadas.

Sobre o MAP, os participantes ressaltaram que é uma ferramenta que pode auxiliar na divulgação da instituição de pesquisa, para a educação e capacitação, para o diagnóstico da bacia e para elaboração do plano da bacia hidrográfica, além de contribuir para a troca de informações proporcionando discussões ricas entre diferentes profissionais. Para os participantes, a metodologia do MAP permite identificar os segmentos que estão mais ou menos atuantes na bacia.

Com relação a análise FOFA, os participantes viram uma oportunidade de discussão diferenciada, que valoriza a participação e troca de informações entre segmentos e pessoas, pois

⁷⁷ Nota da autora: Foram produzidos diversos materiais didáticos, resultados sintetizados entre outros que estão disponível para mais informações na referência: CARPI JUNIOR, S; BARBOSA, F.D; LOPES. M.C., 2019.

consideraram uma falha que técnicos e os segmentos envolvidos na gestão fiquem exercendo atividades somente em seus laboratórios e instituições.

A aula prática do perfil hidroambiental com análise de água, segundo os participantes, possibilitou uma visão diferente que fez com que saíssem de uma análise abstrata (mapa de rede drenagem) para uma realidade concreta (observações em campo). E este é um aspecto fundamental para a gestão de bacias hidrográficas. Além disso a atividade também engloba a educação ambiental.

Por outro lado, os participantes alertaram para a importância da continuidade das atividades, uma vez que, segundo suas observações e experiências, muitos trabalhos de capacitação não repercutem em outros desdobramentos ou não têm algum tipo de prosseguimento.

O segundo módulo de formação, realizado no município de Catanduva- Grupo A, contou com a presença de a presença de 63 participantes no seminário de formação em um público formado por profissionais técnicos da área ambiental, educadores, educandos e monitores ambientais, representantes de entidades civis, públicas estaduais e municipais. Nas oficinas estiveram 21 participantes, sobretudo dos municípios de Catanduva, Novaes, Tabapuã, Catiguá, Pindorama, Monte Azul Paulista, Vista Alegre do Alto e Ariranha. Destes, aproximadamente 80% desconheciam o CBH e 20% faziam ou fizeram parte do CBH, e a maioria fazia parte do segmento do poder público municipal.

Muitos participantes relataram que não conheciam as metodologias aplicadas. Pontuaram que, as metodologias contribuíram para refletir e estudar sobre as questões ambientais relacionadas aos recursos hídricos e sobre as questões ambientais locais. Para os participantes deste módulo, as metodologias foram importantes pois, proporcionaram momentos de discussão em grupos e entre representantes de diversos municípios, permitindo a construção de uma visão abrangente sobre a realidade da Bacia Hidrográfica.

Os participantes frisaram que o CBH deveria investir em capacitações técnicas com a utilização de práticas participativas, como o MAP, envolvendo instituições de ensino nas atividades. Ressaltaram que as metodologias participativas aplicadas auxiliam na formação de consórcios entre os municípios, e contribuem para o diagnóstico das situações de risco visando a qualidade ambiental da bacia hidrográfica.

Além de contribuírem para a gestão dos recursos hídricos e da água, as práticas participativas aplicadas segundo os participantes, são fundamentais também para a educação ambiental. Contudo, sugeriram que é necessário um maior envolvimento do CBH e de instituições de ensino neste tipo de atividade, e maior mobilização e divulgação.

O terceiro módulo de formação, realizado no município de Fernandópolis- Grupo C, contou com a presença de 127 participantes no seminário de formação, em um público formado por educadores e alunos da rede pública municipal, graduandos e docentes de instituições de ensino pública e particular e profissionais técnicos e monitores da área ambiental, representantes de entidades civis, públicas estaduais e municipais. As oficinas tiveram a presença de 22 participantes, sobretudo dos municípios de Fernandópolis, Populina, Iturama/MG, Mira Estrela e Santa Rita do Oeste. Os segmentos predominantes dos participantes foram o poder público municipal e sociedade civil.

Os participantes, sobretudo os representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Fernandópolis (SMA) mencionaram a possibilidade de aplicar a metodologia do MAP do e perfil hidroambiental em outras regiões da bacia hidrográfica. Ressaltaram que a oficina proporcionou um embasamento sólido para a replicabilidade das metodologias em outras áreas.

Os educadores que estavam entre os participantes frisaram a importância das parcerias com instituições de ensino para a realização de atividades e capacitações sobre participação, e consideraram que as metodologias aplicadas são multidisciplinares e fundamentais tanto para a educação ambiental como para diagnóstico e compreensão sobre a dinâmica de uma bacia hidrográfica. Ressaltaram a importância da visão inter-regional propiciada pelas atividades e discussões, para a gestão dos recursos hídricos.

Destacaram que o perfil hidroambiental foi eficaz para demonstrar a realidade local, como por exemplo, a situação do córrego em que foi realizada a atividade de campo, e que esta atividade deveria ser adotada em outros projetos. Um integrante, que é membro do CBH há 15 anos, comentou que desenvolver trabalhos com estas práticas de educação ambiental nas escolas atribuiria qualidade ao ensino.

Ademais, os participantes destacaram o MAP como uma importante ferramenta para discussão de gestão territorial. As anotações feitas durante a atividade são de suma importância, uma vez que o MAP é um documento que traz informações compiladas de um trecho da Bacia Hidrográfica, e que podem ser utilizadas pelo poder público a fim de contribuir com a gestão.

O quarto módulo de formação, realizado em Votuporanga- Grupo D, contou com a presença de 218 participantes, em um público formado por educadores e alunos da rede pública municipal, graduandos e docentes de instituições de ensino pública e particular e profissionais técnicos da área ambiental, representantes de entidades civis, públicas estaduais e municipais. Nas oficinas, participaram 16 pessoas, sobretudo dos municípios de Votuporanga, Cosmorama, Pontes Gestal e Álvares Florence. Cerca de 70% dos participantes não conheciam o CBH, e aproximadamente 10% conheciam ou já haviam participado do colegiado. Alguns participantes

não se manifestaram sobre o assunto. Os segmentos predominantes foram o poder público municipal e a sociedade civil organizada.

Os participantes, de forma geral, relataram que o MAP e as outras atividades são ferramentas que contribuem para demonstrar as condições e fornecer informações sobre corpos d'água, e ressaltam sobre a importância do conhecimento para a mudança de atitude da população com relação aos recursos hídricos.

Os representantes das instituições de pesquisa que participaram da oficina ressaltaram que as atividades foram importantes para contribuir com a discussão sobre as prioridades a serem atendidas na gestão dos recursos hídricos da região. Por outro lado, pontuaram que deveria ter maior participação das instituições envolvidas durante as oficinas, e valorização destas junto à comunidade.

Alguns participantes, sobretudo das instituições de ensino, mencionaram que não tinham conhecimento sobre o MAP e as outras atividades. Para os participantes deste módulo, as atividades aplicadas promovem a educação ambiental, são possíveis de serem replicadas, e possibilitam a troca de informações e resgate da memória histórica sobre determinada região, bacia hidrográfica ou corpo hídrico.

Um dos participantes comentou sobre a importância de parcerias em projetos de capacitação semelhantes. Sugeriu que os interlocutores do projeto *Município Verde e Azul* deveriam participar das atividades, uma vez que estas contribuem para o estabelecimento das prioridades de gestão dos recursos hídricos e para o fortalecimento de consórcios entre os municípios. Outro participante comentou que as atividades aplicadas também podem contribuir para a elaboração dos planos diretores dos municípios.

6.3.2 Resultados obtidos com a aplicação dos métodos sobre a UGRHI 15

Além do que foi apresentado na seção anterior, as práticas participativas aplicadas nas oficinas possibilitaram uma gama de informações sobre a UGRHI 15. A apresentação destes dados se faz relevante sobretudo porque, os resultados demonstram que as metodologias contemplam tanto a educação ambiental quanto a gestão de bacias hidrográficas e recursos hídricos, e por este motivo se mostram efetivas e apropriadas para serem replicadas em outros CBH's.

O quadro 12 apresenta a compilação dos principais apontamentos realizados na atividade do MAP, que objetivou principalmente o conhecimento dos riscos ambientais e dos

elementos do ambiente que caracterizam a preservação e recuperação ambiental sob uma escala regional, considerando ainda suas repercussões a nível local.

Quadro 12. Principais apontamentos realizados na atividade do MAP

GRUPOS DE MUNICÍPIOS	Principais apontamentos realizados	Ítems da legenda
Grupo A (Catanduva)	Monocultura de cana de açúcar; erosão; ausência de mata, instalação de grandes empresas em centro urbano, usinas, aterros sanitários, estação de tratamento de esgoto deficientes, captação de água irregular (poços clandestinos), queimadas irregulares, ferrovia	33
GRUPO B (S.J. Rio Preto)	Cultura de cana de açúcar, erosão, áreas de alagamento urbano, usinas, aterros sanitários, captação de água irregular (poços clandestinos), fossas sépticas, parcelamento do solo, ausência de mata, atropelamento de fauna, loteamento clandestino, queimadas irregulares.	21
GRUPO C (Votuporanga)	Ocupação do solo com monoculturas, ocorrência de queimadas de cana-de açúcar, falta de prática conservacionista do solo, erosão, assoreamento de corpos d'água, ausência de mata, atividades de piscicultura inadequadas, instalações de alta tensão.	21
GRUPO D (Fernandópolis)	Monocultura de cana de açúcar, erosão, ausência de mata, instalação de frigoríficos, portos de areia, usinas, aterros sanitários, estação de tratamento de esgoto deficientes, captação de água irregular (poços clandestinos), queimadas irregulares	30

Fonte: CARPI JUNIOR, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C, 2019.

Ao total foram identificados 52 itens na compilação final das oficinas para esta atividade, que compuseram a legenda final da figura 17, com uma grande quantidade e variedade de situações de risco. Juntamente, convém destacar os elementos do ambiente que representam ações de preservação ou recuperação ambiental.

É possível inferir que os resultados obtidos com o método MAP apresentam algumas semelhanças com a experiência anterior desenvolvida na própria UGRHI Turvo/Grande (CARPI JR et. al., 2016), quando cerca de 50 participantes, na maior parte educadores e técnicos atuantes na área ambiental e oriundos de 11 municípios da UGRHI apontaram as situações de risco que conheciam conforme sua vivência e área de atuação.

O quadro 13 apresenta a compilação dos resultados do Perfil Hidroambiental Longitudinal Participativo, que visou o detalhamento de algumas situações de risco ambiental e as características do uso das terras, com implicações em alguns parâmetros de qualidade da água em trechos fluviais selecionados com base nos apontamentos dos participantes no MAP.

As atividades relacionadas ao perfil hidroambiental e análises de qualidade de água foram realizadas em rios e córregos elencados pelos participantes das oficinas e considerados importantes mananciais de contribuição para a rede de drenagem da Bacia dos Rios Turvo e Grande, a saber: Rio São Domingos em Catanduva e Pindorama; Rio Preto em São José do Rio Preto, Córrego Marinheirinho e um de seus formadores - Córrego Paineiras, em Votuporanga,

e Ribeirão Santa Rita, em Fernandópolis. A figura 18 apresenta a compilação destes trechos percorridos e resultados.

Quadro 13. Comparação entre locais de coleta de água e resultados do perfil hidroambiental

Município	Curso d'água selecionado	Pontos de coleta	Principais resultados da análise da água	Principais observações sobre o entorno
S.J. Rio Preto	Rio Preto	3 pontos de montante a jusante: um na zona rural (1), dois na zona urbana (2 e 3)	De montante a jusante: aumento de coliformes fecais e de amônia; redução significativa de OD.	Próximo da nascente: cultivo de cana-de-açúcar; Na zona urbana: conjuntos habitacionais situados próximo ao rio, estação de tratamento de esgoto presença de lixo nas margens do rio, presença de fauna (cágados e capivaras); Na represa: presença de macrófitas; Em todo o trecho: erosão e assoreamento
Pindorama e Catanduva	Rio São Domingos	2 pontos, de montante a jusante: um na zona rural, outro na zona urbana	De montante a jusante: aumento de coliformes fecais e de ortofosfato; redução de OD e de amônia	Na zona rural: cultivo de cana-de-açúcar, presença de animais silvestres, mata ciliar ausente ou degradada, assoreamento no rio, domínio de plantas aquáticas e macrófitas; Na zona urbana: urbanização densa, grande quantidade de indústrias, represa, presença de lixo nas margens do rio, coloração da água cinzenta e com odor, obras de construção e pavimentação, presença de aves
Votuporanga	Córr. do Marinheirinho e Córr. Paineiras	3 pontos de montante a jusante: um na zona rural, dois na zona de expansão urbana	De montante a jusante: aumento de coliformes fecais e de ortofosfato; redução significativa de OD; Ortofosfato e Nitrato com valores significativos em todos os pontos	Na zona rural: assoreamento no córrego, entulho e lixo nas margens, ausência de mata ciliar ou com espécies exóticas invasoras Zona urbana: itens anteriores e presença de loteamentos e condomínios próximos
Fernandópolis	Rib. Santa Rita	3 pontos de montante a jusante: um na zona urbana (nascente), dois em zona de expansão urbana	De montante a jusante: aumento de coliformes fecais; redução de Amônia e de nitratos; redução significativa de OD; Em todos os pontos: pouca ocorrência de ortofosfato	Próximo da nascente: bairro residencial, pouca mata ciliar com pequena diversidade e espécies exóticas, erosão, lixo, resíduos de construção civil, mau cheiro; Demais pontos: erosões e solo arenoso, cultura de cana-de-açúcar, pastagens e criação de gado, água limpa sem odor; lixo, indústrias e rodovia nas proximidades, assoreamento e pouca mata ciliar

Fonte: CARPI JUNIOR, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C, 2019.

A análise FOFA, por considerar tanto fatores internos como externos num determinado território e no seu sistema de gestão da água, teve o papel de trabalhar com o contexto da

UGRHI 15 em relação a escalas menores de abordagem, mas também com exemplos em escala local e regional.

A aplicação da Análise SWOT/FOFA gerou um conjunto de citações de cada variável para cada módulo e uma compilação gerada para toda a bacia (quadro 14 e figura 19). No total, foram efetuadas 242 citações, sendo 75 fraquezas, 68 forças, 51 oportunidades e 48 ameaças.

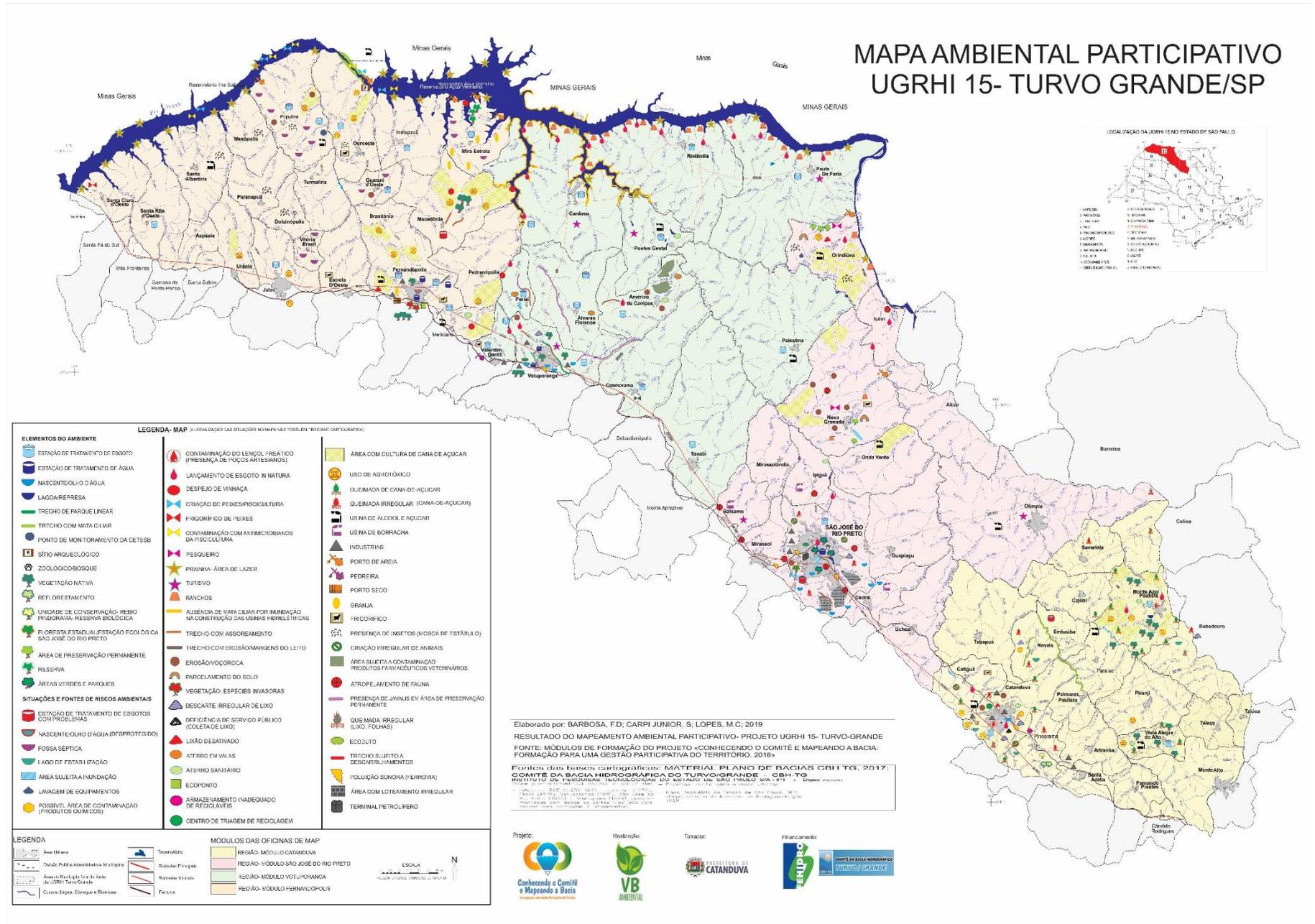
Quadro 14. Principais prioridades apontadas para cada variável nas oficinas

Grupo - sede	Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Grupo A – Catanduva	Secretaria de Meio Ambiente Municipal/Estrutura Ambiental	Convênios intermunicipais	Falta de saneamento	Contaminação dos corpos hídricos
	Conselho de Meio Ambiente	Cursos oferecidos pelo CBH-TG	Indústrias próximas ao rio	Crescimento urbano desordenado
Grupo B – São José do Rio Preto	Educação ambiental nas escolas	Integração entre os municípios	Falta de fiscalização	Falta de campanhas de educação ambiental para toda a população
	Unidade de conservação	Construção de novas ETE's (Estações de Tratamento de Esgoto)	Falta de gestão pública	Expansão territorial urbana sem planejamento
Grupo C – Votuporanga	Estação de tratamento de efluentes em todas as cidades	Educação Ambiental	Falta de mata ciliar	Falta de prioridade ambiental municipal
	PSA – pagamento por serviços ambientais em Votuporanga	Pagamento por serviços ambientais em outros municípios	Êxodo rural	Expansão urbana
Grupo D – Fernandópolis	Secretaria de Meio Ambiente	Pagamento por serviços ambientais	Descaso político	Falta de vida útil dos aterros
	Existência do Comitê de Bacias hidrográficas	Promoção da Educação Ambiental	Falhas no sistema de gestão/outorga – falta de cadastro e de fiscalização dos poços	Sucateamento da estrutura de gestão

Fonte: CARPI JUNIOR, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C, 2019.

Na sequência serão apresentadas as figuras 18, 19 e 20 com o resultado da compilação dos dados produzidos durante as oficinas e módulos de formação do projeto. Os mapas foram organizados pela equipe técnica, da qual a pesquisadora fez parte. Vale ressaltar que, as situações apontadas em todas as oficinas foram indicadas pelos participantes dos módulos, portanto, a compilação se manteve fiel aos apontamentos destes.

Figura 17. Resultado das oficinas de MAP- UGRHI 15 Turvo Grande



6.4 Considerações sobre as oficinas e práticas participativas

De forma geral, foi possível observar que os métodos aplicados em conjunto contribuem para o processo participativo, ampliação da participação e mobilização da comunidade. Agregam qualidade à gestão dos recursos hídricos e ao processo de educação sobre o território da bacia hidrográfica na medida em que, os participantes de diferentes segmentos se envolvem nas atividades, adquirem conhecimento sobre a bacia hidrográfica, discutem coletivamente sobre os desafios e as possibilidades para cada desafio.

A aplicação dos métodos de forma integrada possibilitou o levantamento de informações sobre a situação dos recursos hídricos e sobre a situação ambiental da bacia hidrográfica, em escalas diferenciadas: a escala da bacia hidrográfica, a escala local e a escala da gestão ampliada, englobando elementos que não são localizados a um determinado ponto específico dentro da bacia, como por exemplo, elaboração de políticas públicas. Por outro lado, foi possível identificar diversas situações de riscos, específicas da UGRHI 15, que inclusive condizem com o diagnóstico e prognóstico do plano de bacia aprovado pelo CBH Turvo Grande desta unidade de gerenciamento. Além disso, os resultados das atividades compõem um memorial que pode compor um importante instrumento de gestão dos recursos hídricos e da bacia hidrográfica.

Em todas as oficinas os participantes ressaltaram a importância de práticas e ferramentas que promovem a participação por serem importante tanto para a gestão, como para a educação e capacitação relacionada a bacia hidrográfica, gestão e planejamento ambiental e CBH's. Vale destacar que, ao longo do desenvolvimento do projeto não ocorreu uma participação efetiva dos membros do CBH Turvo/Grande. Do total de participantes das oficinas, aproximadamente 10% eram membros do colegiado, o que pode apontar para a falta de interesse por parte dos coordenadores das CT's e diretoria do CBH em mobilizar os membros deste colegiado à participação, e relativiza a importância que estes membros conferem às práticas participativas.

Em suma, as oficinas promoveram um ambiente participativo importante para a gestão da água e dos recursos hídricos, que permeia graus de participação que vão da consulta à proposição e elaboração de medidas que podem contribuir e legitimar as decisões do CBH. Ademais, observou-se que esta escala adotada para o trabalho facilitou a participação dos representantes do poder público municipal, aproximou os segmentos diversificados proporcionando um ambiente de discussão, e propiciou um maior conhecimento sobre o CBH.

CAPÍTULO 7 - DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO CBH À REPRESENTAÇÃO E À PARTICIPAÇÃO

Neste Capítulo 7 a pesquisadora procura destacar e detalhar cada um dos itens ressaltados durante as etapas metodológicas da pesquisa, nas atividades de levantamento (questionários e entrevistas) e estudo de campo (observações não participante e participante), como desafios e possibilidades para o desenvolvimento institucional da gestão de recursos hídricos que envolvam a representação e a participação, com o auxílio, sempre que necessário, das respectivas abordagens teóricas que estabeleçam sua contextualização frente ao objetivo proposto. Nesse sentido, trata-se assim de um resumo analítico, com a visão e interpretação da pesquisadora, do conjunto das observações realizadas, e que permitem as conclusões apresentadas a seguir.

7.1 Uma abordagem para compreender a representação e o processo participativo na gestão dos recursos hídricos do Brasil

O objetivo principal do presente estudo foi, em resumo, compreender como se dá a representação e a gestão participativa na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil, tendo como base os CBH's, como colegiado proposto para consubstanciar os princípios da descentralização e da participação da política pública, para então propor possibilidades de qualificar a representação e a participação incorporando a participação popular, partindo do entendimento de que o CBH é o ambiente fundamental para assegurar a efetividade dos princípios da gestão pública dos recursos hídricos acima mencionados, por meio do permanente aperfeiçoamento da participação e representação dos segmentos sociais envolvidos nas decisões de gestão, reconhecendo a existência de desafios a serem superados para uma representação e participação mais efetiva.

Na intenção de alcançar este objetivo proposto e confirmar ou não a hipótese da pesquisa, deu-se um longo percurso metodológico, que envolveu diversos aspectos, e que permitiu identificar, compreender e definir alguns elementos importantes relativos à participação e representação na gestão de recursos hídricos no Brasil.

O primeiro, é que a representação na gestão dos recursos hídricos ocorre por meio da paridade entre segmentos principais: a sociedade civil organizada, o poder público e os usuários

de água. Em primeira análise, esta parece ser uma forma objetiva e transparente para se fazer política pública, contudo, o desenvolvimento da presente pesquisa procura demonstrar que esse formato carrega uma série de questões complexas e divergentes quando aplicada à gestão dos recursos hídricos.

Esta é uma forma de representação muito específica e inerente aos ambientes colegiados do sistema de gestão de recursos hídricos, inovadora na gestão pública brasileira. Mesmo assim, existem diferenças importantes nas formas de representação dos entes colegiados do sistema, considerando-se as políticas estaduais de recursos hídricos, como visto na comparação entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, em relação ao entendimento sobre a composição do segmento da sociedade civil organizada.

Quando as atividades de gestão são realizadas por meio ou com contribuição de outras organizações, que não o CBH, a representação não segue necessariamente o mesmo critério legalmente estabelecido para divisão dos segmentos ou para a definição do território de gestão, e irá depender das necessidades e características da região onde ela está sendo definida. Como exemplo estão: o Consórcio PCJ que é impulsionado pelo poder público municipal, e que atua nas bacias PCJ; e a alocação negociada de águas no Ceará que é impulsionada pelos usuários de água, e que tem como território de gestão o entorno de determinado reservatório.

Com relação à participação na gestão dos recursos hídricos, uma primeira postura importante a ser adotada é a de ter a preocupação em diferenciar os seus tipos, que juntos irão compor o processo político participativo. Antes de definir, ou diferenciar os tipos de participação, vale explicar sobre o entendimento do conceito de política, compreendendo-se este conceito no sentido das relações entre a sociedade e o Estado, entre os seres humanos, como convivência entre diferentes, de tudo o que se pode produzir nos -e pelos- “*interespaços*” humanos, e suas interações com o ambiente.

Partindo desta abordagem, apresenta-se primeiro uma proposta de diferenciação e conceituação dos três tipos de participação na formulação de políticas públicas: a participação pública, a participação social e a participação popular. Partindo desta conceituação, define-se: a participação social diz respeito à sociedade civil organizada, atuando em espaços institucionalizados; a participação popular é compreendida como aquela feita em espaços não institucionalizados, normalmente por movimentos sociais ou comunidades; e a participação pública é a participação do poder público literalmente, ou da burocracia representando o Estado, nas decisões sobre política pública.

Esta primeira proposta é relevante no sentido de que é necessário compreender que, por detrás da participação pública está a organização do Estado; estão as atribuições e competências dos entes federativos para legislar; está o governo e sua governabilidade; estão as capacidades estatais; a burocracia, entre outros. Por detrás da participação social estão: as organizações não governamentais; os discursos ideológicos setoriais e não setoriais; o controle social, entre outros. Na gestão dos recursos hídricos, a participação pública e a participação social compõem o ambiente participativo do Comitê de Bacia Hidrográfica. Os desdobramentos advindos deste processo irão compor o sistema de gerenciamento de recursos hídricos.

A participação popular, por sua vez, não atua diretamente ou por meios institucionalizados, na política de gestão de recursos hídricos. Contudo, a participação popular envolve, ou deve envolver, parcelas da comunidade/sociedade/povo, que não possuam necessariamente atuação comprovada na bacia, mas que em seu cotidiano necessitam do acesso da água de algum manancial para sua sobrevivência. Ela poderá ocorrer por meio de movimentos sociais pró-defesa da Água, alternativas organizacionais para a gestão, comunidades e associações. Ou inclusive, para essa participação popular é possível considerar o cotidiano das pessoas e os mais diversos usos e percepções da água. Em certa medida, é possível inferir que a participação popular está mais próxima da gestão da água para obtenção de resultados imediatos e de curto prazo, diferenciando-se assim da gestão dos recursos hídricos.

Quando se rega uma horta comunitária, por exemplo, não é necessário a autorização ou aplicação de um instrumento institucional de gestão dos recursos hídricos, como a outorga por exemplo. Ou quando uma criança se diverte pescando no rio perto de sua casa. Contudo, nestes momentos específicos está ocorrendo a interação da população com a água, e em certa medida, uma forma de gestão da água, e de maneira participativa. Por outro lado, quando, em atividades do ensino formal os alunos são motivados a promover a reflexão sobre o uso sustentável da água, nesse caso está ocorrendo um aprendizado sobre a participação na gestão.

Considerando a discussão apresentada e os dados levantados no presente estudo, é proposta uma abordagem para compreender o processo - de representação e participação - na gestão dos recursos hídricos, com o foco para os entes colegiados do sistema de gestão, considerando-se os CBH's⁷⁸, a fim de verificar se é possível comprovar em primeiro momento

⁷⁸ Nota da pesquisadora: entende-se que o sistema de recursos hídricos é composto por diversos órgãos, e destes são colegiados o CBH, o CNRH e os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Embora a proposta de abordagem seja voltada aos CBH's, que foi o foco principal deste estudo, em alguns momentos poderá ser estendida aos outros órgãos colegiados do sistema.

as hipóteses da presente pesquisa. Esta abordagem propõe que o processo participativo ocorre em diferentes etapas, que se constituem como formas diferenciadas de representação e participação.

Ressalta-se que, apesar de ser importante que este processo tenha seu início na mobilização dos segmentos sociais para a criação do CBH, a fim de discutir situações de conflitos sobre o uso racional dos recursos hídricos, considerando-se a qualidade e a quantidade, nem sempre seu início é este. Como se viu no estado de São Paulo, a política paulista de recursos hídricos em 1991 deliberou sobre a criação dos CBH's no estado, e em menos de 4 anos, todas as unidades de gerenciamento de recursos hídricos já possuíam o seu CBH, existindo ou não uma mobilização social e um conflito emergente. Por outro lado, neste caso, ocorreu a mobilização do poder público e da sociedade civil organizada que deu a base para a política estadual paulista, que posteriormente foi norteadora da PNRH.

Além disso, quando a PNRH propõe em seus fundamentos que a gestão dos recursos hídricos deve envolver a participação do poder público, usuários e comunidades, o faz de maneira vaga, pois as proposições da referida política não garantem que o processo participativo terá atributos qualitativos. E por estes motivos se faz necessário dimensionar, contextualizar e espacializar a participação e a representação.

O processo participativo, que inclui a representação e a representatividade, é compreendido no presente estudo, como o elemento base fundamental para a instituição e legitimação da política de recursos hídricos. É por meio deste processo que irá ocorrer a gestão integrada dos recursos hídricos tendo a bacia hidrográfica, de forma preponderante, como unidade de gestão. E é, a partir da formalização das etapas do processo participativo, que devem ser estabelecidas as ferramentas e os instrumentos adequados para a gestão dos recursos hídricos. E este processo está inserido na PNRH, sendo interior a ela, e ocorre em espaços externos, paralelos a ela, envolvendo outras políticas, demandas, e outros atores na gestão.

Frisa-se que, são palavras-chaves deste processo: a paridade de representação, a representatividade, a informação, a capacitação, a educação, o reconhecimento, corresponsabilidade, avaliação e a legitimação.

Após o exposto, entende-se que o processo participativo na gestão de recursos hídricos dá-se da seguinte maneira:

No âmbito institucional e legal, ocorre a participação institucionalizada que advém da autorização para a formação dos organismos colegiados do Sistema de Gestão de Recursos

Hídricos, na medida em que se torna competência da União, pela Constituição Federal de 1988 instituir o sistema, e da PNRH regulamentar o sistema por meio da Lei 9433/97. Esta forma de participação, que é literalmente a institucionalização dos Comitês de Bacia Hidrográfica, está amparada legalmente pelos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. As funções do CBH também estão delimitadas na legislação, fato que faz com que estes entes tenham suas competências e atribuições legais bem definidas e delimitadas para gerir estes recursos.

Ambientes institucionalizados, por sua vez, permitem um canal oficial com as estruturas administrativas e possibilitam a obtenção de orçamentos próprios, pois têm necessariamente envolvimento com a dinâmica burocrática do burocrática do Estado e suas atividades estão restritas às regras formais e à legislação. Por outro lado, estes ambientes institucionalizados guardam certa autonomia pois podem modificar ou adaptar determinadas regras. No caso do CBH, um exemplo de sua autonomia, é a discussão sobre o seu regimento interno, sua composição e seu caráter deliberativo e normativo.

Então, o próprio ambiente do CBH já delimita uma das etapas do processo participativo na gestão, que guarda, em teoria, um nível elevado de participação relacionado a cogestão e a parceria entre Estado e sociedade. Com esse novo formato de gestão, a Política Nacional de Recursos Hídricos promove a integração dos usos da água, que por princípio são conflitantes, corroborando com os princípios da sustentabilidade socioambiental, tão discutidos no cenário mundial. Esta forma de participação, ou etapa do processo de participação, requer reconhecimento do Estado e de outros órgãos e entes, inclusive do próprio SINGREH, formalizando-se assim o CBH como ente deliberativo institucionalizado, para a gestão dos recursos hídricos.

Uma vez instituídos os CBH's, inicia-se uma outra etapa do processo participativo, realizada por meio dos representantes que irão compor a plenária deste organismo. Nestes ambientes colegiados, a representação dos segmentos da sociedade civil organizada, do poder público e do setor privado compõem a forma indireta de participação, somando a participação pública e social. Esta participação é indireta justamente porque é realizada por meio de representantes de cada segmento.

Neste sentido é possível aferir que, a composição dos CBH's é uma inovação na forma de gestão dos recursos hídricos no Brasil, uma vez que congregam nas decisões de gestão os segmentos da sociedade civil organizada, do poder público (considerando os entes federativos) e os usuários de água, de forma legítima. Além disso, estão representados em cada segmento:

os setores econômicos, primário, secundário e terciário; e o primeiro setor, segundo setor e o terceiro setor.

Os representantes são responsáveis por compactuar e negociar dentro dos próprios organismos de bacia ou de representar estes organismos em outros âmbitos, da sociedade e do Estado. Este arranjo institucional do CBH permite que todos os segmentos interessados nos recursos hídricos sejam representados na implementação de uma gestão colegiada. É importante ressaltar que os representantes devem atuar com responsabilidade e autonomia relativa, em nome de suas instituições, uma vez que possuem poder de decisão compartilhado.

No entanto, espera-se que nos CBH's esteja a representação de "toda" a sociedade por intermédio da escolha de representantes do poder público, usuários de água e organização civil, de forma legítima. Mas, os levantamentos realizados nesta pesquisa apontam gargalos com relação aos interesses dos segmentos, que remetem a decisões limitadas e centralizadas de gestão, que acabam reduzindo o alcance e o potencial da desejada gestão participativa.

Além disso, frisa-se que o segmento do poder público, além de estar representando as instituições públicas, também está representando os interesses da sociedade, uma vez que envolve os poderes legislativo, executivo e judiciário (por meio do Ministério Público) nos CBH's.

Uma fase importante desta etapa do processo participativo são as eleições para compor as plenárias dos CBH's, pois estas definem quem serão os representantes do processo de gestão. A presente pesquisa mostra que existem carências em processos eleitorais, configurados por ausências no comprometimento, corresponsabilidade, continuidade, entre outros atributos ao representante e ao próprio processo eleitoral. Conforme registros obtidos na observação de atividades do CBH Grande durante a observação de campo, o processo eleitoral apresentou lacunas em relação ao preenchimento destes atributos.

Observa-se também que nesta etapa do processo participativo é comum a ocorrência: da manipulação da participação por meio do controle da informação; cooptação de segmentos ou pessoas; pacificação de negociações, que não terminam em deliberações democráticas. E por isso a ética e corresponsabilidade na representação são outros elementos fundamentais, bem como a paridade entre representantes.

A análise acima, como outras que se seguirão, permite mostrar um importante contraponto entre as situações anterior e posterior à implementação da *Lei das Águas*:

-Antes: as decisões relacionadas à gestão dos recursos hídricos eram realizadas de forma centralizada nos governos federal e estaduais, conforme interesses de poder e com algum nível de participação da sociedade que envolvia consultas a setores específicos e;

-Já, a partir da criação do SINGREH, a participação da sociedade civil organizada passa a ser prevista por meio de espaços de negociação específicos da política pública de recursos hídricos.

Então, uma outra etapa do processo participativo soma-se às anteriormente citadas, quando a política de recursos hídricos abre espaços para que a sociedade civil organizada possa também deliberar sobre a gestão pública desses recursos. Trata-se da inclusão da participação social para deliberar sobre a gestão. Esta também é uma participação indireta, e que é realizada por meio da representação, e que por sua vez é uma consequência da etapa anterior, sobre a composição tripartite do CBH, mas também é uma consequência da abertura democrática promovida pela CF de 1988, e, por conseguinte da PNRH.

Reforçar que a participação da sociedade civil organizada na gestão de recursos hídricos é uma das etapas do processo participativo que é fundamental para compreender a descentralização nas decisões deliberativas do CBH, e legitimar o todo processo da gestão dessa política pública no modelo da democracia representativa. Além disso, é dar um salto nos níveis de participação, pois a sociedade civil passa de um nível com baixo envolvimento, no “padrão consulta”, para uma parceira efetiva no processo de decisão.

Por fim, outra etapa do processo participativo ocorre na medida em que, nestes ambientes deliberativos (CBH's) estão sendo adotadas práticas (técnicas) participativas de construção coletiva, que devem contribuir para identificar conflitos, definir metas e prioridades de gestão para a construção dos Planos de Bacia, e na discussão de outros instrumentos de gestão, como também para exercer o controle e a fiscalização na execução dos instrumentos e outros elementos da política. Tais práticas possuem também o sentido educativo e psicológico do *participar* como fundamentais para compor o processo de evolução na participação, principalmente porque participam das reuniões os técnicos, os gestores e os atores dos segmentos sociais que estão envolvidos diretamente com a gestão dos recursos hídricos.

Comumente nesta etapa, são adotados procedimentos metodológicos que levam ao consenso entre os participantes e são realizadas reuniões públicas e oficinas, em que são feitos diagnósticos sobre a situação socioambiental dos recursos hídricos, abarcando também a esfera educacional. Teoricamente ao participarem das oficinas, os participantes tomam parte no

processo de gestão, e o "tomar parte" é uma forma importante de inserir-se no processo de participação. Esta forma de participação pode ocorrer por meio da representação, ou também pode ser considerada uma forma direta de participação, na medida em que não se limita a apenas aos representantes do CBH já que as reuniões públicas para a aplicação das práticas, podem ser abertas à toda a sociedade.

A fim de exemplificar algumas práticas adotadas é possível citar como exemplo o diagnóstico participativo da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema (UGRH-Paranapanema) realizado em 2014, quando foram utilizadas as técnicas do Mapeamento Ambiental Participativo (MAP) e a análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) com membros do CBH e comunidade da bacia hidrográfica. Outro exemplo, foi a utilização do BIOMAPA integrado a ZOOP (*Ziel-Orientierte Projekt Planung*) em 2007, durante a elaboração do Plano de Bacia do Comitê do Baixo Tietê. Ainda, pode ser citado como exemplo, a elaboração do Plano Integrado do CBH do Rio Grande, em que foram inseridas práticas participativas para compor uma das etapas de diagnóstico, e as oficinas realizadas no CBH Turvo Grande também com a utilização das técnicas participativas do MAP, Perfil Hidroambiental Participativo e Análise FOFA, conforme detalhado no estudo de campo do presente estudo.

Esta etapa exige cuidado com as informações produzidas e permeia uma pseudoparticipação, ou um grau baixo de participação, se limitada apenas à etapa de consulta ou da obtenção de informação para elaboração de planos de gestão, sobretudo quando ocorrem para cumprir metas ou índices de planejamento, conforme foi observado em certa medida, na elaboração do PIRH do CBH Grande no descaso com a divulgação dos resultados ou aplicação criteriosa das metodologias.

Em suma, o processo participativo na gestão de recursos hídricos envolve etapas diferentes de participação, com maior ou menor grau de representação em cada uma delas. Podem ser resumidas da seguinte maneira:

- o CBH como instituição legalmente estabelecida, que foi uma novidade instituída pela PNRH e pelas políticas estaduais de recursos hídricos;

- a abertura para a representação dos segmentos com interesse nos recursos hídricos como forma de participação indireta, mas que congrega em certa medida os interesses de forma integrada;

-a abertura para a participação da sociedade civil, representada no processo de decisão no CBH pelas organizações da sociedade civil;

- e as práticas participativas para deliberação e discussão, sobretudo dos instrumentos de gestão.

E em cada uma dessas etapas do processo participativo é preciso que se considere os três tipos diferentes de participação, a participação pública, a popular e a social, que terão grau maior ou menor de influência. É possível inferir, por exemplo, que a participação popular terá maior influência durante práticas participativas em alguns CBH's, e que a participação pública e a participação social terão maior influência por meio da representatividade dos segmentos no CBH. O componente fundamental e integrador das etapas de participação apresentada é o território da gestão que é delimitado para a criação e atuação do CBH, e para a identificação das instituições que estarão representadas neste ambiente colegiado.

Além disso, os níveis de participação em cada uma das etapas do processo não são estáticos, e mudam conforme a intenção, atuação e poder dos participantes. Por isso, a transparência do processo em si e o senso crítico de quem participa é fundamental.

Considera-se também como componente do processo, a representatividade dos membros que irão compor o ambiente do CBH, a forma como irão compor o ambiente (quantidade de representantes, divisão entre os segmentos, quem será o representante e de que forma será escolhido por sua instituição entre outros) e como irão atuar na gestão integrada da bacia hidrográfica. Então, o processo participativo é composto de formas diferentes de participação em escalas e graus diferenciados, mais a representação e a representatividade.

Ademais, em certa medida, as hipóteses lançadas no presente estudo podem ser confirmadas no seguinte sentido: o CBH é realmente o ente fundamental para uma gestão participativa, descentralizada e democrática na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil, pois é o ambiente que integra todas as formas de participação, estando atrelado a um processo participativo. O CBH é o ambiente que integra diferentes escalas de gestão, por ter como território a bacia hidrográfica. Possibilita a aproximação com o local, e a criação de identidades, ao mesmo tempo que conversa com todos os entes federativos.

Por outro lado, ainda existem desafios a serem superados para que o processo participativo no CBH seja efetivo e ampliado. Estes desafios criam alguns obstáculos para que este processo realmente fortaleça o CBH e as outras instituições envolvidas na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Mas, para cada desafio existem inúmeras possibilidades. A fim de

seguir um pensamento democrático, sem ser exaustivo, serão apresentados alguns dos desafios encontrados na pesquisa a partir da triangulação metodológica, e algumas possibilidades para estes desafios, na expectativa que novas ideias criativas surjam a partir dos dados apresentados.

Além disso, pretende-se contribuir com a continuidade da democracia, paritária e inclusiva, integrada e descentralizada, na formulação de políticas públicas. Contribuir para o fortalecimento institucional, e com isso, dirimir conflitos e caminhar no sentido de que a população tenha água com qualidade e quantidade no tempo presente e para as futuras gerações.

7.2 CBH's: Desafios e possibilidades ao processo participativo.

Foram diversos os desafios identificados na pesquisa com relação ao processo participativo na gestão de recursos hídricos a partir dos CBH's, e como não é possível esgotar o tema, em vista da sua permanente evolução, são destacados alguns destes desafios que apareceram com certa frequência ao longo de todas as etapas metodológicas. Também não é objetivo esgotar a apresentação de possibilidades para cada desafio, sobretudo porque é compreensível a existência de diferentes pontos de vista, assim como em decorrência da evolução de cada um desses assuntos, e outros podem surgir, em outras pesquisas e levantamentos.

O primeiro grande desafio identificado é adotar a **abordagem da participação** em políticas públicas, e sobretudo de forma efetiva, como apontavam as conferências internacionais desde o final da década de 60. De certa forma, no Brasil esta abordagem foi possibilitada pela redemocratização do país na década de 80. No entanto, mesmo assim, prevaleceu o desafio de incluir a contribuição da participação social, popular e o controle social à formulação e fiscalização das políticas e instrumentos de gestão, de forma geral, e para a política de recursos hídricos.

Como possibilidade para este desafio, conforme mencionado em diversos momentos da pesquisa, é preciso que se fortaleça as instituições que promovem esta abertura, como é o caso do CBH. Além disso, é necessário o fortalecimento de outros mecanismos, com articulação entre sociedade e Estado, e a incorporação de atividades de educação, capacitação e treinamento como parte importante de todo o processo. Por isso indica-se para gestores públicos e sociedade a participação constante em cursos de formações, capacitação e difusão tecnológica. Por outro lado, o Estado deve garantir a continuidade dos ambientes institucionais de participação no que

tange a sua institucionalização, para que as tomadas de decisão e as pactuações sejam responsivas e inclusivas.

Importante ressaltar que, não se compreende na presente pesquisa que a capacitação deve ser condição *sine qua nom* para a promoção da participação ou para uma gestão efetiva, mas sim como mais um aspecto importante a ser considerado pelo Estado e instituições na promoção da participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos, pois como mencionado em diversos momentos da pesquisa, as capacitações realizadas não repercutiram em ações positivas. Por este motivo, frisa-se ainda que, a capacitação não é entendida como sinônimo de qualidade de gestão, mas como uma ação e etapa importante no processo participativo, e pode ocorrer, por exemplo, por meio de metodologias participativas.

Ainda, mesmo que haja a capacitação de membros de CBH, do SINGREH ou da sociedade de forma geral, é necessário o olhar atento para que os objetivos sejam claros e adequados, e o cuidado para não estabelecer uma relação determinante de que a capacitação gera necessariamente uma participação e mobilização efetivas.

A **implantação do CBH** também é um desafio, pois normalmente ocorre em área de conflitos pela água. Outra questão é o tipo de CBH que será instalado e a definição do território de sua abrangência, conforme a dominialidade dos corpos hídricos e bacia hidrográfica. Uma possibilidade identificada no presente estudo são outras instituições ou alternativas organizacionais em áreas que não caracterizam um conflito, ou que não podem ser delimitadas por uma bacia hidrográfica. Contudo, a PNRH e políticas estaduais preveem as ações relacionadas aos **instrumentos de gestão como atribuições do CBH**, ficando de fora as outras alternativas de organização para gestão dos recursos hídricos. Seria necessário, portanto, que a legislação considerasse as outras formas de organização de forma equiparada ao CBH, ou direcionar a gestão para CBH's que tenham outras configurações.

A partir do desafio mencionado, identifica-se outro que é **conhecimento sobre o CBH, suas funções, atribuições, papel de decisão**. Tanto em relação aos seus membros como em relação à sociedade de forma geral, o desconhecimento sobre o CBH se mostrou elevado, sendo um grande desafio. Para tanto, uma possibilidade ressaltada em todas as etapas da pesquisa é a constituição de programas de educação e capacitação contínuos, que podem ser desenvolvidos por Câmaras Técnicas entre outras iniciativas, com apoio de instituições que não estão necessariamente dentro do colegiado. Os programas também devem compor programas e ações dos planos de bacias.

Com o intuito de não onerar o sistema, as capacitações podem ocorrer nos grupos de trabalho, nas reuniões, em espaços de ambiente virtual, e podem ser ministradas pelos próprios membros do CBH. O colegiado deve promover a abertura para cursos, pensando inclusive na oportunidade de inclusão do membro representante sem que se precise de um CNPJ, ou seja, repensar outro formato de participação e representação neste ambiente perpassando pela capacitação. Conforme os dados levantados na pesquisa, deve-se assumir uma política contínua para participação na gestão de recursos hídricos, e que depende de um processo também contínuo que envolva a conscientização do significado de participar.

A pesquisa demonstrou a necessidade de que o **CBH seja o protagonista** no sistema, e que deve ocorrer a mobilização da sociedade para que seja motivada a participar do colegiado, a fim de que novos atores façam parte da gestão, ampliando as contribuições no exercício da descentralização assumido pelo CBH, e trazendo novas demandas. Esta é uma forma também de ampliar a participação na gestão.

Também é preciso que haja a **comunicação e divulgação sobre o CBH** nos ambientes externos ao sistema de gestão de recursos hídricos. Em locais onde ocorreram ações de educação ambiental e divulgação do CBH, a pesquisa mostra que houve uma maior conexão entre o fortalecimento desse ente e a atribuição de legitimidade às deliberações. A criação de Comitês Jovens locais é uma possibilidade e oportunidade para divulgar o CBH, e também para a promoção da educação cidadã, de direitos e deveres. Também quanto à multiplicação das chamadas “boas práticas, ações e projetos”, a pesquisa mostra que os CBH’s onde existem normativas, mesmo que não formalizadas, a experiência de Comitê Jovem de Bacia Hidrográfica local, tem um expressivo poder de ampliação de atividades de sensibilização, comunicação e divulgação.

A **qualidade da representação** é outro desafio de destaque nesta pesquisa. Muitas vezes, mesmo que os representantes de todos os segmentos estejam nas instituições, como por exemplo no CBH, as decisões continuam centralizadas, com ampla variabilidade no índice de corresponsabilidade, quanto aos consensos ou devidamente pactuadas. Embora em evolução, tal situação fragiliza o processo participativo. Além disso, em muitos casos observados pela pesquisa nos CBH’s, os representantes que possuem respaldo de suas instituições, se profissionalizam na “atuação do representar”, enquanto que nas instituições com menos recursos e infraestrutura, não possuem condições para equiparar-se a essa situação, o que leva, segundo a avaliação de muitos depoimentos, a desequilíbrios e/ou deformações em decisões.

Uma indicação, que, segundo muitos depoimentos nos questionários e entrevistas, deveria constar no regimento interno de todos os CBH's, é para que o representante fosse residente no território da bacia hidrográfica do colegiado que ele representa. Assim, poderiam ser minimizados alguns desafios de cooptação, haveria uma relação mais direta e intensa com os grupos representados, e os efeitos advindos do representante que atua como profissional, atribuindo maior equidade à representação.

Uma outra possibilidade, indicada por uma ampla gama de depoimentos da pesquisa, é de que a representação seja conduzida de tal maneira que os representantes revezem seus assentos no CBH. E que, tenham a obrigatoriedade de repassar as informações para todos os representados pela instituição, como por exemplo, em reuniões semestrais informativas e para definir demandas, e que sejam ampliadas, em rede, dentro das instituições.

Continuando nessa análise da pesquisa de campo que, em si, demonstra a riqueza de dados que consubstanciam a presente tese, um desafio grande significado e amplitude, identificado nos depoimentos, refere-se especificamente à política pública de recursos hídricos, e estão relacionados à:

- **implantação dos instrumentos e do próprio sistema de gestão**, sobretudo por falta de sustentabilidade financeira do sistema como um todo, sendo apontado como necessário, que se considere nas etapas da gestão as divergências legais, as concepções e as diferenças na implementação dos instrumentos e das legislações, como por exemplo pode ocorrer em bacias compartilhadas.
- **fortalecimento de outras alternativas organizacionais**, pois além da efetiva implantação do sistema e dos instrumentos de gestão, uma possibilidade indicada para avançar nesta questão são as alternativas de pactuações e negociações, enquanto o sistema não estiver instalado, esse **fortalecimento de outras alternativas organizacionais** para a gestão dos recursos hídricos, é demonstrado no caso dos avanços positivos identificado na presente pesquisa, na atuação de Consórcios Intermunicipais, considerando o território de uma determinada bacia hidrográfica, e que estes façam parte do CBH.
- **articulações e parcerias realizadas para a gestão da água e dos recursos hídricos** demonstram ser importante a promoção de articulações entre atores e a ampliação de parcerias, aproximando os atores do território da bacia e das atividades de gestão.

- **baixo índice de participação do poder público municipal e da sociedade civil** é um desafio comumente apontado, com grande potencial nos impactos (positivos) na implantação dos instrumentos de gestão; pelas atribuições constitucionais inerentes, específicas e exclusiva dos municípios; que ainda devem manter o vazio identificado nas atividades de gestão, por longo tempo, especialmente em vista do histórico de dependências no nível local frente aos níveis estadual e federal, considerando desde a presença nem reuniões do CBH, como a necessidade de ampliação de vagas no colegiado.

A pesquisa de campo demonstrou que, é importante que os CBH's tenham **paridade de representação** entre os atores da bacia hidrográfica. Então, ao contrário de tomar um longo tempo com amplas discussões sobre regimento interno durante as plenárias, é preciso primeiro fazer um levantamento sobre todos os atores da bacia, para só depois atribuir a quantidade de representantes para cada segmento, mas prevalecendo a paridade e equidade, conforme indicaram os depoimentos nas entrevistas e questionários. No estudo foi possível averiguar que muitos CBH's gastam muito tempo discutindo sobre seu regimento interno (composição). Neste sentido ainda é importante a **formação de grupos de trabalho** para assessorar o levantamento sobre os atores. Do lado das instituições a mobilização também é fundamental. Poderiam ser mais estimulados os grupos de discussão dos setores de uso da bacia, para levantar as demandas e indicações das instituições que fariam parte do CBH.

Sobre a participação do poder público municipal e a sociedade civil nas reuniões e plenárias, a fim de garantir o processo participativo, conforme recomendações originadas da pesquisa de campo, seria importante primeiro que as reuniões ocorressem sempre em cada município da bacia, em alternância. Também seria necessário que ao menos um representante de cada município da bacia estivesse compondo a plenária do CBH.

Ressalta-se que o município, além de ser um ente federativo, é o segmento que está mais próximo de outros programas e políticas de gestão de interesse local, como a de saneamento e uso e ocupação do solo. E por isso, **aumentar as articulações com outras políticas públicas** nesta escala é fundamental, conforme preconizado pela própria Lei Federal 9433/97. Assim, de acordo com as recomendações suscitadas a partir da presente pesquisa, o CBH deve estabelecer como critério a obrigatoriedade dos municípios discutirem, com os conselhos municipais, as questões de interesse local e, para a partir de então, levar essas demandas ao CBH, reforçando o laço entre o interesse local e o interesse regional relacionado ao território da bacia hidrográfica.

Acrescenta-se que, conforme a PNRH, o segmento da sociedade civil é composto por uma gama de organizações como: consórcios, organizações técnicas, associações, instituições, ONG's entre outras possibilidades. Portanto, é importante um **equilíbrio entre estas organizações da sociedade civil organizada** na composição do CBH par que não ocorra o privilégio e a centralização de interesses para algum setor, ou tema.

Uma possibilidade interessante aos CBH's, para qualificar e ampliar a participação das organizações da sociedade civil e descentralização das decisões é a criação de redes locais, com parcerias em instituições de ensino e pesquisa, grupos de trabalhos e CT's. As atividades de campo desta pesquisa mostraram, em vários pontos, que, nos comitês em que as câmaras técnicas foram ampliadas com parcerias locais, ocorreu um avanço significativo na gestão dos recursos hídricos da respectiva bacia, e por consequência, avanço no processo participativo. Inclusive, esta é outra forma de incorporar a participação popular em atividades da gestão.

Sobre o desafio para a sociedade civil, sobretudo com relação as **instituições com menor capacidade financeira** para participar das plenárias e reuniões do CBH, bem identificada na pesquisa de campo como um dos gargalos da paridade no processo participativo, pode ser proposto um acordo e articulação das associações (instituições, ONG's, entre outras) com maior infraestrutura, para que estas fossem as multiplicadoras das discussões no CBH e responsáveis, em certa medida, em aproximar as instituições com menor infraestrutura.

Também se mostra como fundamental incorporar os novos meios de comunicação no CBH, caso a organização civil não tenha a possibilidade de deslocamento. No entanto, não basta incorporar novos meios de comunicação e informatização, sem que o processo seja previamente preparado para essas novas inclusões. É preciso que ocorra o repasse de informações, documentos, demandas dos outros segmentos, e a presente pesquisa mostra que é preciso que a paridade seja exercida de forma integradora, e o nível da **instrumentalização de todos os segmentos** é um importante foco da desejada equiparação.

Este inclusive é outro desafio que foi identificado: **o repasse de informações, documentos, dados sobre a bacia**. Neste sentido, o estabelecimento de metas no plano de bacias mostra-se uma importante fonte de referência para decisão, desde que ocorra o repasse de informações e haja a qualificação já destacada anteriormente para essa interpretação. Apesar do apoio da secretaria executiva ou agência de bacia ser importante para superar este desafio, quando não há este ente, é preciso descentralizar esta função que comumente fica a cargo do órgão gestor do Estado. É preciso que haja o comprometimento, para que os representantes assumam a sua responsabilidade no repasse de informações, incorporando medidas simples,

como repassar informativos com periodicidade, e solicitar a avaliação das informações repassadas, também com certa periodicidade.

Tal fato pode atribuir ao representante um acúmulo de funções e, nesse sentido, foi identificada como requisito, que as instituições **liberem o representante de suas atribuições**, por um período de tempo periódico preestabelecido, para que este se dedicasse as atividades do CBH, compreendendo o os múltiplos significados dessa representação na defesa do interesses de seu segmento no conjunto da gestão dos recursos hídricos no país.

Somente esse permanente processo interativo entre a instituição, como unidade envolvida com o colegiado, e o interesse coletivo por ele assumido, poderão construir a **compreensão da importância de ocupar uma vaga na plenária deste colegiado**, pois o representante não está apenas ocupando um espaço para sua instituição, ao contrário, estará deliberando sobre uma política pública em nome de sua instituição. A **prestação de contas e os mecanismos de autorização** entre representante e representado, torna-se assim uma decorrência natural do processo, muito além de simples obrigações burocráticas desarticuladas do real, dando sentido e legitimidade às deliberações e às demandas institucionais.

Além disso, ressalta-se a importância das **ações continuadas** dos representantes, que envolvem o acompanhamento e controle de deliberações, o monitoramento e acompanhamento de projetos e metas que envolvem os instrumentos de gestão e, sobretudo, dos planos de metas, ações e projetos do Plano de Bacias. Tais tarefas podem ser administradas, respeitadas as habilidades e competências dos segmentos e instituições que compõem o CBH, e a pesquisa mostra que esse conjunto aqui detalhado deve ser orientado por ações que maximizem critérios de corresponsabilidade, dando uma efetiva **transparência ao processo de gestão**.

O que remete a outro desafio, que são as **funções e atribuições legais do CBH**. É necessário que se mantenha a função deliberativa deste ente, para dar legitimidade ao processo de gestão da política pública de recursos hídricos como um todo, e garantir a implantação dos instrumentos de gestão, na sua unidade de atuação. O Estado deve obrigatoriamente levar em consideração as opiniões e demandas do CBH, sobretudo em situações de conflitos instaurada, quando existe este ente instituído na bacia hidrográfica. Portanto, o CBH deve fazer parte de outros arranjos e conselhos, e com poder deliberativo. A presente pesquisa mostra que muitas negociações envolvem outros tipos de interferência e processos, tornando necessário adequar a situação a uma determinada solução, sendo preciso que o CBH atue nas diversas etapas de todo o processo.

A pesquisa evidenciou a importância da **criação de Câmaras Técnicas no CBH**, contribuindo para dirimir os conflitos, promover estudos em temas específicos e propor sobre as pautas, entre outras funções. E neste sentido as deliberações, quando chegam na plenária após passar pelas Câmaras Técnicas, já foram debatidas e consensuadas, passando por um processo mais amplo de participação. Isto resolveria inclusive o problema relativo ao tempo nas plenárias. As plenárias normalmente possuem pautas longas e um tempo curto, e muitos membros ficam desmotivados ou não conseguem oportunidade de fala. Essas discussões prévias em temas específicos, contemplam uma quantidade maior de opiniões, conferindo maior legitimidade ao tema proposto.

Frisa-se, interpretando dados levantados pela pesquisa, que, as CT's e grupos de trabalho, quando atuam de forma articulada e são multidisciplinares, contribuem para as decisões sobre os instrumentos de gestão, como no caso da elaboração do plano de bacia, e podem tornar as ações do plano mais efetivas e menos burocráticas, frente aos interesses da região.

O **plano de bacia** como instrumento fundamental da gestão de recursos hídricos, assim ressaltado na extensa maioria das observações e consultas da pesquisa, deve ser formulado considerando-se nas etapas as **práticas participativas**, com aplicação de metodologias específicas para tal, como por exemplo o Mapeamento Ambiental Participativo, sendo as conclusões dessas práticas, concretamente consideradas no plano, em conjunto com outras elaborações de natureza técnica, que exijam detalhamento de natureza especializada. Foi uma consequência dessas observações, o entendimento da importância desta etapa como forma de ampliar e qualificar a participação na gestão. As metodologias participativas, nesse sentido, são ferramentas que inclusive oferecem a possibilidade de ampliação da participação na formulação de prioridades, por meio de métodos estruturados e validados.

Ficou amplamente demonstrado pela pesquisa de campo por meio da observação, e pela contextualização teórica, que as práticas participativas também contribuem para a formulação das pautas do CBH e para legitimar as decisões, reforçando a possibilidade de que estejam entre as funções do CBH, inclusive como instrumento de gestão da água e dos recursos hídricos legalmente estabelecidas. Para a formulação dos planos de bacia dos CBH's, há inclusive uma resolução do CNRH que estimula a realização de atividades que envolvam a sociedade.

Porém, um desafio identificado na observação de campo no projeto desenvolvido no CBH Turvo Grande, em relação às práticas participativas, foi a falta de apoio do próprio CBH

para a realização das atividades e a participação dos membros do CBH durante as atividades, demonstrando a necessidade de que estejam legalmente previstas.

Também foi identificado pela pesquisa, indo além de observações informais, que alguns CBH's dispõem de mais recursos financeiros do que outros, e este pode ser um argumento importante para a formação ou não de CT's e de outras ações, mas também é preciso ter o conhecimento de que, sem este investimento de tempo o CBH não será fortalecido dentro do sistema de gestão.

A **formulação das pautas** é outro grande desafio, mencionado em diferentes momentos da pesquisa. É preciso que o CBH formule pautas que legitimem suas ações, e inclua nestas, com a prioridade necessária para a sociedade, as situações de conflito na bacia hidrográfica. Conforme observado, pautas afastadas da realidade promovem um esvaziamento dos colegiados e podem protelar decisões importantes. Como possibilidade, estão também as discussões prévias e o levantamento de pontos de conflitos pelos grupos de trabalho e CT's, e estes devem repassar e articular as informações dentro do CBH, para que as pautas resultem de processos participativos, reforçando diversos dos itens abordados anteriormente neste capítulo. Soma-se a isso o repasse de informação, o levantamento das demandas de todos os segmentos da bacia, entre outras questões.

Frisa-se que, conforme observado no referencial teórico e depoimentos ao longo da pesquisa, o **território da gestão de recursos hídricos**, área de atuação do CBH, indo além da obrigação legal, deve continuar sendo a bacia hidrográfica, pois este facilita a integração horizontal e vertical das instituições políticas, sendo a bacia hidrográfica um sistema dinâmico e complexo que retrata a interação entre o ser humano com o meio ambiente. No entanto, sua adoção como território para gestão da água e dos recursos hídricos promove a cooperação, ações coletivas e compartilhadas.

Quando a gestão é realizada sobre estas premissas, o processo participativo é envolvido como fator efetivo na distribuição de poder no território, proporcionando uma aproximação das instituições e pessoas envolvidas e identificadas na gestão da água e dos recursos hídrico com o território da bacia hidrográfica, e com as necessidades e demandas deste território, em relação a gestão. Ressalta-se que o CBH é o ambiente que proporciona esta situação.

Por ser o sistema social (político, cultural, ambiental, econômico) dinâmico, os desafios identificados na pesquisa são também dinâmicos e não possuem um fim, pois quando um é superado, outro poderá surgir em seu lugar, donde decorre o processo permanente de avaliação,

monitoramento e discussão sobre planos, ações, projetos, que estabeleçam, a cada tempo, as prioridades do CBH.

Ademais, considera-se também as mudanças ocorridas no início de 2019, em que a gestão dos recursos hídricos e da água, passou da pasta do Ministério do Meio Ambiente para a pasta do Ministério do Desenvolvimento Regional. A presente pesquisa não se dedicou à análise desta mudança, que foi recente considerando-se a data de conclusão da Tese em fevereiro de 2019. Porém, a pesquisadora achou relevante fazer algumas considerações para reflexões futuras sobre tal assunto.

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) assume as responsabilidades dos antigos Ministérios das Cidades (MCid) e da Integração Nacional (MI), e traz para a pasta a gestão dos recursos hídricos com o intuito de ofertar água à população e à atividade econômica em todo o território nacional, sobretudo em regiões frequentemente afetadas por períodos de seca e estiagem e fazer a gestão das políticas de saneamento ambiental do país, com o desafio de levar tratamento de esgoto e de água às regiões que ainda não possuem esse direito essencial à saúde pública.

Por um lado, a mudança pode fortalecer a articulação institucional mencionada, sobretudo com municípios, e cumprir os objetivos almejados sobre o saneamento e oferta de água. Neste sentido, é fundamental que o CBH continue atuando como arena fundamental na identificação de conflitos e definição de estratégias e ações, mantendo para si a responsabilidade para a aplicação e distribuição dos fundos de recursos hídricos e outros recursos.

Ainda neste sentido, é fundamental que sua composição [do CBH] mantenha a paridade dos segmentos da sociedade civil organizada, usuários de água e poder público, uma vez que, entende-se que desta maneira é viabilizada a gestão democrática participativa dos recursos hídricos, resguardando a sustentabilidade nos usos múltiplos da água e os direitos da sociedade a terem acesso a este recurso.

Por outro lado, manter como território da gestão a bacia hidrográfica será um desafio, uma vez que a escala do município parece ser valorizada. Talvez seja uma possibilidade de fortalecer outras alternativas organizacionais, como consórcios intermunicipais, e manter a bacia hidrográfica e o CBH como entes deliberativos fundamentais do sistema.

Atenta-se para a promoção de grandes obras e foco da gestão para áreas urbanas, em detrimento da qualidade ambiental das bacias hidrográficas. Neste sentido será preciso novas articulações e novos olhares para o território da bacia hidrográfica, uma vez que as Políticas

Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a de Desenvolvimento Urbano (PNDU) são centrais para o MDR.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa identificou itens estratégicos, que devem ser objetos apreensivos de atenção para a qualificação e o aperfeiçoamento do processo participativo na política pública de gestão da água e de recursos hídricos nos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Frisa-se que, o intuito de apresentar esses desafios e as possibilidades ao processo participativo é justamente fornecer subsídios para que os CBH's possam identificar suas lacunas, e assim continuar na promoção de um processo de fortalecimento, visto que são os ambientes imprescindíveis para uma gestão efetiva e sustentável dos recursos hídricos no SINGREH. Além disso, propõe-se que os resultados obtidos, com o presente estudo, sirvam de base para ações construtivas à estrutura e funcionamento do SINGREH.

A partir da identificação e discussão dos desafios e possibilidades, apresentados no capítulo 7 do presente estudo, conclui-se o estudo com o seguinte agrupamento dos itens estratégicos:

1. **Questões políticas institucionais:** abordagem da participação em políticas públicas; aumentar as articulações com outras políticas públicas; transparência ao processo de gestão; implantação do CBH e do próprio sistema de gestão; fortalecimento de outras alternativas organizacionais na gestão de recursos hídricos; prestação de contas e os mecanismos de autorização; discussão e estabelecimento do território da gestão de recursos hídricos.
2. **Institucionalização e atuação do CBH:** formação e atuação do CBH; funções e atribuições legais do CBH; CBH como protagonista no sistema de gestão de recursos hídricos; formulação das pautas; importância do CBH na identificação e resolução dos conflitos no território de gestão.
3. **Instrumentos de gestão dos recursos hídricos:** como atribuições fundamentais do CBH; não implantação dos instrumentos; plano de bacia como instrumento fundamental da gestão de recursos hídricos.
4. **Comunicação, Informação, Conhecimento e Divulgação:** conhecimento sobre o CBH, suas funções, atribuições, papel de decisão; Comunicação e divulgação

sobre o CBH; repasse de informações, documentos, dados sobre a bacia hidrográfica; instrumentalização de todos os segmentos.

5. **Representação e representantes no CBH:** qualidade da representação; paridade de representação; equilíbrio entre as organizações que compõem a sociedade civil organizada; compreensão da importância de ocupar uma vaga na plenária deste colegiado; liberação do representante de suas atribuições (na instituição que representa); ações continuadas dos representantes.
6. **Articulações:** parcerias realizadas para a gestão da água e dos recursos hídricos; formação de grupos de trabalho no CBH articulado ou não com outras instituições; criação de câmaras técnicas no CBH.
7. **Participação no CBH:** baixo índice de participação do poder público municipal e da sociedade civil; práticas participativas como instrumento de gestão; contribuir com instituições com menor capacidade financeira.

Este conjunto de itens foi formulado com base nos levantamentos dos trabalhos de campo, questionários, entrevistas e de todo estudo conceitual da presente pesquisa. A partir da análise dos itens é possível compreender que o fundamento “participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”, em que se baseia a atuação da PNRH e as políticas estaduais de recursos hídricos, vai além da simples consideração desses segmentos na formação dos colegiados e na sua atuação na gestão dos recursos hídricos, uma vez que deve considerar, entre outros, a qualidade da representação, os mecanismos de autorização, as articulações, a corresponsabilidade dos representantes e as relações com as instituições representadas.

Como perspectivas futuras para o fortalecimento do CBH, do sistema de gestão de recursos hídricos e para a efetivação do processo participativo, foram identificadas algumas possibilidades, inclusive para novas pesquisas, das quais destacou-se: compreender a perspectiva participativa da gestão da água, em locais onde não há CBH's, no Brasil; identificar outros programas e alternativas que possam dar sustentabilidade ao CBH e ao sistema de gestão de recursos hídricos, no Brasil e em outros países; desenvolver novos programas de capacitação e educação sobre água e recursos hídricos-sustentabilidade hídrica, e que envolvam

comunidades, grupos, promovendo a participação popular e como subsídios para gestão e educação ambiental.

Para o exercício de uma gestão efetiva e legítima da água e dos recursos hídricos, é imprescindível assumir a participação como um processo que tem como base uma participação indireta, realizada por meio da representação de instituições e suas corresponsabilidades, sobretudo nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Este processo é constituído por formas e tipos de participação que envolvem a participação pública, social e popular em diferentes graus de interação, pactuação e poder de deliberação, como por exemplo em situações que envolvem a consulta e informação, com um nível baixo e participação mais limitada. Ou então, quando ocorre a cogestão e delegação de poder, com um grau mais elevado de participação.

Além disso, o processo participativo envolve etapas, que vão desde a institucionalização do próprio colegiado, passam pela participação paritária de segmentos sociais, ampliação da participação da sociedade civil organizada, e alcançam a ampliação da participação social por meio de metodologias participativas, que podem ser aplicadas para toda uma comunidade inserida no território de gestão de um Comitê de Bacia Hidrográfica, e que poderão contribuir tanto para a formulação dos instrumentos de gestão, como para o processo crítico educacional da sociedade em questões que envolvem a água e os recursos hídricos.

Sendo esses diferentes níveis de envolvimento participativo compreendidos como um processo, e frisa-se a importância do conceito de processo, admite-se que ele não possui um fim em si mesmo. Então, não basta implantar uma política pública, seu sistema e instrumentos de gestão como esperadas garantias de que a participação e a representatividade irão ocorrer. É preciso dar subsídios e que sejam assumidos os fundamentos resumidos no capítulo anterior para que o processo de gestão maximize sua aproximação da realidade, e que seja contínuo e efetivo. Subsídios estes que vão além do próprio processo participativo na gestão, mas envolvem a interação com outras leis e políticas, como por exemplo as políticas públicas da educação, saneamento, a lei de acesso à informação entre outras.

Em outras palavras, haverá garantia de um processo participativo efetivo e com representatividade na gestão de recursos hídricos na medida em que houver uma maior interação entre a política destes recursos com outras políticas públicas.

Além disso, é necessário destacar novamente a importância dos entes do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, e sobretudo do CBH no que tange ao processo

participativo. Por ser um colegiado, e por ter como território dinâmico de gestão a bacia hidrográfica, o CBH é um grande ente integrador de todo o processo por meio de seus membros representantes, que por sua vez possuem uma responsabilidade deliberativa, e com a sociedade, tão importante quanto representantes eleitos pelo sufrágio, guardadas as devidas proporções atribuídas ao voto obrigatório. Responsabilidades estas que são expressas nas deliberações sobre os instrumentos de gestão, como a outorga e a cobrança, por exemplo, e disso decorre que as decisões e proposições do CBH podem impactar positivamente ou negativamente a sociedade.

Por isso, é necessário que Estado e sociedade tenham a compreensão de que o CBH é a arena necessária para que ocorra a discussão e os consensos sobre a gestão da água e dos recursos hídricos, considerando o sistema de gestão que vem sendo implantado no Brasil, com a PNRH, desde 1997.

É válido também resgatar, como conclusão, que a PNRH está em construção, e que por isso os instrumentos e entes do sistema ainda estão em fase de implementação. E neste sentido, os desafios identificados na presente pesquisa fazem parte desse processo de implementação desta política pública, não sendo, portanto, barreiras intransponíveis. Pelo contrário, fazem parte de uma avaliação saudável, que tem como objetivo contribuir para uma gestão que leve em conta diferentes escalas e características dos recursos hídricos no país, e fortalecer a gestão descentralizada e integrada desses recursos.

Também é imprescindível a clareza de que os membros do CBH definem aplicação de recursos e orçamentos, e de que o CBH faz a gestão dos recursos hídricos como elemento natural e essencial a vida: a água. O CBH não é o único ente do sistema, porém, pelas suas características de colegiado, é o que possui maior potencial de representação perante a sociedade, fazendo com que seja maior a responsabilidade de seus membros.

A existência do Comitê de Bacia Hidrográfica é condição fundamental para uma gestão democrática. Por meio da ação efetiva de seus membros, e com representatividade considerando todos os segmentos envolvidos [sociedade civil organizada, poder público e usuários de água], contribuem substancialmente para reduzir os riscos de decisões que privilegiam uma pequena parte da sociedade e/ou interesses privados ou de pequenos grupos.

Portanto, confirma-se hipótese de que é necessário que os membros dos CBH's e a sociedade, tendo compreendido a importância desta instituição, assumam a prioridade da

promoção o seu fortalecimento e a sua legitimidade, enquanto ente da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

E confirma-se hipótese pelos trabalhos de campo, questionários, entrevistas e pela contextualização teórica, segundo os quais o processo participativo em políticas públicas acompanha a evolução histórica e cultural da sociedade, tornando necessário um esforço continuado para o aperfeiçoamento do conjunto das instituições, para que elas correspondam às expectativas da sociedade, para o qual este trabalho procurou contribuir identificando os grandes desafios, que, certamente, serão motivo de atenção em todos os níveis de decisão envolvidos pelos próximos anos.

E confirma-se hipótese também pelos diferentes resultados obtidos em cada local objeto das observações do trabalho de campo, pelas diferentes formas adotadas para tornar real os Objetivos do Milênio e, com especial destaque, a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos de modo que as decisões atuais desenvolvam o esforço necessário para proteger e resguardar os interesses das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

Livros e Artigos

ABERS, R. N (Org.) **Água e Política**: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. 246 p.

ABERS, R.N; JORGE, K. D. Descentralização da Gestão da Água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? **Revista Ambiente & Sociedade**, v. VIII, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: set. 2015.

ABERS, N.R; KECK, M. Comitês de Bacia no Brasil: uma abordagem política do estudo da participação social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 6, n.1. 2004. p 55-69. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/104/88>> Acesso: setembro de 2015.

ABERS, N.R; KECK, M. E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, 2008, p. 99-112.

ABERS, N.R; KECK, M. E. Muddy Waters: Decentralization, Coordination and Power Struggle in the Brazilian Water Management Reform. **International Journal of Regional and Urban reform**. Vol. 30, number 3, 2006.

ABERS, R. N; KECK, M.E. **Autoridade Prática**: ação criativa e mudança institucional na política das águas do Brasil. Rio de Janeiro, editora Fiocruz, 2017.

AITH, F.M.A; ROTHBARTH, R. O estatuto jurídico das águas no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 163-177, Aug. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000200163&lng=en&nrm=iso>. Acesso 25 junho 2018

ALVES, R.F.F; PEREIRA, D.S.P. Gestão dos recursos hídricos no Brasil evolução e panorama atual: desafios, estratégias e experiências. **Global Water Partnership South America**. Asociación Mundial Del Agua SAMTAC – Comité Técnico Asesor Sud América. Brasília: 2005.

AMORIM, J.A.A. **Direito das águas**: o regime jurídico da água doce no direito internacional e no direito brasileiro. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2015a.

AMORIM, B. et al. **Oficinas de diagnóstico participativo URGH Paranapanema**. Nota Técnica nº 5/2015/CINCS/SAS. ANA. Agência Nacional de Águas. Brasília: 2015b. 71p.

AZEVEDO NETTO, J. M. Cronologia do abastecimento de água com especial menção ao Brasil (até 1970). **Revista DAE**. Edição nº: 33 n 704, 1984. Disponível em: <http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_33_n_704.pdf> Acesso 2017.

ARAUJO, V.G; SILVA FILHO, J.L; CARPI JUNIOR, S. Mapeamento Ambiental Participativo (MAP) EM Ilha Comprida (SP) como subsídio à gestão e planejamento de áreas costeiras. In: PEREZ FILHO, A; AMORIM, R.R (Org). **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geografia – UNICAMP, 2017.

ARH Tejo. **Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste**. Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental. Ministério da Agricultura, mar, ambiente e Ordenamento do Território. 2011. Disponível em: <https://www.apambiente.pt/_zdata/Políticas/Agua/ParticipacaoPublica/Documentos/ARHTejo/PBHR O/10_AAE_RelatorioAmbiental.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação** – Participe, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, v. 35, n. 4, p. 216-224, July 1969.

AVELAR, L; CINTRA, A.O. Participação Política. In: AVELAR, L; CINTRA, A.O (Org.). **Sistema Político Brasileiro – Uma Introdução**. São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP/Konrad-Adenauer, 2007. p.223-237.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2011, v. 7. p. 13-29.

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso 06 jan de 2019.

BARBOSA, F.D; HANAI, F.Y; ROMERA E SILVA, P.A. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês de Bacia Hidrográfica: conceitos, reflexões e discussões. **Revista Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 7, n.3, p. 34-46, dez/2016. Disponível em <<http://periodicos.unb.br>>. Acesso abril de 2017.

BARBOSA, F.D; HANAI, F.Y. Os rumos da gestão das águas após 20 anos da Política Nacional de Recursos Hídricos. In: OLIVEIRA, C.M. **Novos Direitos: a interdisciplinaridade no Direito na Sociedade Contemporânea**. São Carlos: CPOI/UFSCar, 2017. p. 217-234.

BARBOSA, F. D. **Diagnóstico hidroambiental da microbacia do córrego Novo Rincão - Rincão/SP**. 2012. 166 f. Dissertação - (mestrado) apresentada à Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas- UNESP/IGCE, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/95703>>. Acesso: 2017.

BARBOSA, F.D. Perfil hidroambiental da microbacia do córrego Nova Rincão. Rincão/SP. In: **Anais do IV workshop internacional sobre planejamento e desenvolvimento sustentável em bacias hidrográficas**. Universidade Estadual Paulista – UNESP: Presidente Prudente, 2013.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Massoni, 2009.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, N, 1909- **Dicionário de política** In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.86 p.

CALHMAN, O.B.C **Gestão de Recursos Hídricos em Bacias de Rios Fronteiriços e Transfronteiriços: Rio Quaraí / Bacia do Prata**. 302f. Tese (Doutorado), Instituto Alberto Luiz de Coimbra, Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2008

CAMPOS, V.N.O; FRACALANZA, A. P. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. XIII, n. 2 p. 365-382. jul.-dez. 2010 Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso abril de 2017

CAMPOS, V.N.G. **O Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e o Consejo de Cuenca del Valle de México**. 2008. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CAPEL, H. Las ciencias sociales y el estudio del território. In: **Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Biblio 3W, vol XXI, nº 1.149, 2016

CARPI JUNIOR, S.; LEAL, A.; DIBIESO, E. Mapeamento de riscos ambientais e planejamento participativo de bacias hidrográficas: o caso do manancial Rio Santo Anastácio, SP-Brasil. **Territorium** (Coimbra), v. 19, p. 85, 2012. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T19_artg/T19_Artigo_10.pdf>. Acesso em 2016; 2017.

CARPI JUNIOR, S; et al. Planejamento participativo e gestão da água na bacia hidrográfica do rio Paranapanema, Brasil. in: **VII Encuentro de geógrafos da América latina**, 2015, Havana. Ponencias por Temáticas. Havana-Cuba, 2015. v. VI. p. 452-467.

CARPI JUNIOR, S; BARBOSA, F.D; LOPES. M.C. **Relatório Técnico Final: projeto “Conhecendo o comitê e mapeando a bacia: formação para uma gestão participativa do território**. VB Ambiental/ CBH Turvo Grande/ Prefeitura de Catanduva, 2019.

CARPI JUNIOR, S. **Mapeamento de riscos ambientais e planejamento participativo de bacias hidrográficas: o caso do manancial Rio Santo Anastácio-SP**. Presidente Prudente, 2011. 48 p. (Relatório de estágio de pós-doutorado, Departamento de Geografia-FCT-UNESP). Disponível em: <<http://goo.gl/uaT0mA>>. Acesso em janeiro de 2019.

CARPI Jr, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C. **Apostila do projeto Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para uma gestão participativa do Território**. Módulo 1, São José do Rio Preto. 2018a.

CARPI Jr, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C. **Apostila do projeto Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para uma gestão participativa do Território**. Módulo 2, Catanduva. 2018b.

CARPI Jr, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C. **Apostila do projeto Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para uma gestão participativa do Território**. Módulo 3, Fernandópolis. 2018c.

CARPI Jr, S; BARBOSA, F.D; LOPES, M.C. **Apostila do projeto Conhecendo o Comitê e Mapeando a Bacia: formação para uma gestão participativa do Território**. Módulo 4, Votuporanga. 2018d.

CORDEIRO, J. **A Cimeira de Joanesburgo**. Disponível em: www.pcp.pt/avante/20020919.html.

CORRÊA, L.R. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E de; GOMES, C.C da; CORRÊA, R.R (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2º ed. 2000.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade- Revista de Sociologia e Política**. N.5.outubro, 2004a. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983>>. Acesso em 2016.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, D (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil entiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004b. pp. 95-110. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/privatizacaodarua./dadosabertos/bibliografia/Sociedade%20Civil%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf>>. Acesso: 2015, 2017, 2018.

DAGNINO, R.; CARPI JR, S. História e desafios do mapeamento ambiental participativo no estado de São Paulo. In: DIAS, L.S.; BENINI, S.M. (Org.). **Estudos ambientais aplicados em bacias hidrográficas**. 2ed.TUPÃ-SP: ANAP, 2016, v., p. 11-27. Disponível em: <<https://www.amigosdanatureza.org.br/biblioteca/livros/livro/cod/122>>. Acesso em 2018.

DE LIMA TRINDADE, L. **Gestão integrada de recursos hídricos: papel, potencialidades e limitações dos Comitês de Bacias Hidrográficas**. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC: Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173815/344113.pdf?sequence=1>>. Acesso em 2018.

DEMO, P. Participação e planejamento - arranjo preliminar. **Revista de Administração Pública.**, Rio de Janeiro, 25 (3): 31-54, jul./set. 1991

DIAS, N. **O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo** [livro eletrônico]: falta de transparência, um problema que persiste. Coord: DIAS, N; TAMARI, M. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016.

DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P; SERAFIM, L. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos** – São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008. 48p.

DOLHNIKOFF, M. Império e governo representativo: uma releitura. **Cad. CRH Hídricos**. CRH, Salvador, v.21,n.52, p.13-23, Apr.2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 2016; 2017.

EMPINOTTI, V. Se eu não quiser participar? O caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco. **Ambiente & Sociedade** _ Campinas v. XIV, n. 1 _ p. 195-211 _ jan.-jun. 2011.

EVANS, M. et al. Participação Social: lições aprendidas na Europa. In: ANTERO, S.A; SALGADO, V.A.B.(Orgs). **Participação Social: textos para discussão**. Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013. p 11-105.

FARAH, M.F.S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, dez 2016, vol.50, no.6, p.959-979. ISSN 0034-7612. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>>. Acesso setembro de 2018.

FIDELMAN, P, I. Comitês de Bacia sob o olhar dos seus membros. In: FRANK, B (org.). **Projeto Marca d'Água**: seguindo as mudanças na gestão das bacias hidrográficas do Brasil: Caderno 2. Blumenau: FURB, 2008.

FLICK, U. **Métodos Qualitativos na Investigação Científica**, Lisboa: Monitor, 2005 pp. 1-13

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Costa, J.E. 3 eds. Porto Alegre: Artmed. 2009.

FRACALANZA, A. P.; FREIRE, T. M. Crise da água na Região Metropolitana de São Paulo: injustiça ambiental, privatização e mercantilização de um bem comum. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 3, p. 464-478, mês. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/103064>>. Acesso em 2016

FRANK, B. Formação e Experiência: os organismos de Bacia Hidrográfica são capazes de lidar com a complexidade da gestão de recursos hídricos? pp.40- 65 In: ABERS, R. **Água e Política**. Atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacias hidrográficas no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

GADOTTI, M. Educar para a sustentabilidade. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/113/122>>, Acesso: novembro de 2015.

GADOTTI, M. Gestão Democrática com participação popular no planejamento e na organização da Educação Nacional. Texto produzido como uma colaboração para a discussão do tema geral da Conae 2014: “**O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração**”, 2014. Disponível em <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf>, Acesso: maio de 2016.

GENTIL, D.L.; MARANGONI, G.A. Constituição de 1988 e a Seguridade Social: uma disputa em meio à financeirização do Estado apud: VAZ, F.T.; MUSSE, J.S.S., SANTOS, R F. dos. **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008. p 45-54.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDE, A. A; PIRES, R.R. Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. IN: GOMIDE, A. A; PIRES, R.R (org.). **Capacidades Estatais e Democracia**. Brasília: Ipea, 2014.

GRANZIERA, M.L.M. **Direito das Águas**: disciplina jurídica das águas doces. 4ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GUIMARÃES, U. Discurso do deputado Ulysses Guimarães, presidente da assembleia nacional constituinte, em 05 de outubro de 1988, por ocasião da promulgação da Constituição Federal. **Revista Direito GV**, São Paulo jul-dez 2008. p 595-602.

HOLLANDA, C.B de. A questão da representação política na primeira república. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 25-35, Apr. 2008. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100003&lng=en&nrm=iso. access on 22 Aug. 2018.

JACOBI, P.R; FRACALANZA, A.P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 11-12, p. 41-49, jan./dez. 2005. Editora UFPR, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/7816>>. Acesso: abril de 2016.

KARMANN, I. O ciclo da água, água subterrânea e sua ação geológica.2000 In TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T.R.; TOLEDO, M.C.; TAIOLI, F. ed. **Decifrando a Terra** (capítulo 9). São Paulo, Oficina de Textos. 114 a 138.

LEAL, A. C. Planejamento ambiental de bacias hidrográficas como instrumento para o gerenciamento de recursos hídricos. In: **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 3, n.6, p 65-84, 2. semestre de 2012.

LEAL, A.C. Gestão das águas e planejamento ambiental na UGRH Paranapanema – Brasil: estudos e desafios. In: **Geonorte**. Edição Especial, V.4, N.4, p.220 – 238, 2012a.

LEAL, A.C et al. **UGRHI Paranapanema - oficinas de diagnóstico participativo**. Nota Técnica nº 5/2015/CINCS/SAS. Brasília/DF: Agência Nacional de Águas, 2015. Disponível em: <<http://paranapanema.org/plano/admin/upload/documento/28.pdf>>

LÜCHMANN, L. H. H. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. *Política e Sociedade. Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, SC. Brasil. Editora UFSC, v. 6, n. 11, 2007, p. 183-197.

MACHADO, C.J.S. A Gestão Francesa de Recursos Hídricos: Descrição e Análise dos Princípios Jurídicos. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*. Vol. 08, n 04. p 31-47. dez 2003. Disponível em: <https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?PUB=1&ID=34&PUBLICACAO=RBRH&VOLUME=8&NUMERO=4>

MARTINS, R. C. Fronteiras entre desigualdade e diferença na governança das águas. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. XVIII, n. 1, jan. Mar. 2015, p. 221-238. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: fev. 2016.

MARTINS, R.C. Sociologia da governança francesa das águas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 23 no. 67. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000200007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 2015; 2016.

MEIER, M.A. **A representação e a representatividade social do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Porto Alegre, BR, 2016.

MENDES, C.V.R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. *Revista Katál. Florianópolis*. v. 10 n. 2 p. 143-153 jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a02v10n2>. Acesso: 27 de outubro de 2015.

MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MORONI, J.A. O direito à participação no governo Lula. IN: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. 159 p.

ORTIZ, J.B; SILVA, A.P. Um pouco do passado, presente e futuro. *Revista Água e Energia*. DAEE, São Paulo, 1998.

OTTONI, B.B et al. A outorga do direito de uso dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte. In: **HOLOS**. Ano 27, Vol. 1, 2011. p 57-71.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 1992. 161p.

PEREIRA, D. S. P.; JOHNSON, R. M. F. Descentralização da gestão dos recursos hídricos em bacias nacionais no Brasil. **REGA**, Vol. 2, no. 1, p. 53-72, jan./jun. 2005. Disponível em: https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/65/bc3bcce562e51d8a75a094edb5dad7c2_eedc4682b96d8b2e55d4404d0bf33d6c.pdf. Acesso 2017; 2018.

PEREIRA JR, J.S. **Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável, realizada em Johannesburgo, África do sul**. Relatório Especial. Consultoria Legislativa- Câmara dos Deputados. Relatório Especial, setembro, 2002. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/copy_of_208366.pdf.> Acesso janeiro de 2018.

PIRES, R.R. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. In: PIRES, R.R (org). **Diálogos para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7. 372 p

PIRES, R.; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. 1707. **Textos para discussão**. IPEA, Rio de Janeiro, 2012.

PITKIN, H. F. **Representação: Palavras, Instituições e Ideias**. Lua Nova, São Paulo, 67. 2006. p 15-47.

PITKIN, H. F. (1969) O Conceito de Representação. Capítulo 1. In: ORG. CARDOSO, F.H; MARTINS, C.E. **Política e sociedade**. Vol. 2. Companhia Editora Nacional. 1979. P 8-22.

PORTO, M.F.A et al: Gestão de Recursos Hídricos. PHA2537 – Água em Ambientes Urbanos. **Coleção Águas Urbanas**, Fascículo 2. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental– PHA, 2012.

PORTO, R.L. **Fundamentos para gestão da água**. São Paulo: s.n., 2012.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R.L.L. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 22, n. 63, p. 43-60, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200004&lng=en&nrm=iso> Acesso 10 setembro, 2018.

RIBEIRO, G. Estado, Economia e Democracia no Brasil Atual: Nota Crítica. Espaço e Economia. **Revista brasileira de geografia econômica**. N. 6. 2015. Ano III, 2016.

RIBEIRO, W.C. Hidro-hegemonia e cooperação internacional pelo uso de água transfronteiriças. In: RIBEIRO, W. C. (org.) **WATERLAT-GOBACIT Network Working Papers**. Thematic Area Series SATRANS – TA4 – Transboundary Waters Vol. 2 No 3. Art. 5. p 92-107.

RIBEIRO, W.C. Soberania: conceito e aplicação para a gestão da água. In: **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XVI, núm. 418 (28), 2012. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-28.htm#_ednref13> Acesso Janeiro de 2019.

REGEA - GEOLOGIA, EMGENHARIA E ESTUDOS. Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Turvo/Grande (UGRHI 15). São José do Rio Preto: CBH-TG, 2017.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios. In: VAZ, F.T.; MUSSE, J. S.; Santos, R.F. dos. **20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social**. Brasília: ANFIP, 2008. p 131-148

RODRIGUES, J.M; SILVA, E. V da. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geocologia das paisagens e da teoria geossistêmica**. Fortaleza: Editora da UFC, 2013. 370p.

ROMERA E SILVA, P. A. **Plano de Ação Comunitária**, Piracicaba, SP, 1978. s/ed.

ROMERA E SILVA, P.A; LEIS, W. S. V., **Capacitação Técnica em Gestão de Recursos Hídricos**. Secretaria do Meio Ambiente, São Paulo, SP, 2004.

ROMERA E SILVA, P.A. **Água: quem vive sem?** 2ed. FCTH/CT-Hidro (ANA, CNPq/SNRH), São Paulo, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 1712-1778. Do Contrato Social. In ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. Ensaios sobre as origens das línguas. Discursos sobre a origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Discurso sobre as Ciências e as Artes. Coleção os Pensadores. 2 Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, B.S; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 678p.

SANTOS, A.I; SAITO, C.H. A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos – gênese, motivação e inclusão social. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 7-27, jul./dez. 2006

SEQUINEL, M.C.M. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - **Joanesburgo**: entre o sonho e o possível. *ANÁLISE CONJUNTURAL*, v.24, n.11-12, p.12, nov./dez. 2002

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura1. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 2018.

SOUZA, M.L. **Mudar a Cidade**- Uma introdução crítica ao planejamento e á Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

SOUZA, M.L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E de; GOMES, C.C da; CORRÊA, R.R (org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2º ed. 2000.

SOUZA, C. H.L. Capacidades estatais para a promoção de processos participativos: atributos do aparato burocrático ou condições temporárias para a ação? **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 105-126, jan./jun. 2017.

SOUZA, C.H.L; PIRES, R.R.C. Conferências nacionais como interfaces socioestatais: seus usos e papéis na perspectiva de gestores federais. **Revista do Serviço Público Brasília** 63 (4): 499-518 out/dez 2012

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>>. Acesso em 2018.

TUCCI, C. E. M.: HESPANHOL, I.; CORDEIRO Netto, O. de M. **Gestão da Água no Brasil**. Brasília: Unesco, 2001.

TUZZO, S.A; BRAGA, C.F. O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v. 4, n.5, p. 140-158, ago. 2016

VARGAS, E. V. Água e relações internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, ano 43, n. 1, p.178-182, 2000.

VICTORINO, V.I.P. Monopólio, conflito e participação na gestão dos recursos hídricos. **Ambiente & Sociedade**, vol. 6, núm. 2, julho-diciembre, 2003, pp. 47-62

WWAP (UNITED NATIONS WORLD WATER ASSESSMENT PROGRAMME). 2015. **The United Nations World Water Development Report 2015: Water for a Sustainable World**. Paris, UNESCO. 2015

Referências institucionais e Sites governamentais e institucionais: links e documentos

ABRH. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Carta de Salvador**, 1987. Disponível em: <https://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=2&P2=115&P3=117&P1T=institucional&P2T=carta&P3T=salvador_1987>. Acesso em 2016, 2017, 2018.

ANA. Agência Nacional de Águas. **A Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2002.

ANA. Agência Nacional de Águas. Brasil. **Site oficial**. Brasília: ANA, 2018. Disponível em <<http://www.ana.gov.br/>>.

ANA. Agência Nacional de Águas; MMA. Ministério do Meio Ambiente. **GEO Brasil: recursos hídricos**. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Brasília: MMA; ANA, 2007.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Bacia Hidrográfica do Rio Grande**: Diagnostico Preliminar. Brasília: ANA/MMA, 2015.

ANA. Agência Nacional de Águas. CBH Rio Grande. **Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Grande**. Relatório Final. Brasília: ANA, 2017c.

ANA. Agência Nacional de Águas. CBH Rio Grande. **Produto parcial pp-06**. Avaliação e proposta de aperfeiçoamento do arranjo institucional, recomendações para os setores usuários, estratégias e roteiro para a implementação do plano. Brasília: ANA/ENGEORPS, 2017d.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2017**: relatório pleno. Agência Nacional de Águas. Brasília: ANA, 2017a. Disponível em <<http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/relatorio-conjuntura-2017.pdf>>. Acesso em 2018.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Missão e Agências de Água**. Brasília: ANA, 2017e. Disponível em <http://www2.ana.gov.br>. Acesso Abril de 2017.

ANA. Agência Nacional de Águas. Alternativas organizacionais para gestão de recursos hídricos / Agência Nacional de Águas. 121 p.; il. **Cadernos de Capacitação em Recursos Hídricos**; v.3. Brasília: ANA, 2013.

ANA. Agência Nacional de Águas. **Projeto Legado**: uma agenda para aperfeiçoamento dos marcos constitucional, legal e infra legal da gestão de águas no Brasil. Preparação para o 8º fórum mundial da água. documento base versão zero.3. Brasília: ANA, 2017b. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/projetos/legado/DocumentoBase-VersaoZero.3_20170911.pdf>

ANA. Agência Nacional de Águas. O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? / Agência Nacional de Águas. **Cadernos de capacitação em recursos hídricos**; v.1. Brasília: SAG, 2011. 64 p.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates estratégicos. **Instrumentos de Gestão da Água**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. Programa Gespública - **Participação e Controle Social**: Instrumentos jurídicos e mecanismos institucionais; Brasília; MP, SEGEP, 2013. Versão 1/2013.

CBH. BRASIL (GOVERNO); Agência Nacional de Águas (ANA). **Comitês de Bacia Hidrográficas**. Disponível em: <<http://www.cbh.gov.br/GestaoComites.aspx>> Acesso: fevereiro, 2018.

CBH GRANDE -COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA-. Termos de referência para a elaboração do plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Grande. **PIRH- GRANDE**. 2014. 60p. Disponível em: <http://www.grande.cbh.gov.br/_docs/deliberacoes/TermoReferencia_4_ReuniaoCTI.pdf>. Acesso: novembro de 2015.

CBH GRANDE. **Deliberação nº018/2015** que aprova o Regimento Interno do Comitê. 2015.

CBH GRANDE. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande. **Site Institucional**. Disponível em: <<http://www.grande.cbh.gov.br>>

CBH PARANAPANEMA. **Oficina Participativa**. Disponível em: <http://paranapanema.org/4a-oficina-participativa-e-realizada-em-marilia/>> Acesso em 12 de Jul. de 2016.

CBH PCJ. Comitê de Bacia Hidrográfica do Piracicaba Capivari Jundiá. Plano das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba – Capivari – Jundiá 2010 – 2020 com propostas de atualização do enquadramento

dos corpos d' água e de programa para efetivação do enquadramento dos corpos d' água até o ano de 2035. **Relatório Final.** Agência da água – PCJ. Disponível em: <http://www.comitespcj.org.br/images/Download/PB/PCJ_PB-2010-2020_RelatorioFinal.pdf> Acesso em 12 de jul. de 2016.

CBH SÃO FRANCISCO. Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio São Francisco 2016-2025. **Diagnostico da dimensão da participação social** v. 2b, agosto de 2015. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/planoderecursoshidricos/wp-content/uploads/2015/04/t14032_RP1B_Volume_2B_v2_Ago20151.pdf > Acesso em 11 de jul. de 2016.

CBH RIO DOCE. Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia do rio doce. **Relatório Executivo.** Ecoplan-lune, jun. de 2010. Disponível em: <<http://www.cbhmanhuacu.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-com-creditos.pdf>> Acesso em 12 de Jul. de 2016.

CNRH. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Resolução Nº 17 do CNRH**, de 29 de maio de 2001.

CNRH. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **RESOLUÇÃO No 32, de 15 de outubro de 2003.** Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br/divisao-hidrografica-nacional/74-resolucao-n-32-de-15-de-outubro-de-2003/file>>. Acesso maio de 2019.

CONSÓRCIO PCJ. Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **Malucos pela Água.** Vol. 2. Consórcio PCJ, 2016.

DPI. ONU. Departamento de Informação Pública das Nações Unidas **Publicado pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas** DPI / 2283 / Rev.1 — Dezembro de 2002— 30M

EMBAIXADA FRANCESA NO BRASIL. **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.** <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao> .Acesso 2018.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Belo Monte.** 2018. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte>>. Acesso em 2018.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Água.** 2018. Disponível em <http://www.mma.gov.br/agua.html>.

OEA. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Aquífero Guarani: Programa estratégico de ação.** Edição Bilingue-Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai: OEA, 2009. 424 p.

OECD (2015). **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil.** OECD Publishing, Paris. Disponível em <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/noticias/20150902_OCDE-GovernancadosRecursosHidricosnoBrasil.pdf>. Acesso em abril de 2017.

ONU BRASIL. **ODS: Objetivo 6.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods6/>>. Acesso em 2017, 2018.

ONU. **Água. Relatório Mundial de Desenvolvimento da Água** Disponível em: <http://www.unwater.org/publication_categories/world-water-development-report/>. Acesso 2018.

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). **Sessão temática sobre cooperação em água.** UNESCO, UN Water, South-South News, PNUD, OSCE Offices em Dushanbe, 2011.

ONU. United Nations Millennium Declaration DPI/2163 — Portuguese — 2000 — August 2001 Published by United Nations Information Centre, Lisbon. ONU. **Nações Unidas Declaração do Milênio Cimeira do Milênio Nova Iorque**, 6-8 de setembro de 2000

ONU. **Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre a Água**. (Mar del Plata, 14-25 de março de 1977). Cap. I. Resolução II. 1977

ONU. **Declaração da Conferência da ONU sobre meio ambiente**. Estocolmo: ONU, 1972.

ONU. **Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável**. 1992a. Disponível em: <http://www.wmo.int/pages/prog/hwrp/documents/english/icwedece.html>

ONU. **Agenda 21**. 1992b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>

SÃO PAULO (GOVERNO). Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. SigRH. **Portal do Governo do Estado de São Paulo, para informações sobre Gestão dos Recursos Hídricos**. Disponível em <www.sigrh.sp.gov.br>. Acesso: 26 de novembro de 2015

CBH TURVO GRANDE. SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TURVO/GRANDE. **Documentos produzidos pelo CBH-TG (UGRHI 15)**. São José do Rio Preto: CBH-TG, 2018.

UC. Universidade de Coimbra. **Ordenações Filipinas** on-line: Livro 5 Tit. 88: Das caças e pescarias defesas (Cont.). Trabalhos realizados para as cadeiras de Introdução à Informática para as Ciências Sociais e Humanas e Métodos Informáticos e Abordagens Formais em Investigação Histórica. 2018a.

UC. Universidade de Coimbra. **Ordenações Filipinas** on-line: ALVARÁ DE 27 DE NOVEMBRO DE 1804 Dá providencias a bem da agricultura e herdades da província do Alentejo, em Portugal. ALVARÁ DE 4 DE MARÇO DE 1819. Regula o uso das águas em canais, elevadas, extensivamente no Brasil. Trabalhos realizados para as cadeiras de Introdução à Informática para as Ciências Sociais e Humanas e Métodos Informáticos e Abordagens Formais em Investigação Histórica. 2018b.

UNWATER (ONU). **Coordenação do trabalho da ONU sobre água e saneamento**. Disponível em: <<http://www.unwater.org/about-unwater/>>.

Legislações

ACRE (ESTADO). **LEI Nº 1.500 DE 15 DE JULHO DE 2003**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Acre, dispõe sobre infrações e penalidades aplicáveis e dá outras providências. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei%20n%C2%BA%201500-03_AC.pdf

ALAGOAS (ESTADO). **LEI Nº 5.965 DE 10 DE NOVEMBRO DE 1997**. Publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas de 11 de novembro de 1997. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Disponível em: http://agenciapeixevivo.org.br/wp-content/uploads/2011/12/images_arquivos_legislacaoambiental_alagoas_Lei%20No%205.965.pdf

AMAPÁ (ESTADO). **LEI Nº 686, DE 7 DE JULHO DE 2002**. Dispõe sobre a Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Amapá e dá outras providências. Disponível em: http://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/legislacao/Lei_n%C2%BA_686_de_7_de_julho_de_2002.pdf

AMAZONAS (ESTADO). **LEI Nº 3.167, DE 28 DE AGOSTO DE 2007**. Reformula as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e estabelece outras providências. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei%20n%C2%BA%203167-07_AM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei%20n%C2%BA%203167-07_AM%20(1).pdf)

BAHIA. (ESTADO). **LEI Nº 11.612 DE 08 DE OUTUBRO DE 2009**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2012/05/LEI-N%C2%BA-11.612-DE-08-DE-OUTUBRO-DE-2009.pdf>

BRASIL (GOVERNO). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO Nº 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934**. Decreta o Código de Águas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D24643.htm

BRASIL (GOVERNO). **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 2015; 2016; 2017; 2018.

BRASIL (GOVERNO). **CONSTITUIÇÃO DE 1891**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>

BRASIL. Presidência da República. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Institui o Estado Democrático e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso: junho; agosto; novembro de 2015.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Imprensa Nacional. Diário Oficial da União. **Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019**- que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137350/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-759-de-11-de-abril-de-2019-71137335. Acesso: junho de 2019.

CEARÁ (ESTADO). **LEI Nº 11.996, DE 24 DE JULHO DE 1992**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei%20N%C2%B0%2011.996,%20de%2024%20de%20Julho%20de%201992.pdf>

DISTRITO FEDERAL. (DF) **LEI Nº 2.725, DE 13 DE JUNHO DE 2001** Institui a Política de Recursos Hídricos e cria o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. Disponível em: http://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/df/lei-no2725-01_df.pdf

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **LEI Nº 5.818 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos, do Estado do Espírito Santo' SIGERII/ES, e dá outras providências. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Lei%20n%C2%BA%205.818-98_ES.pdf

GOIÁS (ESTADO). **LEI Nº 13.123, DE 16 DE JULHO DE 1997**. Estabelece normas de orientação à política estadual de recursos hídricos, bem como ao sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/leis_ordinarias/1997/lei_13123.htm

MARANHÃO (ESTADO). **LEI Nº 8.149 DE 15 DE JUNHO DE 2004** (Publicada no DOE, de 23 de junho de 2004) dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2016>

MATO GROSSO (ESTADO). **LEI Nº 6.945, DE 05 DE NOVEMBRO DE 1997** – D.O. 05.11.97. Autor: Poder Executivo Dispõe sobre a Lei de Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível e,; <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-6945-1997.pdf>

MATO GROSSO DO SUL (ESTADO). **LEI Nº 2.406, DE 29 DE JANEIRO DE 2002**. Publicada no DO-MS em 30/01/2002 Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/ms/lei-no2406-02_ms.pdf

MINAS GERAIS (ESTADO). **LEI Nº 13.199, DE 29 DE JANEIRO DE 1999**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. (Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 30/01/1999). Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5309>

PARÁ (ESTADO). **LEI Nº 6.381 DE 25 DE JULHO DE 2001**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. file:///C:/Users/Usuario/Downloads/LEI%20N%C2%BA%206381-01_PA.pdf

PARAÍBA (ESTADO). **LEI N.º 6.308, DE 02 DE JULHO DE 1996**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/lei_E_11.pdf

PARANÁ (ESTADO). **LEI 12726 - 26 DE NOVEMBRO DE 1999**. Publicado no Diário Oficial no. 5628 de 29 de novembro de 1999. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e adota outras providências. Casa Civil. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=5849&codItemAto=40340>

PERNAMBUCO (ESTADO). **LEI Nº 11.426 DE 17 DE JANEIRO DE 1997** (Regulamentada através do Decreto nº 20.269, de 24 dezembro de 1997) Dispõe sobre a Política e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/leis/leis_estaduais/leis_estaduais_1997/39804%3B81711%3B14101014%3B0%3B0.asp

PIAUI (ESTADO). **LEI Nº 5.165 DE 17/08/2000**. Publicado no DOE - PI em 21 ago 2000. Dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos, institui o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=151141>

RIO DE JANEIRO (ESTADO). **LEI 3239, DE 02 DE AGOSTO DE 1999**. Institui a política estadual de recursos hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso vii; e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/43fd110fc03f0e6c032567c30072625b>

RIO GRANDE DO NORTE (ESTADO). **LEI Nº 6.908, DE 1º DE JULHO DE 1996**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH e dá outras providências. Disponível em: <https://www.mprn.mp.br/portal/inicio/meio-ambiente/meio-ambiente-material-de-apoio/305-lei-no-6908-de-01-de-julho-de-1996-politica-estadual-de-recursos-hidricos?path=>

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **LEI Nº 10.350, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.** (publicada no DOE n.º 1, de 1º de janeiro de 1995) Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/10.350.pdf>

RONDÔNIA (ESTADO). **LEI COMPLEMENTAR Nº 255, DE 25 DE JANEIRO DE 2002.** Institui a Política, cria o Sistema de Gerenciamento e o Fundo de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia e dá outras providências. Disponível em: http://www3.snirh.gov.br/portal/progestao/panorama-dos-estados/ro/lei-no-255-02_ro.pdf

RORAIMA (ESTADO). **LEI Nº 547, DE 23 DE JUNHO DE 2006.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_lei_5472006_32639.pdf

SANTA CATARINA (ESTADO). **LEI Nº 9.748, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1994.** Procedência – Governamental Natureza – PL-281/94 DO.15.073 de 06/12/94 *Alterada parcialmente pela Lei 10.006/95 *Regulamentação –Decretos: 3.855/05 Fonte – ALESC/Div. Documentação Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Legislacao/Lei-Estadual-9748-1994.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). **LEI Nº 7.663, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991** (Projeto de lei n. 39/91, do deputado Sylvio Martini) estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989.** Decreta a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao>

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **LEI ESTADUAL Nº 7.663, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991.** Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>>. Acesso: 2015, 2016, 2017.

SERGIPE (ESTADO). **LEI Nº 3.870 DE 25 DE SETEMBRO DE 1997** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: http://agenciapeixe vivo.org.br/wp-content/uploads/2011/12/images_arquivos_legislacaoambiental_sergipe_lei_n_3870.pdf

TOCANTINS (ESTADO). **LEI Nº 1.307, DE 22 DE MARÇO DE 2002.** Publicado no Diário Oficial nº 1156 Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e adota outras providências. Disponível em: http://mpto.mp.br/intranet/caopma/leg_est/LEI%201.307,%20DE%2022%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202002.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA


Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos
 Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

CONVITE

Temos a honra de convidá-lo(a) a contribuir com a pesquisa sobre "**Participação e Representação na Gestão dos Recursos Hídricos**".

Esta pesquisa faz parte do projeto de Doutorado "*A participação Social e Popular na Gestão da Água: desafios e possibilidades*", que está em desenvolvimento no **Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal de São Carlos (PPGCAm/UFSCar)** em parceria com CTH/DAEE e IG/UNICAMP.

O **objetivo desta pesquisa** é conhecer a opinião dos atores que estão envolvidos com a gestão dos recursos hídricos sobre a *Participação* e a *Representação* no processo de gestão desses recursos.

A devolutiva dos resultados será enviada aos Comitês de Bacia que colaboraram com a pesquisa. Também poderá ser enviada a você, caso queira deixar o seu contato de e-mail ao final do questionário.

Importante: os dados pessoais informados serão tratados com total confidencialidade.

Tempo de preenchimento: 15 minutos aproximadamente

Número de questões: 18

Para enviar: vá até o final e clique em CONCLUÍDO.

ATENÇÃO: Caso você responda em etapas (termine de responder em outro momento) deve utilizar o **mesmo link no mesmo computador e navegador** (para isso é necessário que seu computador grave informações ou utilize cookies)

Se conhece outras pessoas com perfil para responder a esta pesquisa, você pode enviar o link que recebeu. Se desejar fazer mais contribuições ou tiver dúvidas e problemas para preencher a pesquisa, por gentileza, entre em contato enviando e-mail para: flaviadbarbosa@ufscar.br

Estamos à disposição para esclarecimentos.

**A SUA CONTRIBUIÇÃO É FUNDAMENTAL PARA A PESQUISA.
DESDE JÁ AGRADECEMOS!**

Doutoranda: Flávia Darre Barbosa

Orientador: Prof. Dr. Frederico Yuri Hanai (PPGCAm/UFSCar)

Co-Orientador: Prof. Dr. Paulo Augusto Romera e Silva (CTH/DAEE)

Colaborador: Prof. Dr. Salvador Carpi Junior (IG/UNICAMP)


Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos
 Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

QUESTÕES

1. Qual a sua Escolaridade?

2. Qual a sua Idade?

3. De qual **Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)**, ou Comitês de Bacia, você é membro?

4. De qual **segmento** e/ou **segmentos** você faz parte?

- Sociedade Civil Organizada
(Ex: Instituições de Ensino, ONG..)
- Poder Público Municipal
(Ex: Prefeitura..)
- Poder Público Estadual
(Ex: Secretarias, Órgão Gestor Estadual..)
- Poder Público Federal
(Ex: Ministérios..)
- Usuários de água
(Ex: Abastecimento urbano, Industrias..)

Favor especificar: sua entidade (órgão, empresa, entidade, associação...) e cargo ou função que ocupa.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos

PPG  

Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Questões sobre o Comitê de Bacia Hidrográfica

5. Para você, qual é a principal função de um Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)?

6. Em sua opinião, qual é o maior desafio enfrentado pelo CBH que você é membro?

7. Para esta questão, considere as reuniões do CBH que você é membro. Como você se sente em relação a:

(Use a escala de 1 a 5, onde 1 é muito insatisfeito e 5 é muito satisfeito)

	Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Indiferente (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)	Não tenho opinião formada
Quantidade de representantes (membros).	<input type="checkbox"/>					
Diversificação do local (município) das reuniões.	<input type="checkbox"/>					
Formas de comunicação sobre a reunião (aviso da reunião, divulgação do local, data, pauta).	<input type="checkbox"/>					
Apoio operacional e logístico para participar da reunião (deslocamento, dispensa, recursos).	<input type="checkbox"/>					

	Muito insatisfeito (1)	Insatisfeito (2)	Indiferente (3)	Satisfeito (4)	Muito satisfeito (5)	Não tenho opinião formada
Linguagem utilizada durante a reunião (compreensão do que foi dito).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Presença proporcional dos segmentos (sociedade civil, usuários e poder público).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião durante a reunião.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuição dos membros do Comitê na formulação das Pautas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tamanho das Pautas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desdobramentos, comunicação e desencadeamento dos assuntos tratados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Você deseja fazer algum comentário adicional?	<div style="border: 1px solid black; height: 25px;"></div>					

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos

PPG  

Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Questões sobre PARTICIPAÇÃO

8. Para você, o que é a PARTICIPAÇÃO na gestão dos recursos hídricos?

9. Para esta questão considere o **CBH** que você é membro. Como você avalia o **engajamento** (envolvimento e empenho) e a **atuação** (discussões e ações conjuntas) dos segmentos listados abaixo?

(Use a escala de 1 a 5, onde 1 é Insuficiente e 5 é Excelente)

	Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Bom (3)	Muito Bom (4)	Excelente (5)	Não tenho opinião formada
Sociedade Civil Organizada	<input type="checkbox"/>					
Poder Público Municipal	<input type="checkbox"/>					
Poder Público Estadual	<input type="checkbox"/>					
Poder Público Federal	<input type="checkbox"/>					
Usuários de Água	<input type="checkbox"/>					

Você deseja fazer algum comentário adicional?

10. Você conhece **metas e/ou programas** (que estão ou não nos Planos de Bacia) do CBH que você é membro, e que servem para ampliar, aprimorar ou melhorar a **participação**?

- SIM
 NÃO

Se você respondeu SIM, quais você conhece e como você avalia estas metas? Estão sendo efetivas?

11. Você conhece ou faz parte de outros **espaços, ações ou iniciativas** que proporcionam a **participação social**?

- SIM
 NÃO

Se você respondeu SIM, aponte quais e como você avalia estas ações, espaços ou iniciativas?

12. Para você, quais as **necessidades e/ou lacunas** que precisam ser resolvidas para **melhorar ou aprimorar a participação** na gestão dos recursos hídricos?

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos

PPG

Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Questões sobre REPRESENTAÇÃO e REPRESENTATIVIDADE

13. Para esta questão considere o **CBH** que você é membro, e também a **entidade** (empresa, instituição, órgão...) que você faz parte. Qual a sua avaliação sobre:

(Use a escala de 1 a 5, onde 1 é Insuficiente e 5 é Excelente)

	Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Boa (3)	Muito boa (4)	Excelente (5)	Não tenho opinião formada
A consideração das opiniões e decisões coletivas da entidade para tomada de decisão no CBH.	<input type="checkbox"/>					
A realização de consultas aos pares (outras pessoas da sua entidade) para a tomada de decisões no CBH.	<input type="checkbox"/>					
A comunicação das ações e decisões do CBH aos pares (outras pessoas da sua entidade).	<input type="checkbox"/>					
A devolução ou feedback das decisões e notícias do CBH para outros membros da entidade.	<input type="checkbox"/>					
As decisões coletivas na entidade para indicação (escolha) dos representantes no CBH.	<input type="checkbox"/>					
O interesse por parte de outros membros da entidade em saber das decisões do CBH.	<input type="checkbox"/>					
A frequência da troca dos representantes da entidade por mandato do CBH.	<input type="checkbox"/>					
A orientação e/ou explicação prévia, por parte da entidade, para exercer a representação no CBH.	<input type="checkbox"/>					

Você deseja fazer algum comentário adicional?

14. A entidade (empresa, instituição...) que você faz parte desenvolve **atividade(s), iniciativas e/ou ações**, junto ao **CBH**, com o objetivo de facilitar a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica?

- SIM
- NÃO
- Não tenho conhecimento

Se você respondeu SIM, indique quais são:

15. Para esta questão, considere a afirmação: "Na **Representatividade Efetiva** os interesses dos segmentos estão sendo realmente bem representados, com qualidade e quantidade de representação".

Em sua opinião, quais são os maiores **DESAFIOS** para que a **representatividade seja efetiva**, no CBH que você é membro?

16. Para você, existem **necessidades e/ou lacunas** que devem **ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a representação dos segmentos** (poder público, usuários e sociedade civil) na **gestão dos recursos hídricos**? Quais?

17. Você já participou de alguma **atividade ou oficina** organizada (ou promovida) por intermédio do CBH que você é membro, em que foi aplicada alguma **metodologia ou técnica participativa**?

- SIM
- NÃO
- Desconheço técnicas ou metodologias participativas



Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/Universidade Federal de São Carlos

PPG

Pesquisa:
PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Para quem participou de oficina :

18. Sobre a atividade e ou oficina que você participou, você poderia comentar sobre:
1. Onde foi realizada e quem realizou?
 2. Qual a metodologia que foi aplicada?
 3. Quem realizou a atividade?
 4. Quais foram os principais objetivos da atividade?

19. Para esta questão considere a atividade ou a oficina que você participou. Qual a sua avaliação sobre:

(Use a escala de 1 a 5, onde 1 é Insuficiente e 5 Excelente)

	Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Boa (3)	Muito boa (4)	Excelente (5)	Não tenho opinião formada
A presença dos segmentos de forma proporcional.	<input type="checkbox"/>					
A compreensão das atividades e linguagem utilizada durante o evento/oficina.	<input type="checkbox"/>					
Abertura, apoio, incentivo e respeito para emitir sua opinião.	<input type="checkbox"/>					
A abertura para que todos pudessem falar e se expressar livremente.	<input type="checkbox"/>					
A abertura e oportunidade para que todos fossem ouvidos.	<input type="checkbox"/>					
A atividade e/ou oficina realizada proporcionou a você o sentimento de tomada de decisão.	<input type="checkbox"/>					

	Insuficiente (1)	Suficiente (2)	Boa (3)	Muito boa (4)	Excelente (5)	Não tenho opinião formada
A metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina permitiu a colaboração e participação de todos os presentes.	<input type="checkbox"/>					
A metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu a discussão entre todos os presentes.	<input type="checkbox"/>					
A metodologia aplicada durante a atividade e/ou oficina promoveu o consenso entre todos os presentes.	<input type="checkbox"/>					
Avaliação de sua dedicação durante a realização da atividade e/ou oficina.	<input type="checkbox"/>					
A participação de pessoas que não eram do CBH na atividade e/ou oficina.	<input type="checkbox"/>					
As formas de comunicação do CBH para que os membros participassem da atividade e/ou oficina (divulgação do assunto, data, local..).	<input type="checkbox"/>					
O apoio operacional e logístico para participar da atividade e/ou oficina (dispensa, recursos para deslocamento..).	<input type="checkbox"/>					
A atividade e/ou oficina gerou um resultado concreto e contribuiu para a tomada de decisão.	<input type="checkbox"/>					
O acesso e divulgação dos resultados da atividade e/ou oficina.	<input type="checkbox"/>					
A atividade e/ou oficina atingiu o objetivo e resultados propostos.	<input type="checkbox"/>					

Você deseja fazer algum comentário adicional?

20. Se desejar, [deixe seu e-mail para contato](#) e para receber os resultados da pesquisa de forma mais pessoal. Gostaríamos de saber também o Estado e município que você reside.

Novamente deixamos nosso e-mail para contato: flaviadbarbosa@ufscar.br

Cidade/Município

Estado

Endereço de email

AGRADECEMOS MUITO A SUA CONTRIBUIÇÃO!

(para finalizar clique em: CONCLUÍDO)

APÊNDICE B. ESTRUTURA DA ENTREVISTA

Entrevista em profundidade, semiestruturada por pautas que foi apresentado aos entrevistados:

Este é um roteiro básico de perguntas somente para nortear a entrevista. Outras questões podem ser colocadas durante a entrevista, pelo entrevistado e entrevistador. A entrevista está prevista para 1 hora de duração (período máximo).

1. Fale da sua experiência com a gestão dos recursos hídricos no Brasil?
2. Qual a sua experiência com os entes colegiados do Sistema?
3. Para você, qual é a principal função dos colegiados, sobretudo do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH)? Qual é hoje o maior desafio enfrentado pelo CBH? E pelos outros entes do sistema de gestão?
4. Como você vê a Participação na gestão dos RH? Para você, o que é/ como acontece a PARTICIPAÇÃO na gestão dos recursos hídricos? Quais as necessidades e/ou lacunas que precisam ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a participação na gestão dos recursos hídricos? Ela é igual em todos os CBH's (CBH Estaduais e Federais)? O que diferencia?
5. Em sua opinião, quais são os maiores DESAFIOS para que a representatividade seja efetiva no CBH ou colegiados do sistema? Para você, existem necessidades e/ou lacunas que devem ser resolvidas para melhorar ou aprimorar a representação dos segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) na gestão dos recursos hídricos? Quais? Existe equidade dos e entre os segmentos?
6. Você conhece metodologias/ técnicas ou formas de aprimorar o processo de participação e representatividade na gestão dos RH? Quais seriam? Como seria para colocar em prática?
7. Qual é hoje o maior desafio da gestão de recursos hídricos de forma geral? E do sistema?

APÊNDICE C. QUADRO DE INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NO QUESTIONÁRIO

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
ABES – MINAS GERAIS
ADISMIG- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SUL E SUDOESTE DE MINAS- MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL DE MINAS GERAIS - ABES – MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ECOLÓGICA PAU BRASIL -SÃO PAULO
ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E MORADORES DE SÃO BENTO DO SAPUCAI -SP
ASSOCIAÇÃO DE ENG AMBIENTAIS - APEA TMAPS- MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO FAZENDINHA -CEARÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MACIÇO DE BATURITÉ- CEARÁ
ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA AMIGOS DO RIO SAPUCAÍ DE ITAJUBÁ- MG
ASSOCIAÇÃO GRUPO DISPERSORES - FUNÇÃO COORDENADOR DE PROJETOS -SP
ASSOCIAÇÃO PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
ASSOCIAÇÃO PAULO DUARTE- SÃO PAULO
C.A.S.A CULTURA E ARTE SOLIDÁRIA DE ACARAÚ- CEARÁ
CAF - CASA DO AMOR FRATERNAL -SÃO PAULO
CASA DO AMOR FRATERNAL OSC -SÃO PAULO
CENTRO DE ESTUDOS AMBIENTAIS DA UNESP RIO CLARO -SÃO PAULO
CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE -SANTA CATARINA
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS-UNIFEB -SP
CIESP COTIA -SÃO PAULO
COLÔNIA DE PESCADORES E PESCADORAS Z-58- CEARÁ
CREA-SÃO PAULO
ECO CONSULTORIA- SÃO PAULO
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CRUZ – FAC -CEARÁ
FEDERAÇÃO DAS ONG'S DE PACAJUS- CEARÁ
FUNDAÇÃO FLORESTAL- SÃO PAULO
FUNDAÇÃO TERRA -PERNAMBUCO
GAIA TERRA -SÃO PAULO
GRUPO ECOLÓGICO ÁGUA -SÃO PAULO
INSTITUTO AMBIENTE EM FOCO- SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS VALE DO TIETÊ - INEVAT -SÃO PAULO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA- PARAÍBA
IRIS - ASSOCIAÇÃO INSTITUTO RIO SANTO ANTÔNIO MINAS GERAIS
MDV DO ABC- SÃO PAULO
ONG CEDAMS " CENTRO DE CONSCIENTIZAÇÃO, DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL"- PARAÍBA
ONG IPSA - INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO RIO CORUMBATAÍ -SP
ONG NOVA CAMBUQUIRA -MINAS GERAIS
ONG PLANETA SOLIDÁRIO- MINAS GERAIS
ONG SOS RIO DOURADO SÃO PAULO -MINAS GERAIS
ONG-ENTIDADE AMBIENTALISTA- SÃO PAULO
POPULAÇÃO: AÇÃO SOCIAL DIOCESANA - SANTA CRUZ DO SUL -SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO- SÃO PAULO
SENAC- SÃO PAULO

SINDICATO RURAL DE PASSO FUNDO E PROJETO VIVER-COXILHA-RS

SINDICATO RURAL DE RIBEIRÃO PRETO-SÃO PAULO

SOCIEDADE DE DEFESA REGIONAL DO MEIO AMBIENTE- SÃO PAULO

UNIFEB/FÓRUM DESENVOLVIMENTO DE BEBEDOURO-SÃO PAULO

UNISANTA – SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC – SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS- ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL- MS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS -SÃO PAULO

PODER PÚBLICO MUNICIPAL

GOVERNO MUNICIPAL DE IBIAPINA

PM DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO -SÃO PAULO

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU- SÃO PAULO

PREFEITURA DE EMBU GUAÇU, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO- SP

PREFEITURA DE ITIRAPUÃ - SECRETARIA DE ENGENHARIA E OBRAS

PREFEITURA MUNICIPAL BEBEDOURO, DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRITIBA MIRIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL/CE

PREFEITURA MUNICIPAL COLINA-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL COTIA-SECRETARIA DE HABITAÇÃO, ARQUITETA E URBANISTA

PREFEITURA MUNICIPAL FRANCA -SÃO PAULO

PREFEITURA MUNICIPAL GUARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL GUATAPARÁ-DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL ITAJUBÁ - MG, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL JABORANDI

PREFEITURA MUNICIPAL SUD MENNUCCI

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITAPIRA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - ITAPEVI/SP

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRASSUNUNGA

PODER PÚBLICO ESTADUAL

APTA POLO REGIONAL CENTRO NORTE. SÃO PAULO

CETESB- COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

COGERH - COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ

2º GRUPO DE POLICIA AMBIENTAL RIO GRANDE DO SUL

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL - CEDEC. CEARÁ

DAEE- DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICAS DO EST. DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE ENSINO (SEE) ESTADO DE SÃO PAULO

EMATERCE, TODA- CEARÁ

FEAM - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

IGAM/MG

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS – IPT-

INSTITUTO FLORESTAL - SMA CT EDUCAÇÃO AMBIENTAL

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM -MINAS GERAIS

SABESP- SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SP

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO/CATI. SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO MG

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE-SEMA/MT

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE - SÃO PAULO

SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE SP-COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS- CEARÁ

SEMA -MATO GROSSO

SEMAD. MINAS GERAIS

SMA-CETESB -SÃO PAULO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE UBERABA/SECRETARIA ESTADUAL

PODER PÚBLICO FEDERAL

DNOCS DA UNIDADE DE CAMPO DAS BACIAS DO COREAÚ/ACARAÚ FEDERAL

CODEVASF CEARÁ

ICMBIO - ANALISTA AMBIENTAL FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE FEDERAL

USUÁRIOS DE ÁGUA

AMBIMAIS MULTIEFICIÊNCIA ENGENHARIA SUSTENTÁVEL LTDA.

ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DA REGIÃO DE CATANDUVA

ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DE AQUA DO AÇUDE CARNAUBAL- CRATEUS-CEARÁ

ASSEMAE -SAAE JABOTICABAL -SÃO PAULO

CEPA, EMPRESA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

COPASA

CPFL RENOVÁVEIS- SÃO PAULO

FAZENDA AMWAY NUTRILITE DO BRASIL

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE APODI

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG

FIESP - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A

INDEPENDENTE EVENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL

ITAUEIRA

ROTARACT PLANALTO MÉDIO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

SEMAE (SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS) - PM DE VALE DO SOL

S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SABESP- SÃO PAULO

SABESP - UNIDADE DE NEGÓCIO CAPIVARI/JUNDIAÍ- SÃO PAULO

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A - SANASA

SINDICATO RURAL DE FRANCA -SÃO PAULO

SINDICATO RURAL DE PASSO FUNDO E PROJETO VIVER-COXILHA- RS

SUCOS DO BRASIL S/A

ÚNICA

APÊNDICE D. QUADRO DE ANÁLISE DAS FUNÇÕES DO CBH POR SEGMENTO

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
DELIBERATIVA	ARBITRAR EM PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA.	DIRIMIR CONFLITOS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA; ARBITRAR OS CONFLITOS; ATENUAR OS CONFLITOS	-	MEDIAR E GERENCIAR CONFLITOS; ARBITRAR, EM PRIMEIRA INSTÂNCIA OS CONFLITOS; GERENCIAR E MEDIAR CONFLITOS, SE ANTECIPANDO	-	GERENCIAR CONFLITOS
	APROVAR O PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA E, CONSEQUENTEMENTE: - METAS DE RACIONALIZAÇÃO DE USO, AUMENTO DA QUANTIDADE E MELHORIA DA QUALIDADE; - PRIORIDADES PARA OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS; - DIRETRIZES E CRITÉRIOS GERAIS PARA A COBRANÇA - CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS, VISANDO	ÊNFASE NA QUALIDADE E QUANTIDADE DA ÁGUA; COORDENAR AÇÕES PARA USO RACIONAL DA ÁGUA; GESTÃO E GERENCIAMENTO; ELABORAR E EXECUTAR PLANOS SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS ACOMPANHAR E CONTROLAR O USO DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA, AUTORIZAR DELIBERAÇÃO DE ÁGUAS DOS AÇUDES; APROVAR E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE BACIA; GERENCIAMENTO DE TODO O USO DE ÁGUA DA BACIA; REALIZAR AÇÕES QUE CONTRIBUAM PARA OTIMIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA;	REALIZAR A GESTÃO COMPARTILHADA DOS RH NA BACIA; DEFINIR AS PRIORIDADES DA BACIA COM BASE NAS SUAS DEFICIÊNCIAS.	DEMANDAR E PARTILHAR AÇÕES E NECESSIDADES HÍDRICAS REGIONAIS, SUGERINDO E SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS COM O INTUITO DE SUPRIR A DEMANDA HÍDRICA; DELIBERAR SOBRE O USO DOS RESERVATÓRIOS DE SUA BACIA, ALOCAÇÃO NEGOCIADA DE ÁGUA; CONSTRUIR UM PLANO DA BACIA E EXECUTAR DE FORMA PACTUADA; IDENTIFICAR E PRIORIZAR PROJETOS QUE VISEM MELHORAR A QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO; ELABORAR A GESTÃO DA BACIA; - APROVAR O PLANO E PROMOVER AÇÕES PARA BOA GESTÃO AMBIENTAL	-	DISCUTIR MELHORIAS E BOAS PRÁTICAS DO USO RACIONAL.; GESTÃO DA BACIA; DELIBERAR SOBRE ASSUNTOS RELATIVOS À GESTÃO DAS ÁGUAS; DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE OS USOS; PLANEJAR UMA GESTÃO DO USO, ATENDENDO A TODOS OS SEGUIMENTOS, PERSEGUINDO SEMPRE A PRESERVAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA; PLANEJAR E HARMONIZAR A DISTRIBUIÇÃO DO USO DA ÁGUA; PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES VISANDO A MELHORIA/MANUTENÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA.; PROPICIAR A UNIVERSALIZAÇÃO DO USO

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	GARANTIR OS USOS MÚLTIPLOS	APROVAR E ACOMPANHAR O PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA; DISCIPLINAR O USO CORRETO DO FEHIDRO; PLANEJAMENTO DO USO E CONTROLE DO SOLO E DAS ÁGUAS; DEFINIR OBJETIVOS DE QUALIDADE E QUANTIDADE				DA ÁGUA DE FORMA RACIONAL COM A SOCIEDADE, GOVERNANTES E DEMAIS INTERESSADOS; DELIBERAR SOBRE ASSUNTOS ABORDADOS
	ESTABELECEER OS MECANISMOS DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS.	DEFINIR VALORES DA COBRANÇA	-	-	-	-
	ESTABELECEER CRITÉRIOS E PROMOVER O RATEIO DE CUSTO DAS OBRAS DE USO MÚLTIPLO, DE INTERESSE COMUM OU COLETIVO.	AGILIDADE NOS RECURSOS E GARANTIA DE EMPREENDIMENTOS EXECUTADOS.	DISTRIBUIR DE MANEIRA COERENTE RECURSOS FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTEM PROJETOS QUE DE MANEIRA EFETIVA POSSAM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIES. ALINHAR EXPECTATIVAS DOS USOS MÚLTIPLOS	-	-	-

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
PROPOSITIV A	ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA E SUGERIR AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DE SUAS METAS	<p>APROVAR E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE BACIA;</p> <p>ACOMPANHAR CRITICAMENTE OS ESTUDOS QUE SUBSIDIAM O RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DA BACIAS HIDROGRÁFICAS</p>	<p>ACOMPANHAR O GERENCIAMENTO DO SISTEMA HÍDRICO, COM SUGESTÕES, CRÍTICAS, ESTUDOS PARA UM MELHOR DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DE ÁGUAS E SUA MELHOR FORMA DE DISTRIBUIÇÃO DE FORMA SUSTENTÁVEL E VISANDO A REALIDADE LOCAL;</p> <p>AVALIAR E DAR DIRETRIZES PARA A QUALIDADE DA ÁGUA E BEM-ESTAR SANITÁRIO DA COMUNIDADE;</p>	<p>EXECUTAR O PLANO DE FORMA PACTUADA;</p> <p>EXECUTAR O PLANO REALIZANDO AUTOMONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DE SUAS METAS MEDIANTE RELATÓRIO ANUAL DE SITUAÇÃO.</p>		<p>RECOMENDAR AÇÕES AOS ÓRGÃOS GESTORES DOS RECURSOS HÍDRICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS;</p> <p>ELABORAR E PROPOR INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA A RESTAURAÇÃO E PRESERVAÇÃO HÍDRICA;</p> <p>MONITORAMENTO DA ÁGUA AVALIAR OS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA EM QUE ESTÁ ENVOLVIDO;</p>
	INDICAR A AGÊNCIA DE ÁGUA PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS COMPETENTE	-	-	-	-	-
	PROPOR OS USOS NÃO OUTORGÁVEIS OU DE POUCA EXPRESSÃO AO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS COMPETENTE	-	-	-	-	-
	ESCOLHER A ALTERNATIVA PARA O ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA E ENCAMINHÁ-LA AOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS COMPETENTES	<p>DEFINIR PARÂMETROS DE QUALIDADE E QUANTIDADE PARA TODOS OS USOS;</p> <p>GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA AS FUTURAS GERAÇÕES.</p>	-	-	-	-

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	SUGERIR OS VALORES A SEREM COBRADOS PELO USO DA ÁGUA.	COBRANÇA PELO USO	-	-	-	COBRAR POR RECURSO NATURAL E INVESTIR O DINHEIRO ARRECADADO NA MELHORIA DESTES RECURSOS.
	PROPOR AOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE RESTRIÇÃO DE USO, COM VISTAS À PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.	-		--	-	-
	PROPOR AOS CONSELHOS DE RECURSOS HÍDRICOS AS PRIORIDADES PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA.	DISCIPLINAR O USO CORRETO DO FEHIDRO; DIRECIONAR RECURSOS FINANCEIROS QUE ATENDAM ÀS NECESSIDADES HÍDRICAS DA REGIÃO QUE A BACIA ABRANGE.	DISTRIBUIR DE MANEIRA COERENTE RECURSOS FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS QUE APRESENTEM PROJETOS QUE DE MANEIRA EFETIVA POSSAM MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIOS; ESTABELECEMETAS PARA UMA BOA APLICAÇÃO DE RECURSOS NOS MUNICÍPIOS ONDE SE TEM A NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAIS E ESTRUTURAS.	-	-	-
CONSULTIVA	PROMOVER O DEBATE DAS QUESTÕES RELACIONADAS A RECURSOS HÍDRICOS E ARTICULAR A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES INTERVENIENTES	DISCUTIR E DIRECIONAR AS QUESTÕES RELEVANTES DEMANDADAS PELOS INTEGRANTES COM VISTAS AO MELHOR DESEMPENHO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA, COM ÊNFASE NA QUALIDADE E QUANTIDADE DE ÁGUA.; CRIAR CONSENSO PARA DECISÕES QUE ENVOLVEM A	DISCUTIR E CRIAR SOLUÇÕES CONCRETAS DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO EM QUE A BACIA ABRANGE; ARTICULAR, INTEGRAR E AJUSTAR DECISÕES CONJUNTAS DE CUIDADOS COM OS RECURSOS HÍDRICOS REGIONAIS; SER UM ARTICULADOR ENTRE A SOCIEDADE CIVIL,	ESPAÇO PARA REPRESENTANTES DOS SETORES DISCUTIR SOBRE O BEM COMUM QUE É A ÁGUA; INCLUIR TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE NAS DECISÕES DE INTERESSE NA GESTÃO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS;	-	ARTICULAR A DINÂMICA ENTRE A OCUPAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA, INCLUSOS AQUI ASPECTOS SOCIOCULTURAIS E ECONÔMICOS, COM A DISPONIBILIDADE HÍDRICA EM QUANTIDADE E QUALIDADE; ARTICULAR E GERENCIAR CONFLITOS INCLUSOS AQUI AS

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
		<p>QUALIDADE DE VIDA E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL;</p> <p>DEVERIA SER A DE PROMOVER A EFETIVA ARTICULAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS ATORES QUE USAM, GERENCIAM, IMPACTAM E DEFENDEM OS RECURSOS HÍDRICOS, DE FORMA A INTEGRAR AGENDAS SETORIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS;</p> <p>DISCUTIR E PLANEJAR AÇÕES;</p> <p>ARTICULAR AS INSTITUIÇÕES DA BACIA PARA MELHORAR A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS, ASSOCIADA AO CONTROLE SOCIAL DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA E DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS;</p> <p>SER ESPAÇO DE CONSENSO;</p> <p>DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE ASSUNTOS/CONFLITOS DA BACIA HIDROGRÁFICA COM O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E DEMAIS SEGMENTOS DA RESPECTIVA BACIA;</p> <p>CHAMAR AS ENTIDADES INTERVENIENTES DA BACIA HIDROGRÁFICA PARA DEBATER SOBRE AS QUESTÕES RELACIONADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS;</p>	<p>OS USUÁRIO, O PODER MUNICIPAL ESTADUAL E FEDERAL</p>	<p>REUNIR UM COLEGIADO REPRESENTADO POR VÁRIOS SEGMENTOS DO ESTADO ESTADUAL, FEDERAL, MUNICIPAL E A SOCIEDADE PARA DISCUTIR SOBRE UM INTERESSE PELO USO D'ÁGUA NA SUA QUALIDADE E QUANTIDADE.</p>		<p>ECOLOGIAS QUE INTERFEREM NA HIDROLOGIA REGIONAL.</p>

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
		PERMITIR A DISCUSSÃO ENTRE OS PRINCIPAIS ATORES NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS				
NOVAS FUNÇÕES/ CATEGORIAS	EDUCAÇÃO CAPACITAÇÃO PERCEPÇÃO DIFUSÃO DE CONHECIMENTO	<p>CONTRIBUIR PARA O CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS QUE EXISTE, E PROCURAR A SE AJUDAR NA CONSTRUÇÃO DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;</p> <p>SENSIBILIZAR A POPULAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS DE FORMA PARTICIPATIVA E COMPARTILHADA;</p> <p>FOMENTAR A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DA BACIA EM QUE O COMITÊ SE INSERE</p>	<p>DIFUSÃO DE CONHECIMENTO;</p> <p>ESTUDOS SOBRE A BACIA DIVULGAR A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E DE TODA FRAGILIDADE QUE CERCA O AMBIENTE PRODUTOR DE ÁGUA;</p> <p>PLANEJAR AS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA RESGUARDAR A PRODUÇÃO DE ÁGUA, DE TAL FORMA QUE NÃO SIGNIFIQUE ENGESSAR ALGUNS MUNICÍPIOS PARA BENEFÍCIO DE OUTROS, CONSIDERANDO QUE TODO CIDADÃO TEM O MESMO VALOR E QUE A CIÊNCIA É A FERRAMENTE HUMANA CAPAZ DE PROMOVER ESTE EQUILÍBRIO TÃO NECESSÁRIO.</p> <p>DIVULGAR A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E DE TODA FRAGILIDADE QUE CERCA O AMBIENTE PRODUTOR DE ÁGUA;</p>	<p>CONHECER E PROTEGER OS RECURSOS HÍDRICOS QUE EXISTEM NO TERRITÓRIO DE FORMA A ENVOLVER A POPULAÇÃO NESTA TAREFA</p> <p>PODERIA/DEVERIA TER PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO, PLANEJAMENTO, PROMOVIDOS DE MODO O MAIS ACESSÍVEL E INCLUDENTE POSSÍVEL;</p> <p>ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÃO A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS PARA SUA QUALIDADE DE VIDA;</p> <p>PROMOVER A FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS AGENTES MULTIPLICADORES,</p> <p>PROPOR E DESENVOLVER PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>	-	<p>CONHECIMENTO DA BACIA PARA PRESERVAR;</p> <p>LEVAR A COMUNIDADE O CONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DE SE FAZER UM BOM USO DA ÁGUA;</p> <p>CAPACITAR A SOCIEDADE CIVIL NA COMPREENSÃO DA GRANDE IMPORTÂNCIA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E DE COMO ISTO AFETA CADA UM E TODOS;</p> <p>ORGANIZAR AÇÕES ENVOLVENDO A POPULAÇÃO</p>
	GESTÃO PARA PRESERVAÇÃO, DEFESA, PROTEÇÃO E SANEAMENTO GESTÃO SUSTENTÁVEL	ZELAR PELA SOBERANIA DAS ÁGUAS PROTEGER E CUIDAR DAS ÁGUAS DEFESA E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, FLORA, FAUNA, SOLO ATMOSFERA E DE MODO EFETIVO AS ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS;	<p>AVALIAR E DAR DIRETRIZES PARA A QUALIDADE DA ÁGUA E BEM-ESTAR SANITÁRIO DA COMUNIDADE;</p> <p>ARTICULAR AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS;</p>	<p>DIAGNOSTICAR, ESTABELECE CENÁRIOS, PLANEJAR / ESTABELECE METAS E AÇÕES E FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA HIDROGRÁFICA ASSEGURANDO ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA TODOS;</p>	-	<p>CONTRIBUIR ÀS DIRETRIZES AO USO SUSTENTÁVEL, CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DO SISTEMA HÍDRICO DAS BACIAS;</p> <p>INCENTIVAR E FISCALIZAR A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS</p>

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
		<p>PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO GERENCIAMENTO DO ESCASSO RECURSO HÍDRICO DISPONÍVEL NA BACIA; DISCUTIR E TOMAR DECISÕES (CONSULTIVAS E DELIBERATIVAS) SOBRE AÇÕES DOS PROCESSOS DE GESTÃO E DE PLANEJAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA, VIABILIZANDO PROJETOS, PROGRAMAS, PLANOS E ATIVIDADES PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA;</p> <p>ESTABELECE O USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA;</p> <p>PROCURAR PROMOVER O MÁXIMO DE SANEAMENTO</p> <p>POR INTERMÉDIO DO FEHIDRO ESTADUAIS E DA ANA NOS COMITÊS FEDERAIS, PROMOVER ATIVIDADES E FORNECER SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;</p> <p>PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS COM ÊNFASE NA ÁGUA;</p> <p>COORDENAR AS ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ÁREA HIDROGRÁFICA COMPREENDIDA NUMA DETERMINADA BACIA;</p>	<p>A PRINCIPAL FUNÇÃO É A PROTEÇÃO EM CONJUNTO DOS RECURSOS HÍDRICOS E SEUS EIXOS TRANSVERSAIS; PLANEJAR O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE</p>	<p>É DE ZELAR POR MANTER E MELHORAR O QUE SE DETÉM DE RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>ZELAR PELA QUALIDADE DAS ÁGUAS</p>		<p>HÍDRICOS E O USO SUSTENTÁVEL DOS MESMOS;</p> <p>DEFENDER A PRESERVAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA INTEGRADA, PARA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO;</p> <p>BUSCAR HARMONIA ENTRE EXPLORAÇÃO E PRESERVAÇÃO</p>

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	ACESSO A ÁGUA	GARANTIR QUE TODOS TENHAM DIRETOS A ÁGUA;	-	DISCUTIR A DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	-	-
	GESTÃO DE RH E TERRITÓRIO	-	RESOLVER QUESTÕES RELACIONADAS A PROTEÇÃO CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE REGIONAL DOS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	AJUDAR NA GESTÃO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO/ESTADO; ESTUDAR, ELABORAR, PROPOR E ACOMPANHAR EXECUÇÃO DA GESTÃO DA ÁREA ABRANGIDA; GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA BACIA HIDROGRÁFICA DE IMPORTÂNCIA REGIONAL E GLOBAL; PROMOVER A GESTÃO COMPARTILHADA DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA, TENDO COMO EIXO NORTEADOR A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	-	-
	PROCESSO PARTICIPATIVO AMPLIADO REPRESENTAÇÃO GESTÃO DEMOCRÁTICA	PROCESSO DE DECISÃO, TODA A SOCIEDADE POSSA PARTICIPAR, SENDO ASSIM, DECISÕES PARTICIPATIVA E DESCENTRALIZADA; PROMOVER A GESTÃO PARTICIPATIVA ATUAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA; GERENCIAR OS RECURSOS DE FORMA DESCENTRALIZADA E COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE; GERENCIAR O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE FORMA INTEGRADA E DESCENTRALIZADA COM A PARTICIPAÇÃO DA	PROCURAR DE FORMA DIVERSIFICADA E DEMOCRÁTICA CONTRIBUIR PARA QUE TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE COM INTERESSE SOBRE A ÁGUA NA BACIA TENHAM REPRESENTAÇÃO E PODER DE DECISÃO SOBRE SUA GESTÃO PARA QUE O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS SEJA REALIZADO DE FORMA SUSTENTÁVEL; GERENCIAR OS RECURSOS HÍDRICOS E AS REGIÕES ENVOLVIDAS COM ELAS DE MANEIRA PARTICIPATIVA;	COMPARTILHAR AS DECISÕES SOBRE A GESTÃO DA ÁGUA ENTRE OS VÁRIOS SETORES INTERESSADOS DA SOCIEDADE- MEDIAR CONFLITOS DE FORMA PARTICIPATIVA; É UMA INSTÂNCIA QUE DEVERIA ARTICULAR OS DIFERENTES ATORES/AGENTES QUE SE RELACIONAM COM AS ÁGUAS EM DETERMINADO TERRITÓRIO CONSIDERANDO OS SEUS DISTINTOS PAPEIS, IMPACTOS, INTERESSES E ABORDAGENS;	FÓRUM PARTICIPATIVO QUE CONGREGA INTERESSES E ESFORÇOS PARA A TOMADA DE DECISÕES CONCERNENTES À GESTÃO DAS ÁGUAS E GESTÃO DA BACIA; DEFINIR O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE FORMA COLETIVA E REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE; PARTICIPAR DE FORMA COLETIVA DAS DISCUSSÕES INERENTES A BACIA E RESOLVER CONFLITOS	É O ESPAÇO PARA A BUSCA DO DIÁLOGO, DEBATE ENTRE AS INSTITUIÇÕES DE VISÕES DISTINTAS, OBJETIVANDO A CELEBRAÇÃO DE CONSENSOS A NÍVEL DA SOCIEDADE ORGANIZADA, OU SEJA, USUÁRIOS, SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO EM TODAS AS SUAS ESFERAS; COLEGIADO DEMOCRÁTICO DE DISCUSSÃO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; GESTÃO PARTICIPATIVA NA DEFINIÇÃO DO PLANEJAMENTO FUTURO;

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
		<p>SOCIEDADE E DOS DEMAIS SEGMENTOS INTERESSADOS;</p> <p>SER UM FÓRUM PARTICIPATIVO, EQUÂNIME, DE DECISÕES;</p> <p>UM FÓRUM POLÍTICO, VOLTADO A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE UMA UGRHI, COMO OUTROS ATORES SOCIAIS;</p> <p>DESCENTRALIZAR AS DECISÕES SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E PRINCIPALMENTE PARTILHAR AS DECISÕES COM A SOCIEDADE CIVIL E COM OS GESTORES MUNICIPAIS.</p> <p>GARANTIR A TODOS OS INTEGRANTES O MESMO PODER NA TOMADA DE DECISÕES E DAS DELIBERAÇÕES QUE IRÃO ACARRETER NA MELHORIA DA QUALIDADE E QUANTIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA;</p> <p>DEVERIA SER UM ESPAÇO DE DISCUSSÃO ABERTO AOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS, NA PRÁTICA.;</p> <p>GERENCIAR OS INTERESSES COMUNS DENTRO DA BACIA HIDROGRÁFICA, FACILITANDO O</p>	<p>PLANEJAR AS AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA RESGUARDAR A PRODUÇÃO DE ÁGUA, DE TAL FORMA QUE NÃO SIGNIFIQUE ENGRESSAR ALGUNS MUNICÍPIOS PARA BENEFÍCIO DE OUTROS, CONSIDERANDO QUE TODO CIDADÃO TEM O MESMO VALOR E QUE A CIÊNCIA É A FERRAMENTA HUMANA CAPAZ DE PROMOVER ESTE EQUILÍBRIO TÃO NECESSÁRIO;</p> <p>CONTRIBUIR PARA QUE TODOS OS SETORES DA SOCIEDADE COM INTERESSE SOBRE A ÁGUA NA BACIA TENHAM REPRESENTAÇÃO E PODER DE DECISÃO SOBRE SUA GESTÃO.</p>	<p>ESTAR MAIS PRÓXIMO DOS ATORES NA BACIA, CONHECER MAIS DE PERTO A REALIDADE PARA, ENFIM TER SUBSÍDIOS PARA ORIENTAR A GESTÃO E FAZER GESTÃO DENTRO DO COLEGIADO. PARA ISSO FUNCIONAR É DE SUMA IMPORTÂNCIA QUE O COMITÊ TENHA SUAS ATIVIDADES DIVULGADAS E AMPLA PARTICIPAÇÃO DE SEUS REPRESENTANTES DENTRO DA SOCIEDADE;</p> <p>É FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR DE FORMA ORGANIZADA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA GESTÃO HÍDRICA DE UMA REGIÃO;</p> <p>SÃO ORGANISMOS COLEGIADOS DE COMPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA E DIVERSIFICADA</p>		<p>CRIAR E FOMENTAR INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO PERMANENTE.</p>

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
		<p>DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE GARANTAM A QUALIDADE E DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS;</p> <p>DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE ASSUNTOS/CONFLITOS DA BACIA HIDROGRÁFICA COM O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E DEMAIS SEGMENTOS DA RESPECTIVA BACIA.</p> <p>SER UM FÓRUM PARTICIPATIVO, EQUÂNIME, DE DECISÕES.</p>				
	<p>FUNDAMENTOS DA LEI F 9.433.</p>	<p>CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO PERTINENTE;</p> <p>OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA SÃO ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÕES NORMATIVAS, DELIBERATIVAS E CONSULTIVAS A SEREM EXERCIDAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DE SUA JURISDIÇÃO;</p> <p>GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS</p>		<p>TOMADA DE DECISÃO PARA A GESTÃO INTEGRADA, DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DA ÁGUA;</p> <p>O COMITÊ É A INSTÂNCIA PRIMEIRA ONDE SÃO DISCUTIDOS/TRATADOS OS ASSUNTOS RELACIONADOS A RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA;</p> <p>GERENCIAR O USO DE RECURSOS HÍDRICOS DE UMA BACIA HIDROGRÁFICA DE FORMA INTEGRADA E DESCENTRALIZADA COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO: ESTADO, MUNICÍPIOS, SOCIEDADE CIVIL E USUÁRIOS DE ÁGUA;</p> <p>GESTÃO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p>		<p>CONTRIBUIR PARA O SINGRH E GERENCIAR CONFLITOS CASO EXISTAM.</p>

FUNÇÕES LEGAIS	ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CBH	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
				TRABALHAR VERDADEIRAMENTE PARA GESTÃO INTEGRADA DOS REC. HÍDRICOS;		
	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FUNÇÃO NORMATIVA	<p>ARTICULAR E PROPOR POLÍTICAS QUE ATENDEM TODAS DEMANDAS E ANTEVER OS CONFLITOS ATINENTES AO COMITÊ</p> <p>- DISCUTIR POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENUAR CONFLITOS DE ÁGUA, CASO OCORRAM NA BACIA DE SUA JURISPRUDÊNCIA.</p> <p>DISCUTIR E PROPOR POLÍTICAS PARA O GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA.</p> <p>ATUAR NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DA GESTÃO DE ÁGUAS</p>	<p>ESTABELECEER DIRETRIZES E CONTRIBUIR PARA A CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE CURSOS DE ÁGUA;</p> <p>DISCUTIR E DEFINIR POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES NO QUE TANGE A PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p>			DEFINIR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA DAS ÁGUAS DE UMA DETERMINADA REGIÃO HIDROGRÁFICA, POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE USUÁRIOS E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, ATRAVÉS DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS
	FISCALIZAÇÃO	<p>SEJA INERENTE A FISCALIZAÇÃO;</p> <p>ALÉM DAS ATRIBUIÇÕES JÁ REALIZADAS FISCALIZAR A CORRETA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE;</p> <p>FISCALIZAR O USO DA ÁGUA POR TODA SOCIEDADE</p>	DELIBERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	<p>FISCALIZAR AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS, REIVINDICANDO MELHORIAS QUE VENHAM A BENEFICIAR AS COMUNIDADES;</p> <p>RESPONSABILIZAR-SE PELO DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE GESTÃO EM RECURSOS HÍDRICOS DA BACIAS E MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS QUE ELE ATENDE</p>		<p>FISCALIZAR;</p> <p>INCENTIVAR E FISCALIZAR A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</p>

Observação: espaços vazios não foram mencionados nos segmentos

APÊNDICE E. QUADRO DE DESAFIOS DO CBH, POR SEGMENTO E CATEGORIAS DE ANÁLISE

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
PARTICIPAÇÃO INTERNA AO CBH	<p>MANTER OS MEMBROS DO COMITE PARTICIPANDO.</p> <p>PODERIA TER MAIS ENTIDADES PARTICIPANDO</p> <p>ORGANIZAÇÃO E MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS, PROPONDO E CRIANDO AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMITÊ.</p> <p>A DIFICULDADE DE FINANCIAMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA PROGRAMAÇÃO DO EVENTOS AFINS</p> <p>MEMBROS POSSAM CONSEGUIR A LIBERAÇÃO E SEU DESLOCAMENTO</p> <p>FORTELECIMENTO DA GESTÃO PARTICIPATIVA, VOLTADA AO RH, OS COMITÊS DE BACIAS NÃO PODE SER OLHADO COMO UM BALCÃO DE NEGOCIO</p> <p>COMO AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA PORÇÃO MINEIRA DA BACIA NAS AÇÕES DE GESTÃO DOS COMITÊS. AINDA é PRÓ-FORMA A PARTICIPAÇÃO.</p> <p>CONSCIENTIZAR OS GESTORES MUNICIPAIS</p>	<p>AUMENTAR A COTA DE PARTICIPAÇÃO E MANTER A SEDE DO COMITÊ EM BARRETOS, VISTO QUE O MESMO SE ENCONTRA NO CENTRO DAS CIDADES QUE FAZEM PARTE DO MESMO.</p> <p>A PRIORIZAÇÃO E EMPENHO DOS PREFEITOS E LEGISLADORES A RESPEITO DESTES.</p> <p>INTER-RELACIONAR OS ATORES PARA TOMADA DE DECISÃO REGIONAL, AS PESSOAS AINDA NÃO SABEM TRABALHAR EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA.</p> <p>PRIORIZAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DAS REUNIÕES</p> <p>SÃO POUCAS AS PARTICIPAÇÕES DOS COLEGIADOS NOS CBH.</p> <p>A PEQUENA PARTICIPAÇÃO, QUE FAZ, DEPOIS DE 20 ANOS, O SISTEMA DE GESTÃO POR BACIA HIDROGRÁFICA TÃO DESCONHECIDO.</p> <p>FAZER COM QUE OS MEMBROS TENHAM PARTICIPAÇÃO ATIVA E COOPERATIVA PARA SUA EXECUÇÃO.</p>	<p>FORTELECER A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS.</p> <p>OS COMITÊS DE BACIAS ENFRENTAM GRANDES DIFICULDADES PARA QUE HAJA UMA EFETIVA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SETORES FAZEM PARTE DELES.</p> <p>A IDEIA DE PARTICIPAÇÃO NOS COMITÊS É MUITAS VEZES ENTENDIDA DE FORMA EQUIVOCADA E CRIA EXPECTATIVAS INATINGÍVEIS, PRINCIPALMENTE PELAS ONGS ALIADA AO PROBLEMA CRIADO PELO MANDATO POLÍTICO, E AS MUDANÇAS DE OBJETIVOS DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES SE DÁ DE FORMA HETEROGÊNEA, COM PARTICIPAÇÃO MAIS ATIVA DO SETOR GOVERNAMENTAL.</p> <p>OS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL RECLAMAM DA FALTA DE TEMPO E CONDIÇÕES DE MOBILIDADE PARA SUA PARTICIPAÇÃO GERANDO CRÍTICAS QUANTO A LEGITIMIDADE DAS AÇÕES ESTABELECIDAS PELO COLEGIADO PARTICIPANTE</p> <p>DESAFIO DE TODO O SISTEMA:</p>	<p>CONSEGUIR A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA MAIORIA DE SEUS MEMBROS</p>	<p>A PARTICIPAÇÃO ATIVA E QUALIFICADA DE TODOS OS MEMBROS</p> <p>MANTER OS MEMBROS DO COMITE PARTICIPANDO.</p> <p>PODERIA TER MAIS ENTIDADES PARTICIPANDO</p> <p>CONSENSO ENTRE USUÁRIOS X ONGS X PODER PÚBLICO</p> <p>PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGUIMENTOS, PRINCIPALMENTE DOS PODERES PÚBLICOS.</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>SOBRE A IMPORTÂNCIA DA SUA PARTICIPAÇÃO NAS PLENÁRIAS</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS SEGUIMENTOS NA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE.</p> <p>DECISÕES COLETIVAS, E EFETIVAMENTE PARTICIPATIVAS</p> <p>FAZER COM QUE OS MEMBROS ESTEJAM PRESENTES E DISCUTAM ATIVAMENTE SOBRE OS ASSUNTOS TRATADOS.</p>		<p>AMPLIARA A PARTICIPAÇÃO EM ESPECIAL DA SOCIEDADE CIVIL</p> <p>AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS DISTINTOS SEGMENTOS SOCIAIS NO CBH.</p> <p>CONSEGUIR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PRINCIPALMENTE CONSEGUIR A AMPLIAÇÃO E O ENVOLVIMENTO DOS SEUS PARTICIPANTES</p> <p>É A PARTICIPAÇÃO DE 100% DOS MEMBROS EM REUNIÃO PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE E TOTAL DOS REPRESENTANTES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE CIVIL.</p> <p>PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS ENVOLVIDAS TANTOS NAS REUNIÕES E TAMBÉM NOS PROJETOS ELABORADOS</p> <p>MOBILIZAR A SOCIEDADE CIVIL PARA QUE A MESMA PARTICIPE, CONHEÇA E QUE POSSA TER FORÇA PARA COBRAR DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS PRINCIPALMENTE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS QUE CONSTITUCIONALMENTE SÃO PERTENCENTES AOS COMITÊS, OU SEJA, AS VERBAS CARIMBADAS.</p>		
AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EXTERNA AO CBH	<p>DESCENTRALIZAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO</p> <p>A NÃO PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DA BACIA</p> <p>PARTICIPAÇÃO SOCIAL AMPLIFICADA E TOMADA DE DECISÕES COLETIVAS, E NÃO</p>	<p>INSERÇÃO EFETIVA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR DENTRO DO COMITÊ.</p> <p>O MAIOR DESAFIO É A FALTA DE INTERESSE E MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE EM PARTICIPAR DA GESTÃO DAS ÁGUAS.</p>	<p>A MOBILIZAÇÃO DOS ENTES, SETORES ENVOLVIDOS: PODERES MUNICIPAIS EXECUTIVO E LEGISLATIVO</p>	<p>INCENTIVAR O INTERESSE DA COMUNIDADE E DOS USUÁRIOS DA ÁGUA PELA PRESERVAÇÃO CONSCIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS LOCAIS</p>	<p>FALTA CONSCIÊNCIA POR PARTE DA COMUNIDADE EM PARTICIPAR MAIS DAS ATIVIDADES QUE ENVOLVE O BEM DE TODOS.</p> <p>AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	INDIVIDUAIS E/OU SETORIZADAS. PROCURAR APROXIMAR OS MUNICÍPIOS EXISTENTES NOS COMITÊS PARA QUE DESENVOLVAM ATIVIDADES CONJUNTAS DE MELHORIA DA UTILIZAÇÃO DAS ÁGUAS;				
REPRESENTATIVIDADE REPRESENTAÇÃO	<p>FALTA TROCA DE MEMBROS</p> <p>FAZER COM QUE A CTEAD (CAMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIVULGAÇÃO) TENHA O MESMO PESO E IMPORTÂNCIA NAS DECISÕES DO QUE AS DEMAIS CÂMARAS</p> <p>O BAIXO NÚMERO DE CADEIRAS OU VAGAS DESIGNADAS À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.</p> <p>FAZER COM QUE OS MEMBROS DAS ENTIDADES INTERVENIENTES DESEMPENHEM O PAPEL DE LEVAR PARA AS SUAS DISCUSSÕES PACTUAÇÕES FEITAS NAS ASSEMBLEIAS DO COMITÊS E TAMBÉM TRAGAM DISCUSSÃO NOS COMITÊS DOS ANSEIOS DAS ENTIDADES MEMBROS E DE SEUS PARES. ESSA AÇÃO É DE SUMA IMPORTÂNCIA, POIS CARACTERIZA OU COLOCA EM PRÁTICA A GESTÃO DE FORMA DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA.</p> <p>MEMBROS QUE ATUEM DE FORMA EFICIENTE E DE FATO REPRESENTATIVA DOS SEUS RESPECTIVOS SEGMENTOS</p>	<p>ENTENDIMENTO POR PARTE DE ALGUNS MEMBROS QUANTO ÀS NECESSIDADES COLETIVAS DA COMUNIDADE E NÃO DOS INTERESSES DA INSTITUIÇÃO A QUE REPRESENTA</p> <p>ESTABELECEER CONSENSO ENTRE OS MEMBROS REPRESENTANTES DOS DIVERSOS SEGUIMENTOS.</p>	<p>PODER PÚBLICO CAMINHA VIA CHAPA BRANCA E SOCIEDADE CIVIL NÃO CONSEGUIR SER EFETIVA (SEM HABILIDADE, PODER DE PARTICIPAÇÃO, ETC)</p> <p>MANTER QUORUM NAS DECISÕES, POIS ESTAMOS NO INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO CBH</p>	<p>NO ALTO JAGUARIBE, A INCLUSÃO DOS REPRESENTANTES DA CHAPADA DO ARARIPE.</p>	<p>CHEGAR A UM CONSENSO QUE SEJA O MELHOR PARA A GRANDE MAIORIA DAS PESSOAS, EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS ABORDADOS NAS REUNIÕES, POIS EXISTE CONFLITO DE INTERESSES ACIMA DA COLETIVIDADE.</p> <p>UNIR OS REPRESENTANTES DOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE E TER OBJETIVIDADE NAS SUAS AÇÕES</p> <p>SE MANTER DENTRO DO PROPÓSITO DO COMITÊ, EVITANDO/ELIMINANDO OS DESVIOS E CONFLITO DE INTERESSES SETORIAIS, O PENSAR COM O TODO E NÃO INDIVIDUALMENTE.</p> <p>A MOBILIZAÇÃO E CONCIENTIZAÇÃO DOS USUÁRIOS.</p> <p>ENTENDIMENTOS DOS MEMBROS, DO PAPEL DE REPRESENTATIVIDADE, OU SEJA, ENTENDO QUE OS MEMBROS, EM SUA MAIORIA, EXPÕEM OPINIÕES PRÓPRIAS E NÃO A DA ENTIDADE QUE REPRESENTA.</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>É A INGERÊNCIA DOS GESTORES DO CBH EM RELAÇÃO À ATUAÇÃO DE GRUPOS ORGANIZADOS CONSTITUÍDOS DE INDIVÍDUOS QUE, EMBORA REPRESENTEM INSTITUIÇÕES, ATUAM EM BENEFÍCIO PRÓPRIO JUNTO A INSTÂNCIAS TÉCNICAS DO CBH (CÂMARAS TÉCNICAS), DIRECIONANDO PRIORIDADES E INVESTIMENTOS PARA ÁREAS ESPECÍFICAS QUE NÃO CORRESPONDEM A DEMANDAS EFETIVAS DIAGNOSTICADAS PELOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO OFICIAIS (RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO E PLANOS DE BACIA HIDROGRÁFICA).</p> <p>REPRESENTATIVIDADE DOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE.</p> <p>DESAFIO MAIOR É O PODER PÚBLICO QUE NÃO DÁ POSSIBILIDADE DA VOZ AOS MENORES</p> <p>A REPRESENTAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE</p>				
PROBLEMAS DE INFRAESTRUTURA RECURSOS	<p>A QUESTÃO FINANCEIRA E APOIO POLÍTICO DIVISÃO DE RECURSOS RECURSOS PARA O SEU FUNCIONAMENTO; POUCOS RECURSOS FINANCEIROS; O MAIOR DESAFIO QUE O CBH ENFRENTOU DURANTE OS OITO ANOS DE SUA</p>	<p>FALTA DE DINHEIRO, DE BONS PROJETOS,</p> <p>FALTA DE RECURSOS PARA EXECUTAR AÇÕES ARTICULADAS EFETIVAS</p>	<p>FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA EXECUÇÃO DA TOMADAS DE DECISÃO</p>	<p>POUCOS RECURSOS FINANCEIROS</p>	<p>FALTA DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES QUE VISEM A RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>EXISTÊNCIA, FOI A FALTA DE RECURSOS, FINANCEIROS, FÍSICO</p> <p>A FALTA DE RECURSOS HUMANOS PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CBH</p> <p>O PRINCIPAL DESAFIO DO CBH GD2 É SE MANTER ENQUANTO ÓRGÃO COM SUAS ATRIBUIÇÕES. FALTAM RECURSOS, NÃO TEMOS A MÍNIMA INFRAESTRUTURA (SEDE, SECRETÁRIA, TELEFONE ETC.).</p> <p>A FALTA DE RECURSOS HUMANOS PARA AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CBH.REGULARIZAÇÃO DA PARTE ADMINISTRATIVA DO CBH (ESCRITÓRIO)</p>	<p>FALTA DE RECURSOS PARA EXECUTAR AÇÕES ARTICULADAS EFETIVAS</p>			
<p>LEGISLAÇÃO: APLICAÇÃO, ALINHAMENTO</p>	<p>O COMITÊ NÃO POSSUI AGÊNCIA QUE FINANCIA SUAS ATIVIDADES. O MESMO CONTOU COM A COLABORAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS. (SEGUIMENTOS)</p> <p>APLICAR A LEI DAS ÁGUAS.</p> <p>FAZER FUNCIONAR O CBH PQ O A VERBA GARANTIDA POR LEI NÃO É REPASSADA.</p> <p>ATUAÇÃO (NO MOMENTO ATUAL) COMO AGÊNCIA DE BH.</p>				<p>NO CASO DOS CBHS ESTADUAIS, COMO O NOSSO CASO, O MAIOR DESAFIO É CONQUISTAR O PODER DE DECISÃO DEFINIDA NA LEI FEDERAL, POIS OS ESTADOS ESTÃO SE APODERANDO, ATRAVÉS DAS LEIS ESTADUAIS, DE MUITAS ATRIBUIÇÕES QUE SÃO DOS CBHS POR DEFINIÇÃO DA LEI NACIONAL.</p> <p>ALINHAMENTO DOS MARCOS REGULATÓRIOS.</p> <p>DEFICIÊNCIAS DO SISTEMA (SIGRHI) PROPICIAR DE FATO GESTÃO DESCENTRALIZADA, PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA.</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
INSTRUMENTOS DE GESTÃO: APLICAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO	<p>APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO VERIFICAÇÃO DE OUTORGAS IRREGULARES</p> <p>ELABORAÇÃO DO PROJETO DE COBRANÇA DA ÁGUA</p> <p>COBRANÇA DA ÁGUA É A EXECUÇÃO DOS RECURSOS DEVIDOS AS DIFICULDADES EXISTENTE NO MEIO AMBIENTE</p> <p>OUTORGA, COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA</p> <p>PROMOVER A GESTÃO EFETIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS, CONSIDERANDO OS DIVERSOS ASPECTOS DA COMPLEXIDADE QUE COMPREENDE A REALIDADE DA BACIA, COM ÊNFASE NA SUPERAÇÃO DE CONFLITOS CAUSADOS PELO MAU USO DA ÁGUA.</p> <p>IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.</p> <p>IMPLANTAR AS AÇÕES DE RECUPERAÇÃO PREVISTO NA ETAPA C DO PLANO.NÃO TEMOS IMPLANTADAS E FUNCIONANDO, COM CONSTÂNCIA, DUAS DAS PRINCIPAIS, COBRANÇA E CÂMARAS TÉCNICAS.</p> <p>E O DESCASO DO GOVERNO PELO MESMO POR NÃO EXECUTAR COBRANÇAS DE USO DA ÁGUA</p>	<p>A GESTÃO DAS ÁGUAS E A OUTORGA DE CONCESSÕES DE USO PARA DIFERENTES NICHOS.</p> <p>APLICAÇÃO AMPLA DOS RECURSOS COM INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.</p> <p>INICIAR A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA. ELABORAR O PLANO DE BACIAS</p>	<p>IMPLEMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA</p> <p>TORNAR O PLANO DA BACIA CONSTRUÍDO DE FORMA TRIPATITE UM ESTRTURADOR DAS POLÍTICAS PRIVADAS E PUBLICAS NO TERRITORIO</p> <p>ATINGIR AS METAS PROPOSTAS NOS PLANOS DE BACIA EM CONCORDÂNCIA COM OS RELATÓRIOS DE SITUAÇÕES</p> <p>FALTA DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA EXECUÇÃO DA TOMADAS DE DECISÃO (NOSSO ESTADO NÃO TEM AGÊNCIA DE ÁGUAS E NEM DELEGATÁRIA, PASSANDO A SER POUCO É POSSÍVEL APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO LEGAL, COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA)</p> <p>CONSEGUIR CONCRETIZAR AÇÕES QUE ESTÃO PLANEJADAS, COMO O PRÓPRIO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>APLICAR OS RECURSOS FINANCEIROS COM BONS PROJETOS E EFICIÊNCIA NA BACIA</p> <p>OS CBHS QUE NÃO TEM COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA TÊM GRANDE DESAFIOS TAIS COMO OPERACIONALIZAR E COMPARTILHAR A GESTÃO DE ÁGUA DENTRO DOS CBHS.</p>		<p>MONITORAR UM BEM EM CONSTANTE FALTA, DEVIDO À GRANDE SECA QUE ASSOLA O NORDESTE BRASILEIRO.</p> <p>FISCALIZAÇÃO</p> <p>CONFLITO DE USOS DOS MAIS DIVERSOS SETORES INSERIDOS NA BACIA HIDROGRÁFICA E APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA A RECUPERAÇÃO HIDROAMBIENTAL DE SEUS AFLUENTES.</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
GARANTIA DE ACESSO A ÁGUA	<p>GARANTIR ÁGUA SUFICIENTE E DE BOA QUALIDADE PARA AS FUTURAS GERAÇÕES</p> <p>CONSEGUIR QUE TODOS HABITANTES DOS MUNICÍPIOS COMPONENTES DOS CBHS SEJAM ABASTECIDOS COM ÁGUAS DE BOA QUALIDADE.</p> <p>CONSEGUIR A REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA TRATADA QUE EM ALGUNS MUNICÍPIOS CHEGA A 40%.</p> <p>CONSEGUIR MAIOR INTERESSE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO PLANEJAMENTO DE URBANIZAÇÃO CONSIDERANDO-SE A DISPONIBILIDADE DE ÁGUA E DESTINAÇÃO DOS ESGOTOS</p>		<p>DISTRIBUIR DE MANEIRA JUSTA A ÁGUA QUE É POUCA.</p> <p>OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA TAMBÉM É UM GRANDE DESAFIOS PARA SE ACHAR UMA SOLUÇÃO ADEQUADA.</p>	<p>SERTÃO: LIBERAÇÃO DAS ÁGUA DO AÇUDE FLOR DO CAMPO (NOVO ORIENTE) PARA O AÇUDE DE CARNAUBAL EM CRATEÚS.</p>	
GESTÃO INTERNA DO CBH E GERENCIAMENTO	<p>CRÉDITO DOS GOVERNANTES/ADMINISTRADORES (MUNICÍPIO/ESTADO)</p> <p>GERENCIAR TODOS INTERESSES COM VISTAS A EFETIVAMENTE PRESERVAR A ÁGUA DE FATO, OS INTERESSES TRANSCENDEM A NECESSIDADE DE PRESERVAR O ÚNICO INSTRUMENTO EFETIVO QUE DEMONSTRA EFETIVAMENTE QUE TODAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTÃO SENDO EFICAZES.</p> <p>ATENDER A TODA A DEMANDA.;</p> <p>CONSEGUIR ATENDER TODAS AS DEMANDAS QUE O COMITÊ DE BACIAS DEVE ENFRENTAR.</p>		<p>UMA RELAÇÃO AMIGÁVEL ENTRE OS SEGMENTOS ESTADOS, SOCIEDADE CIVIL E PREFEITURAS.</p> <p>TRABALHO EM PARCERIA O COMPROMETIMENTO ENTRE OS SEGMENTOS ENVOLVIDOS...PRINCIPALMENTE EM ATIVIDADES RELACIONADAS A ÁREA AMBIENTAL</p> <p>OBJETIVIDADE E PRATICIDADE DAS AÇÕES DO COMITÊ</p> <p>CONSEGUIR REALIZAR ESSA GESTAO CPM QUALIDADE E ISONOMIA</p> <p>FAZÊ-LO FUNCIONAR EM SUA TOTALIDADE (O QUE NÃO ACONTECE).</p>		<p>MELHORAR A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS AÇÕES DOS CBHS VISANDO A MELHORIA/MANUTENÇÃO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA EM PATAMARES ADEQUADOS PARA AS GERAÇÕES ATUAIS E FUTURAS.</p> <p>O MAIOR DESAFIO É COLOCAR EM PRÁTICA DE FATO AS OBRIGAÇÕES DOS COMITÊS, PRINCIPALMENTE ELIMINANDO O VIÉS POLÍTICO QUE MUITAS VEZES SE INSTALA NOS COMITÊS.</p> <p>FALTA DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES ;</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
					PROMOVER REUNIÕES PRODUTIVAS E CURTAS
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	A BAIXA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E A BAIXA EFETIVIDADE DAS AÇÕES PLANEJADAS PELO CBH DEVIDO A NÃO EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA DE BACIA (SECRETARIA EXECUTIVA); DESAPARELHAMENTO.	FAZER COM QUE OS MUNICÍPIOS APRESENTEM PROJETOS CLAROS E OBJETIVOS. A COMUNICAÇÃO INTRA E INTER INSTITUCIONAL E A COMUNIDADE. FALTA DE DIALOGO COM OS DEMAIS COMITÊS DO ESTADO, PRINCIPALMENTE O DA METROPOLITANA POIS DEPENDE DE ALOCAÇÃO DE ÁGUA DE OUTROS DOIS COMITÊS DO ALTO E MÉDIO JAGUARIBE. APOIO EFETIVO DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS PARA OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICAS; PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIOS	CONSEGUIR QUE OS MUNICÍPIOS ENXERGUEM O PLANO DE BACIAS OU DE RECURSOS HÍDRICOS, DENTRO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL (PLANOS DIRETORES DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL, SANEAMENTO, RECURSOS HÍDRICOS, MACRODRENAGEM, RESÍDUOS SÓLIDOS, ETC		DESAPARELHAMENTO INTEGRAÇÃO DE TODOS OS PARCEIROS CONCILIAR S AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS COM AS POLÍTICAS PUBLICAS.

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
<p>CONHECIMENTO SOBRE O CBH</p> <p>INTERNAMENTE</p> <p>EXTERNAMENTE</p>	<p>O ENTENDIMENTO DO PAPEL DE UM CBH NA GESTÃO DAS ÁGUAS POR MEMBROS E A SOCIEDADE EM GERAL</p> <p>AMADURECIMENTO DO COMITÊ DE BACIA COMO ENTE DE ESTADO QUE O É, OU SEJA, TER MEMBROS EM SUA COMPOSIÇÃO QUE SAIBAM O QUE É E O QUE FAZ O COMITE E QUE ATUEM DE FORMA EFICIENTE E DE FATO REPRESENTATIVA DOS SEUS RESPECTIVOS SEGMENTOS.</p>	<p>FALTA DE CONHECIMENTO DO COMITÊ POR PARTE DA POPULAÇÃO EM GERAL, APESAR DE TODAS AS AÇÕES REALIZADAS DE DIVULGAÇÃO DO TRABALHO DO CBH-SMG.</p> <p>A FALTA DE DIVULGAÇÃO PERANTE A SOCIEDADE GERA A FALTA DE CONHECIMENTO DE TODOS NA EXISTÊNCIA DO CBH E A SUA FUNÇÃO.</p> <p>DEVIDA A FALTA DESTE DESCONHECIMENTO</p> <p>A FALTA DE CREDIBILIDADE NESTA INSTANCIA QUE PODERIA SER GRANDE DIFUSORA DE CONHECIMENTO E AJUDA NA DISTRIBUIÇÃO EQUÂNIME DE RECURSOS PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS.</p>	<p>MAIOR VISIBILIDADE AO COMITE PERANTE A SOCIEDADE EM GERAL.</p> <p>OS PROPRIOS MEMBROS MUITAS VEZES DESCONHECEM O REAL SIGNIFICADO DA EXISTENCIA DO COMITE.</p> <p>CONHECER QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE OS RECURSOS DISPONÍVEIS E TER MAIS AUTONOMIA NA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES.</p> <p>ENTENDER QUAL O EU PAPEL E COMPREENDER AS VARIAS NUANCES DA GESTÃO DA ÁGUA PARA ALÉM DA ALOCAÇÃO DA ÁGUA ENTRE OS VÁRIOS USUÁRIOS.</p>		<p>DISSEMINAR A IMPORTÂNCIA DO CBH PARA A SOCIEDADE.</p> <p>SER ENTENDIDO PELA COMUNIDADE, QUE SUA FUNÇÃO ESTEJA CLARA AOS OUTROS QUE NÃO ESTÃO DIRETAMENTE DENTRO DE UM CGBH.</p> <p>CAPACITAÇÃO, FALTA DE ENTENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM GERAL</p>

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL; CONSCIENTIZAÇÃO; PERCEPÇÃO	A CONSCIENTIZAÇÃO E AÇÃO EFETIVA REFERENTE AOS RECURSOS HÍDRICOS. DESENVOLVER EDUCAÇÃO AMBIENTAL;	O ENVOLVIMENTO CONSCIENTE DOS PARTICIPANTES QUE NÃO FAZEM PARTE DAS CÂMARAS TÉCNICAS	CONSCIENTIZAR O USUÁRIO DA IMPORTANCIA DE PRESERVAR A ÁGUA SÃO DOIS GRANDES DESAFIOS. O PRIMEIRO É ENXERGAR A BACIA COMO UM TODO, COMO UM ÚNICO ORGANISMO, ENTENDENDO QUE UMA VEZ AS PRIORIDADES DA BACIAS IDENTIFICADAS E SUPRIDAS, TODAS AS REGIÕES E MUNICÍPIOS GANHARÃO EM QUALIDADE DA ÁGUA E GESTÃO. DESSA FORMA AS AÇÕES PONTUAIS E POUCO IMPACTANTES NÃO SERIAM MAIS BUSCADAS E REDUZIRIAM OS RESULTADOS DA GESTÃO. O SEGUNDO É O ENTENDIMENTO ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENXERGÁ-LA COMO FERRAMENTA FUNDAMENTAL E EFETIVA E NÃO COMO ALGO DISPENSÁVEL E INFRUTÍFERO. SENSIBILIZAÇÃO O ENTENDIMENTO DE QUE A BACIA É A PRIORIDADE DE DISCUSSÃO E NÃO OS INTERESSES PESSOAIS.		FALTA DE PESSOAS COM UM NÍVEL DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL ELEVADO A MOBILIZAÇÃO E CONCIENTIZAÇÃO DOS USUÁRIOS.
DESENVOLVIMENT DE TÉCNICAS ESTUDOS	APLICAÇÃO DE TÉCNICAS NÃO MUITO CONHECIDAS NA COMPREENSÃO DA MOVIMENTAÇÃO DA ÁGUA AO LONGO DO CICLO HIDROLÓGICO NA BACIA FAZER COM QUE AÇÕES DE GESTÃO SEJAM EMBASADAS EM ESTUDOS TÉCNICO/CIENTÍFICOS.				

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS MEMBROS Difusão tecnológica	CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS, PARA QUE POSSAM EFETUAR PLEITOS COM EFICIÊNCIA E EFICÁCIA. (SOBRETUDO GESTORES MUNICIPAIS) FALTAM TREINAMENTOS PARA OS CONSELHEIROS FALTA DE CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS;		OS MEMBROS SE EMPODERAREM, SE APROPRIAREM DO SEU PAPEL, SE CAPACITAREM E CONHECEREM SUAS ATRIBUIÇÕES E AGIREM BASEADO NELAS, ISTO É, REIVINDICAREM SEU PAPEL DENTRO DO SISTEMA E FORMAÇÃO DE PESSOAS, ESPECIALMENTE GOVERNANTES EM TODOS OS NÍVEIS DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO		FALTA DE PESSOAS CAPACITADAS
QUESTÕES EXTERNAS AO CBH (MAS QUE INTERFEREM NAS AÇÕES, METAS..)	AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO BAIXO PARDO/GRANDE APRESENTA VÁRIOS PROBLEMAS AMBIENTAIS, TAIS COMO: PERDA ACENTUADA DE ÁGUA SUPERFICIAL PROVOCADA PELO INTENSO DESMATAMENTO E ACELERAÇÃO DO PROCESSO EROSIVO EM ÁREAS URBANAS E RURAIS; PERDA DE SOLOS FÉRTEIS; ASSOAREAMENTO E RISCO DE DESPERENIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA; LANÇAMENTO DE ESGOTOS URBANOS NÃO TRATADOS; DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE LIXO; EXPLORAÇÃO SEM CONTROLE DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E O AUMENTO CRESCENTE DA DEMANDA DE ÁGUA, ESPECIALMENTE PARA USO EM IRRIGAÇÃO. A CONSCIENTIZAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS QUE OCUPAM AS MARGENS DO RIO, DEVASTANDO A MATA CILIAR E RARAMENTE PLANTANDO PROTEGER A ÁREA DE	A FALTA D'ÁGUA. A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E O USO RACIONAL DA ÁGUA PELA POPULAÇÃO QUE DELA USUFRUI. DESPOLUIÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS E CRISE HÍDRICA	EM RELAÇÃO À GESTÃO DAS ÁGUAS O DESAFIO MAIOR É O DE CONTROLAR A SUPER EXPLORAÇÃO DO AQUIFERO GUARANI. A SECA E A CONSEQUENTE ESCASSEZ DE ÁGUA. SANEAMENTO BÁSICO / TRATAMENTO DE ESGOTOS (REDUÇÃO DA CARGA ORGÂNICA LANÇADA IN NATURA EM NOSSOS RIOS) E REVEGETAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ESPECIALMENTE OLHOS D'AGUA / MINAS E MATA CILIAR). É DA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS DE MENOR BUROCRACIA.	NO SALGADO, A GESTÃO DA ÁGUA SUBTERRÂNEA COMPATIBILIZANDO AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO COM A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.	O MAIOR DESAFIO DO CBH PCJ É SUA BAIXA DISPONIBILIDADE HÍDRICA, AGRAVADA PELO SISTEMA CANTAREIRA, ONDE É REGIÃO DE CABECEIRA. SEGUNDO DADOS DA ONU, BACIA SUSTENTÁVEL APRESENTE DISPONIBILIDADE HÍDRICA DE 3.500 M ³ /HABITANTE. ANO ; BACIA POBRE APRESENTA 2.500 M ³ /HAB. ANO E CRÍTICA = 1.500 M ³ /HÁB. ANO AS BACIAS PCJ APRESENTAM 408 M ³ / HAB. ANO E NA ÉPOCA DE ESTIAGEM CHEGA A 298,79 M ³ / HAB. ANO

CATEGORIAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODE PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>RECARGA DO AQUÍFERO GUARANI</p> <p>A FALTA DE ÁGUA. MAIS MUITO MAIS É O DESRESPEITO DA POPULAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE, JOGANDO LIXO E ESGOTO NO LEITO DOS RIOS.</p> <p>USO INADEQUADO DA ÁGUA.</p> <p>ACOMPANHAMENTO DA BAIXA DO LEITO DO RIO VERDE E SEUS AFLUENTES;</p> <p>O CONFLITO GERADO PELA TENTATIVA DE PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA MINERAL</p> <p>É A FALTA DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS APÓS UMA LONGA ESTIAGEM QUE FEZ SECAR OS RESERVATÓRIOS;</p>				

Observação: Nos espaços vazios não ocorreram apontamentos dos membros para estas categorias de análise.

APÊNDICE F. COMENTÁRIOS ADICIONAIS DA QUESTÃO SOBRE AVALIAÇÃO DAS REUNIÕES DO CBH, DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

SOCIEDADE CIVIL
A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA PREFEITURAS MUNICIPAIS NAS PLENÁRIAS SÓ OCORREM QUANDO A VOTAÇÃO DOS PROJETOS, NO MAIS A AUSÊNCIA E UM FATOR NEGATIVO, MUITO DAS VEZES O INDICADO. E UM COMISSIONADO QUE NÃO ESTÁ MUITO COMPROMISSADO COM A GESTÃO HÍDRICA.
A PREDOMINÂNCIA DAS VAGAS DOS SEGMENTOS ESTÁ PARA O SETOR PÚBLICOS E SETOR ECONÔMICO.
AÇÃO MAIS PROTAGONISTA E ARTICULADORA
ALGUMAS REUNIÕES NÃO TÊM QUÓRUM.
COM BASE NA OBSERVAÇÃO DA ATUAÇÃO DO COMITÊ DO RIO MIRANDA E DO RIO IVINHEMA, EM MS
COM RELAÇÃO AO APOIO OPERACIONAL PARA PARTICIPAÇÃO DA REUNIÃO: PELA DIFICULDADES QUE PAIS HOJE PASSA (FINANCEIRA E POLÍTICA), SE NÃO FOSSE O APOIO DOS MEMBROS, SERIA MUITO DIFÍCIL QUE OUTROS ESTAR INDO AS REUNIÕES.
CONSEGUIR PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DOS MEMBROS NAS PLENÁRIAS, CÂMARAS TÉCNICAS GRUPOS DE TRABALHO ETC. A SOCIEDADE CIVIL É PREJUDICADA POR NÃO SER RESARCIDA DAS DESPESAS DE VIAGENS, ALIMENTAÇÃO ETC.
DURANTE A MINHA PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARDO, PERCEBO QUE SÃO SEMPRE AS MESMAS PESSOAS QUE SE ENVOLVEM E IDENTIFICO DIVERSOS MOTIVOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1) FALTA DE INTERESSE PESSOAL 2) FALTA DE APOIO (DESLOCAMENTO, DISPENSA NO TRABALHO) 3) FALTA DE DIVULGAÇÃO PRÉVIA DAS PAUTAS, DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS DAS REUNIÕES 4) FALTA DE DIVERSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DAS REUNIÕES (QUE SE CONCENTRA NO MUNICÍPIO SEDE) 5) FALTA DE ABERTURA AO DIÁLOGO PARA A PROPOSIÇÃO DE NOVAS IDEIAS (POR PARTE DE QUEM PARTICIPA DA CÂMARA HÁ MAIS TEMPO).
FALTA REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
HÁ AINDA UMA GRANDE ASSIMETRIA NO SIETEMA DE REPRESENTATIVIDADE PARA GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS POIS A REPRESENTAÇÃO DO "ESTADO" (SMA E PREFEITURAS) AINDA É MUITO MAIOR QUE A DOS DEMAIS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO
O ASPECTO RESSALTADO COMO NEGATIVO DIZ RESPEITO À FALTA DE UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DOS ATORES COMO PROTAGONISTAS, AJUDANDO A PROBLEMATIZAR A SITUAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA E ALIMENTANDO AS DISCUSSÕES DO COMITÊ. ISSO É ALGO AINDA DISTANTE.
O COMITÊ DEVE DAR MAIS ESPAÇO A PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE COMO UM TODO, DIFERENTEMENTE DA, DAS ATUAÇÕES EXERCIDAS ATUALMENTE, QUE SOMENTE VISAM FOMENTAÇÃO DE OBRAS DE INTERESSE POLÍTICO.
O TEMPO DE REUNIÃO DEVERIA SER MAIOR PARA HAVER MAIS TEMPO PARA OS DEBATES.
OS APONTAMENTOS ACIMA REFEREM-SE ÀS REUNIÕES DO CBH-TG, POIS AINDA NÃO PARTICIPEI DE MUITAS REUNIÕES DO CBH-GRANDE. CABE RESSALTAR QUE NÃO HÁ QUALQUER TIPO DE CONSULTA AOS MEMBROS SOBRE A FORMULAÇÃO DAS PAUTAS, SENDO ESTAS DEFINIDAS PELA DIRETORIA. DE MANEIRA GERAL, NÃO HÁ INCENTIVO REAL AO DEBATE DURANTE AS REUNIÕES DO PLENÁRIO, TAMPOUCO À MANIFESTAÇÃO DOS MEMBROS SOBRE OS ASSUNTOS EM PAUTA, QUE SÃO TRATADOS DE MANEIRA PROCEDIMENTAL. A LINGUAGEM DOS QUE MAIS USAM A PALAVRA DURANTE AS REUNIÕES - SECRETARIA EXECUTIVA E COORDENADORES DE CÂMARA TÉCNICA - É MUITO TÉCNICA, E EXPRESSA DE MODO A CONCEBER QUE TODOS OS MEMBROS CONHEÇAM OS JARGÕES UTILIZADOS NA "GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS". ESSA LINGUAGEM PODE SER, INCLUSIVE, UM DOS MOTIVOS PELOS QUAIS OS MEMBROS POUCO DE MANIFESTAM DURANTE AS REUNIÕES.

OS MEMBROS SÃO OUVIDOS EM NOSSAS REUNIÕES DO CBH E A AGÊNCIA DE BACIAS NÃO MEDE ESFORÇA PARA FACILITAR O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS.
PAUTAS SEMPRE EXCESSIVAS
PELO FATO DE O COMITÊ PARDO NÃO SER TÃO GRANDE, AS PESSOAS SE CONHECEM E OS PROBLEMAS SÃO MAIS FACILMENTE CONHECIDOS POR TODOS.
QUE SEJAM DESENVOLVIDAS AÇÕES PARA FORTALECIMENTO DAS COMISSÕES GESTORAS, OPORTUNIZANDO O ENVOLVIMENTO DOS VÁRIOS SEGMENTOS DAS COMUNIDADES .
RESPOSTAS REFERENTE AO CBH GD1
SE TIVÉSSEMOS UM ESCRITÓRIO COM O MINIMO DE ESTRUTURA SERIA BEM MELHOR
SIM, A REPRESENTATIVIDADE DEVE SER PROPORCIONAL E NÃO DA FORMA ATUAL, POIS A SOCIEDADE CIVIL RESPONDE POR 20 % APENAS, ASSIM O PESO E AS DEMANDAS TRAZIDAS POR ESTA REPRESENTAÇÃO AS VEZES NÃO SÃO CONSIDERADAS POIS CONFLITA COM OS INTERESSES DOS USUÁRIOS, EMBORA ESTES ESQUECEM TAMBÉM QUE TÊM NECESSIDADE COMO SOCIEDADE CIVIL, OU SEJA DESSEDENTAÇÃO.
SIM: APESAR DA CORDIALIDADE NOS ENCONTROS, CANSEI-ME DA INUTILIDADE. AÇÕES E PROPOSTAS DE MÉRITO MISTURAM-SE EM DESVANTAGEM ÀS QUE LHES SÃO OPOSTAS. JOGA-SE COM UM BARALHO VICIADO. LÓGICA E RACIONALIDADE SÃO SECUNDÁRIOS.
SOBRE A CONTRIBUIÇÃO: ACREDITO QUE NÃO EXISTA ESSA CONTRIBUIÇÃO, MAS INFELIZMENTE TAMBÉM NÃO PARTICIPO; SOBRE O DESDOBRAMENTO: A COMUNICAÇÃO QUE A PRESIDÊNCIA PROMOVE, PARA MIM ESTÁ SATISFATÓRIA, MAS É QUE PELA PEQUENA PARTICIPAÇÃO DE TODOS, E ME INCLUO, OS DESDOBRAMENTOS E DESENCADEAMENTOS SÃO POUCOS E LENTOS, POR ISSO ME COLOQUEI INSATISFEITA - PRECISAMOS MELHORAR.
SOBRE O DESLOCAMENTO PARA MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL SERIA IMPORTANTE O SUBSÍDIO PORQUE NÃO HÁ CONDIÇÕES DE REALIZAR VIAGENS COM RECURSOS PRÓPRIOS.
SOU COORDENADOR DA CT-AS E PERCEBO QUE AS DISCUSSÕES SÃO ENCAMINHADAS POR UM GRUPO PEQUENO DE PESSOAS
PODER PÚBLICO MUNICIPAL
AS INFORMAÇÕES CHEGAM COM BASTANTE ATRASO; GRANDE DISTANCIA DOS MUNICÍPIOS DO LOCAL ONDE SÃO FEITAS AS REUNIÕES DE CÂMARA TÉCNICA, QUE GERALMENTE DISCUTEM OS ASSUNTOS PARA A PLENÁRIA, DIFICULTAM A ASSIDUIDADE DOS MEMBROS QUE SE ENCONTRAM MAIS LONGE. O DESMONTE DA ATUAÇÃO E CAPACIDADE DELIBERATIVA DO SUBCOMITÊ COTIA GUARAPIRANGA PREJUDICOU MUITO A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E SOCIEDADE CIVIL JUNTO AO COMITÊ DO ALTO TIETÊ QUE HOJE DELIBERA COM POUCA PARTICIPAÇÃO.
EM FUNÇÃO DE OS DESDOBRAMENTOS DOS ASSUNTOS TRATADOS NÃO DEPENDEREM EXCLUSIVAMENTE DO CBH, MUITAS VEZES NÃO SURTEM OS RESULTADOS ESPERADOS.
POR VEZES É MUITO POLÍTICO AS REUNIÕES E POUCA AÇÃO
QUE OS MUNICÍPIO TIVESSE MAIS CADEIRA PARA VOTO DENTRO DO COMITÊ
PODER PÚBLICO ESTADUAL
A QUESTÃO MAIOR, A MEU VER, ESTÁ LIGADA AO TRATAMENTO APENAS NO NIVAL TEÓRICO DAS QUESTÕES, SEM NENHUMA PRÁTICA QUE OU AÇÃO QUE DE CONCRETUDE AO QUE SE DISCUTE
A LINGUAGEM DEVE SER MENOS TÉCNICA QUANDO O PÚBLICO É DIVERSIFICADO E HETEROGÊNEO, PARA ATINGIR A TODOS. A FALTA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS CTS E SETORES AFETAM OS DESDOBRAMENTOS E COMUNICAÇÃO.
A PARTICIPAÇÃO TEM QUE SER MAIOR E NÃO PODE FICAR SÓ A CARGO DOS ÓRGÃOS DO ESTADO
AÇÃO MAIS PROTAGONISTA E ARTICULADORA
ALGUNS COMITÊS NÃO APROVEITAM SUAS PAUTAS PARA CAPACITAREM SEUS MEMBROS; OUTROS NÃO MODERAM O TEMPO E COMPROMETEM A PAUTA, OUTROS SÓ COLOCAM ASSUNTOS QUE NÃO DISCUTEM A FUNDO OS PROBLEMAS DA BACIA
ATUALMENTE É IMPORTANTE A PRESENÇA DO COMITÊ DENTRO DAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO A PARTIR DA FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS DO SÉTIMO ANO ATÉ O TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO.
COM O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS PARA OS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL, A PARTICIPAÇÃO PODERÁ SER MAIS EFETIVA.
É UMA TRADIÇÃO NO CBH-MOGI DESDE DE SUA FUNDAÇÃO EM 1996 QUE SUAS REUNIÕES PLENÁRIAS SEJAM SEDIADAS ALTERNADAMENTE PELOS 38 MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COMITÊ TRANSMITINDO A TODOS O SENTIMENTO QUE ESTAMOS NO MESMO BARCO (NA MESMA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS) EM QUE PESE AS DISTÂNCIAS.

ESTE COMITÊ BASTANTE PARTICIPATIVO
HOJE O SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL AINDA NÃO TEM O APOIO FINANCEIRO PARA SUA LOCOMOÇÃO. ENQUANTO QUE OS OS MEMBROS DOS DEMAIS SEGMENTOS TEM TOTAL APOIO.
NOSSO CBH ESTÁ BUSCANDO JUNTO AO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CEHIDRO, A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DO NOSSO CBH
NOSSO CBH ESTÁ NO INÍCIO DE IMPLANTAÇÃO
O IMPORTANTE DESTES QUESITOS É QUE TEM UM PESSOAL BEM PREPARADO E SEMPRE COM ENTUSIASMO DE ENSINAR E APRENDER. HÁ MUITOS JOVENS SE INTEGRANDO E QUE TÊM MUITO A CONTRIBUIR PARA OS COMITÊS.
O PREENCHIMENTO FOI LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO REUNIÕES DA CTEA DO CRH, UMA VEZ QUE NÃO SOU MEMBRO DO CRH, APENAS DA CTEA.
POUCA PRESENÇA DO SEGUIMENTO MUNICIPAL NAS REUNIÕES
SIM. CONSIDERO IMPORTANTE A CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS COLEGIADOS, ENQUANTO MEMBROS DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS.
TRABALHAMOS COM PESSOAS QUALIFICADAS E SINCERAMENTE DEDICADAS AO OFÍCIO.
PODER PÚBLICO FEDERAL
NO SALGADO HÁ DIVERSIFICAÇÃO NO LOCAL DAS REUNIÕES. NO ALTO JAGUARIBE HÁ CONCENTRAÇÃO DAS REUNIÕES EM IGUATU/CE. NO SALGADO HÁ MAIOR ESFORÇO PARA APOIAR DESLOCAMENTOS DOS DELEGADOS QUE NO ALTO JAGUARIBE.
QUANTIDADE DE REPRESENTANTES PRESENTES ÀS REUNIÕES OU QUANTIDADE DE MEMBROS EM SEU SENTIDO FORMAL? A CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS A QUE SE REFERE A PERGUNTA BUSCA COMPREENDER A POSSIBILIDADE E OPORTUNIDADE OU QUALIDADE E PERTINÊNCIA DAS INTERVENÇÕES. NÃO ACHEI QUE A SUA PERGUNTA FOI CLARA, MAS NÃO SEI SE ESSA ERA A INTENÇÃO.
USUÁRIOS DE ÁGUA
NECESSIDADE DE MELHORIA DA OBJETIVIDADE E PRIORIZAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, BEM COMO FALTA DE QUALIFICAÇÃO DE PARTE DOS MEMBROS PARA DISCUSSÕES TÉCNICAS. NECESSIDADE DE MAIOR APOIO TÉCNICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE MINUTAS E MATERIAL TÉCNICO PREPARATÓRIO E O ATENDIMENTO DOS ENCAMINHAMENTOS. ENTENDO QUE TEM POUCOS REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS PAGADORES E MUITOS DOS QUE PODEM VIR A RECEBER BENEFÍCIOS FINANCEIROS.
GOSTARIA DE DESTACAR A POUCA OBJETIVIDADE DOS ASSUNTOS TRATADOS
NA ATUALIDADE, EM FUNÇÃO DA CRISE ECONÔMICA, ALGUNS MUNICÍPIOS NÃO TEM APOIADO A PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS NAS REUNIÕES (PRINCIPALMENTE DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL)
NO NOSSO ESTADO NÃO TEMOS AGENCIA DE BACIAS, MAS UMA COMPANHIA DE GESTÃO, COGERH, A QUAL EXERCE A FUNÇÃO DE SECRETARIA EXECUTIVA DOS CBHS, COM TOTAL GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO. MUITAS VEZES FRAGILIZANDO OS CBHS.
O ESTADO DEVERIA PROPORCIONAR MAIOR APOIO NO CONTROLE LEGAL DAS ÁREAS HIDRÁULICAS, PRINCIPALMENTE NAS ÁREAS DOS RESERVATÓRIOS.
PRECISAMOS EVOLUIR NO ENTROSAMENTO E NA OPERACIONALIZAÇÃO DO COMITÊ.
SIM. CONSIDERO IMPORTANTE A CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS COLEGIADOS, ENQUANTO MEMBROS DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS.
SIM: APESAR DA CORDIALIDADE NOS ENCONTROS, CANSEI-ME DA INUTILIDADE. AÇÕES E PROPOSTAS DE MÉRITO MISTURAM-SE EM DESVANTAGEM ÀS QUE LHE SÃO OPOSTAS. JOGA-SE COM UM BARALHO VICIADO. LÓGICA E RACIONALIDADE SÃO SECUNDÁRIOS.

Quadro adicional- divisão dos comentários por novas situações, por segmento.

CONSIDERAÇÕES	SOCIEDADE CIVIL	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
QUANTIDADE DE REPRESENTANTES (MEMBROS).	<p>A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS NAS PLENÁRIAS SÓ OCORREM QUANDO A VOTAÇÃO DOS PROJETOS, NO MAIS A AUSÊNCIA E UM FATOR NEGATIVO, MUITO DAS VEZES O INDICADO. E UM COMISSIONADO QUE NÃO ESTÁ MUITO COMPROMISSADO COM A GESTÃO HÍDRICA.</p> <p>HÁ AINDA UMA GRANDE ASSIMETRIA NO SISTEMA DE REPRESENTATIVIDADE PARA GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS POIS A REPRESENTAÇÃO DO "ESTADO" (SMA E PREFEITURAS) AINDA É MUITO MAIOR QUE A DOS DEMAIS SEGMENTOS DA POPULAÇÃO</p>	MUNICÍPIO DEVERIA TER MAIS CADEIRA PARA VOTO DENTRO DO CBH	-	<p>QUANTIDADE DE REPRESENTANTES PRESENTES ÀS REUNIÕES OU QUANTIDADE DE MEMBROS EM SEU SENTIDO FORMAL? A CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS A QUE SE REFERE A PERGUNTA BUSCA COMPREENDER A POSSIBILIDADE E OPORTUNIDADE OU QUALIDADE E PERTINÊNCIA DAS INTERVENÇÕES. NÃO ACHEI QUE A SUA PERGUNTA FOI CLARA, MAS NÃO SEI SE ESSA ERA A INTENÇÃO.</p> <p>ENTENDO QUE TEM POUCOS REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS PAGADORES E MUITOS DOS QUE PODEM VIR A RECEBER BENEFÍCIOS FINANCEIROS.</p>	-
DIVERSIFICAÇÃO DO LOCAL (MUNICÍPIO) DAS REUNIÕES.	-	-	-	-	-
FORMAS DE COMUNICAÇÃO SOBRE A REUNIÃO (AVISO DA REUNIÃO, DIVULGAÇÃO DO LOCAL, DATA, PAUTA).	-	-	-	-	-
APOIO OPERACIONAL E LOGÍSTICO PARA PARTICIPAR DA REUNIÃO (DESLOCAMENTO, DISPENSA, RECURSOS).	A SOCIEDADE CIVIL É PREJUDICADA POR NÃO SER RESARCIDA DAS DESPESAS DE VIAGENS, ALIMENTAÇÃO ETC.	-	IMPORTANTE FAZER O RESSARCIMENTO PARA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	-	-
LINGUAGEM UTILIZADA DURANTE A REUNIÃO (COMPREENSÃO DO QUE FOI DITO).	A LINGUAGEM DOS QUE MAIS USAM A PALAVRA DURANTE AS REUNIÕES - SECRETARIA EXECUTIVA E COORDENADORES DE CÂMARA TÉCNICA - É MUITO TÉCNICA, E EXPRESSA DE MODO A CONCEBER QUE TODOS OS MEMBROS CONHEÇAM OS JARGÕES UTILIZADOS NA "GESTÃO DE	-	-	-	-

	RECURSOS HÍDRICOS". ESSA LINGUAGEM PODE SER, INCLUSIVE, UM DOS MOTIVOS PELOS QUAIS OS MEMBROS POUCO DE MANIFESTAM DURANTE AS REUNIÕES.				
PRESENÇA PROPORCIONAL DOS SEGMENTOS (SOCIEDADE CIVIL, USUÁRIOS E PODER PÚBLICO).	A PREDOMINÂNCIA DAS VAGAS DOS SEGMENTOS ESTÁ PARA O SETOR PÚBLICOS E SETOR ECONÔMICO. FALTA REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS MENOR REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	-	POUCA PRESENÇA DO PODER PUBLICO MUNICIPAL AFETA	FALTA DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	-
ABERTURA, APOIO, INCENTIVO E RESPEITO PARA EMITIR SUA OPINIÃO DURANTE A REUNIÃO.	-	-	-	-	-
CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ NA FORMULAÇÃO DAS PAUTAS.	PAUTAS NO TG SÃO DEFINIDAS PELA DIURETORIA	-	-	-	-
TAMANHO DAS PAUTAS.	-	-	-	-	-
DESDOBRAMENTOS, COMUNICAÇÃO E DESENCADEAMENTO DOS ASSUNTOS TRATADOS.			A FALTA DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS CTS E SETORES AFETAM OS DESDOBRAMENTOS E COMUNICAÇÃO.		
FALTA DOS MEMBROS ÀS REUNIÕES	ALGUMAS REUNIÕES NÃO TÊM QUÓRUM. CONSEGUIR PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DOS MEMBROS NAS PLENÁRIAS, CÂMARAS TÉCNICAS GRUPOS DE TRABALHO ETC.	-	-	-	-
INTERESSE PESSOAL	FALTA DE INTERESSE PESSOAL	-	-	-	-
AÇÃO PROTAGONISTA	FALTA DE AÇÃO PROTAGONISTA DOS ATORES	-	FALTA DE AÇÕES PRÁTICAS, ARTICULADORAS E PROTAGONISTAS	-	-
OUTRAS FUNÇÕES PARA O CBH	ABRIR ESPAÇO PARA PESQUISA FORTELECIMENTO DE COMISSÕES GESTORAS	COMITÊ DO ALTO TIETÊ DELIBERA COM POUCA ATUAÇÃO, POR QUESTÕES POLÍTICAS E PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA POLÍTICA	APROVEITAR AS PAUTAS DE FORMA AMPLA, PARA CAPACITAÇÃO ENTRE OUTROS	FALTA DE CAPACITAÇÃO PARA MEMBROS IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO	-

			DIVULGAÇÃO E PRESEÇA DO CBH NAS ESCOLAS		
			CAPACITAÇÃO PARA MEMBROS COLEGIADOS		
ATUAÇÃO DA AGÊNCIA DE BACIA	AGÊNCIA DE BACIA ATUA DE FORMA MUITO POSITIVA PARA FACILITAR O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NO GERENCIAMENTO DOS RH	-	-	ATUAÇÃO NEGATIVA DA AGÊNCIA DE BACIA. EX ESTADO DO CEARÁ COGERH FRAGILIZA O CBH	-
TAMANHO DO CBH	CBH PEQUENO FACILITA O CONHECIMENTO ENTRE OS MEMBROS E DOS MEMBROS EM RELAÇÃO ÀS SITUAÇÕES	-	-	-	-
QUESTÕES POLÍTICAS	QUESTÕES POLÍTICAS PREDOMINANDO NAS DECISÕES DE GESTÃO PEQUENO GRUPO QUE PREDOMINA NAS DISCUSSÕES	QUESTÕES POLÍTICAS INFLUENCIAM AS DECISÕES E GERAM POUCA AÇÃO	-	DEVERIA TER MAIOR CONTROLE LEGAL DO ESTADO PARA RESERVATÓRIOS	-
ATUAÇÃO NO CBH	-	-	MUITAS PESSOAS NOVAS QUE ESTÃO COMPROMETIDAS E ATUANDO DE FORMA POSITIVA NO CBH	-	-

Observação: Nos espaços vazios não ocorreram apontamentos dos membros para estas categorias de análise.

APÊNDICE G. QUADRO O QUE É PARTICIPAÇÃO, POR SEGMENTOS E CATEGORIA DE ANÁLISE

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
PNRH-CRIAÇÃO DO CBH COMO AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA PARTICIPAÇÃO	E A FORMA COMO SE PLANEJA O USO DA ÁGUA	É O MEIO EM QUE, SE INSERE PAUTAS E OPINIÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. CRIAÇÃO DE MARCOS E DIRETRIZES PARA TOMADA DE DECISÕES	É JUSTAMENTE O PAPEL DESEMPENHADO PELOS CBHS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO. É UM DOS PRINCIPAIS ITENS DO CBH. É A GARANTIA DA GESTÃO INTEGRADA DE QUALIDADE. A NOSSA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS CBHS ESTA NA LEI 9.433, DE 1997, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E CRIA O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS, OS COMITÊS DE BACIA PARA MIM, A PARTICIPAÇÃO VAI AO ENCONTRO COM O QUE DIZ A PNRH: ART. 43 - PROMOVER O DEBATE DAS QUESTÕES RELACIONADAS COM OS RECURSOS HÍDRICOS E ARTICULAR A ATUAÇÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES INTERVENIENTES		É A BASE PARA A EFETIVIDADE DA GESTÃO. INTEGRAR OS ESFORÇOS É FUNDAMENTAL. A PARTICIPAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA A DEMOCRATIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DO SISTEMA
ATUAÇÃO NOS COLEGIADOS: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE E NAS INSTÂNCIAS	É O ATO DE SE ENVOLVER NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DEMOCRÁTICOS (CBHS E CERH, CNRH) PARA INTERLOCUÇÃO COM O ESTADO. PARTICIPAÇÃO E PODER OPINAR SOBRE AS IDEIAS QUE SE LEVA DA ENTIDADE. E PROMOVET A DISCUSSÃO. ESTAR PROPONDO AÇÕES E MELHORIAS NO ÂMBITO E ALCANCE DAS SUAS RESPONSABILIDADES, PARA A TOMADA DE DECISÕES. A PARTICIPAÇÃO É A UNIÃO DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DA SOCIEDADE COMO UM TODO	COLABORAR EM TODOS OS ASPECTOS, NÃO SOMENTE NAS DISCUSSÕES, MAS NA PRÁTICA TAMBEM, JUNTO A SUA COMUNIDADE E AO ÓRGÃO QUE REPRESENTA PARTICIPAÇÃO é A PRESENÇA CONSTANTE NAS REUNIÕES PARA OUVIR E EXPOR IDEIAS, QUE O SEU MUNICÍPIO NECESSITA. COMPARECER NAS REUNIÕES, DISCUTIR E OPINAR NOS ASSUNTOS PERTINENTES DAS REUNIÕES, APRESENTAR BONS PROJETOS PARA CONSEGUIR	ENVOLVIMENTO NAS TOMADAS DE DECISÃO. PRIMEIRAMENTE MARCAR PRESENÇA NAS REUNIÕES DO COMITÊ. ESTANDO LÁ CONTRIBUIR COM PROPOSTAS, IDEIAS E TRABALHAR PARA QUE AS MESMAS POSSAM SER EXECUTADAS. INCORPORAÇÃO DE INTERESSES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS VOLTADOS À UMA ATUAÇÃO PROATIVA E COLETIVA VOLTADA AO USO, DESFRUTE E PROTEÇÃO DAS ÁGUAS.	INTERAGIR E PARTICIPAR DO DIÁLOGO NAS REUNIÕES DO COMITÊ E REPRESENTAR-LO QUANDO NECESSÁRIO. REPASSAR O CONTEÚDO DAS REUNIÕES PARA O SUPLENTE E PARA A INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTO. PARTICIPAÇÃO EQUÂNIME EM TERMOS DE CAPACIDADE, OPORTUNIDADE E REPRESENTATIVIDADE. "ESTAR REALMENTE ENVOLVIDO E NÃO	CONTRIBUIR COM O CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, FORMAÇÃO E POSIÇÃO SETORIAL, NA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE UM PLANEJAMENTO FUTURO E DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES DE AÇÕES VISANDO O ALCANCE DAS METAS E VISÃO DE FUTURO DEFINIDAS. OPINAR, SUGERIR E FAZER CONSIDERAÇÕES PERTINENTES NAS DECISÕES QUE COMPETEM SOBRE O USO DO RECURSO HÍDRICO, BASEADO NA FUNDAMENTAÇÃO ÉTICA E MORAL O USO CONSCIENTE DESTES BEM.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>NA GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>PODER INFLUIR NA GESTÃO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS</p> <p>É A TOMADA E O EMPODERAMENTO DE TODOS AQUELES AFETADOS, DIRETAMENTE OU INDIRETAMENTE, PELA MANUTENÇÃO DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA, NAS DECISÕES, PLANEJAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DAQUELE RECURSO NATURAL.</p> <p>PARTICIPAR DO COMITÊ DE BACIAS, DISSEMINAR AS PAUTAS E DECISÕES NO MEU MUNICÍPIO, ARTICULAR AS INFORMAÇÕES COM O COMDEMA DO MUNICÍPIO, PARTICIPAR DOS EVENTOS ESTADUAIS, MUNICIPAIS E FEDERAIS PROMOVIDOS PELOS COMITÊS E OUTRAS INSTÂNCIAS, PARTICIPAR E ATUAR NAS CÂMARAS TÉCNICAS DO COMITÊ, ENVOLVER DE FORMA AMPLA</p> <p>CUMPRIR O PAPEL DENTRO DO COMITÊ, NÃO FALTAR NAS REUNIÕES, PARTICIPAR DOS EVENTOS E SE POSSÍVEL SE EMPENHAR PARA ELABORAR PROPOSTAS PARA AÇÕES DO COMITÊ.</p> <p>ATUAR DE FORMA A PROPORCIONAR A MULTIPLICAÇÃO DOS ASSUNTOS RELATIVOS A GESTÃO DE RECURSOS PARA OS USUÁRIOS EM MINHA REGIÃO</p>	<p>VERBA PARA MELHORIAS NO MEU MUNICÍPIO E PARTICIPAR DAS CÂMARAS TÉCNICAS.</p> <p>PODER APRESENTAR OPINIÕES E PROJETOS QUE POSSAM RESULTAR EM ECONOMICIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DE MANEIRA EFICAZ E DESTA FORMA PODER TORNAR A VIDA DA POPULAÇÃO CADA VEZ MELHOR.</p> <p>É, A PARTIR DE INTERAÇÕES INTERDISCIPLINARES ENTRE OS SEGMENTOS DIVERSOS QUE COMPÕEM O CBH, CONTRIBUIR NO ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES E NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA.</p> <p>TER VOZ, OPINIÃO ACEITA E ARTICULAÇÃO REGIONAL NA TOMADA DE DECISÕES É O MOMENTO DE MANIFESTAR AS OPINIÕES E NECESSIDADES REGIONAIS</p> <p>ENVOLVER NA DISCUSSÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO RECURSO HÍDRICO NA BACIA, NOS PROBLEMAS E DESENVOLVER SOLUÇÕES PARA TER QUALIDADE, QUANTIDADE E A PROTEÇÃO DESTES MANANCIAIS QUE PRODUZEM ESTES RECURSOS HÍDRICOS. PODER DELIBERAR DE ASSUNTOS REFERENTES A BACIA QUANDO SOLICITADO</p> <p>É DEIXAR DE SER ATOR PASSIVO E SE ENVOLVER NO PROJETO, DESDE O DIAGNÓSTICO, PASSANDO PELA PROPOSTA,</p>	<p>É SENTIR-SE UM CONTRIBUINTE PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. POIS TENHO INTERESSE EM INTENSIFICAR MINHA ATUAÇÃO QUE NO MOMENTO É UM POUCO RESTRITA POR ESTAR ALÉM DE TRABALHANDO ESTOU JÁ NO QUARTO ANO DO CURSO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO PELA UNIVESP E COMO ENGENHEIRO QUERO CONTRIBUIR BASTANTE AO COMITÊ.</p> <p>É O ENVOLVIMENTO REAL NA ESCOLHA, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE ACORDO COM A DEMANDA IDENTIFICADA</p> <p>PROCURAR PARTICIPAR DE TODAS AS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS CBHS, PRINCIPALMENTE, EM SUA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL.</p> <p>A PRINCIPAL FERRAMENTA NESTE CASO É TER VOZ E VEZ.</p> <p>É PODER CONTRIBUIR DE MANEIRA RESPEITOSA, CONTRIBUINDO E RECEBENDO RETORNO DE MINHAS DEMANDAS</p> <p>PODER OPINAR E TER SUA OPINIÃO LEVADA EM CONSIDERAÇÃO.</p> <p>É TER A REPRESENTATIVIDADE REAL DE SEU SEGMENTO (ISTO É LENDA AKI NO BRASIL), É TER BASE/CONECIMENTO SOBRE O TEMA, É TER POSSIBILIDADE REAL DE PARTICIPAÇÃO (APOIO LOGÍSTICO DO SEGMENTO, APOIO POLÍTICO), É DILUIR A RESPONSABILIDADE SOBRE TDS NO QUE TANGE GERENCIAR ESTE RECURSO.</p>	<p>APENAS OCUPANDO UM ASSENTO FORMALMENTE"</p>	<p>PARTICIPAÇÃO E PODER OPINAR SOBRE AS IDEIAS QUE SE LEVA DA ENTIDADE. E PROMOVET A DISCUSSÃO.</p> <p>CONTRIBUIR COM A EXPLANAÇÃO DE PROBLEMÁTICAS RELACIONADAS A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, MAS TAMBÉM EXPOR SOLUÇÕES QUE SEJAM SUSTENTÁVEIS E RAZOÁVEIS PARA A GRANDE MAIORIA DA SOCIEDADE ENVOLVIDA.</p> <p>COLABORAR ,JUNTO COM O COMITÊ NA GESTÃO DESTE RARO RECURSO.</p> <p>É SER AGENTE ATIVO NAS PROPOSTAS E DECISÕES.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO, EM MINHA OPINIÃO, SEGUE ESTA SEQUÊNCIA LÓGICA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ENTENDER A GESTÃO, PARA O QUE HÁ NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO ADEQUADA; 2. LOCALIZAR-SE NA GESTÃO, O QUE EXIGE ENTENDER COMO ESSA GESTÃO CAMINHA, BEM COMO SUAS FORMAS DE EVOLUÇÃO; 3. ATUAR NA GESTÃO, SEJA NAS AÇÕES MAIS SIMPLES E ROTINEIRAS, SEJA POR MEIO DE DEDICAÇÃO TOTAL. <p>A PARTICIPAÇÃO ESTÁ VINCULADA A UMA REPRESENTATIVIDADE. NINGUÉM ESTÁ NO COLEGIADO REPRESENTANDO A SI MESMO. ASSIM, A PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE PARA QUE OS SEGMENTOS CONTRIBUAM COM SEUS PONTOS DE VISTA, (CADA SEGMENTO COM O SEU) SOBRE OS ASSUNTOS TRATADOS.</p>

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>ALEM DA PARTICIPAÇÃO NA PLENÁRIA DO COMITÊ, FORTALECER A GESTÃO PARTICIPATIVA, SER UM AGENTE DISSEMINADOR DAS AÇÕES DO COMITÊ NO MUNICÍPIO, PORQUE LA NA PONTA A COMUNIDADE EM GERAL NÃO SABE O CONCEITO DO QUE É COMITÊ E SUAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS.</p> <p>PARTICIPAÇÃO, EM MINHA VISÃO, É A FORMA PELA QUAL O CIDADÃO PODE ESTAR PRESENTE NAS REUNIÕES, TER CONHECIMENTO DOS ASSUNTOS A SEREM DISCUTIDOS, TER UM CONHECIMENTO MÍNIMO DA ÁREA E TER O DIREITO DE PODER MANIFESTAR-SE LIVREMENTE NOS MOMENTOS DE DECISÃO.</p> <p>PARTICIPAÇÃO É QUANDO VOCÊ, ENQUANTO REPRESENTANTE DE UM DETERMINADO SETOR USUÁRIO, COMUNICA AS ENTIDADES DESSE SETOR O QUE SE ESTA DISCUTINDO NO COMITÊ E TAMBÉM LEVA AS OPINIÕES E OS ANSEIOS DO SETOR PARA SE DISCUTIDO NO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA.</p> <p>É A PRESENÇA DO CIDADÃO (Ã), REPRESENTANDO O SEGMENTO DA SOCIEDADE EXPRESSANDO SEU PONTO DE VISTA .</p> <p>É A INSTITUIÇÃO ESTÁ PRESENTE, PODER OPINAR, OUVIR E SER OUVIDO E TOMAR DECISÕES COLETIVAS VISANDO O BEM COMUM.</p> <p>TODOS TEM QUE TER O MESMO DIREITO EM VOZ</p>	<p>EXECUÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.</p> <p>É A PARTICIPAÇÃO EFETIVA E ATIVA DE TODOS OS SEGMENTOS ENVOLVIDOS</p> <p>PARTICIPAR DAS DECISÕES QUE DETERMINAM A MELHOR FORMA DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS, DE MODO QUE HAJA SUSTENTABILIDADE, SUPERVISIONAR AS ATIVIDADES QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO NO AMBIENTE, PROPORCIONAR OPORTUNIDADES PARA ADEQUAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>PODER EMITIR OPINIÕES SOBRE OS ASSUNTOS EM PAUTA.</p> <p>TOMADA DE DECISÕES MAIS FLUIDAS E</p> <p>É O INTERESSE DE SE ALINHAR COM AS DIFICULDADES REAIS DE CADA MUNICÍPIO.</p> <p>CONTRIBUIR PARA O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS REFERENTE AOS RECURSOS HÍDRICOS.</p>	<p>A PARTICIPAÇÃO ESTÁ VINCULADA A UMA REPRESENTATIVIDADE. NINGUÉM ESTÁ NO COLEGIADO REPRESENTANDO A SI MESMO. ASSIM, A PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE PARA QUE OS SEGMENTOS CONTRIBUAM COM SEUS PONTOS DE VISTA, (CADA SEGMENTO COM O SEU) SOBRE OS ASSUNTOS TRATADOS.</p> <p>É TANTO O PODER PUBLICO, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL, QUANTO A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E OS USUÁRIOS DA ÁGUA, QUE SÃO/HABITAM NA BACIA, PARTICIPAREM JUNTOS, DEMOCRATICAMENTE DA CONSTRUÇÃO DA GESTÃO, DE FORMA COMPARTILHADA, SOMANDO ESFORÇOS E CONHECIMENTO, E ALCANÇANDO JUNTOS AS EXPECTATIVAS CRIADAS.</p> <p>É VOCÊ OPINAR, TER LIBERDADE DE EXPRESSÃO, AUXILIAR NAS DISCUSSÕES COM SUA VIVÊNCIA NA ÁREA E CONTRIBUIR PARA AS DELIBERAÇÕES</p> <p>COLABORAR ATIVA E PROATIVAMENTE NA SOLUÇÃO DE QUESTÕES ATINENTES ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>É ESTAR PRESENTE NAS REUNIÕES E MESMO NO DIA A DIA FAZER ACONTECER OS ASSUNTOS DISCUTIDOS E DELIBERADOS.CADA UM CUMPRIR SEU PAPEL OU TAREFAS.</p> <p>ENTENDO QUE NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARTICIPAR É ESTAR PRESENTE EM REUNIÕES DOS</p>		<p>OPINAR, OUVIR, COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DE TODOS OS PARTICIPANTES DO COMITÊ</p> <p>É O CONTRIBUIÇÃO DE FORMA BEM REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE NOS SEGMENTOS QUE COMPÕEM O CBH.</p> <p>PENSAR GLOBALMENTE, DEFENDENDO OS INTERESSES DO SEU SEGUIMENTO, RESPEITANDO AS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.</p> <p>É ACOMPANHAR E SE MANIFESTAR EM PROL DA REAL MELHORIA DO RECURSO NATURAL.</p> <p>PARTICIPAÇÃO É A REPRESENTAÇÃO EFETIVA DE UM SEGMENTO, OUVINDO E ARTICULANDO COM SUA BASE OS TEMAS EM DISCUSSÃO E LEVANDO POSICIONAMENTO PARA OS COMITÊS.</p> <p>PARTICIPAÇÃO, ALÉM DA REPRESENTAÇÃO FÍSICA, É A EXPOSIÇÃO DE PONTOS DE VISTA, OPINIÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA O USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DENTRO DA BACIA.</p> <p>CONTRIBUIR ÀS TOMADAS DE DECISÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>BASE DO SISTEMA, SENDO AMPLAMENTE DISCUTIDO, TENTANDO-SE ASSIM UMA GESTÃO MAIS EFICAZ E EFICIENTE.</p>

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>BUSCAR COMPREENDER OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO EXISTENTES, DIALOGAR COM A SOCIEDADE OS CONFLITOS E SOLUÇÕES SOBRE A ÁGUA, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE AS AÇÕES NECESSÁRIAS E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS.</p> <p>PARTICIPAR É PODER EMITIR OPINIÃO, VOTAR, PROPOR DISCUSSÕES NO ÂMBITO DAS PLENÁRIAS DO CBH. E, QUANDO POSSÍVEL, ENVOLVER NAS AÇÕES DO CBH.</p> <p>NÃO FALTAR AS REUNIÕES, DISCUTIR JUNTO OS PROBLEMAS LEVAR AS QUESTÕES PARA SER DISCUTIDA NAS REUNIÕES, E VOLTANDO POSSA ESTAR PASSANDO PARA A ENTIDADE QUE LHEZ REPRESENTA.</p> <p>PARTICIPAÇÃO NO MEU ENTENDIMENTO NÃO SERIA APENAS PARTICIPAR DAS DECISÕES, MAS DAR PUBLICIZAÇÃO A ESSAS DECISÕES E IMPLEMENTAR DE FATO NOS MUNICÍPIOS</p> <p>CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DO COMITÊ.</p> <p>CONTROLE EXTERNO PARA EVITAR ABUSOS, PARTICIPAÇÃO NAS PROPOSTAS, EXECUÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS IMPORTANTES PARA A BACIA.</p> <p>MUITO IMPORTANTE. POIS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS BUSCANDO NOVOS</p>		<p>COLEGIADOS DO SIGRH (COMITÊS, CONSELHOS, CÂMARAS TÉCNICAS), TER LIBERDADE DE SE EXPRESSAR, SER PROPOSITIVO E NÃO APENAS CRITICAR AS DECISÕES COMO SE NÃO PUDESSEM SER MUDADAS, IDENTIFICAR AS QUESTÕES PRIORITÁRIAS TRATADAS E COMO CADA UM (CADA INSTITUIÇÃO) PODE CONTRIBUIR POR MEIO DE AÇÕES INTEGRADAS, POTENCIALIZANDO A ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO COMITÊ NO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA.</p> <p>É PODER PARTICIPAR NA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA UMA GESTÃO RACIONAL, SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICA.</p> <p>PARLAMENTOS DA ÁGUAS DE TODOS OS ENVOLVIDOS NÃO SÓ OS MEMBROS DO COMITÊ</p> <p>CAPACIDADE DE RESPEITO AS OPINIÕES CONTRARIAS, DISPOSIÇÃO EM DISCUTIR E ENCONTRAR CAMINHOS QUE BENEFICIEM O MAIOR NUMERO DE CIDADÃOS POSSÍVEL, PODER REAL DE DELIBERAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS NAS QUESTÕES POSTAS EM PAUTA E RESPEITO AOS ACORDOS FIRMADOS.</p> <p>É DIALOGAR COM OS SETORES USUÁRIOS E SOCIEDADE CIVIL, PARA A CONSCIENTIZAÇÃO DA NECESSIDADE DO ATENDIMENTO DE DIRETRIZES QUE LEVEM A UMA SITUAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA HÍDRICA, POR MEIO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO (OUTORGAS E LICENÇAS)</p> <p>A PARTICIPAÇÃO POPULAR É A EXPRESSÃO MÁXIMA DO QUE</p>		

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>PROJETOS, PLANEJANDO E BUSCANDO MEIOS DE MELHORAR A EXECUÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>É OPORTUNIDADE DE ACOMPANHAR-MOS O QUE ACONTECE, EXPOR NOSSAS OPINIÕES E SUGESTÕES, ADQUIRIR CONHECIMENTOS QUANTO O QUE OCORRE, SITUAÇÃO DOS RECURSOS ETC</p> <p>FAZER PARTE DO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NAS DIFERENTES INSTANCIAS DO SISTEMA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>PARA MIM É PODER AJUDAR E OPINAR NAS DECISÕES.</p> <p>É O INTERESSE, ENVOLVIMENTO E COMPROMETIMENTO PARA AS QUESTÕES RELACIONADAS À GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS PÚBLICOS. COMO A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO ESTÁ HABITUADA A DEFENDER SEUS DIREITOS PRIVADOS, POUCAS PESSOAS TÊM INTERESSE EM DISPOR DE SEU TEMPO E, MUITAS VEZES, RECURSOS FINANCEIROS (NO CASO EM QUE NÃO HÁ APOIO) PARA PARTICIPAREM DE REUNIÕES, DISCUSSÕES PARA A GESTÃO DE BENS PÚBLICOS. OU SEJA, POUCOS SÃO AQUELES QUE PARTICIPAM E, AINDA, MUITOS SETORES (COMO A INDÚSTRIA OU AGRONEGÓCIO) PARTICIPAM PARA DEFENDER SEUS PRÓPRIOS INTERESSES.</p> <p>É A REPRESENTATIVIDADE DA ENTIDADE NAS DECISÕES DOS CBHS E FÓRUMS ESTADUAIS E NACIONAL.</p>		<p>CONSTA DO ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: "TODO PODER EMANA DO POVO QUE O EXERCE POR MEIO DE REPRESENTANTES ELEITOS OU DIRETAMENTE [COMO NO CASO DOS COMITÊS DE BACIA] NOS TERMOS DESTA CONSTITUIÇÃO". NO CASO DOS COMITÊS PAULISTAS ESTA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS DESTINOS DA BACIA É TRIPARTITE (REPRESENTANTES DOS MUNICÍPIOS, ÓRGÃOS DO ESTADO, E DA SOCIEDADE CIVIL, EM ESPECIAL DOS USUÁRIOS DE ÁGUA).</p> <p>SER INFORMADO E PARTICIPAR ATIVAMENTE TER ENVOLVIMENTO COMPLETO NAS ATIVIDADES E ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS REFERENTE AS AS ACOES SOBRE GESTÃO</p> <p>COMPROMETIMENTO E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO, GERENCIAMENTO E GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS</p>		

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>PARTICIPAÇÃO ATIVA DE TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE</p> <p>DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES E POLITICAS PUBLICAS, PRESSÃO SOBRE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS.</p> <p>GERENCIAR RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA DO USO DA ÁGUA EM INVESTIMENTOS EM PROL DE NASCENTES E BACIAS HIDROGRÁFICAS</p> <p>SER CORRESPONSÁVEL</p> <p>É TER UMA PRESENÇA EFETIVA NO PROCESSO DE GESTÃO A PARTIR DA COMPREENSÃO DE QUE OS RECURSOS HÍDRICOS PRECISAM RECEBER TRATAMENTO ESTRATÉGICO, CONSIDERANDO O GRANDE RISCO QUE CORREMOS DE ESCASSEZ HÍDRICA E A NECESSIDADE DE MELHORAR NOSSA RELAÇÃO COM A ÁGUA</p>				
<p>ABERTURA PARA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS- DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO</p>	<p>É A TOMADA E O EMPODERAMENTO DE TODOS AQUELES AFETADOS, DIRETAMENTE OU INDIRETAMENTE, PELA MANUTENÇÃO DA ÁGUA NA BACIA HIDROGRÁFICA, NAS DECISÕES, PLANEJAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DAQUELE RECURSO NATURAL.</p> <p>É SE ENVOLVER DE FORMAR AMPLA INTERAGINDO COM A COMUNIDADE E COM OS DIVERSOS ATORES DA SOCIEDADE DE FORMA QUE ESTES POSSAM OPINAR NO PROCESSO DE DECISÕES</p> <p>BUSCA DA UTOPIA DO</p>	<p>PARTICIPAR COMO CIDADÃO NO SEU MEIO, PARTICIPAR NAS DISCUSSÕES, TOMADAS DE DECISÕES E PROJETOS REGIONAIS E LOCAIS, ENFIM, CONTRIBUIR ATIVAMENTE.</p> <p>ENTENDER, DISCUTIR, COMPREENDER E ENGAJAR A SOCIEDADE CIVIL E DEMAIS INSTITUIÇÕES A PROTAGONIZAREM AS AÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>É O ENGAJAMENTO E INTERESSE DA SOCIEDADE EM SABER MAIS SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS.</p>	<p>É COLOCAR O OLHAR DO CIDADÃO, DO USUÁRIO, DO CIDADÃO QUE É IMPACTADO COM AS DECISÕES DENTRO DO SISTEMA, OU SEJA, LER AS RESOLUÇÕES, LEIS E DECRETOS COMO OS OLHOS DE QUEM SERÁ AFETADO DIRETAMENTE PELA GESTÃO. E, AO MESMO TEMPO, TRAZER AOS CIDADÃOS DISTANTES DESSA REALIDADE AS LEIS E REGULAMENTAÇÕES DEMONSTRANDO COMO TAIS TEXTOS PODEM SER BENÉFICOS QUANDO IMPLANTADOS DE FORMA EFETIVA TAMBÉM PELA POPULAÇÃO.</p>		

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>"EMPOWERMENT" DA POPULAÇÃO, COM RELAÇÃO AO USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>DIALOGAR COM A SOCIEDADE</p> <p>É CONTRIBUIR COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS, SUGERINDO SOLUÇÕES PRÁTICAS AOS ATORES COM PODER DE DECISÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL NA PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS NO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>É OPORTUNIDADE DE ACOMPANHAR-MOS O QUE ACONTECE, EXPOR NOSSAS OPINIÕES E SUGESTÕES, ADQUIRIR CONHECIMENTOS QUANTO O QUE OCORRE, SITUAÇÃO DOS RECURSOS ETC</p> <p>É A BUSCA DE SOLUÇÕES/ALTERNATIVAS ADEQUADAS Á GESTÃO DE FORMA A ATENDER O COLETIVO E NÃO O INTERESSE LOCAL.</p>		<p>PARLAMENTOS DA ÁGUAS DE TODOS OS ENVOLVIDOS NÃO SÓ OS MEMBROS DO COMITÊ</p>		
<p>APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS, AÇÕES E PROJETOS PARTICIPATIVOS NOS INSTRUMENTOS</p>	<p>E TER UM PLANO BEM, ESTRUTURADO, COMPATIBILIZADO COM TODOS OS OUTROS PLANAS COM O COMPROMISSOS DE FAZE-LO A FERRAMENTA PARA TODA DE DECISÃO DE USO DOS RECURSOS</p> <p>PARTICIPAR DA FEITURA DOS RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO E DO PLANO DE BACIAS, ASSIM SE ENGAJAR NA DIFUSÃO DOS RESULTADOS PRODUZIDOS PELOS TRABALHOS EM GERAL.</p>		<p>E TER UM PLANO BEM, ESTRUTURADO, COMPATIBILIZADO COM TODOS OS OUTROS PLANAS COM O COMPROMISSOS DE FAZE-LO A FERRAMENTA PARA TODA DE DECISÃO DE USO DOS RECURSOS</p> <p>COLABORAR PARA COLOCAR EM PRÁTICA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.</p>		<p>É PARTICIPAÇÃO POR MEIO DE PROCESSOS INTERATIVOS DE CONSTRUÇÃO COLETIVA E QUE PERMITAM EM SUA PRÁXIS A TROCA DE SABERES, E, QUE AS PESSOAS SE MANIFESTEM ENQUANTO INDIVÍDUOS E COLETIVOS DE FORMA CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA</p> <p>PARA MIM É A BUSCA DE ALTERNATIVAS FACTÍVEIS E PROGRAMAS DE INCENTIVO À EXPLORAÇÃO, REÚSO E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</p>

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	DESENVOLVER AÇÕES E ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO ADEQUADA DOS RECURSOS HÍDRICOS.				
EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO	<p>SE INTERESSAR PELO ASSUNTO, ESTUDAR, SE INTEIRAR</p> <p>É ESTAR INFORMADO E PREPARADO PARA DAR AS CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA EM QUE PARTICIPA. FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS PARA EXERCEREM SUAS FUNÇÕES/REPRESENTAÇÕES NO COMITÊ E CTS.</p> <p>PARTICIPAÇÃO É SENTIR-SE CORRESPONSÁVEL. PARA ISSO É PRECISO CONHECER A REALIDADE E A TEMÁTICA PROPOSTA.</p> <p>É CONTRIBUIR COM CONHECIMENTOS TÉCNICOS, SUGERINDO SOLUÇÕES PRÁTICAS AOS ATORES COM PODER DE DECISÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA SOCIEDADE CIVIL NA PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS NO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p>	<p>ENTENDER, DISCUTIR, COMPREENDER E ENGAJAR A SOCIEDADE CIVIL E DEMAIS INSTITUIÇÕES A PROTAGONIZAREM AS AÇÕES DE USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>ESSA PARTICIPAÇÃO SIGNIFICA SER CONCIENTE DOS DIREITOS E DEVERES NO USO RESPOSANVEL DA AGUA.</p> <p>É ESTAR ENVOLVIDO COM A TEMÁTICA, COMPREENDENDO, COLABORANDO E RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>É CONHECER OS PROBLEMAS E AS VANTAGENS DO TERRITÓRIO E DA POPULAÇÃO QUE O OCUPA; CONHECER AS FORMAS PROPOSTAS PARA SOLUÇÃO DE IMPASSES; PARTICIPAR E APRENDER A OLHAR O TERRITÓRIO COM VISÃO ECLÉTICA PARA JULGAR COM COERÊNCIA. ESTA FORMAÇÃO DEVERIA SER OFERECIDA A TODOS, QUE NÃO SERIAM OS</p>	<p>ENTENDER OS PROBLEMAS MACRO DA BACIA, ENTENDER OS OBJETIVOS DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.</p> <p>É TER BASE/CONECIMENTO SOBRE O TEMA, É TER POSSIBILIDADE REAL DE PARTICIPAÇÃO</p> <p>CIDADANIA E ATITUDES, SEJA QUAL FOR O CONTEXTO OU SITUAÇÃO. APRENDER E ENSINAR DENTRO DE UM CONTEXTO DE AÇÕES EFETIVAS PARA A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS. INFORMAR E INDICAR FORMAÇÃO NUMA SITUAÇÃO DE DESCONHECIMENTO PARCIAL OU GERAL SOBRE O ASSUNTO.</p> <p>DA MUDANÇA DE HÁBITOS COSTUMES EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE POR PARTE DA POPULAÇÃO EM GERAL, PORTANTO DE FUNDO EDUCACIONAL.</p> <p>SER INFORMADO</p>	<p>É O COMPARTILHAMENTO DOS CONHECIMENTOS E DAS MOTIVAÇÕES NA TOMADA DE DECISÃO SOBRE O USO DA ÁGUA EM DETERMINADO AMBIENTE.</p>	<p>A PARTICIPAÇÃO, EM MINHA OPINIÃO, SEGUE ESTA SEQUÊNCIA LÓGICA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ENTENDER A GESTÃO, PARA O QUE HÁ NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO ADEQUADA; 2. LOCALIZAR-SE NA GESTÃO, O QUE EXIGE ENTENDER COMO ESSA GESTÃO CAMINHA, BEM COMO SUAS FORMAS DE EVOLUÇÃO; 3. ATUAR NA GESTÃO, SEJA NAS AÇÕES MAIS SIMPLES E ROTINEIRAS, SEJA POR MEIO DE DEDICAÇÃO TOTAL. <p>CONHECER A DISPONIBILIDADE DO RECURSO E DEMANDAS DOS DIVERSOS SETORES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES FUTURAS.</p> <p>CONHECER O PAPEL DO COMITÊ, SUAS ATRIBUIÇÕES, CONHECER O REGIMENTO INTERNO E O SEU PLANO DIRETOR.</p>

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>E TER CONHECIMENTO DOS PROBLEMAS E PROPOR SOLUÇÕES ADEQUADAS.</p> <p>AMPLA PUBLICIZAÇÃO DOS ATOS DO COMITÊ.</p> <p>FONTE DE INFORMAÇÃO E CONTROLE.</p> <p>PROPOR AÇÕES COM BASE EM CONHECIMENTO CIENTÍFICO</p> <p>A AMPLA DISCUSSÃO TECNOCIENTIFICA DOS ASPECTOS ECOLÓGICOS E ECONÔMICOS DOS CORPOS HÍDRICOS.</p>	<p>PROFISSIONAIS EXECUTORES, MAS QUE PODERIAM, COM INFORMAÇÕES E TREINAMENTO ADEQUADO, ENTENDER QUANDO UMA PROPOSTA É EFETIVA E QUANDO NÃO.</p> <p>O PROGRAMA GUARAPIRANGA, EM 1997 INICIOU CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS E SOCIEDADE CIVIL QUE FORAM FUNDAMENTAIS PARA, POR EXEMPLO, TRATARMOS AS DISCUSSÕES DAS LEIS ESPECÍFICAS.</p>			
OUTRAS CATEGORIAS COMENTÁRIOS	<p>PRIMEIRAMENTE, DIGO O QUE NÃO É: RECEBER (EVENTUALMENTE) COMUNICADOS SOBRE O QUE É NA VERDADE DECIDIDO POR POUCOS UNGIDOS, ILUMINADOS E NADA TRANSPARENTES, NÃO OBSTANTE AS CORDIALIDADES APARENTES. AS POUCAS E OBSCURAS AÇÕES DE QUE TENHO NOTÍCIA (PODE-SE ENTÃO IMAGINAR O DISTANCIAMENTO REAL DA POPULAÇÃO) SÃO PONTUAIS E NÃO LOGRAM PARTICIPAÇÃO SEQUER DOS OCASIONAIS INTERESSADOS.</p> <p>ENTENDO POR PARTICIPAÇÃO QUANTO ÀS FUNÇÕES DOS COMITÊS., CITO O FUNDAMENTO RESUMIDO POR CONFÚCIO: "DIGA-ME E ESQUECEREI, MOSTRE-ME E PODERIA RECORDAR; ENVOLVAME E COMPREENDEREI".</p> <p>SEM ISTO, OS ENCONTROS E AS AÇÕES CONTINUARÃO A SER GRUPAIS, LOGO, FECHADAS SOB A APARÊNCIA DE ABERTAS; A POPULAÇÃO CONTINUARÁ A</p>	<p>CONTRIBUIR PARA O MELHOR USO DOS RECURSOS HIDRICOS</p>	<p>É USAR DE FORMA RACIONAL OS RECURSOS HIDRICOS</p> <p>PARA MIM É UMA HONRA PODER PARTICIPAR E CONTRIBUIR UM POUCO DA MINHA EXPERIÊNCIA EM UM PROGRAMA IMPORTANTÍSSIMO PARA A POPULAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS.</p>		<p>A PARTICIPAÇÃO NEM SEMPRE É EFETIVA. A MAIORIA SE INSCREVE NO CALOR DAS EMOÇÕES E PENSANDO NAS VANTAGENS QUE PODE OBTEN NOS COMITÊS.</p> <p>CONTRIBUIR PARA MELHORAR O SISTEMA, O QUE SIGNIFICA, MELHORAR A QUANTIDADE E QUALIDADE DE ÁGUA DISPONÍVEL, O QUE ESTÁ SENDO DIFÍCIL FAZER ACONTECER.</p>

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>APENAS CONSUMIR E DEPREDAR; LIXO E ESGOTOS CONTINUARÃO A SER DESPEJADOS NOS RIOS (SEMPRE VISTOS COMO O "CAMINHÃO DE LIXO" NATURAL); A POPULAÇÃO EM GERAL CONTINUARÁ A ESPERAR (E EXIGIR) QUE MILAGROSAMENTE O PODER PÚBLICO FAÇA TUDO; O PODER PÚBLICO CONTINUARÁ A SER CADA VEZ MENOS PÚBLICO A MAIS PRIVADO; E ASSIM POR DIANTE NESSE DESCAMINHO, EM DIREÇÃO AO DESASTRE ANUNCIADO E CONTINUADO.</p> <p>SUGESTÕES DE MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS NEGATIVOS OU ATÉ ELIMINAÇÃO IDENTIFICAR OS PONTOS NECESSÁRIOS PARA CORREÇÃO E CONVERTÊ-LOS EM REGRAS CONTIDAS NOS PLANOS QUE POR SUA VEZ SUBSIDIARÃO OS PODERES PÚBLICOS, DE VITAL IMPORTÂNCIA ESSE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO, POIS, RECURSOS HÍDRICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA TODOS QUE DIRETAMENTE COMPÕEM UMA BACIA E INDERETAMENTE QUEM CONSOME ALGUM PRODUTO QUE ESTEJA INSERIDO NESTA CADEIA E QUE POSSUEM ÁGUA EM SEU PROCESSO, CONSIDERANDO EFLUENTE E ÁGUA DE REUSO, UM SISTEMA FECHADO QUE TEM A ÁGUA COMO ELEMENTO CONECTIVO. REFLETINDO EM SAÚDE PÚBLICA, PODE SER POSITIVA COMO QUALIDADE DE VIDA OU CONTRÁRIO, DEMANDANDO RECURSOS PARA TRATAR OS VETORES E POPULAÇÃO AFETADA.</p>				

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>É GARANTIR DISPONIBILIDADE DE ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.</p> <p>A ÁGUA CONSISTE DE RECURSO/ELEMENTO QUE ABRANGE MUITAS DIMENSÕES DE ANÁLISE, EM FACE DE SUA OCORRÊNCIA, USO E CONSERVAÇÃO DEPENDEREM DE VARIADOS FATORES. TAIS CARACTERÍSTICAS, ALIADAS À NECESSIDADE HUMANA POR ESTE RECURSO E À ESCASSEZ RELATIVA QUE PODE DECORRER EM RAZÃO DO SEU USO, FAZEM COM QUE A PARTICIPAÇÃO DOS ENVOLVIDOS EM SEU USO E OUTRAS ATIVIDADES QUE INFLUENCIAM SUAS CONDIÇÕES DE OCORRÊNCIA SEJA FUNDAMENTAL SUA GESTÃO</p>				

Observação: Nos espaços vazios não ocorreram apontamentos dos membros para estas categorias de análise.

APÊNDICE H. CONHECIMENTO DE METAS E OU PROGRAMAS DO CBH, E QUE SERVE PARA AMPLIAR, APRIMORAR OU MELHORAR A PARTICIPAÇÃO E AVALIAÇÃO

SEGMENTO	META E PROGRAMA	AVALIAÇÃO
SOCIEDADE CIVIL	PROGRAMA DE COBRANÇA DA ÁGUA. PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA. PLANO DE ACOMPANHAMENTO DA ÁGUA MINERAL	Não fez avaliação
	HÁ UM PLANO DE AÇÕES PROPOSTO NA ÚLTIMA REVISÃO DO PLANO DA BACIA,	ESTÃO SENDO EFETIVAS PORQUE UTILIZAMOS NA DELIBERAÇÃO REFERENTE AO PLEITO DE RECURSOS E NA AVALIAÇÃO PARA PRÉ-HIERARQUIZAÇÃO DOS PROJETOS APRESENTADOS.
	CUSTEAR A SOCIEDADE CIVIL	NÃO SAIU DO PAPEL
	AS DELIBERAÇÕES DO PLANO DE BACIA	SÃO MAIS BUROCRACIAS DO QUE EFETIVAMENTE AÇOS TOMADORAS.
	IMPLEMENTAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS.	APESAR DO PLANO DE BACIA JÁ TER 7 ANOS A COBRANÇA NÃO FOI IMPLANTADA.
	AÇÕES PROPOSTAS NO PLANO DE BACIAS POR TER PARTICIPADO DE ALGUMAS REUNIÕES DO GT-PLANO, QUE COORDENOU A SUA REVISÃO	CONSIDERO QUE SÃO INSUFICIENTES PARA EFETIVAMENTE "AMPLIAR, APRIMORAR OU MELHORAR" A PARTICIPAÇÃO.
	DIVULGAÇÃO DO COMITÊ	EFETIVA
	PROGRAMA DE DURAÇÃO CONTINUADA DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.	Não fez avaliação
	GT CADERNO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL; - GT EMPREENDIMENTO;	EFETIVAS
	POLÍTICAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E POLÍTICA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.	Não fez avaliação
	PDC 8 - CAPACITAÇÃO TÉCNICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL. FOI ELABORADO E APROVADO O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA VINCULADO AO PLANO DE BACIA QUE ORIENTA AS INICIATIVAS DE EA NA BACIA COMO TAMBÉM O PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO DAS METAS COM DESIGNAÇÃO DE RECURSOS.	Não fez avaliação
	EXPANDIR E MONITORAR OUTORGA	Não fez avaliação
AVALIAR A QUALIDADE DA ÁGUA, CONTROLAR A VAZÃO DE ÁGUA LIBERADA DOS AÇUDES, FISCALIZAR OS BARRAMENTOS NO LEITO DOS RIOS, O DESVIO IRREGULAR DE ÁGUA, ETC.	Não fez avaliação	

SEGMENTO	META E PROGRAMA	AVALIAÇÃO
	CRIAÇÃO DE UM SITE PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DIVULGAÇÃO PERIÓDICA DE BOLETINS INFORMATIVOS.	ESTES INSTRUMENTOS EXISTEM E ESTÃO MELHORANDO.
	REVITALIZAÇÃO DOS RIOS E MANANCIAS; CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS (BARRAGENS) PARA APROVEITAR A ÁGUA EM MOMENTOS DE MAIOR QUANTIDADE DE CHUVAS E EVITAR AS ENCHENTES.	Não fez avaliação
	METAS DE PERDAS FÍSICAS NAS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, ESTIPULADAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO	QUE INFELIZMENTE NÃO ESTÃO SENDO EFETIVADAS.
	1. AS CAPACITAÇÕES PARA A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES 2. CADASTRO DE USUÁRIOS	1. SÃO REALIZADAS COM ALGUMA REGULARIDADE, NO ENTANTO É MUITO DIFÍCIL ABRANGER A MAIOR PARTE DELAS QUE TÊM BAIXA PARTICIPAÇÃO. APESAR DISSO, AS ASSEMBLEIAS TÊM TIDO QUÓRUM NECESSÁRIO, MAS O ENVOLVIMENTO COM OS TEMAS É AINDA TÍMIDO. 2. MELHOR RESULTADO AS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO COM OS MUNICÍPIO APRESENTANDO BOA ADESÃO E COMPROMETIMENTO. ASSIM, TEM AUMENTADO O NÚMERO DE CADASTRADOS QUE, DE ALGUMA FORMA, FORTALECE A PRESENÇA DO COMITÊ.
	SIM CONHEÇO, INCLUSIVE CONSTAM NO PLANOS DE BACIAS COMO AÇÕES/PROJETOS DE CURTO PRAZO	MAS NÃO ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS E NEM COBRADAS PELOS COMITÊS
	TRATAMENTO DE ESGOTOS, RECUPERAÇÃO HIDRO AMBIENTAL E COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS SÃO AS MAIS IMPORTANTES E COM METAS COMPATÍVEIS,	NÃO EFETIVADAS POR QUE NÃO TEM RECURSOS DE INVESTIMENTOS, ISTO SÓ SERÁ POSSÍVEL COM A IMPLANTAÇÃO DA AGÊNCIA PARA IMPLANTAR A COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS.
	TEM VARIAS METAS ESTABELECIDAS NO NOSSO PLANO DIRETOR,	MAS QUE NÃO SAÍRAM DO PAPEL PQ O ÓRGÃO GESTOR É O IGAM, QUE NÃO FAZ A SUA PARTE DEVIDAMENTE, QUE É A GESTÃO DOS RECURSOS EM SI.
	CONSIDERANDO QUE O PLANO INTEGRADO ESTÁ EM FASE DE APROVAÇÃO, ENTENDO QUE O CAMINHO ESTÁ SE INICIANDO,	CONTUDO NAS ETAPAS QUE ANTECEDERAM A PARTICIPAÇÃO DEIXOU A DESEJAR, DESDE A CONVOCAÇÃO QUE NÃO ATINGIU TODOS OS PÚBLICOS E SIM COMPARECERAM OS INTERESSADOS E SUAS CATEGORIAS.
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PROGRAMA DE ENQUADRAMENTO DO RIO E PLANO DE EFETIVAÇÃO	Não fez avaliação
	CRIAÇÃO DE MAIS UM AÇUDE, PARA MELHOR ATENDER A POPULAÇÃO DA REGIÃO	Não fez avaliação
	ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO DE PROJETOS E FEHIDRO	OBSERVO A GRANDE PARTICIPAÇÃO E ENVOLVIMENTO
	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL GOTA D'ÁGUA	ADORO OS DIRECIONAMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS METAS DESSE PROGRAMA
	AS METAS E PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO PARA UM PARTICIPAÇÃO MELHOR DO PUBLICO EM GERAL.	Não fez avaliação

SEGMENTO	META E PROGRAMA	AVALIAÇÃO
	REVISÃO NA COBRANÇA DAS TARIFAS; CRIAÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS DOS CORPOS HIDRICOS	Não fez avaliação
	PERDAS DE ÁGUA	DE FORMA GERAL ESTÃO SENDO ALCANÇADAS.
	REUNIÕES COM RODÍZIO ENTRE SP E MG E EM CIDADES DIFERENTES DO CBH-GRANDE	TEM FAVORECIDO A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS, PROCURANDO DAR OPORTUNIDADE DE MELHOR LOGÍSTICA PARA TRANSPORTE E CONHECIMENTO DE SITUAÇÕES REGIONAIS.
PODER PÚBLICO ESTADUAL	META PRINCIPAL É O COMBATE A EROSIÃO EM NOSSA BACIA.	Não fez avaliação
	AS METAS ESTÃO NOS PLANOS DE BACIA	NÃO SÃO DE DOMÍNIO DOS MEMBROS.
	MONITORAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS QUE É UM DOS PROGRAMAS QUE SERVEM PARA NORTEAR MUITAS DECISÕES DOS CBHS	Não fez avaliação
	PREVISÃO DE IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE COMUNICAÇÃO, INCLUSÃO NO CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS QUE SOLICITAM RECURSOS FINANCEIROS, DE CRITÉRIO QUE CONSIDERE A PARTICIPAÇÃO EFETIVA NO COLEGIADO.	Não fez avaliação
	OPERAÇÃO CORTA FOGO,	SIM SÃO EFETIVAS
	MELHORIA NA REDE DE MONITORAMENTO; GRUPO TÉCNICO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO INTEGRADA DOS RH; PROTEGER E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA DE NASCENTES	AVANÇOS SÃO LENTOS POIS, NEGOCIAÇÕES ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS, DIFERENTES SETORES E ORGÃOS
	DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES, TRADUÇÃO DAS PRIORIDADES EM PLANOS E PROGRAMAS, BUSCAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE EM PROJETOS LIGADOS ÀS PRIORIDADES ELEITAS E ACOMPANHAR O QUE FOI APROVADO E MERECEU FINANCIAMENTO.	Não fez avaliação
	EMPODERAMENTO DAS CTEA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS A PARTIR DAS REFLEXÕES E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS PROMOVIDAS PELA CTEA DO CRH.	PODE-SE DIZER QUE HÁ AVANÇOS
	OS PLANOS DE BACIA É A BASE DA SUSTENTAÇÃO DOS CBHS. O CBH RIO ARAGUARI É UM COMITÊ BASTANTE ATUANTE. POSSUEM METAS DIRECIONADAS A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	BASICAMENTE SÃO EFETIVAS SIM.
	ALÉM DO SITE DO COMITÊ, DEVE SER FEITO EM CONJUNTO COM OS MUNICÍPIOS, ATRAVÉS DE SUAS RÁDIOS MUNICIPAIS OU TVS REGIONAIS, CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO RELATIVA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE FORMA PERMANENTE.	Não fez avaliação
DE MODO GERAL OS MEMBROS DO MOGI, QUANDO DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO ANUAL DO RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA UGRHI 09 (OBRIGAÇÃO LEGAL), AVALIAM AS 16 METAS DO SEU 3º PLANO DIRETOR DE BACIA 2016-2019, VEZ QUE SÃO CHAMADOS PARA AS REUNIÕES DE TRABALHO, CONSULTAS PÚBLICAS, ATÉ FECHAMENTO DO TEXTO FINAL APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA	Não fez avaliação	

SEGMENTO	META E PROGRAMA	AVALIAÇÃO
PODER PÚBLICO FEDERAL	ACOMPANHAMENTO DA PRESENÇA DOS DELEGADOS NAS REUNIÕES DE CADA COMITÊ E DO CONJUNTO DOS COMITÊS NO ESTADO	TEM PERMITIDO AVALIAR A FREQUÊNCIA E CORRIGIR DISTORÇÕES (ALTERAÇÃO DE DELEGADOS COM FALTAS EXCESSIVAS) E COMPARAR OS COMITÊS, NO ENTANTO, NÃO MEDE PARTICIPAÇÃO.
	NO SALGADO JÁ HAVIA UMA DIVISÃO DE VAGAS POR MICROBACIAS O QUE AGORA ESTÁ SENDO ADOTADO NO ALTO JAGUARIBE. NO SALGADO EXISTEM REUNIÕES POR MICROBACIA DURANTE AS REUNIÕES DO COMITÊ PARA DEFINIÇÃO DOS REQUERIMENTOS E PROPOSTAS DE TRABALHO	PERMITINDO MELHOR DIVISÃO DOS ASSENTOS NO COMITÊ PELO TERRITÓRIO. O QUE PODERÁ ESTIULAR MAIOR PARTICIPAÇÃO PELO GRUPO MENOR E MAIOR E MAIOR POSSIBILIDADE DE AÇÕES CONCRETAS.
USUÁRIOS DE ÁGUA	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS, SISTEMAS DE INFORMAÇÕES, INCENTIVO A PESQUISA, MELHORIA DA EQUIPE DA DELEGATÁRIA DE APOIO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO AO COMITÊ, ETC.	ESTÃO SENDO IMPLEMENTADAS E APERFEIÇADAS E GERAM RESULTADOS POSITIVOS.
	EDUCAÇÃO, PRESERVAÇÃO, TREINAMENTO DOS MEMBROS.	Não fez avaliação
	CONTROLE DE LIBERAÇÃO DE VAZÃO DEVE RIGIDAMENTE CONTROLADA.	Não fez avaliação
	ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'AGUA	META OUSADA E DIFÍCIL DE SER CUMPRIDA.
	INFORMALMENTE, FALA-SE MUITO EM AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO, MAS NA PRÁTICA AS AÇÕES NÃO SÃO DIFERENCIADAS. NÃO BASTA AUMENTAR POSTAGENS EM REDES SOCIAIS OU IMPRESSÃO DE FOLHETOS INFORMATIVOS, PRECISAMOS IR ÀS ESCOLAS, AGENDAR REUNIÕES PERTO DE PONTOS DE ÔNIBUS E PRAÇAS PÚBLICAS, E NÃO EM AUDITÓRIOS FECHADOS ONDE SÓ SE CHEGA DE CARRO.	Não fez avaliação
	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DO CBH.	Não fez avaliação
	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS); 22 METAS PARA SUSTENTABILIDADE HÍDRICA; PLANO DE BACIAS; RELATÓRIO DE GESTÃO PCJ ENTRE OUTROS QUE TRAZEM LUZ AO PLANEJAMENTO DAS CÂMARAS TÉCNICAS E INICIATIVAS DOS MUNICÍPIOS COLEGIADOS.	Não fez avaliação
O PRÓPRIO PLANO GESTOR DA BACIA ORA EM DESENVOLVIMENTO.EXCELENTE TRABALHO DESENVOLVIMENTO.	EFETIVAMENTE PRECISAMOS IMPLEMENTÁ-LO.	

APÊNDICE I. OUTROS ESPAÇOS, AÇÕES E INICIATIVAS QUE PROPORCIONAM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
SOCIEDADE CIVIL	<p>PARTICIPO ATIVAMENTE DA VIDA COMUNITÁRIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL (SETOR DE TURISMO) - COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO TENDO CRIADO A PRIMEIRA PROPOSTA COLETIVA DE PLANO DIRETOR PARA O MUNICÍPIO; - CMRBC - CONSELHO MUNICIPAL PARA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA (PROJETO DO SENADOR EDUARDO SUPPLY JUNTO AO PREFEITO JOSÉ AUGUSTO PEREIRA); - PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL NA ELABORAÇÃO DE ALGUMAS LEIS E DE REUNIÕES COMUNITÁRIAS NOS BAIRROS URBANOS E RURAIS; - JORNAL REGIONAL CORREIO DA SERRA (DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE 5 MIL EXEMPLARES POR 5 MUNICÍPIOS DA APA); - ONG GAIA TERRA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; - CEPA - CENTRO DE EDUCAÇÃO E PESQUISAS AMBIENTAIS. <p>MINHA AVALIAÇÃO A RESPEITO DESTAS AÇÕES NÃO DIFERE MUITO DO QUE JÁ OBSERVEI ACIMA SOBRE COMITÊS DE BACIAS: TUDO QUE ABARCA ESPAÇO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICOS É INVARIAVELMENTE ALVO DAS TENTATIVAS (COMO REGRA, BEM-SUCEDIDAS) DE APROPRIAÇÃO DO PÚBLICO PELO PRIVADO. COMO QUE CEDENDO À ENTROPIA, É SEMPRE MUITO MAIS FÁCIL DESTRUIR DO QUE CONSTRUIR. UMA LONGA HISTÓRIA QUE NÃO CABE AQUI.</p> <p>NÃO OBSTANTE, AS FORMIGAS PENSANTES PROSSEGUEM NA CONSTRUÇÃO.</p> <p>ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO ESTADUAL, AVALIO COMO UMA FERRAMENTA DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA A SOCIEDADE</p> <p>CONSELHO DA APA E ARIE DO RIO MAMANGUAPE: ESSA UC FEDERAL FICA NA FOZ DA BACIA HIDROGRÁFICA. ARTICULAMOS AÇÕES COMUNS E NOS APOIAMOS MUTUAMENTE.</p> <p>CIEA - COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: É UMA COMISSÃO RECENTE E TEM ENFRENTADO DIFICULDADE PARA REUNIR OS 44 MEMBROS.</p> <p>PARTICIPAÇÃO NO SINDICATO RURAL, PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.</p> <p>SIM OS CONSELHOS CONSULTIVOS DAS 94 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, AINDA FALTA CONSOLIDAR MUITOS DELES, MAS A SINERGIA EM AMBOS, ESPECIALMENTE NO LITORAL NORTE E VALE DO RIBEIRA E ALPA PODE ABRIR UM ESPAÇO EXTREMAMENTE CONSTRUTIVO PARA CONSOLIDAR A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS JUNTO COM GERENCIAMENTO COSTEIRO E ZEE, ASSIM COMO OS PLANOS METROPOLITANOS</p> <p>PARTICIPO DOS GRUPOS DE ESTUDOS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. PENSO QUE SÃO AÇÕES EFICIENTES E QUE FOCAM A MELHORIA DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS JUNTO A POPULAÇÃO.</p>	<p>ESTOU TRABALHANDO NO CULTIVANDO ÁGUA BOA QUE ESTÁ SENDO DESENVOLVIDO NO ESTADO DE MINAS GERAIS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL É SEMPRE MUITO DIFÍCIL, TRABALHOSA E REQUER MUITO CONHECIMENTO SOBRE O ASSUNTO E UM PERFIL ESPECÍFICO DE MOBILIZADOR.</p> <p>ATIVISMO NA DEFESA DA ÁGUA COMO BEM COMUM E DIREITO DE TODOS. DEFESA DA ÁGUA MINERAL COMO RECURSO HÍDRICO A SER GERIDO PELO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E NÃO COMO MERO COMMODITY NA CONDIÇÃO DE MINÉRIO COMO PREVÊ EQUIVOCADAMENTE A LEGISLAÇÃO AINDA VIGENTE.</p> <p>CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>DENTRO DO COMITÊ, A CÂMARA TÉCNICA DA AGENDA 21 E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, É MUITO ATUANTE E PRODUTIVA.</p> <p>AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL REALIZADAS COM OS MEMBROS DO COMITÊ, COM PROFESSORES E ENTIDADES MEMBROS DO COMITÊ.</p> <p>ESSAS AÇÕES SÃO DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA QUE OS MEMBROS E OS OUTROS SETORES CONHECEREM A BACIA HIDROGRÁFICA, OS USOS QUE SE FAZ DESSAS ÁGUAS, A QUALIDADE DAS ÁGUAS, PARA PODEREM CONTRIBUIR NO MOMENTO DAS PACTUAÇÕES E NAS DECISÕES RELACIONADAS AS ATIVIDADES DENTRO DA BACIA QUE O COMITÊ ADMINISTRA.</p> <p>COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DOS RECURSOS HIDRICOS</p> <p>CRH; FEHIDRO; CNRH. BOA AVALIAÇÃO.</p> <p>EM ESPECIAL, ACOMPANHO UMA INICIATIVA DO FÓRUM DE REVITALIZAÇÃO DO RIO MÃE LUZIA, UMA DEMANDA DA SOCIEDADE REGIONAL PELA RECUPERAÇÃO DE UM DOS IMPORTANTES RIOS AQUI DA REGIÃO, E UM DOS PRINCIPAIS AFLUENTES DO RIO ARARANGUÁ. TRATA-SE DE UMA INICIATIVA INÉDITA, POR SER UMA DEMANDA DA COMUNIDADE, REIVINDICANDO A MELHORIA DE UM CURSO D'ÁGUA QUE RECEBE CARGAS DE METAIS PESADOS DA MINERAÇÃO DE CARVÃO E ESTÁ COM SUA SITUAÇÃO MUITO DELICADA. ESSE FÓRUM TEM CONSEGUIDO COLOCAR O PROBLEMA NA PAUTA DOS GESTORES PÚBLICOS SITUADOS NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO RIO E JÁ HÁ A PROSPECÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO PARA A SUA REMEDIAÇÃO.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. EM DIFERENTES ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO NO AMBITO DAS POLÍTICAS SETORIAIS TRANSVERSAIS A POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS, E INICIATIVAS DE</p>

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<p>CONHEÇO OS CONSELHOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS</p> <p>ATUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, DIVULGAÇÃO, MÍDIA</p> <p>GRUPOS INFORMAIS DE REDES SOCIAIS INFORMATIZADAS COMO A REDE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BAIXADA SANTISTA</p> <p>PARTICIPO ATUALMENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO DE VOTUPORANGA (S P). AJUDAMOS A ORGANIZAR, EM 2013, EM VOTUPORANGA (SP), UM MOVIMENTO POPULAR PARA ENVOLVER OS CIDADÃOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, INTITULADO "MOVIMENTO PELA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANO PLURIANUAL 2014-2017", QUE RESULTOU NA PROPOSIÇÃO DE REMANEJAMENTOS DE ORÇAMENTO E APROVAÇÃO, MEDIANTE ARTICULAÇÃO COM OS VEREADORES, DE 14 EMENDAS AO PL DO PPA.</p> <p>CONSELHO GESTOR DE APA E CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - É SEMPRE UMA LUTA POIS O GOVERNO (MUNICIPAL E ESTADUAL) TEM DIFICULDADE DE CONVIVER COM PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E DE DIVISÃO DE PODER/RESPONSABILIDADE.</p> <p>LIONS CLUBE, CAMPANHAS EDUCATIVAS, ONGS</p> <p>CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIO PARDO (RS)- COREDE VRP. SÃO IMPORTANTES PARA FAZER AS CONEXÕES REGIONAIS COM AS DISCUSSÕES NO ÂMBITO DA BACIA HIDROGRÁFICA.</p> <p>CONSELHO DE SAÚDE DA SUBPREFEITURA DE CIDADE ADEMAR DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.</p> <p>COMAM, APAS, DIVERSOS CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS(CONSULT)</p> <p>ATIVIDADES NAS ESCOLAS, ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, E NOS CONSELHOS MUNICIPAIS, PRINCIPALMENTE O DE MEIO AMBIENTE, SAÚDE, TURISMO.</p> <p>CONDOMÍNIO ONDE MORO. PARTICIPEI DE VÁRIOS CONSELHOS MUNICIPAIS, TANTO DO LADO DO PODER PÚBLICO, COMO DA SOCIEDADE CIVIL. SOU VOLUNTÁRIO HÁ 15 ANOS EM UMA ENTIDADE ASSISTENCIAL DE MINHA CIDADE.</p> <p>COORDENADORIA DA. DEFESA CIVIL</p> <p>PARTICIPO DE DUAS ONGS, UMA AMBIENTAL E OUTRA SOCIAL/ESPORTIVA.EM AMBAS A DIFICULDADE É CONSEGUIR PESSOAS PARA TRABALHAR EM PROL DA SOCIEDADE.</p> <p>CPP COMISSÃO PASTORAL DA PESCA, CARITAS DIOCESANA. TANTO A CARITAS COM O CPP SÃO INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM EM CIMA DOS MESMO PONTO AJUDANDO ASSIM A GENTE COMPREENDER MELHOR, MESMO PORQUE TEM UMA LINGUAGEM MAIS</p>	<p>EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS, CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS, ISSO NO AMBITO DA GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS.</p> <p>FÓRUM ESTADUAL DE CBHS, ENCONTRO NACIONAL DE CBHS - ENCOB, COPAM MG, CERH, CNRH. A QUESTÃO AMBIENTAL E PRINCIPALMENTE A DE RECURSOS HÍDRICOS TEM QUE ESTAR PRESENTE NAS AGENDAS POLÍTICAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAL, ISTO, DEPENDE DA FORÇA, ORGANIZAÇÃO E LUTA DOS ÓRGÃOS GESTORES, CBHS, SOCIEDADE CIVIL.</p>

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<p>CLARA.</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SANTA CRUZ: MUITO DINÂMICO.</p> <p>CONSELHOS MUNICIPAIS E COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA SELO MUNICÍPIO VERDE DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ E OS MESMOS VEM CUMPRINDO COM SUAS FUNÇÕES E OBRIGAÇÕES</p> <p>CONACER; REDE CERRADO; REDE MATA ATLLÂNTICA, CONAMA</p> <p>ATRAVÉS DO INEVAT E OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES PROCURAMOS DESENVOLVER UM TRABALHO REGIONAL INCLUSIVE COM PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA</p> <p>SOU CONSELHEIRO EM CONSELHOS AMBIENTAIS. NA MAIOR PARTE DOS CASOS TENHO PARTICIPAÇÃO ATIVA E PROPOSITIVA.</p> <p>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS. EM ALGUMAS AUDIÊNCIAS OCORRIDAS PARA TRATAR DA REGULAMENTAÇÃO DA PROTEÇÃO DAS ÁREAS DE RECARGA DO AQUIFERO GUARANI NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO, ALGUMAS CONSTRUTORAS (SETOR IMOBILIÁRIO) CONTRATARAM DEZENAS DE PESSOAS PARA QUE ESTAS, AO FINGIREM QUE REPRESENTAVAM A SOCIEDADE CIVIL, SE MANIFESTASSEM PARA A DEFESA DOS INTERESSES EMPRESARIAIS. POR FALTA DE PARTICIPAÇÃO DE OUTROS SETORES DA SOCIEDADE EM PESO, ESTES SETORES TÊM MAIOR DESTAQUE.</p> <p>FÓRUM DO LIXO E CIDADANIA QUE ESTÁ AJUDANDO A IMPLANTAR A COLETA SELETIVA NA CIDADE. COMISSÃO DAS ÁGUAS DE POÇOS DE CALDAS, QUE OBJETIVA MELHORAR A QUALIDADE DAS NOSSAS ÁGUAS, ESTÁ SE REESTRUTURANDO, TEM MUITO QUE FAZER.</p> <p>AÇÕES QUE DEFLAGRADAS POR PROFISSIONAIS QUE SABEM DAS CAUSAS ADVINDAS DA FALTA DE POLÍTICA PÚBLICA LOCAL OU ATÉ MESMO A OMISSÃO ESTATAL NESTE CONTEXTO, ASSIM ESSA INCIATIVA DECORRE MESMO COMO ALERTA E ADVERTÊNCIA, OU SEJA, CAUSA E EFEITO. UMA VEZ AUSENTE OS EFEITOS SÃO CONHECIDOS.</p>	
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	<p>SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, EQUIPE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. GRUPO DE PROFISSIONAIS DE MEIO AMBIENTE, CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. FÓRUM NACIONAL, NA COMUNIDADE DE BAIRRO ONDE MORO, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL LOCAL.</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO DE FRANCA</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO</p>	<p>NAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, ENTIDADES FILANTRÓPICAS,QUE DESENVOLVEM AÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS NESTES ESPAÇOS.</p>

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<p>CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</p> <p>CONSELHOS GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONSELHOS MUNICIPAIS</p> <p>CONSELHOS DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE SUD MENNUCCI.</p> <p>CONSELHOS MUNICIPAIS, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO EXTREMO NOROESTE DE SÃO PAULO E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO EXTREMO NOROESTE DE SÃO PAULO.</p> <p>CONSELHOS MUNICIPAIS</p> <p>ESPAÇOS DE EFETIVO DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.</p> <p>CONSELHOS MUNICIPAIS, MAS A PARTICIPAÇÃO SOCIAL SEMPRE É INFIMA.</p> <p>A EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE SÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA PONTUAL NAS REDES DE ENSINO EM TODAS AS ESFERAS!</p> <p>O PDUI DA SECRETARIA DE GESTÃO METROPOLITANA DA CASA CIVIL</p> <p>CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO (COMDEMA). A PARTICIPAÇÃO É EFETIVA</p> <p>AÇO PARTE DE CONSELHO DO MEIO AMBIENTE, CONSELHO DA CIDADE E ULTIMAMENTE TEM SIDO FRACA A PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS TANTO DA SOCIEDADE CIVIL, QUANTO DO GOVERNO. FALTA ALGUM TIPO DE ESTÍMULO.</p>	
PODER PÚBLICO ESTADUAL	<p>SIM OS CONSELHOS CONSULTIVOS DAS 94 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, AINDA FALTA CONSOLIDAR MUITOS DELES, MAS A SINERGIA EM AMBOS, ESPECIALMENTE NO LITORAL NORTE E VALE DO RIBEIRA E ALPA PODE ABRIR UM ESPAÇO EXTREMAMENTE CONSTRUTIVO PARA CONSOLIDAR A GESTÃO DOS TERRITÓRIOS JUNTO COM GERENCIAMENTO COSTEIRO E ZEE, ASSIM COMO OS PLANOS METROPOLITANOS.</p> <p>POR MINHA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PAULISTA. CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL, DE MEIO AMBIENTE, DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, DE SEGURANÇA ALIMENTAR. OS CONSELHOS COSTUMAM CONSEGUIR MAIOR EFETIVIDADE LOCAL DAS AÇÕES E SOFREM UMA COBRANÇA UM POUCO MAIOR POR PARTE DOS CIDADÃOS QUANTO AS AÇÕES E SEUS RESULTADOS.</p> <p>COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE S J RIO PRETO. OS ESPAÇOS SÃO SUBUTILIZADOS, POIS, ENVOLVE IMBRÓGLIOS POLÍTICOS E OS MEMBROS NEM SEMPRE ESTÃO INFORMADOS E ENGAJADOS NOS ASSUNTOS TRATADOS E AÇÕES PROPOSTAS</p>	<p>PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. MESTRADO PROFISSIONAL E GESTÃO DE REC. HÍDRICOS. OU SUJA A TÃO MENCIONADA "EDUCAÇÃO AMBIENTAL"</p> <p>SOU SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL(EDUCAÇÃO) E SEMPRE QUE HÁ POSSIBILIDADE PROCURAMOS DIVULGAR AS AÇÕES DO CBH</p> <p>SÃO INICIATIVAS QUE SOMAM POIS PROPORCIONAM UM INTERCAMBIO E MUITAS VEZES UMA MAIOR REFLEXÃO SOBRE O TEMA DA PARTICIPAÇÃO QUE NEM SEMPRE ESTÃO LIGADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>CRH, FÓRUM DE COMITÊS, CBH-GRANDE QUE NADA MAIS SÃO DO QUE OUTROS EXEMPLOS PARTICIPAÇÃO POPULAR DIRETA (ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO DA CF88)</p>

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<p>CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURÍSTICO, PAISAGÍSTICO E AMBIENTAL. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.</p> <p>A COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SMA/SP VISA À INSTITUIÇÃO E FORTALECIMENTO DE ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TANTO NOS PROJETOS EXECUTADOS PELAS INSTITUIÇÕES COMPONENTES DA SMA, COMO INCENTIVANDO O FORTALECIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NOS MUNICÍPIOS. SÃO INICIATIVAS POSITIVAS, MAS SEMPRE CARECEM DE APRIMORAMENTO DE ENTENDIMENTO DE PRÁTICA.</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, COPAM. SÃO ENTIDADES QUE DISCUTEM PROPOSTAS DE APRIMORAMENTO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS QUE DISCUTEM E FORMALIZAM PROPOSTAS COM DECISÕES FUNDAMENTAIS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTAIS SEJAM COMPARTILHADAS E EFETIVAS.</p> <p>CONDEMAS, ASSOCIAÇÃO CIVIS, ONGS, ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO, ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS, ROTARY, LIONS, ETC</p>	
PODER PÚBLICO FEDERAL	<p>CONSELHO DA APA CHAPADA DO ARARIPE E PRÓ-CONSELHO DO MOSAICO ARARIPE. FÓRUMS DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO CARIRI CEARENSE E DO ARARIPE PERNAMBUCANO. REDE DE AGRICULTORES/AS EXPERIMENTADORES/AS DO ARARIPE. COMISSÃO GESTORA DA FONTE BATATEIRA E CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DO CSBH DO SALGADO. SÃO BASTANTE DIVERSIFICADOS NA COMPOSIÇÃO E NOS OBJETIVOS. POSSUEM DIFERENTES ORIGENS E ESTADOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO. TEM DESDE PEQUENO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO ATÉ ÁREA INTERESTADUAL.</p>	<p>CAMARA TEMATICA ÁGUA E DESENVOLVIMENTO CRIADA POR PORTARIA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.</p> <p>NAQUELAS VOLTADAS À GESTÃO DAS ÁGUAS, TENHO OBSERVADO OS MESMO PROBLEMAS. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL AINDA É SOFRÍVEL EM DIVERSAS ÁREAS. AS INICIATIVAS QUE BROTAM DA PRÓPRIA SOCIEDADE TÊM MELHOR RESULTADO EM RAZÃO DO REAL ENGAJAMENTO.</p>
USUÁRIOS DE ÁGUA	<p>PARTICIPAÇÃO NO SINDICATO RURAL, PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.</p> <p>COMDEMA, CONSELHO GESTOR DE APA.</p> <p>ESTOU MEMBRO DE CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE. NOSSO ESTADO (RS) MUNICIPALIZOU MUITO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL, E O CONSELHO FOI UMA DAS EXIGÊNCIAS, MAS FALTA AINDA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ENTENDER QUE O CONSELHO TEM FORÇA DE DECISÃO. A IDEIA DA MUNICIPALIZAÇÃO FOI MUITO BOA, POIS APROXIMA O LICENCIADOR DO CIDADÃO QUE REQUER O SERVIÇO, MAS TAMBÉM PODE ABRIR PRECEDENTES PARA MUITAS DIFERENÇAS DE EXIGÊNCIAS ENTRE MUNICÍPIOS, POIS NEM TODOS CONTAM COM EQUIPE TÉCNICA CAPACITADA.</p> <p>CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AS AÇÕES NA ESFERA DO CONSELHO SÃO IMPORTANTES, MAS COM POUCA PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES MEMBRAS, POIS O PODER DE DECISÃO É MUITO LIMITADO.</p>	<p>CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERHI - RJ</p> <p>NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, ESTOU A FRENTE DA ATIVIDADE CASA DA SANASA, QUE É DESENVOLVIDA DE MODO ITINERANTE PARA O DIÁLOGO COM A COMUNIDADE SOBRE USO CONSCIENTE DA ÁGUA.</p> <p>NO SEGMENTO DO ORGANISMO DE BACIAS, SOU AGENTE DE INTERLOCUÇÃO MUNICIPAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CONSÓRCIO PCJ. CREIO QUE ESTAS AÇÕES POSSIBILITAM EFETIVAR A PARTICIPAÇÃO E PROMOVER O PROTAGONISMO SOCIAL DE FORMA LEGÍTIMA E INSPIRADORA.</p> <p>DIVERSOS FORUNS PARA DISCUSSÃO DO SANEAMENTO. O ALINHAMENTO DE TODOS OS SETORES É FUNDAMENTAL PARA SEGUIRMOS EM FRENTE.</p> <p>A COPASA PROCURA GARANTIR SUA REPRESENTATIVIDADE EM TODOS OS ESPAÇOS RELATIVOS AO SANEAMENTO.</p>

SEGMENTOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE ESTÃO FORA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	AÇÕES, ESPAÇOS E INICIATIVAS QUE FAZEM PARTE DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
	<p>NO CAMPO PESSOAL, SOU VOLUNTÁRIA NO INSTITUTO ELOS, QUE ATUA NO ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO, TEM COMO FILOSOFIA, "O EXERCÍCIO E CULTIVO DE UMA VISÃO APRECIATIVA SOBRE A COMUNIDADE E SEU AMBIENTE, PARA CRIAR UM CENÁRIO DE ABUNDÂNCIA DE RECURSOS E POSSIBILIDADES, VALORIZANDO A PRESENÇA E O POTENCIAL DE CONTRIBUIÇÃO DE CADA PESSOA."</p> <p>INICIATIVAS DA ELOS DESENVOLVE ESTRATÉGIAS E COMPARTILHA INFORMAÇÕES QUE POSSIBILITA CONECTAR PESSOAS A SEUS SONHOS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE.</p> <p>OS GRUPOS DE TRABALHO.</p> <p>TURISMO E NO PASSADO SAÚDE. AS APLICAÇÕES DAS DECISÕES EM GERAL SÃO BAIXAS PELOS RESPONSÁVEIS.</p>	<p>CERH, CTPLAN/CNRH, GTPLANO/CBH GRANDE, CTI/CERH, CTIG/CERH, FHIDRO.</p>

APÊNDICE J. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES OU LACUNAS PARA MELHORAR OU APRIMORAR A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, POR CATEGORIAS DE ANÁLISE

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
<p>PNRH- CRIAÇÃO DO CBH COMO ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA PARTICIPAÇÃO</p>	<p>MELHORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS EM RELAÇÃO AOS COMITÊS. A MAIOR OMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO SÃO OS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS</p> <p>RECURSOS FINANCEIROS PARA QUE OS COMITÊS TIVESSEM PERNAS PARA CAMINHAR SOZINHO</p> <p>INCENTIVO FINANCEIRO DA UNIÃO.</p> <p>ACCELERAR O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO CBH, DEFINIR ADEQUADAMENTE E ACCELERAR O PROCESSO DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA, DESENVOLVER PESQUISA SOBRE A BAIXA DO LEITO DO RIO VERDE</p> <p>FALTA O ESTADO FAZER A SUA PARTE COMO POR EXEMPLO O CADASTRO DE USUÁRIOS</p> <p>AUMENTAR A AUTONOMIA TÉCNICA, POLÍTICA E FINANCEIRA DOS CBHS. CRIAR MECANISMOS EFETIVOS DE GESTÃO PELOS COMITÊS, MUITAS DAS DECISÕES PARA SEREM APLICADAS DEPENDEM DOS MUNICÍPIOS, ÓRGÃOS DO ESTADO (DAEE E CETESB) E CONCESSIONÁRIAS.</p> <p>NO RS AINDA NÃO TEMOS A FIGURA DA AGÊNCIA DE REGIÃO HIDROGRÁFICA QUE, CONFORME</p>	<p>INVESTIMENTO, FISCALIZAÇÃO, AUTONOMIA E APOIO AO CBH.</p> <p>PENSO QUE OS COMITÊS FOSSEM MAIS OUVIDOS PELO PODER EXECUTIVO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA SUGERIDAS FOSSEM REALMENTE IMPLANTADAS.</p> <p>FACILIDADE DE ACESSO ÀS REUNIÕES E COMPREENSÃO DA PRIORIDADE DA TEMÁTICA</p> <p>CRIAÇÃO DE MARCOS ESTADUAIS COM IMPACTO NA SOCIEDADE, POREM, SEM O CORPO TECNICO DE COMANDO E CONTROLE, NAO SERVE PARA NADA.</p> <p>MAIOR CLAREZA E ESTABILIDADE NOS PLANOS (PDCS).</p> <p>DIÁLOGO COM COMITÊS VIZINHOS;</p>	<p>RECURSOS DO PODER PUBLICO ESTADUAL E FEDERAL</p> <p>RECURSOS FINANCEIROS, PARA EXECUTAR CURSOS, SEMINÁRIOS WORKSHOP, COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE, PRINCIPALMENTE DOS SEGUIMENTO DAS ONGS E OCIP'S, E PROFESSORES, QUE SÃO NOSSOS PARCEIROS DA DIVULGAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS FUTUROS REPRESENTANTES DOS NOSSOS CBHS</p> <p>MELHORAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA BACIA HIDROGRÁFICA COM A PARTICIPAÇÃO DELIBERATIVA DO RESPECTIVO COLEGIADO</p> <p>MAIOR PODER DE DELIBERAÇÃO DOS COLEGIADOS E RESPEITO A ELES COMO ESPAÇOS DE DELIBERAÇÃO.</p> <p>PARA BOA PARTE DOS MEMBROS EFETIVOS OU POTENCIAIS DO SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL HÁ NECESSIDADE DE APOIO AO DESLOCAMENTO E EVENTUALMENTE REFEIÇÕES.</p> <p>NECESSIDADE DE SE FACILITAR O AVANÇO PARA MELHORIA DOS RECURSOS HÍDRICOS ATRAVÉS DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS!</p> <p>OBJETIVO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA PÚBLICA E O QUE DEVE SER FEITO EM CADA MUNICÍPIO</p>		<p>MELHORIA DO APOIO TÉCNICO /ADMINISTRATIVO AO COMITÊ.</p> <p>REGRAS MAIS CLARAS, AÇÕES DISCUTIDAS SEJAM IMPLEMENTADAS. HOJE HÁ MUITA DISCUSSÃO, REUNIÃO, PROPOSTAS, PORÉM AÇÕES PRÁTICAS NEM SEMPRE ACONTECEM. OS REPASSES REALIZADOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS GESTORES NEM SEMPRE ACONTECEM DE FORMA ADEQUADA E SISTEMÁTICA, O QUE PREJUDICA NA ESTRUTURAÇÃO DOS COMITÊS.</p> <p>PRECISA SE CONCRETIZAR A LEI 9.433/1977, POIS PRATICAMENTE TODOS AINDA ESTAMOS SEM AGÊNCIA DE BACIA. COM TODO O SISTEMA IMPLANTANDO PODEREMOS SER MAIS EFETIVOS ACREDITO, VIMOS QUE SP MESMO TENDO AGÊNCIA, HOUVE GRANDES DIFICULDADES NO GERENCIAMENTO DA CRISE DO CANTAREIRA, MAS QUERO ACREDITAR QUE SE TÊM MAIS DIREÇÃO QUANDO A AGÊNCIA ESTÁ IMPLANTADA.</p> <p>NO NOSSO CASO, PRECISAMOS QUE OS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA DE AGUA BRUTA,</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>PREVISTO NA LEI SERIA O ÓRGÃO PARA DAR ESTE SUPORTE OPERACIONAL PARA OS PROJETOS SAÍREM DO PAPEL.</p> <p>POLÍTICOS PREOCUPADOS COM OS RECURSOS DO PLANETA, SEM FAZER LEIS OU DECRETOS QUE VENHAM RETIRAR RECURSOS DAS CBH</p> <p>OUVIR E INCENTIVAR SUB-COMITÊS</p> <p>DEFINIÇÃO CLARA DAS METAS E OBJETIVOS E APOIO E INCENTIVO ÀS COMISSÕES GESTORAS.</p> <p>ACREDITO QUE NECESSITAMOS DE UMA MUDANÇA CULTURAL, NA QUAL AS PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE UM TERRITÓRIO SEJAM DEFINIDAS COLETIVAMENTE. A VISÃO ECONOMICISTA ATUAL IMPÕE, POR MEIO DOS SETORES DE INTERESSE, UM MODELO QUE NÃO É CRITERIOSO EM RELAÇÃO AO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS. ASSIM A DISCUSSÃO SOBRE NOVOS EMPREENDIMENTOS POLUENTES NÃO PASSAM POR DISCUSSÃO COLETIVA, E SEQUER COSTUMAM SER SUBMETIDAS AO COMITÊ, POR EXEMPLO. AQUI NA REGIÃO, PLANTAS DE MINAS DE CARVÃO FORAM APROVADAS EM COLOCADAS EM EXECUÇÃO SEM QUALQUER DISCUSSÃO MAIS APROFUNDADA, PORQUE AS INSTÂNCIAS DE PODER QUE DEFINEM TAIS QUESTÕES ESTÃO AO LARGO DAS POLÍTICAS HÍDRICAS. OS COMITÊS SÃO CHAMADOS APENAS PARA A</p>		<p>PARA O ATINGIMENTO DE METAS CONSTANTES DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS.</p>		<p>SEJA PELO MENOS PARTE DEFINIDA A SUA APLICAÇÃO PELOS CBHS, POIS ISSO FORTALECE OS MESMOS E INFELIZMENTE NO ESTADO DO CEARÁ TODOS OS RECURSOS ARRECADADOS SÃO APLICADOS NAS ATRIBUIÇÕES DA COGERH, FRAGILIZANDO A ATUAÇÃO DOS CBHS. POIS CASO OS CBHS TIVESSEM O PODER DE DEFINIR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA DE SUA BACIA, FAVORECERIA AO INTERESSE DE MAIS INSTITUIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NOS CBHS. O MAIS INCRÍVEL É A VISTA GROSSA DOS ENTES FEDERAIS COMO A AGENCIA NACIONAL DE ÁGUA - ANA FAZ EM RELAÇÃO AO DESRESPEITO A LEI FEDERAL.</p> <p>FORTALECIMENTO DOS COMITÊS FINANCEIRAMENTE.</p> <p>PRECISAMOS TER CERTEZA QUE OS RECURSOS SERÃO BEM EMPREGADOS, EVITANDO GASTOS DESNECESSÁRIOS E TORNANDO A COBRANÇA MAIS UM IMPOSTO.</p> <p>MELHOR SEGMENTAÇÃO TERRITORIAL (MENOR - DIMINUIR DISTÂNCIAS E TEMPO)</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM PROCESSOS PRÓ FORMA. ISSO DEMONSTRA QUE NÃO HÁ AINDA UMA MASSA CRÍTICA QUE COMPREENDA A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O USO COMUM.</p> <p>APOIO INSTITUCIONAL PARA A PARTICIPAÇÃO.</p> <p>O FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS GESTORES, CBHS, FÓRUNS E AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS MESMOS NOS COLEGIADOS QUE FAZEM PARTE DOS SISTEMAS ESTADUAIS E NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>TER APOIO INSTITUCIONAL PARA COLOCAR EM PRÁTICA AS SUGESTÕES DAS REUNIÕES. FAZER ACONTECER DE FATO. AS PESSOAS ACABAM DESANIMANDO POR NÃO VER A REALIZAÇÃO DAS AÇÕES ALMEJADAS.</p> <p>VIABILIZAR FINANCEIRAMENTE AS LOCOMOÇÕES DOS MEMBROS PARA QUE FIQUE MAIS ACESSÍVEL A PARTICIPAÇÃO PRINCIPALMENTE DA SOCIEDADE CIVIL.</p> <p>FACILITAR A MOBILIDADE DAS PESSOAS</p> <p>A INTEGRAÇÃO TRANSVERSAL EM BASE AOS TERRITÓRIOS, RECORDEMOS QUE EM SÃO PAULO 62% DO ABASTECIMENTO URBANO TEM SUAS OUTORGAS PROVENIENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.</p>				

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
<p>ATUAÇÃO NOS COLEGIADOS: REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE NAS ISNTÂNCIAS</p>	<p>ENCONTRAR PESSOAS-CHAVE QUE TENHAM INTERESSE EM LUTAR PELA CAUSA, CAPACITAR AQUELES QUE SÃO INDICADOS PELOS ÓRGÃOS (PREFEITURAS, ESTADO, USUÁRIOS DE ÁGUA)</p> <p>FALTA ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO JOVEM</p> <p>MAIOR INTERESSE DOS MUNICÍPIOS E DO ESTADO NOS COMITÊS ESTADUAIS E DA ANA E DA UNIÃO, BEM COMO DOS ESTADOS QUANDO O COMITÊ FEDERAL TEM SEU CURSO D' ÁGUA EM MAIS DE UM ESTADO NOS COMITÊS FEDERAIS.</p> <p>UMA DAS PRINCIPAIS AÇÕES PARA APRIMORAR A PARTICIPAÇÃO SERIA QUE TODOS OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DELIBERASSEM POR DEIXAR DE TORNAR A PARTICIPAÇÃO NAS CÂMARAS TÉCNICAS CONDICIONADA À PARTICIPAÇÃO DA ENTIDADE/ÓRGÃO DE ORIGEM NO PLENÁRIO DO COMITÊ. O CBH-PCJ, POR EXEMPLO, DEIXOU ESSA CONDIÇÃO DE LADO E OBSERVOU UM GRANDE AUMENTO NO NÚMERO DE ENTIDADES/ÓRGÃOS PARTICIPANDO DAS REUNIÕES DE SUAS CTS. CONSIDERANDO QUE AS CTS SÃO O ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA O DEBATE, É PRECISO ABRIR-LHES AS PORTAS.</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS E ESTADUAIS COMUNICAÇÃO,O ENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES DE ENSINO E PESQUISA NA UGRI.</p>	<p>AUMENTO DO EFETIVO DE PROFISSIONAIS NOS ÓRGÃO ESTATAIS</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ENCESSAMENTO ESTADUAL E ABERTURA DA CONCESSIONÁRIA PÚBLICA PARA PARCERIAS COM EMPRESAS DE SANEAMENTO (PPPS).</p> <p>MAIS REUNIÕES FORA DO CENTRO DE SÃO PAULO, COM A VOLTA DOS SUBCOMITES E SUA ATENÇÃO</p> <p>DIVERSIFICAÇÃO DO LOCAL DA REUNIÃO;</p> <p>*ROTATIVIDADE DOS REPRESENTANTES QUE FAZEM PARTE DAS CÂMARAS TÉCNICAS E COMITÊ - ALGUNS PODERES E SEGMENTOS INDICAM A MESMA PESSOA A 20 ANOS - NECESSÁRIO MUDANÇA;</p> <p>COMPROMISSO DAS PREFEITURAS COM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS COLABORES PARA FICAREM ATUALIZADOS COM AS OPORTUNIDADES DE OBTENÇÃO DE RECURSOS E BENEFÍCIOS, OU MESMO PARA DISCUTIR QUESTÕES DE CONFLITO, DISCUSSÕES MAIS OBJETIVAS DOS ASSUNTOS DE PLENÁRIA.</p>	<p>PARA OS SEGMENTOS GOVERNAMENTAIS É PRECISO QUE OS RESPECTIVOS ÓRGÃOS ASSUMAM CLARAMENTE O COMPROMISSO COM A PARTICIPAÇÃO E CONSEQUENTEMENTE OFEREÇAM AS CONDIÇÕES PARA SEUS REPRESENTANTES PARTICIPEM.</p> <p>APOIO TOTAL DO PODER PUBLICO, POIS, CULTURALMENTE, NO CEARÁ A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA AINDA NÃO APRENDEU ANDAR POR CONTA PRÓPRIA.</p> <p>GERENTES" DOS COMITES QUE ACABAM POR ASSUMIR TODO O EMPENHO PARA SÍ/ÓRGÃO QUE REPRESENTA (DAAE, CETESB, ETC).</p> <p>PRECISA DE MAIS COMPROMETIMENTO E RECURSOS DO PODER PUBLICO ESTADUAL E FEDERAL</p> <p>GARANTIR A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE TODOS</p> <p>REPRESENTANTES QUE REALMENTE TENHAM PODER DELIBERATIVO EM SUAS INSTITUIÇÕES;</p> <p>RESOLVENDO O APOIO FINANCEIRO PARA A SOCIEDADE CIVIL JÁ É UM PASSO.A PRESENÇA DE PREFEITOS QUE NÃO É BOA E MUITAS VEZES SÃO REPRESENTADOS POR FUNCIONÁRIOS DA ENTIDADE E NÃO MEMBROS.</p> <p>NA MINHA OPINIÃO INFELIZMENTE O PODER PUBLICO MUNICIPAL PELO MENOS NO COMITÊ DO QUAL PARTICIPEI É QUE DEIXA MUITO A DESEJAR, MESMO SENDO DE</p>	<p>REDUZIR AS ASSIMETRIAS ENTRE OS ATORES SOCIAIS.</p> <p>DIVERSAS, SÃO DIFERENTES PARA CADA SEGMENTO E TEMA.</p>	<p>APERFEIÇOAMENTO NA REPRESENTATIVIDADE DOS MEMBROS E ARTICULAÇÃO COM AS BASES VISANDO UM POSICIONAMENTO MAIS SETORIAL E MENOS PESSOAL</p> <p>EXIGIR A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS NESTA QUESTÃO, PRINCIPALMENTE O GOVERNO MUNICIPAL E A SOCIEDADE.</p> <p>OS PODERES MUNICIPAL E FEDERAL DEVERIAM EFETIVAMENTE PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES SOBRE A GESTÃO.</p> <p>ENVOLVIMENTO MAIOR DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, QUE É QUEM LEGISLA O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.</p> <p>MAIS PESSOAS ENVOLVIDAS NOS GTS E MAIS DELIBERAÇÕES NAS PLENÁRIAS</p> <p>TAMBÉM SE FAZ NECESSÁRIO QUE OS ESPAÇOS DE DECISÃO SEJAM OCUPADOS POR MAIOR DIVERSIDADE E TENHA MENOR REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA PARTIDÁRIA.</p> <p>MAIOR INTERESSE DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA BACIA E DOS USUÁRIOS EM GERAL. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS AINDA NÃO É BEM ENTENDIDA. SUBSIDIO À SOCIEDADE CIVIL</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>MAIOR ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS NO COMITÊ E FORMAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS.</p> <p>QUE AS PESSOAS PARTICIPANTES SEJAM MAIS ENGAJADAS NOS PROCESSOS DE DECISÕES E QUE TENHAM MAIS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA QUE POSSAM SE EMPODERAR MELHOR.</p> <p>A SOCIEDADE CIVIL É UM SEGMENTO DESARTICULADO, MUITOS REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES TÊM SEUS PRÓPRIOS INTERESSES. DENTRO DO CBH, O SEGMENTO MAIS ARTICULADO É A FIEMG.</p> <p>COMPROMISSO MAIS SERIO DO PODER PUBLICO.</p> <p>MOTIVAR A PARTICIPAÇÃO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS</p> <p>MAIOR ENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS. OS MUNICÍPIOS PARTICIPAM PARA A ELEIÇÃO DO COMITÊ. AQUELES QUE SÃO ELEITOS PARTICIPAM E AQUELES QUE NÃO SÃO ELEITOS NÃO PARTICIPAM MAIS ESQUECENDO QUE NO COMITÊ TODOS TEM DIREITO A VOZ</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS PRINCIPALMENTE OS MUNICIPAIS.</p> <p>MAIOR (EM NÚMERO) A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE DIFUSO.</p>		<p>IMPOSIÇÃO LEGAL, NÃO DÃO A DEVIDA ATENÇÃO AO TEMA.</p> <p>OS SEGMENTOS DEVEM COMPREENDER O PAPEL DE UM REPRESENTANTE DE COMITÊ, SE COMPROMETER COM O TRABALHO, MESMO ELE SENDO, COMO DIZEM - "VOLUNTÁRIO". ACREDITO QUE A PARTIR DO MOMENTO QUE O INTERESSE FOR A BACIA, EXCLUSIVAMENTE, TODAS AS DECISÕES E DISCUSSÕES SERÃO REALIZADAS DE FORMA MAIS SEGURA, ALINHADA E VISANDO, SOBRETUDO O BEM DA BACIA.</p> <p>FAVORECER A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS; ORIENTAR OS INTEGRANTES DOS COMITÊS QUANTO A DIFERENTES TÉCNICAS PARA APOIO NO DEBATE SOBRE ESCOLHA DAS MELHORES TÉCNICAS PARA ATINGIR AS METAS PROPOSTAS.</p> <p>FAVORECER A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS</p>		<p>MAIOR DIVULGAÇÃO NOS MAIS DIVERSOS SETORES E MAIOR ENGAJAMENTO DOS REPRESENTANTES DOS DIVERSOS SEGMENTOS.</p> <p>TEMOS UMA LEGISLAÇÃO EFICIENTE E BOA, O QUE FALTA É UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DOS ÓRGÃOS GESTORES ESTADUAIS.</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>NÃO EXISTE UM MOVIMENTO INTEGRADO ENTRE SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO, CONSIDERAMOS QUE AS ATIVIDADES SÃO UM TANTO DESCOORDENADAS</p> <p>EFETIVAMENTE, CHAMAR TODOS ATORES SOCIAIS PARA ESSA DISUSSÃO VIA COMITÊS QUE SÃO DESCONHECIDOS, POIS É UMA PRÁTICA QUE DEVA SER CORRIGIDA COM A APROVAÇÃO DOS PLANOS, A BACIA NA MAIORIA DAS VEZES ROMPEM MUNICÍPIOS E ESTADOS SENDO DESPREZADAS E TRATADAS DE FORMA ISOLDAS, ESSA OMISSÃO DEVE SER COMPREENDIDA POR TODOS OS GESTORES QUE SE QUER SABEM DESTA INTEREÇÕES, POR ISSO A NECESSIDADE DE AJUSTE NESTE MECANISMO DE POLÍTICA</p> <p>ENVOLVIMENTO DE TODOS OS SEGMENTOS,</p>				
<p>ABERTURA PARA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS-DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO</p>	<p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM ASSUNTOS QUE ENVOLVE TODA A COMUNIDADE.</p> <p>DIVULGAR MAIS OS PLANOS E ESTRATÉGIAS PARA ANOS VINDOUROS, BUSCAR MAIOR CREDIBILIDADE E VISIBILIDADE JUNTO ÀS COMUNIDADES</p> <p>UMA DAS PRINCIPAIS AÇÕES PARA APRIMORAR A PARTICIPAÇÃO SERIA QUE TODOS OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DELIBERASSEM POR DEIXAR DE TORNAR A PARTICIPAÇÃO NAS CÂMARAS TÉCNICAS CONDICIONADA À PARTICIPAÇÃO DA ENTIDADE/ÓRGÃO DE ORIGEM</p>	<p>SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE FRENTE AOS DESAFIOS E IMPORTANCIA DO RECURSOS HÍDRICOS PARA QUALIDADE DE VIDA.</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</p> <p>MAIOR EMPODERAMENTO POR PARTA DA SOCIEDADE CIVIL DO SEU PAPEL NA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>TER UM APOIO MAIOR DA SOCIEDADE CIVIL.</p>	<p>CONVIDAR PRA AS REUNIÕES OS PRESIDENTES DE BAIRROS PARA QUE SAIBAM QUE O COMITE EXISTE E PODE TRAZER INFORMAÇÕES A UMA PARTE DA SOCIEDADE QUE NÃO ESTA INSERIDA NO SISTEMA DIRETAMENTE (PERIFERIA,VILAS E ASSENTAMENTOS) ENVOLVER A POPULAÇÃO A PARTIR DE SUAS NECESSIDADES EM RELAÇÃO A ÁGUA</p> <p>RESOLVENDO O APOIO FINANCEIRO PARA A SOCIEDADE CIVIL JÁ É UM PASSO</p> <p>AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO, GOVERNO X SOCIEDADE</p>		<p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM ASSUNTOS QUE ENVOLVE TODA A COMUNIDADE.</p> <p>UMA LACUNA A SER PREENCHIDA É A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>NO PLENÁRIO DO COMITÊ. O CBH-PCJ, POR EXEMPLO, DEIXOU ESSA CONDIÇÃO DE LADO E OBSERVOU UM GRANDE AUMENTO NO NÚMERO DE ENTIDADES/ÓRGÃOS PARTICIPANDO DAS REUNIÕES DE SUAS CTS. CONSIDERANDO QUE AS CTS SÃO O ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA O DEBATE, É PRECISO ABRIR-LHES AS PORTAS.</p> <p>CUSTEAR A SOCIEDADE CIVIL, REDUZIR A CENTRALIZAÇÃO DAS DECISÕES NO ESTADO UM ARRANJO NA COMPOSIÇÃO DO CBH-AT MAIS PRÓXIMO DA REALIDADE ECONÔMICO SOCIAL AMBIENTAL, PORTANTO, COM MAIOR PESO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.</p>		ESTABELECEER DIÁLOGO COM A SOCIEDADE ORGANIZADA E COM OS NÍVEIS DE GOVERNO IMPLICADOS		
<p>APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS, AÇÕES E PROJETOS PARTICIPATIVOS (E NOS INSTRUMENTOS)</p>	<p>PRIMEIRAMENTE DEVE SER TRABALHADO O INTERESSE DO INDIVÍDUO PELA CAUSA, CONVENCENDO-O DA IMPORTÂNCIA DE SUA PARTICIPAÇÃO, SEM ISSO, OS RECURSOS E EMPENHO DOS DE MAIS NUNCA SERÁ SUFICIENTE, POIS, SOBRETUDO, AS PESSOAS ESTÃO MUITO DESINTERESSADAS HOJE EM DIA.</p> <p>ACREDITO QUE NECESSITAMOS DE UMA MUDANÇA CULTURAL, NA QUAL AS PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE UM TERRITÓRIO SEJAM DEFINIDAS COLETIVAMENTE. A VISÃO ECONOMICISTA ATUAL IMPÕE, POR MEIO DOS SETORES DE INTERESSE, UM MODELO QUE NÃO É CRITERIOSO EM RELAÇÃO AO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS. ASSIM A DISCUSSÃO SOBRE NOVOS</p>	OPORTUNIDADES DE ATENDIMENTO DE PROJETOS COM MENOS BUROCRACIA, MAIOR OBJETIVIDADE NAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO DE BACIAS.	<p>TUDO COMEÇA COM O COMPROMISSO PESSOAL DE CADA MEMBRO DO COMITÊ. DE NADA ADIANTA INSCREVER E NÃO COMPARECER. FEITO ISSO, SERIA TRABALHARMOS PARA QUE A SOCIEDADE POSSA VISLUMBRAR DE FORMA MAIS CONCRETA AS AÇÕES EXECUTADAS PARA SE SENTIREM MAIS ATRAÍDOS NA PARTICIPAÇÃO.</p> <p>DEFINIR ESTRATÉGIAS EFETIVAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL QUE POSSAM GARANTIR A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>ORIENTAR OS INTEGRANTES DOS COMITÊS QUANTO A DIFERENTES TÉCNICAS PARA APOIO NO DEBATE SOBRE ESCOLHA DAS MELHORES TÉCNICAS PARA ATINGIR AS METAS PROPOSTAS.</p>		

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>EMPREENDEMENTOS POLUENTES NÃO PASSA POR DISCUSSÃO COLETIVA, E SEQUER COSTUMAM SER SUBMETIDAS AO COMITÊ, POR EXEMPLO. AQUI NA REGIÃO, PLANTAS DE MINAS DE CARVÃO FORAM APROVADAS EM COLOCADAS EM EXECUÇÃO SEM QUALQUER DISCUSSÃO MAIS APROFUNDADA, PORQUE AS INSTÂNCIAS DE PODER QUE DEFINEM TAIS QUESTÕES ESTÃO AO LARGO DAS POLÍTICAS HÍDRICAS. OS COMITÊS SÃO CHAMADOS APENAS PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM PROCESSOS PRÓ FORMA. ISSO DEMONSTRA QUE NÃO HÁ AINDA UMA MASSA CRÍTICA QUE COMPREENDA A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS PARA O USO COMUM.</p>		<p>SAIR DA TEORIA E PROPOR AÇÕES PRATICAS EFETIVAS (EX SE ENVOLVER EM AÇÕES EFETIVAS DE REFLORESTAMENTO DE MATA CILIAR)</p> <p>ELABORAR SESSÕES PÚBLICAS DE DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS PELOS MEMBROS DO COMITÊ.</p> <p>ACREDITO QUE A PARTICIPAÇÃO SEJA APRIMORADA NA MEDIDA EM QUE CONSEGUIMOS APROXIMAR AS PESSOAS DA GESTÃO, O QUE PASSA POR UM PROCESSO FORMATIVO QUE TRAGA ELEMENTOS DE MELHOR COMPREENSÃO DO SIGRH E DE SUPORTE PARA COMPREENSÃO DE DIFERENTES OLHARES, COM TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, E PASSA TAMBÉM PELA ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA ENVOLVIMENTO QUE FUJAM UM POUCO DA "FORMALIDADE" DAS REUNIÕES, O QUE PODE INIBIR A PARTICIPAÇÃO, UTILIZANDO METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NAS REUNIÕES, E TAMBÉM UTILIZAR FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO POPULAR TEM NA INFORMAÇÃO (BOA E PRECISA) SUA IRMÃ SIAMESA. DE MODO QUE À MEDIDA QUE TENHO E ACUMULO BOA INFORMAÇÃO MELHORO MINHA PARTICIPAÇÃO. A METODOLOGIA FPEIR / INDICADORES UTILIZADA NOS RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO À MEDIDA QUE VAI SENDO ASSIMILADA E INTERNALIZADA PELO MEMBRO DO COMITÊ MELHORA E APRIMORA SUA PARTICIPAÇÃO. É UMA VIA DE MÃO DUPLA QUE DEPENDE TAMBÉM DO</p>		

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
			ESFORÇO PESSOAL DOS ATORES DA BACIA.		
EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, CONHECIMENTO TÉCNICO E COMUNICAÇÃO	<p>É PRECISO MELHORAR A COMUNICAÇÃO COMO FORMA DE SENSIBILIZAR A PARTICIPAÇÃO</p> <p>CONHECIMENTO TÉCNICO CIENTÍFICO DEVE SER RESSALTADO E APRIMORADO SUBSTANCIALMENTE.</p> <p>DEIXAR DE ISOLAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS DEMAIS PROJETOS QUE RECEBEM RECURSOS. É UM ABSURDO IMAGINAR QUE EXISTAM PROJETOS SÓ DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DEVERIA DISPOR TAMBÉM DE UMA FATIA MAIOR DE RECURSOS DO FUNDO (FEHIDRO) POIS ELA DEVERIA SER OBRIGATÓRIA EM TODOS OS PROJETOS. MAIOR DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA A POPULAÇÃO EM GERAL. MAIS EDUCAÇÃO AMBIENTAL.</p> <p>COMUNICAÇÃO, O ENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES DE ENSINO E PESQUISA NA UGRI.</p> <p>MAIOR ATENÇÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COM RECURSOS DISPONÍVEIS E POSSÍVEIS DE USO.</p> <p>O APRIMORAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PASSA PELA QUESTÃO DA QUALIFICAÇÃO DOS SEUS MEMBROS, NO SENTIDO DE CONHECIMENTO, EMPÍRICO E CIENTÍFICO, DO FUNCIONAMENTO</p>	<p>FORTELECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A COMUNIDADE EM GERAL</p> <p>CURSOS ESPECÍFICOS PARA CADA PDC</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NOS CBH'S, PARA A COMUNIDADE GERAL.</p> <p>A CAPACITAÇÃO DOS ENVOLVIDOS.</p> <p>A DIVULGAÇÃO PERANTE ATRAVÉS DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA SOCIEDADE CONHECER E ENTENDER TER, UM MAIOR ENVOLVIMENTO DE TODOS OS SETORES, E VINCULAR A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA TODOS.</p> <p>MAIOR CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS COMITÊS NO TEMA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>UMA MELHOR DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES.</p>	<p>EDUCAÇÃO AMBIENTAL.</p> <p>DEFINIR ESTRATÉGIAS EFETIVAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL QUE POSSAM GARANTIR A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DE TODOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>CONVIDAR PRA AS REUNIÕES OS PRESIDENTES DE BAIRROS PARA QUE SAIBAM QUE O COMITE EXISTE E PODE TRAZER INFORMAÇÕES A UMA PARTE DA SOCIEDADE QUE NÃO ESTA INSERIDA NO SISTEMA DIRETAMENTE (PERIFERIA,VILAS E ASSENTAMENTOS)</p> <p>SEMPRE ESTAR PROMOVENDO CURSO CAPACITAÇÃO, SER FIRMO NO PROPÓSITO</p> <p>ENVOLVER A POPULAÇÃO A PARTIR DE SUAS NECESSIDADES EM RELAÇÃO A ÁGUA</p> <p>FAVORECER A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SEGMENTOS; ORIENTAR OS INTEGRANTES DOS COMITÊS QUANTO A DIFERENTES TÉCNICAS PARA APOIO NO DEBATE SOBRE ESCOLHA DAS MELHORES TÉCNICAS PARA ATINGIR AS METAS PROPOSTAS.</p> <p>MAIS CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O COMITÊ.</p> <p>EDUCAÇÃO GERAL / BASICA A GOVERNOS, SOCIEDADE CIVIL E AOS " GERENTES" DOS COMITES QUE ACABAM POR ASSUMIR TODO O EMPENHO PARA SÍ/ÓRGÃO QUE REPRESENTA</p>		<p>AMADURECIMENTO, PACIFICAÇÃO DE TENSÕES E CAPACITAÇÃO DOS PARTICIPANTES PARA QUE AS DISCUSSÕES SEJAM DE MELHOR NÍVEL TÉCNICO</p> <p>É UM DESAFIO ESSA QUESTÃO, PORQUE AS PESSOAS SÓ SE ENGAJAM QUANDO LHES FALTA ÁGUA. ATÉ QUE NÃO HÁ FALTA, ESTÁ TUDO BEM (MINHA PERCEPÇÃO). MAS...PODE-SE: CRIAR PROGRAMAS DE INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA PROCESSOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTINUADA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS SOBRE PERTINENTES AO ASSUNTO</p> <p>MELHORAR A COMUNICAÇÃO</p> <p>O CBH PRECISA IR ÀS ESCOLAS, AGENDAR REUNIÕES PERTO DE PONTOS DE ÔNIBUS E PRAÇAS PÚBLICAS, E NÃO EM AUDITÓRIOS FECHADOS ONDE SÓ SE CHEGA DE CARRO. PROJETOS DE CAPACITAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE CURTA METRAGENS SOBRE A ÁGUA, CURSOS DE FOTOGRAFIA E PEÇAS TEATRAIS TAMBÉM AJUDARIAM.</p> <p>FALTA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO, E ESSE ERRO VEM DESDE A BASE, POIS A EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTÁ CADA VEZ MAIS SUCATEADA,</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>DA BACIA HIDROGRÁFICA E DAS AÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS. NÃO HÁ COMO OPINAR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO SE O MEMBRO NÃO CONHECE A BACIA HIDROGRÁFICA QUE ESTÁ EM PLANEJAMENTO.</p> <p>QUE AS PESSOAS PARTICIPANTES SEJAM MAIS ENGAJADAS NOS PROCESSOS DE DECISÕES E QUE TENHAM MAIS QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA QUE POSSAM SE EMPODERAR MELHOR.</p> <p>MAIS CAPACITAÇÃO AOS MEMBROS DO COMITÊ E PARTICIPAÇÃO DOS CBHS NAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES.</p> <p>PARA ENTENDEREM MAIS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, DEVE-SE REALIZAR TREINAMENTOS CONSTANTES, PARTICIPAREM DOS ENCONTROS ESTADUAIS ETC.</p> <p>CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE PRESERVAR OS MANANCIAIS E AS MATAS CILIARES; EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>CONHECIMENTO E FORMAÇÃO</p> <p>HÁ NECESSIDADE DE SE ENTENDER O QUE É E COMO SE PARTICIPA NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA QUE A PARTICIPAÇÃO SE EFETIVE. TENDO EM VISTA A CARÊNCIA DO ENTENDIMENTO DE QUESTÕES BÁSICAS, COMO P.EX., DO QUE É UMA BACIA HIDROGRÁFICA E O POR QUÊ É A BACIA HIDROGRÁFICA A UNIDADE TERRITORIAL DE GESTÃO</p>		<p>DIVULGAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA IMPORTÂNCIA QUE AS DECISÕES TOMADAS NO ÂMBITO DO COMITÊ TEM. ESCLARECIMENTOS DO PAPEL DO COLEGIADO.</p> <p>DAR VISIBILIDADE PÚBLICA AOS COMITÊS. E DESENVOLVER PROGRAMAS EFETIVOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADOS PARA A GESTÃO (INDIVIDUAL E COLETIVA) DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>RECURSOS FINANCEIROS, PARA EXECUTAR CURSOS, SEMINÁRIOS WORKSHOP, COM A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE, PRINCIPALMENTE DOS SEGUIMENTO DAS ONGS E OCIP'S, E PROFESSORES, QUE SÃO NOSSOS PARCEIROS DA DIVULGAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS FUTUROS REPRESENTANTES DOS NOSSOS CBHS</p> <p>CAPACITAÇÃO CONSTANTE DOS MEMBROS;</p> <p>USAR MAIS AS FERRAMENTAS DE MANIFESTAÇÃO DOS COMITÊS - RESOLUÇÃO E MOÇÃO; USAR SUAS MÍDIAS SOCIAIS - SITE, FACEBOOK, PARA SE FAZER CONHECIDO</p> <p>ACREDITO QUE A PARTICIPAÇÃO SEJA APRIMORADA NA MEDIDA EM QUE CONSEGUIMOS APROXIMAR AS PESSOAS DA GESTÃO, O QUE PASSA POR UM PROCESSO FORMATIVO QUE TRAGA ELEMENTOS DE MELHOR COMPREENSÃO DO SIGRH E DE SUPORTE PARA COMPREENSÃO DE DIFERENTES OLHARES, COM TÉCNICAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, E PASSA TAMBÉM PELA ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA ENVOLVIMENTO QUE FUJAM UM</p>		<p>POIS É ATRAVÉS DELA QUE SE PODE FAZER ENTENDER A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA, SENÃO VAMOS TODOS APREENDER "A FORÇA", NAS SECAS E CRISES.</p> <p>CAPACITAÇÃO TECNICA.</p> <p>DIVULGAÇÃO DO PAPEL DOS COMITÊS JUNTO A SOCIEDADE E PREFEITURAS.</p> <p>AMPLIAR AS CAPACITAÇÕES E ENTENDIMENTOS DO SIGRH.</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO A DIVERSOS PÚBLICOS-ALVO DAS AÇÕES E RESULTADOS EFETIVOS.</p> <p>PERMITIR MAIOR CONTROLE SOCIAL E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NOS SITES DO SISTEMA DE RHS.</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>HÍDRICA, A COMPLEXIDADE DA POLITICA E SISTEMA DE GESTÃO HÍDRICA , A DIVERSIDADE CULTURAL E HÍDRICA DO PAÍS, A FRAGILIDADE DAS REPRESENTATIVIDADES FORMALIZADAS, NO ÂMBITO DO SISTEMA HÍDRICO E FORA DELE, AS NECESSIDADES E AS LACUNAS PARA A MELHORIA OU APRIMORAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS É UM DESAFIO IMPOSTO PARA A EFETIVA GESTÃO HÍDRICA NO BRASIL. MINHA RESPOSTA VEM COM UMA PERGUNTA: A RECONHECIDA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO HÍDRICA NA BACIA DO DOCE RESULTOU EM RESULTADOS POSITIVOS? ANTES DA MORTE DO RIO DOCE EM FUNÇÃO DA TRAGEDIA DE MARIANA, IMPEDIU QUE AS ÁGUAS DO DOCE NÃO ESTIVESSEM CHEGANDO AO MAR EM MESES DE SECA? BOA SORTE!! SUCESSO COM A SUA TESE!!!</p> <p>PENSO QUE DEVERÍAMOS UTILIZAR MELHOR AS REDES SOCIAIS E A COMUNICAÇÃO ESPECÍFICA PARA O SETOR, COM FORMAÇÃO DE REDES DE INTERESSADOS NOS TEMAS.</p> <p>SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS E DA PARTICIPAÇÃO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS; DIVULGAÇÃO DOS ENCONTROS QUE PROPORCIONEM A PARTICIPAÇÃO;</p> <p>DE FATO DIVULGAR/CONHECER-DIAGNÓSTICO/SENSIBILIZAR/APLI</p>		<p>POUCO DA "FORMALIDADE"DAS REUNIÕES, O QUE PODE INIBIR A PARTICIPAÇÃO, UTILIZANDO METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NAS REUNIÕES, E TAMBÉM UTILIZAR FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA.</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA</p> <p>A FALTA DE DIVULGAÇÃO, FALTA DE CONHECIMENTO POR PARTE DA SOCIEDADE DIFICULTA A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.</p> <p>OS COMITÊS PRECISAM SER MAIS ATUANTES EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE, DE LEVAR O DIAGNOSTICO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS A TODOS OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS, CÂMARAS MUNICIPAIS, ETC E DEIXAR CLARO QUAL É O A PARTICIPAÇÃO POPULAR TEM NA INFORMAÇÃO (BOA E PRECISA) SUA IRMÃ SIAMESA. DE MODO QUE À MEDIDA QUE TENHO E ACUMULO BOA INFORMAÇÃO MELHORO MINHA PARTICIPAÇÃO. A METODOLOGIA FPEIR / INDICADORES UTILIZADA NOS RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO À MEDIDA QUE VAI SENDO ASSIMILADA E INTERNALIZADA PELO MEMBRO DO COMITÊ MELHORA E APRIMORA SUA PARTICIPAÇÃO. É UMA VIA DE MÃO DUPLA QUE DEPENDE TAMBÉM DO ESFORÇO PESSOAL DOS ATORES DA BACIA.</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO E TRABALHOS DE ESCLARECIMENTO A COMUNIDADE USUSARIOS</p>		

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>CAR. SEQUÊNCIA PARA ENTENDIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS, PASSAM PELOS COMITÊS.</p> <p>MAIOR CLAREZA NAS INFORMAÇÕES, MAIOR CAPACITAÇÃO PARA PARTICIPAR DO CBH</p> <p>TRAZER OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARA UMA LINGUAGEM MAIS PALATÁVEL, PARA QUE OS MEMBROS E A SOCIEDADE SE APROPRIEM DESSES INSTRUMENTOS E POSSA EXERCER UMA COBRANÇA MAIS EFETIVA</p> <p>O GRANDE DESAFIO É COMO MOSTRAR O VALOR QUE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL POSSUI NAS AÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. OUTRA NECESSIDADE ETERNA E NECESSÁRIA É A NECESSIDADE DE DIMINUIR A BARREIRA DAS TERMINOLOGIAS ENTRE AS PESSOAS. O AMBIENTE DO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS NÃO É SIMPLES, CHEIO DE SIGLAS E TERMOS TÉCNICOS, O QUE DIFICULTA A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS NÃO TÉCNICOS DA SOCIEDADE CIVIL.</p>				
OUTROS COMENTÁRIOS GERAL	<p>PRECISA SER COLOCADO MAIS EM PRÁTICA TODAS AS NECESSIDADES EXISTENTES DE MODO GERAL.</p> <p>ESCLARECER A VERDADE PARA A SOCIEDADE</p> <p>PENSO QUE A QUESTÃO PRINCIPAL É A SUPERAÇÃO DE UM PROBLEMA CULTURAL E ESTRUTURAL DO BRASIL: A APROPRIAÇÃO DO</p>	<p>NECESSIDADE DE AÇÕES QUE TENHAM INÍCIO, MEIO E FIM.</p> <p>*ATENÇÃO A CIDADES PERIFÉRICAS, DISTANTES DA SEDE DO COMITÊ</p> <p>PRESERVAÇÃO E CUIDADOS COM A MATA CILAR E MARGNES DO S RIOS E CONSERVAÇÃO DAS NASCENTES.</p>	<p>A MAIS IMPORTANTE É DIMENSIONAMENTO DA QUANTIDADE E DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA.</p> <p>DISPOR DE CONDIÇÕES TÉCNICAS E AÇÕES SOCIAIS DESTINADAS A DIRIMIR CONFLITOS GERADOS PELO USO DA ÁGUA.</p>		<p>PAUTAS PRÁTICAS E OBJETIVAS</p> <p>"RECURSO HÍDRICO" SEJA GERIDO CONSIDERANDO O ELEMENTO ÁGUA COMO BEM COMUM E NÃO SE LIMITE AO CONCEITO DE RECURSO COMO PRODUTO.</p>

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>PÚBLICO PELO PRIVADO. NÃO SE TRATA DE EQUÍVOCO, NEM DE APRIMORAMENTO: TRATA-SE DE UMA RUPTURA, TRATA-SE DE UMA REVOLUÇÃO NA COMPREENSÃO DA VIDA EM COMUNIDADE, EM SOCIEDADE.</p> <p>É UMA QUESTÃO DE PERCEBER DESDE CEDO DOIS PILARES ESSENCIAIS DA VIDA: INTERDEPENDÊNCIA E IMPERMANÊNCIA.</p> <p>O FUNDAMENTO PARA ISTO É A NOÇÃO (SENTIMENTO E AÇÃO) DE ALTERIDADE, UMA QUESTÃO INDIVIDUAL. OU AS PESSOAS SÃO DOTADAS DE ALTERIDADE OU NÃO O SÃO; NÃO HÁ MEIO-TERMO. OS QUE NÃO TÊM ALTERIDADE, OS QUE NÃO ADMITEM A EXISTÊNCIA DO OUTRO (ALTER), NÃO TÊM AQUILO QUE NOS DISTINGUE COMO HUMANOS; SEMPRE VERÃO OS DEMAIS APENAS COMO COISAS, INSTRUMENTOS PARA SUA SATISFAÇÃO. PARA ELES, NÃO HÁ OUTROS HUMANOS; HÁ COISAS A SEREM MANIPULADAS.</p> <p>A QUESTÃO SEGUINTE É COMO DOTAR A SOCIEDADE DE INSTRUMENTOS, NORMAS, ENFIM, ÉTICA (LOGO, PRÁTICA) CIVILIZADORA PARA MANTER ESTES (ATÉ AQUI) INEVITÁVEIS CONFRONTOS SOB VIGILÂNCIA (E CORREÇÃO) CONSTANTE. AS PESSOAS SE ENVOLVEM QUANDO PERCEBEM A IMPORTÂNCIA, NO MÍNIMO PESSOAL, QUE OS EVENTOS APARENTEMENTE NÃO RELACIONADOS TÊM ENTRE SI. NADA DISTO ACONTECE QUANDO O QUE SE TEM NO COTIDIANO É O INCENTIVO ININTERRUPTO AO INDIVIDUALISMO, À LASCÍVIA, À PERMISSIVIDADE. O QUE O</p>	<p>CONCIETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O USO RACIONAL DA AGUA DUREANTE O ANO TODO.</p>	<p>EVIDENCIAR à SOCIEDADE QUE A DISPONIBILIDADE DE ÁGUA DE QUALIDADE TEM LIMITE E CUSTOS.</p>		

CATEGORIAS/ LACUNAS	SOCIEDADE CIVIL	PODER P. MUNICIPAL	PODER P. ESTADUAL	PODER P FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>COTIDIANO SOCIAL TEM COMO BOMBARDEIO PROPAGANDÍSTICO DIÁRIO E ININTERRUPTO É O INCENTIVO À CRÍTICA LIGEIRA, LEVIANA, PARCIAL E IRRESPONSÁVEL; É EXATAMENTE O OPOSTO AO PENSAMENTO CRÍTICO, IMPRESCINDÍVEL À COMPREENSÃO E À LIBERTAÇÃO. PARTICIPAR VERDADEIRAMENTE DA GESTÃO REAL DE RECURSOS HÍDRICOS PASSA PELA COMPREENSÃO (POR MÍNIMA QUE SEJA) DA ORIGEM E EVOLUÇÃO DA VIDA NO PLANETA; DA INTERDEPENDÊNCIA E IMPERMANÊNCIA DAS ESPÉCIES; DE NOSSO LUGAR NA TEIA DA VIDA; DO QUE VIEMOS FAZENDO DESDE QUE NOS DIFERENCIAMOS COMO ESPÉCIE; DE COMO VIEMOS NOS ORGANIZANDO ENQUANTO SOCIEDADE; DAS PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES DOS ÚLTIMOS 500 ANOS E ESPECIALMENTE NOS ÚLTIMOS 200 ANOS; DAS ALTERNATIVAS QUE TEMOS PELA FRENTE E DE COMO É URGENTE QUE AS COMPREENDAMOS DESDE JÁ PARA QUE POSSAMOS DECIDIR COM PRUDÊNCIA E SABEDORIA, O QUANTO ANTES, O CAMINHO A TOMAR. DESDE QUE PERSEVEREMOS NISTO, EM ALGUM MOMENTO PESSOAS DOTADAS DE ALTERIDADE, COM CONHECIMENTO E EM NÚMERO SUFICIENTE, FINALMENTE DE MOBILIZARÃO DE MANEIRA ARTICULADA PARA AS SUPERAÇÕES NECESSÁRIAS, SEJA NOS COMITÊS DE BACIAS, NAS ESCOLAS, NAS ASSOCIAÇÕES E, EVENTUALMENTE, NOS PODERES PÚBLICOS. UM SONHO PARA CONTORNAR O PESADELO.</p>				

APÊNDICE L. ATIVIDADES, AÇÕES E INICIATIVAS DAS INSTITUIÇÕES E EMPRESAS DOS RESPONDENTES JUNTO AO CBH

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
PROMOÇÃO DE CAMPANHAS, FÓRUNS, SEMINÁRIOS E ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE REUNIÕES, ATIVIDADES DOCUMENTOS E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS	<p>PROMOVEMOS CAMPANHAS, SEMINÁRIOS E OUTRAS ATIVIDADES JUNTO AO COMITÊ E A AGÊNCIA EXECUTIVA DAS ÁGUAS DA PARAÍBA (AES)</p> <p>FÓRUNS, SEMINÁRIOS, DEBATES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS</p> <p>PROMOVE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO CBH</p> <p>PARTICIPAÇÃO DE CAMPANHA DE ECONOMIA DE ÁGUA COM GRAVAÇÃO DE SPOT</p> <p>DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES ATRAVÉS DO RÁDIO, JORNAL E BLOGS.</p> <p>COBRANDO E DE FATO EMPORENDO TODOS OS CIDADÃOS AFETOS A PRESENÇA E AS VEZES AUSÊNCIA DE POLÍTICAS, ATRAVÉS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ONG'S E OUTROS FÓRUNS ONDE HÁ ESSA DISCUSSÃO COMO TEMA</p> <p>A ABES, É UMA ENTIDADE DA SOCIEDADE CIVIL, QUE PRODUZ, ATRAVÉS DE SEUS ASSOCIADOS, MATERIAL TÉCNICO CIENTÍFICO PARA A QUESTÃO AMBIENTAL E DE SANEAMENTO NO BRASIL.</p>	CAMPANHA DE USOS RACIONAL DA ÁGUA,	<p>REALIZA ESCLARECIMENTOS E DA PALESTRAS QUANDO SOLICITADO OU CONVIDADO.</p> <p>PALESTRAS, FOLDERS, DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL EDUCATIVO, LIVROS, PARTILHA DAS INFORMAÇÕES POR RELEASE SOBRE O QUE ESTÁ SENDO DECIDIDO NA BACIA</p> <p>PROMOÇÃO DE PALESTRAS, SEMINÁRIOS E EXPOSIÇÕES.</p>		
PROMOÇÃO DE AÇÕES E PROGRAMAS EDUCACIONAIS E CAPACITAÇÃO EM ESCOLAS, CURSOS	COMO SOU PROFESSORA, MONTEI UM PROJETO DE EXTENSÃO, COM ALGUNS ALUNOS BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS PARA AJUDAR A ORIENTAR TECNICAMENTE AS AÇÕES DO CBH-LN		ATÉ QUE EU SEI APENAS ENVIAM ALGUÉM PARA DIZER QUE A SEE SP PARTICIPA E QUANDO SIM DIVULGAM NAS ESCOLAS DA SEE SP.		

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
<p>DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO, AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO</p>	<p>CONSCIENTIZAÇÃO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, BARQUEATA ECOLÓGICA E LIMPEZA DAS MARGENS DO RIO VERDE.</p> <p>COORDENANDO AÇÕES COMUNS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>PROJETOS DE PESQUISAS DIRETAMENTE RELACIONADOS A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO EM QUE SE INSERE.</p> <p>PROJETOS DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM CONJUNTO COM O CBH.</p> <p>AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. PARTICIPAÇÃO NOS CONSELHOS MUNICIPAIS RELATIVOS AO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>TODO ANO NOS REALIZAMOS O SEMINARIO PARAIBA DO SUL, NAS ESCOLAS PUBLICAS OU PRIVADAS, ALEM DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL JUNTO A OUTROS ATORES DA BACIA.</p> <p>AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>PALESTRA EM ESCOLAS, PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE RÁDIO, AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.</p> <p>NOSSO TRABALHO ACADÊMICO ORIENTA-SE EXATAMENTE NO SENTIDO DE CONTRIBUIR PARA A GESTÃO PÚBLICA DOS RECURSOS HÍDRICOS. INCLUSIVE, ATUALMENTE DESENVOLVO UMA PESQUISA DE TESE DE DOUTORADO COM ESTE FIM. TEMOS GRUPOS DE PESQUISA VINCULADOS À TEMÁTICA DE RECURSOS HÍDRICOS, SENDO O MEU</p>		<p>CURSOS DE FORMAÇÃO DE APRENDIZAGEM VOLTADAS AOS TEMAS: POLUIÇÃO, USO RACIONAL DA ÁGUA, CICLO HIDROLÓGICO. EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL</p> <p>OFICINAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EA.</p> <p>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE PARA OS MUNICÍPIOS.</p> <p>AÇÕES AMBIENTAIS REF PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E GESTÃO EM MICROBACIA HIDROGRÁFICA (PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p>		

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
	<p>"GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E RESTAURAÇÃO DE AMBIENTES ALTERADOS"</p> <p>PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO</p> <p>PROJETOS DE PESQUISA E PARCERIAS QUE VISAM GERAR CONHECIMENTO SOBRE COMO MELHORAR A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>A ONG JÁ DESENVOLVEU VARIAS AÇÕES DO PROJETO ADOTE UM RIO COM ESCOLAS DO MUNICÍPIO.</p>				
<p>APOIO DE INFRAESTRUTURA E FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PARA O CBH</p>	<p>OFERECER ESPAÇO FÍSICO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS E AÇÕES. APOIO INSTITUCIONAL COM A INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA EXECUTIVA. APOIO DOS SETORES DA INSTITUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES COMO: ASSESSORIA COMUNICAÇÃO, JURÍDICA, PRESTAÇÃO DE CONTAS, INFORMÁTICA, TELEFONIA, BIBLIOTECA.</p> <p>APOIO COMO ENTIDADE REPASSADORA DE RECURSO DO FHIDRO PARA A ESTRUTURAÇÃO DO COMITÊ DURANTE 5 ANOS.</p>		<p>COMO ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO. SOMOS A SECRETARIA DO COMITE CONSIDERANDO QUE SOU DO ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS DE MG, TODAS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS POR NÓS VISAM, SOBRETUDO FACILITAR A IMPLEMENTAÇÃO DA POLITICA DE RECURSOS HÍDRICOS.</p>		<p>APOIO A EVENTOS.</p>
<p>CONTRIBUIÇÃO TÉCNICA, ELABORAÇÃO DE DADOS, FORMAÇÃO DE COMISSÕES GESTORAS E IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO</p>	<p>PROCURA CONTRIBUIR TÉCNICAMENTE COM O CONSELHO GESTOR DO COMITÊ</p> <p>APOIO DO CBH. A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS.</p>	<p>APRESENTAÇÃO DE PROJETOS PILOTO</p> <p>REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS</p>	<p>APRESENTAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PRÁTICO DO SETOR AGROPECUÁRIO QUE PODEM SUBSIDIAR TOMADAS DE DECISÃO</p> <p>FORNECIMENTO DE DADOS E CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO, TROCA DE EXPERIÊNCIAS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E AUXÍLIO NO ENTENDIMENTO DOS TEXTOS NORMATIVOS DE CONTEÚDO TÉCNICO.</p>		<p>CONTRIBUIÇÕES TÉCNICAS, SUAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS ESTÃO ALINHADAS ÀS DIRETRIZES E METAS PROVENIENTES DE POLÍTICAS E DOCUMENTOS INERENTES AS BACIAS</p>

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
			<p>A CETESB COLABORA ATIVAMENTE COM O SIGRH, NA ELABORAÇÃO DE DIVERSOS INDICADORES QUE NO CONJUNTO AUXILIAM OS 21 COMITÊS PAULISTAS NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE SUAS RESPECTIVAS BACIAS E RELATÓRIO ESTADUAL.</p> <p>APLICA O INSTRUMENTO DE GESTÃO DENOMINADO OUTORGA DE DIREITO DO USO DA ÁGUA.</p>		
FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO	SEMPRE EM CONTRA PONTO EM AÇÕES DO ESTADO E GESTÕES SOBRE OS MUNICÍPIOS, NA TENTATIVA DE DAR EQUILÍBRIO ÀS DECISÕES.	ACOMPANHA OS RELATÓRIOS E PROCURA ADEQUAR-SE	ATUAMOS NA FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO.	INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA CHAPADA DO ARARIPE, TANTO NO LICENCIAMENTO QUANTO NA FISCALIZAÇÃO.	
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, GRUPOS DE TRABALHO, CÂMARAS TÉCNICAS DOS CBH'S, OCUPAÇÃO DE CADEIRA NA PLENÁRIA	<p>PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO (GT) E EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.</p> <p>PARTICIPANDO DAS CÂMARAS TÉCNICAS, GRUPOS DE TRABALHO ETC</p>	<p>PRESIDENCIA NO COMITÊ E CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</p> <p>CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO</p> <p>PARTICIPAÇÃO EM CÂMARAS TÉCNICAS.</p> <p>COLABORA COM AS INICIATIVAS E AÇÕES DO COMITÊ, TEM PARTICIPAÇÃO EM DIVERSAS CÂMARAS TÉCNICAS.</p>	<p>ENCONTROS DE CÂMARAS TÉCNICAS DOS CBH</p> <p>PARTICIPA NAS CÂMARAS TÉCNICAS E SECRETARIA EXECUTIVA DO CBH, E AGÊNCIA DE ÁGUA.</p>		<p>DISPONIBILIDADE DO REPRESENTANTE PARA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO DO CBH EM OUTRAS ESFERAS, COMO FÓRUM DOS CBHS DO ESTADO.</p> <p>A SANASA POSSUI MEMBROS REPRESENTANTES EM TODAS AS CÂMARAS TÉCNICAS, ALÉM DE SUA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO, INCLUINDO OCUPAÇÃO DE CARGOS E OUTROS COLEGIADOS QUE COMPÕE O CBH -PCJ</p> <p>PARTICIPAÇÃO EM TODOS OS COMITÊS SETORIAIS DA BACIA E ALINHAMENTO COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS NA EMPRESA.</p> <p>PARTICIPAÇÃO EFETIVA EM CÂMARAS TÉCNICAS, ALEM DA PARTICIPAÇÕES EM DISCUSSÕES E FÓRUM DO SIGRH.</p>

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
<p>AÇÕES PRÁTICAS, PROJETOS, OBRAS E INVESTIMENTOS</p>	<p>PRESERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOLAS E AGROECOLOGIA; AJUDA NA CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA.</p> <p>PROJETOS DE REUSO DE ÁGUA E USO RACIONAL DA ÁGUA REALIZADO NOS MUNICÍPIOS</p> <p>RECUPERAÇÃO DE FLORESTAS, RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS E CONTAMINADAS</p>	<p>ANUALMENTE TEM PROJETOS APROVADOS NAS ÁREAS DE SANEAMENTO, PARA INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E APOIO À AUTARQUIA DE ÁGUA E ESGOTO MUNICIPAL.</p>	<p>A EMPRESA FOI DESIGNADA COM AGENTE TÉCNICO NO ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS APROVADOS NOS COMITÊS; APRESENTAMOS PROJETOS DE INTERESSE PARA OS COMITÊS EM ÁREA QUE O INSTITUTO TEM COMPETÊNCIAS (EROSÃO, DESLIZAMENTOS, TRANSPORTE DE SEDIMENTO, INUNDAÇÃO, ÁGUA SUBTERRÂNEA E OUTROS; PARTICIPAÇÃO EM CÂMARA TÉCNICA NOS COMITÊS E OUTROS</p> <p>RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E MONITORAMENTO QUALIQUANTITATIVO DA ÁGUA E SOLO EM MICROBACIAS)</p>		<p>PARTICIPAÇÃO NA DIRETORIA E TAMBÉM NAS CÂMARAS TÉCNICAS</p> <p>PARCERIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES QUE REVERTAM EM MELHORIAS DE QUALIDADE, QUANTIDADE DAS ÁGUAS NOS MANANCIAIS DA BACIA E QUE REVERTAM EM MAIOR SEGURANÇA HÍDRICA PARA O ABASTECIMENTO PÚBLICO,</p> <p>INTERNAMENTE REALIZAMOS O REUSO DA ÁGUA DA CHUVA.</p> <p>MAIOR CONTROLE NA LIBERAÇÃO D' ÁGUA (QUANDO HOVER).</p> <p>A MAIORIA DAS AÇÕES SÃO PROJETOS DE COMBATE ÀS PERDAS DE ÁGUA NA DISTRIBUIÇÃO. APESAR DA EFICÁCIA DESSE OBJETIVO, COMO EU DISSE ANTES, ESSAS AÇÕES VISAM PRINCIPALMENTE ATENDER OS INTERESSES DA COMPANHIA, QUE, ANGARIANDO RECURSOS FINANCEIROS EXTERNOS AO SEU ORÇAMENTO E REDUZINDO PERDAS QUE JÁ DEVERIAM TER SIDO REDUZIDAS POR MEIO DE AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, TEM SEUS GANHOS EXPONENCIALIZADOS.</p> <p>TEMOS AÇÕES JUNTO AOS NOSSOS ASSOCIADOS INSERIDOS NA BACIA, MAS NÃO TEMOS AÇÕES EM CONJUNTO COM O COMITÊ . EM OUTRAS BACIA TEMOS AÇÕES CONJUNTA, EX. PROGRAMA REVITALIZA COM O CBH RIO DAS VELHAS.</p>

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
					ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO DO VALE
PROJETOS DE ENTIDADES QUE NEM SEMPRE SÃO ARTICULADOS AO CBH	A ENTIDADE QUE REPRESENTO, O INSTITUTO AMBIENTE EM FOCO, TRATA-SE DE UMA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL QUE BUSCA CAPTAR RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS, NOS QUAIS A TEMÁTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS É CONSTANTEMENTE EXPLORADA. UM DOS PROJETOS REALIZADOS TEVE O CBH COMO PARCEIRO INSTITUCIONAL				NA VERDADE AS AÇÕES SÃO DE INICIATIVA MINHA QUE GOSTO DE TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ENTÃO FAÇO PARCERIA COM AS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS AQUI PARA TRABALHAR ESSE TEMA DIRECIONADO À ÁGUA. MAS MINHA ENTIDADE NÃO ME SOLICITA NADA DIRETAMENTE, AS AÇÕES SEMPRE FICAM ENTRE CBH, VIGIÁGUA (ATRAVÉS DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE) E EU COMO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO. SINCERAMENTE NÃO VEJO GOVERNO MUNICIPAL (EXECUTIVO-LEGISLATIVO) PREOCUPADO COM ISSO ONDE EU TRABALHO, SEMPRE SÃO ALGUNS TOMANDO A FRENTE, MAS NEM SEMPRE COM APOIO. SOLICITANDO, CONSEGUI APOIO PARA ORGANIZAR AS OUTORGAS DOS POÇOS PROFUNDOS UTILIZADOS PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO, MAS ISSO ACREDITO QUE SÓ ESTEJA ACONTECENDO, DEVIDO OS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DA CAIXA POR EXEMPLO, EXIGIREM DE UM TEMPO PRA CÁ TODA ESSA "BUROCRACIA" (O QUE SIGNIFICA PRA ELES), POIS NÃO HÁ O ENTENDIMENTO DE QUE OUTORGA SEMPRE PARA BALANÇO HÍDRICO, ALIÁS, E TAMBÉM NÃO SABEM O QUE É BALANÇO HÍDRICO. NO CASO DAS PREFEITURAS, PRATICAMENTE NÃO EXISTEM OPORTUNIDADES DE CAPACITAÇÕES NESTA ÁREA, A NÃO SER QUE SEJAM OFERTADAS

TIPOS DE AÇÕES E INICIATIVAS	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
					<p>PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO, MAS DAÍ O FOCO É DIFERENTE. MAS PRECISO COMPARTILHAR AQUI O IMPORTANTE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO QUE ESTOU TENDO A OPORTUNIDADE DE CURSAR (FINALMENTE COM AUTORIZAÇÃO E LIBERAÇÃO DO PODER EXECUTIVO), OFERTADO GRATUITAMENTE PELA ANA EM 2016, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E REGULAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, NO PÓLO IPH/UFRGS, PROGRAMA A NÍVEL NACIONAL, DIVIDIDO EM MAIS PÓLOS NO PAÍS, POPULARMENTE CONHECIDO POR "PROFÁGUA". FOI A PRIMEIRA OPORTUNIDADE COM FOCO EM SINGRH QUE TIVE, TRABALHANDO NO SISTEMA DESDE 2009. IMPORTANTE INICIATIVA DIRECIONADA PARA CAPACITAR QUEM JÁ TRABALHA NO SETOR, E QUE DEVERÁ EM 2018 HABILITAR MAIS DE 100 PROFISSIONAIS CRÍTICOS DO SINGRH.</p>

APÊNDICE M. QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS PARA A REPRESENTATIVIDADE NO CBH

DESAFIOS		SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS		<p>MONTAR UMA LOGISTA, ESCRITÓRIO. PARA DAR UMA IDENTIDADE AO COMITÊ, FORAM OITO ANOS SEM RECURSOS, DE FORMA ALGUMA, TUDO ERA NEGOCIADO COM AS ENTIDADES PARTICIPANTES.</p> <p>A FALTA DE APOIO FINANCEIRO PARA MELHORAR A VIABILIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO</p> <p>TER O HORÁRIO DA REUNIÃO COMPATÍVEL COM O TRABALHO</p> <p>NOS MUNICÍPIOS, PRINCIPALMENTE OS PEQUENOS FALTA CORPO TÉCNICO (PRINCIPALMENTE COMO FUNCIONÁRIOS DE CARREIRA).</p> <p>MAIOR APOIO INSTITUCIONAL. INCLUSIVE COM AJUDA DE CUSTOS PARA AS VIAGENS E PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES E GRUPOS DE TRABALHO.</p> <p>AUTORIZAÇÃO DE CHEFIA, CONDIÇÕES E LOCOMOÇÃO, PELO MENOS ATÉ A GESTÃO ANTERIOR.</p> <p>QUE AS REUNIÕES OCORRAM COM REGULARIDADE.</p> <p>APOIO INSTITUCIONAL E DIVULGAÇÃO DOS ENCONTROS</p> <p>APOIO FINANCEIRO DO ÓRGÃO GESTOR - IGAM MG (COMITÊ ESTADUAL - CBH GD1) E ANA/ABHA (COMITÊ FEDERAL - CBH GRANDE)</p>	<p>A GRANDE DEMANDA E POUCOS FUNCIONÁRIOS.</p> <p>DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR DE TODAS AS REUNIÕES, EM FUNÇÃO DAS INÚMERAS DEMANDAS DE TRABALHO NA PREFEITURA.</p>		<p>AUMENTAR O APOIO, PRINCIPALMENTE LOGÍSTICO, PARA REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL.</p>	

<p>ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES E PROJETOS</p>		<p>A REALIZAÇÕES DE AÇÕES DE VERDADE NA ÁREA EM QUE O CBH ATUA</p> <p>FAZER O IGAM CUMPRIR SUA PARTE COMO GESTOR DOS RECURSOS DA BACIA</p>	<p>QUE OS MEMBROS DO CBH POSSAM APRESENTAR UM MAIOR NÚMERO DE PROJETOS JUNTO AO COMITÊ.</p> <p>DESENVOLVER AÇÕES DE FORMA LOCAL MAS QUE ENVOLVA O PROBLEMA DE TODA A BACIA, MUITOS MEMBROS QUEREM PROJETOS DE APENAS INTERESSES DOS PRÓPRIOS SEGMENTOS.</p>	<p>AMENIZAR O COMPONENTE POLÍTICO NA ESCOLHA DOS PROJETOS E DAS ÁREAS A SEREM ATENDIDAS</p> <p>MELHORAR A QUALIDADE DESSA FORMA DE REPRESENTATIVIDADE, MANTER A CONTINUIDADE DAS AÇÕES INDEPENDENTEMENTE DAS MUDANÇAS POLÍTICAS EM NÍVEIS DE GOVERNO E EVITAR A DISSOLUÇÃO DE CONTINUIDADE DE AÇÕES SÃO DESAFIOS PERMANENTES.</p> <p>OS MAIORES DESAFIOS SÃO A ELABORAÇÃO DE BONS PROJETOS QUE ALCANCE TODA A BACIA</p>		
<p>QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE REPRESENTANTES POR SEGMENTOS (PARIDADE NA REPRESENTAÇÃO), INTERESSE DAS INSTITUIÇÕES</p>		<p>O SETOR DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL TEM TIDO UMA PARTICIPAÇÃO MUITO BAIXA E QUANDO PARTICIPAM NÃO É EFETIVA, NÃO INFLUEM NEM CONTRIBUEM.</p> <p>SENSIBILIZAR OS PODERES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS</p> <p>OS MEMBROS DA MINHA ENTIDADE PRECISARIAM PARTICIPAR MAIS DOS ÓRGÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, QUE É O SEGMENTO QUE MAIS AGLUTINA O PODER DE DECISÃO</p> <p>A PERSONIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO</p>	<p>PARECE QUE OS SEGMENTOS MUNICÍPIOS E SOCIEDADE CIVIL PERDERAM A CREDIBILIDADE NO SISTEMA, QUE CADA VEZ MAIS SE DISTANCIA DAS REGIÕES DE MANANCIASIS, CADA VEZ MAIS SE FECHA NOS INTERESSES DO GOVERNO ESTADUAL - VEJA-SE O N DE PROJETOS FEHIDRO APROVADOS NESTE ANO. O DESAFIO É RETOMAR A GESTÃO COM A IDENTIDADE TRIPARTITE.</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS</p>	<p>A PARTICIPAÇÃO DE MEMBROS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS. QUANTO À AFIRMATIVA ACIMA É PRECISO CONSIDERAR QUE INTERNAMENTE A CADA SEGMENTO OS INTERESSES PODEM SER BEM DISTINTOS E ATÉ MESMO CONFLITANTES. ASSIM, NO LIMITE, QUALQUER TIPO DE REPRESENTAÇÃO TERÁ SUAS LIMITAÇÕES. O MAIOR DESAFIO É AUMENTAR A QUANTIDADE E A DIVERSIDADE DE ATORES ENVOLVIDOS, FORTALECENDO</p>	<p>REDUÇÃO DAS ASSIMETRIAS NAS REPRESENTAÇÕES.</p>	<p>PRECISA MUITO SER MELHORADA, PARA UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PONTO DE VISTA DE REPRESENTATIVIDADE SETORIAL, POUCOS SEGMENTOS CONSEGUEM UMA PARTICIPAÇÃO SETORIAL ORGANIZADA E COM ADEQUADA PERMEABILIDADE NAS BASES, COMO É O CASO DE ALGUNS SETORES DE USUÁRIOS COM CONFEDERAÇÕES FORTES COMO A CONFEDERAÇÃO NACIONAL AGROPECUÁRIA - CNA, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI E O SETOR ELÉTRICO. O PODER</p>

		<p>AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL. NÃO HÁ A PARTICIPAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS (MST, MTST, SINDICATOS DE TRABALHADORES URBANOS E RURAIS, SOCIEDADES AMIGOS DE BAIRRO)</p> <p>MAIOR ENVOLVIMENTO DOS REPRESENTANTES MUNICIPAIS E ESTADUAIS</p> <p>ALTERAR O ATUAL ARRANJO DE COMPOSIÇÃO AMPLIANDO O NÚMERO DE VAGAS PARA A SOCIEDADE CIVIL E DIMINUINDO AS VAGAS DOS PODERES PÚBLICOS E, PRINCIPALMENTE, DO SETOR ECONÔMICO.</p> <p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPLICAÇÃO, OU MULTIPLICAÇÃO NO REPASSE DAS DISCUSSÕES POR TODO O VALE.</p> <p>A SOCIEDADE CIVIL DEVERIA TER MAIS ESPAÇO. E ESSA DEVERIA SER SUBDIVIDIDA EM DOIS SETORES: ASSOCIAÇÕES AMBIENTAIS E ENTIDADES DE ENSINO E PESQUISA.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO "POPULAÇÃO DA BACIA" NORMALMENTE É MUITO FRACA</p> <p>MAIOR INTERESSE DAS INSTITUIÇÕES NO ASSUNTO</p> <p>MAIOR ESPAÇO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE DIFUSO.</p> <p>O PODER PÚBLICO ESTATUAL PRECISA SER MAIS PARTICIPATIVO. SE A REPRESENTATIVIDADE FOSSE PARITÁRIA, CERTAMENTE O QUE EMANA DO COMITÊ SURTIRIA</p>	<p>MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NAS INICIATIVAS DO COMITÊ E NÃO APENAS COMO TOMADOR DE RECURSOS.</p>	<p>PRINCIPALMENTE AQUELES MAIS FRÁGEIS E/OU MARGINALIZADOS.</p> <p>AUMENTAR O INTERESSE DO SEGMENTO DAS PREFEITURAS NA QUESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO EFETIVA DOS REPRESENTANTES DE TODOS OS SEGMENTOS</p> <p>INTEGRAR OUTROS MEMBROS DA INSTITUIÇÃO NAS DECISÕES TOMADAS PELOS REPRESENTANTES.</p> <p>ACHO QUE É UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.</p>	<p>PÚBLICO ESTADUAL E FEDERAL TAMBÉM COSTUMAM ATUAR DE FORMA ORGANIZADA E ALINHADA A POLÍTICA DE GOVERNO OU DO ÓRGÃO GESTOR DE RECURSOS HÍDRICOS. JUSTAMENTE PELA MELHOR ORGANIZAÇÃO, ESTES SETORES CONSEGUEM MELHORES RESULTADOS NO ATINGIMENTO DE SEUS INTERESSES, PODENDO SER COMPROVADO NO ARCABOUÇO NORMATIVO EXISTENTE QUE PRIVILEGIA EXATAMENTE ESTES SETORES.</p> <p>E MAIOR INTERESSE DA PRÓPRIA SOCIEDADE E PRINCIPALMENTE DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.</p> <p>OS MAIORES DESAFIOS SÃO O EQUILÍBRIO DA REPRESENTAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SETORES</p> <p>MAIOR FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL,</p>
--	--	--	---	---	---

		<p>EFEITO PRÁTICO. CONSIDERANDO QUE A PLENÁRIA É SOBERANA, DESTA FORMA A MAIORIA E OS SETORES ARTICULADOS APROVAM DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE.</p> <p>CONTRARIANDO A PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO, PARTE DA ATUAÇÃO E REPRESENTAÇÃO CIVIL, SEMPRE ENVOCAM ESTES ARGUMENTOS, CONTUDO SE CALAM PERANTE A ESTA AFIRMAÇÃO. CAMINHAM PARA A APROVAÇÃO DOS VOSSOS INTERESSES A MARGEM DA SUA PRÓPRIA NECESSIDADE DE SUBSTÊNCIA HUMANA, CONTRASENSO!</p>				
ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES E AÇÕES, E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL		<p>DENTRO DAS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO, ACREDITO QUE OS INTERESSES DOS SEGMENTOS ESTÃO SENDO BEM REPRESENTADOS, TEMOS ATÉ MUITOS MEMBROS. ACREDITO QUE FALTA ARTICULAR MELHOR AS ATIVIDADES, PARA QUE SEJAMOS MAIS ATUANTES.</p> <p>NORMATIVA 76/2007 DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E A GESTÃO DE ÁGUAS MINERAIS, TERMAIS, GASOSAS, POTÁVEIS DE MESA OU DESTINADAS A FINS BALNEÁRIOS.)</p> <p>MAIR PROTAGONISMO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAIS</p>		MAIR PROTAGONISMO DE ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAIS		<p>ALINHAMENTO DAS PROPOSTAS INSTITUCIONAIS E TROCA DE EXPERIÊNCIA ENTRE OS DIVERSOS REPRESENTAES DE BACIAS.</p> <p>GESTÃO QUE ALINHE EXPECTATIVAS DE USUÁRIOS E OUTROS MEMBROS</p>
ALTERNÂNCIA E RENOVAÇÃO DOS MEMBROS		<p>NÃO HAVER TANTA TROCA DE MEMBROS DO COMITÊ.</p> <p>HÁ POUCA RENOVAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO</p>	O MAIOR DESAFIO ESTÁ EM DAR VOZ A NOVOS REPRESENTANTES, VISTO QUE OS QUE JÁ OCUPAM A CADEIRA A ANOS, SEMPRE GANHAM AS DISCUSSÕES NO "GRITO".	UMA DAS QUESTÕES MAIS MAIS DIFÍCEIS É QUE A CADA QUATRO ANOS A REPRESENTATIVIDADE MUNICIPAL SE RENOVA, E TEMOS QUE		

		MENOR ROTATIVIDADE DOS MEMBROS		<p>RECOMEÇAR. APENAS PARA SE TER UMA IDEIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 FORAM RENOVADAS 27 ADMINISTRAÇÕES ENTRE OS 38 MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CBH-MOGI. NOVOS PREFEITOS E PREFEITAS, NOVAS EQUIPES TÉCNICAS DE COLABORADORES. E TEMOS QUE EM POUCO TEMPO TENTAR CAPACITÁ-LOS SOBRE O QUE LIE DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, SSRH- CRHI, SIGRH, CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, COMITÊ DE BACIA, FEHIDRO, ACESSO A ESTE FUNDO, COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS ESTADUAIS, E POR AÍ VAI. POR OCASIÃO DA REESTRUTURAÇÃO DO FEHIDRO O CBH-MOGI PROPÔS A CRIAÇÃO DA FIGURA DO GRUPO INTERLOCUTOR DO FEHIDRO / OU DE ASSUNTOS LIGADOS A RECURSOS HÍDRICOS / SANEAMENTO FORMADO POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE CARREIRA QUE ASSEGURARIAM A TRANSMISSÃO E CONTINUIDADE DOS CONHECIMENTOS E PARTICIPAÇÃO MAIS ROBUSTA.</p>		
--	--	--------------------------------	--	---	--	--

				O MAIOR DESAFIO EM MEU CBH É RENOVAR A EQUIPE QUE RESPONDE PELAS AÇÕES DO COMITE, SECRETARIA EXECUTIVA E COORDENAÇÃO DE CAMARÁS TÉCNICAS	
ESCOLHA E ATUAÇÃO DOS REPRESENTANTES		<p>BUSCAR MAIOR CONSCIENTIZAÇÃO DOS REPRESENTANTES NA CONDIÇÃO DE USUÁRIOS DE A ÁGUA É UM RECURSO QUE DEVE ESTAR DISPONÍVEL A TODOS, POIS TRATA-SE DE UM BEM ESSENCIAL À VIDA E UM DIRETO DIFUSO.</p> <p>QUE OS REPRESENTANTES LEVEM PARA SEUS PARES AS PACTUAÇÕES REALIZADAS NO COMITÊ</p> <p>AS ENTIDADES AINDA NÃO SE CONSCIENTIZARAM O SUFICIENTE PARA A IMPORTÂNCIA DESTA PARTICIPAÇÃO.</p> <p>CONSCIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO</p>	<p>ESCOLHA ADEQUADA DO MEMBRO COM PERFIL ADEQUADO À REPRESENTAÇÃO</p> <p>O MAIOR DESAFIO É ENCONTRAR PESSOAS INTERESSADAS EM TODOS OS SEGMENTOS.</p> <p>POR VEZES VEJO QUE A PARTICIPAÇÃO É MUITO REATIVA: FALTA DE COMPROMETIMENTO, NÃO FAZEM LEITURA PRÉVIA DA ATA E PAUTA, ABSTENÇÕES CONSTANTES, ENTRE OUTROS FATORES QUE DIFICULTAM O BOM ANDAMENTO DOS TRABALHOS</p> <p>O MAIOR cOMPROMETIMENTO DOS ENTES ENVOLVIDOS.</p> <p>TODOS OS INTERESSES E VISÕES DOS ATORES SOCIAIS ESTEJAM REPRESENTADOS DE FORMA EQUILIBRADA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES, DEMOCRATIZANDO O PROCESSO. NESSE SENTIDO O REPRESENTANTE, PARA QUE SEJA REPRESENTATIVO DEVE</p>	<p>ESTAR SEMPRE ENCISTANTE NESTA QUESTÃO, PROCURAR OS PARCEIROS E MOSTRAR A RESPONSABILIDADE E NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO.</p> <p>A FALTA DE VISÃO SISTÊMICA DO ASSUNTO (GESTÃO HÍDRICA) NAS DIFERENTES ENTIDADES PÚBLICAS FAZ COM QUE HAJA NICHOS DE INTERESSADOS QUE NÃO ATENDEM A COMPLEXIDADE DO ASSUNTO E, TAMPOUCO A REAL NECESSIDADE DE ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE ÓRGÃOS DO SISTEMA. É CADA QUAL POR SÍ TENTANDO GARANTIR OS BENEFÍCIOS POSSÍVEIS EM DETRIMENTO DAS DEMAIS ENTIDADES. NÃO HA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA EM SOCIEDADE SEM CULTURA COLETIVA.</p> <p>O DESEJO EM PARTICIPAR DE UMA GESTÃO SÉRIA E EFETIVA SEM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO INTERESSES PARTICULARES.</p>	<p>FALTA UNIÃO, HUMILDADE, E PENSAMENTO COLETIVO ACIMA DOS INTERESSES INDIVIDUAIS.</p> <p>ABSORÇÃO DA VISÃO HOLÍSTICA PELOS PARTICIPANTES. HÁ DE SE BUSCAR ENTENDER A TOTALIZADA DA BACIA PARA QUE MINHA PARTICIPAÇÃO SEJA CONSTRUTIVA, E NÃO PARTICIPAR DAS REUNIÕES BUSCANDO GARANTIR OS INTERESSES DO ATOR QUE REPRESENTO, ALGO COMUMENTE VISTO NÃO APENAS POR PARTE DOS REPRESENTANTES DA SABESP, MAS TAMBÉM DE PREFEITURAS E DE GRANDES CORPORAÇÕES.</p> <p>É NECESSÁRIO UM APRIMORAMENTO DA REPRESENTATIVIDADE, POIS MUITAS VEZES OS MEMBROS NÃO REPRESENTAM AS INSTITUIÇÕES E SIM O SEU PENSAMENTO PESSOAL, BEM COMO, OS REPRESENTANTES DOS CBHS ATRAVÉS DE SUAS DIRETORIAS, MUITAS VEZES NÃO REPRESENTAM AS</p>

			<p>CONHECER, DEFENDER E ENCAMINHAR PARA A DISCUSSÃO, NOS ESPAÇOS PARTICIPATIVOS, OS INTERESSES E DEMANDAS DA BASE QUE REPRESENTA, ISTO É, INTERESSES COLETIVOS</p> <p>FAZER INDICAÇÕES DE REPRESENTANTES QUE TENHAM PERFIL PARA ASSIDUIDADE, ORGANIZAÇÃO DE COMPROMISSOS, QUE DÊEM RETORNO DO QUE FOI DISCUTIDO NAS REUNIÕES PARA AS ENTIDADES QUE REPRESENTAM, E QUE TENHAM MENOR QUANTIDADE DE OUTROS ÓRGÃOS ONDE SE FAZEM MEMBROS.</p>	<p>QUE O MEMBRO TENHA PODER DELIBERATIVO EM SUA INSTITUIÇÃO; QUE O MEMBRO DÊ RETORNO À SUA INSTITUIÇÃO</p> <p>OS MAIORES DESAFIOS SÃO OS INTERESSES PESSOAIS DE CADA SEGMENTO. NO MEU ENTENDER OS INTERESSES TEM QUE SER COLETIVOS EM PROL DA BACIA HIDROGRÁFICA.</p> <p>EM PRIMEIRO LUGAR NOSSO POVO TEM QUE ENTENDER O QUE É REPRESENTAÇÃO, E DEIXAR DE ACEITAR QUE OS INTERESSES DO REPRESENTANTE ESCOLHIDO SE SOBREPONHAM AOS INTERESSES DA ENTIDADE OU DO SEGMENTO. ENQUANTO, NÃO SUPERARMOS ESSE IMPASSE NÃO HÁ DEBATE.</p>	<p>DECISÕES OU O PENSAMENTO DOS COMITÊS E SIM DE SUAS INSTITUIÇÕES. ISSO É UM GRANDE DESAFIO DE CONSCIENTIZAÇÃO A TODOS OS MEMBROS.</p> <p>UNIFICAR A VISÃO E ESCLARECER CADA DECISÃO TOMADA.</p> <p>ARTICULAÇÃO COM O SEGMENTO QUE REPRESENTA.</p> <p>PARA QUE A REPRESENTATIVIDADE SEJA EFETIVA, ACREDITO A ESCOLHA DE REPRESENTANTE ENGAJADO NA BUSCA DE SOLUÇÕES DENTRO DA BACIA SEJA PRIMORDIAL.</p> <p>A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS AOS PARES NA COPASA. A COMUNICAÇÃO DAS AÇÕES E DECISÕES DO CBH AOS PARES (AINDA NÃO TEMOS UMA ROTINA BEM DEFINIDA).</p>
<p>MELHORAR A QUALIDADE DOS DADOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE BACIA, POLÍTICA.ETC.</p>		<p>AS DISCUSSÕES DEVEM SER PAUTADAS POR DADOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS E CIENTÍFICAS E NÃO SOMENTE POR RELATOS DE MORADORES, REPRESENTANTES DE GOVERNOS E ENTIDADES.</p> <p>ALINHAMENTO DOS CONCEITOS TÉCNICOS</p> <p>INDISPONIBILIDADE DE ELEMENTOS TÉCNICOS DE MODO MAIS EFETIVO POR OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES PROFISSIONAIS.</p>	<p>DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO TÉCNICO ADQUIRIDO PELO CBH-BT.</p> <p>A PARTICIPAÇÃO EFETIVA, OU SEJA, APÓS O ESTUDO E VERDADEIRA CIÊNCIA DO QUE VAI SER DISCUTIDO</p>	<p>COMUNICAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS DO CBH JUNTO AO CORPO TÉCNICO, PARA EFETIVAR REPRESENTATIVIDADE.</p> <p>ENTENDO POR REPRESENTATIVIDADE EFETIVA EM UM COMITÊ DESSA NATUREZA A PARTICIPAÇÃO ATIVA E PROATIVA NÃO LIGADA A INTERESSES</p>	<p>NECESSIDADE DE VISÃO TÉCNICO/JURÍDICA PARA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.</p>

		ASSIM MESMO CONSIDERAMOS NÃO SÓ A NOSSA ENTIDADE MAS TAMBÉM OUTRAS DA SOCIEDADE CIVIL COM PARTICIPAÇÃO SATISFATÓRIA		LOCALIZADOS E SIM AO QUE É MELHOR PARA A BACIA. NESSE SENTIDO A REPRESENTATIVIDADE DEVE TER COMO PRIORIDADE AS CONDIÇÕES TÉCNICAS E O ATENDIMENTO DA DIMENSÃO TÉCNICA ENVOLVIDA.		
INFORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS REPRESENTANTES NO CBH E CONHECIMENTO SOBRE FUNCIONAMENTO DO CBH		<p>PLENO CONHECIMENTO PELOS MEMBROS DAS ATRIBUIÇÕES DO CBH.</p> <p>CAPACITAÇÃO, PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS, MAIOR COMPREENSÃO DOS PAPEIS DE CADA</p> <p>A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS MEMBROS</p> <p>QUE HAJA INFORMAÇÃO DISSEMINADA FORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES</p> <p>MELHORAR A COMUNICAÇÃO, GESTÃO PARTICIPATIVA, GESTÃO HÍDRICA, QUAL E A VERDADEIRA FUNÇÃO DE UM COMITÊ DE BACIAS, COMO UM PALCO POLITICO. SE NÃO FOR TOMADO NENHUMA AÇÃO A TENDENCIA E O AFASTAMENTO DE VÁRIOS ATORES SÓCIAS, E REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRINCIPALMENTE DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA POIS QUEM MAIS COMPARECE NAS REUNIÕES DOS COMITÊS, AS DECISÕES SERÃO UNILATERAL, E ISTO NÃO É BOM PARA A GESTÃO HÍDRICA.</p>	A FALTA DE CONHECIMENTO POR PARTE DE ALGUNS GESTORES DE INSTITUIÇÕES, COMO É IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DAS MESMA PARA OS DIÁLOGOS DOS RECURSOS HÍDRICOS.	<p>PRIMEIRAMENTE AS PESSOAS DEVEM CONHECER A FUNÇÃO DO CBH E O PLANO DIRETOR DA BACIA.</p> <p>ENTENDIMENTO DA SOCIEDADE SOBRE O PAPEL DO COMITÊ, DO PLANO DE GESTÃO DA BACIA E DAS DIFERENTES FORMAS DE PARTICIPAÇÃO; CONHECIMENTO DEFICIENTE DAS DIFERENTES REALIDADES E POTENCIAIS DOS MUNICÍPIOS DE COMPÕE O COMITÊ;</p> <p>VENCER A ACOMODAÇÃO, DIVULGAR E MOTIVAR NOVOS MEMBROS, USAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA DIVULGAR AS AÇÕES E A NECESSIDADE DE MAIOR ENGAJAMENTO DA POPULAÇÃO</p> <p>CONHECIMENTO SOBRE O PAPEL DO CBH E AS SUAS COMPETÊNCIAS; ALINHAMENTO DAS ENTIDADE COM NOÇÃO DO SEU PAPEL;</p>		<p>FALTA DE PESSOAS CAPACITADAS, TREINADAS E CONSCIANTIZADAS SOBRE O ASSUNTO CHAVE DO CBH</p> <p>CAPACITAR INCLUSIVE QUEM NÃO PARTICIPA DIRETAMENTE DO CBH. DEPENDER SOMENTE DE QUEM É MEMBRO, E VAI AS REUNIÕES NÃO RESOLVE, OUTRAS PESSOAS TAMBÉM DEVEM TER O INTERESSE QUE QUESTIONAR O QUE OCORRE LÁ... ASSIM COMO INTERESSA O ASSUNTO NACIONALMENTE FALANDO "REAJUSTE DO PREÇO DA GASOLINA". QUANDO AS PESSOAS ENTENDEREM QUE ÁGUA É MAIS ESSENCIAL QUE ESSE COMBUSTÍVEL, TALVEZ A REPRESENTATIVIDADE TENHA A EFETIVIDADE MÁXIMA.</p> <p>FALTA AMPLA DIVULGAÇÃO DO PAPEL E IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO NOS COMITÊS JUNTO AOS SEGUIMENTOS: SOCIEDADE CIVIL,</p>

				<p>APLICAÇÃO CORRETA DOS RECURSOS ARRECADADOS EM PROL DA BACIA; INTERESSE ÚNICO E EXCLUSIVO NA MELHORIA DA BACIA.</p>		<p>USUÁRIOS, PODER PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, DE MODO A TERMOS MAIORES PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS.</p> <p>CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS PARA UMA REPRESENTATIVIDADE MAIS EFICIENTE.</p> <p>CAPACITAÇÃO DOS REPRESENTANTES, INTERESSES</p>
<p>COMPREENSÃO, IMPLEMENTAÇÃO E CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS DAS ÁGUAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO</p>		<p>O MAIOR DESAFIO É A CONTINUIDADE DA POLÍTICA ESTADUAL COM UMA TENTATIVA DE PROGRESSO PRINCIPALMENTE NA EDUCAÇÃO</p> <p>DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS</p> <p>O CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS ONLINE NO RS FOI IMPLANTADO HÁ UM ANO. APÓS ESTE EXERCÍCIO DO CADASTRO EFETIVO DE USUÁRIOS TEREMOS CERTAMENTE INFORMAÇÕES MAIS SEGURAS PARA CHEGARMOS À UMA PLENÁRIA QUE POSSA SER A REAL REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS DA BACIA. HOJE AINDA ESTE PROCESSO ESTÁ EM FORMAÇÃO.</p>		<p>OS DESAFIOS SÃO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E PUBLICA EM GERAL.</p> <p>O PLANO DE BACIAS NÃO CONSEGUE SER VISTO PELOS MUNICÍPIOS COMO PLANEJAMENTO REGIONAL E O DIAGNOSTICO LOCAL MUITAS VEZES É ESCAMOTEADO PARA QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO IMPLANE INQUÉRTOS CIVIS E AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, CONTRA AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS, POR CONTA DO DEVER DE PRIORIZAR NOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS, METAS RELATIVAS AO PLANO REGIONAL.</p>		<p>DESBUROCRATIZAÇÃO DO FEHIDRO</p>
<p>INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO</p>		<p>A FALTA DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CBH NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS E DELIBERAÇÕES.</p> <p>MOTIVAÇÃO EM ESTAR PRESENTE.</p>		<p>FALTA TRADIÇÃO EM PARTICIPAÇÕES SOCIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO . AINDA VIGORA O "COMANDO E CONTROLE "</p>		<p>A COMUNICAÇÃO PRECISA SER MAIS INCISIVA (CURTA), FREQUENTE E ESTIMULANTE A PARTICIPAÇÃO</p>

		MAIOR DIVULGAÇÃO JUNTO A SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃO MUNICIPAIS INTERESSE				
FORMAÇÃO DAS PAUTAS DO CBH		CREIO QUE UMA QUESTÃO FUNDAMENTAL PARA QUE A EFETIVA REPRESENTATIVIDADE OCORRA, SEJA A INTRODUÇÃO DOS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DE FORMA CONCRETA NA PAUTA DO COMITÊ. ESTAMOS NUMA DAS PIORES BACIAS DE SC, POR CONTA DA CONTAMINAÇÃO DA ÁGUA POR DRENAGEM ÁCIDA DO CARVÃO, DENTRE OUTROS INGREDIENTES AGRAVANTES, MAS A ÚNICA QUESTÃO QUE TEM SIDO DISCUTIDA E À RELACIONADA A ASSOREAMENTO DO RIO PRINCIPAL, O URUSSANGA, POR CONTA DAS CHEIAS. NO ENTANTO, AS CONDIÇÕES FÍSICO-QUÍMICAS DO RIO NÃO PARECEM SUSCITAR UM DISCUSSÃO MAIS EFETIVA. NESTE SENTIDO, ACREDITO QUE EM NÃO HAVENDO A COLOCAÇÃO DE CONFLITOS COMO ESSE CITADO NO EXEMPLO, A REPRESENTATIVIDADE ACABA FICANDO MUITO FRÁGIL. VIMOS SETORES QUE SÃO DIRETAMENTE AFETADOS PELO PROBLEMA E QUE ESTÃO NO COMITÊ E NÃO DEFENDEM SEUS INTERESSES.				BUSCA POR PRATICIDADE E OBJETIVIDADE NAS DISCUSSÕES
REPENSAR NA UNIDADE DE GESTÃO, TERRITÓRIO: ÁREA DA BACIA HIDROGRÁFICA, EXTENSÃO.		A GRANDE ÁREA TERRITORIAL DA BACIA HIDROGRÁFICA QUE DIFICULTA O DESLOCAMENTO DOS MEMBROS DO COMITÊ.		AMPLIAR A ÁREA DE ATUAÇÃO DO NOSSO CBH.		
VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS, ÁGUA E MANANCIAS. CRIAÇÃO DE						A VALORIZAÇÃO DO RECURSO É, SEM DÚVIDA, O MAIOR DESAFIO. O RIO PASSO FUNDO, QUANDO ATRAVESSA A ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO

VÍNCULO PARA VALORIZAÇÃO					<p>DE PASSO FUNDO É DE PEQUENO PORTE, SENDO ASSIM, RECEBE DESPEJOS CONSIDERÁVEIS DE EFLUENTES E RESÍDUOS SEM CONTROLE ALGUM, DETERIORANDO A QUALIDADE DESTES SISTEMA. NECESSITA-SE VALORIZAR MAIS O RIO, DAR MAIS ATENÇÃO, VISIBILIDADE; NÃO APENAS QUANDO OCORRE PROBLEMAS SÉRIOS, MORTANDADE DA FAUNA.</p> <p>OU SEJA, MOBILIZAR AS PRINCIPAIS LIDERANÇAS A SE ENGAJAREM E CRIAREM UM VÍNCULO COM O RIO, SEJA ATRAVÉS DE PROGRAMAS AMBIENTAIS, DE LIMPEZA E CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO RIO, E ASSIM POR DIANTE.</p>
DESAFIOS EXTERNOS AOS CBH, RELACIONADOS A CONJUNTURA DO PAÍS		O BRASIL PASSA POR UM PROBLEMA SÉRIO DE REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE, E ISSO ACABA REFLETINDO NA COMPOSIÇÃO E NAS AÇÕES REALIZADAS PELOS CBH			O MAIOR DESAFIO É ROMPER PARADIGMAS POLÍTICOS PARTIDÁRIOS.

Observação: Colunas em branco não tiveram indicação.

APÊNDICE N. LACUNAS E NECESSIDADES A SEREM RESOLVIDAS PARA MELHORAR OU APRIMORAR A REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

LACUNAS E NECESSIDADES	SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	PODER PÚBLICO MUNICIPAL	PODER PÚBLICO ESTADUAL	PODER PÚBLICO FEDERAL	USUÁRIOS DE ÁGUA
FALTA DE INFRAESTRUTURA, APOIO INSTITUCIONA E LOGÍSTICA	<p>TENDO O COMITÊ UMA SEDE, TODAS AS ATIVIDADES E QUESTÕES RELATIVAS AOS SEGUIMENTOS SERÃO RESOLVIDAS NA PRÁTICA E NO DIALOGO.</p> <p>APOIO EM TRANSPORTE, AÇÕES ACONTECENDO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO COMITÊ E PRINCIPALMENTE SELECIONANDO AS REPRESENTAÇÕES</p> <p>VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA DA PARTICIPAÇÃO, PRINCIPALMENTE DE MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL QUE PRECISA SE AFASTAR DE SUAS ATIVIDADES PARA PARTICIPAR DE REUNIÕES E EVENTOS</p> <p>O FINANCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS.</p> <p>SIM, NA SOCIEDADE CIVIL, AUMENTO DA REPRESENTATIVIDADE E CUSTEIO. NO CASO DOS MUNICÍPIOS, CORPO TÉCNICO E FUNCIONAMENTO INTEGRADO COM OUTRAS ÁREAS DO GOVERNO.</p> <p>AS NECESSIDADES SÃO AS FORMAS DE FINANCIAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL (QUE NESTE MOMENTO ESTÁ NA FASE DE</p>	<p>INVESTIMENTO</p> <p>A SOCIEDADE CIVIL FICA BASTANTE DIVIDIDA ENTRE OS SEGMENTOS QUE A COMPÕE, CUJOS INTERESSES SÃO DIFERENTES E OS RECURSOS PARA PARTICIPAR DAS REUNIÕES TAMBÉM. AQUELES SEGMENTOS QUE PODEM COMPARECER ÀS REUNIÕES, POIS NÃO TEM PROBLEMAS DE TEMPO OU TRANSPORTE SÃO OS QUE HOJE ESTÃO MELHOR REPRESENTADOS. QUANTO AOS MUNICÍPIOS, DA MESMA FORMA, AQUELES DE PEQUENO PORTE, SEM PESSOAL E SEM TRANSPORTE, FICA MAIS DISTANTES. INCLUSIVE PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEHIDRO, MUITOS NÃO TEM CAPACIDADE FINANCEIRA OU TÉCNICA PARA PROPOR PROJETOS.</p>	<p>A SOCIEDADE CIVIL MUITAS VEZES CARECE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DO SEU MEMBRO</p>		<p>OS DEMAIS SETORES PRECISAM SE ORGANIZAR MELHOR, PORÉM A FALTA DE RECURSOS E DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA ESTAS ATIVIDADES DIFICULTAM O ESTABELECIMENTO DESTES SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO SETORIAL.</p>

	<p>APROVAÇÃO DA MINUTA DE DELIBERAÇÃO)</p> <p>FALTA MAIS RECURSOS POR PARTE DOS GOVERNANTES. APOIO FINANCEIRO AS ENTIDADES CIVIS.</p>				
<p>ATUAÇÃO DOS REPRESENTANTES E SEGMENTOS SEREM REPRESENTADOS DE FORMA PARITÁRIA</p>	<p>SENSIBILIZAR OS PREFEITOS MUNICIPAIS PARA PARTICIPAREM, OU MANDAREM REPRESENTANTES ADEQUADOS PARA REPRESENTAR.</p> <p>OS USUÁRIOS DE ÁGUA PARTICIPAM PARA OBSERVAR O QUE ESTÁ ACONTECENDO, MAS NÃO CONTRIBUEM PARA VER OS INSTRUMENTOS SEREM IMPLEMENTADOS (IMAGINO QUE PENSAM QUE QUANTO MAIOR ARTICULAÇÃO DO CBH, MAS ELES SERÃO CONTROLADOS E "COBRADOS" NAS SUAS ATIVIDADES).</p> <p>MAIOR ENVOLVIMENTO DO SEGMENTO MUNICIPAL E ESTADUAL</p> <p>TUDO DEPENDE DE INICIATIVA E LIDERANÇA, NORMAS E LEIS NA RESOLVEM A CARÊNCIA DE CULTURA</p> <p>NO CASO DO ESTADO PARTICIPAÇÃO MAIS EFETIVA DE SECRETARIAS COMO DA AGRICULTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO - FAZEM PARTE, MAS NÃO PARTICIPAM</p> <p>MAIOR INTERESSE E PARTICIPAÇÃO POPULAR</p> <p>QUE OS REPRESENTANTES LEVEM PARA SEUS PARES AS PACTUAÇÕES REALIZADAS NO COMITÊ</p> <p>QUE AS PESSOAS ENVOLVIDAS ESTEJAM SEMPRE DISPONÍVEIS PARA PARTICIPAR.</p>	<p>PENSAR NO COLETIVO POR PARTE DO PODER PÚBLICO E USUÁRIOS</p> <p>MUITAS PESSOAS AINDA PARTICIPAM POR CAUSA PRÓPRIA, SEM VISÃO REGIONAL.</p> <p>ESTUDO DAS PROPOSTAS ANTES DE IR À PLENÁRIA</p> <p>SÃO MUITOS PORQUE CADA UM QUER APENAS DEFENDER O SEGMENTO O QUAL REPRESENTA.</p> <p>PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE LIMPEZA PÚBLICA</p>	<p>MOBILIZAÇÃO SOCIAL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.</p> <p>ISSO PODE TER ÊNFASE SE HOVER MAIOR PARTICIPAÇÃO JUNTO AOS ESTUDANTES EM GERAL.</p> <p>PODER PUBLICO= CUMPRIR SUA MISSÃO. USUARIOS= CONSCIENTIZA-LOS A PARTIR DAS SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES SOCIEDADE CIVIL= CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O PAPEL DA ÁGUA EM SUA VIDA</p> <p>MELHOR DEFINIÇÃO DAS COMPETENCIAS DE CADA ENTIDADE/INSTITUIÇÃO. HJ CADA REPRESENTAÇÃO É APENAS PARA CUMPRIR AS VAGAS E NÃO POR MÉRITO/COMPETÊNCIA. QUEM PODE MAIS CHORA MENOS. GRANDES INTERESSES (DE POUÇOS) PODEM SUPERAR O INTERESSE DE MUITOS (QUE NÃO ESTÃO REPRESENTADOS).</p> <p>COMPROMETIMENTO E ROMPIMENTO COM INTERESSES UNILATERAIS OU PARTICULARES.</p> <p>INTEGRAÇÃO TÉCNICA ENTRE OS REPRESENTANTES DOS SEGMENTOS COM PENSAMENTO ÚNICO NO GERENCIAMENTO DOS</p>	<p>MAIOR ESTÍMULO AOS GRUPOS MINORITÁRIOS NAS BACIAS COMO AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (QUILOMBOLAS) QUE NÃO DETÉM ASSENTO ESPECÍFICO COMO PREVISTO NA NORM</p>	<p>A PRINCIPAL, POR ASSIM DIZER, É DESIGNAR UM MEMBRO QUE TENHA INTERESSE PELO ASSUNTO, SE ENVOLVA CONSTANTEMENTE E FIQUE PREDISPOSTO A AUXILIAR EM ATIVIDADES QUANDO FOREM DESENVOLVIDAS.</p> <p>EXIGIR UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA PRÓPRIA SOCIEDADE E DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL</p> <p>EQUILÍBRIO DOS NÚMEROS DA REPRESENTAÇÃO DE CADA SETOR E A FALTA DE OBJETIVIDADE DAS DISCUSSÕES</p> <p>A TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE OS REPRESENTANTES AINDA É INSIPIENTE.</p> <p>UMA MAIOR SEGMENTAÇÃO DE PARTICIPANTES NA BACIA PODERIA APROXIMAR MAIS O INTERESSE</p>

	<p>HÁ CASOS EM QUE OS MEMBROS DO COMITÊ NÃO COMPARECEM ÀS REUNIÕES POR CAUSA DE OUTROS COMPROMISSOS NO MESMO DIA E HORÁRIO.</p> <p>ACREDITO QUE UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO EM PROPOR E PARTICIPAR DAS DISCUSSÕES EM CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO PARA TEMAS ESPECÍFICOS SOBRE A ÁGUA, VISTO QUE HÁ A AUSÊNCIA DE MUITAS INSTITUIÇÕES NAS DISCUSSÕES.</p> <p>O SEGMENTO PODER PÚBLICO EM ESPECIAL O MUNICIPAL SOFRE CONSTANTE MUDANÇA DOS ATORES. DEVERIAM SER INDICADOS COMO MEMBROS REPRESENTANDO OS MUNICÍPIOS, FUNCIONÁRIOS CONCURSADOS E ASSIM DAR CONTINUIDADE NAS AÇÕES DELIBERADAS PELO COLEGIADO.</p> <p>MAIOR INTERESSE EM PARTICIPAR DAS CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO</p> <p>O PESO DA REPRESENTATIVIDADE DEVERIA SER MAIS FIEL AO SETOR REPRESENTADO. A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS SETORES</p> <p>ESSA NECESSIDADE É PERMANENTE, POIS A DEMANDA POR ÁGUA É DIRETAMENTE PROPORCIONAL AOS REPRESENTANTES, CONSIDERANDO O AUMENTO DA DEMANDA A REPRESENTAÇÃO POR SETOR SEGUE A MESMA PROPORÇÃO. ASSIM, SE NA CONCEPÇÃO DO REGIMENTO E OUTROS ALINHAMENTOS PARA DIFICULTAR A EFETIVA PRESERVAÇÃO VIA SOCIEDADE CIVIL FOSSEM DE FATO PARITÁRIAS E QUE HOUVESSE DEBATES PARA O</p>		<p>RECURSOS HÍDRICOS E NÃO INTERESSES POLÍTICOS.</p> <p>FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL.</p> <p>A CULTURA DE REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO PRECISAM SER APRIMORADAS, ESTABELECIDAS. SÃO POUCOS OS ATORES QUE CONSEGUEM SE REUNIR PREVIAMENTE ÀS REUNIÕES, ANALISAR AS QUESTÕES E AS PAUTAS E EMITIR UMA OPINIÃO QUE NÃO SEJA RELATIVAMENTE SUBJETIVA, A CRITÉRIO DE QUEM ESTA REPRESENTANDO AS INSTITUIÇÕES.</p> <p>NECESSIDADE DE MAIS ENGAJAMENTO DE TODOS OS SEGMENTOS.</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO E COMPROMETIMENTO DE ALGUNS SEGUIMENTOS</p> <p>A NECESSIDADE DE RESOLVER QUALQUER PROBLEMA COM RELAÇÃO AOS SEGMENTOS ESTA NA SUA PRÓPRIA REPRESENTATIVIDADE. TER ESSE COMPROMISSO COM O CBH.</p> <p>QUE OS REPRESENTANTES TENHAM AUTORIDADE PARA DECIDIR EM NOME DAS INSTITUIÇÕES QUE REPRESENTAM. NORMALMENTE O REPRESENTANTE VAI PARA PARTICIPAR COMO OUVINTE OU SE PARTICIPA NA DECISÃO ELE NÃO CONSEGUE APLICAR</p>		
--	---	--	--	--	--

	<p>ENTENDIMENTO E RACIONALIDADE PARA TODAS DELIBERAÇÕES, NÃO TERIA ESSA AMEAÇA CONCRETA DE PADECIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS. COMO JÁ COMENTADO A PARIDADE E EFETIVIDADE DE TODAS AS POLÍTICAS APROVADAS POR SETORES DEVERIAM ANTES PASSAR PELO AMPLO DEBATE E NÃO PELO SIMPLES FATO DE QUAL SEGMENTO SERÁ BENEFICIADO.</p>		<p>NO NÍVEL DE ATUAÇÃO DE SUA INSTITUIÇÃO.</p> <p>NO SEGMENTO DA SOCIEDADE CIVIL DE MODO GERAL REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS E DAS DEMAIS CATEGORIAS (UNIVERSIDADES, ENTIDADES DE CLASSE E ONGS/ ENTIDADES AMBIENTAIS) PODERIAM FOMENTAR A INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE MAIS ENTIDADES, A FIM DE PERMITIR O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE ENTIDADES.</p>		
<p>ALTERNÂNCIA E RENOVAÇÃO DOS MEMBROS</p>	<p>NÃO HAVER TANTA TROCA DE MEMBROS DO COMITÊ.</p>		<p>A CADA DOIS ANOS QUANDO DA ELEIÇÃO DO ÓRGÃO PLENÁRIO (MEMBROS TITULARES E SUPLENTE COM DIREITO A VOZ E VOTO NAS REUNIÕES) PERMITIR UMA RENOVAÇÃO DESTA PARTICIPAÇÃO.(A RESPEITO DA SOCIEDADE CIVIL E USUÁRIOS)</p> <p>UMA INOVAÇÃO NOS INTEGRANTES QUE REPRESENTAM O MEU COLEGIADO, POIS SÃO O MESMOS REPRESENTANTES DESDE 2005 QUANDO INICIEI ATIVIDADES JUNTO AO COMITE</p>		
<p>APLICAÇÃO DOS FUNDAMENTOS, PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS DA LEGISLAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS</p>	<p>MAIOR CUMPRIMENTO DA LEI E BUSCAR A EFETIVIDADE DA GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>A PARTIR DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA É QUE PODEREMOS TER IDÉIA DE COMO SERÁ DESENVOLVIDA A GESTÃO "ATUAL" DOS RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>ATUAÇÃO DO COMITÊ CONFORME PREVISTO EM LEI E A EFETIVA</p>	<p>FISCALIZAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DO TEMA.</p>	<p>SIM. DO PONTO DE VISTA DE QUEM VÊ DE DENTRO DO PODER PÚBLICO ESTADUAL JÁ É POSSÍVEL PERCEBER UMA FALTA DE CONSIDERAÇÃO COM A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS EM DETRIMENTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL. É NECESSÁRIO TRABALHAR SOBRE A VALORIZAÇÃO DA ÁGUA. SEM ÁGUA NÃO HÁ VIDA!</p>		

	<p>IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.</p> <p>PENSO QUE, NO MOMENTO EM QUE ENTRAR, EFETIVAMENTE, A COBRANÇA, O INTERESSE SERÁ MAIOR. ALÉM DISSO É PRECISO COBRAR A APLICAÇÃO DAS LEIS APROVADAS: TER UM PLANO PARA RESÍDUOS SÓLIDOS - ESGOTAMENTO URBANO - ETC</p>				
FALTA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	<p>PROMOVER ENCONTRO ENTRE OS COMITÊS PRÓXIMOS PARA TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE SI.</p> <p>OS ÓRGÃOS ESTADUAIS TEM QUE SER MAS ATUANTES E CUMPRIR SUAS OBRIGAÇÕES. O CBH SOZINHO NÃO CONSEGUE FAZER A GESTÃO SEM APOIO.</p>		<p>O CONSELHO DEVE SER MAIS PROXIMO, MAIS SABEDOR, MAIS FLEXIVEL, SABER DIZER NÃO QUANDO NECESSÁRIO. ATUALMENTE A POSIÇÃO VERTICAL DO CONSELHO DEIXA A OPINIAO DOS COMITÊS MUITO A MARGENS DOS INTERESSES DA SOCIEDADE.</p>		<p>ACREDITO QUE HAJA DESARTICULAÇÃO DOS USUÁRIOS, POR EXEMPLO. OS REPRESENTANTES DESSE SEGMENTO DEVERIAM ARTICULAR ENTRE SI, PARA ENTENDEREM MELHOR A REALIDADE DE CADA MEMBRO, PARA POSTERIORMENTE EXPOREM UMA DEMANDA CONJUNTA DO SEGMENTO.</p>
Melhorar a INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA. DIVERSIFICAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	<p>MELHOR COMUNICAÇÃO</p> <p>MAIOR DIVULGAÇÃO JUNTO A SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃO MUNICIPAIS</p>	<p>ACREDITO QUE O USO DE TECNOLOGIAS (DE COMPUTADORES) PODEM FACILITAR A COMUNICAÇÃO INTERSETORIAL; COM A QUEBRA DAS DISTANCIAS FISICAS. PARA TANTO, É NECESSÁRIO FAZER TREINAMENTOS DE INFORMATICA PARA COM AQUELAS PESSOAS QUE NECESSITAM.</p> <p>O USO DE VIDEOCONFERENCIA; FERRAMENTAS ONLINE DE COLABORAÇÃO (EX.: BLOGS, EDITOR DE TEXTO, FORUM, VIDEOS ENTRE OUTROS) FAZEM COM QUE A COMUNICAÇÃO SE TORNE MAIS AGIL E DINAMICA.</p> <p>NECESSIDADE DE MAIOR DIVULGAÇÃO DAS DISCUSSÕES REALIZADAS NAS ASSEMBLEIAS, DE FORMA RESUMIDA, OBJETIVA E DIRETA AOS ELEMENTOS DE INTERESSE, COMO PREFEITOS,</p>	<p>TRANSPARÊNCIA NAS AÇÕES.</p>		<p>MAIOR DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO DE TUDO QUE DIZ RESPEITO AO CBH</p> <p>DISCUSSÕES TÉCNICAS ENVOLVENDO TODOS MEMBROS</p> <p>MELHOR DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES</p>

		<p>CÂMARA DE VEREADORES, PRESIDENTES DE ENTIDADES REPRESENTATIVAS. DIVULGAR OPORTUNIDADES DE RECURSOS E PROJETOS DE FORMA MENOS BUROCRÁTICA,</p> <p>A COMUNICAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO TEMA.</p>			
<p>EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO DOS REPRESENTANTES SOBRE CBH, LEGISLAÇÃO, SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS</p>	<p>TREINAMENTO</p> <p>A SOCIEDADE CIVIL DEVERIA PASSAR POR CONSTANTES CAPACITAÇÕES PARA AMPLIAR O CONHECIMENTO SOBRE O TEMA (CONDIÇÃO FUNDAMENTAL PARA UMA PARTICIPAÇÃO TÉCNICA MAIS EFETIVA. CASO CONTRÁRIO O COMPONENTE MERAMENTE POLÍTICO DE PARTICIPAÇÃO SE TORNA MUITO DOMINANTE.</p> <p>UMA IMPORTANTE NECESSIDADE, RELACIONADA COM O DESAFIO SUPRAMENCIONADO, É OFERECIMENTO DE CAPACITAÇÃO PARA GRANDE PARTE DOS MEMBROS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS, DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO, DA ESTRUTURA DECISÓRIA DOS CBHS. SEM UM NIVELAMENTO MÍNIMO SOBRE ESSAS QUESTÕES, NÃO É POSSÍVEL TER ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES NO PROCESSO DECISÓRIO E, MESMO, NA CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DISCUTIDAS NAS CÂMARAS TÉCNICAS.</p> <p>CONHECIMENTO PÚBLICO DO QUE SIGNIFICA UM COMITÊ DE BACIA E SUA REAL FUNÇÃO</p> <p>TREINAMENTOS DE ALINHAMENTO DOS CONCEITOS E CONHECIMENTOS E AÇÕES DE DIVULGAÇÃO SOCIAL</p>	<p>CAPACITAR O GESTOR PARA PONDERAR SOBRE O PERFIL ADEQUADO ANTES DA INDICAÇÃO</p> <p>CAPACITAÇÃO</p> <p>TREINAMENTO DE PESSOAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DANDO APOIO OU SUPORTE.</p> <p>MAIOR CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DOS SEGUIMENTOS SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO MUNICIPAL.</p>	<p>CURSOS DE CAPACITAÇÃO</p> <p>ESTIMULO CONSTANTE EM EVENTOS OU PROGRAMAS QUE DEEM OPORTUNIDADE DE ATUAÇÕES PARTICIPATIVAS</p> <p>PARA MELHORAR OU APRIMORAR A REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS É PRECISO AUMENTAR, DIVERSIFICAR, QUALIFICAR E FORTALECER OS ATORES ENVOLVIDOS.</p> <p>É PRECISO AMPLIAR E FORTALECER A DIVULGAÇÃO, A VALORIZAÇÃO E O ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO. DE MODO COMPLEMENTAR, PODERÍAMOS PENSAR PROCEDIMENTOS PARA QUALIFICAR O PAPEL/CONDIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO.</p> <p>MAIOR QUALIFICAÇÃO</p> <p>O PROCESSO EDUCACIONAL CONTINUADO LIGADO À FORMAÇÃO DE PESSOAS QUALIFICADAS PARA ATUAREM NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS É UMA META QUE DARIA AUTONOMIZAÇÃO AOS COMITÊS NO SENTIDO DA DEPENDÊNCIA DAS AÇÕES DE PESSOAS QUE,</p>		<p>EU APENAS CONSIDERO QUE A INSERÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL FORMARIA NOVAS GERAÇÕES MAIS COMPETENTES PARA ESSA QUESTÃO. DAÍ, MUITAS DAS LACUNAS QUE EXISTEM HOJE SERIAM CONTEMPLADAS.</p> <p>CAPACITAÇÃO E CONHECIMENTO DE TODOS OS ENVOLVIDOS NO SEGMENTO (NÃO SÓ QUEM É O REPRESENTANTE).</p> <p>CRIAR MECANISMOS PARA EFETIVAR PARTICIPAÇÃO MEDIANTE AS VARIADAS CRISES QUE OS MUNICÍPIOS ESTÃO SUJEITOS; ESTRUTURAR UM PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TODOS OS MEMBROS, INCLUINDO AUTORIDADES MUNICIPAIS, VISANDO A DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES INERENTES AO CBH E DEMAIS ORGANISMOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E DETALHAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS</p>

	<p>DA NECESSIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA A SOCIEDADE.</p> <p>NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO, MOBILIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO, ENSINO</p> <p>SENSIBILIZAÇÃO, APOIO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES. CAPACITAÇÃO</p> <p>DESENVOLVER ATIVIDADES QUE POSSA ESTIGAR E POSSIBILITAR QUE A POPULAÇÃO JOVEM PARTICIPE DOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL INCLUINDO-SE AI AS CTS</p> <p>QUANDO REALMENTE O COMITÊ FOR ENXERGADO COMO UM FÓRUM POLÍTICO PARA A GESTÃO HÍDRICA, E NÃO UM BALCÃO DE NEGÓCIOS</p>		<p>PRINCIPALMENTE NOS MUNICÍPIOS, PERDEREM A DIMENSÃO DE CONTINUIDADE</p> <p>EMPODERAMENTO POPULAR ATRAVÉS DA CONSCIÊNCIA DO QUE É E OS LIMITES DA REPRESENTAÇÃO. ASSIM É NECESSÁRIO, MAIS CAPACITAÇÕES</p> <p>CONHECIMENTO SOBRE O PAPEL DO CBH E AS SUAS COMPETÊNCIAS</p>		<p>MEMBROS COLEGIADOS.</p> <p>ESTA ATIVIDADE DEVE SER NO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DE FORMA CONTINUADA DE ACORDO COM A DEMANDA E COMO FERRAMENTA FACILITADORA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO.</p> <p>ELABORAR CARTILHAS, PROPAGANDAS, DIVULGANDO A IMPORTÂNCIA E O GANHO NA PARTICIPAÇÃO DOS SEGUIMENTOS JUNTO AOS COMITÊS.</p> <p>CAPACITAÇÃO; - CONHECIMENTO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES, CONHECIMENTO LEGAL.</p>
<p>ALTERAÇÕES NAS LEGISLAÇÕES, DECRETOS, ESTATUTOS DO CBH</p>	<p>PARECE QUE NO COMITÊ QUE PARTICIPO É NECESSÁRIO ALTERAR O ESTATUTO PARA QUE A UNIVERSIDADE ESTADUAL POSSA PARTICIPAR.</p> <p>AS ENTIDADES DE ENSINO E PESQUISA DEVERIAM SER UM SEGMENTO. ASSIM SERIAM CINCO: ESTADO, MUNICÍPIO, USUÁRIOS, ONGS E ENTIDADES DE ENSINO.</p> <p>A LEI DIZ QUE OS COMITÊS DEVEM SER FORMADOS POR ÁREAS GOVERNAMENTAIS E SOCIEDADE CIVIL, ENTÃO DEVE SER 50% PRA UM E 50% PARA OUTRO, ENQUANTO ISSO VEMOS 33% PARA CADA, RESULTANDO NA UNIÃO DO ESTADO COM O MUNICÍPIO, SOMANDO 66%, O QUE RESULTADO</p>				<p>SIM, QUANDO O PODER DE DECISÃO ESTIVER NA ESFERA DO CBH, A PARTICIPAÇÃO SERÁ MELHOR REPRESENTADA PRINCIPALMENTE NO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.</p>

	<p>NA ALHIENIDADE DA SOCIEDADE CIVIL.</p> <p>TEMOS NO COMITÊ AINDA A SEGUINTE CONFIGURAÇÃO: OS MUNICÍPIOS ACABAM PARTICIPANDO NÃO COMO ATORES DO SETOR PÚBLICO, MAS COMO DA SOCIEDADE CIVIL. ESSA, A MEU VER, É UMA SITUAÇÃO A SER RESOLVIDA.</p>				
PAUTAS E REUNIÕES DO CBH		<p>AS REUNIÕES PODERIAM MAIS OBJETIVAS E MENOS TEÓRICAS</p> <p>FALTA MAIS PARTICIPAÇÃO E POUCAS REUNIÕES PRÁTICAS.</p>	<p>AUMENTANDO O NÚMERO DE REUNIÕES ANUAIS.</p> <p>O CBH ABRIR BRECHAS PARA DISCUSSÕES MAIS DIRECIONADAS, COM E ENTRE SEGMENTOS, E APROVEITAR OS RESULTADOS DAS DISCUSSÕES PARA O APRIMORAMENTO DO PRÓPRIO SISTEMA DA ENTIDADE REPRESENTADA NO MESMO.</p> <p>O ENCADEAMENTO DAS REAIS NECESSIDADES PARA QUE OCORRA DE FORMA PLENA ESSE PROCESSO DE GESTÃO.</p>	DESCENTRALIZAÇÃO DAS REUNIÕES DO CSBH ALTO JAGUARIBE.	

Observação: colunas em branco não tiveram indicação dos respondentes.

APÊNDICE O. ANÁLISE DA ATIVIDADE E OU OFICINA COM APLICAÇÃO DE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	FORAM DIVERSAS OFICINAS EM VÁRIAS CIDADES BACIA MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA	REALIZADAS E EXECUTADAS PELA EMPRESA QUE GANHOU A LICITAÇÃO DO PLANO DIRETOR	AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	TODA A MOVIMENTAÇÃO ACONTECEU NA CONCEPÇÃO DO PLANO DIRETOR DA BACIA	COM PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS CONSELHEIROS DOS SEGUIMENTOS E A POPULAÇÃO.
	LEMBRO-ME DE TRÊS EVENTOS REALIZADOS EM CAMPOS DO JORDÃO, SEDE DO CBH-SM	NÃO LEMBRA	PALESTRAS	FORAM EXPOSIÇÕES FEITAS PARA UMA PLATEIA. HÁ ÉPOCA, UMA DÉCADA ATRÁS, O INTERESSE COLETIVO AINDA ERA SIGNIFICATIVO.	-----
	PARAÍBA	FOI REALIZADA A PEDIDO DO CEDAMS, E REALIZADA PELO O COMITÊ COM O APOIO DA AESA,	REALIZAMOS UMA AÇÃO EM NASCENTES DE UM RIO DA REGIÃO	REFLORESTAMENTO E MAPEAMENTO DAS NASCENTES	-----
	FOI REALIZADO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CBH-LN, COM TODOS OS MEMBROS (TITULARES E SUPLENTE) NA CIDADE DE MAMANGUAPE);	FOI REALIZADA POR LOURDES SOUSA (DNOCS); E FOI ORGANIZADA PELA DIRETORIA COLEGIADA DO CBH-LN E AESA (SECRETARIA EXECUTIVA	FOI REALIZADA A CHUVA DE IDEIAS, PARA DEPOIS ENCONTRAR OS PROBLEMAS, AS SOLUÇÕES, OS ENVOLVIDOS E OS PRAZOS. UTILIZOU-SE DE FLIPCHART;	OBTER O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DO CBH-LN PARA O PERÍODO DE 2015-2016	-----
	NA UNINCOR DE TRÊS CORAÇÕES PARA MEMBROS DO CBH VERDE	PELA ANA/IGAM	METODOLOGIA ANÁLISE SWOT/FOFA	ELENCAR E PRIORIZAR ITENS IMPORTANTES PARA O CBH VERDE NO DESENVOLVIMENTO DO PLANO INTEGRADO DE BACIA DO GRANDE.	-----
	EM TRÊS CORAÇÕES - MG	IGAM	-----	REALIZAR UM MELHOR PLANEJAMENTO DA BACIA DO RIO VERDE. IDENTIFICAR PROBLEMAS MAIS COMUNS DA BACIA	-----
	CBH ALTO JUQUIÁ	CBH ALTO JUQUIÁ	-----	ELABORAÇÃO E COMENTÁRIO, AJUSTES DE PLANO DE BACIA E PDPA ALTO JUQUIÁ FORMATAÇÃO DE PRIMEIRA VERSÃO DE LEI ESPECÍFICA DA APRM CONDUZIDO PELO CBH	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
	FOI REALIZADA NO UNIFEB	CBH BAIXO PARDO GRANDE	A METODOLOGIA EMPREGADA FOI A DE PARTICIPAÇÃO DINÂMICA DOS MEMBROS.	DESCREVER OS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA GESTÃO DO COMITÊ E DA PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS.	-----
	EM HOTEL	A DIRETORIA E A EQUIPE TÉCNICA ENTÃO CONTRATADA PARA ATENDER AO CBH SAPUCAÍ. GD 05/ MG	PALESTRAS E EXERCÍCIOS PRÁTICOS;	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DAS 3 CTS.	-----
	NA CAMARA TECNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CBH PCJ	A COORDENAÇÃO DA CAMATA TÉCNICA GESTÃO 2013/2015 - CBH PCJ	EXPOSIÇÃO DE MATERIAL, GRUPOS DE DISCUSSÃO, RODA DA CONVERSA, LEVANTAMENTOS DE NECESSIDADES, DEVOLUTIVA	RESISÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DISCUSSÃO SOBRE O PLANO DE BACIAS . A COORDENAÇÃO DA CAMARA TÉCNICA GESTÃO 2015/2017 DISCUSSÃO SOBRE A CADERNO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	-----
	SANTOS- CBH BAIXADA SANTISTA	SABESP DE SANTOS QUE FORAM ORGANIZADAS PELO COMITÊ	POSSUÍAM UMA PARTE DE EXPLANAÇÃO INICIAL (FORMATIVA) E QUE POSTERIORMENTE PERMITIRAM O DEBATE E MAIOR INTEGRAÇÃO ENTRE AS CÂMARAS TÉCNICAS.	DUAS OFICINAS SOBRE REALIZAÇÃO DE PROJETOS	-----
	CBH SOROCABA MÉDIO TIETÊ	UFSCAR E UNESP	PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	PARA ORGANIZAR O FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA EXECUTIVA E CÂMARAS TÉCNICAS.	FUNCIONOU ATÉ A MUDANÇA DOS COORDENADORES DAS CTS
	CBH BT- BAIXO TIETÊ	EMPRESA CONTRATADA	-----	ELABORAÇÃO DO PLANO DE BACIAS/PLANO DE METAS . TRAÇAR METAS PARA A BACIA	-----
	CBH MOGI EM 1996	-----	-----	ELABORAÇÃO DO PLANO DE BACIA	-----
	NA CIDADE DE ARACAJÚ - SERGIPE.	LUIZ AUGUSTO PRETO (ANA)	EXPOSIÇÃO	CURSO: OFICINA DO COMPROMETES E GESTÃO EFICIÊNCIA DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO E PGTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS.	O ÚLTIMO FOI O ENCOB/2017
	COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARDO - COMITÊ PARDO	TÉCNICOS DA METROPLAN (POA), PROF. DIONEI DELEVATI, PROF. MARKUS BROSE, PROF. LUIZ CARLOS SCHNEIDER, PROFA. ROSÍ ESPÍNDOLA SILVEIRA, PROFA. HELENIZA CAMPOS.	METODOLOGIA DA GTZ (PAINÉIS, TARJETAS, GRUPOS..)	DEFINIR OBJETIVOS E METAS A SEREM ALCANÇADOS	OFICINAS DO PLANO DA BACIA, OFICINAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL, OFICINA PLANEJAMENTO CIDADES.

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
	CBH ALTO TIETÊ	SABESP	-----	TOMADA DE RECURSOS FEHIDRO	-----
	CBH PCJ- AÇÃO DESCENTRALIZADA EM 7 CIDADES COBRINDO TODA A BACIA	FOI ACOMPANHADO PELA CT-EA E UMA EMPRESA PRODUTORA DE VÍDEO CONTRATADA PELOS COMITÊS	REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DO VÍDEO ONDE TODOS CONSTRUÍRAM O ROTEIRO, TEXTO, ATORES E LOCAIS DE GRAVAÇÃO	CONSTRUÇÃO DE VÍDEOS EDUCOMUNICATIVOS SOBRE AS SUB BACIAS HIDROGRÁFICAS DO COMITÊ AUMENTAR AS INFORMAÇÕES DOS RECURSOS HÍDRICOS ENTRE A POPULAÇÃO E CRIAÇÃO.	MEMBROS DA CT-EA E SOCIEDADE CIVIL INTERESSADA
	AS OFICINAS FORAM REALIZADAS EM ALGUNS MUNICÍPIOS DAS BACIAS DOS RIOS ARARANGUÁ E URUSSANGA	FORAM MINISTRADAS RESPONSÁVEIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO COMITÊ. AS OFICINAS FORAM REALIZADAS POR ROSE MARIA ADAMI, YASMINE DE MOURA DA CUNHA E BEATE FRANK	AS METODOLOGIAS UTILIZADAS SÃO RODAS DE CONVERSA, DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL E OFICINA DO FUTURO MODIFICADA.	PRINCIPAIS OBJETIVOS DA ATIVIDADE SÃO CONHECER A BACIA HIDROGRÁFICA NOS SEUS DIFERENTES ASPECTOS, AS LEGISLAÇÕES AMBIENTAIS, O PAPEL DE MEMBROS E DO CIDADÃO.	-----
	EM FORTALEZA	INSTITUTO HIDROAMBIENTAL, PROFESSOR ITABARACI DA UNIVERSIDADE -UFC	CURSO	ÁGUA SUBTERRÂNEA.	-----
	EM ACARAÚ-CE	ROSANA GARJULI	DESCONHECO O NOME DA METODOLOGIA	IDENTIFICAR OS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA BACIA, AS PRIORIDADES QUE DEVERÍAMOS TRATAR NA BACIA, O POTENCIAL DE CADA INSTITUIÇÃO E DE QUE FORMA PODERIAM COLABORAR.	-----
	MINAS GERAIS CBH GRANDE	APLICADA PELA ANA. EMPRESA PROFILL	MATRIZ GUTE.	APRESENTAÇÃO DO PIRH DO RIO GRANDE.	CBH GD2 - VERTENTES DO RIO GRANDE (MG)
	CBH PARDO	FOI REALIZADA PELO PRÓPRIO COMITÊ . EMPRESA ECOPLAN	ESTUDO DE CONTEÚDO - DEBATE - LEVANTAMENTO DE DADOS	ELABORAÇÃO DO PLANO DE BACIA E DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS.	-----
	CBH BACIA METROPOLITANA. CEARÁ	CBH METROPOLITANA	FOFA- METODOLOGIA PARTICIPATIVA NO LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DESSES PROBLEMAS.	CAPACITAÇÃO ANUAL DOS MEMBROS DO COMITÊ	-----
	CBH GRANDE	EMPRESA CONTRATADA	A PRIMEIRA OFICINA FOI PARA DIAGNOSTICO	ELABORAÇÃO DO PLANO DE BACIA	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			PARTICIPATIVO PARA O PLANO DE BACIA . A SEGUNDA FOI SEMINÁRIO REGIONAL PARA AVALIAR AS METAS DO PLANO DE BACIA DO CBH GRANDE		
	REALIZADO NO CEA - UNESP RIO CLARO	GEÓLOGO ROBERTO KIRCHHEIM DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL	CURSO DE GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS DURANTE O IV WORKSHOP DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	-----	-----
	WORKSH DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS UNESP-RIO CLARO, DIÁLOGO INTERBACIAS (ANUAL)	-----	PALESTRAS, TRABALHOS EM GRUPO TRABALHOS DE CAMPO EM TANQUÃ (MINIPANTANAL)	DIVERSAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL	-----
	FLORIANÓPOLIS, EM 2014, PELO PROJETO ÁGUA E GESTÃO	ANA/PTI	DURANTE O CURSO, TIVEMOS APRESENTAÇÃO CONCEITUAL DA TEMÁTICA ABORDADA "GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: METODOLOGIAS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL", DE FORMA EXPOSITIVA; REALIZAMOS TRABALHOS EM GRUPOS, ESTUDO DE CAMPO NAS MEDIAÇÕES DA LAGOA DA CONCEIÇÃO ANALISANDO ASPECTOS TEÓRICOS AOS PRÁTICOS (SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA DA LAGOA POR CONTA A	COMO SENDO UMA SEGUNDA ETAPA DE UM PROCESSO FORMATIVO INICIADO A DISTÂNCIA (8H)	FOI UMA EXPERIÊNCIA EXCELENTE, QUE TEVE COMO PALESTRANTE/FACILITADORA A PESQUISADORA QUE ORA APLICA ESTA PESQUISA DA QUAL, COM MUITA HONRA E GRATIDÃO, BUSCO DAR A MINHA HUMILDE CONTRIBUIÇÃO.

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			URBANIZAÇÃO À SUA VOLTA), QUANDO REALIZAMOS DIAGNÓSTICO LOCAL E PRODUZIMOS MAPA TEMÁTICO. TIVEMOS ACESSO A EXPERIÊNCIAS DE MOBILIZAÇÃO E ESTRATÉGICAS METODOLÓGICAS DE SENSIBILIZAÇÃO		
	BELO HORIZONTE - MG	ÓRGÃO GESTOR - IGAM MG	-----	OBJETIVO PRINCIPAL: "O PAPEL DO CONSELHEIRO NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS"	CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL, USUÁRIOS DE ÁGUA E PODER PÚBLICO ESTADUAL E MUNICIPAL.
	A ULTIMA OFICINA FOI REALIZADA EM ANDRADAS	PROMOVIDA PELO CBH GRANDE	O PROGNÓSTICO ESTIMA CENÁRIOS PARA O USO DAS ÁGUAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE, A PARTIR DE CRITÉRIOS COMO O BALANÇO HÍDRICO, A IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE CONFLITO ATUAIS E DE POTENCIAIS CONFLITOS FUTUROS. SÃO ELES: · CENÁRIO TENDENCIAL: O FUTURO DO USO DAS ÁGUAS TENDE A SE MANTER CONFORME TENDÊNCIAS JÁ OBSERVADAS; · CENÁRIO ACELERADO: AS TENDÊNCIAS PASSADAS SÃO ROMPIDAS POR FORTE	PARA DEFINIRMOS QUAIS AS NECESSIDADES PRIORITÁRIAS PARA COMPOR O PLANO DE INTEGRAÇÃO	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO; - CENÁRIO MODERADO: AS TENDÊNCIAS PASSADAS TAMBÉM SÃO ROMPIDAS, PORÉM COM MODERADO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO; - CENÁRIO DE CONTINGÊNCIA: AS BACIAS TENDEM A SOFRER ALTERAÇÕES DEVIDO AO EFEITO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. OS COMITÊS QUE ESCOLHERAM AS PRIORIDADES.		
	ANDRADAS E CAMBUÍ.	PROFILL E FATO CONSULTORIA - SUPERVISÃO DA ANA	GUT	IDENTIFICAR OS PONTOS DE CONFLITOS E PRIORIZAÇÃO DE CADA ATIVIDADE COM VISTAS A RANQUEAR AÇÕES NA BACIA E COMITÊ para Plano.	-----
PODER PÚBLICO MUNICIPAL	LONDRINA- CBH PARANAPANEMA	EMPRESA QUE ESTÁ TRABALHANDO NO PLANO DE EFETIVAÇÃO	OFICINA DINÂMICA	TRAÇAR TODAS AS POSSIBILIDADES DE PARTICIPAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES	-----
	BACIA DO PARDO	DAEE RIBEIRÃO PRETO	CURSO SOBRE PROJETOS DO FEHÍDRO	ORIENTAR OS TÉCNICOS DOS MUNICÍPIOS A FAZEREM UM BOM PROJETO.	PARTICIPARAM MEMBROS DAS CAMARAS TÉCNICAS
	COMUNIDADE DO BAIRRO	-----	TÉCNICAS DE TRATAMENTO ALTERNATIVO DE ESGOTO.	-----	-----
	- SEDE DA DIRETORIA REGIONAL DE GOVERNO . - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA E CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA.	TODAS AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS PELO CBH-SMG.	A METODOLOGIA APLICADA: EXPOSIÇÕES DE PRÁTICAS E PROJETOS EDUCATIVOS REALIZADOS EM ESCOLAS, COMUNICAÇÕES	DIFUNDIR CONHECIMENTOS E COMPARTILHAR TRABALHOS EDUCATIVOS REFERENTES AOS RECURSOS HÍDRICOS.	CONFERÊNCIA DO MEIO AMBIENTE ENCONTROS ANUAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			ORAIS, MESAS REDONDAS, DEBATES.		
	SOROCABA,	EMPRESA CONTRATADA PARA REVISÃO DO PLANO DE BACIAS E TAMBÉM PLANO DE SANEAMENTO	-----	DETECTAR PONTOS A SEREM INCLuíDOS NOS DOCUMENTOS FINAIS DO LANO.	-----
	FOI REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DA CETESB	PROGRAMA GUARAPIRANGA NOS ANOS 2000	FORAM EXPOSTAS AS CONDIÇÕES DO SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS, AS TECNOLOGIAS DE GEOPROCESSAMENTO, ANÁLISE DE FRAGILIDADES NATURAIS, O SISTEMA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, ENTRE OUTROS, COM AULAS PRESENCIAIS SEMANAIS, SISTEMA DE AVALIAÇÃO E NOTAS, COM CERTIFICAÇÃO.	REPASSAR CONHECIMENTO E INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE RECURSOS HÍDRICOS E DE GESTÃO PÚBLICA COM VISTAS A PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, NIVELANDO O CONHECIMENTO DOS MEMBROS DO COMITÊ NESTE PONTO DE PARTIDA DE SEUS TRABALHOS.	VÁRIOS ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO, ENTRE ELES A UGP, SMA, CPLA, CETESB, SABESP E EMPRESAS PRIVADAS COMO A ESRI
	-----	-----	FERRAMENTAS ONLINE DE COLABORAÇÃO; VIDEOCONFERENCIAS, EAD	-----	TRABALHEI EM MULTINACIONAL QUE USAVA FERRAMENTAS ONLINE DE COLABORAÇÃO; VIDEOCONFERENCIAS, EAD, E SEMPRE TINHA UM INTERLOCUTOR (CONTRATADO ESPECIALMENTE PARA ISSO) QUE INCENTIVAVA E COBRAVA A PARTICIPAÇÃO.
	MUSEU DA ÁGUA- INDAITUBA	CBH PCJ	PALESTRA	ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO	CONSELHEIROS E PODER PÚBLICO
	NO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA COMA CAPACITAÇÃO OS 14 MUNICÍPIOS	UMA EMPRESA CONTRATADA PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.	OFICINA, COMO DESENVOLVER OS PROJETOS PARA PLEITAR O RECURSO FEIDRO.	CAPACITAÇÃO DE COMO ELABORAR PROJETOS	ATRAVÉS DESTA OFICINA FOI DESENVOLVIDO UM PROJETO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM A PARTICIPAÇÃO DOS

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
					14 MUNICÍPIOS DA UGRI-12.
	ATIVIDADE REALIZADA NO DIÁLOGO INTERBACIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM 2014, NA CIDADE DE ÁGUAS DE SÃO PEDRO	ORGANIZADA PELA COORDENAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	COM METODOLOGIA PARTICIPATIVA	CUJO O OBJETIVO ERA ELABORAR UMA PROPOSTA COLETIVA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EFETIVA NOS COMITÊS DE BACIAS.	-----
	MOGI GUAÇU.	CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO (CTGP) DO CBH-MOGL.	APRESENTAÇÃO.	PROJETOS FEHIDRO.	MEMBROS DA CTGP.
	FOI REALIZADA EM BEBEDOURO	PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ESTÁ ELABORANDO O PLANO DE BACIAS	OFICINA PARTICIPATIVA COM A TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO CHAMADA DE METAPLAN (OU TÉCNICA DOS CARTÕES).	REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ESTÁ ELABORANDO O PLANO DE BACIAS	-----
	FOI REALIZADA NA SEDE DO COMITÊ. COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SAPUCAÍ MIRIM/GRANDE E COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE	A ATIVIDADE FOI REALIZADA POR EMPRESA CONTRATADA PELO COMITÊ	METODOLOGIA CHAMADA MÉTODO DE ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS.	O OBJETIVO FOI A COLABORAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO	-----
PODER PÚBLICO ESTADUAL	CBH ALTO JUQUIA	CBH	FORMATAÇÃO DE PRIMEIRA VERSÃO DE LEI ESPECÍFICA DA APRM CONDUZIDO PELO CBH	ELABORAÇÃO E COMENTÁRIO, AJUSTES DE PLANO DE BACIA E PDPA ALTO JUQUIÁ	-----
	CBH PONTAL DO PARANAPANEMA	CBH PP	FOFA	PLANO DE BACIA	-----
	REALIZADA NA SMA SP	CONSULTORIA EXTERNA E NA SEDE DA SMA	TRABALHO EM GRUPO COM APRESENTAÇÃO NO GT E DISCUSSÃO DOS TÓPICOS	ESTABELECE O PLANEJAMENTO DO PROGRAMA SEMESTRAL DE FORMA INTEGRADA ENTRE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA AMBIENTAL	-----
	CBH PARDO	ENCONTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROMOVIDOS PELA CÂMARA TÉCNICA DE EA	-----	-----	TODA REUNIÃO TEM UM COMPONENTE OU ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO, MESMO QUE SEJA DE REPRESSÃO À PARTICIPAÇÃO
	BO INSTITUTO FEDERAL DE SERTÃOZINHO SP	BIÓLOGA E DOUTORANDA	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E	DESENVOLVER E APLICAR RECURSOS PEDAGÓGICOS EM EDUCAÇÃO.	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			ESCOLAS SUSTENTÁVEIS		
	FOI REALIZADA EM CAMPOS DO JORDÃO, NA SEDE DO CBH SM	QUEM A APLICOU FOI A EMPRESA CONTRATADA	FOI A FERRAMENTA PARTICIPATIVA DO FOFA	ATUALIZAR O PLANO DA BACIA.	-----
	FORAM 3 OFICINAS COM O DESFECHO EM PIRASSUNUNGA - CBH MOGI	VH ENGENHARIA.	QUESTIONÁRIOS	VERIFICAR E CONCEITUAR AS PRINCIPAIS METAS E OBJETIVOS DO PLANO DE BACIA	-----
	REALIZAÇÃO DOS CBHS DAS SECRETARIAS DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO E DE VÁRIAS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS	CBHS	SEMINÁRIOS VIA DE REGRA EXPOSITIVOS	DIVULGAR O ASSUNTO NO SEU MUNICÍPIO OU QUANDO MUITO NA REGIÃO	-----
	INTERIOR DO ESTADO CEARÁ	COGERH	CONVIVÊNCIA COM AS ATIVIDADES DO PRÓPRIO COMITÊ.	CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ;	-----
	FOI REALIZADO EM SÃO PAULO	PROMOVIDO PELA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO EST. SÃO PAULO; FUNDAÇÃO VANZOLINI;	OFICINAS COM REPRESENTAÇÃO DOS SEGMENTOS;	READEQUAÇÃO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	-----
	FOI REALIZADA NO AUDITÓRIO DA SEDE DO COMITÊ TG	REALIZADA PELA CT-EA.	METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS	ENCONTRO INTERMUNICIPAL PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS INICIATIVAS E PROJETOS VOLTADOS A EA NA BACIA DO TG	-----
	EM PRIMAVERA DO LESTE - MT, CBH, UNIC, SEMA-MT E PREFEITURAS	MEMBROS DOS PARCEIROS CITADOS	OFICINA DE CONSTRUÇÃO E DINÂMICAS DE GRUPO	CONHECIMENTO DA BACIA, DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO E ESTIMULAR, MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE.	-----
	PARTICIPEI DE VÁRIAS OFICINAS DENTRO DOS EVENTOS DA CTEAMS- CBH PARAÍBA DO SUL	FORAM REALIZADAS PELO CTEAMS E VOLUNTÁRIOS	COMO EXEMPLO POSSO CITAR O SEMINÁRIO DE EA OCORRIDO ESSE ANO. OFICINAS TEMÁTICAS	A PRINCIPAL FINALIDADE FOI A MULTIPLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE EA	-----
	REALIZADA NA BACIA METROPOLITANA- CEARÁ	TÉCNICOS DA COGERH REALIZARAM A OFICINA;	METODOLOGIA DE DIVISÃO EM GRUPO DISCUTINDO TRÊS QUESTÕES BÁSICAS E FORMATANDO IDEIA	DIRIMIR O PROBLEMA - A PERGUNTA CHAVE APRESENTADA	-----
	FORAM REALIZADAS EM FRANCA E EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.	NO ENCONTRO DE BACIAS E EM ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA ANA, POR PROFISSIONAIS DO SETOR DE ENGENHARIA.	A METODOLOGIA É SEMPRE A DE IDENTIFICAÇÃO DE AMEAÇAS E OPORTUNIDADES.	IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES E DE DEFINIÇÃO DE PROBLEMAS. Para o PLANO DE BACIAS	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
	FORAM PROMOVIDOS 4 ENCONTROS ESTADUAIS DE CTEA DOS CBH	PELOS MEMBROS DA CTEA DO CRH.	FORAM UTILIZADAS METODOLOGIAS DE WORLD CAFÉ, ALÉM DE TÉCNICAS "QUEBRA-GELO" PARA FACILITAR A INTEGRAÇÃO ENTRE OS PRESENTES, ALÉM DE METODOLOGIAS PARA LEITURA CONJUNTA DE MATERIAIS TÉCNICOS E CRITÉRIOS PARA PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES.	OS ENCONTROS TÊM COMO OBJETIVO PROMOVER A TROCA DE EXPERIÊNCIA ENTRE AS CTEA PARA IDENTIFICAR UM PLANO DE AÇÃO COMUM PARA FORTALECER A EA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, IDENTIFICANDO COMO A CTEA DO CRH PODE ESTABELECEER MECANISMOS FORMAIS JUNTO AO CRH (COMO PROPOR DELIBERAÇÕES COM DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES SOBRE EA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS), QUE POSSAM FORTALECER A ATUAÇÃO DAS CTEA NA PONTA.	ESTIVERAM PRESENTES REPRESENTANTES DAS CTEA DOS CBHS E DA CTEA DO CRH, CONTANDO COM MEMBROS DOS COMITÊS, COORDENADORES DE CTEA, SECRETÁRIOS EXECUTIVOS, E REPRESENTANTES DOS 3 SEGMENTOS - ESTADO, MUNICÍPIO E SOCIEDADE CIVIL.
	CBH SAPUCAI E DO GRANDE	FORAM ORGANIZADAS OFICINAS PELAS CÂMARAS TÉCNICAS QUEM REALIZOU FORAM OS PRESIDENTES DAS CÂMARAS TÉCNICAS	DEBATES E DEPOIS FOI FEITO UM SIMPÓSIO	ARA APERFEIÇOAMENTO DO ESTATUTO DO CBH	-----
	REALIZOU NA SEDE DO COMITÊ CBH PARDO	EMPRESAS CONTRATADAS PARA CADA FIM	VARIAS OFICINAS, SOBRE O PLANO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS DE PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS, ETC	CONSEGUIR MAIOR PARTICIPAÇÃO E CONHECIMENTO DOS ASSUNTOS TRATADOS	-----
	PLANAMENTO ESTRATÉGICO DOS CBHS CEARENSES, SEDE DOS CBHS NO CEARÁ, 2005-2006	EMPRESA CONTRATADA PELA SRH-CE	PARTE ZOPP/METAPLAN, SWOT	O OBJETIVO FOI REALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CBHS CEARENSES COM OS MEMBROS DE CBHS E TECNICOS DO SETOR . PLANEJAMENTO ANUAL DOS CBHS, SEDE DOS CBHS NO CEARÁ, TODO ANO, PARTE ZOPP/METAPLAN, AS SECRETARIAS EXECUTIVAS, PLANEJAR ATIVIDADES COM OS MEMBROS DE CBHS E TECNICOS DA SECRETARIA EXECUTIVA.	-----
	--	REALIZADA POR EMPRESA CONSULTORA CONTRATADA PELA COORDENADORIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS,	APLICOU DIVERSAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS (ENTREVISTAS, PESQUISA, OFICINAS, CONSULTAS PÚBLICAS)	CITO A REESTRUTURAÇÃO DO FEHIDRO-COM A FINALIDADE DE REESTRUTURAR O FEHIDRO (MANUAIS DE INVESTIMENTO, CUSTEIO, PORTAL ELETRÔNICO / SINFEHIDRO II (PETIÇÃO ELETRÔNICA), BANCO DE DADOS, GERAÇÃO DE RELATÓRIOS ETC. ETC.)	-----
	CAMBUÍ/MG	ANA	MATRIZ SUOT	PLANO DE BACIA DO RIO GRANDE.	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
	FOI REALIZADA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	EM UMA FACULDADE PARTICULAR (NÃO ME RECORDO O NOME) FORAM TÉCNICOS DA ANA	DINÂMICA DE GRUPO	DIVULGAR METODOLOGIA FOFA NA BACIA TURVO E GRANDE	-----
PODER PÚBLICO FEDERAL	EM UMA COMUNIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DO CRATO-CEARÁ	FACILITADA POR TÉCNICA DA COGERH.	FOFA.	COMISSÃO GESTORA DE FONTE. ELABORAR PLANO DE AÇÃO DA COMISSÃO.	-----
	CIDADE DE CRATEU	COGERH E SRH	--	INTERNALIZAR O VERDADEIRO PAPEL DO COMITÊ E IDENTIFICAR AS FALHAS	-----
USUÁRIOS DE ÁGUA	COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	COORDENADORES DE CÂMARA TÉCNICA E GRUPOS DE TRABALHO	OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	VISANDO O PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE FORMA INTEGRADA.	-----
	FOI REALIZADA EM PASSO FUNDO- SC	CBH RIO PASSO FUNDO	POR MEIO DE PALESTRAS E VISITA À NASCENTE DO RIO.	DIVULGAÇÃO	NÃO RECORDO MAIS DETALHES POR TER REALIZADO JÁ HÁ ALGUM PERÍODO
	CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DAS BACIAS PCJ.	FOI CONTRATADA EMPRESA DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, POR MEIO DE LICITAÇÃO PÚBLICA.	GRAVAÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS INFORMATIVOS, COM A PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES NA ELABORAÇÃO DOS TEMAS, ROTEIROS, DEFINIÇÃO DE PERSONAGENS E DIÁLOGOS.	COMUNICAR à POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM POR BACIA HIDROGRÁFICA PARA A GESTÃO DA ÁGUA. HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=K2B_H0EPZWQ	-----
	DAEE RIBEIRÃO PRETO.	ATIVIDADE REALIZADA PELA ANA	METODOLOGIA GXUXT	DEFINIR A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS DO DIAGNÓSTICO DA BACIA NO PLANO	PARTICIPARAM USUÁRIOS, PODER PÚBLICO E SOCIEDADE.
	PLANEJAMENTO ANUAL DO CBH. - CEARÁ	TÉCNICOS DA COGERH	ATRAVÉS DE TARJETAS PELOS TÉCNICOS DA COGERH.	REALIZADA SEMPRE NA PRIMEIRA REUNIÃO ANUAL, PARA PLANEJAMENTO	-----
	OFICINA NO V ENCONTRO FORMATIVO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTÃO DAS ÁGUAS, REALIZADO EM BRASÍLIA;	INSTITUÍDO PELA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS (CTEM/CNRH)	O EVENTO FOI REALIZADO A PARTIR DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS, AS ATIVIDADES FORAM REALIZADAS POR MEMBROS REPRESENTANTES DA CTEM.	OS PRINCIPAIS OBJETIVOS SÃO: PROMOVER EVENTO PREPARATÓRIO PRÉ FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA; FOMENTAR DISCUSSÕES E REFLEXÕES PARA CONTRIBUIR COM O PROCESSO CIDADÃO; DEBATER O USO DA ÁGUA NO BRASIL	-----
	-----	PROGRAMA PRÓ-MANANCIAS	METODOLOGIA ADOTADA PELO PROGRAMA	IMPLANTAÇÃO EM DIVERSAS MICROBACIAS NO SUL DE MINAS GERAIS,	-----

DETALHES SEGMENTOS	LOCAL	RESPONSÁVEL	METODOLOGIA	OBJETIVOS	OUTRAS CONSIDERAÇÕES
			"CULTIVANDO ÁGUA BOA" DESENVOLVIDO PELA ITAIPU BINACIONAL.	COM A PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE.	
	CBH GRANDE	OFICINAS EFETUADA PELA ANA,	APLICANDO A METODOLOGIA DA MATRIZ GUT.	PLANO DE BACIA	-----
	APTA- POLO REGIONAL CENTRO NORTE	REALIZADA PELA FUNDAG.	DISCUSSÕES	DIALOGO INTERBACIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM RECURSOS HIDRICOS. ENCOB	-----
	FOI EM JABOTICABAL - CBH MOGI	UMA CONSULTORIA CONTRATADA PARA ELABORAR O PLANO.	BRAINSTORMING	ESCUTAR OS ENVOLVIDOS E PRIORIZAR OS OBJETIVOS.	-----
	PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HIDRÍCOS DO RIO GRANDE - PIRH - SEMINÁRIO REGIONAL;	PROFILL (ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE) E FATO - PESQUISA SOCIAL E MERCADOLÓGICA;	MATRIZ GUT (GRAVIDADE, URGÊNCIA, TENDÊNCIA);	AVALIAR QUESTÕES COMO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E GOVERNANÇA.	-----

Legenda

	Atividades voltadas aos Planos de Bacias- Planejamento das metas do CBH
	Atividades internas voltadas a Capacitação dos membros do CBH; estímulo a participação, organização, planejamento e gestão do CBH
	Atividade voltadas a elaboração de projetos do CBH
	Atividades voltadas a divulgação das ações do CBH, informação sobre a bacia, recursos hídricos e sobre CBH: para a sociedade
	Outras atividades relacionadas a recuperação/ restauração, ambiental e dos recursos hídricos
	Atividades externas, sobre recursos hídricos, não realizadas pelo CBH: formativas, seminários, encontros e de Educação Ambiental
